



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1963 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1963

CA. 2	REPUTACAO
BIOLOGICA	
01/11/63	400,00
Imp. Nacional	
30-9-63	63/2139

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
6 — Emenda Constitucional — Publicada no D. O. de 23 de de janeiro de 1963		— Retificada no D. O. de 22 de fevereiro de 1963	5
1 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o “Convênio sobre Textos de Ensino”, fir- mado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai a 5 de janeiro de 1960 — Publi- cado no D. O. de 4 de feve- reiro de 1963	3	4.201 — Lei de 5 de fevereiro de 1963 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e outros tribu- tos à Companhia Siderúr- gica da Guanabara (COSI- GUA). — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963	8
4.198 — Lei de 28 de janeiro de 1963 — Acresce a Comis- são Nacional de Fiscaliza- ção de Entorpecentes, de um integrante, como represen- tante do Ministério da Aero- nautica. — Publicada no D. O. de 1 de fevereiro de 1963	4	4.202 — Lei de 6 de fevereiro de 1963 — Altera o impôsto de faróis incidente sobre na- vios estrangeiros que deman- dam portos do Brasil. — Pu- blicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963	9
4.199 — Lei de 4 de fevereiro de 1963 — Cria Jun- tas de Conciliação e Julga- mento na Quarta Região da Justiça do Trabalho — Pu- blicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963	4	4.203 — Lei de 7 de fevereiro de 1963 — Altera o Anexo 1 da Lei nº 3.780, de 12 de ju- lho de 1960 e dá outras provi- dências. — Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1963 Retificada no D. O. de 11 de fevereiro de 1963	10
4.200 — Lei de 5 de fevereiro de 1963 — Estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963 — Retificada no D. O. de 19 de fevereiro de 1963		4.204 — Lei de 7 de fevereiro de 1963. — Isenta do visto consular os desportistas, ci- dadãos de países americanos, que participaram dos IV Jo- gos Pan-Americanos. — Pu- blicada no D. O. de 4 de março de 1963	10
		4.205 — Lei de 7 de fevereiro de 1963. — Autoriza o Poder	

	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização, em setembro de 1960, na Capital do Estado de São Paulo do I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia. — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963	12	de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicado no D. O. de 18 de fevereiro de 1963	18
4.206 — Lei de 7 de fevereiro de 1963 — Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 23.200.000,00, para construção de prédios destinados a Agências Postais-Telegráficas nas cidades que enumera. — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963 ..	12	4.212 — Lei de 11 de fevereiro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 para construção do prédio onde se instalará o Instituto de Química Agrícola e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963 ..	18
4.207 — Lei de 7 de fevereiro de 1963 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 18 de fevereiro de 1963 — Retificado no D. O. de 20 de fevereiro de 1963 ..	12	4.213 — Lei de 14 de fevereiro de 1963. — Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1963 — Retificada no D. O. de 1 de março de 1963 ..	18
4.208 — Lei de 9 de fevereiro de 1963. — Transforma em unidades universitárias os Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 13 de fevereiro de 1963	16	4.214 — Lei de 2 de março de 1963 — Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". — Publicado no D. O. de 18 de março de 1963 — Retificado no D. O. de 22 de março de 1963	26
4.209 — Lei de 9 de fevereiro de 1963 — Altera a denominação do Instituto Joaquim Nabuco, para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife Estado de Pernambuco. — Publicada no D. O. de 12 de fevereiro de 1963	16	APENSO	
4.210 — Lei de 11 de fevereiro de 1963 — Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 de fevereiro de 1963	16	20 — Decreto Legislativo de 1962 — Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acórdão de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França. — Republicado no D. O. de 17 de janeiro de 1963	51
4.211 — Lei de 11 de fevereiro de 1963. — Inclui a Pontifícia Universidade Católica		9 — Lei Delegada de 11 de outubro de 1962. — Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências. — Retificada no D. O. de 9 de janeiro de 1963	51
		4.137 — Lei de 10 de setembro de 1962. — Regula o repessão ao abuso do Poder Eco-	

Págs.		Págs.
	nômico. — Retificada no D. O. de 20 de março de 1963	51
4.150	— Lei de 21 de novembro de 1962 — Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autarquia ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1963	52
4.153	— Lei de 28 de novembro de 1962 — Altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 30-11-62 — Parte I — Seção D. — Retificada no D. O. de 6 de fevereiro de 1963	53
4.162	— Lei de 4 de dezembro de 1962 — Altera a redação da letra "I" do artigo 83 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938). — Retificada no D. O. de 28 de janeiro de 1963	53
4.175	— Lei de 5 de dezembro de 1962 — Transfere cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura para igual Quadro do Ministério da Aeronáutica. — Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1963	53
4.177	— Lei de 11 de dezembro de 1962 — Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963. — (Publicado no <i>Suplemento</i> ao nº 240 do D. O. de 20-12-62) — Retificação (Anexo 4-16 — referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores) — Retificada no D. O. de 15 de janeiro de 1963 — Retificada no D. O. de 16 de janeiro de 1963 — Retificada no D. O. de 18 de janeiro de 1963 — Retificada no D. O. de 14 de março de 1963	55
4.184	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência de Bispos do Brasil. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	56
4.185	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Guerra do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender a despesas com a reconstrução e reaparelhamento das instalações da Fábrica Estrêla danificadas com a explosão ocorrida em outubro de 1951 — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	56
4.186	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$10.000.000,00 para aplicação na construção do Estádio Universitário da Federação Universitária Paulista de Esportes. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	56
4.187	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado ao prosseguimento das obras da sede da Associação Sergipana de Imprensa. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	57
4.188	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.131.000,00, destinado ao pagamento do salário espósa de magistrados daquele Tribunal. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	57
4.189	— Lei de 17 de dezembro de 1962 — Concede isenção de licença prévia e de imposto	

	Págs.		Págs.
de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	57	4.195 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Concede isenção de imposto de importação para os equipamentos industriais a serem importados pela Companhia Brasileira de Alumínio. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	66
4.190 — Lei de 17 de dezembro de 1962 — Dispõe sobre o meio circulante e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	58	4.196 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento e acessórios destinados à montagem de uma estação transmissora para radiodifusão e televisão, importados pela Fundação Gasper Líbero em São Paulo. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963 — Retificada no D. O. de 21 de janeiro de 1963 ..	67
4.192 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região disposições das Leis ns. 2.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 11 de janeiro de 1963	62	4.197 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Concede ao jornalista João Castaldi del Rucillo, a pensão de Cr\$ 20.000,00 mensais, por serviços prestados à Nação no setor de Jornalismo. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	67
4.194 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Isenta do imposto de importação e de consumo materiais importados pela S. A. Rádio Tupi. — Publicada no D. O. de 16 de janeiro de 1963	66		

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1963, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do art. 217, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6

Art. 1º Fica revogada a Emenda Constitucional nº 4 e restabelecido o sistema presidencial de governo instituído pela Constituição Federal de 1946, salvo o disposto no seu art. 61.

Art. 2º O § 1º do art. 79 da Constituição passa a vigorar com o seguinte texto:

“Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal”.

Brasília, em 23 de janeiro de 1963.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

RANIERI MAZZILLI, Presidente
OSWALDO LIMA FILHO, 1º Vice-Presidente
CLELIO LEMOS, 2º Vice-Presidente
JOSÉ BONIFÁCIO, 1º Secretário
WILSON CALMON, 2º Secretário
GERALDO GUEDES, 3º Secretário
ANTÔNIO BABY, 4º Secretário

A Mesa do Senado Federal:

AURO MOURA ANDRADE, Presidente
RUI PALMEIRA, Vice-Presidente
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, 1º Secretário
GILBERTO MARINHO, 2º Secretário
MOURÃO VIEIRA, 3º Secretário
NOVAES FILHO, 4º Secretário

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1963

Aprova o “Convênio sobre Textos de Ensino”, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai a 5 de janeiro de 1960.

Art. 1º E’ aprovado o “Convênio sobre Textos de Ensino”, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, na cidade de Assunção, a 5 de janeiro de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.198 — DE 28 DE JANEIRO DE 1963

Acréscce a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, de um integrante, como representante do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes é acrescida de um integrante da Diretoria-Geral de Saúde da Aeronáutica, como representante do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

Paulo Pinheiro Chagas

LEI Nº 4.199 — DE 4 DE FEVEREIRO
DE 1963

Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Quarta Região da Justiça do Trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas, na 4ª Região da Justiça do Trabalho, mais 6 (seis) Juntas de Conciliação e Julgamento, respectivamente, nas Comarcas de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Ijuí e Taquara, todas no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina.

Parágrafo único. A jurisdição das Juntas ora criadas fica restrita ao território das comarcas em que têm sede, com exceção da Junta de Conciliação e Julgamento de Taquara, cuja jurisdição fica estendida aos municípios de Rolante, Três Coroas, São Francisco de Paula e Canela.

Art. 2º Ficam criados, para cada uma das Juntas, um cargo de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta, um

Suplente de Juiz do Trabalho e duas funções de vogal, sendo uma para a representação de empregados e outra para a representação de empregadores, com o intuito de atender ao disposto no art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada vogal.

Art. 3º Os vencimentos dos cargos de Juiz do Trabalho e as gratificações de representação dos vogais de que trata esta lei serão os fixados pela Lei nº 3.414, de 20 de junho de 1958, com as alterações constantes das Leis números 3.531, de 19 de janeiro de 1959; 3.780, de 12 de julho de 1960; 3.826, de 23 de novembro de 1960; e 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 4º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho promoverá a instalação das Juntas ora criadas, bem como as outras medidas decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 5º São igualmente criados no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, para atender ao disposto no art. 1º desta lei, os cargos constantes da seguinte tabela:

4ª REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Número de cargos	C A R G O S	Padrões
<i>Cargos isoiados de provimento efetivo</i>		
6	Chefe de Secretaria	PJ-1
6	Oficial de Justiça	PJ-5
6	Porteiro de Auditório	PJ-9
12	Auxiliar de Portaria	PJ-12
<i>Cargos de Carreira</i>		
6	Oficial Judiciário	PJ-3
24	Auxiliar Judiciário	PJ-6

Art. 6º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial necessário à execução desta lei, até o limite de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros).

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1963, 142ª da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART.

João Mangabeira.

San Tiago Dantas.

LEI Nº 4.200 — DE 5 DE
FEVEREIRO DE 1963

Estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo, e dá outras providências.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

Das subvenções e contribuições

Art. 1º A União concederá, VETADO, nos termos e condições desta lei, os

seguintes auxílios diretos às empresas nacionais concessionárias de linhas aéreas regulares:

a) subvenção quilométrica às linhas que constituem o "Plano de Integração Nacional";

b) subvenção quilométrica às linhas aéreas internacionais;

c) contribuição financeira para reequipamento.

Parágrafo único. Igualmente será concedida, a partir do exercício de 1963, uma subvenção anual às empresas de taxis aéreos, devidamente registradas.

CAPÍTULO II

Do "Plano de Integração Nacional"

Art. 2º. Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a elaborar e rever quando necessário um "Plano de Integração Nacional", constituído de linhas aéreas domésticas comprovadamente deficitárias ou antieconômicas, de alto interesse nacional, a juízo do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Serão incluídas, igualmente, no "Plano de Integração Nacional", as linhas que formam a rede aérea Amazônica.

Art. 3º. Na elaboração do "Plano de Integração Nacional", o Ministério da Aeronáutica considerará, primordialmente, os seguintes fatores:

a) o interesse público da ligação;
b) a manifesta inconveniência da execução do serviço com outro tipo de equipamento superior ou a impraticabilidade da operação com este último;

c) a substituição do equipamento em decorrência do aumento da densidade de tráfego e da melhoria gradativa da infra-estrutura;

d) o estabelecimento de tarifas adequadas às condições econômicas da região.

Art. 4º. A subvenção quilométrica destinada às linhas do "Plano de Integração Nacional" será fixada anualmente pelo Ministério da Aeronáutica, tendo em vista os seguintes fatores:

- a) custos operacionais;
- b) aproveitamento percentual em passageiros compatível com a realidade econômica da região servida.

Parágrafo Único. Ressalvada a hipótese de força maior a efetiva realização de todas as escalas estipuladas é condição para recebimento da subvenção de cada linha.

Art. 5º. Para o exercício de 1962 prevalecerão o sistema de rede aérea e as subvenções estatuidas, em caráter provisório, pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º. Para a execução do "Plano de Integração Nacional", o Ministério da Aeronáutica poderá dividir o território nacional em regiões, a fim de estabelecer centros de irradiação das linhas, bem como adaptar o "Plano" às condições decorrentes de melhoria da infra-estrutura.

Art. 7º. O Ministério da Aeronáutica promoverá a distribuição das linhas do "Plano de Integração Nacional" atendendo, contudo, à necessidade de evitar a competição entre linhas operadas com equipamento idêntico, ou não, e mais ao seguinte:

- a) disponibilidade imediata do equipamento adequado;
- b) condição de concessionária atual na região.

Parágrafo Único. Quando a linha operada tiver mais de uma concessionária, o Ministério da Aeronáutica promoverá a conciliação entre as operadoras de modo a eliminar a competição, fixando critério de proporcionalidade, se não houver acordo entre elas.

Art. 8º. O Ministério da Aeronáutica promoverá a melhoria dos campos de pouso que constituem a rede do "Plano de Integração Nacional", de modo a fazer substituir, progressivamente, o equipamento utilizado, por outro que assegure a exploração melhor rentabilidade econômica.

Parágrafo Único. A medida que essas aeronaves forem sendo liberadas, em razão de sua substituição por equipamento mais econômico, as empresas deverão promover sua alienação.

CAPÍTULO III

Da subvenção às linhas aéreas internacionais

Art. 9º. Permanece, com efeito a partir de 1º de janeiro de 1962, o regime de subvenção para as linhas aéreas internacionais exploradas por empresas brasileiras.

Art. 10. A subvenção será fixada anualmente, por ato do Ministro da Aeronáutica para o quilômetro voado entre os pontos inicial e terminal das linhas, tendo em vista nessa fixação os seguintes fatores:

- a) grau de interesse público do serviço;
- b) tipo de aeronave;
- c) rentabilidade da linha;
- d) número de frequências.

Parágrafo Único. A subvenção fixada na forma deste artigo poderá ser elevada do seu valor básico, a juízo do Ministério da Aeronáutica, se em face das condições de exploração da linha, considerada a competição de linhas estrangeiras e outros fatores de interesse nacional, se tornar necessário maior auxílio para assegurar a execução do serviço.

Art. 11. Para o exercício de 1962, a subvenção quilométrica será aquela que foi arbitrada pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 12. As empresas abrangidas pelo presente capítulo recolherão uma taxa de 2 % (dois por cento) sobre o montante de cada pagamento de subvenção efetuado a qual destinar-se-á ao custeio da fiscalização das linhas aéreas internacionais subvencionadas, inclusive remuneração de técnicos e peritos contratados pela Diretoria de Aeronáutica Civil para controle dos serviços, apuração dos resultados econômicos e financeiros, bem como os índices de exploração das linhas e respectivas custos de operação.

CAPÍTULO IV

Da contribuição financeira para re-equipamento e auxílio especial de emergência

Art. 13. O Governo da União prestará contribuição financeira para re-equipamento das empresas nacionais

de transporte aéreo, concessionárias de linhas regulares.

Parágrafo único. Ressalvada a situação do equipamento já em tráfego ou com financiamento registrado na SUMOC, somente poderão gozar dos favores desta lei os contratos e compromissos de reequipamento cujo plano vier a ser previamente aprovado pelo Ministério da Aeronáutica.

Art. 14. Nos anos de 1962 e 1963 a contribuição financeira a que se refere o artigo anterior será de Cr\$ 3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos milhões de cruzeiros) em cada ano rateada entre as empresas, na proporção da tonelagem-quilômetro oferecida no ano anterior, nas linhas domésticas.

§ 1º. Para os três exercícios subsequentes a proposta orçamentária do Ministério da Aeronáutica consignará a dotação necessária para atender ao disposto no artigo anterior.

§ 2º. Para efeito do rateio, tomar-se-á como base a capacidade comercial da aeronave (payload) definida para cada tipo pela Diretoria de Aeronáutica Civil e a quilometragem das linhas domésticas regulares de cada empresa por ela efetivamente voada no ano anterior na conformidade dos horários aprovados.

Art. 15. É concedido um reajustamento de Cr\$ 1.322.500.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) na importância da contribuição financeira, relativa ao ano de 1961, prevista nas leis números 3.039 de 20 de dezembro de 1956 e 3.928, de 27 de julho de 1961, para reequipamento das empresas nacionais que operam linhas domésticas.

Art. 16. As aeronaves adquiridas total ou parcialmente, com a contribuição financeira ou cujo contrato esteja enquadrado nos favores de reequipamento, ficarão sujeitos à hipoteca legal inscrita "ex officio" em favor da União e só poderão ser alienadas, arrendadas, cedidas ou transferidas, mediante autorização prévia do Ministério da Aeronáutica.

Art. 17. As obrigações e favores previstos nesta lei estendem-se igualmente aos sucessores ou adquirentes dos direitos das empresas beneficiadas, bem como ao acervo destas inclusive em caso de insolvência legalmente declarada.

Art. 18. Fica autorizada a concessão para os anos 1962 e 1963 de um auxílio especial de emergência às em-

presas nacionais de transporte aéreo, concessionárias de linhas regulares, destinado à cobertura dos sucessivos aumentos de custos operacionais não absorvíveis pelas tarifas aéreas e ainda não atendidas por outras medidas de amparo governamental.

§ 1º. O auxílio especial de emergência é fixado em Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros) em 1962 e em Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros) para o corrente exercício.

§ 2º. O critério de rateio do auxílio especial de emergência será estipulado pelo Ministério da Aeronáutica, prevalecendo em relação a 1962, o já adotado pelo mesmo Ministério.

Art. 19. Para os exercícios de 1964, 1965 e 1966, a proposta orçamentária do Ministério da Aeronáutica consignará a dotação julgada necessária para atender aos fins do artigo anterior.

CAPÍTULO V

Da subvenção às empresas de taxis aéreos

Art. 20. As empresas de taxis aéreos, devidamente registradas, será concedida, anualmente, uma subvenção global, rateada entre elas consoante critério estabelecido pelo Ministério da Aeronáutica.

§ 1º. Para o ano de 1963, o montante dessa subvenção é fixado em Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

§ 2º. Nos três exercícios subsequentes a proposta orçamentária do Ministério da Aeronáutica consignará a dotação julgada necessária para os ins previstos neste artigo.

§ 3º. As empresas beneficiadas deverão fazer prova de quitação com a Previdência Social, antes do recebimento da subvenção.

CAPÍTULO VI

Das disposições gerais e transitórias

Art. 21. Uma só empresa não poderá receber, em cada ano, mais de 50 % (cinquenta por cento) da contribuição financeira rateada, nem do total da dotação destinada ao Plano de Integração Nacional.

§ 1º. A limitação estabelecida neste artigo será extensiva aos consórcios de empresas e à pessoa ou grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, detentora do controle do capital de mais de uma empresa.

§ 2º O Ministério da Aeronáutica fiscalizará a exata observância do disposto neste artigo, procedendo às verificações e correções que julgar necessárias.

Art. 22. Anualmente o Ministério da Aeronáutica, através da Diretoria de Aeronáutica Civil, procederá à tomada de contas das empresas para comprovação da exata aplicação das subvenções, auxílios e contribuições recebidas em virtude desta lei.

Art. 23. Nenhum pagamento, a título de subvenção para as linhas do Plano de Integração Nacional, ou para linhas internacionais poderá ser efetuado sem a prévia quitação da empresa beneficiada com a Previdência Social.

Art. 24. As importâncias pagas por força da presente lei às empresas que executam linhas aéreas regulares, não serão computadas para efeito do imposto de renda.

Art. 25. O Orçamento da União consignará, anualmente por proposta do Ministério da Aeronáutica, as dotações necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 26. As empresas beneficiadas pelos favores desta lei se obrigam a atender, com 50% (cinquenta por cento) de desconto, uma vez em cada sessão legislativa, às requisições de uma passagem de ida e volta ao Estado que representa o Congressista, feita pelo secretário da Casa a que pertence, para cada dependente seu, sem prejuízo dos atuais descontos já em vigor.

Art. 27. Para cumprimento do que estabelece a presente lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos especiais de Cr\$ 11.928.000.000,00 (onze bilhões, novecentos e vinte e oito milhões de cruzeiros) relativo ao ano de 1962 e de Cr\$ 12.806.000.000,00 (doze bilhões, oito centos e seis milhões de cruzeiros) correspondente ao ano de 1963, VETADO.

1 — VETADO.

- a) VETADO.
- b) VETADO.
- c) VETADO.
- d) VETADO.
- e) VETADO.

2 — VETADO.

- a) VETADO.
- b) VETADO.
- c) VETADO.
- d) VETADO.
- e) VETADO.

Art. 28. O Poder Executivo, por proposta do Ministério da Aeronáutica, baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, os regulamentos que se fizerem necessários à sua execução.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho.

San Tiago Dantas.

LEI Nº 4.201 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1963

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e outros tributos à Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de importação e de consumo, taxa de despacho aduaneiro, taxa de melhoramentos de portos, taxa de renovação da Marinha Mercante, para os equipamentos, maquinaria, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material refratário e estruturas metálicas importadas para a instalação e montagem das usinas siderúrgicas pertencentes à Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não abrange os produtos com similar nacional.

Art. 2º. A isenção concedida nesta lei abrange também os bens já importados pela empresa mencionada no art. 1º e despachados nas repartições aduaneiras mediante termos de responsabilidade.

Art. 3º A empresa supramencionada gozará, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de isenção do imposto federal do selo sobre:

- a) atos constitutivos e aumento de capital, inclusive os já realizados;
- b) contratos de abertura de crédito, de aval e de promessa de aval e respectivas garantias reais ou fidejussórias, assinadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;

c) contratos de promessa de compra e venda de máquinas, equipamentos e materiais e demais atos e contratos resultantes de financiamento obtidos no exterior e devidamente registrados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, inclusive letra de câmbio, notas promissórias e outros títulos desses financiamentos, desde que relativos aos bens aos quais se refere o art. 1º.

Art. 4º A isenção concedida nos artigos 1º e 2º somente se tornará efetiva após a publicação, no *Diário Oficial da União*, de portaria expedida pelo Ministro da Fazenda, especificando os bens isentos e mencionando o número das licenças de importação emitidas pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil Sociedade Anônima, aos mesmos referentes.

Parágrafo único. A especificação dos bens isentos deverá discriminar quantidade, natureza, procedência, valor e quaisquer outros dados de interesse.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Brasília, 5 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.202 — DE 6 DE
FEVEREIRO DE 1963

Altera o imposto de faróis incidente sobre navios estrangeiros que demandam portos do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os navios estrangeiros que demandarem os portos do Brasil, procedentes de portos estrangeiros ou nacionais, com carga ou em lastro, conduzindo passageiros ou não, arribados ou em franquia, ficam obrigados ao pagamento do imposto de faróis.

§ 1º O imposto de faróis será pago na importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), devendo, entretanto, seu valor ser reajustado, mensalmente, com base na valorização ou desvalorização da moeda nacional, indicadas através da fixação da taxa de conversão do valor externo, na forma prevista no art. 10 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

§ 2º A autoridade competente, ao fixar a taxa de conversão do valor externo, estabelecerá, concomitantemente, o valor do imposto de faróis.

§ 3º O imposto de faróis será devido tantas vezes quantas forem as entradas que derem os navios em qualquer porto nacional, tanto na viagem de direitura como na torna-viagem, exceção feita aos navios notoriamente reconhecidos como paquetes, isto é, aqueles que conduzem passageiros, correspondência e carga, e aos vapores de linhas regulares que forem habilitados pelas autoridades alfandegárias a gozar das regalias atribuídas aos paquetes. Tais navios pagarão o imposto de que se trata unicamente nos 2 (dois) primeiros portos em que derem entrada, tanto na viagem de direitura como na de torna-viagem, quando receberão certificado que servirá de prova nos demais portos.

§ 4º Considera-se viagem de direitura a que a embarcação realizar até dar entrada, por inteiro, no porto de destino; a torna-viagem é o regresso do navio saído do porto onde tinha dado entrada por inteiro.

§ 5º Se houver alteração na rota e a embarcação for, em primeiro lugar, ao porto de destino, a entrada neste porto é considerada o fim da viagem de direitura e a saída será a torna-viagem.

Art. 2º O imposto de faróis não incidirá:

a) sobre as embarcações estrangeiras arrendadas ao Lóide Brasileiro e à Companhia de Navegação Costeira;

b) sobre as embarcações estrangeiras que, saídas de um porto onde hajam pago o imposto, tocarem ou derem entrada em outro do mesmo Estado, ou regressarem ao mesmo porto donde tenham saído, por motivo de arribada ou força maior;

c) sobre as embarcações estrangeiras arribadas por motivos humanitários, de salvação de vidas, para aquisição de medicamentos, água, víveres, material de custeio, reparos necessários, desembarque de naufragos ou doentes, não realizando receita no porto;

d) sobre as embarcações de instrução ou de guerra, desde que não façam operação de carga ou descarga, e sobre os navios que conduzirem expedição científica, sempre que não façam operação de comércio;

e) sobre as embarcações de lotação inferior a 1 000 (mil) toneladas de carga.

Art. 3º A Lei Orçamentária incluirá, anualmente, no anexo do Ministério da Marinha (Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento; Subconsignação 3.1.09 — Fundo Naval), parcela correspondente ao produto do imposto de faróis com destinação específica para a construção e manutenção do balisamento marítimo e fluvial, a cargo da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Pedro Paulo de Araújo Suzano
San Tiago Dantas
Hélio de Almeida

LEI Nº 4.203 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1963

Altera o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I à Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, na parte referente ao Serviço — Comunicações e Transportes (CT) Grupo Ocupacional: CT-200 — Comunicações — Série de Classes: Operador Postal (Código CT-206), passa a ter a seguinte redação:

CT-206.10.C — Operador Postal — Coordenação — Orientação e execução — Postalista "A"

CT-206.8.B — Operador Postal — Execução

CT-206.6.A — Operador Postal — Execução

Parágrafo único. O enquadramento dos cargos que passam a compor a Série de Operador Postal será revisado, a partir da vigência desta Lei, de acordo com o art. 20, § 1º, inciso II, da Lei nº 3.780, de 1960.

Art. 2º Os antigos ocupantes de funções de extranumerários-mensalistas, das Séries Funcionais incluídas na Série de Classe de Operador Postal por força do Anexo IV da Lei número 3.780, de 1960, que exerciam, a 1º de julho de 1960, e continuam exercendo suas atribuições na Diretoria Geral e nas sedes das Diretorias Regionais do Departamento dos Correios e Telégrafos, passarão, a partir da vigência desta Lei, a integrar a classe A, nível 12, da Série de Classes de Postalista.

Parágrafo único. Se houver funcionários beneficiados pela execução contida neste artigo que, antes ou depois do advento da Lei nº 3.780, de 1960, tenham sido deslocados por absoluta necessidade dos serviços, para o exercício de atribuições diversas das pertinentes à Série de Classes de Operador Postal, no caso de deslocamento contar, nesta data, pelo menos, dois anos ininterruptos, a ele ficará assegurado o direito de optar pelo ingresso na classe inicial da Série de Classes a cujas tarefas típicas corresponder o trabalho que esses funcionários venham executando.

Art. 3º. VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 4º. VETADO.

Art. 5º. VETADO.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I (vetado).

Brasília, 7 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Hélio de Almeida

LEI Nº 4.204 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1963

Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Poderá ser dispensada a exigência de visto consular, prevista na letra d, do parágrafo único, do art. 7º, do Decreto-lei nº 7.967, de 18 de

setembro de 1945, aos desportistas, cidadãos de países americanos, que pretendam participar, no território nacional, dos IV Jogos Pan-Americanos. Art. 2º O Poder Executivo está autorizado, ao regularizar a presente lei, a oficializar o documento em anexo, instituído pelo Comitê Organizador dos referidos Jogos, para suprir os documentos oficiais. Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

2751

Certificamos que este CARTÃO DE IDENTIDADE tem o reconhecimento do Governo de:

(Nome do País)

como um documento que garante a pessoa cujo nome, fotografia e assinatura aparecem no lado verso como, viajar e ficar na cidade de São Paulo, Brasil, e regressar a este país.

Emitido em _____

em _____ 1963.

Autoridade do Governo que certifica

Carimbo

Certificamos que este JABUETA DE IDENTIDADE tem o reconhecimento do Governo de:

(Nome do País)

como um documento que garante a la persona cuyo nombre, fotografia y firma aparecen en la primera hoja de este Jabueta, viajar a la ciudad de São Paulo, Brasil, y regresar a este país.

Emitido em _____

em _____ 1963.

Autoridade del Gobierno que certifica

Stamp

This is to certify that this IDENTITY CARD is recognized by the Government of:

(Name of Country)

as a valid travel document guaranteeing the person whose name, photograph and signature appear hereon, to depart from this country, travel to São Paulo, Brasil, and return to this country.

Signed at _____

em _____ 1963.

Authority of Certifying Government

Stamp

2751

JOGOS PAN-AMERICANOS
JUEGOS PANAMERICANOS
PAN AMERICAN GAMES
PAULO - BRASIL - 1963

CARTÃO DE IDENTIDADE
JABUETA DE IDENTIDADE - IDENTITY CARD

Fotografia do Interessado
Fotografia del Interesado
Photograph of Owner

Selo do Comitê Organizador
Sello del Comité Organizador
Seal of the Organizing Committee

Assinatura
Firma
Signature

Comissão Organizadora dos Jogos Pan-Americanos
Comité Organizador de los Juegos Pan-Americanos
Organizing Committee of the Pan American Games

DATA DE EMISSÃO - FECHA DE EMISIÓN - ISSUE DATE

DADOS PESSOAIS - DATOS PERSONALES - PERSONAL DATA

SOBRENOMES - Apellidos - Family Name _____
(Em letras maiúsculas - Letras mayúsculas - Fleece print)

NOME - Nombre - Given Name _____
(Em letras maiúsculas - Letras mayúsculas - Fleece print)

ENDEREÇO - Dirección - Address _____
(País - País - Country) _____
(Cidade - Ciudad - City) _____

DATA DO NASCIMENTO - Fecha de Nacimiento - Date of Birth _____

LUGAR DO NASCIMENTO - Lugar de Nacimiento - Place of Birth _____

PROFISSÃO - Ocupación - Occupation _____

NACIONALIDADE - Nacionalidad - Nationality _____

O COMITÊ OLÍMPICO NACIONAL DE

certifica que a informação que se inclui é verdadeira e que a fotografia que aparece no verso corresponde ao dono do este Cartão de Identidade, que vive em São Paulo, Brasil, como visitante temporário para participar dos IV Jogos Pan-Americanos na categoria que lhe compete e cujas datas são:

Ass. do Presidente ou Secretário do Comitê Olímpico Nacional

EL COMITÉ OLÍMPICO NACIONAL DE

THE NATIONAL OLYMPIC COMMITTEE OF

certifica que la información que se incluye es verdadera y que la fotografía que aparece en la parte reversa de este de este Jabueta de Identidad, quien vive en São Paulo, Brasil, como visitante temporal para participar en los IV Juegos Deportivos Panamericanos, con la categoría que se le atribuye en la primera hoja de este documento.

certifies that the information contained herein is true and that the photograph is a true likeness of the owner of this Identity Card who is travelling to São Paulo, Brasil, as a noncompetitor temporary visitor to attend the IV Pan American Games in the capacity of:

Firma do Presidente ou Secretário do Comitê Olímpico Nacional

Signature of President or Secretary of National Olympic Committee

LEI Nº 4.205 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização, em setembro de 1960, na Capital do Estado de São Paulo, do I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com o I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia, realizado na Capital do Estado de São Paulo, de 11 a 17 de setembro de 1960.

Art. 2º. O pagamento do auxílio a que se refere esta lei será feito à Sociedade Brasileira de Proctologia, promotora do certame, reconhecida por decreto federal e com sede na Cidade do Rio de Janeiro, mediante relação das despesas efetuadas, ficando a entidade beneficiária obrigada a prestar contas no prazo de 90 dias, a contar da data do seu recebimento.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

*Teotônio Monteiro de Barros Filho
San Tiago Dantas.*

LEI Nº 4.206 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1963

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 23.200.000,00, para construção de prédios destinados a Agências Postais-Telegráficas nas cidades que enumera.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 23.200.000,00 (vinte e três milhões e duzentos mil cruzeiros) para a construção de prédios destinados às Agências Postais-Telegráficas das seguintes cidades:

Chapecó, Estado de Santa Catarina ...	2.000.000,00
Dourados, Estado de Mato Grosso -....	2.000.000,00
São Sebastião, Estado de São Paulo ..	4.000.000,00
Ituverava, do Estado de São Paulo	2.000.000,00
Descalvado, Estado de São Paulo	2.000.000,00
Taquaritinga, Estado de São Paulo	2.000.000,00
Matão, Estado de S. Paulo	2.000.000,00
Aparecida do Norte, Estado de S. Paulo	2.000.000,00
Pindamonhangaba, Estado de S. Paulo	2.000.000,00
Vila do Mosqueiro, Município de Belém, Est. do Pará	2.000.000,00
Anadia, Estado de Alagoas	600.000,00
São Luiz do Quitunde, Estado de Alagoas	600.000,00
Total	23.200.000,00

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

*San Tiago Dantas
Hélío de Almeida*

LEI Nº 4.207 — DE 7 DE
FEVEREIRO DE 1963

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, criado pela Lei nº 486, de 14 de novembro de 1948, modificado pelas Leis ns. 867, de 15 de outubro de 1949; 2.831, de 20 de julho de 1956 e 4.049, de 23 de fevereiro de 1962, fica alterado nos termos da presente lei e tabela que o acompanha.

Art. 2º. São criados os seguintes cargos isolados de provimento efetivo:

1 (um) de Diretor de Serviço — PJ-1;

1 (um) de Bibliotecário — PJ-4;

1 (um) de Ajudante de Chefe de Almozarife — PJ-8;

1 (um) de Ajudante de Chefe de Arquivo — PJ-8;

10 (dez) de Motoristas — PJ-9.

Art. 3º São criados os seguintes cargos de carreira;

a) de Oficial Judiciário: 5 (cinco) na classe PJ-6 e 20 (vinte) na classe PJ-7;

b) de Auxiliar Judiciário: 25 (vinte e cinco) na classe PJ-8 e 14 (quatorze) na classe PJ-9;

c) de Artífice: 4 (quatro) na classe PJ-9 e 8 (oito) na classe PJ-10;

d) de Auxiliar de Portaria: 9 (nove) na classe PJ-11;

e) de Auxiliar de Limpeza: 1 (um) na classe PJ-13 e 30 (trinta) na classe PJ-14.

§ 1º — Independe de interstício, para efeito de promoção, o preenchimento dos cargos vagos em virtude desta lei e que por tal processo devam ser providos, até a normalização das respectivas carreiras.

§ 2º. Para completar o quadro de que trata esta lei, nos cargos iniciais de carreira por ela criados, serão aproveitados preferencialmente os funcionários requisitados que estejam a serviço do Tribunal há mais de dois anos, desde que aprovados em concurso público de provas.

Art. 4º. Os cargos isolados de provimento efetivo do quadro de que trata esta lei serão preenchidos mediante concurso público.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os cargos de direção e chefia cujo preenchimento será feito mediante escolha dentre os funcionários do Tribunal.

Art. 5º. Ficam extintos, quando varem, os cargos isolados de provimento efetivo de Auditor Fiscal PJ-1, Taquígrafo PJ-4 e Motorista Mecânico PJ-8.

Art. 6º. Os funcionários do quadro a que se refere esta lei contarão tempo de serviço público federal, para os efeitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, o tempo de serviço anteriormente prestado à Justiça Eleitoral aos Estados, Municípios e autarquias (Lei nº 867, de 1949, art. 5º).

Art. 7º. Aplica-se aos funcionários efetivos da Justiça Eleitoral o disposto no art. 194, § 2º, da Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, o crédito suplementar até o limite de Cr\$ 29.295.000,00 (vinte e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil cruzeiros), para reforço das verbas orçamentárias indispensáveis à execução desta lei no presente exercício.

Art. 9º. O quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal é alterado nos termos da tabela que acompanha a presente lei.

Art. 10. E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, o crédito suplementar até o limite de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para reforço das verbas orçamentárias indispensáveis à execução desta lei no presente exercício.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

João Mangabeira

Sun Tiago Dantas

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 1º

Número de Cargos	Careira ou Cargo	Símbolo	Cargos Vagos
	<i>Cargos isolados de provimento em comissão</i>		
1	Diretor-Geral (X)	PJ	
	<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
3	Diretor de Divisão	PJ- 0	
1	Auditor Fiscal (XX)	PJ- 1	
16	Diretor de Serviço	PJ- 1	1
1	Médico	PJ- 4	
1	Taquigrafo (XX)	PJ- 4	
1	Bibliotecário	PJ- 4	1
1	Chefe de Arquivo	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Arquivo	PJ- 8	1
1	Chefe de Almoxarifado	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Almoxarife ..	PJ- 8	1
1	Chefe de Zeladoria	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Zeladoria ..	PJ- 8	
1	Chefe de Portaria	PJ- 5	
1	Ajudante de Chefe de Portaria ..	PJ- 8	
1	Motorista Mecânico (XX)	PJ- 8	
8	Motorista	PJ- 8	8
10	Motorista	PJ- 9	2
	<i>Cargos de Carreira</i>		
10	Oficial Judiciário	PJ- 4	
20	Oficial Judiciário	PJ- 5	
30	Oficial Judiciário	PJ- 6	5
50	Oficial Judiciário	PJ- 7	20
70	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	25
90	Auxiliar Judiciário	PJ- 9	14
8	Artífice	PJ- 8	
10	Artífice	PJ- 9	4
12	Artífice	PJ-10	8
9	Auxiliar de Portaria	PJ- 9	
15	Auxiliar de Portaria	PJ-10	
26	Auxiliar de Portaria	PJ-11	9
10	Auxiliar de Limpeza	PJ-12	
20	Auxiliar de Limpeza	PJ-13	1
30	Auxiliar de Limpeza	PJ-14	30
	<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Assistente do Procurador Regional.	1-F	
1	Auxiliar do Procurador Regional ...	2-F	

(X) Respeitada a situação de efetivo do atual titular por força da lei.
 (XX) Extinto quando vago.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 9º

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Quadro do Pessoal

Número de Cargos	Carreira ou Cargo	Símbolo	Cargos Vagos
<i>Cargos em Comissão</i>			
1	Diretor de Secretaria	PJ	
1	Diretor de Serviço	PJ- 1	1
1	Chefe de Zona Eleitoral (X)	PJ- 5	1
3	Chefe de Seção	PJ- 5	3
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>			
1	Porteiro	PJ- 8	
2	Motorista	PJ-11	
2	Guarda Judiciário	PJ-12	
<i>Cargos de Carreira</i>			
2	Oficial Judiciário	PJ- 5	
3	Oficial Judiciário	PJ- 6	3
5	Oficial Judiciário	PJ- 7	5
4	Auxiliar Judiciário	PJ- 8	
14	Auxiliar Judiciário	PJ- 9	14
1	Continuo	PJ-11	
1	Continuo	PJ-12	
1	Servente	PJ-13	
1	Servente	PJ-14	
<i>Funções Gratificadas</i>			
1	Secretário do Presidente	1-F	
1	Secretário do Corregedor	2-F	
1	Secretário do Procurador Regional	2-F	

(X) Para o serviço da Zona Eleitoral de Brasília.

LEI Nº 4.208 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1963

Transforma em unidades universitárias os Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade de Minas Gerais é desdobrada em Faculdade de Odontologia e Faculdade de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.

Art. 2º Os quadros do pessoal das unidades universitárias resultantes da disposto no artigo anterior serão estabelecidos por decreto e mediante a divisão, entre as duas, de forma conveniente, dos servidores em exercício na Faculdade inicialmente aludida.

Art. 3º Para atender às necessidades decorrentes da execução desta lei o Poder Executivo criará as funções gratificadas necessárias, nos termos dos artigos 11, 12 e 13 da Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a Universidade de Minas Gerais providenciará no sentido de que, para adaptação à situação resultante desta lei, seja alterado o respectivo Estatuto, e, bem assim, expedidos Regimentos para as novas Faculdades, as quais se regerão provisoriamente, pelo Regimento do estabelecimento ora desdobrado.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Teotônio Monteiro de Barros Filho

LEI Nº 4.209 — DE 9 DE
FEVEREIRO DE 1963

Altera a denominação do Instituto Joaquim Nabuco, para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a ser denominado Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas

Sociais o Instituto Joaquim Nabuco, com sede no Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República

JOÃO GOULART

Teotônio Monteiro de Barros Filho

LEI Nº 4.210 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1963

Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro do funcionalismo do Tribunal de Contas da União os seguintes cargos:

20 (vinte) na carreira de Oficial Instrutivo, símbolo TC-5;

5 (cinco) na carreira de Datilógrafo, símbolo TC-8;

5 (cinco) na carreira de Datilógrafo, símbolo TC-9;

5 (cinco) na carreira de Escriturário, símbolo TC-7;

5 (cinco) na carreira de Escriturário, símbolo TC-8;

5 (cinco) na carreira de Escriturário, símbolo TC-9;

1 (um) cargo isolado de Médico, símbolo TC-3;

1 (um) cargo isolado de Atendente de Enfermagem, símbolo TC-12;

4 (quatro) cargos isolados de Guardas, símbolo TC-12.

Art. 2º Ficam extintos e postos em disponibilidade os seus titulares, os seguintes cargos:

1 (um) Encadernador, símbolo TC-6;

1 (um) Encadernador, símbolo TC-7;

1 (um) Encadernador, símbolo TC-8.

Art. 3º Ficam extintos quando varem os seguintes cargos:

2 (dois) Auxiliar de Portaria, símbolo TC-9;

2 (dois) Auxiliar de Portaria, símbolo TC-10.

Art. 4º Providas todas as vagas decorrentes das promoções, acessos e nomeações de que trata a presente lei, ficam, à proporção que forem vagando, igualmente extintos os cargos de Auxiliar Administrativo.

Art. 5º Os cargos de Técnico de Orçamento e Assessor Administrativo

em número de 13 (treze) e classificados no símbolo TC-3, passam a ter a denominação comum de Officiais de Orçamento.

Art. 6º A primeira promoção, depois da presente lei, para cada uma das classes que compõem as carreiras, obedecerá ao critério de antiguidade, observado, porém, quando fôr o caso, o disposto no art. 3º da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962.

Art. 7º As vagas nas classes iniciais das carreiras do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União serão providas mediante concurso público de provas.

Art. 8º Os cargos isolados de provimento efetivo, que se vagarem depois de entrar em vigor esta lei, serão providos mediante concurso público de títulos.

Art. 9º As vagas que ocorrerem na classe inicial da Carreira de Oficial Instrutivo serão preenchidas metade por concurso público e metade, alternadamente, pelos ocupantes da classe final das carreiras de Escriurário, Auxiliar Administrativo e Datilógrafo, na base de 2 (dois) Escriurários, 1 (um) Auxiliar Administrativo, 1 (um) Datilógrafo, iniciando-se o acesso pelos ocupantes da classe final da carreira de Escriurário, observado o critério de merecimento absoluto, de acôrdo com o art. 255, II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 10. Os cargos isolados, de provimento em comissão, de secretário da Presidência e de Diretor serão providos por ocupantes de cargos de carreira de Oficial Instrutivo do mesmo quadro, escolhidos livremente pelo Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 11. As vagas que ocorrerem na classe inicial da carreira de Auxiliar de Portaria serão providas metade mediante concurso público e metade por acesso dos ocupantes de cargos de Auxiliar de Conservação, observados, quanto a estes, também, o critério de merecimento absoluto, na forma da Lei.

Art. 12. Os delegados do Tribunal de Contas junto às Delegacias do Tesouro Nacional nos Estados terão a gratificação mensal de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), os Assistentes a de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), os Auxiliares da mesma Delegação Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e os Auxiliares de Portaria e Auxiliares de Conservação que servirem nos mesmos órgãos estaduais, Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 13. São criados, outrossim, 15 (quinze) cargos isolados, para provimento mediante concurso público de títulos e de provas, de Auditores Itinerantes, com funções de controle, inspeção e sindicância, entendendo-se:

1) por funções de controle, a apuração, junto às repartições federais e autárquicas, da correção dos registros e das informações por estas encaminhadas ao Tribunal de Contas, podendo constar de:

a) exame de comprovantes;

b) verificação da equivalência das situações contábeis dos órgãos interdependentes;

c) análise dos levantamentos sintéticos;

2) por funções de inspeção, as apurações e exames de existências físicas e custos de materiais e serviços procedidos nos locais de obras, serviços, almoxarifados e depósitos da União e autarquias;

3) por sindicância, a investigação e o procedimento administrativo através dos quais se objetiva apurar as responsabilidades nas ocorrências de negligência, mau emprego ou desvio dos dinheiros públicos a cargo de funcionários ou repartições federais e autárquicas.

§ 1º Os cargos criados serão preenchidos por 10 (dez) engenheiros diplomados e registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) e 5 (cinco) contadores habilitados e registrados no Conselho Regional de Contadores (C. R. C.).

§ 2º É requisito essencial para habilitação a concurso de Auditor não ter o candidato mais de 36 anos de idade.

§ 3º Dos controles, inspeções e sindicâncias que devam ser realizados nas repartições públicas federais e autárquicas serão encarregados, pelo Presidente do Tribunal de Contas, os Auditores em rodízio, de forma a evitar que tais diligências sejam feitas pelos Auditores sempre junto às mesmas repartições.

§ 4º O símbolo correspondente ao Auditor Itinerante será o de TC-4.

Art. 13. Qualquer das duas Casas do Congresso, em caráter excepcional, poderá requisitar o servidor do Tribunal de Contas, de reconhecida capacidade, para funcionar como assessor parlamentar, em Comissão especificada no Regimento da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
San Tiago Dantas

LEI Nº 4.211 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1963

Inclui a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a inclusão, nos termos do art. 1º da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, § 8º, acrescentado pela Lei número 3.641, de 10 de outubro de 1959, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com sede na Capital de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe subvenção anual de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de fevereiro de 1963; 142º e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

Teotônio Monteiro de Barros Filho

LEI Nº 4.212 — DE 11 DE
FEVEREIRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 para construção do prédio onde se instalará o Instituto de Química Agrícola e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agri-

cultura, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para a construção e instalação, em Brasília, do Instituto de Química Agrícola.

Art. 2º A Prefeitura do Distrito Federal fica autorizada a doar à União a área de 55.000 m², na extremidade da Asa Norte do Plano Piloto (Jardim Botânico), para a construção do prédio, onde se instalará o Instituto de Química Agrícola.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

José Ermirio de Moraes

LEI Nº 4.213 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da natureza, sede e fôro

Art. 1º O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, entidade subordinada diretamente ao Ministro da Viação e Obras Públicas, com sede e fôro na Capital da República e com jurisdição em todo o Território Nacional, passa a denominar-se Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (D. N. P. V. N.) e a constituir uma autarquia, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, técnica e financeira, regendo-se pelo disposto na presente lei.

Parágrafo único. O D. N. P. V. N. terá sede e fôro provisórios na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até a transferência de suas instalações para Brasília, D. F.

Art. 2º Ao D. N. P. V. N. serão extensivos a imunidade tributária, impenhorabilidade de bens, rendas ou serviços e os privilégios de que goza a Fazenda Pública, inclusive o uso de ações especiais, prazos de prescrições e regime de custas, correndo os processos de seu interesse perante o Juízo dos Feitos da Fazenda e sob o patrocínio dos procuradores do Departamento.

CAPÍTULO II

Das atribuições

Art. 3º — Ao D.N.P. V.N. compete especialmente:

- a) superintender, orientar, controlar e fiscalizar a política de portos e vias navegáveis da União;
- b) exercer todas as atividades que couberem à administração federal no setor de portos e vias navegáveis, no âmbito da viação e obras públicas;
- c) estudar, planejar, projetar, programar orientar, superintender, promover e executar ou fiscalizar obras e serviços de melhoria ou desenvolvimento dos portos e vias navegáveis, de proteção e defesa das costas e margens das vias navegáveis e de recuperação de áreas que interessem aos mesmos;
- d) cooperar com outros órgãos da administração pública federal, estadual, municipal e autárquica, para a realização de obras e serviços que digam respeito a portos e vias navegáveis; e objetivos correlatos;
- e) supervisionar e fiscalizar a exploração dos portos a cargo da União e de concessionários;
- f) administrar os portos que vierem a ser incorporados ao D.N.P. V.N., desde a incorporação e até que seja estruturada a organização definitiva para os mesmos;
- g) supervisionar e fiscalizar os portos não organizados, qualquer que seja a forma de utilização do embarcadouro;
- h) administrar e explorar as vias navegáveis que forem por ele criadas, melhoradas ou conservadas;
- i) propor alterações no Plano Nacional de Viação, no setor de portos e vias navegáveis;
- j) manter atualizado o Plano Portuário Nacional instituído por lei;
- l) promover desapropriação dos bens necessários à consecução de suas finalidades;
- m) elaborar seu orçamento geral e programa anuais de trabalho;

n) propor ao Governo a representação do país em congressos internacionais de portos e vias navegáveis, bem como, promover, patrocinar ou auxiliar os congressos nacionais ou os internacionais que se realizem no País;

o) aprovar projetos e fixar gabarito das obras de arte especiais que devam ser construídas por quaisquer entidades públicas ou privadas, sobre vias navegáveis ou não, ouvidas as autoridades navais e portuárias;

p) promover a retirada de cascos ou outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação nos portos e vias navegáveis, e decidir sobre a disposição dos salvados;

q) examinar (verbo) da oportunidade e conveniência da implantação dos regimes de porto, zona e entreposto francos;

r) estruturar, em autarquias federais, nos moldes previstos nesta lei, se não for adotada outra forma para a sua administração, os portos que vierem a ser organizados e os portos atualmente sob regime de concessão se estes vierem a ser incorporados ao D.N.P. V.N.;

s) participar de sociedades de economia mista como representante da União, na exploração comercial de portos e execução de serviços de dragagem, nos moldes desta lei;

t) exercer quaisquer outras atividades tendentes ao desenvolvimento dos portos e vias navegáveis;

CAPÍTULO III

Da organização

Art. 4º — O D.N.P. V.N. tem a seguinte organização básica:

- I) Órgão Deliberativo
Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis (CNPVN);
- II) Órgãos Executivos;
 - a) Diretoria Geral
 - b) Divisões e Serviços
 - c) Procuradoria Judicial
 - d) Distritos
- III) Órgão Fiscal
Delegação do Tribunal de Contas da União (DTC).

SEÇÃO I

Do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis

Art. 5º O Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis (CNPVN)

será constituído dos seguintes membros, todos brasileiros natos:

- a) um Presidente;
- b) um representante do Ministério da Marinha;
- c) um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- d) um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Económico;
- e) um representante do Conselho Nacional de Transportes;
- f) um representante da Federação das Associações Comerciais;
- g) um representante da Comissão de Marinha Mercante;
- h) o Director-Geral do DNPVN.

§ 1º O Presidente do C.N.P.V.N. deverá ser brasileiro, engenheiro, civil de reconhecida competência, idoneidade e experiência em assuntos relativos a Portos e Vias Navegáveis.

§ 2º Os membros mencionados ... (VETADO) ... e seus suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro da Viação e Obras Públicas por proposta dos órgãos ou entidades representadas e terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º Os membros mencionados nos itens "e", "f" e "g" terão no primeiro Conselho mandato de dois anos.

§ 4º O Conselho poderá funcionar com a presença mínima de cinco de seus membros, e as suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo, apenas, ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

§ 5º Os membros do Conselho permanecerão em exercício até a data da publicação no *Diário Oficial* do ato de nomeação dos respectivos substitutos.

Art. 6º Ao Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis compete:

A — Opinar sobre:

a) alterações do Plano Nacional de Viação na parte de portos e vias navegáveis;

b) anteprojetos de leis e regulamentos referentes à matéria relativa a portos e vias navegáveis;

c) regulamentação da presente lei;

d) regimento interno do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis ... (VETADO) ... e dos estatutos das Sociedades de Economia Mista das quais participe;

e) concessão de aforamento de terrenos de marinha e seus acrescidos;

f) regulamento, e organização do pessoal do Departamento e das sociedades de economia mista da qual participe, ... (VETADO) ...

g) indicação dos representantes do Governo Federal em sociedades de economia mista das quais o Departamento participe.

B — Deliberar sobre:

1) planejamentos, programas, projetos e orçamentos de investimentos do Departamento e de toda e qualquer administração Portuária;

2) orçamento anual da receita e despesa do Departamento, das administrações a ele incorporadas, e das sociedades de economia mista das quais participe;

3) operações de crédito ou financiamento em que participe o Departamento ou as administrações portuárias, quando a este incorporadas, e das sociedades de economia mista das quais participe;

4) incorporação das administrações dos Portos, se for o caso, ao Departamento até ser formalizada a respectiva entidade;

5) a criação, organização, incorporação ou fusão de sociedade de economia mista para exploração dos portos ou para a execução de serviços de dragagem de acordo com o disposto na presente lei;

6) as normas para a aprovação dos relatórios, balanço e tomadas de contas anuais das administrações de Portos e Vias Navegáveis;

7) as normas para a fiscalização e controle dos contratos de concessão e arrendamento de portos ou vias navegáveis bem como as referentes à utilização de portos não organizados e embarcadouros, inclusive plano de contas e as normas para a contabilidade das administrações de portos e vias navegáveis;

8) sobre tarifas e taxas relativas ao serviço de portos e vias navegáveis e das administrações de Portos;

9) relatório da gestão e prestação de contas anual do Departamento, antes de apreciados pela Delegação do Tribunal de Contas;

10) prestação de contas e relatório de cada Administração do Porto;

11) normas para prestação de contas da aplicação de quaisquer recursos da União, do Fundo Portuário Nacional e dos Fundos de Melhoramentos dos Portos;

12) normas para adjudicação ou delegação a outras entidades de execução de estudos, serviços, obras e aquisições;

13) modelos de contratos, convênios e de outros investimentos a serem utilizados na adjudicação ou delegação de execução de estudos, serviços, obras e aquisições.

14) Tabelas de preços unitários e compostos para o pagamento dos estudos, serviços e obras por adjudicação ou por delegação;

15) recursos interpostos no julgamento de concorrência ou coleta de preços para a execução de estudos, serviços, obras e aquisições ou alienação de materiais e equipamentos;

16) dúvidas de interpretação ou decorrentes de omissões da presente lei;

17) incorporação ou não de bens e serviços dos atuais concessionários de portos;

18) aplicação da política de portos e vias navegáveis do Governo Federal, inclusive a outorga, encampação e rescisão de concessões para exploração de portos e vias navegáveis;

19) construção de atracadouros particulares, autorizando ou impedindo;

20) formalização de nova entidade autárquica federal, se for o caso da Administração Portuária local, para exploração dos bens e serviços incorporados;

21) determinação das áreas que deverão constituir a jurisdição de cada porto;

22) plano geral de estatística reativa a portos e vias navegáveis;

23) — (vetado).

24) normas para execução de estudos, serviços e obras a cargo do Departamento;

25) normas para a fiscalização e controle da execução dos estudos, serviços, obras e aquisições adjudicadas ou delegadas;

26) aquisição de bens necessários ao patrimônio do Departamento, das Administrações a ele incorporadas, ... (vetado) ... bem como a alienação dos julgados desnecessários a seu uso;

27) a aceitação de doações com ou sem encargos, a alienação ou locação de bens do Departamento, na forma de legislação vigente.

28) assuntos submetidos a exame pelo Diretor-Geral do Departamento ou por um de seus conselheiros;

C — ... (VETADO) ...

§ 1º As deliberações do C.N.P.V.N. serão obrigatória e imediatamente submetidas à apreciação do Ministro da Viação e Obras Públicas, ao qual cabe a decisão... VETADO... sobre as matérias constantes do inciso A e à homologação das alíneas 1 a 20 do inciso B.

§ 2º Os assuntos de competência do Ministro da Viação e Obras Públicas sobre os quais não tenha havido decisão no prazo de (30) trinta dias da data em que forem submetidos pelo CNPVN, serão considerados aprovados na forma proposta pelo referido Conselho;

Art. 7º O Conselho reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por semana e extraordinariamente sempre que for julgado necessário por convocação de seu Presidente e ou solicitação da maioria dos Conselheiros.

Parágrafo único. Aos membros do C.N.P.V.N. será atribuída uma gratificação por sessão a que comparecerem até o máximo de oito (8) sessões mensais, fixada anualmente pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

SEÇÃO II

Da Diretoria Geral

Art. 8º A Diretoria Geral, como órgão executivo, será exercida pelo Diretor-Geral, subordinado a quem ficarão os demais órgãos componentes da estrutura do Departamento a serem estabelecidos no Regulamento da presente lei.

Parágrafo único. O Diretor-Geral deverá ser brasileiro, engenheiro civil de reconhecida idoneidade e competência em questões relacionadas com o Departamento, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 9º Ao Diretor-Geral compete:

a) representar o D.N.P.V.N. ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por delegados expressamente designado;

b) superintender, orientar e controlar todos os serviços da atribuição do D.N.P.V.N.;

c) movimentar os fundos e os recursos do D.N.P.V.N. e ordenar pagamento;

d) conceder suprimentos e adiantamentos, autorizado pelo Conselho;

e) elaborar e submeter ao CNP.V.N. os programas anuais e orçamentos de trabalho, acompanhados dos respectivos estudos técnicos e econômicos;

f) aprovar as concorrências e assinar contratos ou convênios para fornecimento de materiais, máquinas, utensílios e equipamentos e para adjudicação ou delegação de serviços e obras, respeitadas as normas em vigor;

g) autorizar a aquisição de materiais, máquinas, utensílios e equipamentos e tudo mais que for necessário aos serviços do D.N.P.V.N. e das administrações a este incorporadas;

h) expedir todos os atos relativos ao pessoal do D.N.P.V.N., de acordo com a legislação em vigor;

i) atribuir aos servidores do D.N.P.V.N., conforme a necessidade e a natureza dos serviços, gratificações especiais, ouvido o C.N.P.V.N. e aprovadas, previamente, pelo Ministro da Viação e Obras Públicas;

j) elaborar e submeter ao Ministro da Viação e Obras Públicas o Relatório Anual das atividades do D.N.P.V.N. acompanhado do parecer do C.N.P.V.N.;

l) submeter à Delegação do Tribunal de Contas, para o necessário exame e registro, os contratos e convênios para execução dos serviços;

m) apresentar à delegação do Tribunal de Contas os balancetes mensais, os demonstrativos da execução orçamentária e a prestação de contas anual, acompanhada do parecer do C.N.P.V.N.;

n) elaborar os sistemas de classificação e remuneração do quadro do pessoal do D.N.P.V.N., das autarquias a ele incorporadas e das sociedades de economia mista das quais o Departamento participe;

o) propor ao C.N.P.V.N. os representantes do Governo Federal nas assembléias gerais e nos órgãos de direção das sociedades de economia mista, das quais participe;

p) participar do C.N.P.V.N. e exercer todas atribuições que lhe forem cometidas pelo Regulamento do D.N.P.V.N.

Parágrafo único. O Diretor-Geral poderá delegar atribuições de sua competência a servidor do D.N.P.V. N. expressamente designado.

SEÇÃO III

Da Delegação do Tribunal de Contas (D.T.C.)

Art. 10. Para acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária feita criada, junto ao D.N.P.V.N., a delegação do Tribunal de Contas, instalada na sua sede, com amplos poderes, podendo examinar a qualquer tempo a sua escrituração e documentação, competindo-lhe ainda:

a) examinar e dar parecer sobre os balancetes mensais e as prestações de contas anuais apresentadas pelo Diretor-Geral;

b) examinar todos os contratos e providenciar o registro dos que estiverem conformes com as normas estabelecidas no regulamento e aprovadas pelo C.N.P.V.N.;

c) exercer controle sobre a aquisição, arrendamento, aluguel e alienação de materiais e outros bens patrimoniais.

§ 1º Deverão estar presentes à Delegação do Tribunal de Contas, até o último dia do mês subsequente ao que corresponderem, os demonstrativos da execução orçamentária e os balancetes mensais da Contabilidade.

§ 2º O levantamento anual das contas e a relação completa e circunstanciada de todos os bens, dinheiro ou valores do Departamento e das Administrações a ele incorporadas que tenham sido recebidos, administrados ou guardados, em cada exercício, deverão ser encaminhados à D.T.C. até o último dia do mês de março do ano seguinte.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Portuário Nacional (F.P.N.)

Art. 11. O Fundo Portuário Nacional, criado pela Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, continuará em vigor nos moldes da referida lei, adaptando-o, no que couber, à disciplinação da presente lei.

Parágrafo único. O Departamento, para as despesas de seu custeio,

poderá aplicar, anualmente, o montante de até 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Portuário Nacional.

CAPÍTULO V

Da Receita, Patrimônio e Contabilidade

Art. 12. A Receita do Departamento será formada de:

a) os depósitos feitos à conta do Fundo Portuário Nacional, criado pela Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958;

b) as dotações consignadas ao Departamento, no orçamento da União e os créditos abertos por leis especiais;

c) o produto da arrecadação de taxas, impostos ou contribuições que a lei atribuir, total ou parcialmente, ao Departamento;

d) o produto de multas e emolumentos devidos ao Departamento;

e) o produto de aforamento dos acrescidos de marinha, resultantes de obras executadas pelo Departamento;

f) o produto da alienação ou locação de bens do Departamento;

g) os juros dos depósitos bancários do Departamento;

h) as importâncias devidas por serviços e fornecimentos prestados a outros órgãos públicos e a terceiros;

i) os legados, donativos e outras rendas eventuais;

j) a parcela que lhe couber do resultado líquido das sociedades de economia mista das quais participe.

Parágrafo único. Os recursos provenientes de dotações orçamentárias e de créditos especiais serão entregues ao Departamento pelo Tesouro Nacional, como suprimentos e por duodécimos, até o dia 15 de cada mês e independentemente de comprovação perante o Tesouro Nacional.

Art. 13. Constituem receita das Administrações de Portos incorporadas ao Departamento:

a) o produto da arrecadação das taxas portuárias e as importâncias devidas por serviços e fornecimentos por elas prestados;

b) as dotações a elas consignadas no Orçamento da União e em créditos abertos por leis especiais;

c) as dotações a elas consignadas no Orçamento do Departamento;

d) as dotações a elas consignadas nos Orçamentos estaduais ou mu-

nicipais e os créditos abertos por leis especiais dos mesmos Governos, e) os legados, donativos e outras rendas eventuais;

f) o produto de multas e emolumentos devidos.

§ 1º As dotações consignadas às Administrações de Portos incorporadas ao Departamento serão entregues pelo Tesouro Nacional, por intermédio do Departamento, até o dia 15 de cada mês, dispensada a comprovação de suas aplicações perante o mesmo Tesouro.

§ 2º Continuarão vinculadas às Administrações de Portos incorporadas ao Departamento e às administrações de portos, inclusive concessionárias, para os fins previstos na Lei nº 3.421, de 10 de julho de 1958, os recursos referidos na alínea "a" do art. 4º da mesma lei.

Art. 14. O Departamento organizará orçamento anual que será submetido até 15 de dezembro de cada ano à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 15. O patrimônio do Departamento será constituído dos bens móveis e imóveis da União integrantes do acervo atual do D.N.P.R.C. e outros bens adquiridos por qualquer meio em direito previsto.

Parágrafo único. O patrimônio de cada entidade autárquica federal, que vier a ser estruturada de acordo com a presente lei será constituído de todos os bens da respectiva administração portuária incorporada ao Departamento, inclusive os representativos de capital da União.

Art. 16. O Departamento manterá um serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro, orçamentário, patrimonial e industrial, que abrangerá:

a) documentação e escrituração das receitas;

b) controle orçamentário;

c) a documentação e escrituração das despesas pagas ou a pagar;

d) o preparo, processo e recebimento das contas e serviços recebidos a terceiros;

e) o processo e pagamento das contas de fornecimentos e serviços recebidos;

f) preparo, processos e pagamento das contas de medição de obras contratadas;

g) o registro de custo global e analítico dos diversos serviços, obras e aquisições;

h) o registro dos valores patrimoniais e o levantamento periódico de seu inventário e estado.

Art. 17. A contabilidade financeira-orçamentária será organizada de modo a registrar a provisão e arrecadação das receitas do Departamento, as verbas e consignações do orçamento anual aprovado pelo Conselho e pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, as autorizações de despesas emitidas pelo Diretor-Geral e os correspondentes empenhos de verbas.

Art. 18. A contabilidade industrial terá por fim estabelecer os custos dos estudos, das obras e serviços dos portos e vias navegáveis e de outros serviços, e das diversas fases ou partes dessas obras, aquisições e serviços, segundo uma subdivisão adequada e uniforme.

Art. 19. Os balanços anuais do Departamento aprovados pelo Conselho e Ministros da Viação e Obras Públicas, serão, em tempo próprio, enviados à Contadoria-Geral da República para publicação conjuntamente com os balanços gerais da União.

Art. 20. Cada Administração de porto que fôr incorporada ao Departamento se adaptará ao disposto no presente capítulo, sendo sua organização reestruturada nos moldes desta Lei.

CAPÍTULO VI

Do Pessoal

Art. 21. O Departamento terá sistema de classificação de cargos e de remuneração próprios, (VETADO).

Parágrafo único. Cada Administração de Porto incorporada ao Departamento terá seu quadro de pessoal próprio, independente do quadro geral do Departamento.

Art. 22. O sistema de classificação, a organização e a lotação dos quadros do Departamento serão feitos tendo em vista o atendimento dos seus serviços em cargos e consideradas as funções realmente desempenhadas pelos servidores.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 23. Aos servidores integrantes dos Quadros do MVOF atualmente lotados no D.N.P.R.C. fica assegura-

do o direito de optarem, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pela situação que detêm ou pela de funcionários autárquicos.

§ 1º Os funcionários que optarem pela permanência na situação anterior, continuarão em exercício no Departamento na qualidade de pessoal cedido pela União.

§ 2º Os cargos integrantes dos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, ocupados por funcionários que optarem pelo quadro próprio do Departamento, serão considerados extintos, efetuando-se as supressões à medida que se vagarem.

§ 3º Os cargos em comissão e as funções gratificadas atualmente existentes nos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, com lotação do Departamento, serão suprimidos imediatamente após a aprovação do quadro da Autarquia.

§ 4º A despesa com pessoal cedido correrá à conta dos recursos do D.N. P.V.N., incluindo-se, em seu orçamento, rubricas específicas para atender a esse encargo.

§ 5º Os funcionários, que optarem pela situação autárquica, terão assegurados todos os direitos e vantagens da situação anterior, inclusive regime de aposentadoria e pensão, cujas responsabilidades continuarão a cargo do Tesouro Nacional e do IPASE, respectivamente.

Art. 24. (VETADO).

CAPÍTULO VII

Das Administrações dos Portos

Art. 25. Os portos organizados poderão ser explorados:

- a) Por Entidades Autárquicas Federais;
- b) Por Sociedades de Economia Mista;
- c) Por Concessão;
- d) Pelo D.N.P.V.N. diretamente.

Art. 26. É facultado ao D.N.P.V.N. a organização dos portos em Entidades Autárquicas Federais, bem como a organização, da incorporação ou a fusão da Sociedade de Economia Mista para exploração comercial dos portos ou para a execução de serviços de dragagem.

§ 1º A criação das autarquias federais, bem como a organização das sociedades de economia mista, far-se-

à mediante proposta do Diretor-Geral ao C.N.P.V.N. com a homologação do Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2º As sociedades de que trata este artigo serão constituídas por Ações na forma do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, participando a União com, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) de seu capital social.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 27. Uma vez, incorporadas os serviços e bens de uma Administração do Porto, os seus bens, serviços e pessoal ficarão sujeitos às mesmas leis e normas que os regiam antes da incorporação até que seja feita a nova estruturação dos mesmos na forma desta lei.

Art. 28. Os agentes do Departamento podem penetrar nas propriedades públicas ou particulares para realizar estudos e levantamentos necessários à elaboração dos projetos de serviços ou obras a cargo da autarquia, mediante prévio aviso ao proprietário, responsável ou preposto.

Parágrafo único. Ocorrendo danos à propriedade, fica assegurado ao proprietário direito à indenização.

(Art. 29. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

Art. 30. Nas desapropriações previstas nesta lei excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes das obras projetadas ou realizadas pelo Departamento.

Art. 31. As transações do Departamento serão feitas da mesma forma, mediante os mesmos instrumentos e perante os mesmos officios e registros públicos competentes para as transações efetuadas pela Fazenda Pública.

Art. 32. Aplicam-se ao Departamento as isenções de impostos, taxas e emolumentos de que goza a União, inclusive quota de previdência social.

Art. 33. Os depósitos bancários de qualquer quantia recebida ou guardada pelo D.N.P.V.N. ou seus agentes serão obrigatoriamente efetuados em estabelecimento de crédito oficial vedado, sob pena de responsabilidade, qualquer depósito em estabelecimento bancário particular.

Art. 34. Os saldos das dotações orçamentárias recebidas pelo Departamento, não utilizados em cada exercício, serão aplicáveis em exercícios seguintes para os mesmos fins a que forem destinados.

CAPÍTULO IX

Disposições Transitórias

Art. 35. Continuam em vigor, no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias e os créditos abertos em favor do D.N.P.R.C., que passarão a ser aplicados pelo D.N.P.V.N.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para custeio das despesas de instalações e andamento dos serviços e obras a cargo do Departamento, cuja aplicação reger-se-á pelo disposto nesta lei e sua regulamentação.

Art. 37. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação da presente lei, serão baixados a regulamentação desta lei e o regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

§ 1º Enquanto não fôr expedida a regulamentação desta lei, as deliberações do C.N.P.V.N., na esfera de sua competência, e os atos do Ministro da Viação e Obras Públicas, relativos ao cumprimento desta lei e à sua interpretação, depois de publicados, terão força de dispositivo regulamentar.

§ 2º Até a expedição do Regimento do Departamento previsto neste artigo, vigorará o Regimento aprovado pelo Decreto nº 20.501, de 24 de janeiro de 1946, e suas modificações posteriores, bem como os das Administrações de Portos incorporadas, em tudo que não colidir com as disposições desta lei.

Art. 38. As Autarquias Federais que administram portos continuarão a se reger pela legislação em vigor até a aprovação do Regulamento da presente lei e deverão a ela ser enquadradas no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da instalação do C.N.P.V.N.

Art. 39. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de fevereiro de 1963;
142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Hélio de Almeida

Pedro Paulo de Araújo Suzano

San Tiago Dantas

Almino Afonso

LEI Nº 4.214 — DE 2 DE
MARÇO DE 1963

Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural"

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Empregador Rural e do
Trabalhador Rural

Art. 1.º — Regem-se ao por esta lei, as relações do trabalho rural, sendo, nulos de pleno direito, os atos que visarem a limitação ou a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos.

Art. 2.º — Trabalhador rural para os efeitos desta lei é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro.

Art. 3.º — Considera-se empregador rural, para os efeitos desta lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividades agrícolas, pastoris ou na indústria rural, em caráter temporário ou permanente, diretamente ou através de prepostos.

§ 1º Considera-se indústria rural, para os efeitos desta lei, a atividade industrial exercida em qualquer estabelecimento rural não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ... VETADO ... VETADO, serão solidariamente respon-

sáveis nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural toda pessoa física ou jurídica que, por conta de terceiro, execute qualquer serviço ligado às atividades rurais, mediante utilização do trabalho de outrem.

Art. 5º Do contrato de trabalho deve constar:

a) a espécie de trabalho a ser prestado;

b) a forma de apuração ou avaliação do trabalho.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 6º Desde que o contrato de trabalho rural provisório, avulso ou volante ultrapasse um ano, incluídas as prorrogações, será o trabalhador considerado, permanente, para todos os efeitos desta lei.

Art. 7º Considera-se de serviço efetivo o período em que o trabalhador rural esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Art. 8º Os preceitos desta lei, salvo determinação expressa em contrário, em cada caso, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de modo geral, os que prestem serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas;

b) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios, aos respectivos extranumerários e aos servidores de autarquias, entidades paraestatais ou sociedades de economia mista, ainda que lotados em estabelecimentos agropecuários, desde que sujeitos a regime próprio de proteção do trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos.

Art. 9º As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente de direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, e o direito comparado, mas, sempre, de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho rural, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

Art. 10. Todos os instrumentos de medida, peso, volume ou área utilizados na apuração do resultado dos trabalhos agrícolas, respeitados os usos e costumes das diversas regiões, quanto à sua adoção e denominação, deverão ser obrigatoriamente aferidos nas repartições oficiais de Metrologia mais próximas.

§ 1º As delegacias regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social e, sempre que possível, as inspetorias localizadas nos principais municípios do Estado, serão dotadas de reproduções padronizadas e aferidas dos instrumentos de medida empregados nas respectivas regiões, para fins de dirimir dúvidas, sempre que solicitado pelo Conselho Arbitral ou pela Justiça do Trabalho, nas questões oriundas de fraude dos instrumentos de medida.

§ 2º Comprovada a fraude na aplicação dos instrumentos de medida, ou vício intrínseco deles, caberá multa de cinco mil cruzeiros, a vinte mil cruzeiros, o dobro na reincidência, aplicada pelas autoridades do Ministério do Trabalho e Previdência Social, cujo produto, deduzidos 20% (vinte por cento), a título de custas da Justiça do Trabalho ou renda eventual do Ministério do Trabalho e Previdência Social, será recolhido ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

§ 3º A multa a que se refere o parágrafo anterior não exime o empregador de pagar ao trabalhador rural a importância que este houver deixado de receber pela má, defeituosa, fraudulenta ou viciosa medição ou apuração do trabalho realizado.

TÍTULO II

Das normas gerais de proteção do trabalhador rural

CAPÍTULO I

Da identificação profissional

Art. 11. É instituída em todo o território nacional, para as pessoas maiores de quatorze anos, sem distinção de sexo ou nacionalidade, a Carteira Profissional de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício de trabalho rural.

Art. 12. A Carteira Profissional de Trabalhador Rural, de modelo próprio, terá uma parte destinada à identificação pessoal do trabalhador rural e outra aos contratos de trabalho e anotações referentes à vida profissional do portador.

Parágrafo único. Quando o trabalhador se apresentar ao serviço sem possuir carteira, o empregador ficará obrigado a conceder-lhe, durante o contrato de trabalho, três dias para que a obtenha.

Art. 13. A Carteira Profissional será expedida gratuitamente pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou pelas repartições federais ou autárquicas, autorizadas, em virtude de decisão ministerial, e valerá como documento de identificação civil ou profissional, especialmente:

a) nos casos de dissídio, na Justiça do Trabalho ou perante o Conselho Arbitral, entre o empregador e o trabalhador, com fundamento no respectivo contrato de trabalho;

b) para todos os efeitos legais, na falta de outras provas, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e, especialmente, para comprovar a instituição de beneficiário;

c) para o efeito de indenização, por acidente do trabalho ou molestia profissional, não podendo as indenizações ter por base remuneração inferior à inscrita na Carteira, salvo as limitações legais quanto ao máximo de remuneração permitido.

§ 1º Ao Departamento Nacional do Trabalho, em coordenação com a Divisão do Material do Departamento de Administração, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, incumbe a expedição e controle de todo o material necessário ao preparo e emissão das Carteiras Profissionais.

§ 2º As Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social são obrigadas a organizar o registro nominal dos portadores da Carteira Profissional de Trabalhador Rural.

§ 3º Mensalmente, a Delegacia Regional do Trabalho enviará a representação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, no Estado, relação das carteiras expedidas, mencionando os respectivos números e portadores.

Art. 14. A emissão da Carteira far-se-á mediante pedido do interessado

ao Delegado Regional do Trabalho ou repartição autorizada, prestando o solicitante à autoridade expedidora as declarações necessárias.

Parágrafo único. As declarações do interessado deverão ser apoiadas em documentos idôneos ou confirmadas por duas testemunhas portadores de carteira profissional, as quais assinarão com o declarante, mencionando o número e a série das respectivas carteiras.

Art. 15. As fotografias, que devem figurar, obrigatoriamente, nas carteiras profissionais, reproduzirão o rosto do requerente, tomado de frente, sem retoques, com as dimensões aproximadas de 3 x 4 (três por quatro) centímetros, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido reveladas, não se admitindo fotografias tiradas um ano antes da sua apresentação.

Art. 16. Tornando-se imprestável, pelo uso, a carteira, ou esgotando-se o espaço destinado às anotações, o interessado deverá obter outra, observadas as disposições anteriores, devendo constar da nova o número e a série da primitiva.

Parágrafo único. Se a substituição foi solicitada a repartição diversa da emissora da carteira anterior, esta valerá, quando apresentada, como comprovante das declarações de que trata o parágrafo único do art. 14.

Art. 17. Além do interessado, ou procurador habilitado, os empregadores ou os sindicatos reconhecidos poderão promover o andamento de pedidos de carteira profissional, proibida a intervenção de pessoas estranhas.

Art. 18. A carteira profissional será entregue ao interessado pessoalmente, mediante recibo.

Parágrafo único. Os sindicatos oficialmente reconhecidos, se o solicitarem por escrito à autoridade competente, poderão incumbir-se da entrega das carteiras profissionais pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe.

Art. 19. Se o candidato à carteira não a houver recebido, nos trinta dias seguintes à apresentação do pedido à repartição do Ministério do Trabalho, perante esta poderá formular reclamação, tomada por termo pelo funcionário encarregado dêsse mister, que dela entregará recibo ao interessado.

Parágrafo único. Será arquivada a carteira profissional não reclamada no prazo de sessenta dias, contados da emissão, só podendo a entrega, depois dêsse prazo, ser feita pessoalmente ao interessado.

Art. 20. Dentro do prazo de oito dias, contados da apresentação da carteira pelo trabalhador rural, o empregador ou seu preposto nela será obrigado a fazer as anotações exigidas.

Art. 21. As anotações, a que se refere o artigo anterior, serão assinadas pelo empregador ou seu representante legal.

Parágrafo único. Em se tratando de empregador ou preposto analfabeto, a assinatura se fará a rôgo e com 2 duas testemunhas.

Art. 22. Recusando-se o empregador a fazer as anotações devidas ou a devolver a carteira, deverá o trabalhador rural, dentro de trinta dias, apresentar reclamação, pessoalmente ou por intermédio do sindicato respectivo, à autoridade local encarregada da fiscalização do trabalho rural.

Art. 23. Lavrando o termo de reclamação, a autoridade notificará o acusado para, no prazo máximo de dez dias, contados da data do recebimento da notificação, prestar esclarecimentos pessoalmente ou por intermédio do sindicato ou associação a que pertencer, legalizar e devolver a carteira.

Parágrafo único. A desobediência à notificação, a que se refere o artigo anterior, dá ao notificado a condição de revel confesso sobre os termos da reclamação. Nesse caso, as anotações serão efetuadas por despacho da autoridade perante a qual houver sido apresentada a reclamação, ficando o empregador sujeito a multa correspondente a 10% (dez por cento) do salário-mínimo local, cobrada em dobro na reincidência, e cabendo a aplicação da pena à autoridade encarregada da fiscalização do cumprimento desta lei.

Art. 24. Comparecendo o empregador e verificando-se que as suas alegações versam sobre a inexistência das relações de emprego previstas nesta lei, o processo será encaminhado ao Conselho Arbitral local, que, se julgar improcedentes as alegações do empregador, e após fracassadas as gestões para um acôrdo, determinará a auto-

ridade referida no artigo anterior que faça as anotações e imponha a multa no mesmo prevista.

Parágrafo único. Da decisão do Conselho cabe recurso à Justiça do Trabalho, na forma do disposto no Título VII desta lei.

CAPÍTULO II

Da duração do trabalho rural

Art. 25. Os contratos de trabalho rurais, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os usos, praxes e costumes de cada região, o início e o termino normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder oito horas por dia.

Parágrafo único. Em qualquer trabalho contínuo, de duração superior a seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região. O intervalo não será computado na duração do trabalho.

Art. 26. A duração da jornada de trabalho rural poderá ser ampliada, conforme as exigências das atividades exercidas, apenas para terminar serviços que, pela sua natureza, não possam ser adiados. Nesse caso, o excesso será compensado com redução equivalente da jornada de trabalho do dia seguinte ou dos subsequentes.

§ 1º As prorrogações da jornada de trabalho, bem como as reduções compensatórias, a que alude este artigo, serão computadas por horas e meias horas, desprezadas as frações inferiores a dez minutos, e serão anotadas na Carteira Profissional do Trabalhador Rural.

§ 2º Se as circunstâncias não permitirem que a compensação se faça no mês em que ocorram as prorrogações da jornada de trabalho, o trabalhador rural receberá em dinheiro o excedente não compensado, com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º Se o contrato de trabalho se interromper, ... VETADO ... VETADO, antes de completado o mês, serão pagas as horas prorrogadas ainda não compensadas, até a data da rescisão, igualmente com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 27. Para os efeitos desta lei, considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte, nas atividades agrícolas, e entre as vinte horas de um dia e às quatro horas do dia seguinte, nas atividades pecuárias.

Parágrafo único. Todo o trabalho noturno será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração normal, ... VETADO.

CAPÍTULO III

Da remuneração e do salário mínimo

Art. 28. Qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato, nenhum trabalho rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional.

Art. 29. No total da remuneração a que tiver direito o trabalhador rural, poderão ser descontadas as parcelas correspondentes a:

a) aluguel de casa de residência do empregado se ela se achar dentro do estabelecimento rural, até o limite de 20% (vinte por cento do salário mínimo);

b) alimentação fornecida pelo empregador, a qual deverá ser sadia e suficiente, ... VETADO ... VETADO, para manter o esforço físico do trabalhador, não poderá ser cobrada a preços superiores aos vigentes na zona, não podendo o seu valor mensal ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo regional;

c) adiantamentos em dinheiro;

d) VETADO

§ 1º As deduções acima especificadas deverão ser expressamente autorizadas no contrato de trabalho, sem o que serão nulas de pleno direito, como o serão outras quaisquer não previstas neste artigo.

§ 2º VETADO.

Art. 30. Sempre que mais de um trabalhador residir só ou com sua família na mesma morada fornecida pelo empregador, o desconto estabelecido no artigo anterior será dividido proporcionalmente aos respectivos salários.

Art. 31. O diploma legal que regulamentará esta lei deverá discriminar os tipos de morada aludidos no art. 31, além de outros para os fins da dedução nêle prevista.

Art. 32. Não podem ser deduzidos os valores correspondentes a habitação, quando o prédio residencial não oferecer os requisitos mínimos de salubridade e higiene.

Art. 33. Todo contrato de trabalho rural estipulará um pagamento em dinheiro, nunca inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo regional.

Parágrafo único. Esse pagamento poderá ser convencionado por mês, quinzena ou semana, devendo ser efetuado até o décimo, o quinto ou o terceiro dia útil subsequente ao vencimento, respectivamente.

Art. 34. O trabalhador rural maior de dezesseis anos tem o direito ao salário-mínimo igual ao do trabalhador adulto.

Parágrafo único. O trabalhador rural menor de dezesseis anos terá o salário-mínimo fixado em valor correspondente à metade do salário-mínimo atribuído ao trabalhador adulto.

Art. 35. Quando o pagamento do salário se fizer em forma de diária, esta será calculada à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mensal.

Art. 36. Todos os serviços prestados pelo trabalhador rural fora das atividades específicas para as quais houver sido contratado, serão remunerados à base do salário-mínimo vigente na região, ... VETADO.

Art. 37. VETADO.

Art. 38. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no salário do trabalhador rural, salvo quando resultar de adiantamento, decisão judiciária ou dispositivo de lei.

Art. 39. Em caso de dano causado pelo empregado, será lícito ao empregador efetuar o desconto da importância correspondente ao valor do prejuízo, mediante acordo com o empregado, desde que tenha havido ... VETADO ... dolo por parte deste.

Parágrafo único. Não havendo acordo entre as partes, proceder-se-á, nos termos do Título VII desta lei, mediante provocação de qualquer dos interessados.

Art. 40. Continuam aplicáveis às relações de empregos rurais as normas do Título II, Capítulo III, da Consolidação das Leis do Trabalho, no que couber, com as alterações desta lei.

Art. 41. Nas regiões em que se adote a plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a cargo do trabalhador rural, quando autorizada ou permitida, será objeto de contrato em separado.

Parágrafo único. Embora podendo integrar o resultado anual a que tiver direito o trabalhador rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte corres-

pondente ao salário-mínimo, na remuneração geral do trabalhador, durante o ano agrícola.

CAPÍTULO IV

Do repouso semanal remunerado

Art. 42. O trabalhador rural terá direito ao repouso semanal remunerado, nos termos das normas especiais vigentes que o regulam.

CAPÍTULO V

Das férias remuneradas

Art. 43. Ao trabalhador rural serão concedidas férias remuneradas, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, na forma seguinte:

a) de vinte dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador durante os doze meses sem ter tido mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período;

b) de quinze dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias sem ter tido mais de cinco faltas ao serviço, justificadas ou não nesse período;

c) de onze dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador por mais de duzentos dias sem ter tido mais de quatro faltas, justificadas ou não, nesse período;

d) de sete dias úteis, ao que tiver ficado à disposição do empregador menos de duzentos e mais de cento e cinquenta dias, sem ter tido mais de três faltas, justificadas ou não, nesse período.

§ 1º É vedado descontar no período de férias as faltas ao serviço, do trabalhador rural, justificadas ou não.

§ 2º Mediante entendimento entre as partes, poderá haver, no máximo, a acumulação de dois períodos consecutivos de férias.

§ 3º É lícito ao empregador retardar a concessão de férias pelo tempo necessário, quando recaírem no período de colheita, respeitado o estabelecido no § 2º deste artigo.

Art. 44. É ressalvado ao empregador o direito de convocar o trabalhador rural em férias para a prestação de serviço inadiável, em ocasiões imprevistas ou excepcionais em que haja risco iminente para o bom resultado dos serviços compreendidos no respec-

tivo contrato, vedado, entretanto, qualquer desconto nos salários do trabalhador rural em caso de não atendimento à convocação resultante de:

- a) doença própria ou de membro de sua família, que impeça o trabalhador de afastar-se do lar;
- b) núpcias próprias ou de membro de sua família, nascimento de filho ou falecimento de pessoa da família;
- c) ausência da propriedade, efetiva ou iminente, em razão das próprias férias.

§ 1º Entende-se iminente a ausência do trabalhador rural sempre que estiver pronto para viajar, só ou com sua família, em virtude das férias.

§ 2º O tempo de serviço do trabalhador rural, prestado durante período de férias, por convocação feita na forma deste artigo, será compensado por correspondente dilatação do período de férias, logo que cessados os motivos da convocação.

Art. 45. Não tem direito a férias o trabalhador rural que, durante o período de sua aquisição:

- a) permaneça em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de trinta dias;
- b) deixe de trabalhar, com percepção do salário, por mais de trinta dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da propriedade;
- c) receba auxílio-enfermidade por período superior a seis meses, embora descontinuo.

Parágrafo único. A interrupção da prestação de serviços, para que possa produzir efeito legal, deverá ser registrada na Carteira Profissional do Trabalhador Rural.

Art. 46. Não serão descontadas do período aquisitivo do direito a férias:

- a) a ausência por motivo de acidente de trabalho;
- b) a ausência por motivo de doença, atestada pelo órgão previdenciário da classe, pelo médico da propriedade rural, quando houver, ou por médico da cidade mais próxima, credenciado pelo empregador, e aceito no contrato de trabalho pelo trabalhador rural, para o atendimento normal do pessoal da propriedade, excetuada a hipótese da letra c do artigo anterior;
- c) a ausência devidamente justificada, a critério da administração da propriedade rural.

d) o tempo de suspensão por motivo de inquérito administrativo, quando a acusação for julgada improcedente;

e) a ausência nas hipóteses do artigo 78;

f) os dias em que, por conveniência da administração da propriedade, não tenha havido trabalho, excetuada a hipótese da alínea b do artigo anterior.

Art. 47. As férias serão concedidas em um só período.

§ 1º. Em casos excepcionais, concorrendo o trabalhador rural, poderão as férias ser concedidas em dois períodos, um dos quais não será inferior a sete dias, salvo o caso do § 2º do art. 43, em que as férias acumuladas só poderão ser divididas em dois períodos iguais.

§ 2º Aos menores de dezoito e aos maiores de cinquenta anos, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Art. 48. A concessão das férias será registrada na carteira profissional.

§ 1º. Os trabalhadores rurais não poderão entrar no gozo de férias, sem que apresentem previamente, aos respectivos empregadores, as carteiras profissionais, para o competente registro.

§ 2º. A época da concessão das férias será a que melhor consulte aos interesses do empregador, atendendo ao completo ciclo da cultura.

§ 3º. Os membros de uma família, que trabalhem na mesma propriedade rural, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo manifesto para a atividade agrícola ou pecuária a seu cargo. Nesta última hipótese, o empregador designará outro período para as férias da família em conjunto, contanto que, assim fazendo, não frustre ou impossibilite o direito de gozá-las.

CAPÍTULO VI

Higiene e segurança do trabalho

Art. 49. As normas de higiene e segurança do trabalho serão observadas em todo os locais onde se verificar a atividade do trabalhador rural.

Seção I

Da moradia

Art. 50. O Poder Executivo baixará regulamentação acerca das casas destinadas aos trabalhadores rurais, aten-

dendo às condições peculiares de cada região e respeitados, em qualquer caso, os mínimos preceitos de higiene.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo deverão ser propostas por uma comissão nomeada pelo Governo e constituída de representantes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, da Agricultura e da Saúde.

Art. 51. Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o trabalhador rural será obrigado a desocupar a moradia, dentro de trinta dias, restituindo-a no estado em que a recebeu, salvo às deteriorações naturais do uso regular.

Seção II

Da defesa da Saúde do Trabalhador

Art. 52. As normas a que se refere o artigo 44 constarão de regulamento a ser elaborado no prazo improrrogável de cento e oitenta dias por uma comissão constituída de um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um da Agricultura, um do Ministério da Saúde, um dos trabalhadores rurais e um dos empregadores rurais, indicados pelas respectivas entidades de classe, cabendo a presidência do órgão ao representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, todos de nomeação do Presidente da República. Essa comissão poderá requisitar assessoramento das entidades especializadas, e as normas por ela elaboradas serão expedidas em decreto do Executivo, referendado pelos Ministros do Trabalho e Previdência Social, da Agricultura e da Saúde.

Parágrafo único. Na regulamentação prevista neste artigo serão estipuladas as penalidades aplicáveis nos casos de infração aos seus dispositivos.

TÍTULO III

Das normas especiais de proteção do trabalhador rural

CAPÍTULO I

Do trabalho da mulher

Art. 53. VETADO.

Art. 54. Não constitui justo motivo de rescisão de contrato coletivo ou individual de trabalho da mulher o casamento ou a gravidez e não se ad-

mitirão, em regulamento de qualquer espécie, em contrato coletivo ou individual, ou em convenção coletiva de trabalho, quaisquer restrições, com êsses fundamentos, à admissão ou permanência da mulher no emprego.

Art. 55. O contrato de trabalho não se interrompe durante a gravidez, em virtude da qual serão assegurados, à mulher ainda os seguintes direitos e vantagens:

a) afastamento do trabalho seis semanas antes e seis depois do parto, mediante atestado médico sempre que possível, podendo, em casos excepcionais, êsses períodos ser aumentados de mais duas semanas cada um mediante atestado médico;

b) repouso remunerado duas semanas em caso de aborto, a juízo do médico;

c) dois descansos especiais, de meia hora cada um, durante o trabalho diário, para amamentação do filho, até que seja possível a suspensão dessa medida, a critério médico, nunca porém antes de seis meses após o parto;

d) percepção integral dos vencimentos durante os períodos a que se referem os itens anteriores, em base nunca inferior aos dos últimos percebidos na atividade, ou aos da média dos últimos seis meses, se esta for superior àqueles.

§ 1º Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado, sem perda dos direitos adquiridos perante o empregador em decorrência desta lei e sem obrigatoriedade de aviso prévio, romper o contrato de trabalho, desde que êste seja prejudicial à gestação.

§ 2º Os benefícios atribuídos neste artigo serão pagos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

§ 3º Os direitos assegurados neste artigo não excluem a concessão do auxílio-maternidade.

Art. 56. É vedada a prorrogação do trabalho da mulher além das vinte e duas horas em qualquer atividade.

CAPÍTULO II

Do trabalho rural do menor

Art. 57. É vedado o trabalho do menor de dezoito anos em lugar in-

salubre ou perigoso, bem assim o trabalho noturno (art. 27) ou o incompatível com sua condição de idade.

Art. 58. Em caso de rescisão do contrato de trabalho do menor de dezoito anos, é obrigatória a assistência de seu representante legal. É ilícito, entretanto, ao menor de dezoito anos, firmar recibos relativos a salários e férias.

Art. 59. Aos pais, tutores ou representantes legais do menor de vinte e um anos é facultado pleitear a extinção do respectivo contrato de trabalho, desde que demonstrem, comprovadamente que a continuação do serviço lhe acarreta prejuízos de ordem física ou moral, assistindo-lhes, ainda, o direito de pleitear o afastamento do menor quando os serviços rurais lhe prejudiquem consideravelmente o tempo de estudo ou repouso necessário à saúde.

Parágrafo único. Verificado que o trabalho executado pelo menor lhe é prejudicial à saúde, ao desenvolvimento físico ou à moral, poderá a autoridade competente obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo o empregador quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de função.

Art. 60. As autoridades federais, estaduais e municipais competentes fixarão o período letivo do ensino primário nas esferas de suas jurisdições respectivas de modo a fazê-lo coincidir o mais possível com o ano agrícola predominante nessas regiões.

Art. 61. Toda propriedade rural que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e manter em funcionamento escola primária inteiramente gratuita para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar.

Parágrafo único. A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

TÍTULO IV

Do contrato individual do trabalho

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 62. Contrato individual do trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Art. 63. O contrato individual de trabalho rural poderá ser oral ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado, provando-se por qualquer meio permitido em direito e, especialmente, pelas anotações constantes da Carteira Profissional do Trabalhador Rural, as quais não podem ser contestadas.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 64. VETADO.

Art. 65. A alienação da propriedade ou a transferência da exploração rural não altera de qualquer modo, os contratos de trabalho existentes.

Art. 66. Os direitos do trabalhador rural, decorrentes do contrato de trabalho, gozarão dos privilégios estatuidos na legislação falimentar, civil e trabalhista, sempre que ocorrer falência, concordata, concurso de credores, execução ou cessação da atividade rural.

Art. 67. O prazo de vigência do contrato de trabalho, quando estipulado ou se dependente de execução de determinado trabalho ou condicionado à ocorrência de certos acontecimentos, não poderá ser superior a quatro anos.

§ 1º O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácito ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez, passará a vigorar sem determinação de prazo.

§ 2º Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceda, dentro de seis meses, a outro por prazo determinado ou indeterminado, salvo se a expiração deste houver dependido de acontecimento nele consignado como termo de relação contratual, ou de acontecimento de força maior na forma do disposto nos arts. 82 e 84.

Art. 68. A falta de estipulações expressas, entende-se que o trabalhador rural se obrigou a todo e qual-

quer serviço compatível com a sua condição pessoal

Art. 69. Na vigência do contrato de trabalho as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou de equipamento fornecido pelo empregador serão de propriedade comum, em partes, iguais salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica

Parágrafo único. Ao empregador caberá a exploração, ficando obrigado a promovê-la no prazo de um ano da data da concessão da patente sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade do invento

Art. 70. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não acarrete direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Parágrafo único. Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança

Art. 71. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da estipulada no contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente mudança de domicílio

§ 1º. Não estão compreendidos na proibição deste artigo:

a) o empregado que exerça cargo de confiança;

b) aquele cujo contrato tenha como condição implícita ou explicitamente, a transferência.

§ 2º. É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que o empregado trabalhe

Art. 72. Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da consignada no contrato, não obstante as restrições do artigo anterior mas, nesse caso, ficará obrigado, enquanto durar a transferência, a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade.

Art. 73. As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.

Art. 74. Ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 75. O trabalhador rural afastado para prestação do serviço militar terá assegurado seu retorno ao serviço, desde que a ele se apresente dentro de trinta dias da respectiva baixa.

§ 1º. VETADO.

§ 2º. O tempo de afastamento não será computado para qualquer efeito desta lei.

Art. 76. O trabalhador rural poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário:

a) por três dias, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente ou descendente, constante de registro na sua carteira profissional;

b) por um dia, no caso de nascimento de filho e por mais um no curso dos primeiros quinze dias, para o fim de efetuar o respectivo registro civil.

Art. 77. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso seu contrato de trabalho, durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

§ 1º. Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador indenizá-lo pela rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 79 e 80.

§ 2º. Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir com este o contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

§ 3º. Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não-remunerada, durante o prazo desse benefício.

Art. 78. Ao trabalhador rural, pelas faltas que cometer somente poderão ser aplicadas penalidades de índole disciplinar, financeira ou econômica, previstas em lei ficando expressamente proibidas as multas por motivo de ausência do serviço caso em que caberá, apenas, o desconto no salário e, na reincidência, advertência particular, advertência pública, suspensão por três, cinco e dez dias, e rescisão do contrato com fundamento na alínea d do art. 86, sucessivamente.

CAPÍTULO II

Da rescisão do contrato de trabalho rural

Art. 79. Ao trabalhador rural, quando não exista prazo estipulado para o término do contrato, e não haja ele dado motivo para a cessação das relações de trabalho, é assegurado o direito de haver do empregador uma indenização, paga à base da maior remuneração que deste tenha percebido.

Art. 80. A indenização devida pela rescisão do contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou fração superior a seis meses, sempre que, neste último caso, o trabalhador tiver mais de um ano de serviço.

§ 1º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado período de experiência e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base trinta dias.

§ 3º Se pago por hora, a indenização apurar-se-á à base de duzentas e quarenta horas por mês.

§ 4º Para os trabalhadores que contratam por peça, tarefa ou serviço feito, a indenização será estipulada à base da média do tempo costumadamente gasto da realização do serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias.

Art. 81. No contrato que tenha termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o trabalhador rural, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos rendimentos do trabalhador rural será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão do contrato por prazo indeterminado.

Art. 82. VETADO.

§ 1º. VETADO.

§ 2º. VETADO.

§ 3º. VETADO.

Art. 83. VETADO.

Art. 84. VETADO.

Art. 85. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, se houver controvérsia sobre parte da importância dos salários, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador rural, à data do comparecimento perante o Conselho Arbitral ou perante o juízo competente, quando não haja acordo naquela instância, a parte incontroversa, sob pena de ser condenado a pagá-la em dobro.

Art. 86. Constituem justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a) ato comprovado de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) condenação criminal do trabalhador rural, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- d) desídia comprovada no desempenho dos serviços a seu cargo;
- e) embriaguez habitual ou em serviço, devidamente comprovada;
- f) ato reiterado de indisciplina ou insubordinação;
- g) abandono de emprego;
- h) ato lesivo da honra ou da boa fama, praticado no serviço, contra qualquer pessoa, ou ofensa física, nas mesmas condições, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- i) prática constante de jogos de azar.

§ 1º Nos contratos por prazo determinado, é também justa causa, para rescisão, a incompetência alegada e comprovada até seis meses, a partir do início do prazo.

§ 2º Caracteriza-se o abandono do emprego quando o trabalhador rural faltar ao serviço, sem justa causa, devidamente comprovada, por mais de trinta dias consecutivos ou sessenta intercalados, durante o ano.

Art. 87. O trabalhador rural poderá considerar rescindido o contrato de trabalho e pleitear indenização quando:

a) sejam exigidos dele serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) corra perigo manifesto de mal considerável;

c) não cumpra o empregador as obrigações do contrato;

d) pratique o empregador, ou seus prepostos, contra ele ou pessoa de sua família, ato lesivo da honra ou da boa fama;

e) VETADO.

f) reduza o empregador o trabalho de forma a afetar-lhe sensivelmente a importância da remuneração, seja esta por tarefa, por peça, por serviço feito, ou mista, constando de parte fixa e parte por produção.

Art. 88. A suspensão do trabalhador rural, determinada pelo empregador ou seu preposto, por mais de trinta dias, importa em rescisão injusta do contrato de trabalho.

§ 1º O trabalhador rural poderá suspender a prestação dos seus serviços, ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do trabalho contratado.

§ 2º Em caso de morte do empregador, se constituído em empresa individual, é facultado ao trabalhador rural rescindir o contrato de trabalho

Art. 89. VETADO.

§ 1º VETADO.

§ 2º VETADO.

CAPÍTULO III

Do aviso prévio

Art. 90. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra de sua resolução, com antecedência de oito dias, se o pagamento for feito por semana ou tempo inferior; de trinta dias, se feito o pagamento por quinzena ou mês, ou se o empregado tiver mais de doze meses de serviço na empresa.

§ 1º A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida, sem-

pre, a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2º Sendo do empregado a falta de aviso prévio, o empregador terá o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3º Em se tratando de salário pago à base de peça ou tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos doze meses de serviço.

Art. 91. Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o trabalhador rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral para procurar outro trabalho.

Art. 92. Dado o aviso prévio a rescisão tornar-se-á efetiva depois de expirado o respectivo prazo.

§ 1º Se a parte notificante reconsiderar o ato antes do seu termo, a outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

§ 2º Caso seja aceita a reconsideração ou continue a prestação de serviço depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

Art. 93. O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeitar-se-á ao pagamento da remuneração correspondente a esse prazo, sem prejuízo da indenização que for devida.

Art. 94. O empregado que, durante o prazo de aviso prévio cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justa causa, para a rescisão do contrato perderá o direito ao restante do mesmo prazo.

CAPÍTULO IV

Da estabilidade

Art. 95. O trabalhador rural, que conte mais de dez anos de serviço efetivo no mesmo estabelecimento, não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior arts. 82 e 100, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se tempo de serviço todo aquele em que o empregado esteja à disposição do empregador.

Art. 96. Constitui falta grave qualquer das discriminadas no artigo 88,

cuja repetição representa séria violação dos deveres e obrigações do trabalhador rural.

Art. 97. O trabalhador rural estável, acusado de falta grave, poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua dispensa só se tornará efetiva após inquérito em que se verifique a procedência da acusação, assegurada ao acusado ampla defesa.

Parágrafo único. A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo; mas, reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo trabalhador rural, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar os salários a que teria direito no período da suspensão. Se o empregador quiser manter a dispensa do trabalhador rural estável ao qual se reconheceu inexistência de falta grave, poderá fazê-lo pagando em dobro a indenização que lhe caberia pela rescisão do contrato.

Art. 98. O pedido de rescisão amigável do contrato de trabalho, que importe demissão do trabalhador rural estável, somente será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato ou da autoridade judiciária local competente para julgar os dissídios do contrato de trabalho.

Art. 99. Não haverá estabilidade nos cargos de administrador, gerente ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para os demais efeitos legais.

Art. 100. Entende-se de força maior além dos previstos no art. 82, evento inevitável em relação à vontade do empregador, e para cuja ocorrência não haja êle concorrido direta ou indiretamente.

§ 1º A imprevisibilidade do empregador exclui a razão de força maior.

§ 2º Não se aplica o disposto neste Capítulo nos casos em que o evento de força maior não afete substancialmente ou não seja suscetível de afetar a situação econômica e financeira da empresa.

Art. 101. Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um de seus estabelecimentos, em que preste serviços o trabalhador rural, é assegurado a êste quando despedido, uma indenização que será:

a) a prevista nos arts. 79 e 80 se êle for estável;

b) metade da que lhe seria devida em caso de rescisão do contrato sem justa causa, se êle não tiver direito à estabilidade;

c) metade da estipulada no art. 82, se houver contrato de trabalho por prazo determinado.

Art. 102. Comprovada a falsa alegação de motivo de força maior, é garantida a reintegração aos empregados estáveis, e, aos não estáveis, o complemento da indenização já percebida, assegurado àqueles e a êstes o pagamento da remuneração atrasada.

TÍTULO V

Do contrato coletivo de trabalho rural

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 103. Contrato coletivo de trabalho rural é o convênio de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de empregadores e trabalhadores rurais estipulem condições que regerão as relações individuais de trabalho, no âmbito da respectiva representação.

§ 1º. O contrato coletivo entrará em vigor dez dias após homologação pela autoridade competente.

§ 2º. Os sindicatos só poderão celebrar contrato coletivo quando o fizerem por deliberação de assembleia geral, dependendo a sua validade da ratificação, em outra assembleia geral, por maioria de 2/3 (dois terços) dos associados ou em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

§ 3º. O contrato coletivo de trabalho rural pode revestir meramente a forma de convenção coletiva de trabalho rural, contendo apenas normas gerais de trabalho, remuneração, horário de trabalho e assistência aos trabalhadores rurais e suas famílias, aplicando-se a essas convenções, entretanto, o disposto neste artigo.

Art. 104. Os contratos coletivos serão celebrados por escrito em três vias, sem emendas nem rasuras, assinadas pelas diretorias dos sindicatos convenientes, ficando cada parte com uma das vias e sendo a outra via remetida, dentro de trinta dias da assinatura, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, para homologação, registro e arquivamento.

Art. 105. As cópias autênticas dos contratos coletivos serão afixadas, de modo visível, nas sedes das entidades sindicais e nos estabelecimentos para os quais tenham sido ajustados, dentro de sete dias contados da data em que forem êles assinados.

Art. 106. As convenções ou contratos coletivos de trabalho rural só valerão, em princípio, para os convenientes.

§ 1º. Poderá, porém, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, depois de homologado o ato e durante a sua vigência, desde que a medida seja aconselhada pelo interesse público:

a) torná-lo obrigatório a todos os membros das categorias profissionais e econômicas representadas pelos sindicatos convenientes, dentro das respectivas bases territoriais.

b) estendê-lo aos demais membros das mesmas categorias ou classes.

§ 2º -- O contrato coletivo tornado obrigatório a outras categorias profissionais e econômicas, para estas vigorará pelo prazo nele estabelecido ou por outro que o Ministro do Trabalho e Previdência Social estipule no ato que praticar, de acordo com o parágrafo anterior.

Art. 107. Do contrato coletivo devem constar, obrigatoriamente:

a) a designação precisa dos sindicatos convenientes;

b) o serviço ou os serviços a serem prestados e a categoria profissional a que se aplica ou, estritamente, as profissões ou funções abrangidas;

c) a categoria econômica a que se aplica, ou estritamente as empresas ou estabelecimentos abrangidos;

d) o local ou os locais de trabalho;

e) o prazo de vigência;

f) o horário de trabalho;

g) a importância e a modalidade dos salários;

h) os direitos e deveres de empregadores e empregados.

Parágrafo único. Além das cláusulas prescritas neste artigo, no contrato coletivo poderão ser incluídas outras atinentes às normas para a solução pacífica de divergências entre os convenientes ou relativas a quaisquer assuntos de interesse destes.

Art. 108. Não será permitido estipular duração do contrato coletivo de trabalho superior a dois anos.

§ 1º. O contrato coletivo, com sua vigência subordinada à execução de determinado serviço, que não venha a ser concluído dentro do prazo de dois anos, poderá ser prorrogado mediante ato da autoridade competente para homologá-lo, desde que não tenha havido oposição dos convenientes.

§ 2º. Em caso de prorrogação é exigida a ratificação dos convenientes, seguido o rito estipulado para a celebração do contrato.

Art. 109. O processo de denúncia ou revogação obedecerá às normas estipuladas para a celebração do contrato coletivo, ficando igualmente condicionado à homologação da autoridade competente.

Art. 110. A vigência do contrato coletivo poderá ser suspensa temporária ou definitivamente quando ocorrer motivo de força maior podendo ser prorrogada por tempo equivalente ao da suspensão.

§ 1º. Compete à autoridade administrativa declarar a suspensão quando não haja dissídio entre os convenientes.

§ 2º. Havendo dissídio, será competente, para dele conhecer, a Justiça do Trabalho.

Art. 111. Serão nulas de pleno direito as disposições de contrato individual de trabalho rural no que contrariar contrato ou convenção coletiva de trabalho rural existente.

§ 1º. Da infração do disposto neste artigo caberá multa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para o empregador e por metade para o empregado, a critério da autoridade incumbida da fiscalização desta lei.

§ 2º. Verificada a infração, a parte infratora será autuada pelos órgãos competentes de fiscalização intimada pelo Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, ou pelas Delegacias Regionais, nos Estados a pagar a multa dentro de quinze dias.

§ 3º. Na falta do pagamento da multa, será feita a cobrança executiva nos termos da legislação em vigor.

§ 4º. Da imposição da multa caberá recurso, com efeito suspensivo, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentro do prazo de trinta dias da intimação.

§ 5º. As importâncias das multas, que forem recolhidas, serão escrituradas no Tesouro Nacional, a crédito

do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a fim de serem aplicadas nas despesas de fiscalização dos serviços a cargo do Departamento Nacional do Trabalho.

§ 6.º Os contratos individuais de trabalho preexistentes ficarão subordinados aos termos dos contratos ou convenções coletivas supervenientes, sendo assegurado aos empregadores o prazo de trinta dias, a partir do início da vigência destes, para promover livres da multa prevista no § 1.º a introdução, naqueles, das alterações resultantes da nova situação.

Art. 112. As convenções ou contratos coletivos de trabalho rural não poderão conter condições restritivas nem que contradigam ou impossibilitem o disposto nesta lei.

Art. 113. Da infração das cláusulas das convenções ou contratos coletivos de trabalho rural cabe dissídio individual ou coletivo perante a Justiça do Trabalho, se não houver acordo perante o Conselho Arbitral, ao qual será submetida a divergência, preliminarmente, procedendo-se nos termos do Título VII desta lei.

TÍTULO VI

Da Organização Sindical

CAPÍTULO I

Da Associação Sindical das Classes Rurais

Art. 114. É lícita a associação em sindicato, para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregados ou empregadores, exerçam atividades ou profissão rural.

Art. 115. São prerrogativas dos sindicatos rurais:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais das classes que os integram, ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade exercida;

b) celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho;

c) eleger os representantes das classes que os integram na base territorial;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as classes representadas;

e) impor contribuições a todos aqueles que integrem as classes representadas.

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 116. São deveres dos sindicatos:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;

b) manter serviços de assistência para seus associados;

c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;

d) promover a criação de cooperativas para as classes representadas;

e) fundar e manter escolas de alfabetização e pre-vocacionais.

Art. 117. Os sindicatos rurais deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

a) VETADO.

b) mandato da diretoria não excedente de três anos;

c) exercício do cargo de presidente por brasileiro ... VETADO ... e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros.

Parágrafo único. Os estatutos deverão conter:

a) a denominação e a sede da entidade;

b) as atividades representadas;

c) a afirmação de que a entidade agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações ou sindicatos no sentido da solidariedade social, do bem-estar dos associados e do interesse nacional;

d) as atribuições do sindicato, a competência, as atribuições e as prerrogativas dos administradores, o processo eleitoral destes, e das votações, os casos de perda de mandato e de substituição dos dirigentes da entidade;

e) o modo de constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado, no caso de dissolução;

f) as condições em que se dissolverá o sindicato

Art. 118. São condições para o funcionamento do sindicato:

a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;

b) proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo sindicato ou por entidade sindical de grau superior;

c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos;

d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 120, inclusive as de caráter político-partidárias;

e) proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de trabalhadores rurais de se afastar do seu trabalho, pode-lhe-se ser arbitrada, pela assembleia geral, uma gratificação nunca excedente à importância de sua remuneração na profissão respectiva.

CAPÍTULO II

Do reconhecimento e investidura sindical

Consideran-se:

Art. 119. Serão reconhecidas como sindicatos as entidades que possuam carta de reconhecimento assinada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 120. A expedição da carta de reconhecimento será automaticamente deferida ao sindicato rural que a requerer, mediante prova de cumprimento das exigências estabelecidas no art. 117 e seu parágrafo único.

§ 1º VETADO.

§ 2º A prova relativa às exigências das letras b e c do art. 117, a a f do seu parágrafo único, será feita pela anexação, ao pedido de reconhecimento, de três cópias autênticas, três certidões ou cópias autênticas do inteiro teor da ata da última assembleia geral da entidade.

Art. 121. O reconhecimento investe o sindicato nas prerrogativas do art. 115 e seu parágrafo único e o obriga aos deveres do art. 116, a partir da data do pedido de reconhecimento ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CAPÍTULO III

Da administração do sindicato

Art. 122. A administração do sindicato será exercida por uma Direto-

ria constituída no máximo de sete e, no mínimo, de três membros, e de um Conselho Fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral.

§ 1º A Diretoria elegerá, dentre os seus membros, o presidente do sindicato.

§ 2º A competência do Conselho Fiscal é limitada a fiscalização da gestão financeira do sindicato.

§ 3º Constituirá atribuição exclusiva da Diretoria do sindicato a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas, salvo o mandatário com poderes outorgados por procuração da Diretoria, ou associado investido em representação prevista em lei.

Art. 123. Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, na forma estatutária, as deliberações da Assembleia Geral concernentes aos seguintes assuntos:

a) eleição de associados para representação da respectiva categoria prevista em lei;

b) tomada e aprovação de contas da Diretoria;

c) aplicação do patrimônio;

d) julgamento dos atos da Diretoria, relativos a penalidades impostas a associados;

e) pronunciamento sobre relações ou dissídios de trabalho. Neste caso as deliberações da Assembleia Geral só serão consideradas válidas quando ela tiver sido especialmente convocada para esse fim, de acordo com as disposições dos estatutos da entidade sindical. O *quorum* para validade da assembleia será de metade mais um dos associados quites; não obtido esse *quorum* em primeira convocação, reunir-se-á a Assembleia, em segunda convocação, com os presentes, considerando-se aprovadas as deliberações que obtiverem 2/3 (dois terços) dos votos.

§ 1º A eleição para cargos de Diretoria e Conselho Fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante seis horas contínuas, pelo menos, na sede do sindicato, das delegacias ou seções, se houver, e nos principais locais de trabalho, onde funcionarão mesas coletoras designadas pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal e pelos delegados regionais do Trabalho, nos Estados e Territórios Federais.

§ 2º Concomitantemente ao término do prazo estipulado para a votação, instalar-se-á, em assembleia eleitoral pública e permanente, na sede do sindicato, a Mesa apuradora para a qual serão enviadas imediatamente, pelos presidentes das Mesas coletoras, as urnas receptoras e as atas respectivas. Será facultada a designação de Mesa apuradora supletiva sempre que as peculiaridades ou conveniências do pleito o exigirem.

§ 3º A Mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público da Justiça do Trabalho, ou pessoa de notória idoneidade, designada pelo Procurador-Geral da Justiça do Trabalho ou Procuradores Regionais.

§ 4º O pleito só será válido na hipótese de participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos associados com capacidade para votar. Não obtido este coeficiente, será realizada nova eleição dentro de quinze dias a qual terá validade se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos referidos associados. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o coeficiente exigido, será realizado o terceiro e último pleito, cuja validade dependerá de mais de 40% (quarenta por cento) dos aludidos associados, proclamando o presidente da Mesa apuradora, em qualquer dessas hipóteses, os eleitos, os quais serão empossados, automaticamente na data do término do mandato expirante, não tendo efeito suspensivo os protestos ou recursos oferecidos na conformidade da lei.

§ 5º Não sendo atingido o coeficiente legal para a eleição, o Ministro do Trabalho e Previdência Social, após declaração de vacância da administração, a partir do término do mandato dos membros em exercício, e designará administrador para o sindicato, realizando-se novas eleições dentro de seis meses.

Art. 124. É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

Parágrafo único. Estão excluídos dessa proibição:

a) os delegados do Ministério do Trabalho e Previdência Social, especialmente designados pelo Ministro ou por quem o represente;

b) os que, como empregados, exercam cargos no sindicato, mediante autorização da Assembleia Geral.

Art. 125. Os empregados do sindicato serão nomeados pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral, não podendo recair tal nomeação nos que estiverem nas condições previstas nas alíneas a, b e d, do artigo 118.

Parágrafo único. Aplicam-se aos empregados dos sindicatos os preceitos das leis de proteção ao trabalho e de previdência social, excetuado o direito de associação em sindicato.

Art. 126. Na sede de cada sindicato haverá um livro de registro, autenticado pelo funcionário competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e do qual deverão constar:

a) tratando-se de sindicato de empregadores a firma, individual ou coletiva, ou a denominação das empresas e sua sede, o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residência dos respectivos sócios, ou em se tratando de sociedade por ações, dos diretores, bem como a indicação desses dados quanto ao sócio ou diretor que representar a empresa no sindicato;

b) tratando-se de sindicato de empregados, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva carteira profissional e o número da inscrição na instituição de previdência a que pertencer.

CAPÍTULO IV

Das eleições sindicais

Art. 127. São condições para o exercício do direito do voto, como para a investidura em cargo de administração ou representação sindical:

a) ter o associado mais de seis meses de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício de atividade ou da profissão;

b) ser maior de dezoito anos;

c) estar em goce dos direitos sindicais.

Art. 128. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação sindical:

a) os que não tiverem aprovadas as suas contas de exercício em cargo de administração;

b) os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

c) os que não estiverem desde dois anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão, dentro da base territorial do sindicato ou no desempenho de representação sindical;

d) os que tiverem má conduta, devidamente comprovada

Art. 129. Nas seleções para cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados eleitores.

§ 1º Não concorrendo à primeira convocação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maioria proceder-se-á a nova convocação para dia posterior, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos votos dos eleitores presentes.

§ 2º Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, poderá a assembleia, em última convocação, ser realizada duas horas após a primeira convocação, desde que do edital respectivo conste essa advertência.

§ 3º Concorrendo mais de uma chapa, poderá o Ministro do Trabalho e Previdência Social designar o presidente da seção eleitoral, desde que o requeiram os associados que encabeçarem as respectivas chapas.

§ 4º O Ministro do Trabalho e Previdência Social expedirá instruções regulando o processo das eleições.

Art. 130. As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de sessenta dias e mínimo de trinta dias, antes do término do mandato dos dirigentes em exercício.

§ 1º Não havendo protesto na ata da assembleia eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de quinze dias a contar da data das eleições, a posse da Diretoria eleita independe da aprovação das eleições pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 2º Competirá à Diretoria em exercício, dentro de trinta dias da realização das eleições não tendo havido recursos, dar publicidade ao resultado do pleito, fazendo comunicação ao órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, da relação dos eleitos, com os dados pessoais de cada um e a designação da função que vai exercer.

§ 3º Havendo protesto na ata da assembleia eleitoral ou recurso interposto dentro de quinze dias da realização das eleições, competirá à Diretoria em exercício encaminhar, devidamente instruído, o processo eleitoral ao órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que o encaminhará para decisão do Ministro de Estado. Nesta hipótese, permanecerão na administração, até despacho final do processo, a Diretoria e o Conselho Fiscal que se encontrarem em exercício.

§ 4º Não se verificando as hipóteses previstas no parágrafo anterior, a posse da nova Diretoria deverá verificar-se dentro de trinta dias subsequentes ao término do mandato da anterior.

CAPÍTULO V

Das associações sindicais de grau superior

Art. 131. Constituem associações sindicais de grau superior as Federações e as Confederações organizadas nos termos desta lei.

§ 1º Os sindicatos, quando em número inferior a cinco, preferencialmente representando atividades agropecuárias idênticas, similares ou conexas, poderão organizarem-se em Federação.

§ 2º A Confederação Nacional se constituirá de, pelo menos três federações, havendo uma confederação de trabalhadores e outra de empregadores agrários.

§ 3º A carta de reconhecimento das federações será expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, na qual se especificará a coordenação das atividades a elas atribuídas e mencionada a base territorial outorgada.

§ 4º O reconhecimento das federações será deferido a requerimento das respectivas diretorias, devidamente instruído pelos documentos que comprovem o disposto no parágrafo 1º deste artigo e as exigências das letras b e c do art. 117, e, no que couber, as estabelecidas no parágrafo único do mesmo artigo.

§ 5º O reconhecimento da Confederação será feito por decreto do Presidente da República, a requerimento da diretoria da entidade em organização.

CAPÍTULO VI

Da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização

Art. 132. Constituem patrimônio das associações sindicais rurais:

- a) as contribuições dos associados na forma estabelecida nos estatutos ou pelas assembleias gerais;
- b) os bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos;
- c) as doações e legados;
- d) as multas e outras rendas eventuais;
- e) as arrecadações que lhes couberem do imposto sindical.

Art. 133. As rendas dos sindicatos, federações e confederação só poderão ter aplicação na forma prevista na lei e nos estatutos.

Parágrafo único. A alienação do patrimônio deverá ser autorizada pela assembleia geral e só será concluída após sua homologação pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 134. Os sindicatos federações e a confederação submeterão, até 30 de junho de cada ano, à aprovação do Ministro do Trabalho e Previdência Social, na forma das instruções que expedir, seu orçamento de receita e despesa para o ano financeiro seguinte, que coincidirá com o ano legal.

CAPÍTULO VII

Do Imposto Sindical

Art. 135. É criado o imposto sindical, a que estão sujeitos os empregadores e trabalhadores rurais, regulando-se o seu valor, processo de arrecadação, distribuição e aplicação pelo disposto no Capítulo III, do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho, no que couber.

Parágrafo único. Os representantes na Confederação de empregadores e os de empregados rurais passarão a integrar a Comissão do Imposto Sindical, na forma do que dispõe a alínea "b" do art. 595, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 136. O trabalhador rural eleito para o cargo de administração ou representação profissional não poderá, por motivo de serviço, ser impedido do

exercício das suas funções, nem ser transferido sem causa justificada, a juízo do Ministro do Trabalho e Previdência Social, para lugar ou mister que lhe dificulte, frustre ou impossibilite o desempenho da comissão ou do mandato.

§ 1º O trabalhador rural perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita.

§ 2º Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento do empregador ou cláusula contratual, o tempo em que o trabalhador rural se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo.

§ 3º O empregador que despedir, suspender ou rebaixar de categoria o trabalhador rural, ou lhe reduzir a remuneração, para impedir que ele se associe a sindicato, organize associação sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado, fica sujeito a multa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), o dobro na reincidência, a juízo da autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o trabalhador.

Art. 137. Não se reputará transmissão de bens, para efeito fiscal, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical ou das entidades sindicais entre si.

Art. 138. Os atos que importem malversação ou dilapidação do patrimônio dos associados sindicais ficam equiparados aos crimes contra a economia popular ... VETADO.

Art. 139. As entidades sindicais, no desempenho da atribuição representativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

Art. 140. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei, não poderão filiar-se ou manter relações de representação, com ou sem reciprocidade, com organizações internacionais, ... VETADO ... VETADO, exceto aquelas de que o Brasil faça parte, como membro integrante, junto às quais mantenha representação permanente ou a elas periodicamente envie delegação de observadores.

Art. 141. As Associações Rurais e seus órgãos superiores, reconhecidos

nos termos e sob a forma do decreto 8.127, de 25 de outubro de 1945, poderão, se assim o manifestar a respectiva assembléia geral, dentro de cento e oitenta dias da vigência desta lei, ser investidos nas funções e prerrogativas de órgão sindical do respectivo grau, na sua área de ação, como entidades de empregadores rurais.

Parágrafo único — As Associações de Trabalhadores Rurais e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em organização é assegurada, até que se organizem os sindicatos dessas categorias profissionais, representá-las para os fins do art. 112 desta lei.

Art. 142. Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento da entidade o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir por intermédio de delegado, com atribuições para administrar a associação e executar as medidas necessárias para lhe normalizar o funcionamento.

Art. 143. As infrações ... **VETADO** ... **VETADO**, além das demais penalidades previstas, serão punidas, segundo seu caráter e gravidade, com as seguintes penalidades:

a) multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) paga em dobro na reincidência, até o máximo de Cr\$ 500,00 (cinco mil cruzeiros);

b) suspensão de diretores por prazo até trinta dias;

c) destituição de diretores ou de membros do Conselho;

d) fechamento da entidade, por prazo até seis meses;

e) cassação da carta de reconhecimento.

Art. 144. As penalidades de que trata o artigo anterior serão impostas:

a) as das alíneas "a" e "b" pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, com recurso para o Ministro de Estado;

b) as demais pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º Quando se tratar de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo Ministro de Estado, salvo se a pena for da cassação da carta de reconhecimento da confederação, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2º Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada ampla defesa ao acusado.

Art. 145. A denominação "Sindicato" é privativa das associações sindicais rurais de primeiro grau reconhecidas na forma desta lei.

Art. 146. As expressões "Federação" e "Confederação", seguidas da designação da atividade rural respectiva e da área de ação da entidade, constituem denominações privativas das entidades sindicais rurais de grau superior.

Art. 147. A toda empresa ou indivíduo que exerça respectivamente atividade ou profissão, desde que satisfaça as exigências desta lei, assiste o direito de ser admitido no sindicato da respectiva categoria, salvo o caso de falta de idoneidade devidamente comprovada, com recurso para o Ministro do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º Perderá os direitos de associado o sindicalizado que por qualquer motivo deixar o exercício da atividade ou da profissão.

§ 2º Os associados de sindicatos de empregados, que forem aposentados, estiverem em desemprego ou falta de trabalho, ou tiverem sido convocados para prestação de serviço militar, não perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, não podendo, entretanto, exercer cargo de administração sindical ou de representação da respectiva categoria.

Art. 148. De todo ato lesivo de direitos ou contrário a esta lei, emanado da Diretoria do Conselho ou da Assembléia Geral da entidade sindical, poderá qualquer exercente de atividade ou profissão recorrer dentro de trinta dias, para a autoridade competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 149. Os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados as contribuições por estes devidas ao sindicato, uma vez que tenham sido notificados por este, salvo quanto ao imposto sindical, cujo desconto independe dessa formalidade.

Art. 150. As empresas sindicalizadas e assegurada preferência, em igualdade de condições, nas concorrências para exploração de serviços públicos, bem como nas concorrên-

cias para fornecimento as repartições federais, estaduais e municipais e às entidades paraestatais.

TÍTULO VII

Dos dissídios e respectivo julgamento

CAPÍTULO ÚNICO

Do Conselho Arbitral

Art. 151. É criado um Conselho Arbitral em cada sede de comarca, composto de um representante do Ministério Público, dois da Associação ou Sindicato dos Empregadores Rurais da comarca e dois da Associação ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais local.

Parágrafo único. Os representantes das entidades patronais ou das de trabalhadores rurais serão indicados por essas entidades ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, na forma de seus estatutos.

Art. 152. Os dissídios individuais oriundos da aplicação desta lei serão submetidos preliminarmente ao Conselho Arbitral.

§ 1º O Conselho Arbitral só poderá promover acordos entre as partes, lavrando-se por termo o acertado, que terá força de lei entre as partes dissidentes e de cujo inteiro teor se fornecerá certidão aos interessados.

§ 2º Se não houver conciliação, a solução do litígio será atribuída à Justiça do Trabalho.

Art. 153. São aplicáveis à solução dos dissídios individuais e coletivos, decorrentes da aplicação desta lei, as normas que regulam os respectivos processos na Justiça do Trabalho.

TÍTULO VIII

Do processo de multas administrativas

CAPÍTULO I

Da fiscalização, da autuação e da imposição de multas

Art. 154. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, ou aos que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento desta lei.

Art. 155. A toda verificação em que o fiscal concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura do auto de infração. Em se tratando, po-

rém de violação de norma legal recente, o fiscal apenas instruirá o infrator quanto ao modo de proceder, voltando em segunda visita a verificar o cumprimento do disposto no novo texto legal. Da mesma forma procederá quando se tratar de primeira inspeção em local de trabalho ou estabelecimento recentemente criado. A aplicação de multa não exime o infrator da responsabilidade em que incorra por infração das leis penais.

CAPÍTULO II

Dos Recursos

Art. 156. De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho rural cabe recurso à autoridade hierarquicamente superior no prazo de dez dias.

Art. 157. Das decisões que profirerem em processo de infração das leis de proteção do trabalho e que impliquem em arquivamento daquele deverão as autoridades prolatoras recorrer "ex officio" para o Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, ou, quando fôr o caso, para o Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

TÍTULO IX

Dos serviços sociais

Do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

Art. 158. Fica criado o "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", que se constituirá de 1% (um por cento) do valor dos produtos agro-pecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.

§ 1º — Na hipótese de estabelecimento fabril que utilize matéria prima de sua produção agro-pecuária, a arrecadação se constituirá de 1% (um por cento) sobre o valor da matéria-prima própria, que fôr utilizada.

§ 2º — Nenhuma empresa, pública ou privada, rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea, poderá transportar qualquer produto agro-pecuário, sem que comprove, mediante apresentação de guia de recolhimento, o cumprimento do estabelecido neste artigo.

CAPÍTULO II

Do Instituto de Previdência
e Seguro Social

Art. 159. Fica o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — IAPI — encarregado, durante o prazo de cinco anos, da arrecadação do Fundo a que se refere o artigo anterior, diretamente, ou mediante Convênio com entidades públicas ou particulares, bem assim incumbido da prestação dos benefícios estabelecidos nesta lei ao trabalhador rural e seus dependentes, indenizando-se das despesas que forem realizadas com essa finalidade.

Parágrafo único — A escrituração do Fundo referido no artigo anterior será inteiramente distinta na contabilidade do IAPI e sua receita será depositada no Banco do Brasil S. A., sob o título "Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural", a ordem do IAPI.

CAPÍTULO III

Dos Segurados

Art. 160. São obrigatoriamente segurados: os trabalhadores rurais, os colonos ou parceiros, bem como os pequenos proprietários rurais, empreiteiros, tarefeiros e as pessoas físicas que explorem as atividades previstas no art. 3º desta lei, estes com menos de cinco empregados a seu serviço.

Art. 161. Os proprietários em geral, os arrendatários, demais empregados rurais não previstos no artigo anterior, bem como os titulares de firma individual, diretores, sócios, gerentes, sócios solidários, sócios quotistas, cuja idade seja, no ato da inscrição até cinquenta anos, poderão, se o requererem tornar-se contribuinte facultativo do IAPI.

§ 1.º — A contribuição dos segurados referidos neste artigo será feita à base de 8% (oito por cento) sobre um mínimo de três e um máximo de cinco vezes o salário mínimo vigente na região.

§ 2.º — Os segurados referidos neste artigo e seus dependentes gozarão de todos os benefícios atribuídos ao segurado rural e dependente rural.

CAPÍTULO IV

Dos Dependentes

Art. 162. São dependentes do segurado, para os fins desta lei:

I — a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição quando inválidos ou menores de dezoito anos, as filhas solteiras de qualquer condição, quando inválidas ou menores de vinte e um anos;

II — o pai inválido e a mãe;

III — os irmãos inválidos ou menores de dezoito anos e as irmãs solteiras, quando inválidas ou menores de vinte e um anos.

§ 1º O segurado poderá designar, para fins de percepção de prestações, qualquer pessoa que viva sob sua dependência econômica.

§ 2º A pessoa designada apenas fará jus à prestação na falta dos dependentes enumerados no item I deste artigo, e se, por motivo de idade, condição de saúde ou encargos domésticos, não puder angariar os meios para seu sustento.

Art. 163. A existência de dependente de qualquer das classes enumeradas nos itens do art. 162 exclui do direito a prestação todos os outros das classes subsequentes e a da pessoa designada, exceto os indicados nos itens II e III do mesmo artigo.

Parágrafo único. Mediante declaração escrita do segurado os dependentes indicados no item II do art. 162, poderão concorrer com a esposa, o marido inválido ou com a pessoa designada na forma do § 1º do mesmo artigo, salvo se existirem filhos com direito à prestação.

CAPÍTULO V

Dos Benefícios

Art. 164. O IAPI prestará aos segurados rurais ou dependentes rurais, entre outros, os seguintes serviços:

- a) assistência à maternidade;
- b) auxílio doença;
- c) aposentadoria por invalidez ou velhice;
- d) pensão aos beneficiários em caso de morte;
- e) assistência médica;
- f) auxílio funeral;
- g) VETADO.

§ 1.º — Os benefícios correspondentes aos itens "b" e "c" são privativos do segurado rural.

Art. 165. Para execução dos serviços previstos nos itens "a" e "e" do artigo anterior, poderá o IAPI estabelecer convênios com clínicas ou entidades hospitalares ou com outras instituições de previdência.

Art. 166. A carteira de Seguro contra acidente no Trabalho do IAPI poderá operar com os segurados rurais, mediante contribuição facultativa, a ser estabelecida na regulamentação da presente lei.

CAPÍTULO VI

Disposições Especiais

Art. 167. Os benefícios concedidos aos segurados rurais ou seus dependentes, salvo quanto às importâncias devidas ao IAPI, aos descontos autorizados por lei, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecidos judicialmente, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão, a constituição de qualquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 168. O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado rural ou ao dependente rural, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiário, quando se fará por procurador, mediante concordância expressa do IAPI, que poderá negá-la quando julgar inconveniente.

Art. 169. Não prescreverá o direito ao benefício mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de cinco anos, a contar da data em que forem devidas.

Art. 170. As importâncias devidas aos segurados serão pagas, caso ocorra sua morte, aos seus dependentes, e, na falta destes, reverterão ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.

Art. 171. Os recursos do Fundo de Seguros não poderão ter destinação diversa da prevista nesta lei, sob pena de responsabilidade civil e criminal dos que a determinarem ou praticarem.

Art. 172. Os benefícios previstos na presente lei somente passarão a vigorar após o primeiro ano a que se referir a arrecadação.

TÍTULO X

Disposições Gerais e Transitórias

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 173. Dentro de noventa dias o Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social regulamentará as relações entre o I.A.P.I. e segurados rurais, dependentes rurais e contribuintes facultativos rurais, devendo constar do regulamento, entre outros, os seguintes assuntos:

a) indicação normativa para concessão e cálculo dos valores dos auxílios a que se referem os itens a, b, c, d, e e f, do art. 164;

b) definição e caracterização dos diversos auxílios;

c) exigências para concessão de cada um dos benefícios, inclusive prazo de inscrição dos dependentes rurais, observados os casos em que é dispensada a carência;

d) casos de perda de qualidade do segurado;

e) norma para inscrição dos segurados rurais e dos contribuintes facultativos rurais, bem como dos respectivos dependentes e outras medidas que objetivem a sua maior facilidade;

f) normas para, mediante acordo, as entidades locais encarregarem-se do pagamento dos benefícios concedidos aos segurados ou dependentes;

g) normas para o estabelecimento das taxas de contribuição dos contribuintes facultativos rurais a que se refere o art. 161 no seu § 1º.

Art. 174. A regulamentação a que se refere o artigo anterior deverá referir-se também, entre outros, aos seguintes:

a) normas para arrecadação do Fundo, bem como sua cobrança e recolhimento;

b) normas para fiscalização da arrecadação do Fundo, inclusive para os processos administrativos e respectivas penalidades;

c) normas para aplicação do Patrimônio;

d) fixação dos coeficientes das despesas administrativas em relação a receita, necessários para a execução dos serviços atribuídos ao I.A.P.I. na presente lei;

e) diretrizes para maior descentralização dos serviços, especialmente concessão dos benefícios.

Art. 175. A prescrição dos direitos assegurados por esta lei aos trabalha-

dores rurais só ocorrerá após dois anos de cessação do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra o menor de dezesseis anos, não corre qualquer prescrição.

Art. 176. VETADO.

Art. 177. Os empregadores rurais, cujas instalações e serviços assistenciais se enquadrem nas exigências desta lei, terão:

a) prioridade para obtenção de financiamento no Banco do Brasil S.A. ou qualquer outro estabelecimento de crédito em que o Governo Federal tenha poder de direção, para realização de obras de caráter social e educativo, preconizadas por esta lei, independentemente de hipoteca, mediante pagamento em dez anos, a juros máximos de 8% (seis por cento) não capitalizáveis;

b) preferência para operações de crédito e financiamento de entre-safra e de benfeitorias nos estabelecimentos oficiais de crédito da União;

c) facilidades cambiais e creditícias para importação ou aquisição, no mercado interno, respectivamente de bens de produção, entendendo-se como tais tudo o que, direta ou indiretamente, possa concorrer para o incremento da produtividade, melhoria da qualidade ou preservação das safras;

d) VETADO.

e) VETADO.

Art. 178. Entendem-se como benefícios de ordem social e educativa:

a) prédios para escolas primárias e jardins de infância, destinados aos filhos dos trabalhadores rurais;

b) creches para os filhos dos trabalhadores rurais e outros moradores da propriedade;

c) hospitais, maternidades, dispensários, ambulatórios e postos de pronto socorro, localizados na propriedade agrícola, mantidos por ela e destinados, principal e precipuamente aos trabalhadores rurais e suas famílias;

d) cinema e campos de esporte, localizados na propriedade agrícola e utilizados gratuitamente pelos trabalhadores rurais e suas famílias;

e) fornecimento gratuito de medicamentos de urgência e remédios de tipo caseiro aos trabalhadores rurais e suas famílias, bem como materiais escolares e uniformes aos seus filhos;

f) bolsas de estudo em qualquer grau de ensino, fornecidas gratuita-

mente aos filhos do trabalhador rural da propriedade;

g) despesas com a manutenção de médicos, dentistas, professores e entidades hospitalares e assistenciais em benefício do trabalhador rural;

h) instalação de água e energia elétrica nas casas de moradia dos trabalhadores rurais.

Art. 179. Estendem-se aos trabalhadores rurais os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que não contradigam ou restrinjam o disposto nesta Lei.

Art. 180. Não se aplicam as disposições desta lei nem as da Consolidação das Leis do Trabalho as relações de trabalho rural do pequeno proprietário com membros de sua família, quando só com eles explore a propriedade.

Parágrafo único. Não se aplicam também as relações de emprego ao proprietário rural com membros de sua família, incumbidos de tarefas de administração ou execução dos trabalhos rurais desde que tenham participação direta nos resultados da empresa rural.

Art. 181. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social um crédito especial de Cr\$ 100 000 000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às despesas iniciais da aplicação da presente lei.

Art. 182. Dentro de cento e vinte dias da publicação desta lei o Poder Executivo baixará os regulamentos necessários à sua execução.

Art. 183. Este Estatuto entrará em vigor noventa dias após a sua publicação ressalvados apenas os dispositivos que dependerem de regulamentação e revogadas as disposições em contrário.

§ 1.º Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações de trabalho iniciadas. VETADO ... VETADO, antes da vigência deste Estatuto.

§ 2.º Os prazos de prescrição fixados pelo presente Estatuto começarão a correr da data da vigência deste quando menores que os prescritos pela legislação anterior.

Brasília, 2 de março de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas.

Almino Affonso.

José Ermirio de Moraes.

A P E N S O

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1962

Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdo de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

Art. 1º É revogado o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdo de Resgate assinado no Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1956, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da França, para a execução administrativa de questões financeiras e a liquidação, por meio de arbitramento, das indenizações devidas pelo Brasil, em decorrência da encampação das estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas, bem como a Companhia Port of Pará.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1962

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI DELEGADA Nº 9 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1962

Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências

Retificação

No parágrafo 1º do art. 36, onde se lê:

... adotarão as providências necessárias à liquidação...

Leia-se:

... adotarão as providências necessárias à liquidação...

LEI Nº 4.137 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico

Retificação

Na página 11.719, 4ª coluna, no art. 67, onde se lê:

... disposto no artigo 66

Leia-se:

... disposto no artigo 65.

LEI Nº 4.150 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1962

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos serviços públicos concedidos pelo Governo Federal, assim como nos de natureza estadual e municipal por ele subvencionados ou executados em regime de convênio, nas obras e serviços executados, dirigidos ou fiscalizados por quaisquer repartições federais ou órgãos paraestatais, em todas as compras de materiais por eles feitas, bem como nos respectivos editais de concorrência, contratos ajustes e pedidos de preços será obrigatória a exigência e aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados "normas técnicas" e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, nesta lei mencionada pela sua sigla "ABNT".

Art. 2º O Governo Federal, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, e na forma em que essa colaboração já vem sendo feita, indicará anualmente à "ABNT", até 31 de março, as normas técnicas novas em cujo preparo esteja interessado ou aquelas cuja revisão lhe pareça conveniente.

Art. 3º Através do Departamento Administrativo do Serviço Público, do Instituto de Resseguros do Brasil e outros órgãos centralizados ou autárquicos da administração federal se incrementará, em acordo com a "ABNT", o uso de rótulos selos, letreiros, sinetes e certificados demonstrativos da observância das normas técnicas chamadas "marcas de conformidade".

Art. 4º A partir do segundo ano de vigência desta lei, o Instituto de Resseguros do Brasil passará a considerar, na cobertura de riscos elementares, a observância das normas técnicas da "ABNT" quanto a materiais, instalações e serviços de maneira e também concorrer para que se estabeleça na produção industrial o uso das "marcas de conformidade" da "ABNT".

Art. 5º A "ABNT" é considerada como órgão de utilidade pública e, enquanto não visar lucros, aplicando integralmente na manutenção de sua administração, instalações, laboratórios e serviços, as rendas que auferir, em seu favor se manterá, no Orçamento Geral da República, dotação não inferior a dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00).

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de novembro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

João Mangabeira

Pedro Paulo de Araújo Suzano

Amáury Kruehl

Miguel Calmon

Hélio de Almeida

Renato Costa Lima

Darci Ribeiro

João Pinheiro Netto

Reynaldo de Carvalho Filho

Eliseu Paglioli

Octávio Augusto Dias Carneiro

Celso Gabriel de Rezende Passos

LEI Nº 4.153 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1962

Altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências

Retificação

Reproduz-se o item V — Alínea XII — Inciso 1 do art. 4º, por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* de 30.11.62:

V — Alínea XII — Inciso 1 — Matérias plásticas e resinas artificiais ou sintéticas, de condensação ou polimerização, em bruto ou em formas semi-manufaturadas ou ainda em películas, folhas, laminados, estratificados, placas, barras, blocos, perfilados, bastões; celulose regenerada (celofane); éteres de celulose em bruto ou em formas semi-manufaturadas; derivados de colofônia e de resíduos naturais; derivados de borracha; outras matérias plásticas e resinas artificiais ou sintéticas em bruto ou em formas semi-manufaturadas; maquiagem e outros artefatos de matéria plástica ou resinas artificiais ou sintéticas não especificados ou compreendidos em outra parte.

LEI Nº 4.162 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962

Altera a redação da letra "I", do artigo 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

Retificação

No art. 1º — onde se lê: Art. 1º — A letra "I" do art. 88 ... Leia-se: Art. 1º — A letra "I" do art. 88 ...

LEI Nº 4.175 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1962

Transfere cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura para igual Quadro do Ministério da Aeronáutica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica transferido, *ex officio*, no interesse da Administração para o Quadro do Pessoal — Parte Permanente — do Ministério da Aeronáutica com o respectivo ocupante, Francisco de Assis Gonçalves de Amorim Brandão, um cargo de Químico, Código TC-203.17-A, de igual Quadro do Ministério da Agricultura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Renato Costa Lima

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI Nº 4.177 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963

(Publicado no Suplemento ao nº 240 do D.O. de 20-12-62)
Retificação (Anexo 4.16 — referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores)

Na página 501 do Suplemento, 1ª coluna, na parte referente ao CONSELHO PENTECENÁRIO DO DISTRITO FEDERAL, a seguir às Subconsignações, — Leia-se:

1.1.13 — ...

1.1.20 — ...

Na 2ª coluna, na subconsignação 1.3.15, leia-se:

... 10.000

Na pág. 502, 1ª coluna, a seguir à subconsignação 1.3.13 ... — Leia-se:

1.3.15 — Lâmpadas ...

Na pág. 517, na 1ª coluna, abaixo da dotação total 32.500.000, acrescente-se:

18 PERNAMBUCO

Nessa mesma coluna, repetem-se os seguintes números de ordem por estarem ilegíveis:

Após o nº 7, leia-se 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 e 18, onde constam as expressões Associação de Assistência ...

2ª Coluna, leia-se:

19) Escola Profissional ... 500.000

Na 2ª coluna, após o nº de ordem 4, leia-se 5 Obras Sociais ...

Na mesma coluna, leia-se:

10) Centro de Reabilitação ... 8.000.000

Em seguida ao nº de ordem 11) ... Leia-se:

20 — Rio Branco

Na pág. 521, reproduzem-se alguns números de cifras e de ordem, por estarem ilegíveis, como se segue: na 1ª coluna:

27) — Instituição Beneficente ... 400.000

40) — Lar Escola ... 500.000

Na 2ª coluna: após o nº 55, leia-se:

56) Asilo...

Após o nº 66, leia-se:

67) Oratório Salesiano...

Após o nº 73, leia-se:

74) Casa Monteiro Lobato ...

Na página 522, 2ª coluna, leia-se:

113) Instituto "Mates dei" ... 2.000.000

Na pg. 528, 1ª coluna, leia-se:

1.1.01 — Vencimentos ... 39.200.000

Na 2ª Coluna, leia-se:

1.1.21 — Gratificação Adicional por tempo de serviço ... 4.424.000

e

1.4.03 — Material Bibliográfico em geral; filmes ... 60.000

Na pág. 532, na 1ª coluna, leia-se:

1.5.06 — Reparos, ... 400.000

1.5.07 — Publicações, ... 20.000

Na 2ª Coluna, leia-se:

1.3.03 — ...

1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes ...

1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos...

1.3.07 — Forragem e outros alimentos para animais ...

Na pág. 548, na 1ª coluna, leia-se:

3.1.01 — 4.000.000

3.1.02 — 6.500.000

3.1.03 — 10.000.000

Total da consignação

3.1.00 20.500.000

Total da verba

3.0.00 20.500.000

Na 2ª coluna, leia-se:

4.2.04 — Auto-caminhões, auto-bombas; ...

4.2.06 — Tratores, equipamentos para rodovias; implementos agrícolas...

4.2.08 — Embarcações e material flutuante, dragas e material de dragagem ...

4.2.11 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com equipamentos...

Total da Consignação 4.2.00 ...

CONSIGNAÇÃO 4.3.00 — Desapropriação e Aquisição de Imóveis

Subconsignações:

4.3.02 — Prosseguimento e ...

Na pág. 558, 2ª coluna, leia-se:

Obras de Bom Pastor — Natal ... 400.000

Na pág. 562, 1ª coluna, leia-se:

Recanto Infantil ... — São Paulo ... 200.000

Na pág. 565, 1ª coluna, leia-se: no total referente a Guanabara

5.050.000

na mesma coluna, leia-se: ...

13 — MATO GROSSO

Onde se lê, na pg. 501:

Conselho Penitenciário do Distrito Federal,

Leia-se:

03 — Conselho Penitenciário do Distrito Federal

Na mesma retificação na 1ª coluna, onde se lê:

27) — Instituição Beneficente 400.000

Leia-se:

26) Vila da Infância, mantida pela Igreja Metodista do Brasil — Penápolis 400.000

LEI Nº 4.177 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963.

(Publicada no Suplemento nº 240, do *Diário Oficial* do dia 20 de dezembro de 1962 — Seção I — Parte I)

Retificação

Na página 424, 1ª coluna, 23 — Serviço do Patrimônio da União — Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil, na parte "Variável" referente à Subconsignação 1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários, inclua-se, a parcela de 420.000.

LEI Nº 4.177 — DE 11 DE
DEZEMBRO DE 1962

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963.

Retificação

(Anexo 4.11 — Referente ao Ministério da Agricultura)

Página 104 — 2ª coluna

Onde se lê:

25 — Aprendizado Agrícola Presidente Dutra de Taquari — 10.000.000.

Leia-se:

25 — Aprendizado Agrícola Presidente Dutra de Taquari — 5.000.000.

Na mesma coluna, exclua-se:

28 — Centro de Treinamento Agrícola de Veranópolis — 2.500.000

Página 105 — 1ª coluna

25) Santa Catarina

Após o nº 40, inclua-se o total de 87.500.000

Na mesma página, 2ª coluna

26) São Paulo

Onde se lê:

8 — Instituto de Estudos Rurais mediante acordo entre o Governo Brasi-

leiro e o Ponto 4 e o Serviço Social Rural — Instituto subordinado à Fundação Escola de Sociologia ...

Leia-se:

8 — Instituto de Estudos Rurais subordinado à Fundação Escola de Sociologia ...

Página 107 — 2ª coluna

12) Maranhão

Após o nº 8, onde se lê:

Ribamar — 1.500.000

Leia-se.

Ribamar — 100.000

Página 108 — 1ª coluna

15) — Pará

Exclua-se o item 4

Página 109 — 2ª coluna

Onde se lê:

Total da Subconsignação 2.1.03 ... 150.680.000

Leia-se:

Total da Subconsignação 2.1.03 ... 150.650.000 e exclua-se os totais de 1.091.276.000 e 519.026.373 logo abaixo indicados.

Página 111 — 1ª coluna

Onde se lê:

Subconsignações:

Instalações e equipamentos para obras:

Leia-se:

Subconsignações:

4.2.10 — Instalações e equipamentos para obras:

Página 157 — 2ª coluna

Onde se lê:

1.4.12 — Mobiliário em geral — 500.000

Leia-se:

1.4.12 — Mobiliário em geral — ... 300.000

Página 165 — 1ª coluna

No total da Consignação 1.4.00

Leia: 3.670.000

LEI Nº 4.184 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência de Bispos do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de licença, do imposto de importação, do imposto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramento de Portos e de Renovação de Marinha Mercante, de emolumentos consulares, de taxas de armazéns e capatazias, para os donativos até o limite de trinta mil (30.000) toneladas anuais, constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, calçados, medicamentos e material áudio-visual de educação de base, remetidos até 1965, inclusive, pela Catholic Relief Services-National Catholic Welfare Conference (Conferência dos Bispos Norte-Americanos) à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para sua distribuição gratuita, através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.185 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Guerra, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender a despesas com a reconstrução e reaparelhamento das instalações da Fábrica Estrêla danificadas com a explosão ocorrida em outubro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a reconstrução e reaparelhamento das instalações da Fábrica Estrêla, danificadas com a explosão ocorrida em outubro de 1951.

Art. 2º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Amaury Kruehl

Miguel Calmon

LEI Nº 4.186 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. 10.000.000,00 para aplicação na construção do Estádio Universitário da Federação Universitária Paulista de Esportes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para aplicação na construção do Estádio Universitário da Federação Universitária Paulista de Esportes de São Paulo.

Art. 2º O crédito, de que trata a presente lei, será distribuído pelo Tesouro Nacional ao Ministério da Educação e Cultura, onde será posto à disposição da Federação Universitária Paulista de Esportes, beneficiada pela Lei nº 3.461 de 9 de novembro de 1958, ficando, automaticamente, registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon
Darcy Ribeiro

LEI Nº 4.187 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado ao prosseguimento das obras da sede da Associação Sergipana de Imprensa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Sergipana de Imprensa o auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinado ao prosseguimento das obras de sua sede.

Art. 2º E' também o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para o cumprimento desta lei.

Art. 3º O crédito especial autorizado na presente lei, será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Estado de Sergipe.

Art. 4º Se o crédito de que trata esta lei não for aberto, o seu quantitativo será incluído, como auxílio, no primeiro orçamento federal que se elaborar.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.188 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.131.000,00, destinado ao pagamento do salário-espósa de magistrados daquele Tribunal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.131.000,00 (um milhão, cento e trinta e um mil cruzeiros), destinado ao pagamento do salário-espósa de Magistrados daquele Tribunal, de que trata a Lei nº 2.745, de 12 de março de 1956.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
João Mangabeira
Miguel Calmon

LEI Nº 4.189 — DE 17 DE
DEZEMBRO DE 1962

Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção de licença, do imposto de importação, do

impôsto de consumo, da taxa de Despacho Aduaneiro, das taxas de Melhoramentos de Portos e de Renovação da Marinha Mercante, de emolumentos, consulares, de armazenagens, de capatazias, para donativos até o limite de cinquenta m³ toneladas anuais constituídos de gêneros alimentícios, roupas usadas, medicamentos, artigos de higiene, material escolar remetidos até 1970 inclusive, pela Church World Service (C. W. S.) e Lutheran World Alemanha Ocidental Lutherkirshjalp e Vaastkrustons Efterkrigshjalp, da Suécia,

Klerkens Rodhjalp, da Noruega à Confederação Evangélica do Brasil para sua distribuição e atuita através de obras de assistência social.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 17 de dezembro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.190 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1962

Dispõe sobre o meio circulante e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O meio circulante brasileiro continuará a constituir-se de cédulas de papel-moeda e de moedas metálicas.

Parágrafo único. As cédulas de papel-moeda serão dos valores de 10, 20, 50, 100, 200; 500; 1.000 e 5.000 cruzeiros; e as moedas metálicas de 10, 20 e 50 centavos e 1, 2 e 5 cruzeiros.

Art. 2º. As cédulas terão o formato uniforme de 157 milímetros de comprimento por 67 milímetros de largura.

§ 1º. Cada cédula conterá os seguintes dizeres:

No anverso:

República dos Estados Unidos do Brasil
Tesouro Nacional
Valor Legal

No reverso:

República dos Estados Unidos do Brasil

§ 2º. Serão as seguintes as características de cada uma das cédulas de que trata este artigo:

VALOR	ANVERSO	REVERSO
	Efigie de	
Cr\$		
10,00	Getúlio Dornelles Vargas	Fotografia da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.
20,00	Marechal Manoel Deodoro da Fonseca	Quadro de G. Hasoy: — Ato de assinatura da Constituição de 22 de junho de 1890 (Dec. 510).

VALOR	ANVERSO	REVERSO
	Effigie de	
Cr\$		
50,00	Princesa Isabel	Desenho de Angelo Agostini: — José do Patrocínio ante a Princesa Isabel.
100,00	D. Pedro II	Quadro de Cáderno F. Souza, representando a Cultura Nacional.
200,00	D. Pedro I	Quadro de Pedro Américo: — O Grito do Ipiranga.
500,00	D. João VI	Quadro de Delarive: Embarque de D. João, em Lisboa, para o Brasil.
1.000,00	Pedro Alvares Cabral ..	Quadro de Vitor Meirelles: Primeira Missa do Brasil.
5.000,00	Tiradentes (José Joaquim da Silva Xavier	Quadro de Rafael Falco: Tiradentes ante o carrasco.

Art. 3º. As moedas metálicas terão o pêso, diâmetro, composição da liga e tolerância que forem determinados pelo Ministério da Fazenda.

§ 1º. As moedas de que trata este artigo terão as seguintes características:

VALOR	ANVERSO	REVERSO
Cr\$		
0,10	Armas da República; junto ao ltel de proteção, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas sobrepostas, indicando o valor da moeda e, logo abaixo, por extenso, a palavra centavos separada por um traço horizontal de anc da emissão.

VALOR	ANVERSO	REVERSO
Cr\$ 0,20	Armas da República; junto ao ltel de pro- teção, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas so- brepostas, indicando o valor da moeda e, logo abaixo, por extenso, a palavra centavos separada por um traço horizontal do ano da emissão.
0,50	Armas da República; junto ao ltel de pro- teção, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas so- brepostas, indicando o valor da moeda e, logo abaixo, por extenso, a palavra centavos separada por um traço horizontal do ano da emissão.
1,00	Armas da República; na orla, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas sobre- postas, indicando o valor da moe- da e, logo abaixo, por extenso a palavra cruzeiro, usando-se plural para os 2 cruzeiros e separando-se por um traço horizontal o ano da emissão.
2,00	Armas da República; na orla, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas sobre- postas, indicando o valor da moeda e, logo abaixo, por extenso, a pa- lavra cruzeiro, usando-se plural para os 2 cruzeiros e separando-se por um traço horizontal o ano da emissão.
5,00	Armas da República; na orla, República dos Estados Unidos do Brasil	Algarismos arábicos, em linhas sobre- postas, indicando o valor da moeda e, logo abaixo, por extenso, a pa- lavra cruzeiro, usando-se plural para os 2 cruzeiros e separando-se por um traço horizontal o ano da emissão.

§ 2º. Poderá a Repartição competente do Ministério da Fazenda, desde que não haja aumento do meio circulante, manter o estoque de moeda metálica que se fizer necessário, o qual terá a seguinte aplicação:

a) atendimento de trocos de moeda;

b) substituição de moedas deformadas ou de antigo cunho;
c) substituição de cédulas de papel-moeda, as quais serão, na forma da legislação em vigor, retiradas da circulação e incineradas pela Caixa de Amortização.

Art. 4º. Salvo mútuo consentimento entre as partes interessadas, passa a ser o seguinte o poder liberatório das moedas metálicas do sistema brasileiro:

5 cruzeiros: 500 cruzeiros;
2 cruzeiros: 200 cruzeiros;
1 cruzeiro : 100 cruzeiros;
50 centavos: 50 cruzeiros;
20 centavos: 20 cruzeiros;
10 centavos: 10 cruzeiros;

Art. 5º. Em caso de dificuldade comprovada, por parte da Casa da Moeda, de fabricação das moedas metálicas, poderá a Junta Administrativa da Caixa de Amortização, em caráter excepcional, autorizar o lançamento de cédulas de papel-moeda dos valores de 1, 2 e 5 cruzeiros.

§ 1º. As cédulas a que se refere este artigo observarão as seguintes características:

VALOR	ANVERSO	REVERSO
	Efigie de	
Cr\$		
1,00	Marquês de Tamandaré	Fotografia da Escola Naval.
2,00	Duque de Caxias	Fotografia da Academia Militar de Agulhas Negras.
5,00	Barão do Rio Branco .	Quadro de Antônio Parreiras — A Conquista do Amazonas.

§ 2º. Logo que cessem os motivos determinantes dessa autorização excepcional tais valores voltarão a integrar-se, exclusivamente, no conjunto do sistema metálico.

Art. 6º. Compete à Junta Administrativa da Caixa de Amortização fixar todos os detalhes de ordem técnica, não compreendidos nos arts. 2º, § 1º do art. 3º e § 1º do art. 5º desta Lei.

Art. 7º. A partir da data desta lei nenhuma cédula de papel-moeda poderá ser fabricada ou adquirida pelo Governo, em desacordo com as condições ora estabelecidas, ressalvadas as encomendas já contratadas.

Parágrafo único. Os novos modelos serão lançados na circulação à medida que se esgotarem os estoques existentes de cada valor.

Art. 8. Sempre que julgar conveniente, o Poder Executivo poderá, mediante decreto, ordenar o recolhimento de cédulas de determinada estampa ou série, observados para a troca das cédulas antigas por novas os seguintes prazos e condições:

- nos primeiros seis meses, sem qualquer desconto;
- nos seis meses subsequentes, com desconto de 5%;
- nos três meses subsequentes, com desconto de 10%;
- nos três meses subsequentes, com desconto de 20%;
- nos três meses subsequentes, com desconto de 40%;
- nos três meses subsequentes, com desconto de 70%.

Parágrafo único. Perderá totalmente o valor a cédula que não for trocada dentro em dois anos a contar da publicação do decreto que ordenar seu recolhimento.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 17 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.192 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1962

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os níveis de vencimento-base, a razão horizontal e os valores dos símbolos dos cargos em comissão do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 3ª Região são os seguintes:

Níveis ou símbolos	Referência-base	Progressão Horizontal
PJ- 0	91.000,00	2.800,00
PJ- 1	88.200,00	2.600,00
PJ- 2	82.200,00	2.520,00
PJ- 3	75.600,00	2.380,00
PJ- 4	70.000,00	2.240,00
PJ- 5	65.800,00	2.100,00
PJ- 6	61.600,00	2.030,00
PJ- 7	57.400,00	1.820,00
PJ- 8	53.200,00	1.610,00
PJ- 9	50.400,00	1.400,00
PJ-10	47.600,00	1.260,00
PJ-11	44.800,00	1.190,00
PJ-12	42.000,00	1.120,00
PJ-13	40.600,00	1.050,00
PJ-14	39.200,00	980,00
PJ-15	37.800,00	910,00

Art. 2º Os valores ... (VETADO) ... das funções gratificadas do mesmo Quadro são:

1 — F	61.600,00
2 — F	58.800,00
3 — F	56.800,00
4 — F	53.200,00
5 — F	51.800,00
6 — F	50.400,00
7 — F	49.000,00

Art. 3º Os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região perceberão, a partir da vigência desta lei, gratificação adicional por tempo de serviço nas bases percebidas pelos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, por força de disposto no art. 5º da Lei nº 2.336-A, de 19 de novembro de 1954.

Parágrafo único. Uma vez que o servidor passe a perceber gratificação adicional por tempo de serviço, perde o direito à percepção de novas vantagens da progressão horizontal, incorporando-se, porém, aos seus vencimentos aquelas que vinha percebendo, até então.

Art. 4º O Quadro do Pessoal do Tribunal Regional e demais órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região aprovado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1948, e alterado por leis subsequentes, fica acrescido dos cargos e funções constantes da Tabela nº I, anexa.

§ 1º Os atuais cargos e funções do referido Quadro passam a ter os níveis e símbolos de vencimentos constantes da Tabela nº II, ressalvadas, em relação aos atuais servidores, as situações já constituídas em virtude de lei ou de decisão judiciária proferida pela Justiça comum ou pelo próprio Tribunal Regional da 3ª Região da Justiça do Trabalho.

§ 2º Os valores dos níveis e símbolos de vencimentos dos cargos e funções referidos no parágrafo anterior serão fixados na presente lei.

§ 3º No Quadro a que se refere este artigo estão incluídos os cargos e funções destinados à lotação nos serviços administrativos das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas pelas Leis ns. 3.492, de 18 de dezembro de 1958 e 3.754, de 14 de abril de 1960.

Art. 5º As disposições da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, arts. 14, parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º, 7º e 91, bem como as dos arts. 4º e 11 da Lei número 3.826, de 26 de novembro do mesmo ano aplicam-se aos servidores dos órgãos da Justiça do Trabalho, de que trata esta lei.

Art. 6º É incorporado aos vencimentos dos servidores referidos nessa lei o abono de que trata a Lei nº 3.587, de 18 de julho de 1959.

Art. 7º ... (VETADO) ... os cargos iniciais da carreira serão preenchidos mediante concurso de provas e os cargos das classes superiores por promoção, observados os critérios de antiguidade e merecimento; alternadamente, na forma que vier a ser regulamentada pelo Tribunal Regional do Trabalho (art. 3º da Lei nº 409).

§ 1º As vagas na classe inicial da carreira de Oficial Judiciário serão providas, alternadamente, metade por acesso de ocupantes da classe final da Carreira de Auxiliar Judiciário, o qual obedecerá ao critério de merecimento absoluto (Lei nº 1.711, art. 255), e metade por concurso de provas.

§ 2º As carreiras de Oficial e Auxiliar Judiciário ficam estruturadas em três e duas classes, respectivamente, e terão os símbolos constantes da Tabela nº II, anexa.

§ 3º É dispensado o interstício legal para as promoções decorrentes de novas estruturas no Quadro aprovado por esta lei e até a sua completa normalização.

§ 4º No enquadramento dos cargos, classes e série de classes das carreiras do referido Quadro observar-se-ão as regras ... (VETADO) ... estabelecidas nos artigos 20 e 21 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, em tudo quanto for aplicável.

Art. 8º Os cargos em comissão serão providos por funcionários efetivos do Quadro da Região, escolhidos pelo Presidente do Tribunal.

Art. 9º A lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região da Justiça do Trabalho será fixada pelo Presidente do Tribunal em face das necessidades de cada uma e dentro dos seguintes máximos:

a) Junta de Conciliação e Julgamento de Capital: 1 Chefe de Secretaria; 2 Oficiais Judiciários; 4 Auxiliares Judiciários; 1 Porteiro de Auditório; 1 Oficial de Justiça e 2 Serventes.

b) demais Juntas de Conciliação e Julgamento: 1 Chefe de Secretaria; 1 Oficial Judiciário; 2 Auxiliares Judiciários; 1 Oficial de Justiça; 1 Servente e 1 Porteiro de Auditório.

Parágrafo único. Haverá sempre um distribuidor quando na mesma cidade funcionarem duas ou mais Juntas.

Art. 10. O art. 7º da Lei nº 2.188, de 2 de março de 1954, não se aplica aos servidores do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho nem dos demais órgãos do Poder Judiciário pagos pelo Tesouro Nacional.

Art. 11. É revogada a Lei nº 2.488, de 16 de maio de 1955, a partir da vigência desta lei.

Art. 12. A modificação ou reestruturação do Quadro do Pessoal, a alteração de valores de padrões, classes, níveis ou símbolos, ou aumento de vencimentos de cargos ou funções da Secretaria do Tribunal só poderá ser feito ou concedido através de lei e por proposta do próprio Tribunal (Constituição, artigo 67, parágrafo 2º e 97, II).

§ 1º As decisões do Tribunal em processo administrativo, quer importem em modificações ou reestruturação de Quadro do Pessoal, na alteração de valores dos padrões, níveis ou símbolos de cargos ou funções, ou em elevação de vencimento, não obrigam o Tesouro Nacional a efetuar o pagamento que delas resultem.

§ 2º O funcionário ou autoridade que autorizar ou efetuar pagamento ou autorizar adiantamento, à conta de crédito orçamentário, ou adicional, com violação do disposto no parágrafo anterior, incorrerá nas sanções do artigo 315 do Código Penal.

Art. 13. As atuais Chefias das Seções Administrativas e Judiciária da Secretaria do Tribunal ficam transformadas em cargos isolados de provimento em Comissão, sob a denominação de Diretoria dos Serviços Administrativo e Judiciário respectivamente subdividida a primeira em Seção de Pessoal e Seção de Contabilidade e a segunda em Seção Processual e Seção de Acórdãos e Translados.

Parágrafo único. A atual função de Secretário de Presidente fica transformada em cargo isolado de provimento em Comissão.

Art. 14. Fica criado na Secretaria do Tribunal o Serviço de Comunicações sob a direção de um Chefe de Serviço, cargo isolado de provimento em Comissão.

Art. 15. Aos Porteiros de Auditório poderão ser atribuídos outros encargos de Secretaria, além das atribuições específicas do cargo.

Art. 16. Fica estendido aos Oficiais de Justiça das Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região da Justiça do Trabalho o direito de passe livre assegurado pelo art. 13 do Decreto-lei nº 9.797, de 9 de setembro de 1946 aos Oficiais de Justiça das 1ª e 2ª Regiões.

Art. 17. Os cargos isolados de provimento efetivo que se vagarem depois de entrar em vigor esta lei serão providos mediante concurso público ... (VETADO) ...

Art. 18. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região — o crédito especial de Cr\$ 167.344.800,00 (cento e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para atender às despesas decorrentes desta lei, no corrente exercício.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, salvo quanto às vantagens financeiras resultantes da classificação dos cargos e funções e da incorporação do abono de que trata o art. 6º, caso em que os seus efeitos retroagirão a 1 de abril de 1962.

Parágrafo único. Contar-se-á de 12 de julho e 23 de novembro de 1960, respectivamente, a concessão do salário-família de que trata o artigo 91 da Lei nº 3.780, de 1960, e o art. 11 da Lei nº 3.826 do mesmo ano.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de dezembro de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

João Goulart

Hermes Lima

João Mangabeira

TABELA Nº I

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Art. 4º parágrafo 1º

Nº de cargos	CARGOS	Nível ou Símbolo
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Secretário do Tribunal	PJ- 1
1	Subdiretor de Secretaria	PJ- 1
1	Subsecretário do Tribunal	PJ- 3
2	Diretor de Serviço	PJ- 2
1	Chefe de Serviço de Comunicações	PJ- 4
4	Chefe de Seção	PJ- 5
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Distribuidor — Interior	PJ- 4
1	Médico	PJ- 3
1	Bibliotecário	PJ- 6
1	Almoxarife	PJ- 6
2	Taquigrafo	PJ- 6
1	Depositário para J.C.J. — Capital	PJ- 6
1	Chefe de Portaria	PJ- 7
1	Avaliador	PJ- 7
1	Contador	PJ- 6
1	Contador Auxiliar	PJ- 7
6	Porteiro de Auditório — Capital	PJ- 8
11	Porteiro de Auditório — Interior	PJ- 9
1	Porteiro de Auditório — Brasília	PJ- 8
1	Enfermeiro	PJ-15
1	Motorista	PJ-10
10	Guarda Judiciário	PJ-12
10	Servente — Capital	PJ-13
10	Servente — Interior	PJ-14
1	Zelador	PJ- 6
1	Porteiro de Auditório do T.R.T.	PJ- 8
<i>Cargos de Carreira</i>		
32	Auxiliar Judiciário	PJ- 8
35	Auxiliar Judiciário	PJ- 9
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Chefe de Guarda Judiciária	7-F
1	Distribuidor Chefe de Of. de Justiça — Capital	7-F

TABELA Nº II

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Art. 4º parágrafos 1º e 2º

Número de cargos	CARGOS	Nível e Símbolo
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor de Secretaria	PJ- 0
1	Secretário da Presidência T.R.T.	PJ- 1
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Distribuidor — Capital	PJ- 2
1	Arquivista	PJ- 6
6	Oficial de Justiça — Capital	PJ- 8
1	Oficial de Justiça — Brasília	FJ- 8
11	Oficial de Justiça — Interior	PJ- 9
6	Chefe de Secretaria — Capital	PJ- 1
1	Chefe de Secretaria — Brasília	PJ- 1
11	Chefe de Secretaria — Interior	PJ- 2
30	Servente — Capital	PJ-13
<i>Cargos de Carreira</i>		
22	Oficial Judiciário	PJ- 5
31	Oficial Judiciário	PJ- 6
17	Oficial Judiciário	PJ- 7

LEI Nº 4.194 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1962

Isenta do imposto de importação e de consumo materiais importados pela S. A. Rádio Tupi.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção do imposto de importação e de consumo para os materiais constantes da licença DG — 58.711 — 709, de 16 de janeiro de 1958 e certificado de cobertura cambial nº DG 58 — 14.924, de 11 de julho de 1958, importados pela S. A. Rádio Tupi.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART
Hermes Lima
Miguel Calmon

LEI Nº 4.195 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1962

Concede isenção de imposto de importação para os equipamentos industriais a serem importados pela Companhia Brasileira de Alumínio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo para os equipamentos industriais constantes das licenças de importação de ns. DG 57/48739 — 48962, DG 57/48740 — 48963, DG 57/48741 — 48964, DG 57-48742 — 48965, DG 59-3306 4694, DG 59-3307 — 4885, DG 59-3308 — 4695, DG 59/3309 — 4696 e DG 59/3310 — 6770, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior, a serem importados pela Companhia Brasileira de Alumínio, São Paulo.

Art. 2º A isenção não abrange as Taxas de Despacho Aduaneiro, Taxa de Renovação da Marinha Mercante e Taxa de Melhoramento de Portos.

Art. 3º A isenção não se estende ao material com similar nacional.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.196 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1962

Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento e acessórios destinados à montagem de uma estação transmissora para radiodifusão e televisão, importados pela Fundação Cásper Líbero, em São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para o equipamento e acessórios constantes da licença DG-50-15990-3145, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Fundação Cásper Líbero e destinados à montagem de uma estação transmissora para radiodifusão e televisão, na Cidade de São Paulo.

Art. 2º O favor concedido não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

LEI Nº 4.197 — DE 24 DE
DEZEMBRO DE 1962

Concede ao jornalista João Castaldi dei Ruccillo, a pensão de Cr\$ 20.000,00 mensais, por serviços prestados à Nação no setor de Jornalismo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida ao jornalista João Castaldi dei Ruccillo, a pensão de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) mensais, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação no setor do jornalismo, a cujas múltiplas modalidades vem dedicando mais de meio século de atividade.

Art. 2º A despesa para atender o disposto na presente lei correrá pela verba própria de pensionistas do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

Hermes Lima

Miguel Calmon

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes I e II, de 1963, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABASTECIMENTO E PREÇOS

Cria o Grupo de Trabalho sobre abastecimento e preços.

Decreto nº 51.684 — de 30 de janeiro de 1963.

ABERTURA DE CRÉDITO

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

(Publicada no D. O. de 27-11-62 e retificada no de 30-11-62).

Lei nº 4.137 — de 10 de setembro de 1962.

ACÓRDOS

Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrd de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

Decreto Legislativo nº 20, de 1962.

(Reproduzido)

— *Promulga o Acôrd para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.*

Decreto nº 51.658 — de 14 de janeiro de 1963.

— *Torna públicas as adesões por parte de diversos países, ao Acôrd para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.*

Decreto nº 51.659 — de 14 de janeiro de 1963.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto nº 85.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.

Decreto nº 2.038 — de 15 de janeiro de 1963.

ADIDO AERONÁUTICO

Altera a lotação do cargo de Adido Aeronáutico a Representação Diplomática do Brasil no Peru.

Decreto nº 1.978 — de 4 de janeiro de 1963.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

(A.P.R.J.)

Aprova a reclassificação de servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.), e das outras providências.

Decreto nº 51.649 — de 7 de janeiro de 1963.

Aprova a reclassificação de servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.) e das outras providências.

Decreto nº 51.733 — de 21 de fevereiro de 1963.

AERONÁUTICA

Fixa funções privativas para Oficiais do Quadro de Intendentes da Aeronáutica.

Decreto nº 1.979 — de 8 de janeiro de 1963.

— *Inclui Organizações da Aeronáutica no artigo 1º do Decreto número 1.979, de 8 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 2.092 — de 18 de janeiro de 1963.

AERONAUTICA

— *Disciplina a execução da letra "d" do artigo 1º da Lei número 388 de 18 de setembro de 1948.*

Decreto nº 2.097 — de 21 de janeiro de 1963.

— *Estabelece a estruturação básica de Unidades, Estabelecimentos e Serviços Regionais da Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto nº 51.724 — de 19 de fevereiro de 1963.

— *Aprova as Tabelas da Fixação dos Valores de Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.747 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para a Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.750 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Designa as funções privativas dos diferentes postos e quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto nº 51.797-A — de 4 de março de 1963.

— *Define a constituição do Serviço Civil do Centro Técnico de Aeronáutica e regula a forma de admissão do pessoal temporário respectivo.*

Decreto nº 51.798 — de 5 de março de 1963.

— *Introduz modificações no Regulamento da Inspeção Geral da Aeronáutica.*

Decreto nº 51.815 — de 11 de março de 1963.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica.*

AFORAMENTOS

Ver: Terrenos de marinha.

AGALMATOLITO

Autoriza a cidadã brasileira Maria Cristina de Faria a lavar agalmatolito no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.819 — de 4 de dezembro de 1962.

AGÊNCIA NACIONAL

Regulamenta a exibição, em todo o território nacional, do jornal cinematográfico "Atualidades A. N." e dos documentários cinematográficos da Agência Nacional.

Decreto nº 2.131, de 22 de janeiro de 1963.

AGROPECUÁRIA

Estabelece normas para concessão das reduções ou isenções do imposto de importação, relativas aos bens de interesse da produção agropecuária.

Decreto nº 2.130 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Cria o Grupo de Trabalho para revisão das formas de concessão de crédito agropecuário.*

Decreto nº 57.723 — de 18 de fevereiro de 1963.

ÁGUA DE MESA

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto de Lemos Monteiro da Silva a pesquisar água de mesa, em Jacarepaguá, Estado da Guanabara.

Decreto nº 2.146 — de 22 de janeiro de 1963.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Guimarães a lavar água mineral, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Decreto nº 2.062 — de 16 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Shigeru Ishy a pesquisar água mineral no município de Lins, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 2.149 — de 22 de janeiro de 1963.

AGUA MINERAL

— Autoriza a cidadã brasileira Nair Soares Alpoim a pesquisar água mineral, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.174 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Florentino Zupelli a pesquisar água mineral, no município de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 2.203 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Victor Carone a lavar água mineral, no município de Aguas de Lindóia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.212 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Juvenino Lemos de Oliveira a lavar água mineral, no município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.832 — de 12 de março de 1963.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Caratucuaia ou Jacarei.

Decreto nº 2.102 — de 22 de janeiro de 1963.

— Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio se submeteu.

AKTIEBOLAGET AERO-TRANSPORT ABA

Concede à "Aktiebolaget Aero-transport ABA" autorização para funcionar na República.

Decreto nº 51.851 — de 18 de março de 1963.

ALGODÃO

Cria o Conselho Nacional do Algodão e dá outras providências.

Decreto nº 1.897 — de 18 de dezembro de 1962.

ALGODÃO

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da Região Meridional do País, da safra de 1962-63, fixados pelo Decreto nº 1.393, de 13 de setembro de 1962.

Decreto nº 51.762 — de 28 de fevereiro de 1963.

— Consigna os preços básicos mínimos constantes do Decreto número 51.762, de 28-2-63, para o produto em pluma pôsto nos armazéns gerais ou particulares da Capital do Estado de São Paulo, ou portos do País.

Decreto nº 51.842 — de 14 de março de 1963.

ALMIRANTE DE ESQUADRA JOSÉ ISAIAS DE NORONHA

Concede honras de Ministro de Estado da Marinha ao Almirante-de-Esquadra Reformado José Isaias de Noronha.

Decreto nº 51.682 — de 30 de janeiro de 1963.

AMAZÔNIA

— Dá nova redação ao artigo onze do Decreto nº 34.132, de 9 de outubro de 1953.

Decreto nº 51.731 — de 21 de fevereiro de 1963.

AMENDOIM

— Modifica a redação do artigo 2º do Decreto nº 1.356, de 3 de setembro de 1962, que fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1962-1963, no que tange às especificações pertinentes à padronização do amendoim.

Decreto nº 2.078 — de 17 de janeiro de 1963.

AMETISTA

— Autoriza o cidadão brasileiro João Afonso Borges a pesquisar quartzo e ametista, no município de Calvacanti — Estado de Goiás.

Decreto nº 2.234 — de 22 de janeiro de 1963.

AMIANTO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga Machado Barreto a pesquisar amianto no município de Batalha — Estado de Alagoas.*

Decreto nº 2.204 — de 21 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga Machado Barreto, a pesquisar amianto no município de Batalhas — Estado de Alagoas.

Decreto nº 2.205 — de 22 de janeiro de 1963.

APATITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ignacio de Mesquita Sampaio a pesquisar apatita no município de Jucupiranga — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 2.185 — de 22 de janeiro de 1963.

A. R. GIANNETTI, ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Concede à A. R. Giannetti, Administração, Indústria e Comércio Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.*

Decreto nº 51.820 — de 12 de março de 1963.

AREIA QUARTZOSA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Eduardo Oliveira Rodrigues a pesquisar areia quartzosa, no município de São Vicente — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 2.137 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Companhia Vidraria Santa Marina a lavar areia quartzosa no município de São Vicente — Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.216 — de 22 de janeiro de 1963.

ARGILA

— *Autoriza a Empresa de mineração Companhia Cimento Portland de Sergipe a pesquisar argila no município de Aracaju — Estado de Sergipe.*

Decreto nº 1.585 — de 21 de novembro de 1962.

ARGILA

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Brasília a pesquisar argila no município de Corumbá, em Goiás — Estado de Goiás.

Decreto nº 1.587 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Edgar Bezerra Leite a pesquisar argila e minério de ferro no Distrito Federal.

Decreto nº 2.151 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Bettoi Cardoso a lavar argila no município de Mogi das Cruzes — Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.187 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a cidadã brasileira Tereza Rodrigues Larreta de Corrêa a pesquisar argila no município de Magé — Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 2.189 — de 12 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Fressato a pesquisar argila no município de Araucária — Estado do Paraná.

Decreto nº 2.200 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Cerâmica Mogi-Guaçu S. A., a lavar argila no município de Mogi-Guaçu — Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.235 — de 22 de janeiro de 1963.

ARGILA REFRACTÁRIA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar argila refratária no município de Suzano — Estado de São Paulo.*

Decreto nº 2.190 — de 21 de janeiro de 1963.

ARMADA

— *Reduz de um ano, temporariamente, o disposto no inciso I do artigo 94 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 51.735 — de 21 de fevereiro de 1963.

Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.

ARMAZENS E SILOS

— Autoriza a Superintendência de Armazens e Silos a praticar todos os atos de sua competência até a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento pela Superintendência Nacional de Abastecimento.

Decreto nº 2.054 — de 16 de janeiro de 1963.

ARMAZENS E SILOS

Retifica o Decreto nº 50.624, de 19 de maio de 1961, que aprovou o enquadramento das funções da Comissão Executiva de Armazens e Silos e dá outras providências.

Decreto nº 51.672 — de 13 de janeiro de 1963.

ASSISTÊNCIA A MENORES

— Cria, a título precário, a Delegacia Regional do Serviço de Assistência a Menores, na Capital da República.

Decreto nº 51.835 — de 14 de março de 1963.

ATALAIA — COMPANHIA DE SEGUROS

— Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Atalaia — Companhia de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 2.050 — de 15 de janeiro de 1963.

ATO ADICIONAL

— Emenda Constitucional nº 6.

AUTARQUIAS

— Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências.

Lei nº 4.150 — de 21 de novembro de 1962.

Dispõe sobre a publicação dos Balanços das autarquias.

Decreto nº 2.037 — de 15 de janeiro de 1963.

AUTARQUIAS

Estabelece preferência para transporte ferroviário.

Decreto nº 2.182 — de 22 de janeiro de 1963.

Dispõe sobre o escopo da reforma dos serviços públicos federais e as atribuições do Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.

Decreto nº 51.705 — de 14 de fevereiro de 1963.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para aplicação na construção do Estádio Universitário da Federação Universitária Paulista de Esportes.

Lei nº 4.186 — de 17 de dezembro de 1962.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado ao prosseguimento das obras da sede da Associação Sergipana de Imprensa.

Lei nº 4.187 — de 17 de dezembro de 1962.

AVENTURINA

— Autoriza o cidadão brasileiro Sally Wilner a pesquisar aventurina, no município de Vitória da Conquista — Estado da Bahia.

Decreto nº 2.155 — de 22 de janeiro de 1963.

AVIAÇÃO CIVIL

— Torna públicas ratificações por parte de diversos países, do Protocolo relativos a certas emendas à Convenção de Aviação Civil Internacional — arts. 48, (a); 49, (e) e 61 — concluído em Montreal, a 14 de junho de 1954.

Decreto nº 51.807 — de 7 de março de 1963.

AVIAÇÃO CIVIL

— *Torna públicas ratificações e adesões por parte de diversos países, à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto nº 51.806 — de 7 de março de 1963.

Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, do Protocolo relativo a uma Emenda (artigo 93 bis) à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 27 de maio de 1947.

Decreto nº 51.810 — de 7 de março de 1963.

Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, do Protocolo relativo a uma Emenda (artigo 45) à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal a 14 de junho de 1954.

Decreto nº 51.811 — de 7 de março de 1963.

B**BANCO DE CRÉDITO DO RIO GRANDE DO SUL**

— *Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco de Crédito do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 2.021 — de 11 de janeiro de 1963.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

— *Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a garantir empréstimo para os fins que menciona.*

Decreto nº 2.127 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Companhia Hidroelétrica de Rio Pardo a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 2.140 — de 22 de janeiro de 1963.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza a Espirito Santo Centrais Elétricas S. A. (ESCELSA), a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 2.157 — de 21 de janeiro de 1963.

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA LIMITED

Aprova a reforma estatutária do Bank of London & South America Limited, com sede em Londres, Inglaterra.

Decreto nº 1.873 — de 13 de dezembro de 1962.

— *Concede à sociedade anônima Bank of London & South America Limited, autorização para aumentar o seu capital no País.*

Decreto nº 1.874 — de 13 de dezembro de 1962.

BAUXITA

Autoriza a Sociedade Industrial União Ltda., a pesquisar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.219 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita nos municípios de Poços de Caldas e São Sebastião da Gramma, Estado de Minas Gerais e São Paulo.

Decreto nº 2.231 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.232 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.233 — de 22 de janeiro de 1963.

BAUXITA

Autoriza Pesquisas Minerais Heco Limitada a pesquisar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.070 — de 17 de janeiro de 1963.

BOLSAS DE ESTUDO

Fixa normas para a concessão de Bolsas de estudo e dá outras providências.

Decreto nº 51.736 — de 21 de fevereiro de 1963.

BORBOREMA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Borborema — Companhia de Seguros Gerais, relativa a aumento de capital.

Decreto nº 2.024 — de 14 de janeiro de 1963.

BRUMAFER MINERAÇÃO LTDA.

Concede a Brumafér Mineração Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.818 — de 12 de março de 1963.

C

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Suspende até ulterior deliberação a Reunião Congressual do Conselho Superior e Presidentes das Caixas Econômicas Federais.

Decreto nº 1.960-A — de 27 de dezembro de 1962.

CAL ITAÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Concede a Cal Itau Indústria e Comércio S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.224 — de 22 de janeiro de 1963.

CALCÁRIO

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.157, de 31 de dezembro de 1958.

Decreto nº 564 — de 2 de fevereiro de 1962.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Negro a lavrar calcário, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.612 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza a cidadã brasileira Victória Malloy de Rezende a pesquisar calcário e calcita, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.661 — de 26 de novembro de 1962.

Retifica o Decreto nº 35.131, de 1 de março de 1954.

Decreto nº 1.717 — de 28 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Moreira de Souza a pesquisar calcário, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.806 — de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Annunciato a pesquisar calcário, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.072 — de 17 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a lavrar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 2.077 — de 17 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo André Matarazzo a pesquisar calcário, no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 2.141 — de 22 de janeiro de 1963.

CALCÁRIO

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.301, de 30 de junho de 1959.*

Decreto nº 2.158 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.824, de 15 de setembro de 1959.*

Decreto nº 2.159 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Declara caduco o Decreto número 29.217, de 26 de janeiro de 1951.*

Decreto nº 2.196 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Teixeira da Costa a pesquisar calcário no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.201 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Victorino Nocchi a pesquisar calcário no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.202 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Declara caduco o Decreto número 25.909, de 2 de dezembro de 1948.*

Decreto nº 51.819 — de 12 de março de 1963.

CALCITA

Autoriza a cidadã brasileira Victoria Malloy de Rezende a pesquisar calcário e calcita, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.661 — de 26 de novembro de 1962.

CAMPANHA DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E NORMAL

Extingue no Ministério da Educação e Cultura as Campanhas que menciona.

Decreto nº 51.867 — de 26 de março de 1963.

CAMPANHA DE CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Campanhas que menciona.

Decreto nº 51.867 — de 26 de março de 1963.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Campanhas que menciona.

Decreto nº 51.867 — de 26 de março de 1963.

CAMPANHA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Campanhas que menciona.

Decreto nº 51.867 — de 26 de março de 1963.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Campanhas que menciona.

Decreto nº 51.867 — de 26 de março de 1963.

CANADIAN PACIFIC AIRLINES LIMITADA

Cancela a autorização à empresa de transporte aéreo "Canadian Pacific Airlines Ltda.", para funcionar no Brasil.

Decreto nº 2.093 — de 18 de janeiro de 1963.

CANGA

Autoriza o cidadão brasileiro Heracleito Mourão de Miranda a pesquisar hematita, itabirito e canga no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.209 — de 22 de janeiro de 1963.

CAPITANIAS DOS PORTOS

— Ver: Ministério da Marinha.

CARVÃO

Aprova as Normas Reguladoras para concessão, pela CPCAN, de financiamentos previstos na Lei número 3.860, de 24 de dezembro de 1960.

Decreto nº 2.029 — de 14 de janeiro de 1963.

CASA DE SAÚDE ALLAN KARDEC

Declara de utilidade pública a associação civil "Casa de Saúde Allan Kardec", com sede em Franca, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.886 — de 18 de dezembro de 1962.

CASSITERITA

Autoriza Tantalita S. A. a pesquisar cassiterita e minério de ouro no Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.758 — de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Isaac Benayon Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.856-A — de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Isaac Benayon Sabbá a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 1.857-A — de 5 de dezembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Pinto de Barros a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 2.195 — de 22 de janeiro de 1963.

CASSITERITA

— Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Pinto de Barros a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 2.196 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Pinto de Barros a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 2.197 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Pinto de Barros a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 2.198 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Pinto de Barros a pesquisar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto nº 2.199 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Martiniano Mairinques dos Santos a pesquisar minério de ouro e cassiterita, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.211 — de 22 de janeiro de 1963.

Declara caduco o Decreto número 30.194, de 21 de novembro de 1951.

Decreto nº 2.220 — de 22 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA

Concede à Cia. de Mineração Serra da Farofa autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.166 — de 22 de janeiro de 1963.

CINEMA

Regulamenta a exibição, em todo o território nacional, do jornal cinematográfico "Atualidades A. N.", e dos documentários cinematográficos da Agência Nacional.

Decreto nº 2.131 — de 22 de janeiro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Altera o Anexo I da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 e dá outras providências.

Lei nº 4.203 — de 7 de fevereiro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Retifica o enquadramento das funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 49.343, de 25 de novembro de 1960, e aprova enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2º, da Lei número 3.167, de 5 de outubro de 1961.

(Publicado no D. O. de 23-8-62).

Decreto nº 51.536 — de 21 de agosto de 1962.

Altera o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, aprovado pelo Decreto nº 51.349, de 20 de novembro de 1961.

Decreto nº 51.576 — de 8 de novembro de 1962.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 51.629 — de 19 de dezembro de 1962.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 51.633 — de 19 de dezembro de 1962.

Aprova a reclassificação de servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.), e dá outras providências.

Decreto nº 51.649 — de 7 de janeiro de 1963.

Retifica o Decreto nº 51.519, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, e dá outras providências.

Decreto nº 51.650 — de 7 de janeiro de 1963.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro José Manoel Barbosa a pesquisar caulim, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.148 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Djahy Farina Romero a pesquisar caulim no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 2.156 — de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar caulim, no município de Itapetcinga de Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.191 — de 22 de janeiro de 1963.

CÊDULAS

Dispõe sobre o meio circulante e dá outras providências.

Lei nº 4.190 — de 17 de dezembro de 1962.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S.A.

Transfere da Prefeitura Municipal de Patrocínio, para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Distrito, sede do município de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.787 — de 4 de março de 1963.

CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA

Define a constituição do Serviço Civil do Centro Técnico de Aeronáutica e regula a forma de admissão do pessoal temporário respectivo.

Decreto nº 51.798 — de 5 de março de 1963.

CESSÃO DE TERRAS DA UNIÃO

Autoriza a cessão, sob regime de aforamento, de uma área de terras da União e dá outras providências.

Decreto nº 2.058 — de 16 de janeiro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Coudelaria de Rincão, em São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 50.789 — de 15 de junho de 1961.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e dá outras providências.

Decreto nº 51.751 — de 22 de fevereiro de 1963.

Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina e dá outras providências.

Decreto nº 51.752 — de 22 de fevereiro de 1963.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Piauí, e dá outras providências.

Decreto nº 51.765 — de 1º de março de 1963.

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961.

Decreto nº 51.812 — de 8 de março de 1963.

CESSÃO DE TERRAS DA UNIÃO

Retifica o Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 51.852 — de 19 de março de 1963.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.858 — de 21 de março de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES

Regula o uso de entidade classificadora nacional pelos órgãos e empresas governamentais.

Decreto nº 51.719 — de 18 de fevereiro de 1963.

COBRE

Autoriza a cidadã brasileira Delmir Dias Gonçalves da Silva a pesquisar minério de cobre, no município de Jaguari, Estado da Bahia.

Decreto nº 2.142 — de 22 de janeiro de 1963.

CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

Altera redação da letra "I" do artigo 88 do Código de Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

Lei nº 4.162 — de 4 de dezembro de 1962.

CÓDIGOS

Dá nova redação ao artigo 1º e seu § 1º do Decreto nº 1.490, de 8 de novembro de 1962.

Decreto nº 1.991 — de 10 de janeiro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 51.661 — 15 de janeiro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.662 — de 16 de janeiro de 1963.

(Suplemento)

— *Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro de Bragança, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.664 — de 16 de janeiro de 1963.

(Suplemento)

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Hospital Júlia Kubitschek e dá outras providências.*

Decreto nº 51.667 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.340, de 28 de outubro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.669 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961, que aprovou o enquadramento da Comissão de Marinha Mercante, altera o Quadro de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante, reestruturado pelos Decretos ns. 49.371, de 23 de novembro de 1960 e 1.250, de 25 de junho de 1962 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.670 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aprovado pelo Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.680 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aprovado pelo Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.706 — de 15 de fevereiro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Rede Mineira de Viação e deu outras providências.

Decreto nº 51.725 — de 19 de fevereiro de 1963.

— *Aprova a reclassificação de servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ) e dá outras providências.*

Decreto nº 51.733 — de 21 de fevereiro de 1963.

COLÉGIOS

Ver, também, Universidades, Faculdades, Escolas e Cursos.

COLONIAL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Colonial Companhia Nacional de Seguros Gerais, relativa a aumento do capital.

Decreto nº 2.022 — de 14 de janeiro de 1963.

COMBATE A PESTE

Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate à Peste.

Decreto nº 51.840 — de 14 de março de 1963.

COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA.

Concede a Comércio de Minérios Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.063 — de 17 de janeiro de 1963.

COMÉRCIO EXTERIOR

Altera as disposições do art. 1º do Decreto nº 1.880, de 14 de dezembro de 1962.

Decreto nº 2.225 — de 22 de janeiro de 1963.

COMISSÕES

Acresce a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, de um integrante, como representante do Ministério da Aeronáutica.

Lei nº 4.198 — de 28 de fevereiro de 1963.

— *Aprova Tabela de Gratificações Especiais da CPCAN — Comissão do Plano do Carvão Nacional.*

Decreto nº 1.972, de 29 de dezembro de 1962.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 2.001 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel abaixo mencionado.*

Decreto nº 2.002 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto nº 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.*

Decreto nº 2.038 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 369, de 15 de setembro de 1961, e revoga os Decretos ns. 609, de 14 de fevereiro de 1962, 831, de 3 de abril de 1962 e 1.241, de 25 de junho de 1962.*

Decreto nº 2.094 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.*

Decreto nº 2.096 — de 18 de janeiro de 1963.

COMISSÕES

— *Retifica o Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961, que aprovou o enquadramento da Comissão de Marinha Mercante, altera o Quadro de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante, reestruturado pelos Decretos ns. 49.371, de 23 de novembro de 1960 e 1.250, de 25 de junho de 1962 e dá outras providências.*

Decreto nº 51.670 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 50.624, de 19 de maio de 1961, que aprovou o enquadramento das funções da Comissão Executiva de Armazéns e Silos e dá outras providências.*

Decreto nº 51.672 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).*

Decreto nº 51.673 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Estende aos comerciantes atacadistas de farinha de trigo as disposições do Decreto nº 2.096, de 18 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 51.681 — de 29 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.*

Decreto nº 51.726 — de 19 de fevereiro de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 51.774 — de 4 de março de 1963.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Estréla para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Roca Sales, município de igual nome Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 51.778 — de 4 de março de 1963.

COMISSÕES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Glória — Rodelas — Barra do Tarrachil, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 51.848 — de 18 de março de 1963.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Sergipe.*

Decreto nº 51.849 — de 18 de março de 1963.

— *Dispõe sobre a Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto nº 51.860 — de 22 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.869 — de 28 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento da Comissão de Planejamento da Política Agrícola (CPPA), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.871 — de 28 de março de 1963.

COMPAGNIE D'ASSURANCES GÉNÉRALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

Concede à Compagnie D'Assurances Générales contre L'Incendie et les Explosions, autorização para aumentar seu capital, no país.

Decreto nº 2.123 — de 22 de janeiro de 1963.

COMPANHIA ADRIÁTICA DE SEGUROS

Concede à Companhia Adriática de Seguros, autorização para aumentar seu capital, no país.

Decreto nº 1.932 — de 20 de dezembro de 1962.

COMPANHIA AMERICANA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Americana de Seguros.

Decreto nº 1.949 — De 26 de dezembro de 1962.

COMPANHIA ANCHIETA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Anchieta de Seguros Gerais.

Decreto nº 1.941 — De 21 de dezembro de 1962.

COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Boavista de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 1.931 — De 20 de janeiro de 1963.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

Autoriza a Superintendência de Armazens e Silos a praticar todos os atos de sua competência até à constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento pela Superintendência Nacional de Abastecimento.

Decreto nº 2.054 — De 16 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE LINHAS AÉREAS DO JAPÃO

Concede à "The Japan Air Lines Company Ltd.", — (Companhia de Linhas Aéreas do Japão, Ltda. — autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 1.320 — De 22 de agosto de 1962.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Considera em funções de natureza militar, militares designados, requisitados ou eleitos para cargos de direção da Companhia de Navegação do São Francisco.

Decreto nº 51.686 — De 31 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Gerais Corcovado, relativa a aumento de capital.

Decreto n.º 2.121 — De 22 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS IMPERIAL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia De Seguros Imperial, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 2.114 — De 22 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS MA- RÍTIMOS E TERRESTRES PELOTENSE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Pelotense.

Decreto n.º 51.847 — De 15 de março de 1963.

COMPANHIA DOCA DE SANTOS

Aprova o Regulamento da Polícia Portuária da Companhia Docas de Santos.

Decreto n.º 2.034 — De 15 de janeiro de 1963.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO RIO PARDO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 51.789 — De 4 de março de 1963.

COMPANHIA HUMAITA DE SE- GUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Humaitá de Seguros Gerais, relativa a aumento de capital.

Decreto n.º 1.951 — De 26 de dezembro de 1962.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Revoga o Decreto n.º 1.397, de 21 de setembro de 1962, que determinou a intervenção na Companhia Nacional de Alcalis.

Decreto n.º 2.061 — De 16 de janeiro de 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS

Autoriza a Companhia Nacional de Alcalis a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 51.794 — De 4 de março de 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE SE- GUROS IPIRANGA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 2.117 — De 22 de janeiro de 1963.

COMPANHIA NORDESTE DE ELE- TRIFICAÇÃO DE FORTALEZA (CONEFOR)

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR).

Decreto nº 51.783 — De 4 de março de 1963.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 51.775 — de 4 de março de 1963.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL BAUXITA

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) a ampliar suas instalações produtoras de energia elétrica no município de Maringá, Estado do Paraná.

Decreto nº 51.796 — de 4 de março de 1963.

COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE

Desvincula da concessão de que é titular a Companhia Prada de Eletricidade, as usinas hidrelétricas da Caverna e do Rio Bonito, e dá outras providências.

Decreto nº 51.784 — de 4 de março de 1963.

COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE

Outorga à Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (SULGIPE) concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 51.781 — de 4 de março de 1963.

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Autoriza a Companhia Telefônica de Minas Gerais a celebrar convênio de tráfego mútuo telefônico e radiotelefônico com a Companhia Telefônica Brasileira.

Decreto nº 51.734 — de 21 de fevereiro de 1963.

Prorroga o prazo a que se referem os artigos 2.º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1.º dos Decretos números 1.396 de 19 de setembro de 1962 e 1.878, de 13 de dezembro de 1962.

Decreto nº 51.863 — de 25 de março de 1963.

COMPANHIA TELEFÔNICA DE MINAS GERAIS

Autoriza a Companhia Telefônica de Minas Gerais a celebrar convênio de tráfego mútuo telefônico e radiotelefônico com a Companhia Telefônica Brasileira.

Decreto nº 51.734 — de 21 de fevereiro de 1963.

COMPANHIA UNIÃO DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia União de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 2.052 — de 15 de janeiro de 1963.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce S.A., em caráter de urgência, áreas de terras necessárias à expansão de sua estrada de ferro e à construção de terminais ferroviários, instalações industriais e correlatas.

Decreto nº 2.031 — de 14 de janeiro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce S.A., em caráter de urgência, as áreas de terras necessárias à expansão de sua estrada de ferro, à construção de pátios ferroviários e instalações correlatas.

Decreto nº 51.687 — de 1.º de fevereiro de 1963.

CONCESSÕES

Aprova as Normas Reguladoras para concessão, pela CPCAN, de financiamentos previstos na lei número 3.860, de 24 de dezembro de 1960.

Decreto nº 2.029 — de 14 de janeiro de 1963.

CONCHAS CALCÁRIAS

Declara caduco o Decreto número 40.376, de 19 de novembro de 1956.

Decreto n.º 2.103 — de 22 de janeiro de 1963.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOBILISMO

Declara instituída a Confederação Brasileira de Automobilismo.

Decreto n.º 51.857 — de 20 de março de 1963.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS AUXILIARES DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Declara de utilidade pública a Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 1.123 — de 4 de junho de 1962.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização, em setembro de 1960, na Capital do Estado de São Paulo, do I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia.

Decreto n.º 4.205 — de 7 de fevereiro de 1963.

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzetões) para atender às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática.

Decreto n.º 2.132 — de 22 de janeiro de 1963.

Oficiará os Sétimos Congresso Internacionais de Medicina Tropical e Malária.

Decreto n.º 2.183 — de 22 de janeiro de 1963.

CONSELHO COORDENADOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Cria, no Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, o Conselho Coordenador da Previdência Social.

Decreto n.º 51.861 — de 22 de março de 1963.

CONSELHO NACIONAL CONSULTIVO DA AGRICULTURA (CNCA)

Aprova o Regimento do Conselho Nacional Consultivo da Agricultura (CNCA), criado pela Lei Delegada n.º 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto n.º 51.870 — de 28 de março de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Retifica o Decreto n.º 49.179, de 1 novembro de 1960, que aprova o enquadramento dos cargos e funções do Conselho Nacional de Economia e dá outras providências.

Decreto n.º 51.663, de 16 de janeiro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DO ALGODÃO

Cria o Conselho Nacional do Algodão e dá outras providências.

Decreto n.º 1.897 — de 18 de dezembro de 1962.

CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constâncio Vieira & Cia.", de Aracaju (Sergipe).

Decreto n.º 51.756 — de 27 de fevereiro de 1963.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Emenda Constitucional n.º 6

CONTRATOS

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências.

Lei n.º 4.150, de 21 de novembro de 1962.

CONVENÇÕES

Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção (n.º 3) relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto, concluída em Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto n.º 51.627, de 18 de dezembro de 1962.

Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1962.

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao protocolo de Emenda à Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, firmado na União Panamericana, em Washington a 1 de dezembro de 1958.

Decreto n.º 51.627-A, de 18 de dezembro de 1962.

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, aberta à assinatura na União Panamericana, em Washington, a 15 de janeiro de 1944.

Decreto n.º 51.688, de 1 de fevereiro de 1963.

Torna públicas ratificações e adesões por parte de diversos países à Convenção Internacional para a repressão de moeda falsa e seu Protocolo, firmado em Genebra, a 20 de abril de 1929.

Decreto n.º 51.689, de 1 de fevereiro de 1963.

CONVENÇÕES

Torna públicas ratificações por parte de diversos países, as quatro Convenções relativas à Proteção das Vítimas de Guerra, concluídas em Genebra, em 1949.

Decreto n.º 51.690, de 1 de fevereiro de 1963.

Torna públicas ratificações e adesões à Convenção Universal sobre Direitos de Autor e Protocolos anexos concluídos em Genebra, a 6 de setembro de 1952.

Decreto n.º 51.691, de 1 de fevereiro de 1963.

Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, a Convenção sobre Regulamentação do Tráfego Automotor Interamericano, firmada em Washington, a 15 de dezembro de 1943.

Decreto n.º 51.692, de 1 de fevereiro de 1963.

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais, assinada em Roma, a 6 de dezembro de 1951.

Decreto n.º 51.693, de 1 de fevereiro de 1963.

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, concluída em Washington, a 11 de outubro de 1947.

Decreto n.º 51.806, de 7 de março de 1963.

Torna públicas ratificações por parte de diversos países, do Protocolo relativo a certas emendas à Convenção de Aviação Civil Internacional (artigos 48 (a), 49 (e) 61), concluída em Montreal, a 14 de junho de 1954.

Decreto n.º 51.807, de 7 de março de 1963.

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 51.808, de 7 de março de 1963.

CONVENÇÕES

— Torna públicas adesões, por parte de diversos países, e denuncia a Convenção que criou a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, assinada em Londres, a 16 de novembro de 1945.

Decreto n.º 51.809, de 7 de março de 1963.

— Torna públicas ratificações por parte de diversos países, do Protocolo relativo a uma Emenda (art. 93 bis) à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 27 de maio de 1947.

Decreto n.º 51.810, de 7 de março de 1963.

— Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, do Protocolo relativo a uma Emenda (art. 45) à Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal a 14 de junho de 1954.

Decreto n.º 51.811, de 7 de março de 1963.

CONVÊNIOS

Aprova o "Convênio sobre Textos de Ensino", firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai a 5 de janeiro de 1960.

Decreto Legislativo n.º 1, de 1963.

— Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e o Irã.

Decreto n.º 51.627-B — de 13 de dezembro de 1962.

— Homologa Convênio que menciona.

Decreto n.º 51.679 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a Companhia Telefônica de Minas Gerais a celebrar convênio de tráfego mútuo telefônico e radiotelefônico com a Companhia Telefônica Brasileira.

Decreto n.º 51.734 — de 21 de fevereiro de 1963.

CÓRIDON

Autoriza o cidadão brasileiro Newton Costa a pesquisar córidon, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto n.º 1.187 — de 18 de junho de 1962.

CORRIDAS DE CAVALO

Aprova o Regulamento para execução da Lei n.º 1.030, de 18 de julho de 1962.

Decreto n.º 51. — de 11 de março de 1963.

COTONIFÍCIO VICTOR DE ARAÚJO SOCIEDADE ANÔNIMA

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito da isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonifício Victor de Araújo S. A.", de Recife (Pe).

Decreto n.º 51.759 — de 27 de fevereiro de 1963.

CRÉDITO AGROPECUÁRIO

Cria o Grupo de Trabalho para revisão das formas de concessão de crédito agropecuário.

Decreto n.º 51.723 — de 18 de fevereiro de 1963.

CROMITA

Retifica o Decreto n.º 47.010, de 13 de outubro de 1959.

Decreto n.º 2.083 — de 17 de janeiro de 1963.

CURSO SEGUNDÁRIO

Regulamenta os exames de madureza no sistema federal de ensino, nos termos do Parecer n.º 14 do Conselho Federal de Educação.

Decreto n.º 51.680-A — de 22 de janeiro de 1963.

CURSOS

Concede reconhecimento a curso.

Decreto n.º 1.944 — de 21 de dezembro de 1962.

CURSOS

— *Concede autorização para junção de curso.*

Decreto nº 1.945 — de 21 de dezembro de 1962.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 1.946 — de 21 de dezembro de 1962.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Bacharelado de Direito da Faculdade de Direito de Taubaté.*

Decreto nº 1.947 — de 21 de dezembro de 1962.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto nº 2.144 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede autorização para junção de curso.*

Decreto nº 2.145 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede reconhecimento ao Curso que indica.*

Decreto nº 51.764 — de 1º de março de 1963.

D**D. A. S. P.**

Ver: Departamento Administrativo do Serviço Público.

DELEGACIA REGIONAL DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Cria, a título precário, a Delegacia Regional do Serviço de Assistência a Menores, na Capital da República.

Decreto nº 51.835 — de 14 de março de 1963.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto nº 51.661 — de 15 de janeiro de 1963.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Decreto nº 51.785 — de 4 de março de 1963.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão entre as cidades de Atibaia e Mairiporã, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.795 — de 4 de março de 1963.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Olímpia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.045 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Altera o Anexo I da Lei nº 3.789, de 12 de julho de 1960 e dá outras providências.*

Lei nº 4.203 — de 7 de fevereiro de 1963.

— *Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$. 23.200.000,00, para construção de prédios destinados a Agências Postais-Telegráficas nas cidades que enumera.*

Lei nº 4.206 — de 7 de fevereiro de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Ourinhos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 2.126 — de 22 de janeiro de 1963.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— *Autoriza o Departamento dos Correios e Telégrafos a adquirir independentemente de concorrência terreno em São Paulo, de propriedade da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.*

Decreto nº 51.728 — de 20 de fevereiro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Aprova, em caráter provisório, o Regimento Interno e o Regulamento do Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

(Suplemento)

Decreto nº 2.090 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.*

(Suplemento)

Decreto nº 51.674 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silverio-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.739 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Retifica dispositivos do Regimento Interno e Regulamento de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, aprovados, provisoriamente, pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 51.801 — de 5 de março de 1963.

— *Aprova o Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras.*

Decreto nº 51.813 — de 8 de março de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 2.008 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 2.095 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 2.129 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Altera o art. 5º do Decreto número 1.525, de 15 de novembro de 1962, que reorganizou a estrutura dos serviços técnicos e administrativos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).*

Decreto nº 51.715 — de 15 de fevereiro de 1963.

— *Cria no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o Registro das empresas de transporte rodoviário de carga e dos veículos autônomos de carga.*

Decreto nº 51.727 — de 20 de fevereiro de 1963.

— *Altera Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 51.854 — de 19 de março de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessária à construção da Barragem e Usina Boa Esperança, sobre o rio Parnaíba, em local situado cerca de 70 km a montante da cidade de Floriano, no Estado do Piauí.

Decreto nº 2.035 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada em Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto nº 51.729 — de 20 de fevereiro de 1963.

— *Renova a declaração de utilidade de pública a que se refere o Decreto nº 39.076, de 25 de abril de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Araci", no Município de Serrinha, Estado da Bahia.*

Decreto nº 51.741 — de 22 de fevereiro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Institui, no Departamento Nacional de Obras de Saneamento, regime especial de movimento de funerais, e dá outras providências.

Decreto nº 2.128 — de 22 de janeiro de 1963.

Aprova o Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências.

DECRETO Nº 51.676 — de 22 de janeiro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais a área de terreno com as benfeitorias nela compreendidas, necessária à conclusão das obras de canalização do ribeirão da Caetana, no Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 2.086 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.*

LEI Nº 4.213 — de 14 de fevereiro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina e aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.

LEI Nº 4.213 — de 14 de fevereiro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

Dispõe sobre a fiscalização das leis de proteção ao trabalho no Distrito Federal e dá outras providências.

DECRETO Nº 2.020 — de 11 de janeiro de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel mencionado.

DECRETO Nº 2.002 — de 11 de janeiro de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO Nº 2.008 — de 11 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás Brasileiro S. A. — Petrobrás área de terreno situada no município de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná.

DECRETO Nº 2.051 — de 15 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção da Barragem e Usina Boa Esperança sobre o Rio Paraíba, em local situado cerca de 70 km a montante da cidade de Floriano, no Estado do Piauí.

DECRETO Nº 2.035 — de 15 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o imóvel que menciona.

DECRETO Nº 2.042 — de 15 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais a área de terreno, com as benfeitorias nela compreendidas, necessária à conclusão das obras de canalização do ribeirão da Caetana, no Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 2.086 — de 17 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO Nº 2.095 — de 18 de janeiro de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO Nº 2.129 — de 22 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública imóvel que indica, para fins de desapropriação.

DECRETO Nº 2.134 — de 22 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, área de terra situada no município de Osório, Estado do Rio de Grande do Sul.

DECRETO Nº 2.194 — de 22 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce S. A., em caráter de urgência, as áreas de terras necessárias à expansão de sua estrada de ferro, à construção de pátios ferroviários e instalações correlatas.

DECRETO Nº 51.687 — de 1º de fevereiro de 1963.

— Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 44.835, de 8 de novembro de 1958, para excluir a área de propriedade do Sr. Marcos Pereira Vaz.

DECRETO Nº 51.694 — de 4 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO Nº 51.737 — de 22 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO Nº 51.738 — de 22 de fevereiro de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silvério — São Domingos do Prata — Nova Era no Estado de Minas Gerais.*

DECRETO Nº 51.739 — de 22 de fevereiro de 1963.

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.076, de 25 de abril de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Araci", no Município de Serrinha, Estado da Bahia.

DECRETO Nº 51.741 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.*

DECRETO Nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

— *Declara de utilidade pública glebas de terras situadas nos municípios de Igaruçu do Tietê — São Manuel — Botucatu — Anhembi — Conchas — Laranjal Paulista — Piracicaba — São Pedro — Dois Córregos — Mineiros do Tietê e Barra Bonita todos no Estado de São Paulo, necessárias à bacia de acumulação da usina Hidrelétrica "Jânio Quadros" antiga "Barra Bonita", da Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo, e autoriza a citada Companhia a promover a desapropriação das referidas glebas.*

DECRETO Nº 51.825 — de 12 de março de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no Estado de São Paulo, nos municípios de Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo e Itapeverica da Serra, necessárias à construção de linhas de transmissão entre a Usina de Cubatão e a usina elevatória de Pedreira e a Estação Terminal de Anhanguera, e autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a promover a desapropriação das referidas áreas de terra.*

DECRETO Nº 51.826 — de 12 de março de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Glória — Rodelas — Barra do Tarrachil, no Estado da Bahia.*

DECRETO Nº 51.848 — de 18 de março de 1963.

— *Declara de utilidade pública as áreas que menciona no Estado de Goiás.*

DECRETO Nº 51.862 — de 25 de março de 1963.

DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Inclui na relação a que se refere o art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, a indústria do Cimento.

DECRETO Nº 1.993 — de 11 de janeiro de 1963.

DESPORTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para aplicação na construção do Estádio Universitário da Federação Universitária Paulista de Esportes.

LEI Nº 4.186 — de 17 de dezembro de 1962.

— *Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participaram dos IV jogos Pan-Americanos.*

LEI Nº 4.204 — de 7 de fevereiro de 1963.

DIAMANTES

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.636, de 25 de março de 1959.

DECRETO Nº 2.160 — de 22 de janeiro de 1963.

— Declara caduco o Decreto nº 21.200, de 29 de maio de 1946.

DECRETO Nº 2.184 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Margarida da Costa Santos a lavar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.267 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Tataounoff Souliman a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 51.817 — de 11 de março de 1963.

DIREITOS AUTORAIS

Torna públicas retificações e adesões à Convenção Universal sobre Direitos do Autor e Protocolos anexos concluídos em Genebra, a 6 de setembro de 1952.

DECRETO Nº 2.001 — de 11 de fevereiro de 1963.

DOAÇÕES

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado da Bahia.

DECRETO Nº 2.001 — de 11 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Olímpia, Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 2.045 — de 15 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.

DECRETO Nº 2.055 — de 16 de janeiro de 1963.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.

DECRETO Nº 2.056 — de 16 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Estado do Espírito Santo.

DECRETO Nº 2.057 — de 16 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Ourinhos, Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 2.126 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a transferir em doação um terreno à Prefeitura Municipal de Paraibuna, Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 51.797 — de 4 de março de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DECRETO Nº 51.843 — de 15 de março de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Município de Adamantina, Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 51.845 — de 15 de março de 1963.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Sergipe.

DECRETO Nº 51.849 — de 18 de março de 1963.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldo a lavar talco e dolomita, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

DECRETO Nº 2.210 — de 21 de janeiro de 1963.

DOLOMITA

— *Autoriza Mannesmann Mineração S. A. a lavar dolomita e minério de ferro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

DECRETO Nº 51.732 — de 21 de fevereiro de 1963.

E**E. C. DE WITT & CO. LTD.**

Concede à Sociedade E. C. de Witt & Co. Ltd., autorização para continuar a funcionar na República.

DECRETO Nº 1.950 — de 26 de dezembro de 1962.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Torna públicas adesões, por meio de diversos países, e denúncia a Convenção que criou a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, assinada em Londres, a 16 de novembro de 1945.

DECRETO Nº 51.809 — de 7 de março de 1963.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

Emenda Constitucional nº 6.

EMPREGO DAS MULHERES

Torna pública a denúncia, por parte do Brasil, da Convenção (nº 3) relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto, concluída em Washington, a 29 de novembro de 1919.

(*) Nota do S. Pb.: — Publicado no D. O. de 21-12-62.

(*) DECRETO Nº 51.627 — de 18 de dezembro de 1962.

EMPRESA DE MINERADORES UNIDOS LTDA.

Concede à Empresa de Mineradores Unidos Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

DECRETO Nº 2.073 — de 17 de janeiro de 1963.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto nº 1.938, de 21 de dezembro de 1962.

DECRETO Nº 2.091 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre a hierarquia salarial do pessoal das empresas de navegação marítima fluvial e dá outras providências.*

DECRETO Nº 51.668 — de 17 de janeiro de 1963.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Altera o Decreto nº 746, de 19 de março de 1962.

DECRETO Nº 51.853 — de 19 de março de 1963.

EMPRESAS DE TRANSPORTES

Dispõe sobre a entrada no País de caminhões transportando carga importada dos países limítrofes ou para os mesmos exportada.

DECRETO Nº 51.813-A — de 8 de março de 1963.

ENERGIA ATÔMICA

Torna pública ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotado em Nova York, a 26 de outubro de 1956.

DECRETO Nº 51.621 — de 14 de dezembro de 1962.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza "Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris" a ampliar seu sistema de distribuição no Estado da Guanabara.

DECRETO Nº 2.101 — de 22 de janeiro de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere para a Prefeitura Municipal de Vianópolis concessão para distribuição de energia elétrica e outorga à mesma Prefeitura concessão para aproveitamento de energia hidráulica.*

DECRETO Nº 2.102 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mista Hidroelétrica Paraisense.*

DECRETO Nº 2.110 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a ampliar e reformar o sistema de transmissão de energia elétrica Rio da Cidade Teresópolis e o sistema de distribuição em Teresópolis.*

DECRETO Nº 2.111 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a ampliar suas instalações.*

DECRETO Nº 2.112 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a construir uma linha de transmissão.*

DECRETO Nº 2.113 de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Companhia Hidrelétrica de Rio Pardo a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

DECRETO Nº 2.140 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (ESCELSA) a constituir garantia hipotecária dos seus bens em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

DECRETO Nº 2.157 — de 22 de janeiro de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a construir uma linha de transmissão em Saudade, município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.*

DECRETO — Nº 2.165 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Independência concessão para distribuir energia elétrica no município de Independência, Estado do Ceará.*

DECRETO Nº 2.180 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Turmalina no Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

DECRETO Nº 2.181 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade a construir uma linha de transmissão.*

DECRETO Nº 2.217 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) concessão para distribuir energia elétrica no Município de Conceição do Almeida, Estado da Bahia, e dá outras providências.*

DECRETO Nº 2.221 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) concessão para distribuir energia elétrica no Município de Jequié, no Estado da Bahia.*

DECRETO Nº 2.222 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

DECRETO Nº 51.774 — de 4 de março de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL a construir linha de transmissão.*

DECRETO Nº 51.775 — de 4 de março de 1963.

— *Autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

DECRETO Nº 51.777 — de 4 de março de 1963.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Estrela para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Rocas, município de igual nome Estado do Rio Grande do Sul.*

DECRETO Nº 51.778 — de 4 de março de 1963.

— *Outorga à Companhia Sul Sergipana de Eletricidade (SULGIPE) concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.*

DECRETO Nº 51.781 — de 4 de março de 1963.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR).*

DECRETO Nº 51.783 — de 4 de março de 1963.

— *Desvincula da concessão de que é titular a Companhia Prada de Eletricidade, as usinas hidroelétricas da Caverna e do Rio Bonito, e dá outras providências.*

DECRETO Nº 51.784 — de 4 de março de 1963.

— *Outorga ao Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo concessão para distribuir energia elétrica em diversos municípios do Estado de São Paulo e dá outras providências.*

DECRETO Nº 51.785 — de 4 de março de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro concessão para distribuir energia elétrica no município de Piquet Carneiro, no Estado do Ceará.*

DECRETO Nº 51.786 — de 4 de março de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Patrocínio, para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Distrito, sede do Município de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.787 — de 4 de março de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Itanhém, concessão para distribuir energia elétrica no município de Itanhém, no Estado da Bahia.

Decreto nº 51.790 — de 4 de março de 1963.

Amplia a zona de concessão da Empresa Luz e Força Santa Maria S. A... no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

Decreto nº 51.791 — de 4 de março de 1963.

Autoriza a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a incorporar, ao seu sistema, linha de transmissão existente entre São João do Paraíso-São Francisco.

Decreto nº 51.792 — de 4 de março de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Empresa Bom Retirente de Luz e Força Limitada — Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.793 — de 4 de março de 1963.

Autoriza a Companhia Nacional de Alcalis a construir linha de transmissão.

Decreto nº 51.794 — de 4 de março de 1963.

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão entre as cidades de Atibaia e Mairiporã, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.795 — de 4 de março de 1963.

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a ampliar suas instalações produtoras de energia elétrica no município de Maringá — Estado do Paraná.

Decreto nº 51.796 — de 4 de março de 1963.

Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S. A., com sede em Itararé — Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água Catas Altas, distrito de Itapirapoá, município de Ribeira — Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.821 — de 12 de março de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Florestópolis — Estado do Paraná, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 51.822 — de 12 de março de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

Declara de utilidade pública glebas de terras situadas nos municípios de Igarapé do Tietê — São Manuel — Botucatu — Anhembí — Conchas — Laranjal Paulista — Piracicaba — São Pedro — Dois Córregos — Mineiros do Tietê e Barra Bonita, todos no Estado de São Paulo, necessárias à bacia de acumulação da usina Hidroelétrica "Jânio Quadros", antiga "Barra Bonita" da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo, e autoriza a citada Companhia a promover a desapropriação das referidas glebas.

Decreto nº 51.825 — de 12 de março de 1963.

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no Estado de São Paulo, nos municípios de Santos — São Bernardo do Campo — São Paulo e Ilpeçerica da Serra, necessárias à construção de linhas de transmissão entre a Usina de Cubatão e a usina elevatória de Pedreira e a Estação Terminal de Anhanguera e autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade e promover a desapropriação das referidas áreas de terra.

Decreto nº 51.826 — de 12 de março de 1963.

Outorga à Companhia Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica no distrito sede do município de General Câmara.

Decreto nº 51.828 — de 12 de março de 1963.

Autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a construir linha de transmissão no município de Santos — Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 51.830 — de 12 de março de 1963.

ENERGIA NUCLEAR

— Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.

Decreto nº 51.726 — de 10 de fevereiro de 1963.

ENSINO

— Aprova o "Convênio sobre Textos de Ensino", firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai, a 5 de janeiro de 1960.

Decreto Legislativo nº 1 — de 1963.

ENSINO MÉDIO

— Revoga os Decretos ns. 37.494, de 14 de junho de 1955 e 39.080, de 30 de abril de 1958.

Decreto nº 51.656 — de 10 de janeiro de 1963.

ENTORPECENTES

— Acresce a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, de um integrante, como representante do Ministério da Aeronáutica.

Lei nº 4.198 — de 28 de janeiro de 1963.

ESCOLAS

— Altera a redação do parágrafo segundo do artigo do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 1.917 — de 19 de dezembro de 1962.

— Dispõe sobre a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto nº 1.981 — de 9 de janeiro de 1963.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com a transferência para a União da Escola de Enfermagem do Recife.

Decreto nº 2.044 — de 15 de janeiro de 1963.

— Transforma a sociedade civil Instituição Uberlandense de Ensino em Fundação Educacional de Uberlândia e dá outras providências.

Decreto nº 2.143 — de 22 de janeiro de 1963.

— Cria o Quadro Especial da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, e dá outras providências.

Decreto nº 51.836 — de 14 de março de 1963.

ESCOLAS

— Ver, também, Universidades, Faculdades, Colégios e Cursos — Quanto aos Militares, ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Retifica o enquadramento das funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 49.343, de 25 de novembro de 1960, e aprova enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2º da Lei número 3.567, de 5 de outubro de 1961.

(Publicado no Diário Oficial de 23 de agosto de 1962 e retificado no de 27 de agosto de 1962).

Retificação

Decreto nº 51.536 — de 21 de agosto de 1962.

ESTABELECIMENTO RURAL DO TAPAJÓS

Retifica o Quadro de Pessoal do Estabelecimento Rural do Tapajós.

Decreto nº 51.665 — de 17 de janeiro de 1963.

ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Cria Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas tendentes a ampliar o mercado de capitais e a estabelecer o disciplinamento das operações dos estabelecimentos de crédito do Governo.

Decreto nº 51.702 — de 12 de fevereiro de 1963.

ESTAÇÃO RÁDIO DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Aprova o Regulamento para a Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.799 — de 5 de março de 1963.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do curso denominado "Ribeirão Sem Nome", no município de Siderópolis.

Decreto nº 2.125 — de 22 de janeiro de 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do curso denominado "Três Barras/Clarinho", "Claro" e "Pinahal", respectivamente nos trechos Superior, médio e inferior.

Decreto nº 2.171 — de 22 de janeiro de 1963.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio "Morte".

Decreto nº 2.172 — de 22 de janeiro de 1963.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a ampliar e reformar o sistema de transmissão de energia elétrica Rio da Cidade-Teresópolis e o sistema de distribuição de Teresópolis.

Decreto nº 2.111 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do Estado do Rio de Janeiro, do Rio Caratucua ou Jacarei.*

Decreto nº 2.112 — de 22 de janeiro de 1963.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica no distrito sede do município de General Câmara.

Decreto nº 51.828 — de 12 de março de 1963.

ESTADOS

Estabelece normas para a sistematização da assistência financeira da União aos Estados.

Decreto nº 51.803 — de 5 de março de 1963.

ESTATUTO DA AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotado em Nova York, a 26 de outubro de 1956.

Decreto nº 51.621 — de 14 de dezembro de 1962.

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural"

Lei nº 4.214 — de 2 de março de 1963.

ESTATUTO DOS FUNCIONARIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto nº 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.

Decreto nº 2.038 — de 15 de janeiro de 1963.

ESTATUTO DOS MILITARES

Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.

Decreto nº 51.864 — de 26 de março de 1963.

ESTATUTOS

Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro de Bragança, e dá outras providências.

(Suplemento).

Decreto nº 51.664 — de 16 de janeiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Piauí, e dá outras providências.

Decreto nº 51.765 — de 1 de março de 1963.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 51.662 — de 16 de janeiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO DONA TERESA CRISTINA

Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina e dá outras providências.

Decreto nº 51.752 — de 22 de fevereiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e dá outras providências.

Decreto nº 51.751 — de 22 de fevereiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO SÃO LUÍS-TERESINA

Revoca o Decreto nº 51.519, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, e dá outras providências.

(Suplemento).

Decreto nº 51.650 — de 7 de janeiro de 1963.

ETAPAS

Aprova as Tabelas da Fixação dos Valores de Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 51.747 — de 22 de fevereiro de 1963.

EXAMES DE MADUREZA

Regulamenta os exames de madureza no sistema federal de ensino, nos termos do Parecer nº 14, do Conselho Federal de Educação.

Decreto nº 51.680-A — de 22 de janeiro de 1963.

EXÉRCITO

Cria o Estandarte-Distintivo para a 1ª Companhia de Intendência.

Decreto nº 1.908 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do art. 493 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais — R-1 — RISG (Decreto nº 42.018-57).*

Decreto nº 2.084 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Introduz parágrafo no art. 66 do Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto nº 8.835-42).*

Decreto nº 2.085 — de 17 de janeiro de 1963.

— *Cria a 5ª Companhia de Polícia e dá outras providências.*

Decreto nº 51.699 — de 8 de fevereiro de 1963.

— *Aprova as Tabelas da Fixação dos Valores de Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1º semestre de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.747 — de 22 de fevereiro de 1963.

Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para o Exército, e dá outras providências.

Decreto nº 51.749 — de 22 de dezembro de 1963.

— *Fixa o número de vagas para cota compulsória no Ministério da Guerra.*

Decreto nº 51.780 — de 4 de março de 1963.

— *Ver, também, Ministério da Guerra.*

EXPORTAÇÃO

Altera o Decreto nº 746, de 19 de março de 1962.

Decreto nº 51.853 — de 19 de março de 1963.

F

FACULDADES

Transforma a sociedade civil Instituição Uberlandense de Ensino em Fundação Educacional de Uberlândia, e dá outras providências.

Decreto nº 2.143 — de 22 de janeiro de 1963.

— Ver, também, Colégios, Cursos, Escolas e Universidades.

FELDSPATO

Autoriza Minex S. A. — Empresa de Mineração a pesquisar feldspato no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

DECRETO Nº 1.596 — de 22 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sylvio Beneduzzi a pesquisar feldspato e quartzo no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.188 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Tomhã a pesquisar feldspato, no município de Andaraes — Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.206 — de 22 de janeiro de 1963.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Rodrigues de Souza a pesquisar minério de ferro nos municípios de Piracema e Desterro de Entre Rios, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.018 — de 11 de janeiro de 1963.

— Autoriza a S. A. Mineração da Trindade a lavar minério de ferro, nos municípios de Santa Bárbara e Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.049 — de 15 de janeiro de 1963.

FERRO

— Autoriza o cidadão brasileiro Diogo Bethônico a pesquisar minério de ferro, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.071 — de 17 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro, José Pedro de Aguiar Carvalho a pesquisar minério de ferro no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.075 — de 17 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anselmo Santalena a pesquisar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

DECRETO Nº 2.135 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Edgar Bezerra Leite a pesquisar argila e minério de ferro no Distrito Federal.

DECRETO Nº 2.151 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alfeu Teixeira Branco a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Caiapônia, Estado de Goiás.

DECRETO Nº 2.153 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alfeu Teixeira Branco a pesquisar minérios de ferro e manganês, no município de Caiapônia, Estado de Goiás.

DECRETO Nº 2.154 — de 22 de janeiro de 1963.

— Retifica e ratifica o Decreto nº 18.545, de 21 de julho de 1960.

DECRETO Nº 2.163 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a cidadã brasileira Carolina Alzira Divino Cesar a pesquisar minério de ferro, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.

DECRETO Nº 2.173 — de 22 de janeiro de 1963.

FERRO

Autoriza a cidadã brasileira Carolina Alzira Divino Cesar a pesquisar minério de ferro no município de Sento Sé, Estado da Bahia.

DECRETO Nº 2.213 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza Mannesmann Mineração S. A. a lavrar dolomita e minério de ferro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

DECRETO Nº 51.732 — de 21 de fevereiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Diogo Felix a pesquisar minério de ferro no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

DECRETO Nº 51.771 — de 4 de março de 1963.

— *Autoriza a Empresa Comercial e Técnica de Minérios S. A. a lavrar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.*

DECRETO Nº 51.772 — de 4 de março de 1963.

FERROVIAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Companhia Vale do Rio Doce S. A. em caráter de urgência, área de terras necessárias à expansão de sua estrada de ferro e à construção de terminais ferroviários, instalações industriais e correlatas.

DECRETO Nº 2.031 — de 14 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro.*

DECRETO Nº 2.089 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Estabelece preferência para transporte ferroviário.*

DECRETO Nº 2.182 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras.*

Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963.

FINANÇAS

Estabelece normas para a sistematização da assistência financeira da União aos Estados.

Decreto nº 51.803, de 5 de março de 1963.

FORD MOTOR DO BRASIL S. A.

Concede a Ford Motor do Brasil S. A. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 2.079, de 17 de janeiro de 1963.

FOSFATO

Autoriza a Fosforita Olinda S. A. a lavrar fosfato, no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 2.136, de 22 de janeiro de 1963.

**"FOSPERSA" — FOSFATO
PERNAMBUCO S. A.**

Concede à "Fospersa" — Fosfato Pernambuco S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.067, de 17 de janeiro de 1963.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Inclui na relação constante do Decreto nº 50.562, de 8 de maio de 1961, que regulamenta a aplicação do artigo 74 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, os cargos de Pesquisador, Biologista e Assessor Jurídico.

Decreto nº 1.977, de 2 de janeiro de 1963.

— *Regula a localização de servidor federal, e dá outras providências.*

Decreto nº 1.987, de 10 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto nº 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.*

Decreto nº 2.038, de 15 de janeiro de 1963.

FUNCIONARIO PÚBLICO

Altera a redação do artigo 2.º do Decreto nº 701, de 15 de março de 1962.

Decreto nº 2.124, de 22 de janeiro de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho para estudar a retribuição dos servidores, civis e militares, em missão ou estudo no exterior, a redução do seu número, a reorganização dos serviços a que pertencem, e dá outras providências.

Decreto nº 51.704, de 12 de fevereiro de 1963.

FUNÇÕES DE CARATER OU INTERESSE MILITAR

Considera em funções de natureza militar, militares designados, requisitados ou eleitos para cargos de direção da Companhia de Navegação do São Francisco.

Decreto nº 51.686, de 31 de janeiro de 1963.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cria funções gratificadas na Seção de Segurança Nacional do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 51.660, de 15 de janeiro de 1963.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto nº 51.675, de 21 de janeiro de 1963.

— Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 51.696, de 5 de fevereiro de 1963.

— Classifica provisoriamente as funções gratificadas dos Territórios Federais de Roraima e Rondônia e dos serviços mantidos pela União e transferidos para o Estado do Acre.

Decreto nº 51.841, de 14 de março de 1963.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Aprova o Regulamento do Fundo Federal Agropecuário, criado pela Lei Delegada nº 8.

Decreto nº 1.973, de 31 de dezembro de 1962.

FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional e dá outras providências.

Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963.

G

GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima Gillette Safety Razor Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 2.109, de 22 de janeiro de 1963.

GIPSITA

Renova a autorização contida no Decreto de nº 46.642, de 17 de agosto de 1959.

Decreto nº 1.718, de 28 de novembro de 1962.

— Autoriza a Empresa Maranhense de Mineração Ltda., a lavrar gipsita no município de Codó, Estado do Maranhão.

Decreto nº 2.069, de 17 de janeiro de 1963.

— Autoriza a Companhia Materiais Sulfurosos — Matsulfur — a lavrar gipsita, no Município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 2.218, de 22 de janeiro de 1963.

GRATIFICAÇÕES

Aprova Tabela de Gratificação Especiais da CPCAN — Comissão do Plano do Carvão Nacional.

Decreto nº 1.972, de 29 de dezembro de 1962.

GRATIFICAÇÕES

Inclui na relação constante do Decreto nº 50.162, de 8 de maio de 1961, que regulamenta a aplicação do art. 74 da Lei nº 2.780, de 12 de julho de 1960, os cargos de Pesquisador, Biologista e Assessor Jurídico.

Decreto nº 1.977, de 2 de janeiro de 1963.

GUARANA

Aprova a regulamentação do Decreto-lei nº 7.669, de 22 de junho de 1945, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseia no nome daquela planta.

Decreto nº 1.970, de 28 de dezembro de 1962.

H

HEMATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Heráclito Mourão de Miranda a pesquisar hematita, itabirito e ganga no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.209, de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a Companhia de Cimento Ipanema a lavrar hematita no Município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.214, de 22 de janeiro de 1963.

HIPÓDROMO

Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 1.096, de 18 de julho de 1962.

Decreto nº 51.912, de 11 de março de 1963.

HOSPITAIS

Aprova o Quadro do Pessoal do Hospital Júlia Kubitschek e dá outras providências.

Decreto nº 51.667, de 17 de janeiro de 1963.

HOSPITAIS

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para equipamento da Clínica Ortopédica do Hospital Escola São Francisco de Assis.

Decreto nº 51.678, de 22 de janeiro de 1963.

I

I. B. SABBÁ & CIA.

Concede à I. B. Sabbá & Cia. Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.033, de 14 de janeiro de 1963.

ILMENITA

Declara caduco o Decreto nº 26.836, de 29 de junho de 1949.

Decreto nº 2.104, de 22 de janeiro de 1963.

IMIGRAÇÃO

Fixa as atribuições do Ministério das Relações Exteriores, nos termos da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.716, de 15 de fevereiro de 1963.

IMPORTAÇÃO

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Fratelli Vita Indústria e Comércio S.A.", de Salvador (Bahia).

Decreto nº 51.754, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à empresa "J. Macedo S.A. Comércio, Indústria e Agricultura", de Fortaleza (Ceará).

Decreto nº 51.755, de 27 de fevereiro de 1963.

IMPORTAÇÃO

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Aracaju (Sergipe).

Decreto nº 51.756, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Inpala S. A.", de Recife (PE).

Decreto nº 51.757, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 51.758, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado consignados ao "Cotonificio Victor de Araújo S.A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.759, de 27 de fevereiro de 1963.

— Dispõe sobre a entrada no País de caminhões transportando carga importada dos países limítrofes ou para os mesmos exportada.

Decreto nº 51.813-A, de 8 de março de 1963.

— Altera o Decreto nº 746, de 19 de março de 1962.

Decreto nº 51.853, de 19 de março de 1963.

IMPOSTOS

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Fratelli Vita Indústria e Comércio S.A.", de Salvador (Bahia).

Decreto nº 51.754, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "J. Macedo S.A. Comércio, Indústria e Agricultura", de Fortaleza (Ceará).

Decreto nº 51.755, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Aracaju (Sergipe).

Decreto nº 51.756, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Inpala S. A.", de Recife (PE).

Decreto nº 51.757, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 51.758, de 27 de fevereiro de 1963.

IMPÔSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre a distribuição da cota do imposto de consumo de que trata o § 4º do art. 15 da Constituição Federal e dá outras providências.

Decreto nº 2.100, de 21 de janeiro de 1963.

— *Altera a legislação do imposto de consumo e dá outras providências.*

Lei nº 4.153, de 28 de novembro de 1962.

IMPÔSTO DE FARÓIS

Altera o imposto de faróis incidente sobre navios estrangeiros que demandam portos do Brasil.

Lei nº 4.202, de 6 de fevereiro de 1963.

IMPÔSTO DE RENDA

Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 1.166, de 8 de junho de 1962.

Decreto nº 51.730, de 21 de fevereiro de 1963.

INDÚSTRIA DE CAL ITUAÇU LIMITADA

Concede à Indústria de Cal Ituaçu Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.827, de 12 de março de 1963.

INDÚSTRIA DA PARAFUSOS E LAMINADOS INPALA S. A.

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Inpala S.A.", de Recife (PE).

Decreto nº 51.757, de 27 de fevereiro de 1963.

INDÚSTRIA MANUFATUREIRA DE ARTEFATOS DE CIMENTO E CAL LIMITADA

Concede à Indústria Manufatureira de Artefatos de Cimento e Cal Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.776, de 4 de março de 1963.

INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA

Cria Grupo de Trabalho sobre a Indústria Químico-Farmacêutica Nacional.

Decreto nº 51.685, de 30 de janeiro de 1963.

INSPETORIA GERAL DA AERONÁUTICA

Introduz modificações no Regulamento da Inspeção Geral da Aeronáutica.

Decreto nº 51.815, de 11 de março de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), destinado ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBECC — Seção de São Paulo.

Decreto nº 51.677, de 22 de janeiro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aprovado pelo Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 51.680, de 22 de janeiro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aprovado pelo Decreto n.º 51.367, de 11 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.706, de 15 de fevereiro de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto n.º 51.371, de 13 de dezembro de 1961.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto n.º 51.371, de 13 de dezembro de 1961.*

Decreto n.º 51.812, de 8 de março de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Altera o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, aprovado pelo Decreto n.º 51.349, de 20 de novembro de 1961.

(Publicado no Suplemento ao n.º 223 do *Diário Oficial* de 27 de novembro de 1962).

Decreto n.º 51.576, de 8 de novembro de 1962.

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Hospital Júlia Kubitschek e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.667, de 17 de janeiro de 1963.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Retifica o Decreto n.º 51.340, de 28 de outubro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.669, de 17 de janeiro de 1963.

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00 para construção do prédio onde se instalará o Instituto de Química Agrícola e dá outras providências.

Lei n.º 4.212 — de 11 de fevereiro de 1963.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Altera o Título Terceiro, Capítulos I, II e III dos Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil, referidos nos Decretos ns. 21.810, de 4-9-48, 24.489, de 4-2-48 e 43.662, de 30 de abril de 1958.

Decreto n.º 1.921 — de 19 de dezembro de 1962.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, ao Protocolo de Emenda à Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, firmada na União Panamericana, em Washington, a 1º de dezembro de 1958.

Decreto n.º 51.627-A — de 18 de dezembro de 1962.

— *Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, aberta à assinatura, na União Panamericana, em Washington, a 15 de janeiro de 1944.*

Decreto n.º 51.688 — de 1º de fevereiro de 1963.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO

Altera a denominação do Instituto Joaquim Nabuco, para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife, Estado de Pernambuco.

Lei nº 4.209 — de 9 de fevereiro de 1963.

**INSTITUTO NACIONAL DE
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.) para o exercício de 1962.

Decreto nº 1.988 — de 10 de janeiro de 1963.

**INTERAMERICANA COMPANHIA
DE SEGUROS GERAIS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Interamericana Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social e extensão das operações ao Ramo Vida.

Decreto nº 1.956 — de 26 de dezembro de 1962.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Revoga o Decreto nº 1.397, de 21 de setembro de 1962, que determinou a intervenção na Companhia Nacional de Alcahis.

Decreto nº 2.061 — de 16 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.*

Decreto nº 51.644-A — de 26 de novembro de 1962.

— *Decreta a intervenção federal nos serviços a instalações do Porto de Ilhéus, Estado da Bahia, estendida esta à concessionária e dá outras providências.*

Decreto nº 51.761 — de 28 de fevereiro de 1963.

ISENÇÕES

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à "Companhia Industrial de Sisal", de Bayeux (Pb).

Decreto nº 2.098 — de 21 de janeiro de 1963.

— *Estabelece normas para concessão das reduções ou isenções do imposto de importação, relativas aos bens de interesse da produção agropecuária.*

Decreto nº 2.130 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Conferência de Bispos do Brasil.*

Lei nº 4.184 — de 17 de dezembro de 1962.

— *Concede isenção de licença prévia e de imposto de importação e outros tributos e taxas para donativos consignados à Confederação Evangélica do Brasil.*

Lei nº 4.189 — de 17 de dezembro de 1962.

— *Isenta do imposto de importação e de consumo materiais, importados pela S. A. Rádio Tupi.*

Lei nº 4.194 — de 24 de dezembro de 1962.

— *Concede isenção de imposto de importação para os equipamentos industriais a serem importados pela Companhia Brasileira de Alumínio.*

Lei nº 4.195 — de 24 de dezembro de 1962.

— *Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento e acessórios destinados à montagem de uma estação transmissora para rádio-difusão e televisão, importados pela Fundação Gaspar Líbero, em São Paulo.*

Lei nº 4.196 — de 24 de dezembro de 1962.

ISENÇÕES

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e outros tributos à Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

Lei nº 4.201 — de 5 de fevereiro de 1963.

— Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

Lei nº 4.204 — de 7 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Fratelli Vita Indústria e Comércio S. A.", de Salvador (Bahia).

Decreto nº 51.754 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "J. Macedo S. A. Comércio, Indústria e Agricultura" de Fortaleza (Ceará).

Decreto nº 51.755, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constâncio Vieira & Cia.", de Aracaju (Sergipe).

Decreto nº 51.756, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Inpala S. A.", de Recife (PE).

Decreto nº 51.757, de 27 de fevereiro de 1963.

ISENÇÕES

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 51.758, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito da isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonifício Victor de Araújo S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.579, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Tecelagem de Seda e de Algodão de Pernambuco S. A. (T. S. A. P.), de Recife (Pe).

Decreto nº 51.800, de 6 de março de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à firma "Renda Priori & Cia. Ltda.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.804, de 6 de março de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Indústria de Azulejos S. A. (IASA), de Recife, (Pe).

Decreto nº 51.805, de 6 de março de 1963.

ISENÇÕES

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à firma "J. Motta & Cia. — Curtume São Francisco", de Natal (RN).

Decreto nº 51.833, de 13 de março de 1963.

ITABIRITO

Autoriza o cidadão brasileiro Heraclito Mourão de Miranda a pesquisar hematita, itabirito e ganga no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.269, de 22 de janeiro de 1963.

J**JOGOS PAN-AMERICANOS**

Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

Lei nº 4.204, de 7 de fevereiro de 1963.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Altera os artigos, 14, 15 16 e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo número 40.359, e dá outras providências.

Decreto nº 2.030, de 14 de janeiro de 1963.

L**LAVRA**

Ver o nome do elemento lavrado.

LEISHMANIOSES

Elabora Normas Técnicas Especiais para o Combate às Leishmanioses.

Decreto nº 51.838, de 14 de março de 1963.

L'UNION COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE, LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

Cede à L'Union Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents et Risques Divers, autorização para aumentar seu capital, no País.

Decreto nº 2.118, de 22 de janeiro de 1963.

M**MANGANÊS**

Autoriza a cidadã brasileira Oradina Augusta de Rezende a pesquisar minério de manganês no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.150, de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Teixeira Branco a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Caiapônia, Estado de Goiás.

Decreto nº 2.153, de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Teixeira Branco a pesquisar minério de ferro e manganês, no município de Caiapônia, Estado de Goiás.

Decreto nº 2.154, de 22 de janeiro de 1963.

MARINHA

Altera o Regulamento de Promoções para Oficial da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 2.026, de 14 de janeiro de 1963.

— Altera o Regulamento para o Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha.

Decreto nº 2.027, de 14 de janeiro de 1963.

— Organiza o Serviço de Assistência Médica da Marinha em Brasília.

Decreto nº 2.059, de 16 de janeiro de 1963.

MARINHA

Introduz modificação no Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940, que aprovou e mandou executar o novo Regulamento para as Capitâneas de Portos, com as modificações baixadas pelo Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961.

Decreto nº 2.080, de 17 de janeiro de 1963.

— *Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, aprovado pelo Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950.*

Decreto nº 51.720, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 51.721, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Marinha.*

Decreto nº 51.722, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Aprova as Tabelas da Fixação dos Valores de Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 1.º semestre de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.747, de 22 de fevereiro de 1963.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.748, de 22 de fevereiro de 1963.

— *Reorganiza o Corpo de Fuzileiros Navais e dá outras providências.*

Decreto nº 51.811-A, de 7 de março de 1963.

— *Ver, também, Ministério da Marinha e Armada.*

MARINHA MERCANTE

Altera a redação do § 2º do artigo do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 1.917, de 19 de dezembro de 1962.

MARÍTIMOS

Dispõe sobre a hierarquia salarial do pessoal das empresas de navegação marítima, fluvial e lacustre e dá outras providências.

Decreto nº 51.668, de 17 de janeiro de 1963.

MATERIAL AUDITIVO

Promulga o Acôrdio para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu protocolo de assinatura.

Decreto nº 51.658, de 14 de janeiro de 1963.

— *Torna públicas as adesões, por parte de diversos países, ao Acôrdio para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.*

Decreto nº 51.659, de 14 de janeiro de 1963.

MATERIAL EDUCATIVO

Promulga o Acôrdio para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.

Decreto nº 51.658, de 14 de janeiro de 1963.

— *Torna públicas as adesões, por parte de diversos países, ao Acôrdio para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.*

Decreto nº 51.659, de 14 de janeiro de 1963.

MATERIAL VISUAL

Promulga o Acôrdo para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.

Decreto nº 51.658, de 14 de janeiro de 1963.

— *Torna públicas as adesões, por parte de diversos países, ao Acôrdo para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural e seu Protocolo de assinatura.*

Decreto nº 51.659, de 14 de janeiro de 1963.

MEIATEX S.A. — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede permissão, em caráter permanente, a Meiatex S.A. — Indústria e Comércio, com sede na Capital do Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 1.997, de 11 de janeiro de 1963.

MEIO CIRCULANTE

Dispõe sobre o meio circulante e da outras providências.

Lei nº 4.190, de 17 de dezembro de 1962.

MERCADO DE CAPITAIS

Cria Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas tendentes a ampliar o mercado de capitais e a estabelecer o disciplinamento das operações dos estabelecimentos de crédito do Governo.

Decreto nº 51.702, de 12 de fevereiro de 1963.

METEOROLÓGICO

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, concluída em Washington, a 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 51.806, de 7 de março de 1963.

METROPOLITANA — COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Metropolitana Companhia de Seguros, relativa a aumento do capital social.

Decreto nº 1.933 — de 20 de dezembro de 1962

MIBRAS, MINERAÇÃO LIMITADA

Concede à Mibras Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.829 — de 12 de março de 1963.

MIBRASIL — MINERAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA LIMITADA

Concede à "Mibrasil — Mineração Industrial Brasileira Limitada" autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.568 — de 21 de novembro de 1962.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Anísio Correia de Lacerda a pesquisar quartzo, mica e pedras coradas no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.616 — de 22 de novembro de 1962.

— *Retifica o decreto de lavra número 17.430, de 27 de dezembro de 1944.*

Decreto nº 2.105 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adão Batista de Andrade a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Galileia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.139 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira de Souza a pesquisar quartzo e mica, no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.203 — de 22 de janeiro de 1963.

MICA

Renova a autorização contida no Decreto nº 48.568, de 21 de julho de 1960.

Decreto nº 2.226 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 47.758, de 7 de abril de 1959.*

Decreto nº 2.227 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 48.358, de 21 de junho de 1960.*

Decreto nº 2.230 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Liberalino Coelho Nunes a pesquisar quartzo e mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.831 — de 12 de março de 1963.

MILITARES

Fixa funções privativas para Oficiais do Quadro de Intendentes da Aeronáutica.

Decreto nº 1.979 — de 8 de janeiro de 1963.

— *Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 701, de 15 de março de 1962.*

Decreto nº 2.124 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Cria Grupo de Trabalho para estudar a retribuição dos servidores, civis e militares, em missão ou estudo no exterior, a redução do seu número, a reorganização dos serviços a que pertencem, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.704 — de 12 de fevereiro de 1963.

— *Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.*

Decreto nº 51.864 — de 26 de março de 1963.

"MINEGRAL" — COMPANHIA BRASILEIRA DE MINERAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede à "Minegral" — Cia. Brasileira de Mineração, Indústria, e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.065 — de 17 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO

Ver o nome da empresa.

MINERAÇÃO CAVARU LIMITADA

Concede à Mineração Cavaru Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.223 — de 22 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO NAVA DELI LTDA.

Concede à Mineração Nava Deli Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.063 — de 17 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO PEDRA BRANCA LIMITADA

Concede à Mineração Pedra Branca Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.164 — de 22 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO PIRANGI S. A.

Concede à Mineração Pirangi S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.823 — de 12 de março de 1963.

MINERAÇÃO PRIMA S. A. MIPRISA

Concede à Mineração Prima S. A. Miprisa, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.066 — de 7 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO RIO VERDE LTDA.

Concede à Mineração Rio Verde Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.192 — de 22 de janeiro de 1963.

MINERAÇÃO SALLES, CINTRA & CIA. LTDA.

Concede à Mineração Salles, Cintra & Cia. Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.770 — de 4 de março de 1963.

MINERAÇÃO REGINA PAZ LTDA.

Concede à Mineração Regina Paz Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.964 — de 27 de dezembro de 1962.

MINERAÇÃO SÃO LOURENÇO LIMITADA

Concede à Mineração São Lourenço Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.032 — de 14 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Acresce a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, de um integrante, como representante do Ministério da Aeronáutica.

Lei nº 4.198 — de 28 de janeiro de 1963.

— Dispõe sobre as funções de Correntista e dá outras providências.

Decreto nº 51.654 — de 10 de janeiro de 1963.

— Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 44.835, de 8 de novembro de 1958, para excluir a área de propriedade do Sr. Marcos Pereira Vaz.

Decreto nº 51.694 — de 4 de fevereiro de 1963.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Retifica o Decreto nº 51.516, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto nº 51.852 — de 19 de março de 1963.

— Ver, também, Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências.

Lei Delegada nº 9 — de 11 de outubro de 1962.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.

Decreto nº 2.055 — de 10 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de Goiás.

Decreto nº 2.056 — de 16 de janeiro de 1963.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 2.057 — de 16 de janeiro de 1963.

— Transfere cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura para igual Quadro do Ministério da Aeronáutica.

Lei nº 4.175 — de 5 de dezembro de 1962.

— Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 51.633 — de 19 de dezembro de 1962.

— Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.701 — de 11 de fevereiro de 1963.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.797 — de 4 de março de 1963.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a garantir empréstimo para os fins de menciona.

Decreto nº 2.127 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para atender às despesas com a realização do Quarto Congresso Brasileiro de Ensino da Matemática.*

Decreto nº 2.132 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para equipamento da Clínica Ortopédica do Hospital Escola São Francisco de Assis.*

Decreto nº 51.678 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóveis, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Decreto nº 51.843 — de 15 de março de 1963.

— *Extingue, no Ministério da Educação e Cultura, as Companhias que menciona.*

Decreto nº 51.867, de 26 de março de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 1.980 — de 8 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Transfere cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura para igual Quadro do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto nº 4.175 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 48.947, de 15 de setembro de 1960.*

Decreto nº 51.671 — de 18 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Guerra, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender a despesas com a reconstrução e reaparelhamento das instalações da Fábrica Estrêla danificadas com a explosão ocorrida em outubro de 1951.

Decreto nº 4.185 — de 17 de dezembro de 1962.

— *Transfere do Ministério da Guerra para as Universidades do Recife, da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná os Colégios Militares de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, respectivamente e ad outras providências.*

Decreto nº 51.643-A — de 4 de janeiro de 1963.

Fixa o número de vagas para cota compulsória no Ministério da Guerra.

Decreto nº 51.780 — de 4 de março de 1963.

Ver, também, *Exército*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Dá nova redação ao artigo 1.º e seu § 1.º do Decreto nº 1.490, de 8 de novembro de 1962.

Decreto nº 1.991 — de 10 de janeiro de 1963.

— *Torna sem efeito o Decreto nº 934, de 4 de maio de 1962.*

Decreto nº 2.087 — de 18 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.629 — de 19 de dezembro de 1962.

— *Altera a lotação numérica das Repartições atendidas pelo Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 51.653 — de 10 de janeiro de 1963.

— *Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Território Federal de Rondônia para idênticos Quadro e Parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 51.683 — de 30 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 51.653, de 10 de janeiro de 1963 e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.708 — de 15 de fevereiro de 1963.

— *Altera a redação dos arts. 15, 16, 17 e 18, do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto número 17.546, de 5 de janeiro de 1945.*

Decreto n.º 51.745 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Território Federal de Rondônia para idênticos Quadro e Parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 51.834 — de 14 de março de 1963.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto n.º 51.675 — de 21 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.*

Decreto n.º 51.718 — de 18 de fevereiro de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Aprova as tabelas de representação a que se referem o Decreto-lei número 9.202, de 1946 e o Decreto número 2, de 1961.

Decreto n.º 1.989 — de 10 de janeiro de 1963.

— *Aprova a tabela de Representação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores enquadrados pelas Leis 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.917, de 14 de julho de 1961.*

Decreto n.º 2.088 — de 18 de janeiro de 1963.

— *Fixa as atribuições do Ministério das Relações Exteriores, nos termos da Lei Delegada n.º 11, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto n.º 51.716 — de 15 de fevereiro de 1963.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Cria função gratificada no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 51.696 — de 5 de fevereiro de 1963.

— *Inclui função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Saúde.*

Decreto n.º 51.839 — de 14 de março de 1963.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Cria funções gratificadas na Seção de Segurança Nacional do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n.º 51.660 — de 15 de janeiro de 1963

— *Retifica o Decreto n.º 48.947, de 13 de setembro de 1960.*

Decreto n.º 51.671 — de 18 de janeiro de 1963.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Inclui, no Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, os órgãos que menciona e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.695 — de 4 de fevereiro de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no Município de Adamantina Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 51.845 — de 15 de março de 1963.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Retifica o anexo ao Decreto número 51.564, de 12 de outubro de 1962.

Decreto n.º 51.657 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre a Comissão Permanente do Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.*

Decreto n.º 51.860 — de 22 de março de 1963.

— *Cria, no Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, o Conselho Coordenador da Previdência Social.*

Decreto n.º 51.861 — de 22 de março de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Altera o Regulamento das Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

Decreto n.º 2.025 — de 14 de janeiro de 1963.

— *Altera os artigos 14, 15, 16 e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto número 40.359 e dá outras providências.*

Decreto n.º 2.030 — de 14 de janeiro de 1963.

MISSÃO NO EXTERIOR

Cria Grupo de Trabalho para estudar a retribuição dos servidores, civis e militares, em missão ou estudo no exterior, a redução do seu número, a reorganização dos serviços a que pertencem, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.704 — de 12 de fevereiro de 1963.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA O ANALFABETISMO

Extingue, no Ministério da Educação e Cultura as Campanhas que menciona.

Decreto n.º 51.867 — de 26 de março de 1963.

MOEDA FALSA

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países à Convenção Internacional para a repressão de moeda falsa e seu Protocolo, firmados em Genebra, a 2.º de abril de 1929.

Decreto n.º 51.689 — de 1.º de fevereiro de 1963.

MOEDAS

Dispõe sobre o meio circulante e dá outras providências.

Lei n.º 4.190 — de 17 de dezembro de 1962.

MONTBEN LIMITADA

Concede a Montben Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 2.074 — de 17 de janeiro de 1963.

MUNICÍPIOS

Dispõe sobre a distribuição da cota do imposto de consumo de que trata o § 4.º do art. 15 da Constituição Federal e dá outras providências.

Decreto n.º 2.100 — de 21 de janeiro de 1963.

N

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

— *Concede à sociedade Beranger & Cia. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de "Salinas Pring Ltda."*

Decreto n.º 1.930 — de 20 de dezembro de 1962.

— *Concede à sociedade Comércio e Transportes Mucuripe S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 1.952 — de 26 de dezembro de 1962.

— *Concede à Navegação e Comércio Carneiro de Mendonça S. A. — Navecarmen — autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova denominação de "Navegação Brasileira de Cabotagem S. A. — NAVEBRASCA".*

Decreto n.º 1.954 — de 26 de dezembro de 1962.

— *Concede à Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 2.106 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede à sociedade Samih Nair Daibes & Cia. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 2.107 de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede à sociedade Navegação e Comércio Baixo Amazonas, Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n.º 2.119 — de 22 de janeiro de 1963.

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

Inclui na relação constante do Decreto n.º 50.562 de 8 de maio de 1961, que regulamenta a aplicação do artigo 74 da Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, os cargos de Pesquisador, Biologista e Assessor Jurídico.

Decreto n.º 1.977, de 2 de janeiro de 1963.

NORDESTE

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à "COMPANHIA INDUSTRIAL DE SISAL", de Bayeux (Pb).

Decreto n.º 2.098 — de 21 de janeiro de 1963.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Fratelli Vita Indústria e Comércio S. A.", de Salvador (Bahia).*

Decreto n.º 51.754 — de 27 de fevereiro de 1963.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "J. Macedo S. A. Comércio, Indústria e Agricultura" da Fortaleza (Ceará).*

Decreto n.º 51.755 — de 27 de fevereiro de 1963.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Aracaju (Sergipe).*

Decreto n.º 51.756 — de 27 de fevereiro de 1963.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Inpala S. A.", de Recife (PE).

Decreto n.º 51.757 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (CE).

Decreto n.º 51.758 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonificio Victor de Araújo S. A.", de Recife (PE).

Decreto n.º 51.759 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Tecelegem de Seda e de Algodão de Pernambuco S. A. (T.S.A.P.), de Recife (PE).

Decreto n.º 51.800 — de 6 de março de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito e consignados à firma "Renda Priori & Cia. Ltda.", de Recife (PE).

Decreto n.º 51.804 — de 6 de março de 1963.

NORDESTE

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à Indústria de Azulejos S. A. (IASA), de Recife (PE).

Decreto n.º 51.805 — de 6 de março de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, nesse descritos, e consignados à firma "J. Mota & Cia. — Curtume São Francisco", de Natal (RN).

Decreto n.º 51.833 — de 13 de março de 1963.

NORMAS TÉCNICAS

Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências.

Lei n.º 4.150 — de 21 de novembro de 1962.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Ferreira D'Oliveira & Sobrinho autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de "Ferreira D'Oliveira, Comércio e Navegação S. A.".

Decreto n.º 1.444 — de 10 de outubro de 1962.

0

ORDEM DE RIO BRANCO

Institui uma Ordem honorífica denominada Ordem de Rio Branco.

Decreto n.º 51.697 — de 5 de fevereiro de 1963.

ORDEM DE RIO BRANCO

Aprova e manda executar o Regulamento para a concessão da Ordem de Rio Branco.

Decreto nº 51.698 — de 5 de fevereiro de 1963.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estabelece normas para o Plano de Contenção das Despesas Públicas, no exercício de 1963.

Decreto nº 2.179 — de 22 de janeiro de 1963.

— Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1963.

(Publicado no Suplemento ao número 240 do D. O. de 20-12-62).

Retificação (Anexo 4.16 — referente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores).

Lei nº 4.177 — de 11 de dezembro de 1962.

— Estabelece as normas de execução financeira para o exercício de 1963.

Decreto nº 51.814 — de 8 de março de 1963.

OURO

Autoriza Tantalita S. A. a pesquisar cassiterita e minério de ouro no Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.758 — de 30 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mário Minamoto a pesquisar ouro no leito e margens do Rio Eta, nos municípios de Eldorado e Sete Barras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.152 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Martiniano Mairinques dos Santos a pesquisar minério de ouro e cassiterita, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.211 — de 22 de janeiro de 1963.

OURO

— Autoriza o cidadão brasileiro Tataounoff Souliman a pesquisar diamante e ouro no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.817 — de 14 de março de 1963.

P**PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS, INC.**

Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways, Inc." autorização para continuar a funcionar na República, com as alterações introduzidas em seus Estatutos.

(*) Republicado por ter saído com omissão dos anexos no Diário Oficial de 18-8-60.

(*) Decreto nº 48.452 — de 30 de junho de 1960.

PATRIMÔNIO E ARTÍSTICO

Declara de utilidade pública imóvel que indica, para fins de desapropriação.

Decreto nº 2.134 — de 22 de janeiro de 1963.

PECUÁRIA

Cria Grupo de Trabalho para o desenvolvimento da pecuária.

Decreto nº 51.700 — de 8 de fevereiro de 1963.

— Complementa o Decreto número 51.710, de 8 de fevereiro de 1963 que criou um grupo de trabalho para desenvolvimento da pecuária.

Decreto nº 51.855 — de 20 de março de 1963.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira da Costa a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 580 — de 5 de fevereiro de 1962.

PEDRAS CORADAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anísio Correia de Lacerda a pesquisar quartzo, mica e pedras coradas no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 1.616 de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Adão Batista de Andrade a pesquisar mica e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.139, de 22 de janeiro de 1963.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza a firma Gerna S. A. Agro-Pecuária e Indústria, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 2.019 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Revoga o Decreto nº 35.012, de 8 de fevereiro de 1954.*

Decreto nº 2.046 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a firma Osvaldo R. Henrig, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.048 — de 15 de janeiro de 1963.

PENSÕES

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 141.290,00 para pagamento de pensão a D. Anita Koblitz Bayma, viúva do ex-Senador Antônio Alexandre Bayma, no período de 10 de agosto a 31 de dezembro de 1961.

Decreto nº 2.015 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Concede ao jornalista João Castaldi dei Ruciclio, a pensão de Cr\$ 20.000,00 mensais, por serviços prestados à Nação no setor de Jornalismo.*

Lei nº 4.197 — de 24 de dezembro de 1962.

PESCA

Cria Grupo de Trabalho para propor diretrizes para o desenvolvimento da pesca no País.

Decreto nº 51.868 — de 27 de março de 1963.

PESQUISAS

Ver o nome do elemento pesquisado.

PETROBRÁS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S. A. Petrobrás, área de terreno situada no município de São Mateus do Sul, no Estado do Paraná.

Decreto nº 2.051 — de 15 de janeiro de 1963.

PETRÓLEO

Manda aplicar as normas do Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961, modificado pelo Decreto número 50.392, de 20 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e derivados, adquiridos antes da vigência dos novos preços daqueles produtos, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em consequência da revisão de taxa de câmbio, decorrente das diretrizes da política cambial, consubstanciada nas Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto nº 2.060 — de 16 de janeiro de 1963.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A.

— PETROBRÁS

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, área de terra situada no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 2.194 — de 22 de janeiro de 1963.

PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS

Estabelece normas para o Plano de Contenção das Despesas Públicas, no exercício de 1963.

Decreto nº 2.179 — de 22 de janeiro de 1963.

PLANO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Ver: Amazônia.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.131.000,00, destinado ao pagamento do salário-espósa de magistrados daquele Tribunal.

Lei nº 4.198 — de 17 de dezembro de 1962.

— Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências.

Lei nº 4.192 — de 24 de dezembro de 1962.

— Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na Quarta Região da Justiça do Trabalho.

Lei nº 4.199 — de 4 de fevereiro de 1963.

— Altera o Quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Lei nº 4.207 — de 7 de fevereiro de 1963.

— Reestrutura o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Lei nº 4.210 — de 11 de fevereiro de 1963.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 51.707 — de 15 de fevereiro de 1963.

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 11.520.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 51.709 — de 15 de fevereiro de 1963.

PODER JUDICIÁRIO

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 51.710 — de 15 de fevereiro de 1963.

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da 5ª Região, o crédito especial de Cr\$ 37.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 51.711 — de 15 de fevereiro de 1963.

POLÍCIA DAS FERROVIAS

Aprova o Regulamento da Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro.

Decreto nº 2.089 — de 18 de janeiro de 1963.

POLÍCIA PORTUÁRIA

Aprova o Regulamento da Polícia Portuária da Companhia Docas de Santos.

Decreto nº 2.034 de 15 de janeiro de 1963.

PORTO DE ILHÉUS

Decreta a intervenção federal nos serviços e instalações do porto de Ilhéus, Estado da Bahia, estendida esta à concessionária e dá outras providências.

Decreto nº 51.761 — de 28 de fevereiro de 1963.

PREÇOS MÍNIMOS

Modifica a redação do art. 2º do Decreto nº 1.356, de 3-9-62, que fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano agrícola de 1962-1963, no que tange às especificações pertinentes à padronização do amendoim.

Decreto nº 2.078 — de 17 de janeiro de 1963.

PREGOS MÍNIMOS

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição, de algodão da Região Meridional do País, da safra de 1962-63, fixados pelo Decreto nº 1.393, de 13 de setembro de 1962.

Decreto nº 51.762 — de 28 de fevereiro de 1963.

— Consigna os preços básicos mínimos constantes do Decreto número 51.762, de 28-2-63, para o produto em pluma pôsto nos armazéns gerais ou particulares da Capital do Estado de São Paulo, ou portos do País.

Decreto nº 51.842 — de 14 de março de 1963.

PREFEITURAS

Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Fortaleza — Serviço Telefônico de Fortaleza — para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto nº 1.990 — de 10 de janeiro de 1963.

— Transfere para a Prefeitura Municipal de Vianópolis concessão para distribuição de energia elétrica e outorga à mesma Prefeitura concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto nº 2.102 — de 22 de janeiro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Independência concessão para distribuir energia elétrica no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto nº 2.180 — de 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Turmalina, no Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto nº 2.181 — de 22 de janeiro de 1963.

PREFEITURAS

— Transfere da Prefeitura Municipal de Estrêla para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para a produção e o fornecimento de energia elétrica à cidade de Roca Sales, município de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.778 — de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro concessão para distribuir energia elétrica no município de Piquet Carneiro, no Estado do Ceará.

Decreto nº 51.786 — de 4 de março de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Patrocínio, para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Distrito, sede do Município de Patrocínio, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.787 — de 4 de março de 1963.

— Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a transferir em doação um terreno à Prefeitura Municipal de Paraíba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Itanhém concessão para distribuir energia elétrica no município de Itanhém, no Estado da Bahia.

Decreto nº 51.790 — de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Florestópolis, Estado do Paraná, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 51.822 — de 12 de março de 1963.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação à Seção I do Capítulo 1º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947.

Decreto nº 51.717 — de 18 de fevereiro de 1963.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6****PROCTOLOGIA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para ocorrer às despesas com a realização, em setembro de 1960, na Capital do Estado de São Paulo, do I Congresso Latino Americano, II Internacional e I Brasileiro de Proctologia.

Lei nº 4.205 — De 7 de fevereiro de 1963.

PRODUTOS AGRÍCOLAS

Cria o Grupo de Trabalho sobre abastecimento e preços.

Decreto nº 51.684 — De 30 de janeiro de 1963.

PROTEÇÃO AO TRABALHO

Dispõe sobre a fiscalização das leis de proteção ao trabalho no Distrito Federal, e dá outras providências.

Decreto nº 2.020 — De 11 de janeiro de 1963.

PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE GUERRA

Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, as quatro Convenções relativas à Proteção das Vítimas de Guerra, concluídas em Genebra, em 1949.

Decreto nº 51.690 — De 1 de fevereiro de 1963.

PROTEÇÃO DE VEGETAIS

Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, à Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais, assinada em Roma, a 6 de dezembro de 1951.

Decreto nº 51.693 — De 1 de fevereiro de 1963.

Q**QUARTZITO**

Autoriza a cidadã brasileira Benedita Maria das Dores a pesquisar xisto argiloso e quartzito no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.147 — De 22 de janeiro de 1963.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira da Costa a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Carai, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 580 — De 5 de fevereiro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Anísio Correia de Lacerda a pesquisar quartzo, mica e pedras coradas no município de Ecoporanga, Estado do Espírito Santo.*

Decreto nº 1.616 — De 22 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Silvío Beneduzzi a pesquisar feldspato e quartzo no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.188, de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Ferreira de Sousa a pesquisar quartzo e mica, no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 2.208 — De 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 48.358, de 21 de junho de 1960.*

Decreto nº 2.230 — De 22 de janeiro de 1963.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro João Ajonso Borges a pesquisar quartzo e ametista, no município de Cavalcante, Estado de Goiás.

Decreto nº 2.234 — De 22 de janeiro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Liberalino Coelho Nunes a pesquisar quartzo e mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.831 — De 12 de março de 1963.

R

RÁDIO INDUSTRIAL DE JUIZ DE FORA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Industrial de Juiz de Fora Limitada para estabelecer uma estação de televisão geradora de programas na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.236 — De 22 de janeiro de 1963.

RADIOTELEFONIA

Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Fortaleza — Serviço Telefônico de Fortaleza — para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto nº 1.990 — De 10 de janeiro de 1963.

REDATOR-AUXILIAR

Retifica o Decreto nº 36.291, de 5 de outubro de 1954.

Decreto nº 51.763 — De 1 de março de 1963.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza o Departamento dos Correios e Telégrafos a adquirir independentemente de concorrência, terreno em São Paulo, de propriedade da Rêde Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 51.728 — De 20 de fevereiro de 1963.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.523, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Rêde Mineira de Viação e deu outras providências.

Decreto nº 51.725 — De 19 de fevereiro de 1963.

RÊDE NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.737 — De 22 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a área de terreno situada no Município de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.738 — De 22 de fevereiro de 1963.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Dispõe sobre o escopo da reforma dos serviços públicos federais e as atribuições do Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.

Decreto nº 51.705 — De 14 de fevereiro de 1963.

REGIMENTOS

Torna sem efeito o Decreto nº 934, de 4 de maio de 1962.

Decreto nº 2.087 — De 18 de janeiro de 1963.

— Aprova, em caráter provisório, o Regimento Interno e o Regulamento do Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

(Suplemento).

Decreto nº 2.090 — De 18 de janeiro de 1963.

REGIMENTOS

— *Dá nova redação à Seção I do Capítulo 1º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947.*

Decreto nº 51.717 — De 18 de fevereiro de 1963.

— *Altera a redação dos arts. 15, 16, 17 e 18, do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto número 17.546, de 5 de janeiro de 1945.*

Decreto nº 51.745 — De 22 de fevereiro de 1963.

— *Retifica dispositivos do Regimento Interno e Regulamento de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, aprovados, provisoriamente, pelo Decreto nº 2.090, de 13 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 51.801, de 5 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.869, de 28 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento do Conselho Nacional Consultivo da Agricultura (CNCA), criado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.870, de 28 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento da Comissão de Planejamento da Política Agrícola (CPA), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.871, de 28 de março de 1963.

REGULAMENTOS

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

Lei nº 4.137 — De 10 de setembro de 1962.

REGULAMENTOS

— *Altera a redação do § 2º do artigo do Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.*

Decreto nº 1.917 — De 19 de dezembro de 1962.

— *Aprova a regulamentação de Decreto-lei nº 7.669, de 22 de junho de 1945, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial se baseia no nome daquela planta.*

Decreto nº 1.970 — De 28 de dezembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento do Fundo Federal Agropecuário, criado pela Lei Delegada nº 8.*

Decreto nº 1.973, de 31 de dezembro de 1962.

— *Altera o Regulamento de Promoções para Oficial da Marinha, aprovado pelo Decreto nº 42.808, de 13 de dezembro de 1957.*

Decreto nº 2.026 — De 14 de janeiro de 1963.

— *Altera o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.*

Decreto nº 2.027 — De 14 de janeiro de 1963.

— *Altera os arts. 14, 15, 16, e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, e dá outras providências.*

Decreto nº 2.030 — De 14 de janeiro de 1963.

— *Introduz modificação no Decreto nº 5.798, de 11 de junho de 1940, que aprovou e mandou executar o novo Regulamento para as Capitânicas de Portos, com as modificações baixadas pelo Decreto nº 50.114, de 26-1-1961.*

Decreto nº 2.030 — De 17 de janeiro de 1963.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do art. 493 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais — R-1 — RISC (Decreto nº 42.018-57).*

Decreto nº 2.084 — De 17 de janeiro de 1963.

REGULAMENTOS

— *Introduz parágrafo no art. 66 do Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto nº 8.835-42).*

Decreto nº 2.085, de 17 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro.*

Decreto nº 2.089, de 18 de janeiro de 1963.

— *Aprova, em caráter provisório, o Regimento Interno e o Regulamento do Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.*

Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB.*

Decreto nº 51.620, de 13 de dezembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.*

Decreto nº 51.644-A, de 26 de novembro de 1962.

— *Aprova o Regulamento da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).*

Decreto nº 51.673, de 18 de janeiro de 1963.

— *Inclui, no Regimento do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, os órgãos que menciona e dá outras providências.*

Decreto nº 51.695, de 4 de fevereiro de 1963.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a concessão da Ordem de Rio Branco.*

Decreto nº 51.698, de 5 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 51.701, de 11 de fevereiro de 1963.

REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento para as Capitâneas dos Portos.*

Decreto nº 51.718, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, aprovado pelo Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950.*

Decreto nº 51.720, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Altera o Regulamento para o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto nº 51.721, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Marinha.*

Decreto nº 51.722, de 18 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o Regulamento para a Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro.*

Decreto nº 51.799, de 5 de março de 1963.

— *Retifica dispositivos do Regimento Interno e Regulamento de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, aprovados, provisoriamente, pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 51.801, de 5 de março de 1963.

— *Aprova o Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras.*

Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963.

— *Introduz modificações no Regulamento da Inspetoria Geral da Aeronáutica.*

Decreto nº 51.815, de 11 de março de 1963.

REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Altera a lotação do cargo de Adido Aeronáutico a Representação Diplomática do Brasil no Peru.

Decreto nº 1.978, de 4 de janeiro de 1963.

RESGATE

Revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdo de Resgate, assinado em 1956, entre os Governos do Brasil e da França.

(*) Decreto Legislativo nº 20, de 1962.

(*) Republica-se por ter saído com incorreções no D. O. de 16 de dezembro de 1962.

RIO LIGHT S. A. — SERVIÇOS DE ELETRICIDADE E CARRIS

Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a transferir em doação um terreno à Prefeitura Municipal de Paraibuna, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789, de 4 de março de 1963.

RODOVIAS

Retifica o Decreto nº 369, de 15 de setembro de 1961, e revoga os Decretos ns 609, de 14 de fevereiro de 1962, 831, de 3 de abril de 1962 e 1.241, de 25 de junho de 1962.

Decreto nº 2.094, de 18 de janeiro de 1963.

— *Altera a redação do § 3º do art. 1º assim como a do art. 6º do Decreto nº 47.933, de 15 de março de 1960, que institui normas especiais de trabalho para construção de trechos rodoviários integrantes da ligação Brasília-Acre.*

Decreto nº 51.802, de 5 de março de 1963.

S**SALÁRIO-MÍNIMO**

Altera as tabelas do salário-mínimo aprovadas pelo Decreto nº 51.336, de 13 de outubro de 1961 e dá outras providências.

Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962.

SALGEMA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio José de Souza a pesquisar salgema, no município de Luís Correia, Estado do Piauí.

Decreto nº 2.076, de 17 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.674, de 18 de agosto de 1959.*

Decreto nº 2.229, de 22 de janeiro de 1963.

SÃO PAULO CIA. NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da São Paulo Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 51.846, de 15 de março de 1963.

SÃO PAULO LIGHT S. A. — SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

Autoriza a São Paulo Light S. A.

— *Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 51.777, de 4 de março de 1963.

SATÉLITE COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Satélite Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 2.053, de 15 de janeiro de 1963.

SCHEELITA

Declara caduco o Decreto nº 37.244, de 21 de abril de 1955.

Decreto nº 2.168, de 22 de janeiro de 1963.

SEMANA DA EDUCAÇÃO

Institui a Semana da Educação e dá outras providências.

Decreto nº 51.859, de 21 de março de 1963.

SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO

Concede prazo para cumprimento de disposição do Decreto nº 47.491, de 24 de dezembro de 1959.

Decreto nº 51.703 — de 12 de fevereiro de 1963.

SERVIÇO DE REFORMA DE CÓDIGOS

Dá nova redação ao art. 1º e seu § 1º do Decreto nº 1.490, de 8 de novembro de 1952.

Decreto nº 1.991, de 10 de janeiro de 1963.

SERVIÇO FEDERAL DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO DAS INFRAÇÕES CONTRA A FAZENDA NACIONAL (SFPR)

Dispõe sobre atribuições do Serviço Federal de Prevenção e Repressão das Infrações Contra a Fazenda Nacional (SFPR).

Decreto nº 51.753, de 22 de fevereiro de 1963.

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Regula a localização de servidor federal, e dá outras providências.

Decreto nº 1.987, de 10 de janeiro de 1963.

— *Dispõe sobre o escopo da reforma dos serviços públicos federais e as atribuições do Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.*

Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, o imóvel que menciona.

Decreto nº 2.042, de 15 de janeiro de 1963.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Fortaleza — Serviço Telefônico de Fortaleza — para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto nº 1.990, de 10 de janeiro de 1963.

— *Dá nova redação ao item 8 das Instruções Reguladoras da concessão de Prioridades para Instalação de Telefones, aprovadas pelo Decreto número 1.027, de 18 de maio de 1962.*

Decreto nº 51.703 — de 12 de fevereiro de 1963.

— *Outorga concessão à Empresa de Melhoramentos de Andradina — EMA — Construtora S. A. para executar serviço telefônico público interior.*

Decreto nº 51.740, de 22 de fevereiro de 1963.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Estabelece preferência para transporte ferroviário.

Decreto nº 2.182, de 22 de janeiro de 1963.

— *Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências.*

Lei nº 4.150, de 21 de novembro de 1962.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

— *Dispõe sobre o escopo da reforma dos serviços públicos federais e as atribuições do Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.*

Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE ADUBOS MANDIORÉ LIMITADA "SIDAM"

Concede à Sociedade Industrial de Adubos Mandioré Limitada — SIDAM, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.193, de 22 de janeiro de 1963.

SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA LIMITADA

Concede à Sociedade Mineira de Engenharia Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.735 — de 29 de novembro de 1962.

SOCIEDADE PROMOTORA DA INSTRUÇÃO

Declara de utilidade pública a Sociedade Promotora da Instrução, com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 2.000 — de 11 de janeiro de 1963.

SONAM — SOCIEDADE NACIONAL DE MINÉRIOS LIMITADA

Concede à "Sonam" — Sociedade Nacional de Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.064 — de 17 de janeiro de 1963.

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES, COMPANHIAS DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Sul América, Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhias de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 2.023 — de 14 de janeiro de 1963.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Sul América, Terrestres, Marítimos e Acidentes, Companhia de Seguros.

Decreto nº 2.133 — de 22 de janeiro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Regulamenta a concessão de diárias aos servidores da SUDENE que se deslocarem da sede da repartição em objeto de serviço e dá outras providências.

Decreto nº 2.099 — de 21 de janeiro de 1963.

— *Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 1.166, de 8 de junho de 1962.*

Decreto nº 51.730 — de 21 de fevereiro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Autoriza a Superintendência de Armazéns e Silos a praticar todos os atos de sua competência até a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento pela Superintendência Nacional de Abastecimento.

Decreto nº 2.054 — de 16 de janeiro de 1963.

Aprova o Regulamento da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB.

Decreto nº 51.620 — de 13 de dezembro de 1962.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

— Aprova o Regulamento da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962.

Decreto nº 51.644-A, de 26 de novembro de 1962.

SUPRA

Fixa as atribuições do Ministério das Relações Exteriores, nos termos da Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.716 — de 15 de fevereiro de 1963.

SVENSK INTERKONTINENTAL LUFTRAFIK AKTIEBOLAG (SILA)

Cancela a autorização à empresa transporte aéreo "Svenk Interkontinental Lufttrafik Aktiebolag (SOLA)", para funcionar no Brasil.

Decreto nº 51.850 — de 18 de março de 1963.

T

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro João Giralddi a lavrar talco e dolomita, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto nº 2.210 — de 22 de janeiro de 1963.

TAXAS

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer impostos e taxas federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional, registrado neste descritos, e consignados à empresa "Fratelli Vita Indústria e Comércio S. A.", de Salvador (Bahia).

Decreto nº 51.754 — de 27 de fevereiro de 1963.

TAXAS

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional, registrado e consignados à empresa "J. Macedo S. A. Comércio, Indústria e Agricultura" de Fortaleza (Ceará).

Decreto nº 51.755 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia", de Aracaju (Sergipe).

Decreto nº 51.756 — de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Indústria de Parafusos e Laminados Impala S. A.", de Recife (PE).

Decreto nº 51.757, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto nº 51.758, de 27 de fevereiro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonificio Victor de Araújo S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.759, de 27 de fevereiro de 1963.

TELEFONES

Ver: Serviço Telefônico.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, e domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 2.036, de 15 de janeiro de 1963.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 51.844, de 15 de março de 1963.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Território Federal de Rondônia para idênticos Quadro e Parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 51.683, de 30 de janeiro de 1963.

— *Transfere, sem aumento de despesa, um cargo do Quadro de Pessoal*

— Parte Permanente do Território Federal de Rondônia para idênticos Quadro e Parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 51.834, de 14 de março de 1963.

— *Classifica provisoriamente as funções gratificadas dos Territórios Federais de Roraima e Rorônia e dos serviços mantidos pela União e transferidos para o Estado do Acre.*

Decreto n.º 51.841, de 14 de março de 1963.

THE CEARÁ COTTON LIMITADA

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "The Ceará Cotton Ltda.", de Fortaleza (Ce).

Decreto n.º 51.758, de 27 de fevereiro de 1963.

THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON

Aprova a reforma estatutária de The First National Bank of Boston.

Decreto n.º 1.504, de 12 de novembro de 1962.

THE JAPAN AIR LINES COMPANY LIMITED

Concede à "The Japan Air Lines Company Ltd.", (Companhia de Linhas Aéreas do Japão, Ltda.) a autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 1.320, de 22 de agosto de 1962.

TRACOMA

Baixa Normas Técnicas Especiais para o Combate ao Tracoma.

Decreto n.º 51.837, de 14 de março de 1963.

TRÁFEGO AUTOMOTOR

Torna públicas ratificações, por parte de diversos países, a Convenção sobre Regulamentação do Tráfego Automotor Interamericano, firmada em Washington, a 15 de dezembro de 1943.

Decreto n.º 51.692, de 11 de fevereiro de 1963.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Dispõe sobre a entrada no País de caminhões transportando carga importada dos países limítrofes ou para os mesmos exportada.

Decreto n.º 51.813-A, de 8 de março de 1963.

TRANSPORTES AÉREOS

Estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo, e dá outras providências.

Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

— *Cancela a autorização à empresa de transporte aéreo "Svensk Interkontinental Lufttrafik Aktiebolag (SILA)" para funcionar no Brasil.*

Decreto nº 51.850, de 18 de março de 1963.

— *Concede à "Aktiebolaget Aero-transport ARA" autorização para funcionar na República.*

Decreto nº 51.851 — de 18 de março de 1963.

TRATADOS

Dispõe sobre a execução do resultado da segunda série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 1.972-A, de 21 de dezembro de 1962.

TRIGO

Dispõe sobre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.

Decreto nº 2.096, de 18 de janeiro de 1963.

— *Estende aos comerciantes atacadistas de farinha de trigo as disposições do Decreto número 2.096, de 18 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 51.681, de 29 de janeiro de 1963.

— *Concede prazo para cumprimento de disposição do Decreto nº 47.491, de 24 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 51.760, de 28 de fevereiro de 1963.

TRÍPOLI

Renova a autorização contida no Decreto nº 46.195, de 11 de junho de 1959.

Decreto nº 2.161, de 22 de janeiro de 1963.

U

UNIÃO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 2.115, de 22 de janeiro de 1963.

UNIVERSIDADES

Aprova o Estatuto da Universidade Rural do Brasil.

Decreto nº 1.984, de 10 de janeiro de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.239.400,00, para atender às despesas com a criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná.*

Decreto nº 2.043, de 15 de janeiro de 1963.

— *Transforma em unidades universitárias os Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais.*

Lei nº 4.208, de 9 de fevereiro de 1963.

— *Inclui a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei nº 4.211, de 11 de fevereiro de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade de Recife.*

Decreto nº 51.637, de 21 de dezembro de 1962.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Espírito Santo.*

Decreto nº 51.642, de 26 de dezembro de 1962.

UNIVERSIDADES

— *Transfere do Ministério da Guerra para as Universidades do Recife, da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná os Colégios Militares de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba, respectivamente, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.643-A, de 4 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Paraná.*

Decreto nº 51.651, de 9 de janeiro de 1963.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria e dá outras providências.*

Decreto nº 51.652, de 9 de janeiro de 1963.

— *Altera o Quadro Extraordinário do Pessoal da Universidade do Brasil e dá outras providências.*

Decreto nº 51.655, de 10 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade Rural de Pernambuco.*

Decreto nº 51.666, de 17 de janeiro de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Ceará.*

Decreto nº 51.767, de 1º de março de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Recife.*

Decreto nº 51.766, de 1 de março de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade Federal de Goiás.*

Decreto nº 51.768, de 1º de março de 1963.

— *Retifica o Quadro do Pessoal da Universidade do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 51.769 — de 1º de março de 1963.

UNIVERSIDADES

— *Declara de utilidade pública as áreas que menciona no Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.862 — de 25 de março de 1963.

— *Ver, também, Faculdades, Escolas, Colégios e Cursos.*

UTILIDADE PÚBLICA
(DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente e Hospitalar das Usinas de Açúcar de Pernambuco com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.330 — de 30 de agosto de 1962.

— *Declara de utilidade pública a "Associação Espírita Santo Agostinho", com sede na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 1.407 — de 26 de setembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade de Beneficência São Francisco de Assis, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 1.414 — de 27 de setembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública a "União Associação Beneficente Israelita" com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.549 — de 20 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública o "Recreio Pindorama para Crianças", com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 1.551 — de 20 de novembro de 1962.

— *Declara de utilidade pública, o Grupo Espírita Francisco Xavier, com sede em Macaé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 1.555 — de 20 de novembro de 1962.

UTILIDADE PÚBLICA

— Declara de utilidade pública a "Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande", com sede em Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.556 — de 20 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Fraternal Auxílio Cristão da Sagrada Família", com sede em Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 1.561 — de 21 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a "Associação Lar das Filhas de São José", com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.887 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.890 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Conferência de São Vicente de Paulo de São Torquato, com sede em Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.891 — de 18 de dezembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Fundação do Ensino Secundário, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.982 — de 10 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a "Círculo Operário Rioclarense", com sede em Rio Claro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.986 — de 10 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Vassouras, com sede em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.999 — de 11 de janeiro de 1963.

UTILIDADE PÚBLICA

— Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Maceió, com sede em Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.712 — de 15 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Caridade de São Gabriel, com sede em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.713 — de 15 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública o Hospital Santa Isabel, com sede em Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 51.742 — de 22 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública o Educandário Dr. Bezerra de Menezes, com sede em Marília, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.743 — de 22 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a "Fundação Instituto Feminino da Bahia", com sede em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 51.746 — de 22 de fevereiro de 1963.

V

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.858 — de 21 de março de 1963.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Emenda Constitucional nº 6.

**VIRMICULITE INDUSTRIAL
BRASILEIRA S. A.**

Concede à Vermiculite Industrial Brasileira S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 2.167 — de 22 de janeiro de 1963.

W

**WESTINGHOUSE ELECTRIC
COMPANY OF BRAZIL**

Revoga o decreto que concedeu à sociedade anônima Westinghouse Electric Company of Brazil autorização para funcionar na República.

Decreto nº 2.122 — de 22 de janeiro de 1963.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza a cidadã brasileira Benedita Maria das Dores a pesquisar xisto argiloso e quartzito no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 2.147 — de 22 de janeiro de 1963.

Z

ZIRCÔNIO

Declara caduco o Decreto número 29.349, de 12 de março de 1951.

Decreto nº 2.170 — de 22 de janeiro de 1963.

ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

Dispõe sobre a execução do resultado da segunda série anual de negociações para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pelo Tratado de Montevideu.

Decreto nº 1.972-A — de 31 de dezembro de 1962.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1963 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1963

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
2 — Decreto Legislativo de 1963 — Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do Território Nacional, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República do Chile. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 e reproduzido no de 9 de abril de 1963	3	venta e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministerio da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 29 de maio de 1963	5
3 — Decreto Legislativo de 1963 — Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do País, a fim de atender a convite oficial do Governo da República Oriental do Uruguai. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 19 de abril de 1963	3	8 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Acórdão de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 6 de junho de 1963	5
4 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 28 de maio de 1956. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1963	4	9 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Convênio Internacional do Café — 1962. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1963	6
5 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinado em Buenos Aires, aos 25 de novembro de 1939. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1963	4	10 — Decreto Legislativo de 1961 — Aprova o Acórdão Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanábara, em 17 de maio de 1960. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1963	6
6 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova a Convenção concernente às Carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24 de maio de 1963	4	11 — Decreto Legislativo de 1963 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Oswaldino Ribeiro Marques. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1963	6
7 — Decreto Legislativo de 1963 — Torna definitivo o registro sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 3.181.599 40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e no-	4	12 — Decreto Legislativo de 1963 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, no ato representado	

Págs.		Págs.
	pelo Diretor-Geral Interino da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica e Humberto Augusto Wilke Boratto. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de junho de 1963	
13	— Decreto Legislativo de 1963 — Concede autorização do Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias, a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano. — Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de junho de 1963	
4.215	— Lei de 27 de abril de 1963 — Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 de maio de 1963	7
4.215	— Lei de 27 de abril de 1963 — Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 (que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogados). — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 11 de junho de 1963	7
4.216	— Lei de 6 de maio de 1963 — Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE). — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	8
4.217	— Lei de 8 de maio de 1963 — Concede pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 a Otília Barreto Trindade, viúva de Indalécio Trindade. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	31
4.218	— Lei de 8 de maio de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Hercília Carpes de Medeiros, viúva de Olavo Cassiano de Medeiros. — Pu-	32
	blicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	
4.219	— Lei de 8 de maio de 1963 — Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Ubatuba S.A., no Estado de Minas Gerais. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	32
4.220	— Lei de 8 de maio de 1963 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 a Adalgisa Leal Braga, irmã inválida do funcionário Jorge Leal Braga. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	33
4.221	— Lei de 8 de maio de 1963 — Altera dispositivos do Código Brasileiro do Ar. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de maio de 1963	33
4.222	— Lei de 8 de maio de 1963 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.750,00 mensais à família de Domingos Luiz Rotti, servidor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, falecido em consequência de doença profissional. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	33
4.223	— Lei de 10 de maio de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da Terceira Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron, situado, no perímetro da referida Base. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	34
4.224	— Lei de 10 de maio de 1963 — Isenta do imposto de importação e consumo, equipamento a ser importado pela firma Rupturita S.A., Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	35
4.225	— Lei de 10 de maio de 1963 — Autoriza o Poder	35

Págs.		Págs.
	Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 52.627, de 13 de novembro de 1957. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de maio de 1963	
35	4.226 — Lei de 23 de maio de 1963 — Denomina "Hospital Professor Edgard Santos" o atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 29 de maio de 1963	
36	4.227 — Lei de 23 de maio de 1963 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grande. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1963	
36	4.228 — Lei de 31 de maio de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas do IV Congresso Latino-Americano de Psicanálise. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 de junho de 1963	
36	4.229 — Lei de 1 de junho de 1963 — Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 e retificada no de 14 de junho de 1963	
37	4.230 — Lei de 1 de junho de 1963 — Concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empresa de Melhoramentos de Andra-	
	dina — EMA — Construtora Sociedade Anônima. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 10 e retificada no de 14 de junho de 1963	45
	4.231 — Lei de 7 de junho de 1963 — Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército, Jorge Lado Cés. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1963 ..	46
	4.232 — Lei de 7 de junho de 1963 — Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S.A. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 19 de junho de 1963	46
	4.233 — Lei de 13 de junho de 1963 — Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1963	46
	4.234 — Lei de 17 de junho de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1963	47
	4.234-A — Lei de 21 de junho de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo. — Publicada no	

	Págs.		Págs.
<i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1963	47	4.238 — Lei de 26 de junho de 1963 — Desincorpora do patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim nº 329, na Capital do Estado de São Paulo. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1963	51
4.235 — Lei de 17 de junho de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química, do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território da Roraima. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1963	48	4.239 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	51
4.235-A — Lei de 21 de junho de 1963 — Altera dispositivo do Decreto-lei nº 9.218, de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 26 de junho de 1963	48	4.240 — Lei de 28 de junho de 1963 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 28 de junho de 1963	52
		APENSO DAS LEIS	
4.235-B — Lei de 21 de junho de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação, na Capital de São Paulo. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1963	48	4.177 — Lei de 11 de dezembro de 1962 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963. — (Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 20 de dezembro de 1962, Suplemento nº 240, Seção I — Parte I) e retificada nos <i>Diários Oficiais</i> de 16 e de 20 de maio de 1963	57
4.236 — Lei de 24 de junho de 1963 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de junho de 1963	49	4.192 — Lei de 24 de dezembro de 1962 — Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da Terceira Região, disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências. — Retificada no <i>Diário Oficial</i> de 16 de abril de 1963	57
4.237 — Lei de 24 de junho de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a auxiliar a construção de um Panteon Militar, na Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 1 de julho de 1963	51	4.203 — Lei de 7 de fevereiro de 1963 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.203, de 7 de fevereiro de 1963 (que altera o Anexo I da Lei número 3.780), de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências. — Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 20 de maio de 1963	57

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1963, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VII, do art. 66, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1963

Concede autorização ao Presidente da República para ausentar-se do Território Nacional, a fim de atender ao convite oficial do Governo da República do Chile.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Senhor João Belchior Marques Goulart, para ausentar-se do Território Nacional, durante o mês de abril de 1963, a fim de atender ao convite do Governo da República do Chile para uma visita oficial aqúee país.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de abril de 1963.

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do nº VIII, do art. 66, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1963

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do País, a fim de atender a convite oficial do Governo da República Oriental do Uruguai.

Art. 1º É concedida autorização ao Presidente da República, Senhor João Belchior Marques Goulart, para se ausentar do território nacional, durante o mês de abril de 1963, a fim de atender, também, a convite do Governo da República Oriental do Uruguai, para visita oficial aqúee país.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 18 de abril de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 1963

Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 28 de maio de 1958.

Art. 1º É aprovado o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 28 de maio de 1958.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de maio de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1963

Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinado em Buenos Aires, aos 25 de novembro de 1959.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina assinado em Buenos Aires, aos 25 de novembro de 1959.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de maio de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1963

Aprova a Convenção Concernente às Carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958.

Art. 1º É aprovada a Convenção Concernente às Carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos, adotada em 1958 pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima primeira sessão, realizada em Genebra.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de maio de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1963

Torna definitivo o registro sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 1º É tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões cento e oitenta e um mil quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de maio de 1963.

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1963.

Aprova o texto do Acôrdo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Art. 1º. É aprovado o texto do Acôrdo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de junho de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-

Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1963

Aprova o texto do Convênio Internacional do Café — 1962.

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio Internacional do Café — 1962, negociado na Conferência das Nações Unidas sobre o Café, em julho e agosto do mesmo ano e firmado pelo Brasil em 28 de setembro seguinte.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de junho de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, n.º I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1963

Aprova o Acôrdio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960.

Art. 1º É aprovado o Acôrdio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1963

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Oswaldino Ribeiro Marques.

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado, em 14 de fevereiro de 1955, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, no ato representado pelo Diretor da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração, do Ministério da Educação e Cultura, e Oswaldino Ribeiro Marques, para o desempenho, pelo segundo contratante, da função de Encarregado do Setor de Planejamento e Organização, na Seção de Assistência Social do referido Ministério.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu, Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 12, DE 1963

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, no ato representado pelo Diretor-Geral Interino da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, e Humberto Augusto Wilke Boratto.

Art. 1.º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, no ato representado pelo Diretor-Geral Interino da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, e Humberto Augusto Wilke Boratto, para o desempenho, pelo segundo contratante, da função de Professor de Física, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66 n.º VII, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 13, DE 1963

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias, a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.

Art. 1.º É concedida autorização ao Presidente da República, Senhor João Belchior Marques Goulart, para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias, a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de junho de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.215 — DE 27 DE
ABRIL DE 1963

Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Ordem dos Advogados do Brasil

CAPÍTULO I

Dos fins, organização e patrimônio

Art. 1º A Ordem dos Advogados do Brasil, criada pelo art. 17 do Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930, com personalidade jurídica e forma federativa, é o órgão de seleção disciplinar e defesa da classe dos advogados em toda a República (artigo 139).

Parágrafo único. Cabe à Ordem representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais da classe dos advogados e os individuais, relacionados com o exercício da profissão.

Art. 2º São órgãos da Ordem dos Advogados do Brasil:

I — o Conselho Federal;

II — os Conselhos Seccionais;

III — as Diretorias das Subseções;

IV — as Assembléias Gerais dos Advogados.

Art. 3º O Conselho Federal, com sede na Capital da República, é o órgão supremo da Ordem dos Advogados do Brasil (arts. 13 e 18);

Parágrafo único. O Conselho Federal poderá dividir-se em Câmaras, com a competência que lhes fixar o seu Regimento.

Art. 4º No Distrito Federal e na capital de cada Estado haverá uma Seção da Ordem, cujo órgão é o Conselho Seccional (arts. 20 e 29).

§ 1º Na Capital dos Territórios onde haja, pelo menos, quinze advogados, pode instalar-se uma Seção da Ordem.

§ 2º As Seções têm personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta lei.

§ 3º A critério do Conselho Seccional, e *ad referendum* do Conselho Federal, podem as Seções ser divididas em Subseções, abrangendo comarcas do seu território, e estas desdobradas ou reunidas, atendendo a conveniências locais.

§ 4º A Subseção terá quinze advogados, pelo menos.

§ 5º O Conselho Seccional poderá dividir-se em Câmaras, com a competência que lhes fixar o seu Regimento Interno.

Art. 5º O patrimônio do Conselho Federal é constituído por:

I — bens móveis e imóveis adquiridos;

II — legados e doações;

III — quaisquer bens e valores adventícios.

Parágrafo único. Constituem receitas do Conselho Federal:

I — ordinárias:

a) a percentagem sobre a receita líquida arrecadada em cada Seção e Subseção (art. 141);

b) a renda patrimonial;

II — extraordinárias:

a) as contribuições voluntárias;

b) as subvenções e dotações orçamentárias.

Art. 6º O patrimônio de cada Seção é constituído por:

I — bens móveis e imóveis adquiridos;

II — legados e doações;

III — quaisquer bens e valores adventícios.

§ 1º Constituem receitas de cada Seção e Subseção:

I — ordinárias:

a) as contribuições obrigatórias, taxas e multas (arts. 140 e 141);

b) a renda patrimonial;

II — extraordinárias:

a) as contribuições voluntárias;

b) as subvenções e dotações orçamentárias.

§ 2º Considera-se líquida a receita total, deduzidas as despesas de pessoal e expediente.

§ 3º A receita líquida arrecadada em cada Subseção será remetida mensalmente ao Tesoureiro da Seção respectiva.

CAPÍTULO II

Da Diretoria da Ordem

Art. 7º A Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil é composta de

um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral, um Subsecretário-Geral e um Tesoureiro, eleitos biennialmente pelo Conselho Federal por voto secreto e maioria absoluta das delegações (arts. 13 e 14), realizando-se tantos escrutínios quantos necessários para obtenção dêsse *quorum*.

§ 1º O Presidente da Ordem será eleito pelo Conselho Federal, dentre advogados de notável saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de exercício de advocacia.

§ 2º O Vice-Presidente, o Secretário-Geral, o Subsecretário-Geral e o Tesoureiro serão escolhidos dentre os membros do Conselho Federal.

§ 3º O cargo de membro da Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil é incompatível com o de membro de Conselho Seccional.

§ 4º O mandato da Diretoria começa a 1º de abril de cada biênio (art. 14).

Art. 8º Os membros da Diretoria da Ordem residirão no Distrito Federal durante todo o tempo de seus mandatos.

Parágrafo único. A mudança definitiva de residência importa na perda do mandato, procedendo-se imediatamente à eleição para a vaga.

CAPÍTULO III

Do Presidente

Art. 9º Compete ao Presidente da Ordem:

I — representar o Conselho Federal ativa e passivamente, em juízo e fora dêle;

II — velar pelo livre exercício da advocacia, pela dignidade e independência da Ordem e de seus membros;

III — convocar e presidir o Conselho Federal e dar execução às resoluções dêsse;

IV — superintender os serviços da Ordem, contratar, nomear, promover, licenciar, suspender e demitir os seus funcionários;

V — adquirir, onerar e alienar bens imóveis e administrar o patrimônio do Conselho Federal de acordo com as resoluções dêsse;

VI — promover a organização das Seções, acompanhar-lhes o funcionamento e velar pela regularidade e fiel execução desta lei;

VII — promover, nas Seções, a organização do Instituto dos Advogados, visando aos mesmos fins do Instituto dos Advogados Brasileiros;

VIII — cooperar com o Presidente de qualquer Seção, em matéria da competência desta, sempre que solicitado;

IX — manter intercâmbio com as entidades estrangeiras congêneres e fazer representar a Ordem em conclave nacionais e internacionais;

X — aplicar penas disciplinares, na forma desta lei (art. 118).

XI — tomar medidas urgentes de defesa da classe ou da própria Ordem.

Parágrafo único. O Presidente da Ordem será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente e demais membros da Diretoria, na ordem constante do art. 7º.

CAPÍTULO IV

Do Secretário-Geral

Art. 10. O Secretário-Geral é o chefe da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Federal, e terá a seu cargo todas as relações com os Conselhos Seccionais.

Parágrafo único. O Subsecretário-Geral substituirá o Secretário-Geral nas suas faltas e impedimentos e terá os encargos que lhe forem atribuídos no Regimento do Conselho Federal.

Art. 11. Compete ao Secretário-Geral:

I — dirigir a Secretaria-Geral da Ordem;

II — secretariar as sessões do Conselho Federal, redigindo as atas respectivas;

III — organizar e rever, anualmente, o cadastro geral dos advogados, estagiários e provisionados de todo o País.

§ 1º Do cadastro geral constarão as seguintes indicações:

a) nome, nacionalidade, estado civil e filiação;

b) data e lugar do nascimento;

c) domicílio atual e anteriores;

d) domicílio atual e anteriores;

e) endereço e telefone profissional;

f) número, natureza da inscrição e impedimentos;

g) data e procedência do Diploma, Carta ou Provisão;

h) assentamentos da vida profissional do inscrito, com a indicação dos serviços prestados à classe, à Ordem e

ao País, e das penalidades porventura sofridas.

§ 2º Para a manutenção do cadastro geral, cada Seção remeterá ao Secretário-Geral, trimestralmente, as informações indicadas no parágrafo anterior, as quais serão transmitidas às Seções que o solicitarem.

§ 3º As Seções fornecerão, obrigatoriamente, ao Secretário-Geral da Ordem, todas as informações que este lhes pedir sobre advogados, estagiários e provisionados que nelas exerçam ou tenham exercido a profissão.

§ 4º Qualquer profissional inscrito poderá requerer a inscrição, nos seus assentamentos, de fatos comprovados da sua atividade profissional ou cultural, ou com ela relacionados.

CAPÍTULO V

Do Tesoureiro

Art. 12. O Tesoureiro tem sob sua guarda e responsabilidade todos os bens e valores do Conselho Federal, competindo-lhe:

I — arrecadar todas as rendas e contribuições devidas ao Conselho (arts. 5º e 141, § 3º).

II — pagar todas as despesas, contas e obrigações, assinando, com o Presidente, os cheques e ordens de pagamentos;

III — manter em ordem, asseio e clareza a escrituração contábil;

IV — elaborar, com o Presidente e o Secretário-Geral, o orçamento anual da receita e despesa;

V — levantar balancetes, quando solicitado pelo Presidente ou pelo Secretário-Geral;

VI — apresentar, anualmente, o balanço geral, que instruirá o relatório e a prestação de contas da Diretoria;

VII — depositar no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal todas as quantias e valores pertencentes ao Conselho.

§ 1º Para a manutenção e despesas do Conselho Federal, cada Seção e Subseção remeterá ao Tesoureiro a quota previamente fixada sobre as contribuições, taxas de inscrição, multas e outras receitas (art. 141, § 3º).

§ 2º A quota das Subseções será remetida à Tesouraria do Conselho Federal pela Seção da circunscrição respectiva (art. 6º, § 3º).

CAPÍTULO VI

Do Conselho Federal

Art. 13. O Conselho Federal compõe-se de um Presidente, eleito diretamente (art. 7º, § 1º) e de três delegados de cada Seção, dentre os quais serão escolhidos os demais membros da sua Diretoria (art. 7º, § 2º).

§ 1º São membros natos do Conselho Federal, os ex-presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil com voz e voto nas suas deliberações.

§ 2º A Diretoria do Conselho Federal é a mesma da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 14. Os Conselhos Seccionais do Distrito Federal, dos Estados e Territórios elegerão por dois anos, em fevereiro do primeiro ano do seu mandato, os representantes destinados à composição do Conselho Federal.

§ 1º Só poderão ser membros do Conselho Federal os advogados que exerçam a profissão, ininterruptamente, há mais de cinco anos, salvo se na vigência de inscrição anterior, tenham desempenhado funções no mesmo Conselho, bem como os que não ocuparam cargos públicos de que possam ser demitidos *ad nutum* ou não tenham sido condenados por infração disciplinar.

§ 2º Os membros do Conselho Federal poderão debater amplamente qualquer matéria do interesse da Seção que representam sem o direito de voto quanto à mesma.

Art. 15. Os Presidentes dos Conselhos Seccionais poderão comparecer às sessões do Conselho Federal, debater os assuntos nele ventilados e apresentar sugestões (art. 18, parágrafo único).

Art. 16. O Conselho Federal reunir-se-á ordinariamente, de 1 de abril a 20 de dezembro de cada ano, uma vez por semana, pelo menos.

§ 1º Em casos de urgência, poderá o Conselho reunir-se, extraordinariamente, mediante convocação pela imprensa, por telegrama ou por telefone, feita pelo Presidente ou por um terço das delegações.

§ 2º Nas deliberações do Conselho, o Vice-Presidente, o Secretário-Geral, o Subsecretário-Geral e o Tesoureiro terão voto, como membros de sua delegação, cabendo ao Presidente, apenas, o voto de qualidade e o direito de embargar a decisão, se esta não for unânime.

Art. 17. Perderá, automaticamente, o mandato o Conselheiro que faltar a quatro sessões consecutivas, sem motivo justificado por escrito.

Art. 18. Compete ao Conselho Federal:

I — defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas (art. 145).

II — colaborar com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo no estudo dos problemas da profissão de advogado e seu exercício, propondo as medidas adequadas à sua solução;

III — velar pela dignidade e independência da classe e pelo livre exercício das prerrogativas e direitos dos advogados, estagiários e provisionados;

IV — estimular por todos os meios a exatidão na prática da advocacia, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;

V — promover medidas de defesa da classe;

VI — eleger a sua Diretoria;

VII — elaborar e alterar o seu Regulamento, no qual regulará:

a) a ordem dos trabalhos e o funcionamento das sessões;

b) a competência das câmaras (artigo 2º, parágrafo único);

c) o *quorum* para as deliberações;

d) a organização e serviços da Secretaria-Geral e Teouararia;

VIII — regular e disciplinar, em providimentos especiais:

a) o programa e processo de comprovação do exercício e resultado do estágio da advocacia (art. 48, inciso III);

b) o programa e a realização do Exame de Ordem (art. 52);

c) a organização e o funcionamento do registro das sociedades de advogados (art. 77);

d) os casos de incompatibilidade e impedimento para o exercício da advocacia, sobre os quais incidam as regras genéricas dos arts. 82 e 83;

e) a concessão de prêmios por estudos jurídicos (art. 141, § 4º);

IX — expedir providimentos de caráter geral, contendo determinações destinadas à fiel execução desta lei e dos objetivos da Ordem ou relativos a matérias do interesse profissional;

X — promover diligências, inquéritos ou verificações sobre o funcionamento da Ordem em todo o território nacional, e adotar medidas para a sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de Diretoria provisória para as Seções onde inexistir;

XI — proceder à convocação da Assembleia Geral Extraordinária nas Seções, para decisão de determinação do assunto, quando julgar necessário;

XII — cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato de órgão ou autoridade da Ordem contrário à presente lei, ao Código de Ética Profissional e aos seus provimentos, ouvidos previamente a autoridade ou o órgão em causa;

XIII — alterar o Código de Ética Profissional, ouvidos os Conselhos Seccionais;

XIV — rever, uniformizar — observadas as peculiaridades locais — e aprovar os Regamentos dos Conselhos Seccionais;

XV — alterar a percentagem de contribuição das Seções (art. 141, §§ 3º e 6º);

XVI — instituir e modificar o modelo das carteiras e cartões de identidade, das vestes talares e das insígnias privativas (arts. 63 e 89, inciso XXIII);

XVII — reexaminar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Seccionais, nos casos previstos nesta lei (arts. 133 e 137);

XVIII — apreciar o relatório anual, o balanço e contas da sua Diretoria;

XIX — homologar, mandar suprir ou cassar os atos de Assembleia Geral referentes ao relatório anual, balanço e contas das Diretorias das Seções e Subseções, ou relativas a decisões dos Conselhos Seccionais das Diretorias das Subseções e dos delegados ao Conselho Federal (arts. 14, 39, inciso I, e 40, § 3º);

XX — resolver os casos omissos nesta lei.

Parágrafo único. A Seção diretamente interessada poderá, pela delegação ou pelo seu Presidente, oferecer embargos às decisões a que se refere este artigo, inciso XVII, se estas não forem unânimes.

Art. 19. A transferência do Conselho Federal para Brasília será efetuada logo que ali se achem funcionando todos os Tribunais Superiores e seja posta à disposição do mesmo

instalação condigna, pelo Poder Executivo, a quem caberá também custear o transporte de seus bens e utensílios.

CAPÍTULO VII

Da Seção e do Conselho Seccional

Art. 20. A Seção incumbê exerce, no território respectivo, as funções e atribuições da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 21. Cada Seção terá um Conselho, eleito por dois anos em Assembleia Geral dos Advogados (arts. 39 a 47), que nela tenham inscrição, iniciando-se o mandato a 1º de fevereiro do ano seguinte à eleição.

Art. 22. O Conselho Seccional compõe-se de 12 membros, no mínimo, e de 24 no máximo.

§ 1º O Instituto dos Advogados que funcionar regularmente na seção elegerá, dentre os seus membros, um quinto da composição do Conselho Seccional.

§ 2º Se a Diretoria do Instituto não proceder à eleição até 15 de outubro do último ano do mandato, serão eleitos em novembro, pela Assembleia Geral, todos os membros componentes do Conselho.

§ 3º Só poderão ser membros do Conselho Seccional os Advogados que exerçam a profissão, ininterruptamente, há mais de cinco anos, salvo se, na vigência de inscrição anterior, houverem desempenhado funções do mesmo Conselho, bem como os que não ocuparem cargos públicos de que possam ser demitidos *ad nutum* ou não tenham sido condenados por infração disciplinar.

§ 4º A exigência do parágrafo anterior será dispensada quando não houver advogados com aquele requisito em número superior ao dobro dos que devam ser eleitos.

§ 5º São membros natos do Conselho Seccional os ex-Presidentes da Seção respectiva, com voz e voto nas suas deliberações.

Art. 23. O Conselho Seccional reunir-se-á, ordinariamente, de 1 de fevereiro a 20 de dezembro de cada ano, uma vez por mês, pelo menos.

Parágrafo único. Em casos de urgência, poderá o Conselho reunir-se extraordinariamente mediante convocação pela imprensa, por telegrama ou por telefone, feita pelo Presidente ou por um terço dos seus membros.

Art. 24. Perderá automaticamente o mandato o Conselheiro que faltar a quatro sessões consecutivas, sem motivo justificado, por escrito.

Art. 25. O Presidente do Conselho terá apenas o voto de qualidade e, quando não o exercer, poderá interpor recurso para o Conselho Federal, se a decisão não for unânime.

Art. 26. Nos casos de licença ou vaga, o próprio Conselho elegerá o substituto para servir durante a licença ou até o fim do mandato.

Art. 27. O cargo de Conselheiro Seccional é incompatível com o de membro do Conselho Federal.

Art. 28. Compete ao Conselho Seccional:

I — cumprir e exercer, no território da Seção, os deveres e atribuições referidos no art. 18, incisos I a V, desta Lei;

II — colaborar com o Tribunal de Justiça, na elaboração das bases do concurso e no julgamento das provas e títulos para o ingresso na magistratura vitalícia, indicando representantes para esse fim (art. 124, inciso III, da Constituição Federal, Lei nº 1.727, de 8 de dezembro de 1952);

III — eleger a sua Diretoria e os Delegados ao Conselho Federal (artigo 14);

IV — elaborar e alterar o seu Regimento Interno, no qual regulará:

a) as atribuições dos membros da Diretoria;

b) a ordem dos trabalhos e o funcionamento das sessões;

c) a competência das câmaras (artigo 4º, § 5º) e das comissões (artigo 33);

d) o *quorum* para as deliberações;

e) a organização e serviços da Secretaria e Tesouraria;

f) o *quorum*, a ordem dos trabalhos e o funcionamento das reuniões de Assembleia Geral (art. 40, § 2º);

g) a época e modalidade do pagamento das contribuições obrigatórias e taxas (arts. 140 e 141, § 2º);

h) o programa e a realização de exame de provimento (art. 52).

V — promover a organização e o bom funcionamento das Subseções, intervindo nelas e designando-lhes Diretoria provisória;

VI — elaborar e alterar o Regimento Interno da Diretoria das Subseções, cuídas estas;

VII — expedir instruções para a boa execução dos serviços e resoluções da Seção e Subseções;

VIII — autorizar a aquisição de bens e a alienação de bens móveis;

IX — fixar e alterar as contribuições obrigatórias e taxas cobradas aos advogados, estagiários e provisionados, *ad referendum* do Conselho Federal (arts. 140 e 141);

X — deliberar sobre inscrições, incompatibilidades, impedimentos e cancelamentos nos quadros da Ordem;

XI — conhecer e decidir, originariamente, dos processos disciplinares que envolvam a aplicação das penas de suspensão e eliminação;

XII — julgar os pedidos de revisão e decidir, em grau de recurso, sobre a aplicação de penas disciplinares, impostas pelo Presidente na forma desta lei (art. 119);

XIII apreciar o relatório anual, o balanço e conta da sua Diretoria e da Diretoria das Subseções, antes de submetê-los à Assembléa Geral (artigos 18, inciso XIX, e 39, inciso I);

XIV — rever anualmente os quadros da Seção e Subseções, e o cadastro Seccional, na forma do disposto no art. 11, inciso III, e § 1º);

XV — deliberar sobre a conveniência de consultar a Assembléa, Geral;

XVI — resolver os casos omissos, com recurso necessário para o Conselho Federal.

Art. 29. Ao Conselho Seccional cumpre exercer, na falta de Tribunal de Ética, as atribuições a este conferidas no art. 31.

Art. 30. O advogado, quando indicado para defender réu pobre, em processo criminal, terá os honorários fixados pelo juiz, no ato de sua nomeação, segundo tabela organizada, bimestralmente, pelos Conselhos Seccionais, e pagos pela forma que as leis de organização judiciária estabelecerem.

Art. 31. Os Conselhos Seccionais poderão constituir pela forma determinada nos respectivos regimentos internos, um Tribunal de Ética, com atribuição de orientar e aconselhar sobre ética profissional os inscritos, na Ordem, cabendo-lhe conhecer, concretamente, da imputação feita ou do procedimento suscetível de censura, desde que não constituam falta disciplinar definida em lei.

CAPÍTULO VIII

Da Diretoria da Seção e da Subseção

Art. 32. No início do seu mandato, a 1º de fevereiro, os membros do Conselho elegerão, dentre eles, a sua Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, e Tesoureiro.

Parágrafo único. A Diretoria do Conselho é a mesma da Seção respectiva.

Art. 33. A Diretoria será auxiliada por Comissões de três membros cada uma, sob a presidência do de inscrição mais antiga, eleitos conjuntamente com aquela.

§ 1º Além de outras que venham a ser julgadas necessárias, as Comissões terão as seguintes atribuições:

- a) seleção e prerrogativas;
- b) ética e disciplina;
- c) defesa e assistência;

§ 2º Os Conselhos compostos do número mínimo de membros (artigo 22) poderão eleger apenas uma Comissão, com as atribuições do parágrafo anterior.

Art. 34. Os membros da Diretoria da Subseção serão eleitos, discriminadamente, no mesmo dia em que se realizar a eleição para Conselheiros, pelos advogados com domicílio profissional em território daquela, dentre os que possuírem os requisitos de elegibilidade (art. 23 §§ 3º e 4º).

§ 1º A Diretoria da Subseção se comporá de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, servindo por dois anos, a começar do 1º de fevereiro do ano seguinte ao da eleição.

§ 2º Os membros da Diretoria da Subseção terão os mesmos deveres e incompatibilidades que os da Diretoria da Seção.

Art. 35. Compete à Diretoria administrar a Seção ou Subseção respectiva, observar e fazer cumprir esta lei e o Regimento Interno, devendo representar, quando necessário, ao Conselho da Seção.

Art. 36. Os membros das Diretorias da Seção e Subseção exercerão, no que lhes for aplicável, as atribuições dos membros da Diretoria do Conselho Federal.

Art. 37. Nos casos de licença ou vaga de cargos da Diretoria, proceder-se-á na forma do estabelecido no art. 26.

CAPÍTULO IX

Da Assembléa Geral

Art. 38. Constituem a Assembléa Geral da Seção ou Subseção os advogados inscritos, que se acaem em pleno gozo dos direitos conferidos por esta lei (art. 32).

Art. 39. Compete à Assembléa Geral:

I — apreciar o relatório anual, o balanço e as contas das Diretorias das Seções e das Subseções, com recurso necessário para o Conselho Federal;

II — eleger os membros dos Conselhos Seccionais e as Diretorias das Subseções;

III — autorizar a alienação ou gravame de bens do patrimônio da Seção;

IV — deliberar sobre qualquer assunto submetido à sua decisão pelo Conselho Seccional ou sua Diretoria, ou pelo Conselho Federal (art. 18, inciso XI).

Art. 40. A Assembléa Geral reunir-se-á mediante convocação pela imprensa, com cinco dias de antecedência:

I — ordinariamente, no mês de março de cada ano (art. 39, inciso I) e no mês de novembro de cada biênio (arts. 32, inciso II, e 43);

II — extraordinariamente, quando necessário, por iniciativa do Presidente ou um terço do Conselho Seccional ou determinação do Conselho Federal (art. 18, inciso XI).

§ 1º A Mesa da Assembléa Geral será constituída pelo Presidente e Secretários da Diretoria da Seção ou Subseção de mais seis advogados convocados para auxiliar os trabalhos e assinar a ata geral.

§ 2º O *quorum* para a instalação da Assembléa Geral será regulado pelo Regimento Interno da Seção, sendo as deliberações tomadas pela maioria de votos dos presentes.

§ 3º Serão remetidas ao Conselho Federal, até trinta dias após a realização da Assembléa Geral, cópias autênticas da ata geral e dos papéis, documentos e contas a ela porventura submetidos, conservados os originais até pronunciamento final daquele Conselho.

Art. 41. As Assembléas Gerais poderão realizar-se mediante o comparecimento simultâneo dos advoga-

dos ou mediante o comparecimento sucessivo, em período nunca excedente de seis horas.

Parágrafo único. Para as deliberações mediante comparecimento sucessivo serão distribuídas cédulas:

a) no caso de eleições com a indicação dos lugares a preencher, onde serão impressos ou dactilografados os nomes dos candidatos;

b) nos demais casos, com a indicação das matérias da ordem do dia, adiante das quais o advogado aporará o seu voto positivo ou negativo, dactilografado ou em letra de forma.

Art. 42. Só poderão votar os advogados com inscrição na Seção ou Subseção, em dia com as contribuições obrigatórias e que estejam exercendo a advocacia (art. 67).

Parágrafo único. Quando o advogado tiver inscrição principal e suplementar (art. 55), só poderão exercer o direito de voto, em cada eleição, numa das seções em que estiver inscrito, à sua opção (art. 46, parágrafo único).

Art. 43. As eleições para os Conselhos Seccionais e Diretorias de Subseções realizar-se-ão em Assembléa Geral no mês de novembro do último ano do mandato, em data anunciada pela imprensa local e por comunicação aos Presidentes das Subseções (art. 40).

§ 1º Nas sedes das Subseções, as eleições se realizarão perante a Diretoria.

§ 2º Nas comarcas em que houver mais de seis advogados, poderão estes votar no edifício do Fórum, perante mesa composta pelos três advogados de inscrição mais antiga, residentes nas respectivas sedes, e designados pelo Presidente da Seção, ou da Subseção respectiva.

§ 3º As eleições realizadas pelo processo estabelecido nos parágrafos anteriores consideram-se parte da Assembléa Geral da Seção, e as suas atas integrarão a ata geral dos trabalhos desta.

§ 4º As atas referidas no parágrafo anterior deverão ser remetidas pelos presidentes das mesas, dentro de quarenta e oito horas, à Secretaria da Seção.

Art. 44. Os advogados membros da Subseção terão o direito de votar, na sede desta, simultaneamente para a eleição de sua Diretoria e

para a composição do Conselho Seccional.

Art. 45. A Assembléa Geral destinada a eleições será sempre de comparecimento sucessivo em período de seis horas devendo o edital de convocação indicar, além da hora de início e de encerramento, cada um dos locais em que a mesma se realizará, na sede da Seção, das Subseções e das Comarcas, quando occorra a hipótese do § 2º do art. 43.

Art. 46. O voto é pessoal, obrigatório e secreto, em todas as reuniões de Assembléa Geral.

Parágrafo único. Ao advogado que faltar sem causa justificada, a uma reunião da assembléa geral será aplicada pena de multa, no valor mínimo, e no valor dobrado, em caso de reincidência.

CAPÍTULO X

Da inscrição na Ordem

Art. 47. A Ordem dos Advogados do Brasil compreende os seguintes quadros:

- I — advogados;
- II — estagiários;
- III — provisionados.

Art. 48. Para inscrição no quadro dos advogados é necessário:

- I — capacidade civil;
- II — diploma de bacharel ou doutor em Direito, formalizado de acordo com a lei (art. 57);
- III — certificação de comprovação do exercício e resultado do estágio, ou de habilitação no Exame de Ordem (arts. 18, inciso VIII, letras "a" e "b" e 53);

IV — título de eleitor e quitação do serviço militar, se fôr brasileiro;

V — não exercer cargo função ou atividades incompatíveis com a advocacia (arts. 82 a 86);

VI — não ter sido condenado por sentença transitada em julgado em processo criminal, salvo por crime que não importe em incapacidade moral;

VII — não ter conduta incompatível com o exercício da profissão (art. 110, parágrafo único);

Parágrafo único. Satisfazendo os requisitos deste artigo, o estrangeiro será admitido à inscrição nas mesmas condições estabelecidas para os brasileiros no seu país de origem, devendo exhibir diploma revalidado, quando não formado no Brasil.

Art. 49. Para inscrição do quadro de estagiários é necessário:

- I — capacidade civil;
- II — carta passada pelo Presidente do Conselho da Seção;
- III — preencher os requisitos dos incisos IV a VI do art. 48.

Art. 50. Para obter a carta de estagiário o candidato exhibirá, perante o Presidente do Conselho da Seção em que pretende fazer a prática profissional, prova de:

I — ter diploma de bacharel ou doutor em Direito, formalizado de acordo com a lei (art. 53); ou

II — estar matriculado no 4º ou 5º ano de Faculdade de Direito mantida pela União ou sob fiscalização do Governo Federal;

III — estar matriculado em curso de orientação do estágio ministrado pela Ordem ou por Faculdade de Direito mantida pela União ou sob fiscalização do Governo Federal; ou

IV — haver sido admitido como auxiliar de escritório de advocacia existente desde mais de cinco anos, de Serviço de Assistência Judiciária e de departamento jurídicos oficiais ou de empresas idôneas, a juízo do Presidente da Seção.

Parágrafo único. O estágio para a prática profissional terá a duração de dois (2) anos, sendo o programa e processo de verificação do seu exercício e resultado regulados por provimento do Conselho Federal (artigo 12, inciso VIII, letra a).

Art. 51. Para inscrição no quadro de provisionados é necessário:

- I — capacidade civil;
- II — provisão passada pelo Presidente do Conselho da Seção;

III — preencher os requisitos dos incisos IV a VII do art. 48.

Art. 52. Para obter a provisão, o candidato fará prova, perante o Presidente do Conselho Seccional em que pretende exercer a profissão de habilitação em exame sobre as seguintes matérias:

- I — organização e princípios constitucionais do Brasil;
- II — organização judiciária federal e local;

III — direito civil, comercial, criminal e de trabalho;

IV — processo civil e penal.

§ 1º O exame de provisionado será feito perante comissão composta de três advogados inscritos há

mais de cinco anos, na forma regulada no Regulamento Interno da Seção (art. 27, inciso IV, letra h);

§ 2º As provisões serão dadas pelo prazo de quatro anos, para exercício em três comarcas no máximo, em cada uma das quais não advoguem mais de três profissionais, podendo ser renovadas, a critério do Conselho Seccional, se o provisionado houver exercido ininterruptamente a advocacia.

Art. 53. É obrigatório o Exame de Ordem para admissão no quadro de advogados, aos candidatos que não tenham feito o estágio profissional ou não tenham comprovado satisfatoriamente o seu exercício e resultado (arts. 18, inciso VIII, letras "a" e "b"; 48, inciso III, e 50).

§ 1º O Exame de Ordem consistirá em provas de habilitação profissional, feitas perante comissão composta de três advogados inscritos há mais de cinco anos, nomeados pelo Presidente da Seção na forma e mediante programa regulado, em provimento especial do Conselho Federal (art. 18, inciso VIII, letra b).

§ 2º Serão dispensados do Exame de Ordem os membros da Magistratura e do Ministério Público que tenham exercido as respectivas funções por mais de dois anos, bem como, nas mesmas condições, os professores de Faculdade de Direito oficialmente reconhecidas.

Art. 54. A inscrição nos quadros da Ordem far-se-á mediante requerimento dirigido ao Presidente da Seção ou Subseção, instruído com a prova dos requisitos dos arts. 48, 49 ou 51, e menção:

I — do nome do requerente por extenso e do nome profissional adotado a ser usado;

II — da nacionalidade, estado civil e filiação;

III — da data e lugar do nascimento;

IV — do domicílio atual e anteriores;

V — do endereço e telefone profissionais;

VI — da natureza da inscrição e impedimentos;

VII — da data e procedência do diploma, carta ou provisão;

VIII — da comarca em que estabelecerá a sede principal da sua advocacia;

IX — das comarcas onde pretende advogar, se se tratar de provisionado.

Art. 55. O advogado fará a inscrição principal na Seção em que situar a sede de sua atividade (art. 54, inciso VIII).

Parágrafo único. Além da principal, o advogado deverá requerer inscrição suplementar nas Seções em que passar a exercer habitualmente a profissão.

Art. 56. A inscrição principal habilita o advogado ao exercício permanente da atividade profissional em Seção respectiva, e ao exercício eventual ou temporário em qualquer parte do território nacional.

§ 1º Considera-se exercício temporário da profissão a intervenção judicial que não exceda de cinco causas por ano.

§ 2º Constitui condição da legitimidade do exercício temporário da advocacia em outra Seção, a comunicação ao Presidente desta do ingresso em juízo, com a indicação:

- a) do nome e endereço do constituinte e da parte contrária;
- b) da natureza da causa;
- c) do cartório e instância em que corre o processo;
- d) do endereço permanente do advogado.

Art. 57. A certidão de colação de grau fornecida pela respectiva Faculdade de Direito, e a prova de haver apresentado o diploma para registro na repartição federal competente admitirá o advogado a inscrição provisória, satisfeitos os demais requisitos do art. 48.

§ 1º A inscrição provisória vigorará pelo prazo de um ano, dentro do qual deve ser apresentado o diploma devidamente registrado para torná-la definitiva.

§ 2º Pode o Conselho Seccional, mediante a comprovação de não caber ao interessado a culpa pela demora do registro do diploma, prorrogar o prazo referido no parágrafo anterior.

Art. 58. O pedido de inscrição nos quadros da Ordem será divulgado por aviso afixado na porta da sede da Seção e pela imprensa oficial local onde a houver, cinco dias úteis pelo menos, antes de ser informado pela Comissão de Seleção e Permutativas ou pela Diretoria da Subseção.

§ 1º Será decidido pelo Presidente da Seção o pedido que tenha parecer unânime favorável.

§ 2º Fora da hipótese prevista no parágrafo anterior o caso será de competência do Conselho Secional.

§ 3º Se o Conselho recusar a inscrição, serão os motivos da recusa comunicados ao candidato em ofício reservado para o endereço constante do requerimento.

§ 4º Da decisão do Presidente caberá recurso do interessado para o Conselho Secional, e do pronunciamento deste para o Conselho Federal.

§ 5º O disposto no parágrafo anterior será aplicável às decisões de cancelamento nos quadros da Ordem em razão da falta, por perda ou carência anterior, de quaisquer dos requisitos dos arts. 48, 49 e 51, e aos casos de averbação de impedimento ou de suspensão do exercício profissional.

Art. 59. Qualquer advogado ou pessoa interessada poderá a todo tempo representar contra a inscrição e promover a averbação do impedimento, a suspensão e o cancelamento.

Art. 60. Será licenciado do exercício da advocacia, mediante requerimento próprio, representação de terceiro, ou de ofício pelo Conselho Secional, o profissional que:

I — passar a exercer, temporariamente, cargo, função ou atividade incompatíveis com a advocacia (artigos 82 a 86);

II — sofrer doença mental considerada curável.

Art. 61. Será cancelado dos quadros da Ordem, além do que incidir na penalidade de eliminação (artigo 111) o profissional que:

I — requerer exclusão;

II — passar a exercer, em caráter definitivo, cargo, função ou atividade incompatíveis com a advocacia (artigos 82 a 86);

III — perder a qualidade de eleitor, sendo brasileiro;

IV — perder a capacidade civil;

V — interromper o exercício da advocacia por mais de três anos consecutivos, sem causa justa e comunicada ao Conselho Secional.

Art. 62. É imutável o número atribuído, em ordem cronológica, a cada inscrição.

Parágrafo único. As inscrições obedecerão a três ordens numéricas;

I — números cardinais simples, para as inscrições principais (artigo 55);

II — números cardinais acrescidos da letra A, para as inscrições suplementares (art. 55, parágrafo único);

III — números cardinais acrescidos da letra B, para as inscrições feitas por transferência de outra Seção.

Art. 63. Efetuada a inscrição, e prestado o compromisso, será expedida a respectiva carteira de identidade, de uso obrigatório no exercício da profissão.

§ 1º A carteira expedida aos inscritos na Ordem, assinada pelo Presidente da Seção, constitui prova de identidade para todos os efeitos legais.

§ 2º Da carteira constarão, além da impressão digital, a individuação completa do inscrito, a indicação dos impedimentos em que incorrer, e o fóro e as comarcas em que o estagiário e o provisionado podem exercer a sua atividade (arts. 54, 72 e 85, parágrafo único);

§ 3º Poderá ser expedido igualmente, cartão de identidade aos inscritos, com os mesmos requisitos e efeitos da carteira (art. 18, inciso XVI).

Art. 64. Perante o Conselho Secional ou a Diretoria da Subseção, prestarão os advogados, estagiários e provisionados, antes de lhes ser entregue a carteira profissional, o compromisso seguinte:

“Prometo exercer a advocacia com dignidade e independência, observando os preceitos de ética e defendendo as prerrogativas da profissão; não prestando contra o Direito, contra os bons costumes e a segurança do País, e defendendo, com o mesmo dano, humildes e poderosos”.

Art. 65. A exibição da carteira ou cartão de identidade pode ser exigida pelos Juizes, autoridades ou interessados, a fim de verificar a habilitação profissional.

§ 1º Será impedida a intervenção do profissional que não comprovar a habilitação, salvo se assinar, sob as sanções civis e penais, e compromisso de fazê-lo no prazo de quinze dias, prorrogável por mais quinze (artigo 70, §§ 1º e 2º).

§ 2º Findo o prazo do compromisso, sem aquela comprovação, o ato será tido por inexistente.

Art. 66. Os Regimentos Internos dos Conselhos Seccionais regularão as formalidades para expedição de nova

carteira ou cartão de identidade, em caso de perda ou extravio do original.

Parágrafo único. Logo que fôr requerida a substituição, a Secretaria da Seção, à vista dos seus assentamentos, expedirá certificado que assegure ao profissional a continuação da atividade.

TÍTULO II

Do Exercício da Advocacia

CAPÍTULO I

Da legitimação e dos atos privados

Art. 67. O exercício das funções de advogado, estagiário e provisionado somente é permitido aos inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, e na forma desta lei (art. 55).

Parágrafo único. A denominação de advogado é privativa dos inscritos no quadro respectivo (arts. 47, inciso I, e 128).

Art. 68. No seu ministério privado o advogado presta serviço público, constituindo, com os juizes e membros do Ministério Público, elemento indispensável à administração da Justiça.

Art. 69. Entre os juizes de qualquer instância e os advogados não há hierarquia nem subordinação, devendo-se todos consideração e respeito reciprocos.

Art. 70. Salvo nos processos de *habeas corpus*, o advogado postulará em juízo ou fora d'ele, fazendo prova do mandato, que pode ser outorgado em instrumento particular dactilografado, ou por termos nos autos.

§ 1º Afirmando urgência ou razão instantaneidade o advogado apresentar-se sem procuração do cliente obrigando-se, independentemente de caução, a exhibi-la no prazo de quinze dias, prorrogável até outros quinze, por despacho do juiz ou autoridade competente.

§ 2º Os atos praticados *ad referendum* serão havidos como inexistentes se a ratificação não se realizar no prazo marcado.

§ 3º A procuração com a cláusula *ad iudicia* habilitará o advogado a praticar todos os atos judiciais, em qualquer fôro ou instância.

§ 4º A procuração, com a cláusula *ad iudicia* e a extra, além dos poderes referidos no parágrafo anterior, habilitará o advogado a praticar todos os atos extrajudiciais de representação e defesa, perante:

a) quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais;

b) quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sociedades de economia mista ou pessoa física em geral.

§ 5º As cláusulas referidas nos parágrafos 2º e 4º dispensam a indicação dos juizes, órgãos, repartições e pessoas perante as quais tenham de produzir efeito, bem como a menção de outros poderes, por mais especial que sejam salvo os de receber citação, confessar, transir, desistir, receber e dar quitação e firmar compromisso.

§ 6º O advogado que renunciar o mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, desde que necessário para evitar-lhe prejuizo (art. 103, inciso XVII).

Art. 71. A advocacia compreende, além da representação em qualquer juízo ou tribunal, mesmo administrativo o procedimento extrajudicial, assim como os trabalhos judiciais de consultoria e assessoria e as funções de diretoria jurídica.

§ 1º O *habeas corpus* pode ser requerido pelo próprio paciente ou por qualquer pessoa, mesmo estrangeira.

§ 2º No fôro criminal o próprio réu poderá defender-se se o juiz lhe reconhecer aptidão sem prejuizo da nomeação de defensor inscrito na Ordem, onde houver.

§ 3º Compete privativamente aos advogados elaborar e subscrever petições iniciais, contestações, réplicas, memoriais, razões minutas e contraminutas nos processos judiciais bem como a defesa em qualquer fôro ou instância.

Art. 72. Os estagiários poderão praticar os atos judiciais não privativos do advogado (art. 71, § 3º) e exercer o procuratório extrajudicial.

Parágrafo único. Ao estagiário somente é permitido receber procuração em conjunto com advogado, ou por subestabelecimento d'este e para atuar, sendo acadêmico, no Estado ou circunscrição territorial em que tiver

sede a Faculdade em que fôr matriculado.

Art. 73. A comprovação do efetivo exercício da advocacia, quando exigível para os efeitos desta lei, far-se-á por documentado de quitação dos impostos que incidem sobre a profissão, bem como por certidão da prática de atos privativos do advogado, dentre os mencionados no art. 71.

Art. 74. Os provisionados só poderão exercer a advocacia em primeira instância.

Art. 75. É lícito à parte defender seus direitos, por si mesma ou por procurador apto, mediante licença do juiz competente:

I — não havendo ou não se encontrando presente, na sede do juízo, advogado ou provisionado;

II — recusando-se a aceitar o patrocínio da causa, ou estando impedidos os advogados e provisionados presentes na sede do juízo, que serão ouvidos previamente sobre o pedido de licença;

III — não sendo da confiança da parte os profissionais referidos no inciso anterior, por motivo relevante e provado.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, tratando-se de matéria criminal, qualquer cidadão apto poderá ser nomeado defensor do réu.

Art. 76. São nulos os atos privativos de advogados praticados por pessoas não inscritas na Ordem ou por inscritos impedidos ou suspensos, sem prejuízo das sanções civis ou penais em que incorrerem (arts. 65, § 1º, 124 e 128).

CAPÍTULO II

Das sociedades de advogados

Art. 77. Os advogados poderão reunir-se, para colaboração profissional recíproca, em sociedade civil de trabalho, destinada a disciplina do expediente e dos resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia (art. 1º do Código Civil; arts. 1º e 44, § 2º, da Lei nº 154, de 28 de novembro de 1947).

§ 1º As atividades profissionais que reúnem os sócios em sociedades se exercem individualmente, quando se tratar de atos privativos de advogado, ainda que revertam ao patrimônio social os honorários respectivos.

§ 2º Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não po-

dem representar em juízo clientes de interesses opostos.

§ 3º Para disciplina do disposto no parágrafo anterior, as procurações serão outorgadas individualmente aos advogados e indicarão a sociedade de que façam parte.

§ 4º A denominação social terá obrigatoriamente, o nome de um advogado, pelo menos, responsável pela sociedade.

§ 5º Aplicam-se à sociedade de advogados as regras de ética profissional que disciplinam a propaganda e publicidade.

§ 6º Os estagiários poderão fazer parte das sociedades de advogados.

Art. 78. As sociedades organizadas para o exercício da profissão adquirem personalidade jurídica com o registro dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos nas Seções da Ordem em que forem inscritos os seus membros (art. 18, inciso VIII, letra c).

§ 1º Antes do registro serão os referidos atos submetidos ao julgamento do Conselho Seccional respectivo.

§ 2º Serão adquiridos no mesmo registro as alterações dos contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos sociais e os atos da vida societária que devam produzir efeito em relação a terceiros.

Art. 79. Constarão da carteira de identidade do advogado e dos seus assentamentos nos cadastros seccional e geral, o nome da sociedade de que faça parte e dos seus associados.

Art. 80. Não serão admitidas a registro nem podem funcionar as sociedades de advogados que:

I — apresentem características tipicamente mercantis;

II — tenham título ou razão social que se preste a confusões ou importe no desprestígio da advocacia;

III — tenham na denominação social nome de pessoa:

a) que não faça parte da sociedade;

b) a cujo uso exclusivo não tenha direito o membro da sociedade;

c) que esteja impedida de advogar.

Parágrafo único. Será excluído da sociedade qualquer membro que tenha a sua inscrição cancelada nos quadros da Ordem.

Art. 81. É proibido o registro em qualquer ofício, junta ou departamento, de sociedade com objetivo jurídico-

profissional, bem como o funcionamento das que não observem o disposto nos artigos anteriores.

CAPÍTULO III

Das incompatibilidades e impedimentos

Art. 82. Considera-se incompatibilidade o conflito total, o impedimento, o conflito parcial, de qualquer atividade, função ou cargo público, com o exercício da advocacia.

§ 1º Compreende-se, entre as funções públicas que podem determinar a incompatibilidade ou o impedimento, qualquer função delegada exercida em comissão ou por servidor de entidade a quem o poder público a tenha cometido por lei ou contrato.

§ 2º Excluem-se das disposições do § 1º, os servidores das entidades sindicais de qualquer grau e das entidades assistenciais e de aprendizagem administradas e mantidas pelas classes empregadoras.

§ 3º A incompatibilidade determina a proibição total (arts. 83 e 84) e o impedimento a proibição parcial (artigo 85) do exercício da advocacia.

Art. 83. O exercício da advocacia é incompatível com qualquer atividade, função ou cargo público que reduza a independência do profissional ou proporcione a captação de clientela.

Art. 84. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades, funções e cargos:

I — Chefe do Poder Executivo e seus substitutos legais, Ministros de Estado, Secretários de Estado, de Territórios e Municípios;

II — membros da Mesa de órgão do Poder Legislativo federal e estadual, da Câmara Legislativa, do Distrito Federal e Câmara dos municípios das capitais;

III — membros de órgãos do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal, dos Estados e Territórios bem como dos Tribunais de Contas da União, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Municípios e do Tribunal Marítimo;

IV — Procurador-Geral e Subprocurador-Geral da República, bem como titulares de cargos equivalentes no Tribunal Superior Eleitoral, no Superior Tribunal Militar, no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, Ter-

ritórios e Municípios, e do Tribunal Marítimo;

V — Procuradores Gerais e Subprocuradores Gerais, sem distinção das entidades de direito público ou dos órgãos a que sirvam;

VI — Presidentes, Superintendentes, Diretores, Secretários, delegados, tesoureiros, contadores, chefes de serviço, chefes de gabinete e oficiais ou auxiliares de gabinete de qualquer serviço da União, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Municípios, bem como de autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e empresas administradas pelo Poder Público;

VII — servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais e empregados de sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviço público, que tiverem competência ou interesse direto ou indireto, eventual ou permanentemente no lançamento, arrecadação e fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

VIII — tabeliães, escrivães, escreventes, oficiais dos registros públicos e quaisquer funcionários e serventuários da Justiça;

IX — corretores de fundos públicos, de café, de câmbio, de mercadorias e de navios;

X — leiloeiros, trapicheiros, despachantes e empresários ou administradores de armazéns-gerais;

XI — militares, assim definidos no seu respectivo estatuto, inclusive os das Polícias Militares, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Municípios;

XII — Policiais de qualquer categoria da União, do Distrito Federal, dos Estados, Territórios e Municípios.

Parágrafo único. Exceção-se da incompatibilidade referida no inciso III os juizes suplentes não remunerados e os juizes eleitorais e os que não fazem parte dos quadros da magistratura ou não tenham as prerrogativas desta.

Art. 85. São impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria:

I — juizes suplentes, não remunerados, perante os juizes e tribunais em que tenham funcionado ou possam funcionar;

II — juizes e suplentes nomeados nos termos dos arts. 110, inciso II, 112, inciso II, e 116 da Constituição Federal, em matéria eleitoral, bem como juizes e suplentes nomeados nos termos do artigo 122, § 5º, *in fine*, da Constituição Federal, em matéria trabalhista;

III — membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou de empresas concessionárias de serviço público;

IV — membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal, dos Estados e Territórios, contra as pessoas de direito público em geral e nos processos judiciais ou extrajudiciais, que tenham relação, direta ou indireta, com as funções do seu cargo ou do órgão a que servem;

V — Procuradores e Subprocuradores do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios nos mesmos termos do inciso anterior;

VI — servidores públicos, inclusive o magistério, de autarquias e entidades paraestatais e empregados de sociedade de economia mista contra as pessoas de direito público em geral;

VII — advogados, estagiários ou provisionados em processos em que tenham funcionado ou devam funcionar como juiz, perito ou no desempenho de qualquer serviço judiciário;

VIII — os membros dos tribunais administrativos, contra os órgãos a que pertencerem.

Parágrafo único. Todo impedimento original ou superveniente deverá ser averbado na carteira e cartão de identidade do profissional (art. 63) por iniciativa sua ou pelo Conselho Seccional, de ofício ou mediante representação.

Art. 86. Os magistrados, membros do Ministério Público, servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais e os funcionários de sociedades de economia mista, definitivamente aposentados ou em disponibilidade, não terão qualquer incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia, decorridos dois anos do ato que os afastou da função.

CAPÍTULO IV

Dos deveres e direitos

Art. 87. São deveres do advogado:

I — defender a ordem jurídica e a Constituição da República, pugnar pela boa aplicação das leis e rápida administração da Justiça, e contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas;

II — velar pela existência, fins e prestígio da Ordem, aceitar os mandatos e encargos que lhe forem confiados por esta, e cooperar com os que forem investidos de tais mandatos e encargos;

III — manifestar, ao se inscrever na Ordem, a existência de qualquer impedimento para o exercício da profissão, e comunicar, no prazo de trinta dias, a superveniência de incompatibilidade ou impedimento formulando consulta, no caso de dúvida;

IV — observar os preceitos do Código de Ética Profissional;

V — guardar sigilo profissional;

VI — exercer a profissão com zelo e probidade, observando as prescrições desta lei;

VII — defender, com independência, os direitos e as prerrogativas profissionais e a reputação da classe;

VIII — zelar a própria reputação, mesmo fora do exercício profissional;

IX — velar pela dignidade da magistratura, tratando as autoridades e funcionários com respeito e independência, não prescindindo de igual tratamento;

X — representar ao poder competente contra autoridades e funcionários por falta de exação no cumprimento do dever;

XI — prestar, gratuitamente, serviços profissionais aos necessitados, no sentido da lei, quando nomeado pela Assistência Judiciária, pela Ordem ou pelo juízo;

XII — recusar o patrocínio de causa que considere imoral ou ilícita, salvo a defesa em processo criminal;

XIII — tratar com urbanidade a parte contrária e seus advogados, as testemunhas, peritos e demais pessoas que figurem no processo, não comparando nem estimulando ódios ou ressentimentos;

XIV — não aceitar procuração de quem já tenha advogado constituído, salvo:

a) com autorização prévia daquele com o qual irá colaborar ou ao qual substituirá;

b) para revogação de mandato por motivo justo, se o advogado anterior, notificado dos motivos apresentados pelo constituinte para a revogação, não demonstrar a sua improcedência no prazo de vinte e quatro horas;

c) se o constituinte comprovar que pagou tudo que era devido ao advogado anterior e este recusar a autorização referida na alínea a;

d) para medidas judiciais urgentes ou inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízo irreparável, no caso de ausência ou recusa do advogado anterior ao requerimento das mesmas;

XV — não se pronunciar publicamente sobre caso que saiba entregar ao patrocínio de outro advogado, salvo na presença dele ou com o seu prévio e expresso assentimento;

XVI — recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte;

XVII — promover, no caso de perda extraviu ou subtração de autos que se encontravam em seu poder, as seguintes providências:

a) comunicar o fato ao Presidente da Seção ou Subseção em cujo território ocorrer;

b) requerer a restauração dos autos respectivos;

XVIII — indenizar, prontamente, o prejuízo que causar por negligência, erro irreversível ou dolo;

XIX — restituir ao cliente, findo o mandato, os papéis e documentos a ele pertencentes, salvo os que sejam comuns ao advogado e ao cliente, e os que precise para prestar contas;

XX — prestar contas ao constituinte, quando as deva, ou propor contra ele ação de prestação de contas, quando se recuse a recebê-las ou a lhes dar quitação;

XXI — continuar a representar o cliente durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia do mandato, desde que necessário para evitar-lhe prejuízo;

XXII — pagar em dia as contribuições devidas à Ordem.

Parágrafo único. Aos estagiários e provisionados aplica-se o disposto em todos os incisos deste artigo, exce-

tuando-se, quanto aos estagiários, os de números XX e XXI.

Art. 88. Nenhum receio de desagradar, a juiz ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deterá o advogado no cumprimento das suas tarefas e deveres.

Art. 89. São direitos do advogado:

I — exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (art. 56) na defesa dos direitos ou interesses que lhe forem confiados;

II — fazer respeitar, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade do seu domicílio, do seu escritório e dos seus arquivos;

III — comunicar-se, pessoal e reservadamente com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar, mesmo incommunicáveis;

IV — reclamar quando preso em flagrante por motivo de exercício da profissão, a presença do Presidente da Seção local para a lavratura do auto respectivo;

V — não ser recolhido preso, antes da sentença transitada em julgado, senão em sala especial do Estado-Maior;

VI — ingressar livremente:

a) nas salas de sessões dos Tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios tabeliães, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias e prisões;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial, policial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente regulamentar ou fora dele desde que se ache presente qualquer funcionário;

VII — permanecer sentado ou em pé e retirar-se de qualquer dos locais indicados no inciso anterior, independentemente de licença;

VIII — dirigir-se aos júris nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de audiência previamente marcada, observando-se a ordem de chamada;

IX — fazer juntar aos autos, em seguida à sustentação oral, o esquema do resumo da sua defesa;

X — pedir a palavra, pela ordem, durante o julgamento, em qualquer juízo ou Tribunal para, mediante intervenção sumária e se esta lhe for permitida a critério do julgador, esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam ou possam influir no julgamento;

XII — ter a palavra, pela ordem, perante qualquer juízo ou Tribunal, para replicar a acusação ou censura que lhe sejam feitas, quando ou por motivo do julgamento;

XIII — reclamar, verbalmente, ou por escrito, perante qualquer juízo ou Tribunal, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

XIII — tomar assento à direita dos Juizes de primeira instância, falar sentado ou em pé, em juizes e Tribunais, e requerer pela ordem de antiguidade;

XIV — examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando os respectivos feitos não estejam em regime de segredo de justiça, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

XV — examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade podendo copiar peças e tomar apontamentos;

XVI — ter vista, em cartório, dos autos dos processos em que funcione, quando, havendo dois ou mais litigantes com procuradores diversos, haja prazo comum para contestar, defender, falar ou recorrer.

XVII — ter vista fora dos cartórios, nos autos de processos de natureza civil, criminal trabalhista, militar ou administrativa, quando não occorra a hipótese do inciso anterior;

XVIII — receber os autos referidos no inciso anterior, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de autos findos, e por quarenta e oito horas, quando em andamento, mas nunca na fluência de prazo;

a) sempre que receber autos, o advogado assinará a carga respectiva ou dará recibo;

b) a não devolução dos autos dentro dos prazos estabelecidos autorizará o funcionário responsável pela sua guarda ou autoridade superior a re-

presentar ao presidente da Seção da Ordem, para as sanções cabíveis (artigos 103, inciso XX, e 108, inciso II);

XIX — recusar-se a depor no caso do art. 87, inciso XVI, e a informar o que constitua sigilo profissional;

XX — ter assistência social, nos termos da legislação própria;

XXI — ser publicamente desagradado quando ofendido, no exercício da profissão (art. 129);

XXII — contratar previamente e por escrito os seus honorários profissionais;

XXIII — usar as vestes talares e as insignias privativas do advogado.

§ 1º Aos estagiários e provisionados aplica-se o disposto nos incisos I (com as restrições dos arts. 52, 2º; 72, parágrafo único *in fine*; e 74) II, III, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XXI.

§ 2º Não se aplica o disposto nos incisos XVIII e XVII:

I — quando o prazo for comum aos advogados de uma das partes e as não acordarem nas primeiras vinte e quatro horas sobre a divisão da quele entre todos, acordo do qual o escrivão ou funcionário lavrará termos nos autos, se não constar de petição subscrita pelos advogados;

II — ao processo sob regime de segredo de justiça;

III — quando existirem, nos autos, documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos no cartório secretaria cu repartição reconhecida pela autoridade em despacho motivado, proferido de ofício, mediante representação ou a requerimento da parte interessada;

IV — até o encerramento do processo, ao advogado que houver deixado de devolver os respectivos autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado.

§ 3º A inviolabilidade do domicílio e do escritório profissional do advogado não envolve o direito de asilo e somente poderá ser quebrado mediante mandado judicial, nos casos previstos em lei.

CAPÍTULO V

Da Assistência Judiciária

Art. 90. A assistência judiciária, destinada, à defesa judicial dos ne-

cessitados no sentido da lei, regular-se-á por legislação especial, observadas as disposições desta lei e a convenções internacionais.

Art. 91. No Estado onde houver serviço de Assistência Judiciária mantido pelo Governo caberá à Seção ou Subseção da Ordem a nomeação de advogados para o necessitado, depois de deferido o pedido em juízo, mediante a comprovação do estado de necessidade.

Art. 92. O advogado indicado pelo serviço de Assistência Judiciária, pela Ordem, ou pelo Juiz, será obrigado, salvo justo motivo, a patrocinar gratuitamente a causa do necessitado até final, sob pena de censura e multa, nos termos desta lei (art. 103, inciso XVIII, 107 e 108).

Parágrafo único. São justos motivos para a recusa do patrocínio:

a) ser advogado constituído pela parte contrária ou pessoa a ela ligada, ou ter com estas relações profissionais de interesse atual;

b) haver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda;

c) ter opinião contrária ao direito que o necessitado pretende pleitear declarada por escrito;

d) ter de ausentar-se para atender a mandato anteriormente outorgado ou para defender interesses próprios inadmissíveis.

Art. 93. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar, com declaração escrita de que aceita o encargo.

Art. 94. A gratuidade da prestação de serviço ao necessitado não obsta ao advogado a percepção de honorários quando:

I — for a parte vencida condenada a pagá-los;

II — ocorrer o enriquecimento ou a recuperação patrimonial da parte vencedora;

III — sobrevier a cessação do estado de necessidade do beneficiário.

Art. 95. Os estagiários auxiliarão os advogados nomeados para a assistência judiciária, nas tarefas para as quais forem designados.

CAPÍTULO VI

Dos honorários profissionais

Art. 96. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na

Ordem o direito aos honorários contratados ou, na falta de contrato, dos que forem fixados na forma desta lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I — quando o advogado foi nomeado pela Assistência Judiciária, pela Ordem, ou pelo Juiz, salvo nos casos do art. 94;

II — quando se tratar de mandato outorgado por advogado para defesa em processo oriundo de ato praticado no exercício da profissão ou em ação penal.

Art. 97. Na falta de estipulação ou de acôrdo, os honorários serão fixados por arbitramento judicial em percentagem sobre o valor da causa.

§ 1º Nos casos que versem sobre serviço, monte ou bens de valor reduzido em que o critério da percentagem possa conduzir a honorários ínfimos, arbitrar-se-á a remuneração compatível com o trabalho.

§ 2º No caso em que o objeto da ação ou do serviço não tenha valor econômico, ou quando o que lhe for atribuído não corresponda à realidade, arbitrar-se-á igualmente, a remuneração compatível com o trabalho.

§ 3º Proceder-se-á a exame pericial, se a fixação do valor da causa ou do serviço depender de avaliação, e esta exigir conhecimento especializado.

§ 4º Nas ações de indenização por ato ilícito, o valor da causa será o montante do dano apurado e, quando se tratar de ilícito contra a pessoa, o da soma dos danos emergentes com o capital fixado para a constituição da renda.

§ 5º Na fixação dos honorários os arbitradores e o juiz terão em conta:

a) o grau de zelo e competência do profissional;

b) o lugar da prestação do serviço;

c) o caráter da intervenção, conforme se trate de cliente avulso, habitual ou permanente;

d) a possibilidade de ficar o advogado impedido de intervir em outros casos ou de encontrar dificuldades peculiares no exercício do mandato.

Art. 98. Na falta de estipulação escrita em contrário um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão da primeira instância e o restante na final.

Art. 99. Se o advogado fizer juntar aos autos, até antes de cumprir-se o mandado de levantamento ou precatório, o seu contrato de honorários, o juiz determinará lhe sejam estes pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

§ 1º Tratando-se de honorários fixados na condenação, tem o advogado direito autônomo para executar a sentença nessa parte, podendo requerer que o precatório, quando este for necessário, seja expedido em seu favor.

§ 2º Salvo aquiescência do advogado, o acordo feito pelo seu cliente e a parte contrária não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos pela sentença.

Art. 100. Prescreve em cinco anos a ação para cobrança de honorários de advogado, contado o prazo:

I — do vencimento do contrato, se houver;

II — da decisão final do processo;

III — da ultimização do serviço extrajudicial;

IV — da desistência ou transação;

V — da renúncia ou renovação do mandato.

Parágrafo único. A ação de cobrança de honorários pelos advogados guardará a forma executiva prevista no art. 283 do Código de Processo Civil, desde que ajustados mediante contrato escrito, ou arbitrados judicialmente em processo preparatório com observância do disposto no art. 97, devendo a petição inicial ser instruída com o instrumento do mandato, como presunção da prestação do serviço contratado.

Art. 101. O advogado substabelecido com reserva de poderes não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

Parágrafo único. Devem ambos, substabelecido e substabelecido, acordar-se, previamente, por escrito, na remuneração que lhes toca, com a intervenção do outorgante.

Art. 102. O advogado credor de honorários e despesas feitas no desempenho do mandato tem privilégio especial sobre o objeto dêste.

CAPÍTULO VII

Das infrações disciplinares

Art. 103. Constitui infração disciplinar:

I — transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II — exercer a profissão, quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos ou impedidos;

III — manter sociedade profissional fora das normas e preceitos estabelecidos nesta lei;

IV — valer-se de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber;

V — angariar ou captar causas, com ou sem a intervenção de terceiros;

VI — assinar qualquer escrito destinado a processo judicial ou para feito extrajudicial, que não tenha feito, ou em que não tenha colaborado;

VII — advogar contra literal disposição de lei, presumida a boa-fé e o direito de fazê-lo com fundamento na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior;

VIII — violar, sem justa causa, sigilo profissional;

IX — prestar concurso a clientes ou a terceiros para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la;

X — solicitar ou receber de constituinte qualquer importância para aplicação ilícita ou desonesta;

XI — receber provento da parte contrária ou de terceiro, relacionado com o objeto do mandato sem expressa autorização do constituinte;

XII — aceitar honorários, quando funcionar por nomeação da Assistência Judiciária, da Ordem ou do Juízo, salvo nos casos do art. 94;

XIII — estabelecer entendimento com a parte adversa sem autorização do cliente ou ciência ao advogado contrário;

XIV — locupletar-se, por qualquer forma, a custa do cliente ou da parte adversa, por si ou por interposta pessoa;

XV — prejudicar, por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio;

XVI — acarretar, conscientemente, por ato próprio a anulação ou a nulidade do processo em que funcione;

XVII — abandonar a causa sem justo motivo ou antes de decorridos dez dias da intimação ao mandante para constituir novo advogado, salvo se, antes desse prazo, for junta aos autos nova procuração;

XVIII — recusar-se a prestar, sem justo motivo, assistência gratuita aos necessitados no sentido da lei, quando nomeado pela Assistência Judiciária, pela Ordem ou pelo Juízo;

XX — recusar-se, injustificadamente, a prestar contas ao cliente de quantias recebidas dele, ou de terceiros por conta dele;

XX — reter, abusivamente, ou extraviar autos recebidos com vistas ou em confiança;

XXI — fazer publicar na imprensa, desnecessária e habitualmente, alegações forenses ou relativas a causas pendentes;

XXII — revelar negociação confidencial para acordo ou transação, entabulada com a parte contrária ou seu advogado quando tenha sido encaminhada com observância dos preceitos do Código de Ética Profissional;

XXIII — deturpar o teor do dispositivo de lei, de citação doutrinária ou de julgado, bem como de depoimentos, documentos e alegações da parte contrária, tentando confundir o adversário ou ludir o Juiz da causa;

XXIV — fazer imputação a terceiro do fato definido como crime em nome do constituinte, sem autorização escrita deste;

XXV — praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

XXVI — não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade da Ordem, em matéria da competência desta, depois de regularmente notificado;

XXVII — deixar de pagar à Ordem pontualmente, as contribuições a que está obrigado;

XXVIII — praticar, o estagiário ou o provisionado, ato excedente da sua habilitação;

XXIX — faltar a qualquer dever profissional imposto nesta lei (artigo 87).

Art. 104. As faltas serão consideradas graves, leves ou escusáveis, conforme a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

CAPÍTULO VIII

Das penalidades e sua aplicação

Art. 105. As penas disciplinares consistem em:

- I — advertência;
- II — censura;
- III — multa;
- IV — exclusão do recinto;
- V — suspensão do exercício da profissão;
- VI — eliminação dos quadros da Ordem.

Art. 106. A pena de advertência é aplicável nos casos das infrações definidas no art. 103 incisos I — II — III — IV — V — VI — VII — XVIII — XXII — XXIII — XXVII — XXVIII e XXIX.

Parágrafo único. Aplica-se, igualmente, a pena de advertência ao descumprimento de qualquer dos deveres prescritos no art. 87 quando para a infração não se tenha estabelecido pena maior.

Art. 107. A pena de censura é aplicável:

I — nos mesmos casos em que cabe a pena de advertência quando não haja circunstância atenuante ou não se trate da primeira infração cometida;

II — às infrações primárias definidas no artigo 103, incisos VIII — XII — XIII — XV — XVI — XVII — XIX — XXIII e XXIV.

Art. 108. A pena de multa é aplicável, cumulativamente com a outra pena, igualmente cabível, nos casos das infrações definidas nos artigos 103, incisos II — III — VI — IX — X — XI — XII — XIII — XV — XVI — XVIII — XXIII — XXVII e XXVIII, e 124, § 4º.

Art. 109. A pena de exclusão do recinto é aplicável à infração definida nos arts. 118, § 4º, e 121, § 2º.

Art. 110. A pena de suspensão é aplicável:

I — nos mesmos casos em que cabe a pena de censura, quando haja reincidência;

II — nos casos de primeira incidência, nas infrações definidas nos artigos 103, incisos IX, X, XI, XIV, XIX, XX, III parágrafo único e 124, § 4º (arts. 111, inciso I, 112 §§ 1º e 2º);

III — dos que deixarem de pagar as contribuições, taxas e multas (artigo 140 e 141), depois de convidados a fazê-lo por edital com o prazo de

trinta dias, sem menção expressa da falta de pagamento mas com a citação deste dispositivo;

IV — aos que incidirem em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional, e até que prestem novas provas de habilitação;

V — aos que mantenham conduta incompatível com o exercício da profissão.

Parágrafo único. Considera-se conduta incompatível com o exercício da profissão:

a) a prática reiterada de jôgo de azar, como tal definido em lei;

b) a incontinência pública e escandalosa;

c) a embriaguez habitual.

Art. 111. A pena de eliminação é aplicável:

I — aos que reincidirem nas infrações definidas nos arts. 103, incisos IX — X — XI — XIV — XIX — XXV, e 110, inciso II;

II — aos que incidirem na pena de suspensão por três vezes, ainda que em Seções diferentes;

III — aos que houverem feito falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição nos quadros da Ordem;

IV — aos que perderem o requisito do inciso VII do art. 48;

V — aos que suspensos por falta de pagamento das contribuições, taxas ou multas deixarem decorrer três anos de suspensão (art. 113, § 1º).

Parágrafo único. Durante o processo para aplicações da pena de eliminação, poderá o Conselho determinar medida preventiva irreversível de suspensão do exercício da advocacia, até a decisão final.

Art. 112. A pena de multa sujeita o infrator ao pagamento de uma quantia fixada pela decisão que a aplicar, de acordo com o critério da individualização prescrito nos artigos 115 e 117.

§ 1º A multa varia entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade (art. 141) e o máximo do seu décuplo.

§ 2º A falta de pagamento da multa no prazo de vinte dias a partir da data da penalidade imposta, determinará a suspensão do exercício da profissão (art. 113, § 1º) sem prejuízo da sua cobrança por ação executiva (art. 142).

Art. 113. A pena de suspensão acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional em todo o território nacional, pelo prazo de trinta

dias a doze meses, fixado pela decisão que o aplicar, de acordo com o critério de individualização prescrito nos arts. 115 e 116.

§ 1º A suspensão por falta de pagamento de contribuições, taxas ou multas só cessará com a satisfação do dívida podendo estender-se até três anos, decorridos os quais será o profissional automaticamente eliminado dos quadros da Ordem (art. 111, inciso IV).

§ 2º A suspensão decorrente da recusa injustificável de prestação de contas ao cliente (arts. 87 inciso XX e 103 inciso XIX) vigorará enquanto a obrigação não for cumprida.

Art. 114. A pena da eliminação acarreta ao infrator a perda do direito de exercer a profissão em todo o território nacional.

Art. 115. Os antecedentes profissionais do acusado, as atenuantes, o grau de culpa por ele revelado, as circunstâncias e as consequências da infração devem ser considerados para o fim de decidir:

I — sobre a conveniência da aplicação cumulativa de multa e outra penalidade;

II — qual o tempo da suspensão e o valor da multa aplicáveis.

Art. 116. É circunstância que sempre atenuará a aplicação das penas disciplinares previstas nesta lei haver sido a falta cometida na defesa de prerrogativa da profissão.

Art. 117. Na aplicação das penas disciplinares previstas nesta lei serão consideradas, para fim de atenuação as seguintes circunstâncias:

I — a ausência de qualquer antecedente disciplinar;

II — o exercício assíduo e proficiente do mandato ou encargo em qualquer dos órgãos da Ordem;

III — a prestação de serviços profissionais gratuitos; e

IV — a prestação de bons serviços à classe ou à causa pública.

Art. 118. O poder de punir disciplinarmente os advogados, estagiários e provisionados compete ao Conselho da Seção onde o acusado tenha inscrição principal.

§ 1º Se a falta for cometida em outra Seção, o fato será apurado pelo Conselho local, com a intervenção do acusado ou de curador que o defenda, e o processo remetido à Seção em que o mesmo tiver inscrição principal, para julgamento, cujo resultado

será comunicado a Seção onde a falta foi cometida.

§ 2º Da decisão absolutória do acusado, na hipótese do parágrafo anterior, poderá recorrer o Presidente desta, no prazo de 15 dias, a partir do recebimento da comunicação.

§ 3º As penas de advertência, censura e multa, serão impostas pelo Presidente do Conselho, em ofício reservado, não se fazendo constar dos assentamentos do acusado, senão no caso de reincidência.

§ 4º Quando se tratar de falta cometida perante o Conselho Federal, ao Presidente, dêste caberá a imposição das penas de advertência, censura e multa, além da exclusão do recinto.

§ 5º Nos casos dos parágrafos terceiro e quarto caberá recurso do interessado para o Conselho respectivo (art. 134).

Art. 119. O processo disciplinar será instaurado mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada, ou de ofício pelo Conselho ou sua Comissão de Ética e Disciplina.

§ 1º A instauração do processo precederá audiência do acusado, notificado para, dentro de quinze dias, apresentar defesa prévia, que exclua o procedimento disciplinar.

§ 2º Instaurado o processo, o acusado poderá acompanhá-lo em todos os seus termos, tendo novo prazo de quinze dias para a defesa em seguida ao parecer final da Comissão de Ética e Disciplina.

§ 3º O prazo para defesa poderá ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do Relator.

§ 4º Se a Comissão de Ética e Disciplina opinar, por unanimidade pela improcedência da representação (§ 1º) ou da acusação (§ 2º), o Presidente do Conselho poderá determinar o arquivamento do processo, não cabendo recurso dessa decisão.

§ 5º O advogado poderá sustentar oralmente a defesa em seguida ao voto do Relator pelo prazo de vinte minutos, prorrogável a critério do Presidente do Conselho.

§ 6º Se o acusado não for encontrado ou for revel, será nomeado curador que o defenda.

Art. 120. Os membros do Conselho devem dar-se de suspeitos e se não o fizerem poderão ser recusados pelas partes nos mesmos casos estabelecidos nas leis de processo.

Parágrafo único. Compete ao próprio Conselho decidir sumariamente, sobre a suspeição, à vista das alegações e provas produzidas.

Art. 121. Os juizes e tribunais exercerão a política das audiências e a correção de excessos de linguagem verificados em escritos nos autos, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que incorrer o faltoso (artigo 119).

§ 1º Os juizes representarão a instância superior e os membros dos tribunais ao corpo coletivo contra as injúrias que lhes forem assacadas nos autos, para o fim de serem riscadas as expressões que as contenham.

§ 2º Pelas faltas cometidas em audiência ou sessões de julgamento, os juizes e tribunais somente poderão aplicar a pena de exclusão de recinto (arts. 118 e 127).

Art. 122. O Conselho de Seção poderá deliberar sobre falta cometida em audiência, ainda quando as autoridades judiciárias ou os interessados não representem a respeito, e independentemente da penalidade imposta no juízo comum (art. 121, § 2º).

Art. 123. Fica automaticamente revogado o mandato de profissional a que forem aplicadas as penalidades de suspensão ou eliminação.

Art. 124. Transitada em julgado, a aplicação das penalidades de suspensão e eliminação, o Conselho expedirá comunicação à Secretaria do Conselho Federal, a todas as Seções da Ordem, e cada uma destas às Subseções e às autoridades judiciárias locais, a fim de assegurar a execução da pena.

§ 1º As autoridades judiciárias comunicarão a aplicação da penalidade, imediatamente a todos os escrivães e serventúrios que lhes são subordinados.

§ 2º Os escrivães dos feitos onde funcionem advogados sujeitos às penas referidas neste artigo intimarão, dentro de quarenta e oito horas, por ofício, as partes interessadas a constituir novo advogado, sob pena de revelia (art. 123).

§ 3º O profissional suspenso ou eliminado recolherá à Secretaria da Seção a sua carteira de identidade, sob pena de apreensão judicial.

§ 4º Se não recolher a carteira, quando exigida pelo Presidente da Seção ou Subseção ou se a apresentar viciada, o profissional suspenso incorrerá em nova pena de suspen-

são, com multa no máximo, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incidir.

Art. 125. É lícito ao condenado a qualquer pena disciplinar requerer a revisão do processo, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

Art. 126. É também permitido ao condenado a qualquer pena disciplinar requerer, um ano depois de cumprida a pena, a revisão do processo para o fim de sua reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.

Parágrafo único. No caso de pena disciplinar resultante da prática de crime, aplicam-se as disposições que, ao processo comum, regulam a matéria.

Art. 127. A jurisdição disciplinar estabelecida nesta lei não exclui a jurisdição comum quando o fato constitua crime ou contravenção.

Art. 128. Incorrerá nas penas do art. 47 da Lei das Contravenções Penais aquele que sem estar inscrito na Ordem dos Advogados:

a) usar carteira ou cartão de identidade, vestes, insígnias e títulos privativos de advogado, estagiário ou provisionado;

b) anunciar, por qualquer meio de publicidade, a condição ou a atividade de advogado, inclusive intitulando-se representante ou agente de advocacia no estrangeiro.

Art. 129. Os presidentes do Conselho Federal da Seção e da Subseção têm qualidade para agir mesmo criminalmente contra qualquer pessoa que infringir as disposições desta lei, e, em geral, em todos os casos que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da advocacia.

§ 1º Podem eles intervir ainda, como assistentes nos processos-crimes em que sejam acusados ou ofendidos os inscritos na Ordem.

§ 2º Compete-lhes igualmente, representar às autoridades sobre a conveniência de vedar acesso aos cartórios, juízos ou Tribunais aos intermediários de negócios, tratadores de papel ou às pessoas que, por falta de compostura, possam comprometer o decore da profissão.

Art. 130. No caso de ofensa a membro da Ordem no exercício da profissão, por magistrado, membro do Ministério Público ou por qualquer pessoa, autoridade funcionário, serventuário ou órgão da publicidade, o

Conselho Seccional, de officio ou mediante representação, ouvida a Comissão de Ética e Disciplina, promoverá o público desagravo do ofendido, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que incorrer o ofensor (artigo 89, inciso XXI).

Art. 131. Para os fins desta lei, o Presidente do Conselho Federal e os Presidentes das Seções poderão requisitar cópias autênticas ou fotostáticas de peças de autos, a quaisquer tribunais, juízes, cartórios, repartições públicas, autarquias e entidades estatais ou paraestatais.

Parágrafo único. Durante o período da requisição, não correm os prazos processuais.

CAPÍTULO IX

Dos Recursos

Art. 132. Cabe recurso para o Conselho Federal de todas as decisões proferidas pelo Conselho Seccional sobre:

a) estágio profissional e Exame de Ordem;

b) inscrição nos quadros da Ordem;

c) incompatibilidades e impedimentos;

d) processo disciplinar e sua revisão;

e) ética profissional;

f) deveres e direitos dos advogados;

g) registro e funcionamento das sociedades de advogados;

h) infração do Regimento Interno;

i) eleições nas Seções e Subseções;

j) relatório anual, balanço e contas das Diretorias das Seções e Subseções;

k) casos omissos nesta lei.

Art. 133. Cabem embargos infringentes da decisão proferida pelo Conselho Seccional ou pelo Conselho Federal, quando não fôr unânime, ou divergir de manifestação anterior ao mesmo ou de outro Conselho.

Art. 134. Cabe recurso para o Conselho respectivo de qualquer despacho dos Presidentes do Conselho Federal ou Seccionais que importe em decisão de caráter definitivo, salvo na hipótese do art. 119, § 4º.

Art. 135. Quando a decisão fôr obscura, omissa, contraditória ou aparentemente inexecutável, poderá a parte opor embargos de declaração.

Art. 136. O direito de recorrer competirá ao profissional que fôr parte no processo e, nos casos previstos nesta lei, aos Presidentes dos Conselhos Federal e Seccionais e as delegações (arts. 16, § 2º, *in fine*, 18 parágrafo único, 25 e 118, § 2º).

Art. 137. Todos os recursos de que trata esta lei serão interpostos no prazo de quinze dias, contados da publicação na imprensa oficial de ato ou decisão (art. 118, § 2º), serão recebidos no efeito suspensivo.

Parágrafo único. Nos casos de comunicação, por ofício reservado, o prazo para interposição do recurso se conta da data do efetivo recebimento daquele.

Art. 138. Salvo disposição em contrário, aplicam-se ao recurso em processo disciplinar (art. 132, letra d) as regras do Código de Processo Penal e, aos demais recursos, as do Código de Processo Civil, bem como as leis complementares.

TÍTULO III

Disposições Gerais e Transitórias

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 139. A Ordem dos Advogados do Brasil constitui serviço público federal, gozando os seus bens, rendas e serviços de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, letra a da Constituição Federal), e tendo estes franquias postal e telegráfica.

§ 1º Não se aplicam à Ordem as disposições legais referentes às autarquias ou entidades paraestatais.

§ 2º O Poder Executivo proverá, no Distrito Federal e nos Territórios, a instalação condigna da Ordem, cooperando com os Estados, para o mesmo fim.

Art. 140. A Ordem tem a prerrogativa de impor contribuições, taxas e multas a todos os que exercem a advocacia no País.

Art. 141. Todos os inscritos na Ordem pagarão, obrigatoriamente, a contribuição anual e taxas que forem fixadas pelas Seções.

§ 1º Os advogados pagarão anuidades em cada uma das Seções em que se inscreverem.

§ 2º As anuidades poderão ser pagas em quotas periódicas fixadas pela Seção ou pelo Conselho Federal.

§ 3º Cada Seção e Subseção remeterá ao Tesoureiro da Ordem dos

Advogados do Brasil quinze por cento (15%) das contribuições, taxas e multas, e cinco por cento (5%) das demais receitas líquidas, destinadas ao Conselho Federal (art. 6º, § 3º, e 12, §§ 1º e 2º).

§ 4º Oito por cento (8%) da receita líquida de cada Seção serão recolhidos a uma conta especial destinada a prêmios por estudos jurídicos, de onde serão levantados diretamente para entrega aos premiados, em seguida ao julgamento dos trabalhos inscritos nos termos de provimento especial do Conselho Federal (art. 18, inciso VIII letra "e").

§ 5º Feitas as deduções referidas nos parágrafos anteriores metade das anuidades recolhidas em cada Seção será destinada à Caixa de Assistência dos Advogados, onde as houver (art. 8º, letra "a", do Decreto-lei nº 4.563, de 11 de agosto de 1942).

§ 6º O Conselho Federal poderá, por votos de dois terços das delegações, alterar as percentagens referidas no § 3º.

Art. 142. É assegurado à Ordem o direito à ação executiva para cobrança das contribuições, taxas e multas a que estão sujeitos os inscritos nos seus quadros.

Art. 143. O pagamento da contribuição anual à Ordem exclui os inscritos nos seus quadros de incidência obrigatória do imposto sindical.

Art. 144. Os atos da Ordem salvo quando secretos, serão publicados no jornal oficial da sede do Conselho respectivo ou, na falta de imprensa por editais afixados à porta do Fórum.

Art. 145. Nenhum órgão da Ordem discutirá nem se pronunciará sobre assuntos de natureza pessoal, política ou religiosa ou estranhos, de qualquer modo, aos interesses da classe dos advogados.

Art. 146. O Instituto dos Advogados Brasileiros e as instituições a ele filiadas têm qualidade para promover perante a Ordem dos Advogados do Brasil, o que julgarem do interesse dos advogados em geral, ou de qualquer dos seus membros.

Art. 147. O cargo de membro dos Conselhos Federal e Seccionais, das Diretorias e Subseções, é de exercício obrigatório e gratuito considerado serviço público relevante.

Parágrafo único. Será considerado como de serviço público, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o

tempo exercido em qualquer cargo dos Conselhos e das Diretorias da Ordem, vedada, porém, a contagem cumulativa do tempo de exercício em outro cargo público.

Art. 148. Aplica-se aos funcionários da Ordem dos Advogados do Brasil o regime legal do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e leis complementares.

CAPÍTULO II

Disposições Transitórias

Art. 149. VETADO.

Art. 150. É ressalvado aos advogados não diplomados inscritos no atual quadro B da Ordem dos Advogados do Brasil, por força do regime constitucional de liberdade de profissão, o direito ao exercício da advocacia em igualdade de condições com os advogados diplomados.

Art. 151. Durante três anos a partir da vigência desta lei, serão facultativos os requisitos do estágio profissional e do Exame de Ordem para efeito de inscrição no quadro dos advogados.

Parágrafo único. Nos dois primeiros anos desse prazo será permitida, em caráter excepcional, a inscrição na Ordem, como Solicitador Acadêmico, aos que comprovarem estar matriculados na 4ª ou 5ª séries das Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas por lei.

Art. 152. As sociedades de advogados existentes no País têm o prazo de noventa dias, a partir da vi-

gência desta lei, para se adaptarem às suas exigências, submetendo a registro os seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos e suas alterações (arts. 78 e 81).

Art. 153. Enquanto o Tribunal de Justiça do Distrito Federal tiver jurisdição sobre territórios federais, caberá ao Conselho da Seção do Distrito Federal a competência referida no art. 28, inciso II, desta lei, relativamente ao ingresso na magistratura vitalícia dos mesmos territórios.

Art. 154. O Conselho Seccional do Estado de que foi demembrado o Território tem jurisdição sobre este, enquanto nele não se instalar a Seção da Ordem.

Art. 155. Fica extinto o quadro de solicitadores ressalvado o direito dos que exerciam profissão, sem limite de tempo.

Art. 156. Entende-se prorrogado o mandato dos membros dos Conselhos e das Diretorias da Ordem dos Advogados do Brasil até a posse dos que forem eleitos na conformidade desta lei.

Art. 157. Esta lei entra em vigor em todo o Território Nacional 30 (trinta) dias depois de publicada.

Art. 158. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

João Mangabeira

LEI Nº 4.215 — DE 27 DE ABRIL DE 1963

Parte retada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.215, de 27.4.63 (que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogados).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963:

“Artigo 149. É ressalvado, aos atuais inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, o direito ao exercício da profissão, nos termos da inscrição em vigor”.

Brasília, 7 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João GOULART

LEI Nº 4.216 — DE 6 DE
MAIO DE 1963

Estabelece a pensão vitalícia aos beneficiários do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).

(Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica facultado às pessoas jurídicas e de capital com por cento nacional efetuarem a dedução até cinqüenta por cento, nas declarações do imposto de renda de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SPVEA, de interesse para o desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco de Crédito da Amazônia, fazendo-se o recolhimento em conta especial com visto da Divisão do Imposto de Renda ou suas Delegacias nos Estados, e aí ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º A SPVEA aprovará a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida e uma vez aprovados os mesmos, autorizará a sua liberação, que se fará parceladamente, à proporção das necessidades da inversão.

§ 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três (3) anos, a partir da retenção do imposto de renda. Escoado este prazo, a importância retida se incorporará à renda da União.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 6 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO Goulart

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.217 — DE 8 DE
MAIO DE 1963

Concede pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 a Otília Barreto Trindade, viúva de Indalécio Trindade.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Otília Barreto Trindade, viúva de Indalécio Trindade, ex-servidor público federal.

Parágrafo único. A beneficiária a quem se refere o presente artigo não poderá receber outros proventos dos cofres públicos federais.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO Goulart

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.218 — DE 8 DE
MAIO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Hercília Carpes de Medeiros, viúva de Olavo Cassiano de Medeiros.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a pensão de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais a Hercília Carpes de Medeiros, viúva de Olavo Cassiano de Medeiros, ex-funcionário público federal, Professor da Escola Técnica de Curitiba, do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. A beneficiária a quem se refere este artigo não poderá

receber outros proventos dos cofres públicos federais.

Art. 2º O pagamento da pensão, de que trata esta lei, correrá por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.219 — DE 8 DE
MAIO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Uberaba S.A., no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença número DG-58-1382 -- 4.23, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, a ser importado pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A.

Art. 2º A isenção concedida não compreende a taxa de despacho aduaneiro, nem o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.220 — DE 8 DE
MAIO DE 1963

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 a Adalgisa Leal Braga, irmã inválida do funcionário Jorge Leal Braga.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Adalgisa Leal Braga, irmã inválida do funcionário do ex-into Conselho Nacional do Trabalho Jorge Leal Braga, falecido em 1940, a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), cujo pagamento correrá à conta de verba orçamentária destinada aos pensionistas da Fazenda.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.221 — DE 8 DE MAIO DE 1963

Altera dispositivos do Código Brasileiro do Ar

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 91 e seus parágrafos, a alínea *a* do art. 102, o art. 115 e a alínea *b* do art. 124 do Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1938, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 91. No transporte de passageiros, salvo acordo expresso em contrário que não reduza, limita-se a responsabilidade do transportador à importância equivalente por pessoa, a 150 (cento e cinquenta) vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no país, respeitado o valor máximo da indenização constante de convênios internacionais ratificados pelo Brasil.

§ 1º No transporte de mercadorias ou bagagens despachadas, salvo convenção das partes, limita-se a responsabilidade do trans-

portador à quantia de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por quilograma

§ 2º Quanto aos pequenos objetos que o viajante conservar sob sua guarda, a responsabilidade do transportador não excederá de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) por viajante, e será devida mediante declaração deste não impugnada pelo transportador.

"Art. 102. A responsabilidade solidária limitar-se-á, para cada acidente:

a) no caso de lesão corpórea, ou morte, à importância máxima equivalente à apurada de acordo com o critério de responsabilidade do transportador definido nesta lei".

"Art. 115. O proprietário ou expedidor responde, perante seus tripulantes e demais empregados que viajem a serviço, ou perante os respectivos beneficiários nos mesmos casos, segundo o mesmo critério e sob o mesmo regime de garantias estabelecidas com relação aos passageiros, por uma indenização de valor igual à que lhes seria devida como passageiro deduzido o valor da indenização que receberam ou que teriam direito a receber, pela legislação de acidentes no trabalho

"Art. 124. A indenização será calculada sobre as seguintes bases:

b) o valor da coisa que fôr salva, ou de pessoa, esta até o máximo da importância equivalente à responsabilidade do transportador que esta lei prescreve".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília (DF) 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

LEI Nº 4.222 — DE 8 DE
MAIO DE 1963

*Concede a pensão especial de
Cr\$ 3.750,00 mensais a família de
Domingos Luiz Rotti, servidor do
Arsenal de Marinha do Rio de Ja-
neiro, do Ministério da Marinha fa-
lecido em consequência de doença
profissional.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, a partir de dezembro de 1956, aos beneficiários legais do ex-Mestre, referência 23 da Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, Do-

mingos Luiz Rotti, falecido em 10 de dezembro de 1956, em consequência de doença profissional (tuberculose pulmonar), adquirida em serviço a pensão especial de Cr\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) mensais.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Thiago Dantas

**LEI Nº 4.223 — DE 10 DE
MAIO DE 1963**

Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da 3ª Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron situado, no perímetro da referida Base.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o terreno de patrimônio da União, com área de 532 al m2 (quinhentos e trinta e dois metros e cinquenta e um decímetros quadrados), no valor de Cr\$ 186.40 (oitenta e oito e seis cruzeiros e quarenta centavos), situado em Canoas, Município do mesmo nome, no Estado do Rio Grande do Sul e desmembrado da Base Aérea local pela retificação do Arco Aracá, conforme planta constante no processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o nº 282.719 de 1943, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron com a área de 584 al m2 (quinhentos e oitenta e quatro metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), do mesmo valor, encravado no perímetro da referida Base e constante da mesma planta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 10 de maio de 1963;
142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Reynaldo de Carvalho Filho

San Tiago Dantas

**LEI Nº 4.224 DE 10 DE
MAIO DE 1963**

Isenta do imposto de importação e consumo, equipamento a ser importado pela firma Rupturita S.A. Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e consumo para

o equipamento constante da licença de importação de nº DG-59/1.479-1.587, emitida pela Carteira de Comércio Exterior a ser importado pela firma Rupturita S.A. Explosivos e destinado à produção de nitroglicerina.

Art. 2º A isenção não abrange as Taxas de Despacho Aduaneiro, Renovação da Marinha Mercante e Melhoramentos dos Portos.

Art. 3º O favor concedido não se estende ao material com similar nacional.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 10 de maio de 1963;
142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

**LEI Nº 4.225 — DE 10 DE
MAIO DE 1963**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 42.627, de 13 de novembro de 1957.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a regularizar a despesa efetuada pelo Ministério da Fazenda, com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 42.627, de 13 de novembro de 1957.

Art. 2º O crédito em apreço fica automaticamente distribuído ao Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 10 de maio de 1963;
142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Pedro Paulo de Araújo Suzano

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.226 — DE 23 DE MAIO DE 1963

Denomine "Hospital Professor Edgard Santos o atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia, que funciona anexo a sua Faculdade de Medicina, passara a denominar-se "Hospital Professor Edgard Santos".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Theotônio Monteiro de Barros Filho

LEI Nº 4.227 — DE 23 DE MAIO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para o equipamento constante da licença nº DG-60/1.134 — 1.426, expedida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional, nem a taxa de despacho aduaneiro.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.228 — DE 31 DE MAIO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) destinado a atender as despesas do IV Congresso Latino Americano de Psicanálise.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas do IV Congresso Latino Americano de Psicanálise realizado na segunda quinzena do mês de agosto de 1962, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.
Brasília (DF), 31 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da Re-
pública.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

Paulo Pinheiro Chagas

LEI Nº 4.229 — DE 1º DE JUNHO DE 1963

*Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
em autarquia e dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

CAPÍTULO I

Da natureza, sede e foro

Art. 1º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, fica constituído em
entidade autárquica, administrativa e técnica, com sede e foro na Capital
da República, regendo-se pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Enquanto não se efetivar a transferência da sua Ad-
ministração Central, o DNOCS terá a sua sede provisória em Fortaleza—
Estado do Ceará.

CAPÍTULO II

Das atribuições

Art. 2º Ao DNOCS compete, na área compreendida dentro do Polígono
das Secas:

a) executar obras e serviços destinados a prevenir e atenuar os efeitos
das secas;

b) orientar, superintender, planejar, estudar, projetar, executar, fisca-
lizar e controlar empreendimentos ou assuntos relativos a construção, ope-
ração, exploração e modificação de obras de hidráulica, aproveitamento
dos recursos d'água, compreendendo, fundamentalmente, irrigação, perfu-
ração de poços, utilização de águas subterrâneas e açudagem;

c) colaborar na organização, revisão e execução do plano de emer-
gência elaborado pela SUDENE a fim de atender à situação de calamidade
pública decorrente da seca, na conformidade da legislação vigente;

d) realizar trabalhos de natureza técnica, por administração direta,
contratos ou convênios, para recuperação e defesa florestal, desenvolvimen-
to da piscicultura, cultura agrícola e pastoril;

e) realizar, em colaboração com outros órgãos federais, estudos, aere-
fotogramétricos, geológicos, hidrográficos, hidroclógicos e outros do plano
de obras e estudos do DNOCS;

f) promover, com o objetivo de complementar e executar os seus planos
regionais ou locais a realização de serviços e obras de açudagem, aguadas,
irrigação, poços, eletrificação e outros que interessem ao problema das
secas ou à economia regional, em regime de cooperação com entidades
públicas ou privadas;

g) prestar assistência técnica aos Estados e Municípios dentro das suas
atribuições colaborando, também com órgãos federais, estaduais e muni-
cipais para a elevação do nível sanitário e educacional das populações rurais,
predispõdo-as à melhor utilização das possibilidades do meio;

h) colaborar e coordenar-se com os órgãos da Administração Pública
Federal para solução de problemas relacionados com os de suas atribuições
específicas;

i) promover a desapropriação por necessidade e utilidade pública ou social dos bens necessários à consecução de suas finalidades;

j) examinar e opinar sobre projetos, serviços e obras a cargo de outros órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou de iniciativa privada cuja execução interfira com as suas atividades;

k) proceder ao levantamento cadastral das propriedades beneficiadas ou a beneficiar pela execução dos serviços ou obras a seu cargo visando a cobrança de contribuição de melhoria e de taxas pelos serviços prestados;

l) promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais e internacionais sobre assuntos de interesse da autarquia, bem como os de obras contra secas que se realizem no País e propor a sua representação nos congressos realizados no estrangeiro;

m) cooperar com a SUDENE nas investigações de natureza econômica e social;

n) realizar, para fins de divulgação, estatísticas, filmes, estudos e observações diretas, em que se registre a influência de sua obra no quadro geo-econômico do polígono das secas;

o) promover patrocinar e auxiliar estágios de seu pessoal no estrangeiro ou no território nacional, podendo manter cursos de especialização e aperfeiçoamento em seus problemas e atividades;

p) exercer todas as demais atividades compreendidas no âmbito de suas finalidades;

q) realizar atividades, convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas e manter serviços permanentes de conservação das obras realizadas;

r) cooperar com os órgãos públicos especializados na colonização de áreas que possam observar as condições demográficas inclusive em terras situadas nas bacias dos açudes públicos;

s) propor a organização, fusão ou incorporação de sociedades de economia mista e cooperativas destinadas à exploração de serviços e obras a seu cargo;

t) complementar os sistemas principais das bacias hidrográficas do Polígono das Secas.

CAPÍTULO III

Da organização

Art. 3º A organização básica do DNOCS passa a ser a seguinte:

I — Órgão deliberativo

a) Conselho Deliberativo (C. R.);

II — Órgãos Executivos:

a) Diretoria-Geral (D. G.);

b) Diretorias (D.);

c) Divisões (Di);

d) Serviços (S);

e) Distritos (dis);

f) Comissões (Cm).

Art. 4º A estrutura do DNOCS será fixada em regime a ser aprovado por decreto do Poder Executivo.

Seção I

Do Conselho Deliberativo (C. D.)

Art. 5º O Conselho Deliberativo será composto dos seguintes membros:

a) O Diretor-Geral do DNOCS;

b) um representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

c) um representante do Ministério da Fazenda;

d) um representante da SUDENE;

e) um representante do Ministério das Minas e Energia;

f) um representante do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

g) um representante do Ministério da Agricultura.

Art. 6º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministério da Viação e Obras Públicas, por proposta dos órgãos ou entidades representadas, e terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º Os membros mencionados nos itens "b", "c" e "d" terão, no primeiro Conselho, mandato de dois anos, e os referidos nos itens "e", "f" e "g" de três anos.

§ 2º Os membros do Conselho permanecerão em exercício até a data da publicação no "Diário Oficial" de ato de nomeação dos respectivos substitutos.

§ 3º Os membros do Conselho Deliberativo poderão ser substituídos antes do término dos seus mandatos.

Art. 7º Ao Conselho Deliberativo compete:

a) aprovar as tabelas de preços unitários ou globais para adjudicação de serviços ou obras a cargo do DNOCS, homologando as concorrências públicas;

b) deliberar sobre os regimes de adjudicação de serviços ou obras e suas formas de execução;

c) aprovar os contratos — padrão de adjudicação de fornecimento de material ou prestação de serviços e execução de obras;

d) aprovar os convênios — padrão com os Estados e Municípios para realização de serviços e obras;

e) determinar e aprovar o valor de indenizações superiores a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para liquidação de desapropriações necessárias à execução e aproveitamento dos serviços ou obras;

f) aprovar a aquisição e alienação de imóveis;

g) deliberar sobre doações aos DNOCS, com ou sem encargos;

h) dirimir as dúvidas de interpretação, opinando, inclusive, sobre as omissões desta lei;

i) aprovar o regimento interno do Conselho;

j) aprovar as operações de crédito e de financiamento para custeio de estudos, serviços e obras;

l) opinar sobre anteprojeto de leis e regulamentos referentes às atividades do DNOCS;

m) apreciar os relatórios apresentados, trimestralmente, pelo Diretor-Geral, sobre a execução das obras e serviços de emergência de seca a cargo do DNOCS;

n) emitir parecer sobre o relatório anual das atividades dos órgãos executivos, balanços e a prestação de contas do Diretor-Geral, antes de seu encaminhamento ao Ministério da Viação e Obras Públicas e Tribunal de Contas da União, respectivamente;

o) aprovar a indicação dos representantes do DNOCS nas assembleias gerais e órgãos fiscais ou de direção das sociedades de economia mista das quais participe;

p) (VETADO);

....q) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor-Geral;

§ 1º O Conselho Deliberativo deliberará, por maioria de votos, sob a presidência de um dos seus membros, escolhido na forma estabelecida no seu regimento interno;

§ 2º O Conselho poderá funcionar com a presença mínima de 5 (cinco) dos seus membros e as suas deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

§ 3º As deliberações referidas nas alíneas i, m, o e q deste artigo serão tomadas, no mínimo por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo.

§ 4º O Diretor-Geral do DNOCS não poderá votar quando estiverem em discussão a prestação de contas anual, o relatório das atividades dos órgãos executivos ou atos praticados por ele na direção da autarquia.

§ 5º Das deliberações do Conselho caberá recurso ao Ministro de Estado.

Art. 8º O Conselho Deliberativo reunir-se-á uma vez por mês, podendo ser convocada reunião extraordinária, a pedido do Diretor-Geral do DNOCS, quando a urgência e a natureza dos assuntos o exigirem.

Art. 9º Aos membros do conselho serão pagas gratificações de presença por sessão de comparecimento, as quais serão fixadas pelo Poder Executivo e constarão do orçamento do DNOCS, em rubrica própria.

Seção II

Da Diretoria-Geral

Art. 10. A Diretoria-Geral será exercida pelo Diretor-Geral, Engenheiro civil, nomeado em comissão pelo Presidente da República, ao qual ficarão subordinados os demais órgãos executivos componentes da estrutura da autarquia.

Art. 11. Ao Diretor-Geral compete:

- a) dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços da autarquia;
- b) submeter ao Conselho Deliberativo as matérias da competência deste;
- c) representar o DNOCS ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por intermédio dos procuradores ou delegados expressamente designados;
- d) movimentar as contas, ordenar pagamentos e autorizar supimentos ou adiantamentos regularmente processados, de acordo com a legislação vigente;
- e) aprovar os processos de licitação para adjudicação de fornecimento de material ou prestação de serviços e execução de obras submetendo à homologação do Conselho Deliberativo as concorrências públicas;
- f) aprovar projetos e orçamentos de obras em cooperação com entidades públicas ou privadas;
- g) autorizar a liquidação de desapropriação processada administrativamente até Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);
- h) indicar ao Conselho Deliberativo os representantes do DNOCS nas assembleias gerais e nos órgãos fiscais e de direção das sociedades de economia mista, das quais a autarquia participe;
- i) apresentar ao Conselho Deliberativo propostas de regulamento, regimento, instruções e anteprojetos de leis, relativos às atividades do ... DNOCS;
- j) elaborar o quadro de pessoal com base na Sistema de Classificação de Cargos aprovado pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, submetendo-o ao Conselho Deliberativo para exame e encaminhamento ao Ministro da Viação e Obras Públicas, a fim de que seja aprovado por decreto do Poder Executivo;
- k) prover os cargos do quadro da autarquia e declarar sua vacância, bem como praticar os demais atos relativos ao pessoal, inclusive instaurar processos administrativos, aplicar penalidades e decretar prisão administrativa;
- l) admitir pessoal, a título precário, na forma da legislação trabalhista vigente, observadas as disposições legais aplicáveis a espécie, distribuí-los pelos órgãos de serviço e dispensá-los;
- m) elaborar e submeter à homologação do Ministério da Viação e Obras Públicas depois de aprovados pelo Conselho Deliberativo, a programação dos trabalhos e o orçamento da autarquia, bem como o relatório anual das atividades dos órgãos executivos;
- n) delegar atribuições a auxiliares de sua confiança para realizar atos previstos neste artigo de acordo com a legislação vigente.
- o) atribuir aos servidores do DNOCS, conforme a necessidade e a natureza do serviço, gratificações especiais, autorizadas previamente pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

CAPÍTULO IV

Fundo Nacional de Obras Contra as Secas

Art. 12. É criado o Fundo Nacional de Obras Contra as Secas ... (FUNOCS), destinado a custear os serviços e obras atribuídos ao DNOCS nesta lei.

Art. 13. Constituem receita do FUNOCS:

- a) 2% (dois por cento) da renda tributária da União Federal, destacados da parcela prevista no art. 198 da Constituição Federal;
- b) contribuição de melhoria correspondente à valorização de imóveis, em consequência de serviços ou obras executados pelo DNOCS, nos termos desta lei;
- c) valores correspondentes à prestação de serviço de irrigação, executados ou administrados pelo DNOCS;
- d) juros, lucros e quaisquer receitas dos recursos de que tratam as alíneas anteriores, inclusive o produto da venda de energia, água, peixe e outras rendas decorrentes da construção ou administração de açudes públicos pelo DNOCS;

Art. 14. As dotações orçamentárias ou não, destinadas ao DNOCS considerar-se-ão, automaticamente, registradas pelo Tribunal de Contas da União e distribuídas ao Tesouro Nacional, que as contabilizará como despesas efetivadas, colocando-as no Banco do Brasil S. A. em conta especial, sob a denominação de Fundo Nacional de Obras Contra as Secas, à ordem e disposição do DNOCS.

Art. 15. A contribuição de melhoria, referida na alínea b do art. 13 corresponderá à valorização do metro quadrado de cada imóvel urbano e do hectare de propriedade rural, beneficiados pelos serviços ou obras realizados pelo DNOCS e será calculada em função do custo global do serviço ou obra, não podendo exceder a esse custo.

§ 1º O DNOCS efetuará o cálculo da contribuição e notificará o proprietário do imóvel beneficiado sobre os respectivos valores unitário e global, mencionando, na notificação, a forma de recolhimento e os períodos correspondentes.

§ 2º O proprietário do imóvel, devedor da contribuição, poderá recorrer ao Ministro da Viação e Obras Públicas, dos valores fixados pelo DNOCS, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação referida no parágrafo anterior, cabendo ao Ministro decidir do recurso, à vista do prévio parecer de comissão de 3 (três) técnicos especializados em avaliação de imóveis por ele designada no ato do recebimento do recurso.

§ 3º Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo fixado para recolhimento da contribuição, sem que tenha havido interposição de recurso, ou 30 (trinta) dias da decisão do Ministro da Viação e Obras Públicas, em recurso interposto, o DNOCS notificará o proprietário do imóvel dando-lhe prazo certo e improrrogável para o recolhimento sob pena de cobrança executiva, a qual, será promovida se essa notificação for desatendida.

§ 4º A contribuição somente será cobrada pelo DNOCS após a conclusão total e a inauguração oficial do serviço ou obra que a motive e o pagamento será efetuado em parcelas semestrais até 10 (dez) anos da data da conclusão do serviço ou obra.

§ 5º A contribuição de melhoria será imediatamente recolhida ao Banco do Brasil S. A., na conta especial referida no art. 14 desta lei e inscriturada na receita do FUNOCS.

§ 6º O zoneamento das obras atingidas pela contribuição e o critério de valorização das propriedades incluídas ou zoneamento serão fixados na regulamentação desta lei.

Art. 16. Os serviços de irrigação serão cobrados pelo DNOCS aos respectivos proprietários ou beneficiários por metro cúbico de água fornecida e em função do custo operacional e das obras necessárias à prestação de

tais serviços, acrescidos de uma percentagem a título de despesas de administração.

Parágrafo único. As quantias arrecadadas serão recolhidas e escrituradas na forma do disposto no § 5º do art. 15 desta lei.

CAPÍTULO V

Receita, Contabilidade e Patrimônio

Art. 17. Constituem fontes de receita do DNOCS:

- a) o Fundo Nacional de Obras Contra as Secas;
- b) as dotações orçamentárias ou créditos especiais que lhe sejam atribuídos;
- c) o produto de operações de crédito;
- d) o produto de juros de depósitos bancários;
- e) as taxas ou rendas de serviços prestados;
- f) o produto de arrendamento dos bens patrimoniais do DNOCS, ou de bens do domínio público sob sua administração;
- g) o produto de multas ou emolumentos devidos ao DNOCS;
- h) as rendas eventuais;
- i) os auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou de particulares;
- j) a parcela que lhe couber do resultado líquido das sociedades de economia mista das quais participe.

Art. 18. Os recursos provenientes de auxílios orçamentários ou de subvenções da União serão entregues ao DNOCS pelo Tesouro Nacional, incorporando-se ao seu patrimônio, podendo os saldos terem aplicação nos exercícios subsequentes, independente de prestação de contas ao Tesouro Nacional.

Art. 19. O DNOCS terá serviço completo de contabilidade de todo o seu movimento financeiro, orçamentário e patrimonial.

§ 1º A escrituração patrimonial compreenderá os registros analíticos de todos os haveres e compromissos.

Art. 20. É criada junto ao DNOCS, uma Delegação do Tribunal de Contas.

Art. 21. Os balanços anuais do DNOCS, serão encaminhados, através do Ministério da Viação e Obras Públicas à Contadoria-Geral da República até 31 (trinta e um) de março do ano subsequente, acompanhados de parecer do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. Até o dia 30 (trinta) de junho de cada ano serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União, através da Delegação a que se refere o artigo anterior, as prestações de contas correspondentes à gestão administrativa dos responsáveis pelos bens e valores no transcurso do exercício anterior.

Art. 22. O patrimônio da autarquia será constituído de haveres, bens e papéis do arquivo da repartição atual assim como de outros bens regularmente adquiridos.

CAPÍTULO VI

Do Pessoal

Art. 22. O DNOCS terá sistema de classificação de cargos e de remuneração próprios, aprovados por decreto do Poder Executivo.

§ 1º No sistema de classificação serão previstas todas as atividades permanentes necessárias à execução dos serviços do DNOCS, atendidas as peculiaridades de sua administração de pessoal.

§ 2º O sistema de remuneração será elaborado tendo em vista o valor das respectivas atividades no mercado de trabalho não podendo haver retribuição inferior ao salário-mínimo regional.

Art. 24. O DNOCS terá quadro próprio de funcionários aprovado pela autoridade competente, não podendo a despesa correspondente exceder a 8% (oito por cento) da receita do DNOCS.

§ 1º Além do quadro a que se refere este artigo, poderão ser admitidos:

- a) pessoal temporário;
- b) pessoal de obras;
- c) pessoal especializado.

§ 2º O salário desse pessoal será fixado tendo em vista os princípios enunciados no § 2º do artigo anterior.

§ 3º O salário do pessoal temporário e o de obras não poderá ser superior ao vencimento do cargo de atribuições correspondente do quadro próprio do DNOCS.

§ 4º O salário do pessoal especializado será fixado tendo em vista o seu grau de especialização e a maior ou menor carência do mercado de trabalho, não ficando sujeito ao limite estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 25. Os direitos e vantagens e o regime disciplinar dos funcionários do DNOCS, assim como o processo administrativo e sua revisão são os estabelecidos na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e demais leis e regulamentos em vigor par aos funcionários públicos civis da União.

Art. 26. As despesas com os funcionários do Ministério da Viação e Obras Públicas lotados no DNOCS até a data da publicação desta lei correrão por conta de dotação consignada ao DNOCS no Orçamento da União, não estando tais despesas incluídas na limitação prevista no artigo 24 desta lei.

Art. 27. O DNOCS poderá requisitar funcionários de outras entidades públicas federais, para prestação de serviço.

§ 1º A requisição que se refere este artigo não acarretará, para o requisitado, perda de vencimentos ou vantagens e o prazo de afastamento será considerado, para todos os efeitos, como de efetivo exercício.

§ 2º No caso de requisição para o exercício de cargo em comissão, o requisitado, durante o afastamento, perderá o respectivo vencimento ou remuneração, salvo opção.

Art. 28. Todos os cargos de direção e chefia do DNOCS, à exceção do de Diretor-Geral, só poderão ser ocupados por servidores da autarquia ou funcionários do Ministério da Viação e Obras Públicas lotados no DNOCS.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 29. Os agentes do DNOCS podem penetrar nas propriedades públicas ou particulares para realizar estudos e levantamentos necessários à elaboração dos projetos de serviços ou obras a cargo da autarquia, mediante prévio aviso ao proprietário, responsável ou preposto.

§ 1º O aviso prévio a que se refere este artigo deverá ser feito, sempre por escrito, assinado por autoridade competente para dirigi-lo, nos termos do regulamento do DNOCS, e indicará, com precisão, o objetivo aos estudos e levantamentos a serem realizados na propriedade, as áreas e locais desta em que os agentes da autarquia necessitarão operar e o tempo de duração dos trabalhos dentro da propriedade.

§ 2º Ocorrendo danos à propriedade, fica assegurado ao proprietário direito a indenização.

Art. 30. Nas desapropriações que forem promovidas pelo DNOCS excluem-se das indenizações as valorizações decorrentes de obras projetadas ou realizadas pelo DNOCS, bem como de loteamentos registrados, ou de modificações feitas com o fim de obter indenizações mais elevadas.

Art. 31. Ao Departamento serão extensivos a imunidade tributária impenhorabilidade de bens, rendas ou serviços e os privilégios de que goza a Fazenda Pública, inclusive o uso de ações especiais, prazo de prescrição e regime de custas correndo os processos de seu interesse perante o Juiz de Feitos da Fazenda Pública, sob o patrocínio dos procuradores da autarquia.

Paragrafo único. As isenções tributárias referidas neste artigo compreendem quaisquer taxas, sobretaxas ou emolumentos cobrados pelas entidades concessionárias de serviços públicos federais.

Art. 32. Nas sociedades de economia mista que vierem a ser constituídas, na forma e com a finalidade previstas nesta lei, a União contará necessariamente, com no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações de capital com direito a voto.

Art. 33. Ao representante do DNOCS, nos atos constitutivos das referidas sociedades de economia mista, caberá elaborar o projeto de estatuto das mesmas.

Art. 34. Aos empregados das aludidas sociedades aplicar-se-ão os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 35. Os dirigentes dos órgãos executivos do DNOCS reunir-se-ão, coordenar suas atividades, promover o reito geral dos trabalhos a seu cargo e adotar medidas de interesse da administração executiva do DNOCS.

§ 1º Os Inspetores e Chefes de Distritos poderão ser dispensados de comparecer às reuniões, a critério do Diretor-Geral.

§ 2º Anualmente, haverá uma convenção dos dirigentes dos órgãos executivos, sendo obrigatório o comparecimento de todos.

Art. 36. O DNOCS poderá consignar até 1% (um por cento) do seu orçamento para atender as despesas com a realização de estudos e pesquisas indispensáveis à execução de suas atribuições, inclusive com a formação e treinamento do pessoal técnico, administrativo e auxiliar.

Art. 37. E' o DNOCS autorizado a realizar operações de crédito e de financiamento, dando como garantia parcelas do FUNOCS ou de outras fontes de sua receita.

Art. 38. Os depósitos bancários de qualquer quantia recebida ou guardada pelo DNOCS ou seus agentes serão obrigatoriamente efetuados em estabelecimento de crédito oficial vedado, sob pena de responsabilidade, qualquer depósito em estabelecimento bancário particular.

Art. 39. Continuam em vigor, no corrente exercício, com as mesmas destinações, as dotações orçamentárias e os créditos abertos a favor do DNOCS.

Art. 40. E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas crédito especial até o limite de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para custeio das despesas de instalação e andamento dos serviços e obras a cargo do DNOCS, cuja aplicação reger-se-á pelo disposto nesta lei e sua regulamentação.

Art. 41. Os recursos correspondentes à reserva especial de emergência e depositados em Caixa Especial, conforme o disposto no § 1º do artigo 198 da Constituição Federal, serão aplicados em serviços e obras constantes do Plano de Emergência de Sêca elaborado na forma da legislação vigente, cabendo ao DNOCS a preferência para a execução de tais obras e serviços.

Art. 42. Anualmente, para conhecimento do Congresso Nacional, será enviado, em anexo à Proposta Orçamentária do Poder Executivo, o Orçamento do DNOCS para o ano seguinte.

Art. 43. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei, serão baixados os seus regulamentos e o regimento do DNOCS.

§ 1º Até a regulamentação desta lei, as decisões do Conselho Deliberativo, na esfera de sua competência, e os atos do Ministro da Viação e Obras Públicas relativos ao cumprimento e interpretação desta lei, equivalerão, depois de publicados, à regulamentação.

§ 2º O regimento do DNOCS vigente à data da publicação desta lei vigorará até a aprovação do regimento referido neste artigo.

Art. 41. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 1º de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
San Tiago Dantas
Helio de Almeida

LEI Nº 4.230 — DE 1º DE JUNHO DE 1963

Concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxa alfandegarias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empre. de Melhoramentos de Andradina — EMA — Construtora S. A.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção de direitos aduaneiros, de adicional de 10% (dez por cento), imposto de consumo e mais taxas alfandegárias, exceto a de despacho aduaneiro, para os seguintes materiais:

a) equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, com sede na Cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, necessário à ampliação de mais 300 (trezentas) linhas em seu centro telefônico, da Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson, de Estocolmo, Suécia, no valor de SwKr. 76 800 (setenta e seis mil e oitocentas coroas suecas).

b) conjunto de um centro telefônico automático de 200 (duzentas) linhas, com pertences e acessórios, no valor de D.M. 66.360 00 (sessenta e seis mil e trezentos marcos), correspondentes a U.S. A.C.L. 15 785.00 (quinze mil setecentos e oitenta e cinco dólares de área de conversibilidade limitada) importados da Siemens & Halske Aktiengesellschaft, de Munique, Alemanha, pela Companhia Telefônica de Valinhos, com sede na Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo.

c) conjunto de um centro telefônico automático de 500 (quinhentas) linhas, com pertences e acessórios, no valor de Sw.Kr. 419.700 (quatrocentos e dezenove mil e setecentas coroas suecas), importados da Suécia pela firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, e consignados à Empresa de Melhoramentos de Andradina — EMA — Construtora S. A., com sede na Cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

Art. 2º A isenção abrangerá apenas as mercadorias a que se aplicar o disposto no art. 73 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e aplica-se a materiais desembaraçados sob termos de responsabilidade.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília (DF), 1º de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
San Tiago Dantas

LEI Nº 4.231 — DE 7 DE JUNHO DE 1963

Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a reforma, com as vantagens do art. 303 da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, do ex-soldado do Exército, Jorge Lado Cés, desde que prove, dentro de 6 (seis) meses, sua incapacidade física, na conformidade do disposto na Lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Amaury Kruehl

LEI Nº 4.232 — DE 7 DE JUNHO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto da taxa de despacho aduaneiro, para os materiais constantes das licenças de ns. DG 58/6538 — 6627 a DG 58-6547 — 6636, DG 58-3957 — 5815 e DG 59/3958 — 5816, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. dos certificados de cobertura cambial número 18-59/10422, 18-59/10423 e 18-59/11234, expedidos pelo Agência do Banco do Brasil S. A., em São Paulo, a serem importados pela Siderúrgica Barra Mansa S. A., de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas.

LEI Nº 4.233 — DE 13 DE JUNHO DE 1963

Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espirito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, e demais taxas aduaneiras, para os equipamentos industriais, máquinas, peças e acessórios, importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e destinados à instalação de centrais elétricas no mesmo Estado, e Espirito Santo Centrais Elétricas S. A. — Escelsa — Espirito Santo — para importação do material necessário à construção das usinas de seu sistema.

Art. 2º A isenção referida no artigo 1º, é estendida aos materiais já importado se cujo despacho alfandegário tenha sido concedido mediante a assinatura do termo de responsabilidade.

Parágrafo único. Aos materiais de que trata este artigo a isenção inclui as taxas alfandegárias e abrange as importações realizadas pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais Sociedade Anônima, e pelas subsidiárias, em que a mesma controle a maioria das ações com direito a voto, desde que destinadas à construção, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica de que sejam concessionárias por qualquer título.

Art. 3º As isenções aludidas nos artigos 1º e 2º e seu parágrafo único, somente se tornarão efetivas após a publicação no *Diário Oficial* da

União de Portaria expedida pelo Senhor Ministro da Fazenda, discriminando a qualidade, quantidade, valor e procedência dos bens isentos.

Art. 4º. As isenções de que tratam os artigos anteriores incluem a Taxa de Previdência Social para os despachos sujeitos à legislação anterior à Lei nº 3.244, de 1957, e abrange a Taxa de Despacho Aduaneiro para os despachos sujeitos à legislação em vigor.

Art. 5º. A isenção de que trata a presente lei não se estende aos materiais com similar nacional existentes à época dos respectivos despachos de importação.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOAO GOULART

San Tiago Dantas

LEI Nº 4.234 — DE 17 DE JUNHO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgiões nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgiões nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia, em julho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1963 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

Paulo Pinheiro Chagas

LEI Nº 4.234-A — DE 21 DE JUNHO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado a construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º É concedido o auxílio especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação para ser empregado na construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche, de sua propriedade, em Vila Anastácia, na Capital de São Paulo.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 3º A entidade beneficiária deverá prestar contas do auxílio de que trata esta lei dentro de dois anos após o respectivo pagamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de junho de 1963, 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.235 — DE 17 DE JUNHO DE 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

San Tiago Dantas

Theotônio Monteiro de Barros Filho

LEI Nº 4.235-A — DE 21 DE JUNHO DE 1963

Altera dispositivo do Decreto-lei número 9.218 de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º. A Fundação da Casa Popular instituída pelo Decreto-lei número 9.218, de 1º de maio de 1946, destinará, obrigatoriamente, metade dos seus recursos à aquisição ou construção de moradias em zonas rurais.

Art. 2º. Dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, o Ministe-

rio do Trabalho e Previdência Social regulamentará o disposto no art. 1º incluindo, entre as modalidades de ação da Fundação da Casa Popular, convênios com os proprietários rurais.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 21 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

(*) LEI Nº 4.235-B — DE 21 DE JUNHO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º E' concedido o auxílio especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) à Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Anunciação para ser empregado na construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche, de sua propriedade em Vila Anastácia, na Capital de São Paulo.

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior e o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 3º A entidade beneficiária deverá prestar contas do auxílio de que trata esta lei dentro de dois anos após o respectivo pagamento.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília em 21 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.236 — DE 24 DE JUNHO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo para os materiais constantes da relação anexa, importados em 1958 pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º O favor a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1963; 142º da Independência e 75 da República.

JOÃO GOULART

Carlos Alberto de Carvalho Pinto

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º DO PROJETO Nº 165, DE 1962

Número de Ordem	País de Origem	Fatura Comercial	Consulado	Vapor	Data da Descarga	Discriminação
1	Inglaterra	1.966	Londres	Lóide Peru	17.6.58	Motor completo com bomba injetora sem volante e triço o Aço.
2	Inglaterra	1.708	Londres	Lóide Canadra	27.5.58	Compressor de ar completo Aço.
3	Inglaterra	1.192	Londres	Brasil Star	7.4.58	Válvula de regulação Aço. Caixa de controle completa "Simus" aço.
4	Estados Unidos	14.468	Nova York ..	Mormacpenn ..	11.9.56	Virabrequim do motor GMC. Bloco dos cilindros do motor GMC. Antivibrador da turbina de ar do motor GMC. Bico do gicleur do pulverizador.
5	Inglaterra	1.965	Londres	Lóide Peru	17.6.58	Caixa de câmbio completa Aço.
6	Estados Unidos	14.926	Nova York ..	Lóide S. Domingos	8 e 9.7.58	Adaptador rosqueado da polia do alternador de corrente Twin Coach. Volante do motor Twin Coach.
7	Estados Unidos	14.344	Nova York ..	Lóide Colômbia	26.6.58	Disco da fricção Coach. Coluna caixa de direção GMC. Disco da fricção completa GMC.
8	Inglaterra	1.964	Londres	Lóide Peru	17.6.58	Eixo cardam Aço.
9	Estados Unidos	940	Nova York ..	Lóide Bolívia ..	2.2.58	Compressor de ar completo para bombas tipo CP-27. Válvula fluida para bonde UB-15-C-West.
10	Inglaterra	1.341	Londres	Lóide S. Domingos		Cinta de freio Aço.
11	Alemanha	15.419	Hamburgo ..	Cap. Vilano ...	27.1.58	Interruptor SH/1Z/1/5 Uerdingem. Induzido do dinamo. Armadura do dinamo. Relay de partida.
12	Alemanha	12.410	Hamburgo ..	Lóide Venezuela		Aparelho Magnatest.

LEI Nº 4.237 — DE 24 DE
JUNHO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a auxiliar a construção de um Panteon Militar, na Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), a fim de auxiliar a construção do Conjunto Monumental — "Panteon Militar" — Sanatório Nacional das Agulhas Negras, em terreno já destinado a esse fim e localizado no plano à esquerda do edificio da Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1963; 142º da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

*Carlos Alberto de Carvalho Pinto
Jair Ribeiro*

LEI Nº 4.238 — DE 26 DE
JUNHO DE 1963

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na rua São Joaquim, 329, na Capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos ter-

mos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica desincorporado do patrimônio da União o devolvido à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na rua São Joaquim, 2º, na Capital do Estado de São Paulo, conforme planta anexa do Decreto-lei Federal número 7.732, de 12 de julho de 1945.

Parágrafo único. A desincorporação de que trata este artigo não abrange as instalações e equipamentos do imóvel.

Art. 2º. A devolução do imóvel de que trata o artigo anterior fica subordinada à prévia e expressa aceitação de todas as seguintes condições por parte da beneficiada:

I — Renúncia de quaisquer reivindicações ou indenizações;

II — Devolução do imóvel em primeiro de janeiro de 1963, ficando o mesmo, até aquela data, cedido em comodato à União;

III — Recebimento do imóvel no estado em que ele se encontrar no termo final do comodato.

Parágrafo único. As condições estabelecidas neste artigo são resolutivas, de modo que se não aceitadas todas, a Sociedade Filarmônica "Lyra" continuará incorporado ao patrimônio da União o imóvel referido no artigo 1º.

Art. 3º. O serviço do patrimônio da União providenciará o que seja de sua competência para a execução desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as do Decreto-lei Federal nº 7.732, de 12 de julho de 1945.

Brasília, 26 de junho de 1963; 142º da Independência e 75ª da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.239

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.240 — DE 23 DE JUNHO DE 1963

Prorroga até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1956, e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorrogada até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1956, com as alterações posteriores e as constantes da presente lei.

Art. 2º É livre a estipulação de aluguel e demais encargos nas locações ajustadas após a publicação da presente lei.

Art. 3º No curso das locações, a que alude o artigo anterior, não poderá ser elevado o aluguel, a não ser nos seguintes casos:

I — Com expresso consentimento, por escrito, do locatário nos termos do que dispõe o art. 5º e respectivo parágrafo único, da Lei nº 3.912, de 3 de julho de 1961.

II — Mediante revisão judicial, conforme a lei estabelecer.

Art. 4º Os aluguéis dos prédios já locados, na data da presente lei, poderão ser majorados nas condições e proporções a seguir discriminadas:

— aluguéis dos prédios locados no período compreendido entre 31 de dezembro de 1962 e 31 de dezembro de 1961 — 10%.

II — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1961 e 31 de dezembro de 1959 — 30%.

III — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1959 e 31 de dezembro de 1957 — 50%.

IV — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1957 e 31 de dezembro de 1955 — 70%.

V — aluguéis dos prédios locados entre 31 de dezembro de 1955 e 31 de dezembro de 1950 — 100%.

VI — aluguéis dos prédios locados anteriormente a 31 de dezembro de 1950 — 200%.

Parágrafo único. Os percentuais de majoração previstos neste artigo serão deduzidos à metade, sempre que se tratar de imóvel com área construída e habitada inferior a 120 (cento e vinte) metros quadrados.

Art. 5º O aluguel de imóveis e alvarás não poderá exceder de 20% o preço da locação devenco e *quantum* respectivo consta do recibo.

Art. 6º Nas locações para fins residenciais, bem como naquelas para fins não residenciais, excluídas porém, do regime do Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, é permitido ao locador cobrar além do aluguel as taxas de luz e força, água (por pena ou hidrômetro) e saneamento as majorações de tributos que ocorrerem e as despesas com salários e gratificações de empregados para o serviço de limpeza e portaria do prédio, inclusive materiais para conservação do imóvel.

§ 1º É obrigatória a apresentação pelo locatário, dos comprovantes relativos às despesas cobradas na forma deste artigo.

§ 2º Os encargos previstos neste artigo, divididos em 12 (doze) quotas, deverão constar do recibo, sob pena de perder o locador o direito de haver o ressarcimento dessas quantias.

§ 3º No edifício de apartamentos, as despesas a que se refere este artigo serão proporcionalmente divididas entre os diversos locatários, bem como o locador, quando residir num dos apartamentos.

Art. 7º As viúvas e menores e os inválidos que não forem proprietários de mais de 2 (dois) cômodos poderão, por via de arbitramento judicial, obter a revisão dos respectivos alugueis.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas será sempre aplicada quando couber, às locações existentes em 30 de junho do corrente ano.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília 28 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

RANIERI MAZZILLI

Abelardo Jurema

APENSO

No «Apenso dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.177 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1962

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963

Retificação

4.12 — Ministério da Educação e Cultura.

Subvenções Ordinárias

Adendo A

14 — Minas Gerais	
Na página 305, 1ª coluna, onde se lê,	
Instituto dos Salesianos — Uberlândia	42 400
Instituto Educacional Euvaldo Lodi — Além Paraíba	200 000
Leia-se,	
Instituto dos Salesianos — Uberlândia	42 400
Instituto Educacional Euvaldo Lodi — Além Paraíba	2.200 000

LEI Nº 4.192 DE 24 DE DEZEMBRO
DE 1962

Retificação

Na pg. 347, na segunda coluna, na
Tabela nº 1, onde se lê:

Cargos de Carreira

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3ª Região disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826 de 23 de novembro, de 1960, e dá outras providências.

32 Auxiliar Judiciário	PJ-8
35 Auxiliar Judiciário	PJ-9
Leia-se:	
Vetado	Vetado
Vetado	Vetado
Vetado	Vetado
32 Auxiliar Judiciário	PJ-8
35 Auxiliar Judiciário	PJ-9

LEI Nº 4.203 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1963

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional do Projeto que se transformou na Lei nº 4.203, de 7 de fevereiro de 1963 (que altera o Anexo I da Lei nº 3.780), de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 3º da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei nº 4.203, de 7 de fevereiro de 1963:

“Art. 3º Os níveis de vencimentos-base da série de classe de Agente Postal, código CT-205, do Grupo Ocupacional-CT-200-Comunicações, da Lei nú-

mero 3.780, de 12 de julho de 1960 ficam alterados na forma do Anexo I desta lei

Parágrafo único. O preenchimento das classes A, B e C, far-se-á respeitando-se no enquadramento a função que atualmente vem exercendo o servidor postal".

"Art. 4º Os Agentes Postais nomeados após a vigência da Lei número 3.780 de 12 de julho de 1960, terão seu enquadramento na classe inicial, sujeitos, entretanto à prestação do concurso a que se refere a Lei número 4.054, de 2 de abril de 1962".

"Art. 5º Para o enquadramento previsto no art. 3º e a contar da data em que esta lei entrar em vigor terão os Diretores Regionais prazo de trinta dias para encaminhar à Diretoria-Geral do Pessoal do DCT a relação dos Agentes Postais e o citado órgão do Pessoal, sessenta dias, para promover o respectivo enquadramento".

ANEXO I

Carreira de Agente Postal do DCT da Lei nº 3.780, de 12-7-60

Grupo Ocupacional CT-200-Comunicações — Código CT-205

Código	Série de classe	Características da classe	Acesso
CT-205.16-C	Agente Postal ..	Orientação, revisão, inspeção e chefia de agência postal telegráfica.	Assessor Postal Telegráfico "A"
CT-205.14-B	Agente Postal ..	Execução, revisão, inspeção e chefia de agência superior à isolada.	—
CT-205.12-A	Agente Postal ..	Execução e chefia de agência isolada.	—

Obs. — Esta série de classes obedecerá ao enquadramento nos termos do art. 20, parágrafo I item II

Brasília, em 17 de maio de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV, de 1963, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABASTECIMENTOS

Altera disposições do Decreto número 47.491, de 24 de dezembro de 1959, que regula o abastecimento de trigo, estabelece normas para sua comercialização e industrialização e adota providências relacionadas com a defesa da produção nacional.

Decreto nº 52.100 — de 10 de junho de 1963.

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Aprova o regulamento da Lei número 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico.

Decreto nº 52.025 — de 20 de maio de 1963.

ACORDOS

Aprova o texto do Acôrdio de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo nº 8 — de 1963.

Aprova o Acôrdio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960.

Decreto Legislativo nº 10, de 1963.

Promulga o Acôrdio de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Decreto nº 51.951 — de 26 de abril de 1963.

Promulga o Acôrdio de Cooperação entre o Brasil e a Itália para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.

Decreto nº 52.021 — de 20 de maio de 1963.

Promulga o Acôrdio entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Decreto nº 52.140 — de 18 de junho de 1963.

ADVOGADOS

Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lei nº 4.215 — de 27 de abril de 1963.

AERONAUTAS

Modifica o Decreto nº 1.304, de 6 de agosto de 1962, que alterou disposições do Decreto nº 50.660, de 25 de maio de 1961.

Decreto nº 52.000 — de 14 de maio de 1963.

AERONÁUTICA

Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da 3ª Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron, situado, no perímetro da referida Base.

Lei nº 4.223 — de 10 de maio de 1963.

Designa as funções privativas dos diferentes postos e Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

Decreto nº 51.891 — de 8 de abril de 1963.

— Acresce o número 6 ao item XVI do artigo 2º do Decreto nº 51.724, de fevereiro de 1963, e estabelece medidas para a sua execução.

Decreto nº 51.915 — de 26 de abril de 1963.

— Altera redação de Artigo do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 51.996 — de 8 de maio de 1963.

— Estabelece a estruturação básica das Diretorias Gerais, dos Comandos de Zona Aérea, dos Comandos Aéreos e do Centro Técnico de Aeronáutica.

Decreto nº 52.040 — de 22 de maio de 1963.

AERONAVES

Promulga a Convenção sobre os danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras, firmada em Roma, a 7 de outubro de 1952.

Decreto nº 52.019 — de 20 de maio de 1963.

ÁGUA MARINHA

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar águas marinhas no município de Joazeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.913 — de 19 de dezembro de 1962.

ÁGUA MINERAL

Renova o Decreto nº 47.521, de 28 de dezembro de 1959.

Decreto nº 51.918-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raphael Juliano a lavar água mineral, no município de Coração de Maria, Estado da Bahia.

Decreto nº 51.935 — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Companhia Industrial e Comercial Paduana S. A. a lavar água mineral, no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.938-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Christovam Miguel Sanches a pesquisar água mineral no município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.950-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Mauricio Pedrosa Gondim a pesquisar água mineral no município de Atalaia, Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.954-A — de 28 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Archangelo Lorencini a pesquisar água mineral no município de Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 51.974 — de 26 de abril de 1963.

ALALG

Ver Associação Latino-Americana Livre Comércio.

ALGODÃO

Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do País da safra de 1963-64, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 52.152 — de 25 de junho de 1963.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

— BRASÍLIA

Cria o Grupo de Trabalho para fixar as modalidades e normas de alienação dos imóveis residenciais construídos em Brasília.

Decreto nº 51.910 — de 23 de abril de 1963.

— Altera a constituição do Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto número 51.910, de 23 de abril de 1963.

Decreto nº 51.936 — de 29 de abril de 1963.

AMAZÔNIA

Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).

Lei nº 4.216 — de 6 de maio de 1963.

— Autoriza o Ministro da Fazenda e o Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) a dar garantia do Tesouro Nacional a títulos de crédito relativos à aquisição, no exterior do País, de equipamentos e materiais destinados à ampliação do sistema gerador de energia elétrica da empresa Força e Luz do Pará S. A.

Decreto nº 51.992 — de 6 de maio de 1963.

— Aprova o Regulamento da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963.

Decreto nº 52.149 — de 24 de junho de 1963.

AMENDOIM

Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da safra, da seca, de 1962-63, constantes do Decreto nº 1.356, de 3 de setembro de 1962.

Decreto nº 52.153 — de 25 de junho de 1963.

AMETISTA

Autoriza o cidadão brasileiro Janusz Gerulewicz a pesquisar quartzo e ametista no município de Cavalcante, Estado de Goiás.

Decreto nº 1.687 — de 26 de novembro de 1962.

ANIDRITA

Autoriza a empresa de mineração Cia. Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipsita e calcário nos municípios de N. S. do Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.928-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Companhia Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipsita e calcário nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.968-A — de 26 de abril de 1963.

APATITA

Retifica o art. 1º do Decreto número 12.402, de 12 de maio de 1943.

Decreto nº 1.613 — de 22 de novembro de 1962.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a Empresa de Caolim Limitada a lavar areia quartzosa, na Restinga de Jacarepaguá, Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.935-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gheorghe Popescu a lavar areia quartzosa, no município de Peruibe, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.975 — de 26 de abril de 1963.

— Anula o Decreto nº 46.690, de 19 de agosto de 1959.

Decreto nº 52.046 — de 24 de maio de 1963.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Almiro de Lima Pedreira a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.631 — de 23 de novembro de 1962.

— Autoriza a S. A. Indústrias Votorantim a pesquisar argila no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.940 — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Clóvis Seripilliti a pesquisar bauxita e argila, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.946 — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Foad José Jorge a pesquisar argila no município de Iacanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.034 — de 21 de maio de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Paury a pesquisar argila e caulim no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.044 — de 24 de maio de 1963.

ARGILA REFRATÁRIA

Autoriza a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e lavrar argila refratária, no município de São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.737 — de 29 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Calil a pesquisar argila refratária no município de Suzano, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.919-A — de 29 de abril de 1963.

ARMADA

Altera o parágrafo terceiro do artigo 29 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 52.003 — de 14 de maio de 1963.

— *Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.*

ASSINATURAS E RUBRICAS

Dispõe sobre as assinaturas, firmas e rubricas, em documentos e processos.

Decreto nº 52.113 — de 17 de junho de 1963.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTERNACIONAL

Aprova o Regimento da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.869 — de 28 de março de 1963.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Promulga o Convênio Constitutivo da Associação Internacional de Desenvolvimento, concluído em Washington, a 26 de janeiro de 1960.

Decreto nº 52.138 — de 18 de junho de 1963.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 318, de 7 de dezembro de 1961, do Presidente do Conselho de Ministros, que cria uma Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Decreto nº 51.989 — de 6 de maio de 1963.

— *Institui, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (C. L. C.) e dá outras providências.*

Decreto nº 52.087 — de 31 de maio de 1963.

— *Dispõe sobre a categoria da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).*

Decreto nº 52.111 — de 17 de junho de 1963.

ATIVIDADES ESPECIAIS

Altera o Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961 que criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais e revoga o Decreto nº 477, de 5 de janeiro de 1962.

Decreto nº 52.129 — de 17 de junho de 1963.

AUTARQUIAS

Regulamenta a concessão do abono previsto no art. 18 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, na parte referente aos servidores civis.

Decreto nº 51.893 — de 8 de abril de 1963.

B**BANCO DE CRÉDITO DE AMAZÔNIA**

Aprova o Regulamento da Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963.

Decreto nº 52.149 — de 25 de junho de 1963.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 52.093 — de 4 de junho de 1963.

BAUXITA

Declara caduco o Decreto nº 23.531, de 13 de agosto de 1947.

Decreto nº 51.930-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Alumínio Minas Gerais S. A. a lavrar bauxita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais...*

Decreto nº 51.944 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Clóvis Scipilliti a pesquisar bauxita e argila, no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.946 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lydio de Souza Santos a pesquisar bauxita no município de Itamonte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.969 — de 26 de abril de 1963.

C

CAFÉ

Aprova o texto do Convênio Internacional do Café — 1962.

Decreto Legislativo nº 9, de 1963.

CAFEICULTURA

Dispõe sobre a Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (C. E. A. C.) e dá outras providências.

Decreto nº 51.996-A — de 10 de maio de 1963.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Cria Grupo de Trabalho para rever as normas de operações das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.

Decreto nº 51.883 — de 2 de abril de 1963.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Brasília, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.908 — de 19 de abril de 1963.

— *Altera o disposto no Decreto número 51.883, de 2 de abril de 1963.*

Decreto nº 52.013 — de 17 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, em favor da Caixa Econômica Federal de São Paulo, os imóveis que menciona.*

Decreto nº 52.075 — de 29 de maio de 1963.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Majela de Menezes a pesquisar calcário, no município de Marum, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.909-B — de 23 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abineres Moura Teles, a pesquisar calcário no município de Formosa, Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.924-B — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a empresa de mineração Companhia Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipita e calcário nos municípios de N. S. do Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto nº 51.928-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Corrêa Dias a pesquisar calcário, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 51.933-A — de 26 de abril de 1963.

— *Renova o Decreto nº 43.296, de 29 de junho de 1959.*

Decreto nº 51.934-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Hossri a pesquisar calcário no município de Guapiãna, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 51.945 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Paraíso a pesquisar calcário no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 51.949 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipsita e calcário, nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.*

Decreto n.º 51.968-A — de 26 de abril de 1963.

CAPITANIA DOS PORTOS

Ver: — *Ministério da Marinha.*

CARTEIRAS DE IDENTIDADE

Aprova a Convenção Concernente às Cartelas de Identidade Nacionais dos Marítimos, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958.

Decreto Legislativo n.º 6 — de 1963.

CASA DOS MUNICÍPIOS

Dispõe sobre o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pelo Decreto n.º 50.334, de 11 de março de 1961, diretamente subordinado à Presidência da República, à "Casa dos Municípios", e dá outras providências.

Decreto n.º 52.102 — de 11 de junho de 1963.

CASSITERITA

Renova o Decreto n.º 46.332, de 15 de setembro de 1959.

Decreto n.º 51.972-A — de 26 de abril de 1963.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro José do Amaral Gurgel a pesquisar caulim, no município de Diadema, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.638 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Niels Erik Hedeager, a pesquisar caulim, feldspato e quartzo, no município de Mairiporã, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 51.910-A — de 28 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alípio Gonçalves a pesquisar caulim, no município de Buenópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.939 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a lavar caulim, no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.943-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silva Guimarães a lavar mica, caulim e quartzo, no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.945-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elísio Pereira de Magalhães a lavar caulim, no município de Camassari, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 51.947 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Representações, Mineração Cidade do Aço Limitada a pesquisar caulim, no município de Itadrito — Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.959 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benito de Aguiar Costa, a lavar caulim, no município de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 51.967-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jaciro Fauri, a pesquisar argila e caulim, no município de Moji das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.044 — de 24 de maio de 1963.

CHUMBO

Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.782, de 3 de setembro de 1959.

Decreto n.º 2.175 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.776, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto n.º 2.176 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.780, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto n.º 2.177 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.781, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto n.º 2.178 — de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Alves Pereira a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata e fluorita, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.926-A — de 26 de abril de 1963.

— *Declara caduco o Decreto número 2.413, de 23 de fevereiro de 1933.*

Decreto n.º 51.955-A — de 26 de abril de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3.ª Região, disposições das Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 3.826, de 23 de novembro de 1960, e dá outras providências.

Lei n.º 4.192 — de 24 de dezembro de 1962.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei número 4.203, de 7 de fevereiro de 1963 (que altera o Anexo I, da Lei n.º 3.780), de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências.*

Lei n.º 4.203 — de 7 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.751 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro Domi Teresa Cristina e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.752 — de 22 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Piauí, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.765 — de 1.º de março de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Recife.*

Decreto n.º 51.766 — de 1.º de março de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.858 — de 21 de março de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede de Viação Cearense e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.865, de 23 de março de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 51.448 de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Rede Ferroviária do Nordeste e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.866, de 26 de março de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 51.907, de 19 de abril de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria.*

Decreto nº 51.909-A, de 26 de abril de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 51.913, de 25 de abril de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961 que aprovou o enquadramento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*

Decreto nº 51.921-B de 26 de abril de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.518, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Sampaio Correia e dá outras providências.*

Decreto nº 51.987, de 3 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.452, de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Mossoró-Souza e dá outras providências.*

Decreto nº 51.988, de 3 de maio de 1963.

— *Altera a redação do Decreto número 30.934, de 1º de outubro de 1951, na parte relativa ao Exército.*

Decreto nº 51.994, de 8 de maio de 1963.

— *Altera os Decretos nº 46.768, de 3 de setembro de 1959 e 48.733, de 4 de agosto de 1960.*

Decreto nº 52.004, de 14 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.670, de 17 de janeiro de 1963, que retificou o Decreto nº 51.358, de 24 novembro de 1961, que aprovou o enquadramento da Comissão de Marinha Mercante, altera o Quadro de Pessoal da mesma Comissão, reestruturado pelos Decretos ns. 49.371, de 23 de novembro de 1960 e 1.250, de 25 de junho de 1962 e dá outras providências.*

Decreto nº 52.010, de 16 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.*

Decreto nº 52.011, de 16 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.014, de 17 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.544, de 31 de agosto de 1962, que aprovou o enquadramento das funções e empregos do Conselho Nacional do Petróleo e dá outras providências.*

Decreto nº 52.031, de 21 de maio de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Leopoldina, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.032, de 21 de maio de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Goiás e dá outras providências.*

Decreto nº 52.037, de 22 de maio de 1963.

— *Ajusta ao sistema da classificação de cargos instituídos pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, os cargos e funções criados no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura pela Lei nº 4.056, de 14 de abril de 1962.*

Decreto nº 52.057, de 24 de maio de 1963.

— Altera os Decretos n.ºs. 51.349, de 20 de novembro de 1961, n.º 51.568, de 18 de outubro de 1962, n.º 51.576 e 51.577, de 8 de novembro de 1962, que aprovam e alteram o sistema de Classificação de Cargos no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.074, de 29 de maio de 1963.

— Aprova o enquadramento das funções da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.084, de 30 de maio de 1963.

— Retifica o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis aprovado pelo Decreto n.º 51.897, de 9 de abril de 1963.

Decreto n.º 52.097, de 5 de junho de 1963.

— Retifica o Decreto n.º 51.367, de 11 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.101, de 11 de junho de 1963.

— Acrescenta parágrafo no art. 4º do Decreto n.º 48.921, de 8 de setembro de 1960.

Decreto n.º 52.144, de 25 de junho de 1963.

— Retifica o Decreto n.º 51.527, de 31 de julho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha e dá outras providências.

Decreto n.º 52.150, de 25 de junho de 1963.

COBRE

Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.782, de 3 de setembro de 1959.

Decreto n.º 2.175, de 22 de janeiro de 1963.

— Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.776, de 3 de setembro de 1959.

Decreto n.º 2.176, de 22 de janeiro de 1963.

— Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.780, de 3 de setembro de 1959.

Decreto n.º 2.177, de 22 de janeiro de 1963.

— Renova a autorização contida no Decreto n.º 46.731, de 3 de setembro de 1959.

Decreto n.º 2.178, de 22 de janeiro de 1963.

CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

Altera dispositivos do Código Brasileiro do Ar.

Lei n.º 4.221, de 8 de maio de 1963.

COLONIZAÇÃO

Aprova o texto do Acôrdio de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo n.º 8 de 1963.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Promulga o Acôrdio de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a Tcheco Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Decreto n.º 51.951, de 26 de abril de 1963.

— Promulga o Protocolo de Negociações Econômicas assinado em Varsóvia, a 25 de maio de 1961, entre o Brasil e a Polónia.

Decreto n.º 52.020, de 20 de maio de 1963.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Retifica o Decreto n.º 51.670, de 17 de janeiro de 1963, que retificou o Decreto n.º 51.358, de 24 de novembro de 1961, que aprovou o enquadramento da Comissão de Marinha Mercante, altera o Quadro de Pessoal da

mesma Comissão, reestruturado pelos Decretos ns. 49.371, de 23 de novembro de 1960 e 1.250, de 25 de junho de 1962 e dá outras providências.

Decreto nº 52.010, de 16 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.358, de 24 de novembro de 1961, que aprovou o sistema de classificação de cargos da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências.*

Decreto nº 52.011, de 16 de maio de 1963.

COMISSÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Aprova, em caráter provisório, as funções gratificadas da Comissão do Imposto Sindical e dá outras providências.

Decreto nº 52.120, de 17 de junho de 1963.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Constitui Grupo Executivo para os fins que especifica.

Decreto nº 52.128, de 27 de junho de 1963.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Modifica a redação do artigo 23 do Regimento aprovado pelo Decreto número 29.807, de 25 de julho de 1961.

Decreto nº 52.165, de 28 de junho de 1963.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores brasileiros da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana no Serviço Público da União.

Decreto nº 52.043, de 22 de maio de 1963.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.

Decreto nº 51.726, de 19 de fevereiro de 1963.

COMISSÕES

Aprova o Regimento da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI), criada pela Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.869, de 28 de março de 1963.

— *Aprova o Regimento da Secretaria Executiva das Comissões e Conselhos (SECC), prevista no artigo 133 do Regulamento do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto nº 51.701, de 11 de fevereiro de 1963.*

Decreto nº 51.890, de 5 de abril de 1963.

— *Constituição de Comissão Interministerial para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias que exploram o serviço público de energia elétrica, ou telecomunicações.*

Decreto nº 51.892 — de 8 de abril de 1963.

— *Dispõe sobre a Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (C. E. A. C.), e dá outras providências.*

Decreto nº 51.996-A — De 10 de maio de 1963.

— *Modifica o Decreto nº 1.394, de 6 de agosto de 1962, que alterou disposições do Decreto nº 50.660, de 25 de maio de 1961.*

Decreto nº 52.000 — de 14 de maio de 1963.

— *Cria a Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias.*

Decreto nº 52.042 — de 22 de maio de 1963.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, Comissão Encarregada de estudar a política do Brasil em matéria de Direito do Mar.*

Decreto nº 52.052 — de 24 de maio de 1963.

— *Institui, no Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — (C. L. C.) — e dá outras providências.*

Decreto nº 52.087 — de 31 de maio de 1963.

— *Estabelece destinação específica para recursos provenientes de vários fundos.*

Decreto n.º 52.092 — de 4 de junho de 1963.

— *“Revoga o Decreto n.º 45.429, de 16 de fevereiro de 1959, que cria, no Ministério da Viação e Obras Públicas, a Comissão de Treinamento de Pessoal Especializado (COTEPE).”*

Decreto n.º 52.112 — De 17 de junho de 1963.

— *Estabelece providências para a regularização do abastecimento de produtos siderúrgicos ao mercado e cria a Comissão Executiva do Plano de Importação de Produtos Siderúrgicos (CEPLA).*

Decreto n.º 52.126. — de 12 de junho de 1963.

— *Altera o Decreto n.º 51.133, de 3 de agosto de 1961, que criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Especiais e revoga o Decreto n.º 477, de 5 de janeiro de 1962.*

Decreto n.º 52.129 — de 17 de janeiro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES GARANTIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Garantia, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 51.996-B — de 10 de maio de 1963.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Excelsior de Seguros, inclusive aumento do capital social e transferência de sede.

Decreto n.º 52.017 — de 20 de maio de 1963.

COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a alienação de bens.

Decreto n.º 51.874 — de 1.º de abril de 1963.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS (S. PAULO)

Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

Lei n.º 4.236 — de 24 de junho de 1963.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Torna definitivo o registro sob reserva pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos), proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Decreto Legislativo n.º 7, de 1963.

COMPANHIAS DE SEGURO ALEMÃS

Dispõe sobre bens e direitos de companhias de seguro alemãs.

Decreto n.º 51.993 — de 7 de maio de 1963.

COMUNIDADES EUROPEIAS

Cria a Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias.

Decreto n.º 52.042 — de 22 de maio de 1963.

CONFERÊNCIAS

Dispõe sobre a oficialização da I Conferência Interamericana para o Ensino da Física e a II Conferência Internacional sobre Física na Educação Geral.

Decreto n.º 52.053 — de 24 de maio de 1963.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS SERVAS DE N. SENHORA DA ANUNCIAÇÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Lei n.º 4.234-A — de 21 de junho de 1963.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.

Lei n.º 4.235-B — de 21 de junho de 1963.

CONGRESSO NACIONAL

Cria Grupo de Trabalho incumbido de estudar, programar e estabelecer normas relativas à construção de residências destinadas aos representantes do Congresso Nacional.

Decreto n.º 52.165 — de 28 de junho de 1963.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 — (três milhões de cruzeiros) — destinado a atender às despesas do IV Congresso Latino-Americano de Psicanálise.

Lei n.º 4.228 — de 31 de maio de 1963.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 — (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) — destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia em junho de 1961, na cidade do Rio de Janeiro.

Lei n.º 4.234 — De 17 de junho de 1963.

— Oficializa o VII Congresso Internacional de Leprologia, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 1963.

Decreto n.º 52.077 — de 29 de maio de 1963.

CONSELHO NACIONAL CONSULTIVO DA AGRICULTURA

Aprova o Regimento do Conselho Nacional Consultivo da Agricultura (CNCA), criado pela Lei Delegada n.º 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto n.º 51.870 — de 28 de março de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Trânsito, e cria funções gratificadas.

Decreto n.º 52.116 — de 17 de junho de 1963.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Retifica o Decreto n.º 51.544, de 31 de agosto de 1962, que aprovou o enquadramento das funções e empregos do Conselho Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Decreto n.º 52.031 — de 21 de maio de 1963.

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e cria funções gratificadas.

Decreto n.º 52.115 — de 17 de junho de 1963.

CONSÓRCIO ALEMÃO

Dispõe sobre bens e direitos de companhias de seguro alemãs.

Decreto n.º 51.993 — de 7 de maio de 1963.

CONSULADOS

Ver: — Ministério das Relações Exteriores.

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Dispõe sobre o funcionamento da Consultoria Geral da República.

Decreto n.º 51.991 — de 6 de maio de 1963.

— *Dispõe sobre o funcionamento da Consultoria Geral da República, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.118 — de 17 de junho de 1963.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Osvaldino Ribeiro Marques.

Decreto Legislativo n.º 11 — de 1963.

— *Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, no ato representado pelo Diretor-Geral Interino da Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, e Humberto Augusto Wilke Boratto.*

Decreto Legislativo n.º 12 — de 1963.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção Concernente às Carteiras de Identidade Nacionais dos Marítimos, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958.

Decreto Legislativo n.º 6 — de 1963.

— *Promulga a Convenção sobre os danos causados a terceiros, na superfície, por aeronaves estrangeiras, firmada em Roma, a 7 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 52.019 — de 20 de maio de 1963.

— *Torna pública a ratificação, por parte da Dinamarca, da Convenção relativa ao reconhecimento internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.*

Decreto n.º 52.023 — de 20 de maio de 1963.

CONVÊNIOS

Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 28 de maio de 1958.

Decreto Legislativo n.º 4 — de 1963.

— *Aprova o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, assinado em Buenos Aires, aos 25 de novembro de 1958.*

Decreto Legislativo n.º 5 — de 1963.

— *Aprova o texto do Convênio Internacional do Café — 1962.*

Decreto Legislativo n.º 9 — de 1963.

— *Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e Honduras, firmado no Rio de Janeiro, a 22 de outubro de 1957.*

Decreto n.º 52.018 — de 20 de maio de 1963.

— *Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por intermédio do Departamento Federal de Segurança Pública, a assinar com os Estados, Convênios destinados a promover o intercâmbio de informações no setor de identificação e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.114 — de 17 de junho de 1963.

— *Promulga o Convênio Constitutivo da Associação Internacional de Desenvolvimento, concluído em Washington, a 26 de janeiro de 1960.*

Decreto n.º 52.138 — de 18 de junho de 1963.

— *Aprova normas para elaboração de convênios entre a União e os Estados para aplicação das leis de intervenção no domínio econômico.*

Decreto n.º 52.151 — de 25 de junho de 1963.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Altera a redação do art. 3º do Decreto nº 1.503, de 12 de novembro de 1962.

Decreto nº 52.078 — de 29 de maio de 1963.

CORRETOR DE NAVIOS

Regulamenta a profissão de Corretor de Navios e de seus Prepostos e dá outras providências correlatas.

Decreto nº 52.090 — de 4 de junho de 1963.

CRÉDITO RURAL

Dispõe sobre a coordenação provisória do programa de crédito rural para o triênio 1963-1965, e dá outras providências.

Decreto. nº 52.025-A — de 20 de maio de 1963.

CURSOS

Concede autorização para funcionamento do curso que indica.

Decreto nº 51.886 — de 3 de abril de 1963.

— *Concede autorização para funcionamento de curso.*

Decreto nº 51.911 — de 25 de abril de 1963.

— *Concede autorização para funcionamento do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.*

Decreto nº 52.005 — de 15 de maio de 1963.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Pedagogia, História e Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.007 — de 16 de maio de 1963.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Biblioteconomia da Escola de Biblioteconomia de São Paulo.*

Decreto nº 52.035 — de 21 de maio de 1963.

— *Concede reconhecimento ao curso que indica.*

Decreto nº 52.083 — de 30 de maio de 1963.

D**DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS**

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.203, de 7 de fevereiro de 1963 (que altera o Anexo I da Lei nº 3.780), de 12 de julho de 1960, na parte referente aos Operadores Postais e dá outras providências.

Lei nº 4.203 — de 7 de fevereiro de 1963.

— *Aprova o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT).*

Decreto nº 51.902 — de 19 de abril de 1963.

— *Altera as tabelas de funções gratificadas do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT).*

Decreto nº 51.903 — de 19 de abril de 1963.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto nº 51.907 — de 19 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto nº 51.917 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Jacanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.919 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Mirandópolis no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.920 — de 26 de abril de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Torna definitivo o registro sob reserva pelo Tribunal de Contas da União referente à despesa de Cr\$.... 3.181.599,40 (três milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta centavos) proveniente do fornecimento de material ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Ministério da Viação e Obras Públicas), pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Decreto Legislativo nº 7 — de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Retifica o Decreto nº 51.854, de 19 de março de 1963.

Decreto nº 51.898 — de 10 de abril de 1963.

— Retifica o Decreto nº 51.162, de 7 de agosto de 1961, que aprovou o enquadramento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto nº 51.921-B — de 26 de abril de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências.

Lei nº 4.229 — de 1º de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.894, de 14 de março de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas de área de terreno necessária à construção do açude público "Currais Novos", no Município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 52.054 — de 24 de maio de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

Dispõe sobre a execução de serviços e obras de saneamento e recuperação de terrenos de marinha, seus acréscidos e outros, em municípios que mencionam, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.935-B — de 26 de abril de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto nº 51.896 — de 9 de abril de 1963.

— Aprova o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e dá outras providências.

Decreto nº 51.897 — de 9 de abril de 1963.

— Retifica o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis aprovado pelo Decreto nº 51.897, de 9 de abril de 1963.

Decreto nº 52.097 — de 5 de junho de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto nº 42.627, de 13 de novembro de 1957.

Lei nº 4.225 — de 10 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da Ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no Estado de São Paulo, nos municípios de Santos, S. Bernardo do Campo, S. Paulo e Itapeverica da Serra, necessários à construção de Linhas de transmissão entre a Usina de Cubatão e a usina elevatória de Pedreira, entre a usina elevatória de Pedreira e a Estação Terminal de Anhanguera, e autoriza a São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade a promover a desapropriação das referidas áreas de terra.

Decreto nº 51.826 — de 12 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública por interesse social, para fins de desapropriação, as Fazendas "Penha" e "Caiçã", "Capivari", "Piranema" e "Mato Grosso", localizadas nos 2º e 3º Distritos do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.905 — de 19 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública por interesse social para fim de desapropriação o domínio útil da Gleba "Santa Alice", desmembrada da Fazenda do mesmo nome, localizada no Município de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.906 — de 19 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a fim de possibilitar a construção da Cidade Universitária, Restaurante Universitário e Casa do Estudante, propriedades situadas na cidade de Maceio, Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.907 — de 19 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública as áreas de terra que discrimina, destinadas à passagem da linha de transmissão da São Paulo Light S. A. — Serviços de Eletricidade, entre a Usina Termoeletrica de Piratininga e um ponto da linha de Cubatão a São Caetano do Sul.

Decreto nº 51.964 — de 26 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão Guarulhos — São José dos Santos, Estado de São Paulo, e autoriza sua desapropriação.

Decreto nº 51.966 — de 26 de abril de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.894, de 14 de março de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas de área de terreno necessária à construção do açude público "Currais Novos", no Município de Currais Novos, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 52.054 — de 24 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, em favor da Caixa Econômica Federal de São Paulo, os imóveis que menciona.

Decreto nº 52.075 — de 29 de maio de 1963.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação e colonização uma área de terras situada em Pernambuco, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.107 — de 11 de junho de 1963.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação e colonização, uma área de terra situada no Município de Camps, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.108, de 11 de junho de 1963.

— Declara de interesse social, para fins de desapropriação, uma área de terras situada no vale do Rio Maranhão, nos Municípios de Niquelândia e Lusitânia, no Estado de Goiás, e dá outras providências.

Decreto nº 52.109, de 11 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Lapa-Riacho de Santana-Igaporã-Caeté, no Estado da Bahia.

Decreto nº 52.136, de 17 de junho de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Cabrobó-Belém do São Francisco, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 52.137, de 17 de junho de 1963.

DESPORTISTAS

Regulamenta a Lei nº 4.204, de 7 de fevereiro de 1963, que isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

Decreto nº 51.914-B, de 26 de maio de 1963.

DIAMANTES

Renova autorização contida no Decreto nº 46.307, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 1.708, de 27 de novembro de 1962.

— *Renova autorização contida no Decreto nº 46.300, de 30 de junho de 1959.*

Decreto nº 1.704, de 27 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Maria da Motta a pesquisar diamantes, no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.936, de 26 de abril de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.008, de 18 de maio de 1959.*

Decreto nº 51.967, de 26 de abril de 1963.

DIATOMITA

Autoriza Quindaré Mineração e Indústria Ltda. a pesquisar diatomita no município de Pacajus, Estado do Ceará.

Decreto nº 51.940-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alberto Fasanaro a pesquisar diatomita no município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 51.943-A, de 26 de abril de 1963.

DIREITO DO MAR

Cria, no Ministério das Relações Exteriores, Comissão Encarregada de estudar a política do Brasil em matéria de Direito do Mar.

Decreto nº 52.052, de 24 de maio de 1963.

DIREITOS SOBRE AERONAVES

Torna pública a ratificação, por parte da Dinamarca, da Convenção relativa ao reconhecimento internacional de direitos sobre aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.

Decreto nº 52.023, de 20 de maio de 1963.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, ao Município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto nº 51.917, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Jacanga, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.919, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Mirandópolis no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 51.920, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Decreto nº 51.936-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.085, de 31 de maio de 1963.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Plínio Sérgio Baeta a pesquisar dolomita no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.658, de 26 de novembro de 1962.

— *Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro e manganês e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.982-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Icominas S. A. Empresa de Mineração a lavrar minério de ferro e dolomita, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.950, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a empresa de mineração Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.964-A, de 26 de abril de 1963.

E

EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a oficialização da I Conferência Interamericana para o Ensino da Física e a II Conferência Internacional sobre Física na Educação Geral.

Decreto nº 52.053, de 24 de maio de 1963.

ELETROBRÁS

Cria Grupo de Trabalho.

Decreto nº 52.016, de 20 de maio de 1963.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Dispõe sobre a aplicação do artigo 7º do Decreto nº 51.668, de 17 de janeiro de 1963.

Decreto nº 52.130, de 17 de junho de 1963.

EMPRESAS INCORPORADAS

Revoga os Decretos ns. 42.943, de 30 de dezembro de 1957, e 43.939, de 12 de março de 1958, e outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional — Rádio Nacional — para estabelecer uma estação de televisão em VHF, geradora de programas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.013-A, de 17 de maio de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima.

Lei nº 4.233, de 13 de junho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A., a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 2.112, de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade a construir uma linha de transmissão.*

Decreto nº 2.217, de 22 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 50.958, de 14 de julho de 1961.

— *Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 51.777, de 4 de março de 1963.

— Desvincula da concessão de que é titular a Companhia Prada de Electricidade, as usinas hidrelétricas do Caverna e do Rio Bonito, e dá outras providências.

Decreto nº 51.784, de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro concessão para distribuir energia elétrica no município de Piquet Carneiro, no Estado do Ceará.

Decreto nº 51.786, de 4 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da Ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789, de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Floristópolis, Estado do Paraná, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 51.822, de 12 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra situadas no Estado de São Paulo, nos municípios de Santos, S. Bernardo do Campo, S. Paulo e Itapeverica da Serra, necessárias à construção de Linhas de transmissão entre a Usina de Cubatão e a usina elevatória de Pedreira, entre a usina elevatória de Pedreira e a Estação Terminal de Anhangueira, e autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Electricidade a promover a desapropriação das referidas áreas de terra.

Decreto nº 51.826, de 12 de março de 1963.

— Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 51.856, de 20 de março de 1963.

— Revoga os Decretos ns. 26.029, 38.060 e 41.605, respectivamente de 14 de dezembro de 1948, 16 de agosto de 1954 e 29 de maio de 1957, e outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica existente no rio Capivari.

Decreto nº 51.873, de 1 de abril de 1963.

— Amplia a zona de concessão da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.877, de 2 de abril de 1963.

— Outorga à "Espírito Santo Centrais Elétricas S. A." — Escelsa — concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da queda d'água denominada "Cachoeira da Fumaca", existente no rio Braço Norte Direito, situado no Município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 51.878, de 2 de abril de 1963.

— Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto nº 51.879, de 2 de abril de 1963.

— Constituição de Comissão Interministerial para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias que exploram o serviço público de energia elétrica, ou telecomunicações.

Decreto nº 51.892, de 8 de abril de 1963.

— Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica no município de Guaraci, no Estado do Paraná.

Decreto nº 51.911-A, de 25 de abril de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Livramento do Brumado concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no Rio Brumado, no distrito e município de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 51.912-A, de 25 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 51.913-A, de 25 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 51.913-B, de 25 de abril de 1963.

— *Outorga ao Governo do Estado de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Anel, município de Viçosa, Estado de Alagoas.*

Decreto n.º 51.914-A, de 25 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — a permutar lotes urbanos com a Prefeitura Municipal de Campo Mourão.*

Decreto n.º 51.915-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiraci, Estado de Minas Gerais, a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Companhia Força e Luz de Ibiraci.*

Decreto n.º 51.916-A, de 26 de abril de 1963.

— *Transfere para a Prefeitura Municipal de Marau, Estado do Rio Grande do Sul, a autorização outorgada à firma Fomento, Indústria e Comércio de Cereais Ltda., para o aproveitamento de energia hidráulica no arrêio Marau, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.920-B, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica no município de Pilar, no Estado de Alagoas.*

Decreto n.º 51.922-A, de 26 de abril de 1963.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Pery de Eletricidade — CIPEL.*

Decreto n.º 51.939-A, de 26 de abril de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 41.245, de 4 de abril de 1957.*

Decreto n.º 51.940-C, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Amaturá concessão para distribuir energia elétrica, no município de Amaturá, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 51.947-A, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica no município de Murici, no Estado de Alagoas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.948-A, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Celulose Irani Ltda., concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível do rio Irani, existente na localidade de Serraria Madalozzo, Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 51.956-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 51.957-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 51.958-A, de 26 de abril de 1963.

— *Transfere do Departamento de Aguas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo para a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a autorização para a construção de linhas de transmissão.*

Decreto n.º 51.959-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 51.960-A, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Empresa Força e Luz de Pontalina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto do Ribeirão do Lobo, distrito e município de Pontalina, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 51.961-A, de 26 de abril de 1963.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Carazinho para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Tapera e Não Me Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.962-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a desvinculação da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, de um circuito de sua linha de transmissão entre a usina de Rio das Pedras e a Subestação SE-1, de propriedade da referida empresa, situado em sua zona de concessão, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 51.963, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Airão, concessão para distribuir energia elétrica no município de Airão, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 51.963-A, de 26 de abril de 1963.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra que discrimina, destinadas à passagem da linha de transmissão da São Paulo Light S. A. Serviços de Eletricidade, entre a Usina Termoeletrica de Piratininga e um ponto da linha de Cubatão a São Caetano do Sul.*

Decreto n.º 51.964, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 51.965, de 26 de abril de 1963.

— *Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) concessão para distribuir energia elétrica no município de Jaguapitã, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 51.965-A, de 26 de abril de 1963.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão Guarulhos-São José dos Campos, Estado de São Paulo, e autoriza sua desapropriação.*

Decreto n.º 51.966, de 26 de abril de 1962.

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Município.*

Decreto n.º 51.970, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 51.970-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza "Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.", a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 51.971, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia de Electricidade do Amapá a operar a Usina de Força e Luz de Macapá.*

Decreto n.º 51.971-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 51.972, de 26 de abril de 1963.

— *Cria Grupo de Trabalho.*

Decreto n.º 52.016, de 20 de maio de 1963.

— *Transfere para a Prefeitura Municipal de Maracá, Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica no Distrito-Sede do Município de Maracá.*

Decreto n.º 52.030, de 21 de maio de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir linhas de transmissão.*

Decreto n.º 52.047, de 24 de maio de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Bóca do Acre concessão para distribuir energia elétrica no município de Bóca do Acre, Estado do Amazonas.*

Decreto n.º 52.051, de 24 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessários à linha de transmissão Lapa-Riocho de Santana-Itaporã-Caetité, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 52.136, de 17 de junho de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Cabrobó-Elém do São Francisco, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 52.137, de 17 de junho de 1963.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: Energia Elétrica.

ENERGIA NUCLEAR

Approva o Regulamento para execução da Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962.

Decreto n.º 51.726, de 19 de fevereiro de 1963.

— *Promulga o Acórdão de Cooperação entre o Brasil e a Itália para o Uso Pacífico da Energia Nuclear.*

Decreto n.º 52.021, de 20 de maio de 1963.

ESCOLAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química, do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

Lei nº 4.235, de 17 de junho de 1963.

— *Dá nova redação ao § 1º do artigo 51 do Decreto nº 50.821, de 22 de junho de 1961.*

Decreto n.º 51.917-B, de 26 de abril de 1963.

— *Ver, também, Cursos, Faculdades e Universidades. Quanto às militares ver Aeronáutica, Exército e Marinha.*

ESTADO DE ALAGOAS

Outorga ao Governo do Estado de Alagoas concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Anel, município de Viçosa, Estado de Alagoas.

Decreto n.º 51.914-A, de 25 de abril de 1963.

ESTADO DA BAHIA

Dispõe sobre a execução de serviços e obras de saneamento e recuperação de terrenos de marinha, seus acréscidos e outros, em municípios que menciona, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.935-B, de 26 de abril de 1963.

ESTADO DA GUANABARA

Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelos Decretos ns. 38.968, de 3 de abril de 1960 e 51.959, de 26 de abril de 1963.

Decreto nº 52.089, de 3 de junho de 1963.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Dispõe sobre a execução de serviços e obras de saneamento e recuperação de terrenos de marinha, seus acréscidos e outros em municípios que menciona, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.935-B, de 26 de abril de 1963.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Amplia a zona de concessão da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.877, de 2 de abril de 1963.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações.

Decreto nº 51.957-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 51.960-A, de 26 de abril de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Carazinho para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Tapera e Não Me Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Decreto nº 51.962-A, de 26 de abril de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Município.

Decreto nº 51.970, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 51.972, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir linhas de transmissão.

Decreto nº 52.047, de 24 de maio de 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO

— Transfere do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo para a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a autorização para a construção de linhas de transmissão.

Decreto nº 51.950-A, de 26 de abril de 1963.

ESTADOS

Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por intermédio do Departamento Federal de Segurança Pública, a assinar com os Estados, Convênios destinados a promover o intercâmbio de informações no setor de identificação e dá outras providências.

Decreto nº 52.114, de 17 de junho de 1963.

— *Aprova normas para elaboração de convênios entre a União e os Estados para aplicação das leis de intervenção no domínio econômico.*

Decreto nº 52.151, de 25 de junho de 1963.

ESTATUTOS

Ver o nome da entidade que o tem aprovado ou modificado.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUÍ

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Central do Piauí, e dá outras providências.

Decreto nº 51.765, de 1 de março de 1963.

ESTRADA DE FERRO D. TERESA CRISTINA

Aprova o enquadramento das funções da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina e dá outras providências.

Decreto nº 51.752, de 22 de fevereiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO GOIÁS

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Goiás e dá outras providências.

Decreto nº 52.037, de 22 de maio de 1963.

ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Leopoldina, e dá outras providências.

Decreto nº 52.032, de 21 de maio de 1963.

ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré, e dá outras providências.

Decreto nº 51.751, de 22 de fevereiro de 1963.

ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUZA

Retifica o Decreto nº 51.542, de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Mossoró-Souza e dá outras providências.

Decreto nº 51.988, de 3 de maio de 1963.

ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA

Retifica o Decreto nº 51.518, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Sampaio Correia e dá outras providências.

Decreto nº 51.987, de 3 de maio de 1963.

EXÉRCITO

Cria a Comissão de Obras do Grupamento de Elementos de Fronteira, com sede em Manaus.

Decreto nº 51.904-A, de 19 de abril de 1963.

— *Institui como Patrono da Arma de Comunicações o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.*

Decreto nº 51.960, de 26 de abril de 1963.

— *Dá nova redação ao Capítulo VII (Condecorações), Título I — Primeira Parte — do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951).*

Decreto nº 51.961, de 26 de abril de 1963.

— *Extingue o 1º Grupo de Artilharia de Costa Ferroviário.*

Decreto nº 51.985, de 2 de maio de 1963.

EXPORTAÇÕES

Cria um Grupo de Trabalho para os fins que especifica.

Decreto nº 52.027, de 20 de maio de 1963.

F

FACULDADES

— Concede autorização para o funcionamento da Faculdade de Medicina de Pelotas, mantida pela Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado, de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.884, de 3 de abril de 1963.

— Ver, também, Univeresidades.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Niels Erik Hedeager a pesquisar caulim, feldspato e quartzo no município de Matriporã, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.910-A, de 28 de abril de 1963.

— Autoriza a S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar feldspato no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.927-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Genesio Teixeira da Silva a pesquisar feldspato no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.936-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vitor Manoel de Souza Abreu a pesquisar feldspato no município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 51.944-A, de 26 de abril de 1963.

— Renova a autorização mantida no Decreto nº 48.366, de 22 de junho de 1960.

Decreto nº 51.975-A, de 26 de abril de 1963.

FERRO

Autoriza a Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — Crusul a lavar minério de ferro em município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.779, de 4 de março de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Artur Cândido Jardim a pesquisar minério de ferro e de manganês, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.911-B, de 25 de abril de 1963.

Declara sem efeito o decreto número 44.920, de 1 de dezembro de 1958.

Decreto nº 51.919-B, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Roquim a pesquisar minério de ferro no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.922-B, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza Caraca Ferro e Aço S. A., empresa de mineração, a lavar minérios de ferro e de manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.923-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro de manganês e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.932-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza Caraca Ferro e Aço S.A. a lavar minérios de ferro e manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.924-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Sociedade Industrial e Mineradora SIMA Ltda. a pesquisar minério de ferro no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Roquim a pesquisar minério de ferro, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.946-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Icominas S. A., Empresa de Mineração a lavrar minério de ferro e dolomita, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.950, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Mineração Usina Wigg S. A. a lavrar minério de ferro, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

— *Autoriza Mineração e Usina Wigg S. A. a lavrar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.952-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.958-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ferro, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.962, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza empresa de mineração Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.964-A, de 26 de abril de 1963.

FERTILIZANTES

Cria Grupo de Trabalho para propor medidas com objetivo de desenvolver a indústria nacional de fertilizantes e corretivos.

Decreto nº 52.106, de 11 de junho de 1963.

FIREMEN'S INSURANCE COMPANY OF NEWARK

Concede à Firemen's Insurance Company of Newark, autorização para aumentar seu capital de responsabilidade, no país.

Decreto nº 2.081, de 17 de janeiro de 1963.

FÍSICA

Dispõe sobre a oficialização da I Conferência Interamericana para o Ensino da Física e a II Conferência Internacional sobre Física na Educação Geral.

Decreto nº 52.053, de 24 de maio de 1963.

FLUORITA

Autoriza o cidadão brasileiro Quintino Padoim a pesquisar fluorita no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 1.630, de 22 de novembro de 1962.

— *Renova autorização contida no Decreto de nº 47.012, de 13 de outubro de 1959.*

Decreto nº 1.725, de 28 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Maragno a pesquisar fluorita, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina.*

Decreto nº 1.807, de 4 de dezembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Alves Pereira a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata e fluorita, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.926-A, de 26 de abril de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 44.941, de 1 de dezembro de 1958.*

Decreto nº 51.969-A, de 26 de abril de 1963.

FOLHELHOS

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar silitos e folhelhos no município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.968, de 26 de abril de 1963.

FORD MOTOR DO BRASIL S. A.

Concede a Ford Motor do Brasil S. A., autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 52.056, de 24 de maio de 1963.

FOSFATO

Autoriza a Fosforita Olinda S. A. — FASA — a lavar fosfato, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.050, de 24 de maio de 1963.

FOSFORITA

Autoriza a cidadã brasileira Maria Pascoal de Melo a pesquisar fosforita no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 51.937, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 51.949-A, de 26 de abril de 1963.

FRUTICULTURA

Cria Grupo de Trabalho com a finalidade específica, de estudar e propor medidas que possibilitem o desenvolvimento da fruticultura típica do Nordeste.

Decreto nº 51.895, de 9 de abril de 1963.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Altera as tabelas de funções gratificadas do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT).

Decreto nº 51.903, de 19 de abril de 1963.

— Dispõe sobre os cargos em comissão e funções gratificadas, do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), e dá outras providências.

Decreto nº 52.104, de 11 de junho de 1963.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.

Decreto nº 52.110, de 14 de junho de 1963.

— Altera a tabela anexa ao Decreto nº 49.593, de 27-12-60 referente às funções gratificadas da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Decreto nº 52.124, de 17 de junho de 1963:

— Aprova, em caráter provisório, as funções gratificadas da Comissão do Imposto Sindical, e dá outras providências.

Decreto nº 52.120, de 17 de junho de 1963.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 52.164, de 28 de junho de 1963.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Regulamenta a concessão do abono previsto no art. 18 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, na parte referente aos servidores civis.

Decreto nº 51.893, de 8 de abril de 1963.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Altera dispositivo do Decreto-lei nº 9.218, de 1946, que autoriza a instituição da Fundação da Casa Popular.

Lei nº 4.235-A, de 21 de junho de 1963.

FUNDAÇÃO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Altera dispositivos dos Estatutos da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública.

Decreto nº 52.076, de 29 de maio de 1963.

FUNDO DE RENOVACÃO AGRÍCOLA

Estabelece destinação específica para recursos provenientes de vários fundos.

Decreto nº 52.092, de 4 de junho de 1963.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Estabelece destinação específica para recursos provenientes de vários fundos.

Decreto nº 52.092, de 4 de junho de 1963.

G

GENERAL MOTORS ACCEPTANCE CORPORATION, SOUTH AMERICA

Cancelar a autorização para funcionar, no Brasil, concedida à Sociedade Anônima General Motors Acceptance Corporation, South America.

Decreto nº 51.926-B, de 26 de abril de 1963.

GIPSITA

Autoriza a Minerium do Brasil, Indústria e Comércio Ltda., Empresa de Mineração a pesquisar gipsita, no Município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.656, de 26 de novembro de 1962.

Autoriza a empresa de mineração Cia. Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipsita e calcário nos municípios de N. S. do Socorro e Laranjeiras, Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.928-A, de 26 de abril de 1963.

Autoriza a Companhia Cimento Portland de Sergipe a pesquisar anidrita, gipsita e calcário nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras — Estado de Sergipe.

Decreto nº 51.968-A — de 26 de abril de 1963.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria Grupo de Trabalho para rever as normas de operações das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.

Decreto nº 51.883 — de 2 de abril de 1963.

Altera dispositivo do Decreto número 50.602, de 16 de maio de 1961.

Decreto nº 51.894 — de 9 de abril de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho com a finalidade específica de estudar e propor medidas que possibilitam o desenvolvimento da fruticultura típica do Nordeste.

Decreto nº 51.695 — de 9 de abril de 1963.

— Cria o Grupo de Trabalho para fixar as modalidades e normas de alienação dos imóveis residenciais construídos em Brasília.

Decreto nº 51.910 — de 23 de abril de 1963.

— Altera a constituição do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto número 51.910, de 23 de abril de 1963.

Decreto nº 51.977 — de 29 de abril de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho com o fim de estudar o sistema de transportes de petróleo e derivados por vias terrestres.

Decreto nº 51.978 — de 30 de abril de 1963.

— Altera o disposto no Decreto nº 51.883, de 2 de abril de 1963.

Decreto nº 52.013 — de 17 de maio de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho.

Decreto nº 52.016 — de 26 de maio de 1963.

— Cria um Grupo de Trabalho para os fins que especifica.

Decreto nº 52.027 — de 20 de maio de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho para propor medidas com objetivo de desenvolver a indústria nacional de fertilizantes e corretivos.

Decreto nº 52.106 — de 11 de junho de 1963.

— Prorroga prazo para conclusão de estudos de Grupo de Trabalho.

Decreto nº 52.127 — de 17 de junho de 1963.

— *Cria Grupo de Trabalho incumbido de estudar, programar e estabelecer normas relativas à construção de residências destinadas aos representantes do Congresso Nacional.*

Decreto nº 52.166 — de 28 de junho de 1963.

GRUPOS EXECUTIVOS

Fica suprimida a representação do Ministério da Agricultura no Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP).

Decreto nº 52.038 — de 22 de maio de 1963.

— *Constitui Grupo Executivo para os fins que especifica.*

Decreto nº 52.128 — de 17 de junho de 1963.

— *Altera o Decreto nº 51.133, de 3 de agosto de 1961, que criou o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais e revoga o Decreto nº 477, de 5 de janeiro de 1962.*

Decreto nº 52.129 — de 17 de junho de 1963.

I

IMIGRAÇÃO

Designa funcionário para a seleção médica de imigrantes no Exterior.

Decreto nº 51.914 — de 25 de abril de 1963.

IMPORTAÇÃO

Isenta dos impostos de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A.

Lei nº 4.232 — de 7 de junho de 1963.

IMPÓSTO DE RENDA

Estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).

Lei nº 4.216 — de 6 de maio de 1963.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.*

Decreto nº 51.900 — de 10 de abril de 1963.

— *Altera o parágrafo único do artigo 2º do Decreto-lei nº 10.280, de 19 de agosto de 1942.*

Decreto nº 51.990 — de 6 de maio de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963.*

Decreto nº 52.149 — de 25 de junho de 1963.

INDÚSTRIAS AUTOMOTRIZES

Cria a Seção Brasileira do Grupo Misto Brasileiro-Chileno de Complementação das Indústrias Automotrizas e designa seus membros.

Decreto nº 52.058 — de 24 de maio de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E CULTURA

Modifica os Estatutos do Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura.

Decreto nº 51.986 — de 2 de maio de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Retifica o Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

Decreto nº 52.014 — de 17 de maio de 1963.

— *Abra ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o crédito especial de ... Cr\$ 7.700.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 52.083 — de 21 de maio de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961 que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.101 — de 11 de junho de 1963.

— *Inclui, em Parte Especial, no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o pessoal abrangido pelas Leis números 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069 de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.135 — de 17 de junho de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Altera o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 52.003 — de 16 de maio de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Altera os Decretos ns. 51.349, de 20 de novembro de 1961; 51.563, de 18 de outubro de 1962; 51.576 e ... 51.577, de 8 de novembro de 1962, que aprovam e alteram o sistema de classificação de Cargos no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

Decreto nº 52.074 — de 29 de maio de 1963.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Reforma os Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil.

Decreto nº 52.099-A — de 10 de junho de 1963.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre as cargos em comissão de Diretores de Departamento, de Delegados Regionais e de Agentes Especiais dos órgãos de Previdência Social.

Decreto nº 51.981-A — de 26 de maio de 1963.

INTERVENÇÃO FEDERAL

Dispõe sobre a intervenção federal nos serviços e instalações do porto de Manaus — Estado do Amazonas, estendida esta à concessionária, e dá outras providências.

Decreto nº 51.829 — de 4 de abril de 1963.

— *Prorroga o prazo a que se refere os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1º dos Decretos ns. 1.396, de 19 de setembro de 1962; 1.878, de 13 de dezembro de 1962 e 51.863, de 25 de março de 1963.*

Decreto nº 52.148 — de 25 de junho de 1963.

ISAAC BEN-ZVI

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Isaac Ben-Zvi, Presidente do Estado de Israel, as honras de Chefe de Estado.

Decreto nº 51.909 — de 23 de abril de 1963.

ISENÇÕES

Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Ubeiraba Sociedade Anônima, no Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.219 — de 8 de maio de 1963.

— *Isenta do imposto de importação e consumo, equipamento a ser importado pela firma Rupturita Sociedade Anônima — Explosivos, destinada à produção de nitroglicerina.*

Lei nº 4.224 — de 10 de maio de 1963.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 4.227 — de 23 de maio de 1963.

— Concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10% imposto de consumo e mais taxas alfandegárias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empresa de Melhoresamentos de Andradina — EMA — Construtora S. A.

Lei nº 4.230 — de 1 de junho de 1963.

— Isenta do imposto de importação e de consumo material a ser importado pela Siderúrgica Barra Mansa S. A.

Lei nº 4.232 — de 7 de junho de 1963.

— Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras e imposto de consumo para os materiais importados pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. e Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima.

Lei nº 4.233, de 13 de junho de 1963.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo material importado pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

Lei nº 4.236, de 24 de junho de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonifício Leite Barbosa S. A.", de Aracati (Ce).

Decreto nº 51.881, de 2 de abril de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Moinhos Brasileiros S. A. — Moirasa", de Natal (RN).

Decreto nº 51.980, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Cooperativa Sergipense de Laticínios Ltda.", de Aracaju (Se).

Decreto nº 51.981, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à "Companhia Industrial Pirapama", de Escada (Pe).

Decreto nº 51.982, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados ao "Cotonifício Capibaribe S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.983, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados a "Indústria Armadora de Pescados do Brasil S. A." (IARPE), de Recife (Pe).

Decreto nº 51.984, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia de Carbonos Coloidais (C. C.)."

Decreto nº 52.066, de 31 de maio de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado e consignados à "Indústria Gráfica Brasileira S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 52.094, de 5 de junho de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "J. Macedo S. A. — Comércio, Indústria e Agricultura, de Fortaleza" (Ceará).

Decreto nº 52.095, de 5 de junho de 1963.

— Declara prioritário para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Empório Industrial do Norte", de Salvador (Ba.).

Decreto nº 52.096, de 5 de junho de 1963.

ISOFIL S. A. — FIOS, CABOS E MATERIAIS ISOLANTES

Concede permissão, em caráter permanente, a ISOFIL S. A. — Fios, Cabos e Materiais Isolantes, com sede na Capital do Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 1.998, de 11 de janeiro de 1963.

J

JOGOS PAN-AMERICANOS (IV)

Regulamenta a Lei nº 4.204, de 7 de fevereiro de 1963, que isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

Decreto nº 51.914-B, de 26 de maio de 1963.

JUTA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1963.

Decreto nº 51.882, de 2 de abril de 1963.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de juta ou malva da Bacia Amazônica da safra de 1963, constantes do Decreto nº 51.832, de 2 de abril de 1963.

Decreto nº 52.154, de 25 de junho de 1963.

L

LEI DO INQUILINATO

Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1956, e dá outras providências.

Lei nº 4.240, de 28 de junho de 1963.

LEPRA

Oficializa o VII Congresso Internacional de Leprologia, a realizar-se na Cidade do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 1963.

Decreto nº 52.977, de 29 de maio de 1963.

LEUCITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz de Almeida a pesquisar leucita, no município de Andaraes, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.920-A, de 26 de abril de 1963.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo o país em sinal de pesar pelo falecimento do papa João XXIII e dá outras providências.

Decreto nº 52.088, de 3 de junho de 1963.

M

MAGNESITA

Autoriza o cidadão brasileiro Jayme Minitti a pesquisar magnesita no Município de Sento Sé, Estado da Bahia.

Decreto nº 51.925-B de 26 de abril de 1963.

MALVA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1963.

Decreto nº 51.882, de 2 de abril de 1963.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de juta ou malva da Bacia Amazônica da safra de 1963, constantes do Decreto nº 51.882, de 2 de abril de 1963.

Decreto nº 52.154, de 25 de junho de 1963.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Artur Cândido Jardim a pesquisar minérios de ferro e de manganês, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.911-B, de 25 de abril de 1963.

— Autoriza Caraca Ferro e Aço Sociedade Anônima, empresa de mineração, a lavrar minérios de ferro e de manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.923-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza Caraca Ferro & Aço S. A. a lavrar minérios de ferro e manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.924-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro de manganês e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.932-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Gabriel Giannetti o pesquisar minério de manganês, no município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.948, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza empresa de mineração Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.964-A, de 26 de abril de 1963.

MARINHA

Dispensa temporariamente, exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 51.875, de 1 de abril de 1963.

— Prorroga, temporariamente, até 31 de janeiro de 1964, o disposto no art. 126 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 51.876, de 1 de abril de 1963.

— Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 52.001, de 14 de maio de 1963.

— Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 52.002, de 14 de maio de 1963.

— Inclui em caráter provisório, o Serviço de Assistência Médica da Marinha em Brasília na Divisão de Saúde do Comando Naval de Brasília.

Decreto nº 52.028, de 20 de maio de 1963.

— Vêr, também, Armada e Ministério da Marinha.

MARINHA MERCANTE

Aprova o Regulamento de Uniformes para o Pessoal da Marinha Mercante do Brasil.

Decreto nº 52.029, de 20 de maio de 1963.

MARÍTIMOS

Aprova a Convenção Concernente às Cartas de Identidade Nacionais dos Marítimos adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958.

Decreto Legislativo nº 6, de 1963.

— *Dispõe sobre a aplicação do artigo 7º do Decreto nº 51.068, de 17 de janeiro de 1963.*

Decreto nº 52.130, de 17 de junho de 1963.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Eliezer Evangelista de Matos, a pesquisar mármore no município de Curaçá, Estado da Bahia.

Decreto nº 51.910-B, de 23 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Cândido Ribeiro a pesquisar mármore no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.923-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza empresa de mineração Companhia Siderúrgica Cruzeiro do Sul — CRUZUL — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.964-A, de 26 de abril de 1963.

MICA

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.537, de 5 de março de 1959.

Decreto nº 51.912-B, de 25 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eujolras Vieira de Melo a pesquisar mica no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.926-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Mariano da Silva a pesquisar mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.929-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sylvio Costa Rodrigues a pesquisar quartzo e mica, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.942, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silva Guimarães a lavar mica, caulim e quartzo no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.945-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Pedrosa Dias de Paiva a pesquisar mica no município de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.973, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Calixto José Soares a pesquisar mica e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.973-A, de 26 de abril de 1963.

MIGRAÇÃO

Aprova o texto do Acôrdio de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo nº 8, de 1963.

MILITARES

Dá nova redação ao § 1.º do artigo 51 do Decreto nº 50.821, de 22 de junho de 1961.

Decreto nº 51.917-B, de 26 de abril de 1963.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Modifica o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Decreto n.º 51.904, de 19 de abril de 1963.

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 51 do Decreto n.º 50.821, de 22 de junho de 1961.*

Decreto n.º 51.917-B, de 26 de abril de 1963.

— *Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR).*

Decreto n.º 51.997, de 13 de maio de 1963.

— *Altera a redação das letras a e b do art. 5.º do Decreto n.º 43.903, de 16 de junho de 1958 e dispõe sobre a idade máxima dos candidatos ao Curso de Formação de Oficiais de Administração da Aeronáutica.*

Decreto n.º 52.123, de 17 de junho de 1963.

— *Altera a tabela anexa ao Decreto n.º 49.593, de 27-12-60 referente às funções gratificadas da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto n.º 52.124, de 17 de junho de 1963.

— *Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.*

Decreto n.º 52.125, de 17 de junho de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 51.852, de 19 de março de 1963, que aprovou as alterações havidas na Série de Classes de Assistente Comercial, AF-103, e na Classe de Correntista, AF-203, do Quadro de Pessoal do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 52.131, de 17 de junho de 1963.

— Ver, também, Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Aprova o Regimento da Secretaria Executiva das Comissões e Conselhos (SECC), prevista no artigo 133 do Regulamento do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto 51.701, de 11 de fevereiro de 1963.

Decreto n.º 51.890, de 5 de abril de 1963.

— *Ajusta ao sistema de classificação de cargos instituídos pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1961, os cargos e funções criados no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura pela Lei n.º 4.056, de 14 de abril de 1962.*

Decreto n.º 52.057, de 24 de maio de 1963.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro ao termo aditivo a contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Oswaldo no Ribeiro Marques.

Decreto Legislativo n.º 41, de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 51.913, de 25 de abril de 1963.

— *Declara instalada, a título provisório, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Distrito Federal e dá outras providências.*

Decreto n.º 51.943, de 26 de abril de 1963.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto n.º 38.966, de 3 de abril de 1956.*

Decreto n.º 51.958, de 26 de abril de 1963.

— *Dispõe sobre a organização do Gabinete do Ministro da Fazenda.*

Decreto n.º 51.979, de 30 de abril de 1963.

— *Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelos Decretos ns. 38.966, de 3 de abril de 1956 e 51.958, de 26 de abril de 1963.*

Decreto n.º 52.089 — de 3 de junho de 1963.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.091, de 4 de junho de 1963.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.093, de 6 de junho de 1963.

— *Transfere cargo do Ministério da Saúde para o Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.119, de 17 de junho de 1963.

— *Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.122, de 17 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés.

Lei n.º 4.231, de 7 de junho de 1963.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a auxiliar a construção de um Panteon Militar, na Academia Militar das Agulhas Negras, Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 4.237, de 24 de junho de 1963.

— *Cria a Comissão Regional de Obras n.º 1 da 3ª Região Militar (CRO 1/3) com sede em Santa Maria — RS.*

Decreto n.º 51.885, de 3 de abril de 1963.

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 51 do Decreto n.º 50.821, de 22 de junho de 1961.*

Decreto n.º 51.917-B, de 26 de abril de 1963.

— *Altera a redação do Decreto número 30.034, de 1º de outubro de 1951, na parte relativa ao Exército.*

Decreto n.º 51.994, de 8 de maio de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 52.085, de 31 de maio de 1963.

— *Transfere cargo do Ministério da Saúde para o Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.119, de 17 de junho de 1963.

— Ver, também, *Exército*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Altera a redação dos arts. 2.º e 19 do Regulamento do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto número 17.546, de 5 de janeiro de 1945.

Decreto n.º 51.917-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por intermédio do Departamento Federal de Segurança Pública, a assinar com os Estados, Convênios destinados a promover o intercâmbio de informações no setor de identificação e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.114, de 17 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para regularizar a despesa com a desapropriação da área mencionada no Decreto n.º 42.627, de 13 de novembro de 1957.

Lei n.º 4.225, de 10 de maio de 1963.

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 51 do Decreto n.º 50.821, de 22 de junho de 1961.*

Decreto n.º 51.917-B, de 26 de abril de 1963.

— *Altera os Decretos ns. 46.768, de 3 de setembro de 1959 e 48.736, de 4 de agosto de 1960.*

Decreto n.º 52.004, de 14 de maio de 1963.

— *Restabelece a promoção de ano com dependência na Escola Naval*

Decreto n.º 52.107-A, de 11 de junho de 1963.

— *Concentra na Capitania dos Portos do Estado de Alagoas jurisdição sobre as Agências e Capatazias do Baixo São Francisco.*

— *Ver, também, Armada e Marinha.*

Decreto n.º 52.109-A, de 11 de junho de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 51.527, de 31 de julho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.150, de 25 de junho de 1963.

— *Aprova o Regulamento para Formação de Oficiais Engenheiros e Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n.º 52.163, de 28 de junho de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 52.164, de 28 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Eleva à categoria de Consulado-Geral o Consulado do Brasil em Ha-vre.*

Decreto n.º 51.995, de 8 de maio de 1963.

— *Altera o artigo 68 do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto n.º 2, de 21 de setembro de 1961.*

Decreto n.º 52.041, de 22 de maio de 1963.

— *Cria, no Ministério das Relações Exteriores, Comissão Encarregada de estudar a política do Brasil em matéria de Direito do Mar.*

Decreto n.º 52.052, de 24 de maio de 1963.

— *Institui, no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (C.L.C.) e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.087, de 31 de maio de 1963.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar o Colégio Brasileiro de Cirurgias nas despesas realizadas com o VII Congresso Brasileiro de Cirurgia em julho de 1961 na cidade do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 4.234, de 17 de junho de 1963.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.*

Lei n.º 4.234-A, de 21 de junho de 1963.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 destinado à construção do edifício do Ambulatório, Posto de Puericultura e Creche da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação, na Capital de São Paulo.*

Lei n.º 4.235-B, de 21 de junho de 1963.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto número 49.346, de 26 de novembro de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.059, de 27 de maio de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde.*

Decreto nº 52.110, de 14 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera, por necessidade de serviço, a lotação de repartições do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 51.980-A, de 2 de maio de 1963.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

"Revoga o Decreto nº 45.429, de 16 de fevereiro de 1959, que cria no Ministério da Viação e Obras Públicas a Comissão de Treinamento de Pessoal Especializado (COTEPE)".

Decreto nº 52.112, de 17 de junho de 1963.

N

NACIONALIZAÇÃO DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Constituição de Comissão Intermínisterial para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias que exploram o serviço público de energia elétrica, ou telecomunicações.

Decreto nº 51.892, de 8 de abril de 1963.

NAVEGAÇÃO AÉREA

Promulga o Acórdão entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Decreto nº 52.140, de 1 de junho de 1963.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade L. Figueiredo Navegação S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 2.108, de 22 de janeiro de 1963.

— *Concede à sociedade Navegação Frigorenner Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 51.912, de 25 de abril de 1963.

— *Concede à SONAVE — Sociedade Armadora de Navegação de Cabotagem S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 51.953, de 26 de abril de 1963.

— *Concede à sociedade Navegação Marenave Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 51.955, de 26 de abril de 1963.

— *Concede à Sociedade Anônima Martinelli — Navegação e Comércio "Samnave" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto nº 51.957, de 26 de abril de 1963.

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

Promulga o Acórdão entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Decreto nº 52.140, de 18 de junho de 1963.

NEGOCIAÇÕES ECONÔMICAS

Promulga o Protocolo de Negociações Econômicas assinado em Varsóvia, a 25 de maio de 1961, entre o Brasil e a Polónia.

Decreto nº 52.020, de 20 de maio de 1963.

NIQUEL

Autoriza a Sociedade São Paulo de Mineração Limitada a lavrar minério de níquel, no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.941-A, de 26 de abril de 1963.

NITROGLICERINA

Isenta do imposto de importação e consumo equipamento a ser importado pela firma Rupturita S. A. Explosivos, destinado à produção de nitroglicerina.

Lei nº 4.224, de 10 de maio de 1963.

NORDESTE

Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Cotonifício Leite Barbosa S. A.", de Aracati (CE).

Decreto nº 51.881, de 2 de abril de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Moinhos Brasileiros S. A. — Mo-brasa", de Natal (RN).

Decreto nº 51.980, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos e consignados à "Cooperativa Sergipense de Laticínios Ltda.", de Aracaju (Se).

Decreto nº 51.981, de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados ao "Cotonifício Capibaribe S. A.", de Recife (Pe).

Decreto nº 51.983 — de 2 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados a "Indústria Armadora de Pescados do Brasil S. A." (IAR-PE), de Recife (Pe).

Decreto nº 51.984, de 2 de maio de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho com a finalidade específica de estudar e propor medidas que possibilitem o desenvolvimento da fruticultura típica do Nordeste.

Decreto nº 51.895, de 9 de abril de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia de Carbonos Coloidais" (C.C.C.).

Decreto nº 52.086, de 31 de maio de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à "Indústria Gráfica Brasileira S. A., de Recife (Pe.).

Decreto nº 52.094, de 5 de junho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "J. Macedo S. A. — Comércio, Indústria e Agricultura", de Fortaleza (Ceará).

Decreto nº 52.095, de 5 de junho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados a "Companhia Empório Industrial do Norte", de Salvador (Ba.).

Decreto nº 52.096, de 5 de junho de 1963.

NOVA HAMBURGO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Nova Hamburgo Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 2.116, de 22 de janeiro de 1963.

O

ÓPIO

Torna pública a entrada em vigor do Protocolo para limitar o cultivo da papoula, a produção, o comércio internacional, o comércio por atacado e o uso do ópio, concluído em Nova York, a 23 de junho de 1953, e ratificações e adesões ao mesmo.

Decreto nº 52.022, de 20 de maio de 1963.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1963.

Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

— Parte vetada pelo Presidente da República e mantida pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.215, de 27-4-63 (que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e regula o exercício da profissão de Advogados).

Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Aprova a Convenção Concernente às Carteira de Identidade Nacionais dos Marítimos adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 1958.

Decreto Legislativo nº 6, de 1963.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Torna públicas aceitações por parte de diversos países, da Constituição da Organização Mundial de Saúde, assinada em Nova York, a 22 de julho de 1956.

Decreto nº 52.024, de 20 de maio de 1963.

— Promulga Emendas aos artigos 24 e 25 da Constituição da Organização Mundial de Saúde, adotadas pela 12ª Assembleia da referida Organização, a 28 de maio de 1959.

Decreto nº 52.139, de 18 de junho de 1959.

OURO

Renova autorização contida no Decreto de nº 46.307, de 30 de junho de 1959.

Decreto nº 1.703, de 27 de novembro de 1962.

— Renova autorização contida no Decreto nº 46.300, de 30 de julho de 1959.

Decreto nº 1.704, de 27 de novembro de 1962.

P

PAPA JOÃO XXIII

Declara luto oficial em todo o país em sinal de pesar pelo falecimento do Papa João XXIII, e dá outras providências.

Decreto nº 52.088, de 3 de junho de 1963.

PAPA PAULO VI

Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.

Decreto Legislativo nº 13, de 1963.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel, para uso da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto nº 51.936-B, de 26 de abril de 1963.

PEDRAS CORADAS

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.537, de 5 de março de 1959.

Decreto nº 51.912-B, de 25 de abril de 1963.

— *Renova o Decreto nº 48.352, de 21 de junho de 1960.*

Decreto nº 51.937-A, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Calisto José Soares a pesquisar mica e pedras coradas no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 51.973-A, de 26 de abril de 1963.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Marie Joseph Emile Schrijnemakers a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 1.603, de 22 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão Joaquim Gomes Muniz, a comprar minérios e pedras preciosas.*

Decreto nº 51.922, de 26 de abril de 1963.

— *Revoga o Decreto nº 24.665, de 13 de março de 1948.*

Decreto nº 51.923, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Pinheiro dos Santos a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.924, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Ferreira da Costa, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.925, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Décio Luiz Malta Campos, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.926, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão britânico Roch Lionel Lavote, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.927, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedrito Chebel Duailibi, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.927-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão Antônio Rodrigues Pimentel, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.928, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Angelo, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.928-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a firma A. Millah & Teixeira Limitada, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.929, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão português Octávio Gonçalves Laranjeira, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.929-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio de Souza Peixinho, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.930, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a cidadã brasileira Elmira Mörschbacher Baumann, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.930-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão Eric Adolph Engel, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.931, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza a firma Mibraco — Mineração Brasileira Comercial Limitada, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.931-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão espanhol Lorenzo Monjo Carreras, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.932, de 26 de abril de 1963.

— *Revoga o Decreto nº 47.411, de 11 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 51.932-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Lourenço de Souza, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.933, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José do Carmo, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.934, de 26 de abril de 1963.

— *Revoga o Decreto nº 44.305, de 8 de agosto de 1958.*

Decreto nº 51.937-B, de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão Tataounoff Souliman, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.952, de 26 de abril de 1963.

PENSÕES

Concede pensão vitalícia de Cr\$.. 3.000,00 a Otília Barreto Trindade, viúva de Indalécio Trindade.

Lei nº 4.217, de 8 de maio de 1963.

— *Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão especial de Cr\$.. 5.000,00 mensais a Hercília Carpes de Medeiros, viúva de Olavo Cassiano de Medeiros.*

Lei nº 4.218, de 8 de maio de 1963.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 5.000,00 a Adalgisa Leal Braga, irmã inválida do funcionário Jorge Leal Braga.*

Lei nº 4.220, de 8 de maio de 1963.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.750,00 mensais à família de Domingos Luiz Rotti, servidor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, do Ministério da Marinha, falecido em consequência de doença profissional.*

Lei nº 4.222, de 8 de maio de 1963.

— *Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à "Companhia Industrial Pirapama", de Escada (Pe).*

Decreto nº 51.982, de 2 de maio de 1963.

PERMUTA DE IMÓVEIS

Autoriza o Poder Executivo a permutar o terreno de propriedade da Terceira Base Aérea de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo terreno de propriedade de Ernesto Baron situado no perímetro da referida Base.

Lei nº 4.223, de 10 de maio de 1963.

PETRÓLEO

Cria Grupo de Trabalho com o fim de estudar o sistema de transportes de petróleo e derivados por vias terestres.

Decreto n.º 51.978, de 30 de abril de 1963.

PLANALTO, PROMOÇÕES E INFORMAÇÕES LTDA.

Outorga concessão à Planalto Promoções e Informações Limitada, para estabelecer uma estação radiofusora de onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal.
Decreto n.º 52.012, de 16 de maio de 1963.

PLANO DO CARVÃO MINERAL

Cria Grupo de Trabalho.

Decreto n.º 52.016, de 20 de maio de 1963.

PLANO PORTUÁRIO NACIONAL

Atualiza o Plano Portuário Nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 51.899, de 10 de abril de 1963.

PODER JUDICIÁRIO

Aplica aos cargos e funções do Quadro do Pessoal dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 3.ª Região disposições das Leis números 3.780, de 12 de julho de 1960 e 3.826 de 23 de novembro de 1960 e dá outras providências.

Lei n.º 4.192, de 24 de dezembro de 1962.

Dispõe sobre a realização das Assembleias Gerais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1963.

Decreto n.º 52.036, de 21 de maio de 1963.

PORTOS

Dispõe sobre a intervenção federal nos serviços e instalações do porto de Manaus, Estado do Amazonas, estendida esta à concessão, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.889, de 4 de abril de 1963.

— Atualiza o Plano Portuário Nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 51.899, de 10 de abril de 1963.

PRATA

Autoriza o cidadão brasileiro João Alves Pereira a pesquisar mineiro de chumbo, zinco, prata e fluorita, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 51.926-A, de 26 de abril de 1963.

Declara caduco o Decreto n.º 2.413, de 23 de fevereiro de 1938.

Decreto n.º 51.955-A, de 26 de abril de 1963.

PREÇOS MÍNIMOS

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1963.

Decreto n.º 51.882, de 2 de abril de 1963.

— Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do País da safra de 1963-64, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 52.152, de 25 de junho de 1963.

— Altera os preços mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da safra, da seca de 1962-1963, constantes do Decreto número 1.356, de 3 de setembro de 1962.

Decreto n.º 52.153, de 25 de junho de 1963.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de juta ou malva da Bacia Amazônica da safra de 1963, constantes do Decreto n.º 51.882, de 2 de abril de 1963.

Decreto n.º 52.154, de 25 de junho de 1963.

— Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição da soja para o ano agrícola de 1963-1964, extensivo aos remanescentes da produção — 1962-1963.

Decreto n.º 52.155, de 25 de junho de 1963.

PREFEITURAS

Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Fortaleza — Serviço Telefônico de Fortaleza — para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto n.º 1.90, de 10 de janeiro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro concessão para distribuir energia elétrica no município de Piquet Carneiro, no Estado do Ceará.

Decreto n.º 51.786, de 4 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Florestópolis, Estado do Paraná, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 51.822, de 12 de março de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Livramento do Brumado concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no Rio Brumado, no distrito e município de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n.º 51.912-A, de 25 de abril de 1963.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — a permutar lotes urbanos com a Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

Decreto n.º 51.915-A — de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiraci — Estado de Minas Gerais, a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Companhia Fôrça e Luz de Ibiraci.

Decreto n.º 51.916-A — de 26 de abril de 1963.

— Transfere para a Prefeitura Municipal de Marau — Estado do Rio Grande do Sul, a autorização outorgada à firma Fomento, Indústria e Comércio de Cereais Limitada para o aproveitamento de energia hidráulica no arroio Marau — Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.920-B — de 26 de abril de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Amaturá, concessão para distribuir energia elétrica no município de Amaturá — Estado do Amazonas.

Decreto n.º 51.947-A — de 26 de abril de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Carazinho para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para distribuir energia elétrica aos municípios de Taperu e Não Me Toque, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Decreto n.º 51.962-A — de 26 de abril de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Airão, concessão para distribuir energia elétrica no município de Airão — Estado do Amazonas.

Decreto n.º 51.963-A — de 26 de abril de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul — Estado do Rio Grande do Sul para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para produzir, transmitir, transformar e distribuir energia elétrica no Município.

Decreto n.º 51.970 — de 26 de abril de 1963.

— Transfere para a Prefeitura Municipal de Marau — Estado do Rio Grande do Sul, a concessão para produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica no Distrito-sede do Município de Marau.

Decreto n.º 52.030 — de 21 de maio de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Bôca do Acre, concessão para distribuir energia elétrica no município de Bôca do Acre — Estado do Amazonas.*

Decreto nº 52.051 — de 24 de maio de 1963.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Concede autorização do Presidente da República para ausentar-se do Território Nacional a fim de atender ao convite oficial do Governo da República do Chile.

Decreto Legislativo nº 2 — de 1963.

— *Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do País, a fim de atender a convite oficial do Governo da República Oriental do Uruguai.*

Decreto Legislativo nº 3 — de 1963.

— *Concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de oito (8) dias, a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.*

Decreto Legislativo nº 13 — de 1963.

— *Estabelece novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República.*

Decreto nº 51.872 — de 1 de abril de 1963.

— *Cria a Assessoria do Gabinete Militar da Presidência da República.*

Decreto nº 51.880 — de 2 de abril de 1963.

— *Subordina a Superintendência Nacional do Abastecimento à Presidência da República, revoga o Decreto nº 2.054, de 16 de janeiro de 1963, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.858 — de 4 de abril de 1963.

— *Acrece a constituição do Gabinete Militar da Presidência da República de mais um Adjunto.*

Decreto nº 51.905-A — de 19 de abril de 1963.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre os cargos em comissão de Diretores de Departamento, de Delegados Regionais e de Agentes Especiais dos órgãos de Previdência Social.

Decreto nº 51.981-A — de 26 de maio de 1963.

— *Dá nova redação à alínea "b" do § 2º do art. 341 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.*

Decreto nº 52.143 — de 25 de junho de 1963.

PROCESSOS

Dispõe sobre as assinaturas, firmas e rubricas, em documentos e processos.

Decreto nº 52.143 — de 17 de junho de 1963.

PRODUTOS SIDERÚRGICOS

Estabelece providências para a regularização do abastecimento de produtos siderúrgicos ao mercado e cria a Comissão Executiva do Plano de Importação de Produtos Siderúrgicos (CEPLA).

Decreto nº 52.126 — de 12 de junho de 1963.

PRONTUÁRIOS CRIMINAIS

Autoriza o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, por intermédio do Departamento Federal de Segurança Pública, a assinar com os Estados, Convênios destinados a promover o intercâmbio de informações no setor de identificação e dá outras providências.

Decreto nº 52.114 — de 17 de junho de 1963.

PROQUISA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS S.A.

Concede à Proquisa — Comércio e Indústria de Produtos Químicos S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 1.564 — de 21 de novembro de 1962.

PROTOCOLOS

Promulga o Protocolo de Negociações Econômicas assinado em Varsóvia, a 25 de maio de 1961, entre o Brasil e a Polônia.

Decreto nº 52.020 — de 20 de maio de 1963.

Torna públicas a entrada em vigor do Protocolo para limitar o cultivo da papoula, a produção, o comércio internacional, o comércio por atacado e o uso do ópio, concluído em Nova York, a 23 de junho de 1953, e ratificações e adesões ao mesmo.

Decreto nº 52.022 — de 20 de maio de 1963.

Q

QUARTZO

Autoriza Alumínio Minas Gerais Sociedade Anônima a lavar quartzo no município de Ouro Preto — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.613 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro — Janusz Gerulewicz a pesquisar quartzo e ametista no município de Cavalcante — Estado de Goiás.

Decreto nº 1.687 — de 26 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro — Niels Eriv Hedeager a pesquisar caulim, feldspato e quartzo no município de Mairiporã — Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.910-A — de 28 de abril de 1963.

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.537, de 5 de março de 1959.

Decreto nº 51.912-B — de 25 de abril de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro — Sylvio Costa Rodrigues a pesquisar quartzo e mica, no município de Galiléia — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.942 — de 26 de abril de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro — Sebastião da Silva Guimarães a lavar mica, caulim e quartzo no município de Rio Preto — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.945-A — de 26 de abril de 1963.

R

RÁDIO IBITURUNA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Ibituruna Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 891 — de 12 de abril de 1962.

RÁDIO SÃO VICENTE S.A.

Outorga concessão à Rádio São Vicente Sociedade Anônima, para estabelecer uma radiodifusora de onda média, na cidade do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.015-A — de 17 de maio de 1963.

Torna sem efeito o Decreto número 52.015-A, de 17 de maio de 1963.

Decreto nº 52.099 — de 10 de junho de 1963.

RADIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA

Revoga o Decreto nº 42.941, de 30 de dezembro de 1957, que outorgou concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.998 — de 13 de maio de 1963.

RADIO TRABALHISTA LTDA.

Outorga concessão à Rádio Trabalhista Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média, na cidade de Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.009 — de 16 de maio de 1963.

RADIOTELEFONIA

Outorga concessão a Prefeitura Municipal de Fortaleza — Serviço Telefônico de Fortaleza — para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto nº 1.990 — de 10 de janeiro de 1963.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rêde de Viação Cearense, e dá outras providências.

Decreto nº 51.865 — de 26 de março de 1963.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ- SANTA CATARINA

Aprova o enquadramento das funções da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 52.084 — de 30 de maio de 1963.

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Retifica o Decreto nº 51.448, de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Rêde Ferroviária do Nordeste, e dá outras providências.

Decreto nº 51.866 — de 26 de março de 1963.

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova o aumento de capital e consequente alteração do artigo sétimo dos Estatutos Sociais da Rêde Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 51.901 — de 18 de abril de 1963.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Comissão de Intercâmbio e Coordenação da Assistência Técnica Internacional (CICATI), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.869 — de 28 de março de 1963.

— Aprova o Regimento do Conselho Nacional Consultivo da Agricultura (ACICATI), criada pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 51.870 — de 28 de março de 1963.

— Estabelece novo regimento para o Gabinete Civil da Presidência da República.

Decreto nº 51.872 — de 1 de abril de 1963.

— Aprova o Regimento da Secretaria Executiva das Comissões e Conselhos (SECC), prevista no artigo 133 do Regulamento do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto nº 51.701, de 11 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 51.890 — de 5 de abril de 1963.

— Aprova o Regimento do Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT).

Decreto nº 51.902 — de 19 de abril de 1963.

— Altera a redação dos artigos 2º e 19 do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto número 17.546, de 5 de janeiro de 1945.

Decreto nº 51.917-A — de 26 de abril de 1963.

— Estabelece regimento para o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM).

Decreto nº 52.103 — de 11 de junho de 1963.

— Aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e cria funções gratificadas.

Decreto nº 52.115 — de 17 de junho de 1963.

— Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Trânsito e cria funções gratificadas.

Decreto nº 52.116 — de 17 de junho de 1963.

— Modifica a redação do artigo 23 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 29.807, de 25 de julho de 1951.

Decreto nº 52.165 — de 26 de junho de 1963.

REGULAMENTOS

Dispensa temporariamente, exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 51.875 — de 1 de abril de 1963.

— Prorroga, temporariamente, até 31 de janeiro de 1964 o disposto no art. 126 do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 51.876 — de 1 de abril de 1963.

— Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto nº 51.886 — de 9 de abril de 1963.

— Aprova o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, e dá outras providências.

Decreto nº 51.897 — de 9 de abril de 1963.

— Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.

Decreto nº 51.900 — de 10 de abril de 1963.

— Modifica o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Decreto nº 51.904 — de 19 de abril de 1963.

— Acresce o número 6 ao item XVI do art. 2º do Decreto número 51.724, de fevereiro de 1963, e estabelece medidas para a sua execução.

Decreto nº 51.915 — de 26 de abril de 1963.

— Dá nova redação ao Capítulo VII (Condecorações), Título I — Primeira Parte — do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951).

Decreto nº 51.961 — de 26 de abril de 1963.

— Dispõe sobre o funcionamento da Consultoria-Geral da República.

Decreto nº 51.991 — de 6 de maio de 1963.

— Altera redação de Artigo do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto nº 51.996 — de 8 de maio de 1963.

— Aprova o Regulamento da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR).

Decreto nº 51.997, de 13 de maio de 1963.

— Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 52.001, de 14 de maio de 1963.

— Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 52.002, de 14 de maio de 1963.

— Altera o parágrafo terceiro do art. 29 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 52.003, de 14 de maio de 1963.

— Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963.

— Altera o art. 68 do Regulamento de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961.

Decreto nº 52.041, de 22 de maio de 1963.

— Aprova o Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 52.093, de 4 de junho de 1963.

— Inclui a categoria de "Mecânico" no art. 326 e acrescenta parágrafo único ao art. 379 do Regulamento para o tráfego marítimo.

Decreto nº 52.108-A, de 11 de junho de 1963.

— Altera o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica Civil.

Decreto nº 52.125, de 17 de junho de 1963.

— Aprova o Regulamento para Formação de Oficiais Engenheiros e Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Decreto nº 52.163, de 28 de junho de 1963.

REGULAMENTO GERAL DE TRANSPORTES

Aprova o Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras.

Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963.

RELEVAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

Releva a prescrição em que incorreu o direito à reforma, por incapacidade física, do ex-soldado do Exército Jorge Lado Cés.

Lei nº 4.231, de 7 de junho de 1963.

S

SALÁRIO-MÍNIMO

Retifica o Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962.

Decreto nº 52.006, de 16 de maio de 1963.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à plena propriedade Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim, 329, na Capital do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.238, de 26 de junho de 1963.

SERVIÇO NACIONAL DOS MUNI- CÍPIOS (SENAM)

Dispõe sobre o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), criado pelo Decreto nº 50.334, de 11 de março de 1961, diretamente subordinado à Presidência da República, à "Casa dos Municípios" e dá outras providências.

Decreto nº 52.102, de 11 de junho de 1963.

— Estabelece regimento para o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM).

Decreto nº 52.103, de 11 de junho de 1963.

— Dispõe sobre os cargos em comissão e funções gratificadas do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) e dá outras providências.

Decreto nº 52.104, de 11 de junho de 1963.

— Aprova a Tabela de Pessoal Temporário do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), para o exercício de 1963.

Decreto nº 52.105, de 11 de junho de 1963.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Isenta dos impostos de importação e consumo uma central telefônica automática a ser importada pela Empresa Telefônica de Uberaba S. A., no Estado de Minas Gerais.

Lei nº 4.219, de 8 de maio de 1963.

— Isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

Lei nº 4.227, de 23 de maio de 1963.

SERVIDAÇÃO

Concede isenção de direitos aduaneiros, adicional de 10%, imposto de consumo e mais taxas, alfandegárias para equipamento importado pela Empresa Telefônica Aquidauanense Limitada, Companhia Telefônica de Valinhos e Empresa de Melhoramentos de Andradina — EMA — Construtora Sociedade Anônima.

Lei nº 4.230 — de 1º de junho de 1963.

— Outorga concessão a Companhia Telefônica Oeste do Brasil — "Teleoeste", para executar serviço radiotelefônico público interior.

Decreto nº 52.039 — de 22 de maio de 1963.

— Outorga concessão a Companhia — Prorroga o prazo a que se referem os artigos 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1º dos Decretos ns. 1396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962 e 51.853, de 25 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública as áreas de terra que discrimina, destinadas à passagem da linha de transmissão da São Paulo Light S. A. Serviços de Eletricidade, entre a Usina Termoeletrica de Piratininga e um ponto da linha de Cubatão a São Caetano do Sul.

Decreto nº 51.964 de abril de 1963.

SIDERÚRGICA DE SANTA CATARINA S.A. (SIDESC)

Constitui Grupo Executivo para os fins que especifica.

Decreto nº 52.128 — de 17 de junho de 1963.

SILTITOS

— Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar siltitos e Folhelhos no município de Pilar do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.968 — de 26 de abril de 1963.

SOCIEDADE DE FLUORITA URUSSANGA LTDA.

Concede à Sociedade de Fluorita Urussanga Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.921 — de 26 de abril de 1963.

SOCIEDADE FILARMÔNICA "LYRA"

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na rua São Joaquim, 329, na Capital do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.238 — de 26 de junho de 1963

SOCIEDADE TÉCNICA DE MATERIAIS PARA FUNDIÇÃO "SOMAF"

Concede à Sociedade Técnica de Materiais para Fundição "Somaf" Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.045 — de 24 de maio de 1963.

SOJA

Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de soja para o ano agrícola de 1965-64, extensivo aos remanescentes da produção — 1962-63.

Decreto nº 52.155 — de 25 de junho de 1963.

SUDENE

Estende à região amazônica benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).

Lei nº 4.216 — de 6 de maio de 1963

— Aprova o Regulamento da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963.

Decreto nº 52.149 — de 25 de junho de 1963.

SUNAB

Ver: Superintendência Nacional do Abastecimento.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Ver: Empresas incorporadas.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

Declara de utilidade pública por interesse social para fins de desapropriação o domínio útil da Gleba "Santa Alice", desmembrada da Fazenda do mesmo nome, localizada no Município de Itaguai, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.906 — de 19 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública por interesse social, para fins de desapropriação, as Fazendas "Penha" e "Caição", "Capivari", "Piranema" e "Mato Grosso", localizadas nos 2º e 3º Distritos do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação e colonização uma área de terras situadas em Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.197 — de 11 de junho de 1963.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação e colonização uma área de terra situada no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.408 — de 11 de junho de 1963.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação, uma área de terras situada no vale do Rio Maranhão, nos Municípios de Niquelândia e Lusidiana, no Estado de Goiás, e dá outras providências.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA

Ver: Amazônia.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Fixa os poderes especiais do Superintendente da SUNAB e as atribuições dos Administradores das entidades por ela jurisdicionadas.

Decreto nº 51.887, de 4 de abril de 1963.

— Subordina a Superintendência Nacional do Abastecimento à Presidência da República, revoga o Decreto nº 2.054, de 16 de janeiro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 51.883, de 4 de abril de 1963.

SUPRA

Ver: Superintendência de Política Agrária.

T

TALCO

Torna extensiva ao Tabaco em folha produzido no Estado da Paraíba, as especificações a que se refere o Decreto nº 10.218, de 12 de agosto de 1942, com as alterações do Decreto nº 40.071, de 8 de outubro de 1956.

Decreto nº 52.055, de 24 de maio de 1963.

TELECOMUNICAÇÕES

Constituição de Comissão Intermistrial para decidir sobre a nacionalização das empresas concessionárias que exploram o serviço público de energia elétrica, ou telecomunicações.

Decreto nº 51.892, de 8 de abril de 1963.

—Aprova o Regulamento Geral para Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963.

TELEFONES

Ver: Serviços Telefônicos.

TELEVISÃO

Revoga os Decretos ns. 42.943, de 30 de dezembro de 1957, e 43.939, de 12 de março de 1958, e outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional — Rádio Nacional — para estabelecer uma estação de televisão em VHF, geradora de programas na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.013-A, de 17 de maio de 1963.

TELEVISÃO EXCELSIOR RIO SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Televisão Excelsior Rio Sociedade Anônima para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 51.999, de 13 de maio de 1963.

TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Fica suprimida a representação do Ministério da Agricultura no Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSCOP).

Decreto nº 52.038, de 22 de maio de 1963.

TERRENOS NACIONAIS INTERIORES

Autoria estrangeiro a adquirir o domínio pleno dos terrenos nacionais interiores, que menciona, situações no Estado da Guanabara.

Decreto nº 1.062, de 28 de maio de 1963.

TERRITÓRIO DE RORAIMA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao equipamento dos gabinetes e laboratórios de História Natural, Física e Química, do Ginásio "Euclides da Cunha", no Território de Roraima.

Lei nº 4.235, de 17 de junho de 1963.

THE HOME INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Home Insurance Company.

Decreto nº 235, de 27 de novembro de 1961.

THE TOKIO MARINE & FIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Tokio Marine & Fire Insurance Company Limited.

Decreto nº 2.082, de 17 de janeiro de 1963.

TRÁFEGO MARÍTIMO

Inclui a categoria de "Mecânico" no art. 320 e acrescenta parágrafo único do art. 379 do Regulamento para o tráfego marítimo.

Decreto nº 52.108-A, de 11 de junho de 1963.

TRANSFERÊNCIA PARA BRASILIA

Altera dispositivo do Decreto número 50.602, de 16 de maio de 1961.

Decreto nº 51.894, de 9 de abril de 1963.

TRANSPORTES

Aprova o Regulamento Geral de Transportes para as estradas de ferro brasileiras.

Decreto nº 51.813, de 8 de março de 1963.

TRANSPORTES DE PETRÓLEO

Cria Grupo de Trabalho com o fim de estudar o sistema de transportes de petróleo e derivados por vias terrestres.

Decreto nº 51.978, de 30 de abril de 1963.

TRIBUNAIS DE CONTAS

Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 52.145, de 25 de junho de 1963.

TRIGO

Altera disposições do Decreto número 47.491, de 24 de dezembro de 1959, que regula o abastecimento de trigo, estabelece normas para sua comercialização e industrialização e adota providências relacionadas com a defesa da produção nacional.

Decreto nº 52.160, de 10 de junho de 1963.

U

UNIVERSIDADES

Denomina "Hospital Professor Edgard Santos o atual Hospital das Clínicas da Universidade da Bahia.

Lei nº 4.226, de 23 de maio de 1962.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Recife.

Decreto nº 51.766, de 1 de março de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a fim de possibilitar a construção da Cidade Universitária, Restaurante Universitário e Casa do Estudante, propriedades situadas na cidade de Macaio, Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.907, de 19 de abril de 1963.

Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade de Santa Maria.

Decreto nº 51.909-A, de 26 de abril de 1963.

— Ver, também, escolas e Faculdades.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a "Colméia", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.124, de 4 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública o "Centro Espírita Luz e Trabalho, com sede em Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto nº 1.410, de 26 de setembro de 1962.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente "Irmã Elvira" com sede em Votuporanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.550, de 20 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o Centro de Assistência Social do Desterro, com sede em São Luiz, Estado do Maranhão.

Decreto nº 1.553, de 20 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o "Hospital São Luiz e Maternidade Carolina Telles da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras", com sede em Araras, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.554, de 20 de novembro de 1962.

— Declara de utilidade pública o "União dos Monges Espíritas de Ribeirão Preto", com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.983, de 10 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública o Sociedade Espírita Dr. Bezerra de Menezes, com sede em Jardinópolis, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.985, de 10 de janeiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a Casa do Puríssimo Coração de Maria de Guaratinguetá, com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.714, de 15 de fevereiro de 1963.

— Declara de utilidade pública a "Sociedade Civil Servos da Caridade", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.916-B, de 26 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública o Hospital Espirita, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 51.918-B, de 26 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública a Fundação Educandário Pestalozzi, com sede em Franca, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.015, de 17 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública a "Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.060, de 27 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública a Associação da União Este Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dias, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.070, de 27 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública o Abrigo Thereza de Jesus, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.079, de 30 de maio de 1963.

VERMICULITA

Autoriza o cidadão brasileiro Luperício Bueno Gonçalves a pesquisar apatita, leucita e vermiculita no município de Aracoiaba da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.637, de 23 de novembro de 1962.

— Renova o Decreto nº 48.405, de 23 junho de 1960.

Decreto nº 51.941, de 26 de abril de 1963.

VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

— Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e dá outras providências.

Decreto nº 51.858, de 21 de março de 1963.

VISTO CONSULAR

Regulamenta a Lei nº 4.204, de 7 de fevereiro de 1963, que isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.

Decreto nº 51.914-B, de 26 de maio de 1963.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Vieira Coelho a pesquisar xisto argiloso, no município de Pirapora do Bom Jesus (Estado de São Paulo).

Decreto nº 51.931-A, de 26 de abril de 1963.

— Autoriza a empresa de mineração Maria Luiza Ltda. a pesquisar xisto argiloso no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.974-A, de 26 de abril de 1963.

Z

ZINCO

Autoriza o cidadão brasileiro João Alves Pereira a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata e fluorita, no município de Januário, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.926-A, de 26 de abril de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 46.782, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto nº 2.175, de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto de nº 46.776, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto nº 2.176, de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto de nº 46.780, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto nº 2.177, de 22 de janeiro de 1963.

— *Renova a autorização contida no Decreto de nº 46.781, de 3 de setembro de 1959.*

Decreto nº 2.178, de 22 de janeiro de 1963.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1963 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1963

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
14 — Decreto Legislativo de 1963 — Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 374.900,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros) proveniente de serviços prestados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pela Empresa Limpadora Imperial Limitada, em janeiro de 1960 — Publicado no D.O. de 5 de julho de 1963	3	bunal de Contas da União denegatório de registro e contrato celebrado entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a "Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Ltda." — Publicado no D.O. de 25 de setembro de 1963	4
15 — Decreto Legislativo de 1963 — Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	3	19 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana — Publicado no D.O. de 26 de setembro de 1963	4
16 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Acórdão Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil, a 11 de maio de 1962, em Washington — Publicado no D.O. de 15 de julho de 1963	3	4.241 — Lei de 5 de julho de 1963 — Promove "post-mortem" ao posto de General-de-Divisão o Coronel de Infantaria Pedro Ângelo Corrêa — Publicada no D.O. de 17 de julho de 1963	5
17 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961 — Publicado no D.O. de 6 de setembro de 1963 — Retificado no D.O. de 24 de setembro de 1963	4	4.242 — Lei de 17 de julho de 1963 — Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências — Publicado no D.O. de 18 de julho de 1963 — Retificado no D.O. de 6 de agosto de 1963	5
18 — Decreto Legislativo de 1963 — Mantém o ato do Tri-			

	Págs.		Págs.
4.242 — Lei de 17 de julho de 1963 — Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares — Publicada no D.O. de 4 de setembro de 1963	24	lio da União aos programas e atividades esportivas dos Clubes de Caça e Tiro e associações congêneres das zonas de colonização — Publicado no D.O. de 1º de agosto de 1963	27
4.243 — Cria, para cumprimento da Lei nº 3.401, de 12 de junho de 1958, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências — Publicada no D.O. de 23 de julho de 1963 — Retificada no D.O. de 31 de julho de 1963	25	4.248 — Lei de 30 de julho de 1963 — Altera o inciso I do artigo 945 do Código do Processo Civil e os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941 — Publicado no D.O. de 1º de agosto de 1963	27
4.244 — Lei de 20 de julho de 1963 — Estabelece normas para o recebimento de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho — Publicada no D.O. de 28 de agosto de 1963	25	4.249 — Lei de 6 de agosto de 1963 — Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília — Publicada no D.O. de 28 de agosto de 1963	28
4.245 — Lei de 20 de julho de 1963 — Isenta de imposto aduaneiro e taxas, inclusive do imposto de consumo, os materiais importados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a partir do ano de 1958 — Publicada no D.O. de 28 de agosto de 1963	26	4.250 — Lei de 8 de agosto de 1963 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962 — Publicada no D.O. de 30 de agosto de 1963 — Retificado no D.O. de 9 de setembro de 1963	28
4.246 — Lei de 20 de julho de 1963 — Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, pelo Ministério da Saúde, para atender às despesas com o prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande — Mato Grosso — e ampliação das instalações do Hospital do Pênfigo de Uberaba — Minas Gerais — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1963 — Retificado no D.O. de 4 de setembro de 1963	26	4.251 — Lei de 8 de agosto de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.695.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a cobrir despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos — Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1963	36
4.247 — Lei de 30 de julho de 1963 — Dispõe sobre o auxí-		4.252 — Lei de 10 de agosto de 1963 — Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas — Publicada no D.O. de 14 de agosto de 1963	37
		4.253 — Lei de 27 de agosto de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a mandar promover a publicação das obras completas de Euclides da Cunha, e dá outras providências — Pu-	

Págs.		Págs.
	blicada no D.O. de 29 de agosto de 1963	37
4.254	— Lei de 30 de agosto de 1963 — Concede pensão à viúva do ex-funcionário público federal Leopoldo Bernardes dos Santos — Publicada no D.O. de 16 de setembro de 1963	39
4.255	— Lei de 9 de setembro de 1963 — Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul — Estado do Rio Grande do Sul — à Sociedade Cultural de Cacequi — Publicada no D.O. de 18 de setembro de 1963 — Retificada no D.O. de 30 de setembro de 1963 ..	38
4.256	— Lei de 9 de setembro de 1963 — Aprova o ajuste de contas assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo — Publicada no D.O. de 17 de setembro de 1963 — Retificada no D.O. de 19 de setembro de 1963	39
4.257	— Lei de 10 de setembro de 1963 — Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A., para importação de equipamento destinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro — Publicado no D.O. de 30 de setembro de 1963	44
4.258	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Releva a prescrição do direito à reclamação administrativa, em que incorreu o ex-soldado fuzileiro naval Antônio Santiago de Lima — Publicada no D.O. de 19 de setembro de 1963	45
2.459	— Lei — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	45
4.260	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Concede a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais a Albertina de Viveiro Marques, viúva do ex-Deputado Gerson Corrêa Marques — Publicada no D.O. de 30 de setembro de 1963	45
4.261	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 ao jornalista Apparício Torelly — Publicada no D.O. de 30 de setembro de 1963 ..	—
ÍNDICE DO APENSO		
4.238	— Lei de 26 de junho de 1963 — Desincorpora do patrimônio da União e devolve à Plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim nº 329, na Capital do Estado de São Paulo. — Retificada no D. O. de 3 de julho de 1963	49
4.239	— Lei de 27 de junho de 1963 — Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 12 de julho de 1963	49
4.240	— Lei de 28 de junho de 1963 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências. — Retificada no D. O. de 3 de julho de 1963 ..	84

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1963, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal e eu, Camillo Nogueira da Gama, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1963

Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 374.900,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros) proveniente de serviços prestados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pela Empresa Limpadora Imperial Ltda., em janeiro de 1960.

Art. 1º. É tornado definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de Cr\$ 374.900,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros), proveniente de serviços prestados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pela Empresa Limpadora Imperial Ltda., em janeiro de 1960.

Art. 2º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de julho de 1963.

CAMILLO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu Camilo Nogueira da Gama, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1963

Aprova o texto do Acôrdo Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil, a 11 de maio de 1962, em Washington.

Art. 1º É aprovado o texto do Acôrdo Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil, a 11 de maio de 1962, em Washington.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de julho de 1963

CAMILO NOGUEIRA DA GAMA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1963

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Art. 1º É aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de setembro de 1961. — *Auro Moura Andrade*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77 § 1º, da Constituição Federal, e eu Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1963

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro e contrato celebrado entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a "Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Ltda."

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro e contrato celebrado, em 9 de novembro de 1959, entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a "Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Ltda.", para instalação e exploração de serviços de café, bar e restaurante na Estação de Passageiros do Aeroporto de Manaus, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de setembro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº 1, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1963

Aprova o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana.

Art. 1º É aprovado o Convênio de instituição, na Itália, de um "Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil", assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de setembro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.241 — DE 5 DE JULHO DE 1963

Promove "post-mortem" ao posto de General-de-Divisão o Coronel de Infantaria Pedro Angelo Corrêa.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' promovido "post-mortem" ao posto de General-de-Divisão o Coronel-de-Infantaria Pedro Angelo Corrêa.

Parágrafo único. Ficam assegurados aos seus atuais herdeiros os benefícios de pensão correspondente ao posto de General-de-Divisão, a partir desta data.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Jair Ribeiro

Projeto 3580/57

LEI Nº 4.242 — DE 17 DE JULHO DE 1963

Fixa novos valores para os vencimentos dos Servidores do Poder Executivo, Civis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os valores dos níveis de vencimentos, das funções gratificadas e dos símbolos dos cargos em comissão e efetivos, dos servidores civis do Poder Executivo e os valores dos padrões de vencimentos, dos servidores militares, passam a ser os constantes do Anexo I e II desta lei, mantidos os valores fixados pela Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, para as progressões horizontais.

Art. 2º Aos servidores civis inativos do Poder Executivo, pagos pelo Tesouro Nacional e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), fica concedido aumento nas bases percentuais adotadas nas tabelas constantes do Anexo I desta lei, calculado sobre a parcela dos proventos relativos aos níveis de vencimento ou símbolo que lhe fôr correspondente.

§ 1º O disposto neste artigo se estende aos serventuários inativos da Justiça cujos proventos são pagos ou suplementados pelo Tesouro Nacional.

§ 2º O pagamento dos novos proventos será feito independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

Art. 3º Aos pensionistas civis pagos pelo Tesouro Nacional é concedido um aumento de setenta por cento (70%) calculado sobre as respectivas pensões, sendo o pagamento feito independentemente de prévia apostila nos títulos.

§ 1º As pensões concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado serão reajustadas automaticamente na base de setenta por cento (70%), na forma do Decreto nº 51.060, de 26 de julho de 1961.

§ 2º Os benefícios deste artigo serão extensivos aos pensionistas dos servidores autárquicos.

Art. 4º E' concedido aumento aos servidores ocupantes de cargos ou funções extintos, não incluídos no Sistema de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, nas mesmas bases percentuais estabelecidas por esta lei para o nível da atual tabela de vencimentos de cargos efetivos do funcionalismo civil, cujo valor seja igual ou esteja mais próximo ao dos respectivos vencimentos.

Parágrafo único. Os abonos percebidos pelos servidores a que se refere este artigo na forma do art. 5º, § 2º, da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960, e do artigo 6º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, ficam incorporados aos respectivos vencimentos, inclusive para efeito de cálculo do aumento ora concedido.

Art. 5º E' concedido abono de setenta por cento (70%) aos servidores ocupantes de cargos e funções ainda não enquadrados no Sistema de Classificação de Cargos, enquanto permanecerem nessa situação, excluído o pessoal a que se referem os artigos 6º e 25, §§ 2º e 3º.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O abono de que trata este artigo será calculado sobre os respectivos vencimentos, já incorporados os abonos anteriores... (VETADO).

Art. 6º Os vencimentos mensais dos ocupantes dos cargos abaixo indicados passam a ser os seguintes:

	Cr\$
Professor Catedrático	120.000,00
<i>Diplomatas:</i>	
Ministro de 1ª Classe	130.000,00
Ministro de 2ª Classe	112.500,00
Primeiro Secretário	85.000,00
Segundo Secretário	78.000,00
Terceiro Secretário	71.000,00
Ministro de 1ª Classe para Assuntos Econômicos ..	130.000,00
Ministro de 2ª Classe para Assuntos Econômicos..	112.500,00
Cônsul Privativo	85.000,00
Delegado de Polícia	95.000,000

Art. 7º O aumento de que trata esta lei é extensivo, nas mesmas bases percentuais, ao pessoal do Poder Executivo, inclusive da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, transferido para o Estado da Guanabara, por força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, respeitado o disposto no art. 1º.

§ 1º O disposto neste artigo é aplicável ao pessoal inativo, aposentado posteriormente à transferência, na forma do art. 2º desta lei.

§ 2º Aplicam-se às Corporações referidas neste artigo as disposições do art. 59 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares.

§ 3º Os oficiais ocupantes dos penúltimos e últimos postos (tenente-coronel ou coronel) das Corporações mencionadas neste artigo que façam jus a uma ou mais promoções para a inatividade, de acordo com a legislação própria ou especial, terão direito, apenas, aos proventos de 1 (um) ou 2 (dois) postos além do último (coronel).

Art. 8º O aumento concedido por esta lei aplica-se, nas mesmas bases percentuais, ao pessoal ativo da administração do antigo Território Federal do Acre, transferido para o atual Estado do Acre por força da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962, observado o disposto no art. 1º.

Parágrafo único. O disposto neste artigo é aplicável ao pessoal inativo, aposentado posteriormente à transferência, na forma do art. 2º desta lei.

Art. 9º E' concedido aumento, nas mesmas bases percentuais, adotadas nas tabelas constantes do Anexo I desta lei, observado o disposto no art. 1º, ao pessoal, em atividade ou não, dos Territórios e das Autarquias Federais, dos serviços portuários administrados pela União sob a forma autárquica, da Rede Ferroviária Federal S. A. e das ferrovias e outras entidades sob regime especial de administração pela União, deduzidos os aumentos ou abonos concedidos

após 1º de abril de 1962, ressalvados, tão-somente, os efeitos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. E' concedido aumento de 70% (setenta por cento) ao pessoal temporário e de obras sujeito ao regime de emprêgo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, deduzidos os aumentos ou abonos concedidos após 1º de abril de 1962, ressalvados, tão-somente os efeitos da Lei n. 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 10. Ao pessoal empregado em empresas de navegação marítima, fluvial, lacustre e portuária é concedido aumento, em suas soldadas-base ou vencimento, de trinta e um por cento (31%) sobre os valores fixados no Decreto nº 51.668, de 17 de janeiro de 1963.

Parágrafo único. As gratificações de função, de incumbência e especiais, previstas no Decreto nº 51.668, de 17 de janeiro de 1963, ficam mantidas nos valores pecuniários resultantes da aplicação do referido decreto, revogado o caráter percentual daquelas vantagens.

Art. 11. Aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) e Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) é concedido aumento nas mesmas bases percentuais adotadas nas Tabelas constantes do Anexo I desta lei.

Art. 12. Os militares que se encontram na inatividade e os pensionistas terão os seus proventos e pensões reajustados, tomando-se por base os vencimentos fixados na Tabela do Anexo II desta lei, independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

Art. 13. Fica suprimido o pagamento de etapa de desarranhamento para subtenentes, suboficiais e sargentos previsto no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, os quais passarão a ser arranchados nas mesmas condições dos oficiais.

Art. 14. Ficam revogados o art. 4º da Lei nº 3.783, de 30 de julho de 1960, o art. 4º da Lei nº 3.826, de 28 de novembro de 1960, e o § 2º do art. 2º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 15. Os vencimentos mensais dos Ministros de Estado são fixados em Cr\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil cruzeiros); os dos Chefes do Gabinete Civil e do Gabinete Militar da Presidência da República, bem como os do Prefeito do Distrito Federal, em Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros); os do Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, em Cr\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), não se lhes aplicando o disposto na Lei 4.019, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º Observado o disposto na parte final deste artigo, são fixados os vencimentos mensais:

- a) dos membros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica, de que trata a Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, e do Conselho Nacional de Telecomunicações, em Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), sem qualquer acréscimo por comparecimento às sessões;
- b) dos Secretários Gerais da Prefeitura do Distrito Federal, em Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros);
- c) do Superintendente da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), em Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros);
- d) (VETADO).
- e) (VETADO).

§ 2º E' concedida, a título de representação, ao Diretor-Geral do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), a gratificação mensal de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Art. 16. O salário-família, concedido ao servidor da União, fica majorado para Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais, por dependente.

Parágrafo único. Para efeito da percepção do salário-família é considerada dependente do servidor, civil ou militar, a mãe viúva, sem qualquer rendimento, que viva as suas expensas.

Art. 17. Os pagamentos em moeda estrangeira feitos a servidores militares e civis, da administração direta e indireta, em viagem, missão, estudo ou exercício no interior não sofrerão qualquer acréscimo, em decorrência da aplicação desta lei.

Parágrafo único. As majorações que se verificarem nas parcelas relativas a vencimentos e vantagens, bem como no salário-família, serão compensados, no mesmo montante, com a redução na parcela de representação ou reajustamento.

Art. 18. Nenhum servidor público, civil ou militar, servidor de autarquia e serventuário da Justiça, na atividade ou não, poderá perceber no País, mensalmente, a título de vencimento ou remuneração e vantagens pecuniárias fixas, inclusive percentagem na arrecadação de tributos, custas e emolumentos, quantia superior a Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros).

§ 1º O órgão do pessoal respectivo incluirá obrigatoriamente, no cheque ou folha de pagamento, entre os descontos a que está sujeito o funcionário, o excesso de retribuição verificado, que reverterá, conforme a hipótese, ao Tesouro Nacional, ou aos cofres da entidade descentralizada como receita eventual.

§ 2º No cálculo do teto a que se refere este artigo, levar-se-á em conta a importância bruta, total, percebida pelo servidor, nela incluídas as diárias de que trata a Lei nº 4.019, de 1961, e as vantagens que, embora variando quanto ao valor pecuniário, são percebidas mensalmente e, em caráter permanente, bem como a soma resultante da acumulação de proventos ou pensões com a remuneração de qualquer atividade pública, de natureza executiva ou legislativa, deduzindo-se, entretanto, as parcelas correspondentes aos descontos compulsórios para a Previdência Social, Montepio ou Pensão Militar, a ajuda de custo e as diárias de alimentação e pousada.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, do Departamento Federal de Segurança Pública e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, bem como aos servidores civis e militares transferidos para os Estados da Guanabara e do Acre (Leis ns. 3.752, de 1960, e 4.070, de 1962) e aos aposentados posteriormente à transferência.

§ 4º A inobservância do disposto neste artigo, e no art. 19, será considerada lesão aos cofres públicos, acarretando ao funcionário beneficiado e aos responsáveis pelo pagamento a pena de demissão, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Art. 19. Nenhum servidor público, civil ou militar, inclusive autárquico ou empregado em sociedade de economia mista, em serviço, missão, estudo ou função de qualquer outra natureza no exterior, poderá perceber dos cofres públicos, a qualquer título, importância mensal superior a US\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos dólares).

§ 1º Observado o teto ora estipulado, o Poder Executivo regulamentará a fixação da representação dos servidores no exterior à base das respectivas atribuições e responsabilidades e importância da missão, respeitada a hierarquia funcional estabelecida em lei.

§ 2º As gratificações de representação do Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior e do Contador Secional junto àquela repartição serão fixadas pelo Poder Executivo, ficando revogado o parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 8.542, de 2 de janeiro de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 9.687, de 30 de agosto de 1946.

§ 3º O teto estabelecido neste artigo não se aplica aos Chefes de Missão Diplomática.

Art. 20. (VETADO).

Art. 21. As letras a, b e §§ 3º e 4º do art. 92, bem como o art. 99 e seu § 2º, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951, passam a ter a seguinte redação, mantidas as demais disposições:

"Art. 92.

a) os oficiais aspirantes a oficial, guardas-marinha, subtenentes, suboficiais e sargentos em serviço nas organizações militares que tenham rancho próprio, ou em serviço em qualquer organização quando de prontidão, em campanha, manobra, exercícios, permanência obrigatória e continuada durante a jornada;

b) as demais praças.

.....
§ 3º Os oficiais, subtenentes, suboficiais e sargentos com direito a alimentação serão obrigatoriamente arranchados nas suas organizações quando estas tenham rancho próprio.

§ 4º As praças, com exceção das citadas na letra a deste artigo, podem desarranchar, na forma estabelecida pelos regulamentos a que estiverem sujeitas.

Art. 99. A etapa será paga às praças, constantes da letra g do art. 20 do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946, quando estiverem desarranchadas na forma dos regulamentos militares.

§ 1º

§ 2º Os subtenentes, suboficiais e sargentos farão jus a uma etapa suplementar quando prontos no exercício de suas funções, matriculados em escolas ou cursos em trânsito, no gozo de férias, dispensas de serviço e licenças para tratamento de saúde própria ou de pessoas da família, bem como enquanto aguardam reforma por motivo de invalidez".

Art. 22. As vantagens do art. 34 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, são extensivas aos militares que servem nas guarnições de Nioaque, Bela Vista e Amambai, no Estado de Mato Grosso.

Art. 23. Aplica-se aos Aspirantes a Oficial e Guardas-Marinha o disposto na letra a do art. 30 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 24. Fica instituída, para ... (VETADO) ... Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara e da Capital da República, a gratificação de risco de vida destinada a compensar os riscos decorrentes de serviços efetuados com perigo de vida.

§ 1º A gratificação a que se refere este artigo será calculada com base nos vencimentos dos postos efetivos, obedecida a seguinte percentagem:

a) Oficiais — 20% (vinte por cento);

b) Praças — 30% (trinta por cento).

§ 2º O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará a matéria constante deste artigo, especificando as atividades que impliquem em efetivo risco de vida.

Art. 25. Ficam extintos os símbolos de cargos isolados, de provimento efetivo, na administração centralizada e autárquica, que sejam idênticos aos dos cargos de provimento em comissão constantes da Tabela B do Anexo I da presente lei, ressalvadas as situações decorrentes da aplicação da Lei nº 1.741, de 22 de novembro de 1952, e do art. 7º da Lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, e art. 22 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

§ 1º Os servidores atingidos por este artigo terão os seus vencimentos demonstrados em cruzeiros, sem nenhuma vinculação a padrões, símbolos ou níveis de vencimentos.

§ 2º Os cargos de Tesoureiros-Auxiliares da administração direta e indireta, inclusive os atualmente ocupados, passam a ter os vencimentos mensais de Cr\$ 120.000,00, Cr\$ 115.000,00 e Cr\$ 110.000,00, correspondentes às Tesourarias de 1º, 2º e 3º Categorias respectivamente.

§ 3º O disposto neste artigo e no seu § 2º se aplica de igual modo aos cargos de Conferente, Conferente de Valores e outros assemelhados, bem como aos seus atuais ocupantes, desde que ora retribuídos com padrões de vencimento correspondentes aos de cargos em comissão.

§ 4º Ficam mantidas as disposições da Lei nº 4.061, de 8 de maio de 1962, ressalvado o disposto neste artigo.

Art. 26. É concedido aumento sobre os vencimentos atuais aos servidores das Secretarias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, dos Tribunais Eleitorais e do Trabalho, nas mesmas bases das tabelas do Anexo I.

Parágrafo único. Não farão jus ao aumento ora concedido os servidores das Secretarias dos Tribunais Federais, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Eleitorais e do Trabalho e do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal que se encontrem equiparados, para efeito de vencimentos e vantagens por força de lei ou de decisão judiciária, ao pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal ou dos órgãos do Poder Legislativo.

Art. 27. A gratificação eleitoral devida aos membros e Procuradores dos Tribunais Eleitorais, bem como aos juizes e escrivães eleitorais, passa a ser a seguinte:

a) juizes do Tribunal Superior Eleitoral e Procurador-Geral e juizes e Procuradores dos Tribunais Regionais, respectivamente, Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) e Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), por sessão a que comparecerem;

b) juizes e escrivães eleitorais, Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) e Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, respectivamente.

Art. 28. A gratificação mensal concedida pela Lei nº 4.071-A, de 22 de junho de 1962, aos Oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais fica elevada para Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 29. É arbitrada em 1/3 (um terço) do valor do vencimento a indenização, a que se refere o art. 11, item 2, da Convenção Internacional do Trabalho nº 81, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 24, de 29 de maio de 1956, e promulgada pelo Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, cujo pagamento será feito mensalmente, na forma de gratificação de representação.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pelo presente artigo não terão direito à diária prevista no art. 118, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 30. É concedida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, da FEB, da FAB e da Marinha, que participaram ativamente das operações de guerra e se encontram incapacitados, sem poder prover os próprios meios

de subsistência e não percebem qualquer importância dos cofres públicos, bem como a seus herdeiros, pensão igual à estipulada no art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.

Parágrafo único. Na concessão da pensão, observar-se-á o disposto nos arts. 30 e 31 da mesma Lei nº 3.765, de 1960.

Art. 31. Nenhum funcionário da administração direta e indireta do Poder Executivo poderá perceber vencimento inferior ao maior salário-mínimo vigente do país e nenhum servidor temporário ou de obras perceberá retribuição inferior ao salário-mínimo da região em que estiver lotado.

Art. 32. O Poder Executivo, no prazo de 60 dias, a contar da publicação desta lei, reverá os quantitativos das gratificações pela participação em órgãos de deliberação coletiva da administração direta e descentralizada, observados o princípio de hierarquia, a analogia ou equivalência de funções, a importância, o vulto e a complexidade das respectivas atribuições e responsabilidades.

Art. 33. (VETADO).

Art. 34. O disposto na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aplica-se às professoras mantidas pela Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura, nas Colônias de Pescadores.

Art. 35. A nenhum servidor da União, das autarquias e da Prefeitura do Distrito Federal, será paga remuneração, vencimento ou salário inferior ao salário-mínimo previsto em lei para a profissão correspondente ao cargo que exerce desde que cumpra o horário regulamentar previsto para a função de que se acha legalmente investido.

Parágrafo único. Na hipótese de ser o salário-mínimo profissional superior ao nível de retribuição, a diferença será paga em folha à parte, juntamente com o vencimento, remuneração ou salário.

Art. 36. Será computado, para efeito de pagamento de gratificação de nível universitário, o tempo de duração de curso de especialização realizado em virtude de exigência legal por servidores que já fazem jus a essa gratificação nos termos do disposto no art. 74 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 37. O tempo de serviço prestado ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelos vendedores de selos e encarregados de postos dos Correios amparados pelas Leis ns. 3.780, de 12 de julho de 1960, e 4.069, de 11 de junho de 1962, será contado para todos os efeitos.

Art. 38. Aplicam-se ao pessoal civil do Poder Executivo, lotado nos órgãos transferidos para o Estado da Guanabara, por força da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, as vantagens previstas no art. 18, e seus parágrafos, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962.

Art. 39. Ficam elevados para 1-C e 3-C, respectivamente, os símbolos dos cargos, em comissão, de Governador e de Secretário Geral dos Territórios Federais, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 40. Os empregados da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil admitidos até 31 de março de 1963 passam à condição de servidor público e serão incluídos, por decreto do Poder Executivo, nos órgãos da administração direta e indireta e na Prefeitura do Distrito Federal, vedadas novas admissões, salvo autorização do Presidente da República em exposição fundamentada da autoridade competente.

§ 1º Os empregados aproveitados na conformidade d'este artigo e, na qualidade de servidores cedidos pela União, pelas Autarquias e pela Prefeitura do Distrito Federal, poderão prestar serviços:

I — aos órgãos que integram diretamente a organização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

II — às Fundações, Companhias Subsidiárias, Sociedades de Abastecimento e a outras instituições jurisdicionadas ou vinculadas à Prefeitura do Distrito Federal, retribuídos por conta destas;

III — às sociedades, companhias, fundações, empresas ou entidades em que se venham a transformar no todo ou em parte os órgãos integrantes da organização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, retribuídos por conta destas, em qualquer caso.

§ 2º Enquanto não forem aprovados os quadros definitivos, os empregados mencionados neste artigo, desde que aproveitados no Serviço Civil do Poder Executivo, integrarão a parte especial do Quadro de Pessoal do Ministério, Autarquia ou órgão subordinado à Presidência da República em que forem aproveitados.

§ 3º Os empregados de que trata este artigo continuarão a ser pagos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, até que sejam definitivamente incorporados nos órgãos públicos em que vierem a ser aproveitados.

§ 4º Atendidas as peculiaridades de atribuições e retribuições, o aproveitamento dar-se-á para cargos ou funções constantes do Sistema de Administração de Pessoal que vigorar no Serviço Civil do Poder Executivo, nas Autarquias e na Prefeitura do Distrito Federal.

§ 5º Se o salário efetivamente percebido pelo empregado da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil for superior ao do cargo ou função em que vier a ser aproveitado, ser-lhe-á assegurada a respectiva diferença de vencimento ou salário, a qual será absorvida por aumentos gerais, promoções, adição de novas diferenças e outras vantagens decorrentes da Lei nº 4.019, de 20 de dezembro de 1961, e de legislação posterior.

§ 6º Para os fins do parágrafo anterior, serão considerados os salários efetivamente percebidos pelos referidos empregados, acrescidos de vantagens financeiras de qualquer natureza, de modo que o aumento não lhes acartete maiores benefícios do que os concedidos por esta lei aos servidores federais, excluídas desse montante as parcelas correspondentes a salário-família, gratificações de nível universitário e de risco de vida ou saúde.

§ 7º Os empregados aproveitados de acordo com o disposto neste artigo farão jus ao aumento de vencimentos ora concedido, cujo pagamento correrá por conta do crédito especial previsto nesta lei.

§ 8º O aproveitamento só alcançará os empregados admitidos até 31 de março de 1963 cujos respectivos empregos se achem abrangidos pela reclassificação aprovada pela Portaria nº 729, de 1962, do Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, ressalvadas as alterações posteriores, quanto às retificações e aos empregos a enquadrar.

§ 9º As ressalvas do parágrafo anterior *in fine* só alcançam as situações abrangidas pela citada Portaria, que, na data da vigência desta lei, ainda se constituam em casos pendentes de solução.

§ 10. O tempo de serviço efetivamente prestado à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil será computado, para todos os efeitos, em favor dos empregados amparados por esta lei.

Art. 41. (VETADO).

Art. 42. Os empregados da Fundação Brasil-Central, admitidos até 31 de março de 1963, passam à condição de servidores públicos, continuando a prestar serviços naquele órgão, nas funções até aqui exercidas, até que outras lhes sejam atribuídas na Reforma Administrativa em estudos.

Art. 43. Os empregados das Fundações instituídas pela Prefeitura do Distrito Federal, ... (VETADO) ... passam à condição de servidores municipais.

Art. 44. O servidor público civil ou militar, de autarquia ou sociedade de economia mista, que for desquitado e não responda pelo sustento da esposa, poderá descontar importância igual na declaração do imposto de renda, se houver incluído entre seus beneficiários, na forma do art. 5º da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, pessoa que viva sob sua exclusiva dependência econômica, no mínimo há cinco anos.

Art. 45. (VETADO).

Art. 46. É assegurado ao pessoal da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Conselho Penitenciário e do Corpo de Bombeiros, transferidos para o Estado da Guanabara, de acordo com o disposto na Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, o direito de requerer sua volta ao serviço da União.

§ 1º O pedido será apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, dentro do prazo, improrrogável, de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta lei, e será instruído com a fé de ofício do requerente.

§ 2º O deferimento do pedido ficará condicionado à existência de vaga.

§ 3º O servidor que estiver sendo submetido a sindicância, processo administrativo, inquérito policial-militar ou civil ou a processo penal não gozará do direito concedido neste artigo.

Art. 47. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

Art. 48. É proibida a nomeação interinamente em substituição, no impedimento de ocupante de cargo isolado de provimento efetivo, ... (VETADO).

Art. 49. (VETADO).

Art. 50. O disposto no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, aplica-se aos funcionários interinos nomeados até a data da referida lei, e aos Capelães Militares de todos os credos religiosos, que servem nas Forças Armadas, nomeados de acordo com o Decreto-lei nº 9.505, de 23 de julho de 1945.

§ 1º Não contando ainda os servidores a que se refere este artigo cinco anos de serviço público, permanecerão nos cargos até que se complete esse prazo a fim de serem definitivamente enquadrados.

§ 2º A norma desse artigo aplica-se, por igual, aos funcionários da União e das Autarquias com mais de dez anos de serviço público, admitidos até a data da presente lei.

§ 3º São igualmente aplicáveis aos funcionários de que trata este artigo os dispositivos da Lei nº 4.054, de 2 de abril de 1962, referentes a promoções.

§ 4º O capelão, quando privado do exercício de sua atividade religiosa pela autoridade eclesiástica competente, perderá as garantias asseguradas neste artigo.

Art. 51. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os quadros definitivos do funcionalismo, de que trata o artigo 87 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar da vigência desta lei.

Art. 52. (VETADO).

Art. 53. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizará censo periódico dos servidores públicos da União, das Autarquias e entidades parastatais.

Parágrafo único. Publicado o resultado do censo, com os elementos precisos de identificação, tempo de serviço, cargo ou função do servidor, vencimentos e vantagens ou proventos percebidos, o servidor que acumular cargos, funções ou proventos com violação dos preceitos legais terá o prazo de trinta dias para manifestar opção por um deles, sob pena de instauração de processo administrativo pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 54. O Departamento Administrativo do Serviço Público, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fará, no prazo de 90 dias, o levantamento dos servidores ocupantes de cargos e funções ainda não enquadrados no Sistema de Classificação de Cargos.

Art. 55. Para ocorrer às despesas decorrentes dos artigos anteriores, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 56. Fica incluída entre as atribuições do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura previstas no art. 22 do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, a de fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas dos profissionais das firmas, que lhes estejam jurisdicionadas.

§ 1º O valor das penalidades de multa pecuniária estabelecidas no Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e nos Decretos-leis ns. 3.995, de 31 de dezembro de 1941, e 8.620, de 10 de janeiro de 1946, e Lei número 3.097, de 31 de janeiro de 1957, fica automaticamente reajustado na mesma base percentual em que ocorrer elevação do salário-mínimo vigente no Distrito Federal, arredondando-se para 100% o reajustamento, sempre que a percentagem de referência for superior a 50%.

§ 2º O disposto no § 1º se aplica desde logo, e a partir da vigência desta lei, com reação ao último aumento de salário-mínimo já verificado.

Art. 57. É assegurado aos servidores civis e militares em licença para tratamento de sua própria saúde, e aos militares também quando baixados a hospital, a continuidade dos pagamentos de todas as gratificações que os mesmos vinham percebendo antes da licença ou da hospitalização.

Art. 58. O Poder Executivo, dentro de cento e vinte dias, a contar da publicação desta lei, enviará mensagens ao Congresso Nacional, acompanhadas de projetos de lei, dando nova classificação aos cargos técnicos do serviço público da União e atualizando o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951).

Art. 59. Dentro de 180 dias, a contar da publicação desta lei, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional mensagem acompanhada de projeto de lei organizando os serviços administrativos da Prefeitura do Distrito Federal e estabelecendo o plano de classificação dos cargos e funções de seus servidores.

Art. 60. As séries de classe de Guarda-Fios terão direito a acesso à classe de Inspetor de Linhas Telegráficas, nos termos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 61. Os trabalhadores, aprendizes e auxiliares de artífice dos Estabelecimentos Industriais da União, diplomados por Escolas Técnico-Profissionais ou portadores de certificado de habilitação profissional fornecido por autoridade competente, serão aproveitados na classe inicial da série de classes correspondentes à sua atividade profissional, do Serviço de Artífice.

Art. 62. Todos os candidatos aprovados em concursos, já homologados ou em fase de homologação, nos termos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, serão nomeados para as vagas existentes na série de classes ou classes singulares respectivas, ficando prorrogada a validade dos concursos, por mais 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta lei.

Art. 63. (VETADO).

Art. 64. Além dos previstos na Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, será readaptado o funcionário que, até a data da presente lei, tenha completado 2 (dois) anos ininterruptos ou 5 (cinco) anos, com interrupção, do exercício do cargo ou função de atribuições diversas das pertinentes à classe que, na data de 12 de julho de 1960, já se encontrasse nessa situação.

Art. 65. (VETADO).

Art. 66. O disposto nos arts. 49 e 52 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aplica-se aos técnicos dos serviços de saúde, inclusive aos que exerçam funções gratificadas ou de chefia, ficando assegurados os direitos dos que optaram pelo Regime de Tempo Integral, na forma do que estabelece o Decreto nº 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961, que regulamentou a Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954.

Art. 67. Consideram-se "salário-base", para os efeitos do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, além do vencimento ou remuneração, as gratificações de adicional por tempo de serviço e pelo exercício de função.

Art. 68. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 210.000.000.000,00 (duzentos e dez bilhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, para atender aos encargos resultantes da execução desta lei.

§ 1º. Os órgãos do Poder Executivo ficam obrigados a classificar e escriturar os gastos que correrem à conta deste crédito especial, segundo as normas aplicáveis aos créditos suplementares constantes do art. 98 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública da União.

§ 2º. No corrente exercício, o pagamento da gratificação complementar de salário-mínimo previsto no parágrafo único do art. 65 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, da gratificação de representação a que faz jus o pessoal abrangido pelas Leis ns. 3.414, 4.019 e 4.069, respectivamente de 20 de junho de 1958, 20 de dezembro de 1961 e 11 de junho de 1962, da suplementação de diárias pelo exercício em Brasília, a cargo do Grupo de Trabalho de Brasília e do abono de permanência na atividade de que tratam o art. 18 e parágrafos da mencionada Lei nº 4.069, de 1962, bem como dos encargos decorrentes da aplicação das Leis ns. 3.772, de 13 de junho de 1960, 3.780, de 12 de julho de 1960, 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, ainda não satisfeito por insuficiência de

créditos adicionais anteriores poderá ser atendido, à conta deste crédito especial, desde que não tenham sido previstas dotações próprias nas tabelas explicativas do Orçamento em vigor ou não sejam as mesmas suficientes.

§ 3º O crédito especial autorizado nesta lei atenderá, também, aos encargos decorrentes da aplicação da citada Lei nº 4.069, de 1962, cujo pagamento, no exercício de 1962, não tenha sido realizado por insuficiência do crédito cuja abertura foi autorizada pelo art. 68 desse diploma legal, e não possam ser liquidados, no presente exercício, em virtude de falta ou deficiência de dotação orçamentária própria.

§ 4º O Tesouro Nacional, ainda por conta deste crédito especial, entregará à Administração do Porto do Rio de Janeiro os recursos necessários para cobrirem as diferenças salariais havidas pelos seus servidores, referentes ao período de 1º de julho de 1960, data da vigência dos efeitos financeiros da Lei nº 3.780, de 12 do mesmo mês e ano, a 23 de outubro de 1962, data do Decreto nº 51.570, que alterou o sistema de classificação de cargos daquela autarquia.

Art. 69. As autarquias e sociedades de economia mista subsidiadas pelo Tesouro Nacional que, a partir de 1º de janeiro de 1963, tenham tido sua receita acrescida, em virtude da revisão dos níveis de salário-mínimo feita no Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, ou de aumentos salariais concedidos a seus contribuintes, da fixação dos novos níveis de vencimentos de que trata esta lei, da eliminação de subsídios cambiais, de revisões tarifárias ou qualquer outro motivo, ficam obrigadas a vincular esse aumento de receita ao atendimento dos encargos decorrentes da aplicação da presente lei aos seus próprios servidores, ativos e inativos.

§ 1º Somente no caso do aumento da receita ser insuficiente para cobrir os gastos resultantes desta lei, poderão essas entidades solicitar recurso à conta do referido crédito especial.

§ 2º Os pedidos de verba, de conformidade com o parágrafo anterior, limitar-se-ão à diferença entre os recursos adicionais de que trata este artigo e o custo total do aumento de vencimentos ora concedido, devendo a insuficiência ser devidamente comprovada, em cada caso.

§ 3º As autarquias financiadas pela vinculação de parcelas da Receita da União ficam autorizadas a ocorrer às despesas do presente aumento de vencimentos além dos limites acaso fixados, para gastos de pessoal e administração, nas leis que as criaram.

Art. 70. O aumento e o abono concedidos por esta lei, bem como as medidas determinadas pelos arts. 6º, 14, 15 e parágrafos, 16 e parágrafo, 17 e parágrafo, 18 e parágrafos, 19 e parágrafos, 22, 23, 25 e parágrafos, 27, 28, 29 e parágrafo, 34, 39 e 45, vigorarão a partir de 1º de junho de 1963.

Art. 71. O Poder Executivo discriminará mediante decreto, dentro das dotações previstas na programação financeira do Tesouro Nacional para o corrente ano, dotações no montante total de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), que deixarão de ser utilizados para possibilitar a aplicação de igual importância da receita federal no atendimento de parte das despesas decorrentes da execução da presente lei.

Art. 72. É instituído, nos exercícios de 1963 a 1965, um empréstimo compulsório, que será arrecadado com base nos rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, e em todos os rendimentos da pessoa física, ... (VETADO).

§ 1º O empréstimo será lançado e arrecadado pela Divisão do Imposto de Renda, nas condições que venham a ser estabelecidas em Regulamento

baixado pelo Ministro da Fazenda e aprovado por decreto do Presidente da República, sendo feita mediante desconto, nas fontes pagadoras, nos termos do referido regulamento, a arrecadação correspondente nos rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, e aos do trabalho.

§ 2º Os rendimentos sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, que servirão de base à arrecadação do empréstimo compulsório e respectivas taxas para determinação da importância do empréstimo, calculadas sobre o montante dos rendimentos pagos ou creditados, são os seguintes:

a) rendimentos pagos ou creditados a residentes ou domiciliados no estrangeiro (art. 97 do Regulamento do Imposto de Renda): 10% (dez por cento);

b) dividendos e outros interesses de ações ao portador e de partes beneficiárias (art. 96, 3º, do R.I.R.), sempre que os seus beneficiários optarem pela não identificação: 15% (quinze por cento);

c) deságio na colocação de letras de câmbio, letras do tesouro e outros títulos de crédito (arts. 9º, 4º, a, do R.I.R.) e pagamentos que não satisfaçam às condições do art. 37, § 4º, do Regulamento do Imposto de Renda: ... (VETADO); ... 10% (dez por cento);

d) lucro apurado por pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias (arts. 9º e seguintes), prêmios de loterias e concursos (art. 96, 4º e 5º), amortização antecipada e lucros atribuídos a títulos de capitalização (artigo 96, 1º), juros de debêntures e outras obrigações ao portador (art. 96, 6º) e multas por rescisão de contrato (art. 98, 3º, IV); 10%.

§ 3º No caso de rendimentos classificáveis na declaração de rendimentos de pessoa física, o montante do empréstimo será calculado de acordo com a tabela constante do Anexo III.

§ 4º Nos exercícios de 1964 e 1965, ocorrendo variação no salário-mínimo em vigor, a tabela do parágrafo anterior será ajustada na mesma proporção de alteração do salário-mínimo.

§ 5º A arrecadação, nos casos previstos no § 2º deste artigo, será feita em relação aos rendimentos pagos ou creditados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da publicação desta lei.

§ 6º O empréstimo compulsório será arrecadado à conta do Fundo Nacional de Investimentos, mediante a entrega, ao contribuinte, de uma cautele provisória, pela Divisão do Imposto de Renda, no ato do recebimento, sendo representado pelos títulos referidos no artigo desta lei, com a garantia de juros mínimos e prazo de resgate estabelecido no art. 73.

Art. 73. O empréstimo compulsório será representado por Títulos de Investimento, emitidos em séries anuais, em diferentes valores, e cada série será resgatada, metade no terceiro e metade no quarto ano de sua emissão, mediante sorteio, pelo seu capital, acrescido dos juros acumulados de 6% a.a., podendo os seus titulares, a qualquer tempo, optar pela conversão dos mesmos em Cotas de Participação no Fundo Nacional de Investimentos Industriais, com direito a participação no lucro líquido anual do Fundo.

§ 1º Os Títulos de Investimentos serão nominativos e intransferíveis, salvo mediante partilha em inventário judicial, ou para conversão em Cotas de Participação.

§ 2º Os Títulos de Investimento e as Cotas de Participação não serão aceitas em caução perante a própria União, nem poderão ser utilizados para depósito bancário compulsório à ordem da SUMOC.

Art. 74. É criado o Fundo Nacional de Investimentos, a fim de assegurar o nível dos investimentos federais previstos no plano de desenvolvimento em execução e aumentá-los nos anos de 1964 e 1966, e como meio de incentivo à poupança popular e de sua canalização mediante participação em empresas controladas pela União Federal, para aplicações destinadas ao fortalecimento da economia rural e industrial do país, na proporção de 35% (trinta e cinco por cento) e 65% (sessenta e cinco por cento) respectivamente.

§ 1º Além dos recursos previstos nesta lei, integrarão o Fundo Nacional de Investimentos:

a) como capital do Tesouro Nacional, as ações da União em sociedades anônimas por ela controladas, diretamente ou através de suas agências e que tiverem condições de rentabilidade, assegurada, em qualquer hipótese, a propriedade pelo Tesouro Nacional de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das ações com direito a voto;

b) o produto da subscrição voluntária de Cotas de Participação no Fundo.

§ 2º A aplicação de quaisquer empréstimos recebidos pelo Fundo será feita sob a forma de subscrição de capital das empresas controladas pela União e em condições de rentabilidade, passando as ações correspondentes a essa subscrição à carteira do Fundo destinada a essas operações.

§ 3º Na aplicação do Fundo será observado também o disposto no art. 34 da Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

§ 4º A administração do Fundo e da respectiva carteira de títulos caberá ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o orçamento de aplicação dos recursos do Fundo será aprovado pelo Ministro da Fazenda.

§ 5º Ficam revogadas as atuais vinculações de rendimentos das ações do Tesouro referidas neste artigo, ressalvada a destinada à Fundação Universidade de Brasília, das rendas das ações da Companhia Siderúrgica Nacional que não excedam a 7% (sete por cento) ao ano, do valor nominal das ações.

Art. 75. As sociedades de economia mista cujas ações integram a carteira de Fundo Nacional de Investimentos deverão corrigir anualmente o seu ativo imobilizado segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, com o conseqüente ajustamento de seu capital social.

Art. 76. As participações do Fundo Nacional de Investimentos em sociedades de economia mista, bem como os rendimentos atribuídos, a qualquer título, às ações de sua propriedade, terão o mesmo tratamento fiscal das participações e dos rendimentos do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Os rendimentos das Cotas de Participação no Fundo ficarão sujeitos ao imposto retido na fonte, à taxa de 10%, sem qualquer outro pagamento por seu titular.

Art. 77. O deságio em relação ao valor nominal de emissão, ou ao valor de aquisição, concedido na venda ou colocação no mercado, por pessoa jurídica, de debêntures ou obrigações ao portador, letras de câmbio ou outros títulos de crédito, a que se refere o art. 8º, a, da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, fica sujeito, tão-somente, ao imposto na fonte... (VETADO) ... e ao empréstimo compulsório instituído nesta lei (VETADO).

Parágrafo único. Considera-se deságio, para efeito de aplicação do artigo 8º, a, da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, a diferença para menos, entre o valor nominal do título e o preço de venda, e, no caso de revenda, entre o valor nominal da aquisição e o da alienação.

Art. 78. É vedada às pessoas jurídicas a prática habitual de colocação ou negociação, junto ao público, de letras de câmbio ou notas promissórias, que não tenham a coobrigação de instituições financeiras autorizadas a funcionar no País.

§ 1º A infração do disposto neste artigo sujeitará os coobrigados e tomadores a multa, igual ao valor do título, independentemente de outras sanções legais.

§ 2º Competirá à Superintendência da Moeda e do Crédito definir, através de ato normativo, a caracterização da prática habitual de negociação ou colocação, junto ao público, dos títulos referidos neste artigo.

§ 3º Competirá, ainda, à Superintendência da Moeda e do Crédito regulamentar as condições de prazo e garantia de que se deverão revestir os títulos aceitos ou emitidos pelas "instituições financeiras" autorizadas a aceitá-los ou emití-los, para que possam ser colocados ou negociados junto ao público, bem como fixar as comissões ou taxas com que elas operam.

Art. 79. O Conselho Nacional de Economia passará a fixar, anualmente, os coeficientes a que se refere o art. 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, ... (VETADO).

Parágrafo único. A primeira revisão dos coeficientes a que se refere o presente artigo será realizada no prazo de trinta (30) dias da data da publicação desta lei.

Art. 80. (VETADO).

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

Art. 81. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART.

Abelardo Jurema.

Sylvio Borges de Souza Motta.

Jair Ribeiro.

Evandro Lins e Silva.

Carvalho Pinto.

Expedito Machado.

Oswaldo Lima Filho.

Paulo de Tarso.

Amaury Silva.

Anysio Botelho.

Wilson Fadul.

Antonio de Oliveira Brito.

Egydio Michaelsen.

Projeto 136/63

ANEXO I

SERVIDORES CIVIS

A) VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS

NÍVEIS	Referência-base (Valores mensais)	Referência horizontal (Valores mensais)
	Cr\$	Cr\$
18	85.000,00	2.030,00
17	78.000,00	1.820,00
16	71.000,00	1.610,00
15	65.000,00	1.400,00
14	59.500,00	1.260,00
13	54.600,00	1.190,00
12	49.700,00	1.120,00
11	45.200,00	1.050,00
10	42.800,00	980,00
9	40.400,00	910,00
8	38.000,00	840,00
7	35.600,00	784,00
6	33.200,00	726,00
5	30.800,00	672,00
4	28.400,00	616,00
3	26.000,00	560,00
2	23.600,00	532,00
1	22.800,00	504,00

B) VENCIMENTOS DE CARGO EM COMISSÃO

SÍMBOLOS	Valores mensais
	Cr\$
1-C	140.000,00
2-C	130.000,00
3-C	120.000,00
4-C	112.500,00
5-C	105.000,00
6-C	100.000,00
7-C	95.000,00
8-C	90.000,00
9-C	85.000,00
10-C	80.000,00
11-C	76.000,00
12-C	72.000,00
13-C	69.000,00
14-C	66.000,00
15-C	63.000,00
16-C	60.000,00
17-C	57.000,00
18-C	55.000,00
19-C	53.000,00
20-C	51.000,00
21-C	49.000,00

C) GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

SÍMBOLOS	Valores mensais
	Cr\$
1-F	100.000,00
2-F	96.500,00
3-F	93.500,00
4-F	90.500,00
5-F	88.000,00
6-F	85.500,00
7-F	83.000,00
8-F	80.500,00
9-F	78.000,00
10-F	75.500,00
11-F	73.000,00
12-F	70.500,00
13-F	68.000,00
14-F	65.500,00
15-F	63.000,00
16-F	60.500,00
17-F	58.000,00
18-F	55.500,00
19-F	53.000,00
20-F	50.500,00
21-F	48.000,00
22-F	46.000,00
23-F	44.000,00
24-F	42.000,00
25-F	40.000,00

ANEXO II

MILITARES

POSTOS E GRADUAÇÕES	Vencimentos (Valores mensais)
General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra, Tenente-Brigadeiro	Cr\$ 140.000,00
General-de-Divisão, Vice-Almirante, Major-Brigadeiro	125.000,00
General-de-Brigada, Contra-Almirante, Brigadeiro	112.500,00
Coronel, Capitão-de-Mar-e-Guerra	90.000,00
Tenente-Coronel, Capitão-de-Fragata	85.000,00
Major, Capitão-de-Corveta	78.000,00
Capitão, Capitão-Tenente	71.000,00
Primeiro-Tenente	65.000,00
Segundo-Tenente	59.500,00
Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha, Subtenente, Suboficial	48.000,00
Primeiro-Sargento, Primeiro-Sargento-Contramestre, Sargento-Ajudante ou Intendente e assemelhados da Polícia Militar (PM) e do Corpo de Bombeiros (CB), da Guanabara	44.000,00
Segundo-Sargento	41.000,00
Terceiro-Sargento	38.000,00
Cabo engajado, Cabo músico (E), Taifeiro-Mor	23.600,00
Marinheiro de 1ª Classe especializado, Soldado Fuzileiro Naval de 1ª Classe; Taifeiro de 1ª Classe, Soldado com curso Policial (PM), Soldado (CB)	18.000,00
Primeiro Cabo (E), Taifeiro de 2ª Classe, Soldado sem curso Policial (PM), Bombeiro de 2ª Classe (CB)	16.500,00
Cabo não engajado	10.800,00
Cadete e Aspirante (M) do último ano, Soldado Clarim de 1ª Classe (E), Marinheiro de 1ª Classe sem especialidade, Soldado de 1ª Classe (A)	7.200,00
Soldado engajado (E), Soldado Clarim de 2ª Classe (E), Marinheiro de 2ª Classe, Soldado Fuzileiro Naval de 2ª Classe, Soldado de 2ª Classe com 1 ano ou mais de serviço (A)	6.000,00
Soldado Clarim de 3ª Classe (E)	4.800,00
Cadete e Aspirante (M), Aluno do MA (A)	4.300,00
Aluno de Escola ou Curso de Formação de Sargentos	3.600,00
Grumete, Soldado de 2ª Classe mobilizado com menos de um ano de serviço (A)	3.100,00
Aluno de Escola Preparatória de Cadetes, Aluno do Colégio Naval, Soldado recruta, mobilizado não engajado (E) (M), Soldado de 2ª Classe não mobilizado (A)	1.700,00
Aprendiz-Marinheiro	1.400,00

ANEXO III

TABELA A QUE SE REFERE O § 3º DO ART. 72

Níveis de rendimento	Rendimento das pessoas físicas, exclusive os classificados na Cédula "C"		Rendimento classificáveis na Cédula "C"	
	Taxa média	Contribuição	Taxa média	Contribuição
Cr\$ 1.000/ano		Cr\$/ano		Cr\$/ano
Até 884	—	isento	—	isento
885 a 984	4,76	44.000	1,56	15.700
985 a 1.134	5,26	56.000	1,84	19.700
1.135 a 1.284	5,86	70.000	2,05	23.300
1.285 a 1.484	6,56	90.000	2,29	30.000
1.485 a 1.684	7,36	116.000	2,56	38.700
1.685 a 1.884	8,16	146.000	2,83	48.700
1.885 a 2.084	8,96	178.000	3,03	59.000
2.085 a 2.284	9,96	218.000	3,48	72.700
2.285 em diante	10,00	proporcional	3,50	proporcional

LEI N.º 4.242 — DE 17 DE JULHO DE 1963

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fica novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.

“Art. 45. O art. 29, do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29. Ao chefe de família numerosa não incluído nas disposições do artigo precedente e que, exercendo

qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole, será concedido, mensalmente, o abono familiar de três mil cruzeiros Cr\$ 3.000,00) se tiver seis filhos, e de mais quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) por filho excedente, observado o disposto na alínea “a” do art. 37, do mesmo Decreto-lei”.

“Art. 65. Os servidores civis da União, diplomados em Medicina, Odontologia e Farmácia, que contem ou venham a contar mais de 2 (dois) anos no exercício de funções compatíveis com a sua habilitação profissional serão aproveitados na classe inicial da série de classes correspondente à sua profissão”.

Brasília, 3 de setembro de 1963.
142.º da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.243 — DE 19 DE JULHO DE 1963

Cria, para cumprimento da Lei nº 3.401, de 12 de junho de 1953, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados, para cumprimento da Lei nº 3.401, de 12 de junho de 1953, no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, 9 (nove) cargos de Professor Catedrático para a Faculdade de Odontologia da Universidade do Recife.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo correspondem às seguintes cadeiras: Anatomia; Histologia e Embriologia; Microbiologia e Imunologia; Prótese (2ª cadeira); Fisiologia; Higiene; Odontologia Legal; Clínica Odontológica (2ª cadeira); Odontopediatria.

Art. 2º Os 7 (sete) cargos de Professor Catedrático, criados pela Lei nº 976, de 16 de dezembro de 1949, para o Curso Odontológico da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, transferidos para a Faculdade de Odontologia da mesma Universidade pelo Decreto nº 47.540, de 29 de dezembro de 1953, correspondem às seguintes cadeiras: Metalurgia e Química Aplicadas; Técnica Odontológica; Prótese (1ª cadeira); Patologia e Periapéutica Aplicada; Clínica Odontológica (1ª cadeira); Ortodontia; e Prótese Buco-facial.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos referidos neste artigo terão seus títulos apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos de Professor Catedrático correspondentes às cadeiras desdobradas por força desta Lei terão seus títulos apostilados pela Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, respectivamente, para as cadeiras de Prótese (1ª cadeira), Clínica Odontológica (1ª cadeira) e Ortodontia, ressalvando-se, todavia, o direito de opção, se for o caso, até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. As cadeiras vagas serão preenchidas de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá à conta de dotação própria deferida à Universidade do Recife no vigente Orçamento da União.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Paulo de Tarso

Projeto 3.126/61

LEI Nº 4.244 — DE 20 DE JULHO DE 1963

Estabelece normas para o recebimento de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho.
O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As dotações orçamentárias e os créditos destinados ao Tribunal Su-

perior do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho serão recebidos pelos Diretores das respectivas Secretarias, em 1 (quatro) e iguais prestações, adiantadamente, no início dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, mediante requisição dos quantitativos referentes ao material das mesmas repartições, inclusive os atribuídos às juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 2º Os Diretores das Secretarias, mediante prévia autorização do

Presidente do Tribunal competente promoverá a aplicação das quantias adiantadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 3º Da aplicação dos adiantamentos recebidos será feita prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Serão suprimidas as tabelas de distribuição das dotações orçamentárias destinadas às Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Abelardo Jurema
Carvalho Pinto

LEI Nº 4.245 — DE 20 DE
JULHO DE 1963

Isenta de imposto aduaneiro e taxas, inclusive do imposto de consumo, os materiais importados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a partir do ano de 1958.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida a isenção dos impostos de importação e de consumo, inclusive a taxa de despacho aduaneiro, à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), de São Paulo, Estado de São Paulo, para os materiais que importar destinados aos seus serviços de construção, conservação, renovação e exploração de transportes de cargas ou de passageiros.

Parágrafo único. — Isenções a que se refere o artigo abrangerão igualmente os materiais importados a partir do ano de 1958 e que se encontram armazenados em depósitos alfandegados no Porto de Santos.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior somente se tornará efetiva após a publicação, no *Diário Oficial da União*, de portaria expedida pelo Ministro da Fazenda, discriminando a quantidade, qualidade, precedência e valor dos bens isentos.

Art. 3º A isenção não abrange o material com similar nacional.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Carvalho Pinto

LEI Nº 4.246 — DE 20 DE
JULHO DE 1963

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, pelo Ministério da Saúde, para atender às despesas com o prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande — Mato Grosso — e ampliação das instalações do Hospital do Pênfigo de Uberaba — Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido o auxílio de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) ao Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, para prosseguimento da construção do seu novo prédio.

Art. 2º É concedido igual auxílio ao Hospital do Pênfigo de Uberaba, Estado de Minas Gerais, para ampliação de suas instalações.

Art. 3º Para atender o disposto nos artigos anteriores, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Saúde.

Art. 4º As entidades beneficiárias prestarão contas dos auxílios recebidos, dentro de 2 (dois) anos após a data do respectivo pagamento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Carvalho Pinto
Wilson Fadul

LEI Nº 4.247 — DE 30 DE
JULHO DE 1963

Dispõe sobre o auxílio da União aos programas e atividades esportivas dos Clubes de Caça e Tiro e associações congêneres das zonas de colonização.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição a seguinte lei:

Art. 1º O Governo, da União, através da Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura, estabelecerá programas permanentes de cooperação com as atividades cívicas e esportivas dos Clubes de Caça e Tiro e associações congêneres, localizadas nas regiões de colonização do País.

Art. 2º A Divisão de Educação Extra-Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, manterá um registro, semelhante ao do Conselho Nacional de Serviço Social, das entidades referidas no art. 1º.

Art. 3º Será consignado anualmente no Orçamento — Anexo do Ministério da Educação e Cultura — dotação destinada a subvencionar as entidades registradas; tendo em vista a realização de programas comemorativos às efemérides patrióticas, cursos de língua pátria e História do Brasil, segundo programa organizado pela Divisão de Educação Extra-Escolar.

Art. 4º A Divisão de Educação Extra-Escolar facilitará, ainda, a aquisição de material para as atividades esportivas e artísticas das referidas entidades.

Art. 5º O Orçamento Geral da República consignará, anualmente, dotação necessária à execução da presente lei.

Art. 6º Dentro de 60 (sessenta) dias da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará, por Decreto, a competente regulamentação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 30 de julho de 1963, 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Receto 512/59

LEI Nº 4.248 — DE 30 DE
JULHO DE 1963

Altera o inciso I do art. 945 do Código do Processo Civil e os arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º O inciso I do art. 945 do Código do Processo Civil passa a ter a seguinte redação:

“I — No Banco do Brasil, na Caixa Econômica ou em Banco de que os Estados-membros da União possuam mais da metade do capital social integralizado, ou, à falta de tais estabelecimentos de crédito ou agências suas, no lugar, em qualquer estabelecimento de crédito, a critério do Juiz da causa, as quantias em dinheiro, as pedras e metais preciosos e os papéis de crédito”.

Art. 2º O corpo do art. 1º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941, passa a ter a seguinte redação:

“Quaisquer importâncias em dinheiro, cujo levantamento ou utilização depender de autorização judicial, serão obrigatoriamente recolhidas ao Banco do Brasil S.A., às Caixas Econômicas Federais, ou Estaduais, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou a Banco de que os Estados-membros da União possuam mais da metade do capital social integralizado”.

Art. 3º O corpo do art. 2º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

"Serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., ou a Banco de que os Estados-membros da União possuam mais da metade do capital social integralizado, todos os depósitos em dinheiro para garantir a execução ou o pagamento de serviços de utilidade pública, recebidos dos consumidores ou assinantes pelas empresas concessionárias".

Art. 4º As importâncias referidas nos artigos cuja nova redação foi dada pelos artigos anteriores, quando relativas a depósitos à disposição da Justiça de qualquer Estado-membro ou feitos para garantir a execução ou o pagamento de serviços de utilidade pública local (estadual ou municipal), serão automaticamente transferidos para o Banco estadual respectivo que preencha as condições mencionadas nos artigos citados, onde houver dito Banco, devendo a transferência estar concluída dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da promulgação desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1963, 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.249 — DE 6 DE
AGOSTO DE 1963

Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogado pelo prazo de mais um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede um crédito especial de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), destinado a obras da ro-

odovia Belém-Brasília, aberta pelo Decreto nº 420, do Poder Executivo, datado de 26 de dezembro de 1961, cujo registro no Tribunal de Contas da União, foi feito em data de 29 de dezembro de 1961.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1963: 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Expedito Machado

LEI Nº 4.250 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1963

Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Na Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961 que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962, são feitas as seguintes retificações:

2 — No Subanexo

4.06 — Comissão do Vale do São Francisco

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Conservação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais

Subconservação 3.2.03 — Aproveitamento Econômico do São Francisco

7.0 — Desenvolvimento Cultural

27 — Sergipe:

Onde se lê:

"Ginásio de Neópolis;"

Leia-se:

"Ginásio Caldas Júnior — Neópolis."

II — No Subanexo

4.11 — Ministério da Agricultura

07.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)

Verba 1.0.00 — Custeio
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.23 — Diversos

12 — Outras entidades

01 — Acre:

Onde se lê:

1) Convênio com os Missionários Servos de Maria da Prelazia do Alto Juruá, para melhoria da assistência às colônias agrícolas do Território — Cr\$ 1.000.000,00;

Leia-se:

1) Convênio com os Missionários da Sociedade Servos de Maria da Prelazia do Acre e Purus, para melhoria da assistência às colônias agrícolas do Território — Cr\$ 1.000.000,00;

III — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação e Cultura

09.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.1.00 — Auxílio e Subvenções

Subconsignação 2.1.01 — Auxílios

a) Onde se lê:

- 3) Entidades Autárquicas
- 3) Universidade do Brasil
- 4) Obras e equipamentos (inclusive Cidade Universitária)
- 7) Universidade do Recife
- 3) Serviços, Encargos e Pesquisas
- 4) Casa do Universitário — Cr\$... 1.000.000,00;

Leia-se:

- 3) Entidades Autárquicas
- 3) Universidade do Brasil
- 4) Obras e equipamentos (inclusive Cidade Universitária)
- 7) Universidade do Recife
- 3) Serviços, Encargos e Pesquisas
- 4) Casa da Universitária — Cr\$... 1.000.000,00;

b) Onde se lê:

12) Universidade Federal de São Paulo

1) Custeio das atividades, obras e equipamentos, sendo Cr\$ 257.000.000,00 para a Escola Paulista de Medicina

e Cr\$ 20.000.000,00 para equipamentos e serviços técnicos da Cadeira de Mecânica Geral, da Escola de Engenharia de São Carlos — Cr\$ 350.000.000,00;

Leia-se:

12) Universidade Federal de São Paulo

1) Custeio das atividades, obras e equipamentos, sendo Cr\$ 257.000.000,00 para a Escola Paulista de Medicina — Cr\$ 330.000.000,00; e

Transponha-se para:

7) Outras entidades

133) Cooperação financeira com as seguintes Universidades estaduais, etc.

2) Universidade de São Paulo

5) Cadeira de Mecânica Geral da Escola de Engenharia de São Paulo, para equipamentos e serviços técnicos — Cr\$ 20.000.000,00.

c) Onde se lê:

7) Outras entidades

131) Cooperação financeira etc.

02) Alagoas

"Ginásio de Cajueiro — Cajueiro e Ginásio de Capela — Capela."

Leia-se:

7) Outras entidades

"Ginásio Nossa Senhora do Livramento — Cajueiro e

Ginásio Maria Imaculada — Capela."

IV — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação e Cultura

09.04.02 — Divisão de Orçamento

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.2.00 — Dispositivo Constitucionais

Subconsignação 3.2.04 — Manutenção e Desenvolvimento do ensino, etc.

Onde se lê:

2) Serviço Nacional de Bibliotecas (Decreto nº 51.223, de 22-8-61).

3) Serviços Regionais de Bibliotecas (Decreto nº 51.224, de 28 de agosto de 1961) — Cr\$ 50.000.000,00;

Leia-se:

2) Serviço Nacional de Bibliotecas (Decreto nº 51.223, de 28 de agosto de 1961) — Cr\$ 50.000.000,00;

3) Serviços Regionais de Bibliotecas (Decreto nº 51.224, de 28 de agosto de 1961).

V — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação e Cultura

16 — Departamento Nacional de Educação

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.17 — Serviços de Assistência Social

4) Despesas de qualquer natureza, etc.

Onde se lê:

22) Rio Grande do Norte

2) Casa do Estudante de Natal — Cr\$ 500.000,00

3) Casa do Estudante — Mossoró — Cr\$ 2.000.000,00

4) Casa da Estudante — Mossoró — Cr\$ 2.500.000,00

Leia-se:

22) Rio Grande do Norte

2) Casa da Estudante de Natal — Cr\$ 1.500.000,00

3) Casa do Estudante — Mossoró — Cr\$ 3.000.000,00

4) Casa da Estudante — Mossoró — Cr\$ 1.500.000,00

VI — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação e Cultura

18.01 — Diretoria do Ensino Industrial (Despesas próprias)

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 3.2.04 — Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, etc.

a) Transfira-se:

8) As entidades públicas e privadas para criação, construção, ampliação, instalação manutenção etc.

Alagoas:

Despesas de qualquer natureza com instalação de uma Escola Profissional de Hotelaria diretamente, ou por meio de convênio com entidade pública ou privada — Cr\$ 13.000.000,00;

Para:

17) Diretoria do Ensino Comercial Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento Subconsignação 3.1.19 — Educação e Cultura

3) Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma Escola Profissional de Hotelaria, diretamente ou por meio de convênio com entidade pública ou privada, no Estado de Minas Gerais (Cambuquira) — Cr\$... 13.000.000,00.

b) Onde se lê:

06) Ceará

Escola Profissional do Círculo Operário de Parangaba — Cr\$ 5.000.000,00;

Leia-se:

06) Ceará

Escola Profissional de Parangaba a cargo da Ação Social da Paróquia de Parangaba — Fortaleza — Cr\$... 5.000.000,00.

c) Onde se lê:

Rio Grande do Sul

Escola Técnica de Comércio Pe. João Rick — Cerro Largo;

Leia-se:

Escola Comercial Pe. João Rick — Cerro Largo.

Onde se lê:

VII — No subanexo

4.12 — Ministério da Educação Adendo "B" — Subvenções ordinárias.

Ginásio N. S. do Bom Conselho — Arapiraca, Ginásio N. S. da Conceição — Coruripe,

Ginásio N. S. de Lourdes do Pilar — Pilar, Escola Básica de Comércio Francisco Mangabeira — Traipu,

Escola Básica de Comércio de Traipu, mantida pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos,

Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora da Conceição — Passo de Camaragibe,

Escola Técnica Santa Maria Madalena — União dos Palmares, e

Escola Técnica de São José — São José de Lage;

Leia-se:

02 — Alagoas

Colégio N. S. do Bom Conselho — Arapiraca,

Ginásio Imaculada Conceição — Coruripe,

Ginásio N. S. do Pilar — Pilar,

Escola Comercial Francisco Mangabeira — Traipu.

Escola Comercial Francisco Mangabeira — Traipu.

Escola Comercial N. S. da Conceição — Passo de Camaragibe,

Escola Técnica de Comércio Santa Maria Madalena — União dos Palmares, e

Escola Técnica de Comércio São José — São José da Lage.

05 — Bahia:

Ginásio Alagoinhas — Alagoinhas;

Leia-se:

05 — Bahia

Ginásio Alcindo de Camargo — Alagoinhas,

Onde se lê:

08 — Espírito Santo

Ginásio de Nova Venécia;

Leia-se:

08 — Espírito Santo

Ginásio Veneciano — Nova Venécia.

Onde se lê:

10 — Goiás

Ginásio Municipal de Orizônia;

Leia-se:

10 — Goiás

Ginásio Orizônia — Orizônia.

Onde se lê:

16 — Paraíba:

Escola de Comércio de Cariri — São João do Cariri, e

Escola de Comércio Prof. Rangel — Ingá;

Leia-se:

16 — Paraíba:

Escola Comercial Cariris — São João do Cariri, e

Escola Comercial Prof. Rangel — Ingá.

Onde se lê:

18 — Pernambuco

Ginásio Municipal de Santa Cruz do Capibaribe;

Leia-se:

18 — Pernambuco

Ginásio Santa Cruz — Santa Cruz do Capibaribe.

Onde se lê:

23 — Rio Grande do Sul

Escola de Comércio Liberato Salzano da Cunha — Crissiumal,

Escola Santa Terezinha, mantida pela Sociedade Caritativa e Literária Irmãs de São José de Nova Pádua — Flores da Cunha, e

Ginásio Sepe Tiaraju (mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) S. Angelo;

Leia-se:

23 — Rio Grande do Sul

Escola Comercial Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha — Crissiumal,

Escola Sagrada Família mantida pela Sociedade Caritativa e Literária Irmãs de São José de Nova Pádua — Flores da Cunha, e

Colégio Sepé Tiaraju — Santo Angelo.

VIII — No Subanexo

Escola Sagrada Família mantida pela Sociedade Caritativa e Literária Filhas de São José de Nova Pádua — Flores da Cunha, e

Colégio Sepé Tiaraju — Santo Angelo.

CVIII — No Subanexo

4 12 — Ministério da Educação e Cultura Adendo "C" — Subvenções extraordinárias

Onde se lê:

02 — Alagoas

Ginásio Elio Lemes Piaçabuçu, Ginásio N. Sra. do Bom Conselho — Arapiraca,

Escola de Comércio N. S. do Amparo Palmeira dos Índios,

Escola Técnica de Comércio — Arapiraca, e
Escola Comercial N. S. da Conceição — Passo Camaragibe.

Leia-se:

02 — Alagoas

Ginásio Elio Lemos França — Piaçabuçu,
Ginásio N. S. do Bom Conselho — Arapiraca,

Escola Técnica de Comércio N. S. do Amparo — Palmeira dos Índios,
Escola Técnica de Comércio N. S. do Bom Conselho — Arapiraca, e
Escola Comercial N. S. da Conceição — Passo de Camaragipe;

Onde se lê:

05 — Bahia

Ginásio Wencelêncio Mota — Conceição do Coité;

Leia-se:

05 — Bahia

Ginásio Wencelêncio Calisto da Mota — Conceição do Coité.

Onde se lê:

06 — Ceará

Ginásio Gratuito Fonseca Lobo — Santa Quitéria, e
Ginásio Maria José Bontala Jereissati — Fortaleza;

Leia-se:

06 — Ceará

Ginásio Fonseca Lobo — Santa Quitéria, e
Ginásio Maria José Bontala Jereissati — Fortaleza.

Onde se lê:

08 — Espírito Santo

Ginásio de Nova Venécia — Nova Venécia;

Leia-se:

08 — Espírito Santo

Ginásio Venenciano — Nova Venécia.

Onde se lê:

11 — Guanabara

Dispensário de São Vicente de Paulo. — Cr\$ 300.000,00;

Leia-se:

11 — Guanabara

Ambulatório São Vicente de Paulo da Lagoa — Cr\$ 300.000,00.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais

Colégio Santa Luzia — Carangola,
Educandário Gratuito de Laranjal — Laranjal, Ginásio Gratuito (Campanha Nacional) — Galiléia, e
Ginásio Maria Júlia Paiva Aguiar — Santo Antônio do Amparo;

Leia-se:

14 — Minas Gerais

Ginásio Santa Luzia — Carangola,
Ginásio Laranjal — Laranjal,
Ginásio Galiléia — Galiléia, e
Ginásio D. Maria de Paiva Aguiar — Santo Antônio do Amparo.

Onde se lê:

16 — Paraíba

Escola do Comércio Cariri — São João do Cariri;

Leia-se:

16 — Paraíba

Escola Comercial Cariri — São João do Cariri.

Onde se lê:

20 — Rio Branco

Ginásio Euclides da Cunha (Prelazia do Rio Branco) — Boa Vista;

Leia-se:

20 — Rio Branco

Ginásio Euclides da Cunha — Boa Vista.

Onde se lê:

21 — Rio de Janeiro

Ginásio Liberdade Carabucu — Bom Jesus do Itabapoana;

Leia-se:

21 — Rio de Janeiro

Ginásio Liberdade — Bom Jesus do Itabapoana.

Onde se lê:

23 — Rio Grande do Sul

Ginásio Sepe Tiaraju da Campanha Nacional do Ensino Gratuito — Santo Angelo;

Leia-se:

23 — Rio Grande do Sul

Colégio Sepé Tiaraju — Santo Angelo.

IX — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação e Cultura.

Adendo "D" — Fundo Nacional do Ensino Médio.

Onde se lê:

02 — Alagoas

Escola Básica de Comércio Francisco Magalhães — Traipu

Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora Conceição Passo de Camaragibe,

Escola Técnica Santa Maria Madalena — União dos Palmares,

Escola Técnica São José — São José do Lago,

Ginásio N. Sra. do Bom Conselho — Arapiraca, e Ginásio N. Sra. de Lourdes — Pilar;

Leia-se:

02 — Alagoas

Escola Comercial Francisco Magalhães — Traipu,

Escola Comercial N. S. da Conceição — Passo de Camaragibe,

Escola Técnica de Comércio Santa Maria Madalena — União dos Palmares.

E. T. C. São José — São José da Lagoa,

Colégio N. S. do Bom Conselho — Arapiraca, e Ginásio N. S. do Pilar — Pilar.

Onde se lê:

05 — Bahia

Ginásio de Candeias — Candeias, e Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, para o Ginásio de Candeias — Candeias;

Leia-se:

05 — Bahia

Ginásio N. S. das Candeias — Candeias e

Ginásio N. S. das Candeias — Candeias.

Onde se lê:

08 — Espírito Santo

Ginásio de Calçado — São José do Calçado;

Leia-se:

08 — Espírito Santo

Colégio de Calçado — São José do Calçado.

Onde se lê:

10 — Goiás

Colégio Coração de Maria — Itapaci Cr\$ 200.000,00, e

Ginásio Municipal de Orizônia — Orizônia;

Leia-se:

10 — Goiás

Ginásio Assunção — Itapaci Cr\$ 200.000,00, e

Ginásio Orizônia — Orizônia.

Onde se lê:

11 — Guanabara

Ginásio Metalúrgico Elpidio Evaresto de Moraes, São Cristóvão;

Leia-se:

11 — Guanabara

Ginásio Metalúrgico Elpidio Evaresto dos Santos — São Cristóvão.

Onde se lê:

14 — Minas Gerais

Ginásio Antônio Fontoura Borges — Conquista,

Ginásio Gratuito Frei Manoel da Cruz — Mariana,

Ginásio Maria Júlia Paiva Aguiar — Santo Antônio,

Ginásio Olímpio dos Santos — Patrocínio,

Ginásio Santa Rita — Medina, e Escola de Comércio de Caxambu;

Leia-se:

14 — Minas Gerais

Ginásio Antônio Martins Borges — Conquista,

Ginásio Don Frei Manoel da Cruz — Mariana,

Ginásio D. Maria de Paiva Aguiar — Santo Antônio do Amparo,

Colégio Prof. Olímpio dos Santos — Patrocínio,

Ginásio Santa Rita de Medina — Medina, e E. T. C. de Caxambu — Caxambu.

Onde se lê:

15 — Pará

Ginásio Bertholdo Nunes — Vigia;

Leia-se:

15 — Pará

Ginásio Bertholdo Nunes — Vigia.

Onde se lê:

16 — Paraíba

Escola de Comércio Cariri — São João do Cariri;

Leia-se:

16 — Paraíba

Escola de Comércio de Cariri — São João do Cariri.

Onde se lê:

18 — Pernambuco

Ginásio Municipal da Glória do Goitá — G. do Goitá,

Ginásio Municipal de Macaparana — Macaparana

Ginásio Municipal de Santa Cruz do Capibaribe — Santa Cruz do Capibaribe,

Ginásio Municipal Dom Expedito Lopes — Lajedo,

Ginásio Padre Carneiro Leão — Jaboatão,

Ginásio São Rodolfo Ferreira Lima — Timbaúba, e

Ginásio São José do Egito — São José do Egito;

Leia-se:

18 — Pernambuco

Ginásio D. Miguel de Lima Valverde — G. do Goitá,

Ginásio Macaparana — Macaparana,

Ginásio Santa Cruz — Santa Cruz Capibaribe,

Ginásio Dom Expedito Lopes — Lajedo.

Ginásio Pa. Cromácio Leão — Jaboatão.

Ginásio Cenegista Rodolfo F. Lima — Timbaúba, e

Ginásio São José — São José do Egito.

Onde se lê:

21 — Rio de Janeiro

Ginásio Liberdade Carabuçu — Bom Jesus do Itabapoana, e

Ginásio Miguel Couto Filho (Da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) — Miguel Pereira;

Leia-se:

21 — Rio de Janeiro

Ginásio Liberdade — Bom Jesus do Itabapoana, e

Ginásio Prof. Miguel Couto — Miguel Pereira.

Onde se lê:

22 — Rio Grande do Norte

Escola de Comércio de São José do Campestre — São José do Campestre.

Leia-se:

22 — Rio Grande do Norte

Escola Comercial S. J. do Campestre — São José do Campestre.

Onde se lê:

23 — Rio Grande do Sul

Ginásio Alcides Conter (Através da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos) Minas do Butiá (São Jerônimo);

Leia-se:

23 — Rio Grande do Sul

Ginásio Professor Alcides Conter — Minas de Butiá (São Jerônimo)

Onde se lê:

26 — São Paulo

Escola Técnica de Comércio (Municipal) de Dois Córregos — Dois Córregos;

Leia-se:

26 — São Paulo

E. T. C. Dois Córregos — Dois Córregos.

Transporte-se de:

Adendo D — Fundo Nacional do Ensino Médio

26 — São Paulo

Faculdade Anchieta 700.000,00, para:

Adendo C — Subvenções

Extraordinárias

26 — São Paulo

Faculdade Anchieta 700.000,00

Onde se lê:

27 — Sergipe

Ginásio de Mariun — Maroin, e
Ginásio de Neópolis — Neópolis;

Leia-se:

27 — Sergipe

Ginásio Maroinense — Maroin, e
Ginásio Caldas Júnior — Neópolis.

X — No Subanexo

4.12 — Ministério da Educação
e Cultura

Adendo "E" — Federações
Desportivas

Onde se lê:

18 — Pernambuco

Federação Pernambuco de Futebol;
Leia-se:

18 — Pernambuco

Federação Pernambucana de Des-
portos.

XI — No Subanexo

4.16 — Ministério da Justiça e
Negócios Interiores

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Serviços
e Encargos

Subconsignação 1.6.23 — Diversos
9 — Diversas entidades

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Patronato Agrícola Profissional São
José — Erechim — Rio Grande do
Norte;

Leia-se:

Patronato Agrícola Profissional São
José — Erechim — Rio Grande do
Sul.

XII — No Subanexo

4.16 — Ministério da Justiça e Ne-
gócios Interiores.

17.01 — Administração do Territó-
rio do Acre.

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento
Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em
Regime Especial de financiamento.

Subconsignação 3.1.03 — Desenvol-
vimento da Produção.

Onde se lê:

2) Para formação de pastagens, em
cooperação com as Associações Rurais
do Território — Cr\$ 3.500.000,00;

Leia-se:

2) Para formação de pastagens em
cooperação com a Federação das As-
sociações Rurais, mediante convênio
— Cr\$ 3.500.000,00.

XIII — No Subanexo.

4.16 — Ministério da Justiça e Ne-
gócios Interiores.

Adendo "A" — Serviço de Assis-
tência à Menores.

11 — Guanabara

Cr\$

Onde se lê:

Instituto "Nosso Lar" .. 100.000,00;

Leia-se:

Instituto "Nosso Lar" .. 100.000,00.

XIV — No Subanexo

4.16 — Ministério da Justiça e Ne-
gócios Interiores.

Adendo "C" — Subvenções Extra-
ordinárias.

25 — Santa Catarina

Onde se lê:

Associação Beneficente dos
Aposentados e Pensionis-
tas — Florianópolis 500.000,00

Leia-se:

Associação Beneficente dos
Aposentados e Pensionis-
tas — Blumenau 500.000,00

XV — No Subanexo 4.20 — Minis-
tério da Saúde.

Adendo "B" — Subvenções Extra-
ordinárias.

18 — Pernambuco

Onde se lê:

Associação de Proteção
e Assistência à Mater-
nidade e à Infância —
Petrolina 1.500.000,00

Associação Petrolinense
de Amparo à Materni-
dade e à Infância de
Afogados do Ingazei-
ro 200.000,00

Leia-se:

Associação Petrolinense
de Amparo à Materni-
dade e à Infância
(APAMI) — Petrolina 1.500.000,00

Associação Petrolinense
de Amparo à Materni-
dade e à Infância de
Petrolina 200.000,00

XVI — No Subanexo

4.20 — Ministério da Saúde.

Adendo "D" — Hospitais Regionais.

14 — Minas Gerais

Onde se lê:

Maternidade Hospital San-
to Antônio para assis-
tência infantil hospita-
lar e auxílio à Mater-
nidade dos Indigentes
assistidos pela Rádio In-
dustrial e Rádio Difu-
sora de Juiz de Fora . 500.000,00

Leia-se:

Maternidade Santa Tere-
zinha — Juiz de Fora . 500.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1963; 142.º
da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Sylvio Borges de Souza Motta

Jair Ribeiro

Evandro Lins e Silva

Carvalho Pinto

Expedito Machado

Oswaldo Lima Filho

Lauro Bueno de Azevedo

Amaury Silva

Anysio Botelho

Wilson Fadul

Antonio de Oliveira Brito

Egídio Michaelson

LEI Nº 4.251 — DE 8 DE
AGOSTO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Aeronáutica, o
crédito especial de Cr\$
2.695.000.000,00 (dois bilhões, seis-
centos e noventa e cinco milhões de
cruzeiros), destinado a cobrir des-
pesas com a restauração e adapta-
ção de vários aeroportos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo auto-
rizado a abrir, pelo Ministério da Ae-
ronáutica, o crédito especial de Cr\$
2.695.000.000,00 (dois bilhões, seis-
centos e noventa e cinco milhões de
cruzeiros), para ocorrer às despesas
com a restauração e adaptação dos
aeroportos de Santa Maria, Uruguai-
na, Afonso Pena (Curitiba), Belo Ho-
rizonte, São Luiz, Santos Dumont,
Salvador, Fortaleza e Belém, às exi-
gências atuais do tráfego aéreo.

Parágrafo único. O referido cré-
dito terá a seguinte discriminação:

	Cr\$
Aeroporto de Santa Maria	315.000.000,00
Aeroporto de Uru- guaiana	102.000.000,00
Aeroporto de Afonso Pena (Curitiba)	390.000.000,00
Aeroporto de Belo Horizonte	438.000.000,00
Aeroporto de São Luiz	269.000.000,00
Aeroporto Santos Du- mont	185.000.000,00
Aeroporto de Salvador	310.000.000,00
Aeroporto de Forta- leza	430.000.000,00
Aeroporto de Belém	256.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

Brasília, em 8 de agosto de 1963;
142.º da Independência e 75.º da Re-
pública.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Anysio Botelho

Projeto 3952/62

Projeto 4756/61

LEI Nº 4.252, DE 10 DE AGOSTO DE 1963

Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O território nacional, para efeito das responsabilidades atribuídas ao Ministério da Aeronáutica, será dividido em Zonas Aéreas, cujos limites, sedes e atribuições serão fixados pelo Poder Executivo, atendidos os imperativos da Segurança Nacional e da necessidade do serviço.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 10 de agosto de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Anysio Botelho

Projeto 2008/60

LEI Nº 4.253 — DE 27 DE AGOSTO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a mandar promover a publicação das obras completas de Euclides da Cunha, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, autorizado a mandar promover a publicação de uma edição completa das obras de Euclides da Cunha, ao ensejo do cinquentenário de sua morte.

Art. 2º Para a consecução do que se determina no art. 1º, o Ministério da Educação e Cultura tomará as providências cabíveis e designará uma comissão composta de 10 (dez) brasileiros de notável saber literário, devendo a mesma coligir o material a ser impresso e superintender a publicação.

§ 1º A comissão citada no artigo anterior terá, como membros natos, o Diretor do Instituto Nacional do Livro e representantes das Academias Brasileira e Fluminense de Letras e de outras instituições ligadas por qualquer vínculo à obra de Euclides da Cunha.

§ 2º Para relembrar, como exemplo às gerações futuras, a obra literária de Euclides da Cunha, quando se comemora no dia 15 de agosto de 1939, o cinquentenário de sua morte, o Ministério da Educação e Cultura mandará realizar nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares em que se estude literatura, preleções em torno da obra desse grande escritor.

§ 3º A edição completa das obras de Euclides da Cunha, abrangendo seus trabalhos publicados e inéditos, deverá vir acompanhada dos estudos necessários à sua compreensão e de um volume do "Os Sertões" em espanhol para divulgação nos países em que se fala esta língua.

§ 4º O Ministério da Educação e Cultura deverá entrar em entendimentos com o Ministério das Relações Exteriores para, através de cursos regulares, divulgar nos países de origem latina a obra de Euclides da Cunha.

Art. 3º É aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Paulo de Tarso

Projeto 10/59

LEI Nº 4.254 — DE 30 DE AGOSTO DE 1963

Concede pensão à viúva do ex-funcionário público federal Leopoldo Bernardes dos Santos

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedida uma pensão mensal de Cr\$ 5.000,00 à dona Inah Lobato Santos, viúva do ex-funcionário público da União, Leopoldo Bernardes dos Santos.

Art. 2º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta da verba própria do Ministério da Fazenda.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de agosto de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Carvalho Pinto

Projeto 1912/60

LEI Nº 4.255 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1963

Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul — Estado do Rio Grande do Sul — à Sociedade Cultural de Cacequi.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Cultural de Cacequi, na Cidade de Cacequi, Estado do Rio Grande do Sul, um terreno, com 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) hectares, confrontando, ao norte, com rua sem nome, ao sul, com a Rua Assis Brasil, a leste, com rua sem denominação, e a oeste, com a Avenida Getúlio Vargas.

Parágrafo único. Se o terreno estiver integrado no patrimônio de sociedade de economia mista da União a ela pertencente, se lhe for atribuída desmencionada neste artigo.

Art. 2º. O terreno de que trata a presente lei será destinado à construção de prédio para o fim de nele ser instalado estabelecimento de ensino médio.

Art. 3º. A doação autorizada nesta lei será feita com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, devendo o terreno reverter automaticamente, sem qualquer indenização, ao patrimônio da União, ou de sociedade de economia mista a ela pertencente, se lhe for atribuída destinação diferente da prevista no art. 2º, ou se, no prazo de dois anos, a contar da data da promulgação, não tiver sido iniciada a construção.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Paulo de Tarso
Carvalho Pinto

Projeto nº 201/59

LEI Nº 4.256 — DE 9 DE
SETEMBRO DE 1963

*Aprova o ajuste de contas assinado
entre o Governo Federal e o Go-
verno do Estado de São Paulo.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1º É aprovado o ajuste finan-
ceiro assinado entre o Governo Fe-
deral e o Governo do Estado de São
Paulo constante da Ata de 19 de ou-
tubro de 1959, que deu por concluídos
os trabalhos da Comissão Mista de
Encontro de Contas entre a União e o
referido Estado e aprovou o Quadro
Demonstrativo das respectivas contas,
os quais ficam fazendo parte inte-
grante desta Lei.

Parágrafo único. A execução das
medidas consubstanciadas na referida
Ata só será obrigatória depois que o
Estado de São Paulo, por lei, consi-
derar aprovado o ajuste financeiro de
que trata este artigo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na
data de sua publicação, quando terão
início os prazos de execução da pri-
meira e segunda fases de liquidação
conclusiva do ajuste previsto neste
para 31 de janeiro de 1960.

Brasília, 9 de setembro de 1963;
142º da Independência e 75º da Re-
pública.

JOÃO GOULART.

Carlos Alberto de Carvalho Pinto

ANEXO Nº 1

Ata — Homologação dos Resultados Finais

Aos 19 (dezenove) dias do mês de
outubro de mil novecentos e cinquenta
e nove, às quinze horas, na Sala das
Reuniões do Conselho Técnico de Eco-
nomia e Finanças, do Ministério da Fa-
zenda, no Palácio da Fazenda, nesta
cidade do Rio de Janeiro, reuniram-
se os membros da Comissão Mista de
Encontro de Contas entre a União e
o Estado de São Paulo, designada pe-
las Portarias ns. 63, 95 e 248, respecti-

vamente, de 21 de fevereiro, 9 de abril
de 1956 e 21 de julho de 1958, do Se-
nhor Ministro da Fazenda. Essa reu-
nião teve por objetivo confirmar e
ratificar todos os atos deliberativos
que a Comissão Mista de Encontro de
Contas praticou no exercício de suas
funções, cujas conclusões se acham
consubstanciadas na Ata lavrada aos
dezenove de junho p. passado na ci-
dade do Rio de Janeiro. — Nos termos
dessa Ata, e de acordo com os de-
monstrativos levantados pelos Asses-
sores da Comissão Mista, com base
nos elementos jurídicos e contábeis
compulsados e analisados, nas reu-
niões anteriores, pelos representantes
de cada uma das entidades interve-
nientes, verificou-se que a soma dos
créditos a favor da União Federal —
no acerto geral e final das contas —
com juros contados até 3.6.59, atinge a
importância de Cr\$ 749.992.611,30 (se-
tecentos e quarenta e nove milhões,
novecentos e noventa e dois mil, seis-
centos e onze cruzeiros e trinta cen-
tavos) e a soma dos créditos a favor
do Estado de São Paulo, também com
juros contados até 30.6.1959, a Cr\$ 1.157.225.818,20 (um bilhão, cen-
to e cinquenta e sete milhões, duzen-
tos e vinte e cinco mil, oitocentos e
dezoito cruzeiros e vinte centavos),
donde um saldo favorável a este últi-
mo de Cr\$ 407.233.206,90 (quatrocentos
e sete milhões, duzentos e trinta e três
mil, duzentos e seis cruzeiros e no-
venta centavos). Traduzindo o pen-
samento do Governo de São Paulo,
no sentido de se chegar a um resul-
tado mais amplo e completo possível,
a Delegação Paulista de Encontro de
Contas havia proposto, numa das úl-
timas reuniões da Comissão Mista,
realizada recentemente no Rio de Ja-
neiro, a imputação desse saldo — fa-
vorável ao Estado — no pagamento
parcial do débito do Estado por adi-
antamentos feitos pela União para os
serviços da dívida externa estadual
até o montante equivalente àquele sal-
do, de modo a que a demonstração
final das contas não viesse a acusar
saldo favorável a qualquer uma das
partes. Estabelecer-se-ia, em seguida,
um plano de liquidação do remanes-
cente do referido débito, depois da-
quela imputação parcial de pagamen-
to. O reembolso, por parte do Estado,
seria operado, mediante novação de
seus compromissos, em duas fases. Na
primeira fase, obrigava-se-ia a Fazen-
da paulista a realizar prestações men-

Propto 2594/61

sais de amortizações, no prazo de três anos, a começar em 30-1-1960 até ... 30.12.1962, no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) cada uma, pelo montante de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de cruzeiros) em três anos. Concluído o resgate total dos empréstimos externos pela União e verificado qual o saldo devedor de São Paulo em 31.12.1962, o Estado iniciaria, em janeiro de 1963, a segunda fase do resgate de seus compromissos, também em prestações mensais, pelo decurso de sete anos, de acordo com a Tabela Price, aos juros de 6% ao ano. Operar-se-ia, destarte, a totalidade do resgate, no decurso de dez anos, a saber: — prazo do pagamento da primeira fase da novação até 30.12.1962; idem das prestações da segunda fase da novação até 30.12.1969. Seria equitativo estabelecer-se mais — se acaso a União vier a conceder a outros Estados eventual redução de suas responsabilidades, no tocante à solução das respectivas dívidas externas que esse tratamento se estendesse ao Estado de São Paulo, com implícito reflexo no montante de suas parcelas devedoras até final. — A proposta da Delegação Paulista, depois de convenientemente estudada pelos representantes federais na Comissão Mista de Encontro de Contas, foi aceita por decisão unânime da mesma Comissão conforme consta da ata lavrada a 19 de junho p.p., acima mencionada, acrescentando-se notar que, retificando e apoiando a proposta de seus representantes na aludida Comissão Mista, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de seu Secretário da Fazenda, enviou, em data de 11 de junho p.p., ao Senhor Ministro da Fazenda, um ofício vasado nestes termos: — “São Paulo, 11 de junho de 1959. — D-958-G-14.841-59 — Senhor Ministro. 1 — Conforme já é do conhecimento de Vossa Excelência, a Comissão Mista de Encontro de Contas entre a União e o Estado de São Paulo, com as reuniões realizadas ultimamente neste Ministério, chegou, praticamente, ao término de seus trabalhos, tendo sido apurado — no confronto entre as contas devedoras e credoras de ambas as entidades, anteriormente incluídas no esquema de seu exame — um saldo credor para São Paulo de Cr\$ 393.745.857,40 até 31.12.1958. 2 — Esse saldo está, ainda, sujeito à homologação por parte do Plenário da Comissão Mista, tão logo

sejam concluídos os trabalhos dos Assessores que, no momento, procedem à elaboração dos necessários quadros demonstrativos, evidenciando a posição de cada uma das contas, já encerradas. Ocorre, entretanto, que, nesse acerto, não está incluído o débito para com a União, correspondente às remessas que faz, relativas ao serviço da dívida externa do Estado, e que este deixou de reembolsar. O representante do Conselho Técnico de Economia e Finanças pleiteia, agora, a sua inclusão, uma vez que fora anteriormente excluída sob o fundamento de se tratar de responsabilidade de valor certo. 3 — A esse respeito, a Delegação Paulista da Comissão do Encontro de Contas, traduzindo o elevado pensamento do Governo do Estado, no sentido de chegar a uma solução mais ampla e completa possível apresentou a esta Secretaria uma sugestão construtiva, por ela já formulada perante a Delegação Federal da mesma Comissão, no sentido de se estabelecer uma fórmula mais ampla de decidir o caso, mediante novas concessões mútuas sem maiores delongas e procrastinações, e com plena satisfação dos direitos e interesses dos dois Governos. 4 — Por essa sugestão, a Delegação Paulista assentiria na inclusão de uma parcela da dívida externa do Estado para com a União, equivalente ao saldo apurado a favor daquele no encontro geral das contas. Ou, por outra, esse saldo será imputado no pagamento do montante dos atrasados da dívida externa, de tal forma que a demonstração final do Acerto de Contas não viria a acusar saldo a favor de qualquer das partes. 5 — Com essa operação ficaria encerrado o Acerto Geral das Contas constantes do esquema da Comissão Mista. 6 — Em seguida, e no mesmo ato, seria convenionado um plano de liquidação do remanescente total da dívida externa paulista, quer a vencida, que se viesse a verificar após a mencionada imputação de pagamento, quer a que ainda está por vencer até o final do prazo dos respectivos empréstimos. É verdade que não se pode, atualmente, determinar com exatidão a quanto virá montar a totalidade dessa dívida, visto como o seu resgate total pelo Governo Federal só se ultimará em 1961, havendo, pois, pagamentos futuros condicionados a variações cambiais, e, também, a parcela ainda não apurada correspondente ao empréstimo em florins. Entretanto,

isso não impedirá que o Tesouro Paulista possa iniciar regularmente a sua liquidação desde já. 7 — Levando em conta essas circunstâncias, o reembolso por parte de São Paulo poderá ser convenionado e, afinal feito, mediante uma novação de seus compromissos, em duas fases. Na primeira fase, obrigar-se-ia a Fazenda Paulista a pagar prestações mensais de amortização, durante o prazo de três anos, a começar em 30.1.1960 e a terminar em 30.12.1962, do valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) cada uma, ou seja o montante de Cr\$ 360.000.000,00 trezentos e sessenta milhões de cruzeiros) em três anos. 8 — Uma vez concluído o resgate total dos empréstimos externos de São Paulo pela União, e verificado qual o saldo devedor daquele em 31.12.1962, o Estado iniciaria, a partir de janeiro de 1963, a segunda fase do resgate do remanescente de seus compromissos, também em prestações mensais, pelo decurso de sete anos, calculados pela Tabela Price, com juros de 6% ao ano. 9 — Operar-se-á, destarte, a totalidade do resgate no curso de dez anos, a saber: prazo do pagamento da primeira fase da novação até 30.12.1962. Idem das prestações da 2ª fase da novação até 30 de dezembro de 1969. 10 — Seria estabelecido que, se a União vier em qualquer tempo, a conceder a outras Estados alguma redução de suas responsabilidades, no tocante à solução das respectivas dívidas externas, igual tratamento será dado ao Estado de São Paulo, com efetivo reflexo no montante das suas parcelas devedoras até final. 11 — Outrossim, a Delegação Paulista opina que o acordo exposto, por ela aventado, se celebre por contrato e que todos os pagamentos, a cargo do Tesouro Paulista, sejam recolhidos mensalmente ao Banco do Brasil, em conta que venha a ser indicada pelo Ministério da Fazenda. 12 — Cumprimos o dever de declarar a Vossa Excelência que o Governo de São Paulo apoia o alvitre de seus representantes na Comissão Mista de Encontro de Contas, ora transmitido à alta apreciação de Vossa Excelência, a fim de que, se merecer igual acolhimento por parte de Vossa Excelência, seja recomendado àquela Comissão que promova o imediato encerramento de sua relevante missão, que constituirá um marcante acontecimento administrativo e financeiro na vida dos dois altos Poderes, pa-

trioticamente interessados no histórico problema de normalização de suas contas, tão essencial e necessário à vida da federação brasileira. — Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência, ao ensejo, os protestos de meu sempre elevado apreço e de minha mui distinta consideração. a) Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Secretário da Fazenda. — Ao Exmo. Senhor Doutor Sebastião Paes de Almeida, DD. Ministro da Fazenda — Rio de Janeiro". — Posteriormente, ou seja, a 15 de setembro corrente, em aditamento àquele seu ofício ...

D-958, de 11 de junho de 1959, o mesmo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo enviou ao Ministro da Fazenda um novo ofício, assim redigido: "São Paulo, 15 de setembro de 1959. — D-1477 — G-14841-59 — Senhor Ministro: Em aditamento ao ofício D-958, de 11 de junho último, a propósito do término dos trabalhos da Comissão Mista de Encontro de Contas entre a União e o Estado de São Paulo, e de acordo com nossa conversa de hoje, venho confirmar que, em consequência de entendimentos posteriores entre os Membros daquela Comissão e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, desse Ministério, foi julgada desnecessária a celebração do contrato mencionado no item II do supracitado ofício, o qual seria substituído pela aprovação do ajuste por via administrativa. — Tenho a honra de renovar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. (a) Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Secretário da Fazenda — Ao Exmo. Senhor Doutor Sebastião Paes de Almeida, DD. Ministro da Fazenda — Rio de Janeiro". — A solução preconizada no ofício D-958, de 11 de junho de 1959, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, mereceu integral aprovação do Senhor Ministro da Fazenda, conforme faz certo o rádio-telegrama que sua Excelência enviou ao Senhor Secretário da Fazenda daquele Estado e abaixo transcrito: "XME ..

47-31688 Rio 171610 Govt — Secretário da Fazenda Estado de São Paulo — N — 0.459 de 17-9-59 comunico despacho hoje. resolvi aprovar solução preconizada seu ofício D-958 de 11 junho último sobre aplicação saldo apurado Comissão Mista Encontro Contas entre União esse Estado vg devendo recolhimentos mensais ser efetuado Banco Brasil na conta Re-

ceita União condicionada quitação pagamento total dívida compreendida primeira e segunda novações pt saudações — Sebastião Paes de Almeida — Col 459 de 17.9.59 D-958 11" Sobre o mesmo assunto, o Dr. Aroldo Moreira, respondendo pelo expediente do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, enviou, em data de 21 de setembro p.p., ao Senhor Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo a seguinte comunicação, dando conhecimento do despacho do Senhor Ministro da Fazenda: — "Ministério da Fazenda. — Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças — S-418 — Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1959. — Senhor Secretário: Temos a subida honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, no processo n.º SC 142.357-59, que trata do pedido formulado por essa Secretaria da Fazenda no ofício D-958, de 11 de junho último, relativamente ao plano de liquidação dos débitos do Estado de São Paulo para com a União e decorrente de adiantamentos feitos para os serviços da dívida externa paulista, o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda exarçou o seguinte despacho: — "Aprovo a solução preconizada no expediente de fls. 1-4, devendo os recolhimentos mensais ser efetuados ao Banco do Brasil S.A., na conta "Receita da União", condicionada a quitação ao pagamento total da dívida compreendida na primeira e segunda novações. "Comunique-se e encaminhe-se o processo ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, para os devidos fins". — Ao transmitir essa decisão, usamos o ensejo para enviar a V. Exa. as nossas congratulações pessoais e desta Secretaria Técnica pelo êxito da providência encaminhada e ora aprovada, que vem trazer ao Estado de São Paulo e ao Governo Federal a solução honrosa para problemas que, desde há muito, reclamavam a superior compreensão das autoridades responsáveis pela administração financeira do Estado e da União. Aceite V. Exa. Senhor Secretário da Fazenda, os protestos de nossa respeitosa consideração. — a) Aroldo Moreira, Respondendo pelo Expediente. — Exmo. Senhor Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, MD. Secretário da Fa-

zenda do Estado". — Na forma, assim, do estabelecido e ratificado, a liquidação por parte do Tesouro Paulista será feita em pagamentos mensais ao Banco do Brasil S.A., em conta indicada pelo Ministério da Fazenda. Na reunião realizada em dezenove de junho próximo passado, ficou ainda assentado, em conformidade, aliás, de troca anterior de entendimentos, que: — I — o acerto de contas é feito diretamente entre a União Federal e o Governo do Estado de São Paulo, ficando a cargo e execução do Governo Federal a liquidação das contas atinentes aos departamentos e entidades federais; e, do Governo Estadual, as responsabilidades pelas organizações do Estado; II — fica reservado a cada um dos Governos o direito de promover a apuração das contas que não puderam ser apuradas pela Comissão Mista, por falta de comprovação regular e comprovantes hábeis; III — A Comissão Mista de Encontro de Contas será mantida, podendo a sua composição ser promovida posteriormente, a qualquer tempo, por qualquer dos Governos, sempre que hajam outras contas supervenientes que reclamem a liquidação, a bem dos interesses gerais e comuns da conveniência administrativa da Federação Brasileira. Com os resultados a que chega, assim, a Comissão Mista de Encontro de Contas entre a União Federal e o Estado de São Paulo — resultados esses que, por esta e pela Ata de dezenove de junho último, ficam plenamente ratificados e confirmados — restará, tão somente, àquela Comissão, o encargo de preparar as necessárias proposições a serem encaminhadas ao Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa Paulista, acompanhadas do Relatório Geral que deverão formalizar, sob o aspecto legal, os acordos ora feitos administrativamente. Do que, para constar, eu, a) Nêa Lopes Monteiro, servindo como Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada. — Rio de Janeiro, aos 19 de outubro de 1959, (aa) Raul Fontes Cotia — Theodoro Quartim Barbosa — Antônio Ponzio — Aroldo Moreira — Jesuino de Freitas Ramos — Anderlino Silva Campos — Ernesto Basile — Breno Leme Asprino — Hilário Freire — José Waldemar de Abreu.

ANEXO N.º II

Resultado final das contas submetidas a exame e aceitas pela Comissão Mista de Encontro de Contas entre o Estado de São Paulo e o Governo da União

Saldos aceites a favor de São Paulo:

1 — Adiantamentos feitos pelo Governo do Estado de São Paulo ao da União, por ocasião da revolta de 1893		6.075.548,70
2 — Valor de 2/7 partes da indenização paga pela San Paulo Railway Co., de conformidade com a cláusula 33.ª do contrato de 26.4.1856	1.075.790,00	
Juros contados até 30.6.1959	52.452.798,50	53.528.588,50
3 — Parte do lucro do Estado de São Paulo nas operações realizadas com a defesa do café em 1921-1922 ..	3.890.567,80	
Juros contados até 30.6.1959	33.045.112,40	36.935.680,20
4 — Requisições militares de 1930, liquidadas pelo Estado de São Paulo		11.247.968,30
5 — Transportes efetuados pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1930 e 1932		2.460.172,00
6 — Valor pelo qual foram aceites US\$ 105.197,00, apreendidos pelo Governo Provisório da República, durante o movimento revolucionário de 1932		933.561,10
7 — Despesas de repartições federais pagas pelo Estado de São Paulo durante a revolução de 1932		4.754.184,80
8 — Importância requisitada pelo General João Alvares de Azevedo Costa, em 1924, da Coletoria Estadual de Sorocaba		20.000,00
9 — Despesas feitas com tropas em operações fora do Estado, em perseguição aos rebeldes de 1924, a cargo do Ministério da Guerra, pagas pelo Estado de São Paulo		11.152.592,53
10 — Despesas com presos políticos da revolução de 1924, pagas pelo Estado por conta do Ministério da Justiça		82.807,70
11 — Material bélico consignado ao Estado de São Paulo e apreendido pelas autoridades federais na Alfan-dega de Santos		7.333.944,60
12 — Dívida do Governo Alemão resultante da diferença de câmbio verificada na restituição do depósito feito na casa "Bleichroder", de Berlim, proveniente do produto da venda de cafés do Estado de São Paulo, armazenados em portos sob domínio daquele Governo durante a guerra de 1914-1918	90.023.417,00	
Juros de 1.9.920 a 21.6.957	373.172.086,70	463.195.503,70

13 — Resultado verificado nas operações de 2.287.500 sacas de cafés retidos até 7.12.1931, data do 7.º Convênio		
Cafeeiro	81.635.930,60	
Juros de 1.7.934 a 30.6.959	276.247.374,60	357.883.305,20
<i>Instituto Brasileiro de Café</i>		
14 — Restituição da taxa de shillings, feita pelo Banco do Estado de São Paulo S.A., de acordo com o que dispõe a letra "b" do artigo 4º da lei estadual n.º 2.422, de 10.5.1930		
		73.485.441,90
15 — Títulos aceitos pelo D.N.C., em 13 de junho de 1937, para liquidação do saldo do adiantamento feito pelo Banco do Estado de São Paulo através da "Conta Suplementar" do empréstimo de £ 20.000.000, e ainda não resgatados		
	31.500.000,00	
Juros de 10.12.937 a 30.6.959	81.158.263,00	112.656.263,00
16 — Comissões pagas pelo Estado aos representantes em São Paulo, dos banqueiros financiadores do empréstimo de £ 20.000.000		
	4.520.000,00	
Juros até 30.6.1959	10.918.671,90	15.438.671,90
17 — Contribuições ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, adiantadas pelo Estado de São Paulo ...		
	18.750,00	
Juros de 31.12.945 a 30.6.959	22.899,10	41.649,10
SOMA		1.157.225.818,20

LEI Nº 4.257 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1963

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A., para importação de equipamento destinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, inclusive da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos industriais, máquinas, peças e acessórios importados pela Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A., com sede no Estado do Rio de Janeiro, destinados a instalação de centrais hidrelétricas ou termelétricas, no mesmo Estado.

Art. 2º A isenção referida no art. 1º é estendida aos produtos já importados e cujo despacho alfandegário tenha sido concedido mediante a assinatura de termo de responsabilidade, abrangendo também os materiais constantes das licenças de importação de ns. DG-61-1517-1995, DG-61-1518-1996 e DG-61-1519-1997, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior.

Art. 3º A isenção somente se tornará efetiva, exceção feita à mencionada no art. 2º, após a publicação, no *Diário Oficial* da União, de portaria expedida pelo Ministério da Fazenda discriminando a quantidade, qualidade, valor e procedência dos bens isentos.

Art. 4º A isenção não inclui os produtos com similar nacional.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Projeto nº 3241/61

LEI Nº 4.258 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

Releva a prescrição do direito à reclamação administrativa, em que incorreu o ex-soldado fuzileiro naval Antônio Santiago de Lima.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É relevada a prescrição do direito à reclamação administrativa, em que incorreu o ex-soldado fuzileiro naval Antônio Santiago de Lima.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Sylvio Borges de Souza Motta

Projeto nº 2886/61

LEI Nº 4.259

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.260 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

Concede a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 mensais a Albertina de Viveiro Marques, viúva do ex-Deputado Gerson Corrêa Marques.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

É concedida a Albertina de Viveiro Marques, viúva do ex-Deputado Gerson Corrêa Marques, a pensão especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º A pensão de que trata a presente lei correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas, do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Projeto 1248/59

LEI Nº 4.261 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

*Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 do jornalista Apparício Torelly
O Presidente da República*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

É concedida a Apparício Torelly, escritor e jornalista, a pensão vitalícia de quarenta mil cruzeiros (Cr\$ 40.000,00), mensais, a partir da data desta lei.

Art. 2º A pensão a que se refere esta lei, na base de cinquenta por cento (50%), por morte de seu beneficiário, transmite-se à sua esposa e filhos, atendidas as exigências da legislação vigente.

Art. 3º A pensão especial concedida pela presente lei não poderá ser recebida cumulativamente com aposentadoria ou benefício de qualquer natureza, paga pela União, Estados, Municípios, autarquias ou sociedades de economia mista.

Art. 4º O pagamento da pensão correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República

JOÃO GOMLART

Carvalho Pinto

pry. 4145/62

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 4.238 — DE 26 DE JUNHO DE 1963

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à Plena propriedade da Sociedade Filarmônica «Lyra» o imóvel situado na Rua São Joaquim, n.º 329, na Capital do Estado de São Paulo.

No Parágrafo único do artigo 2º, onde se lê:

... a Sociedade Filarmônica «Lyra» continuará incorporado ao patrimônio ...

Leia-se:

... a Sociedade Filarmônica «Lyra», continuará incorporado ao patrimônio ...

LEI N.º 4.239 — DE 27 DE
JUNHO DE 1963

Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Plano Diretor

Art. 1º Fica aprovada a segunda etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, para os anos de 1963, 1964 e 1965, na conformidade dos Anexos à presente Lei.

§ 1º As obras e serviços constantes dos referidos Anexos terão caráter prioritário, para efeito de sua execução pelos órgãos responsáveis.

§ 2º Serão previamente submetidos à aprovação do Conselho Delibera-

tivo na SUDENE os programas de aplicação das dotações globais constantes do Plano Diretor.

CAPÍTULO II

Do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste

Art. 2º É criado o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE) operado na forma desta lei, para garantir a exeqüibilidade financeira dos projetos e obras, previstos no art. 5º, que a SUDENE considerar prioritários, relevantes ou de interesse para a economia do Nordeste.

Art. 3º Constituem recurso do FIDENE:

a) 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o art. 1º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959;

b) dotações orçamentárias específicas que lhe sejam atribuídas;

c) juros, lucros, dividendos e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos recursos de que tratam as alíneas anteriores.

§ 1º A SUDENE, mediante parecer de sua Secretaria Executiva, aprovado pelo Conselho Deliberativo, poderá efetuar quaisquer operações financeiras, inclusive empréstimos no Exterior, e emitir obrigações ou transferir títulos para antecipação ou ampliação dos recursos do FIDENE.

§ 2º As operações em moeda estrangeira dependerão da autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º As operações de que tratam os parágrafos anteriores poderão ser garantidas com os próprios recursos do FIDENE.

§ 4º Correrão por conta do FIDENE todas as despesas realizadas com a sua operação e os prejuízos que vierem a decorrer da aplicação dos seus recursos.

§ 5º O disposto no § 1º deste artigo não exclui o direito de as empresas privadas do nordeste contratarem operações de financiamento diretamente com entidades financeiras estrangeiras ou internacionais.

Art. 4º São revogados os §§ 4º, 5º, 6º e 7º do art. 33, da Lei nº 3.955, de 14 de dezembro de 1961, que aprova o Plano Diretor da SUDENE para o ano de 1961, e dá outras providências.

§ 1º É incorporado ao FIDENE o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), ou seu saldo, aberto, pelo § 8º, do mesmo art. e Lei mencionados neste artigo para ocorrer às despesas com o pagamento do subsídio à indústria.

§ 2º Fica a cargo da SUDENE o pagamento da metade do valor dos equipamentos que não tenham similares no País, com esse caráter registrados, adquiridos no exterior, por empresas que se comprometam a aproveitar, única e totalmente, matéria prima agrícola do Nordeste e cuja produção pelo menos 50% (cinquenta por cento), se destine à exportação, recebendo a SUDENE das empresas beneficiadas ações preferenciais no valor da importância paga em moeda estrangeira.

§ 3º Os interessados nos benefícios do parágrafo anterior comprometer-se-ão a utilizar, pelo menos durante 10 (dez) anos, matéria prima agrícola do Nordeste e a exportar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de sua produção.

§ 4º O não cumprimento das exigências do parágrafo precedente será considerado transgressão e implicará no pagamento, pelas empresas beneficiadas, da diferença do risco de câmbio, obedecidos os termos do artigo 23, da Lei nº 3.955, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 5º Os recursos do FIDENE serão utilizados nas seguintes finalidades:

a) integralização do capital, que a SUDENE subscrever nas empresas que estejam executando ou venham a executar projetos, considerações prioritárias ou relevantes para o desenvolvimento econômico do Nordeste pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer fundamentado de sua Secretaria Executiva.

b) financiamento, total ou parcial, de pesquisa, exploração e industrialização destinadas a promover o aproveitamento dos recursos minerais do Nordeste;

c) cobertura, parcial ou total, dos riscos de câmbio decorrentes de operações em moeda estrangeira, contratadas pela SUDENE ou com sua intervenção, para financiamento de investimentos de caráter econômico e social;

d) financiamento total ou parcial de construção de habitações populares urbanas e rurais.

Art. 6º A participação da SUDENE através do FIDENE, nos projetos referidos na alínea a do art. 5º, obedecerá aos seguintes limites:

a) até 50% (cinquenta por cento) do valor total em cruzeiros dos equipamentos a serem importados a vista ou 50% (cinquenta por cento) do mesmo valor dos equipamentos, quando importados com financiamento externo registrado pela SUMOC, desde que não tenham similares nacionais registrados e capazes de atender, na forma adequada e reconhecida pela SUDENE, às necessidades do projeto a que se destinem;

b) até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor total em cruzeiros dos equipamentos produzidos no País.

§ 1º A participação total da SUDENE, na forma das alíneas anteriores, não poderá exceder de 50% (cinquenta por cento) do valor total das inversões em capital fixo e circulante correspondente a cada projeto.

§ 2º A participação da SUDENE, através do FIDENE, no capital da

empresa, somada à colaboração financeira das entidades oficiais de crédito, não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor total das inversões em capital fixo e circulante do projeto.

§ 3º Os limites de que trata este artigo somente poderão ser excedidos nos casos de empresas em que a SUDENE, a União ou os Estados detenham a maioria das ações de capital com direito a voto.

§ 4º A SUDENE, através do FIDENE, integralizará o capital, de acordo com as necessidades de execução dos projetos beneficiários, indicadas nos calendários de desembolso que aprovar.

Art. 7º A empresa beneficiária do favor previsto na alínea a do artigo 5º poderá pedir à SUDENE aprovação para modificações do projeto originalmente aprovado.

§ 1º Quando a Secretaria Executiva da SUDENE, através da fiscalização que obrigatoriamente fará, constatar que a empresa de que trata este artigo modificou o projeto sem aprovação da SUDENE, ou desviou para outra finalidade recursos que lhe foram entregues, suspenderá, imediatamente, a entrega das parcelas ainda devidas se houver, e proporá ao Conselho Deliberativo a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da inadimplência:

a) reembolso, mediante cobrança executiva, do valor das parcelas entregues e não aplicadas ou do valor de todas as parcelas entregues e não aplicadas ou do valor de todas as parcelas entregues, aplicadas ou não, acrescentando-se a esses valores juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 10% (dez por cento);

b) impedimento da empresa beneficiária, de seus diretores ou de empresas em que estes detenham poder de direção, para pleitear qualquer favor concedido ou administrado através da SUDENE;

c) proibição de operações das pessoas físicas e jurídicas de que trata a alínea anterior com estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º Antes de propor ao Conselho Deliberativo da SUDENE qualquer das sanções de que trata o § 1º, a Secretaria Executiva notificará a empresa beneficiária para que apresente, no prazo de 30 dias seguintes

ao do recebimento da notificação, as razões de sua inadimplência.

§ 3º A Secretaria Executiva da SUDENE, se aceitar as razões oferecidas na forma do parágrafo anterior, concederá à empresa beneficiária o prazo que julgar necessário para efetivação das aplicações ainda não realizadas.

§ 4º A partir da notificação, será nulo de pleno direito qualquer ato praticado pela empresa beneficiária em prejuízo dos direitos da SUDENE.

§ 5º Antes de aplicar a sanção prevista na alínea b *in fine* do parágrafo primeiro, a SUDENE notificará a empresa para que proceda, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da referida notificação, à substituição do diretor ou diretores comuns, não se aplicando, no caso de substituição, as disposições do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

O disposto neste parágrafo não se aplica na hipótese de impedimento da empresa beneficiária.

§ 6º Para os efeitos da alínea c do § 1º, a SUDENE comunicará aos bancos oficiais a decisão adotada pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 8º Ressalvado o disposto no § 3º do art. 6º, a participação da SUDENE, no capital das empresas beneficiárias, efetivar-se-á através da tomada de ações preferenciais sem direito a voto, podendo a empresa beneficiária, quando esgotado o limite legal para emissão das referidas ações preferenciais, admitir a participação da SUDENE através da tomada de ações ordinárias.

§ 1º As ações preferenciais referidas neste artigo assegurarão dividendo mínimo e cumulativo de 8% (oito por cento) ao ano e prioridade para efeito de amortização, reembolso ou resgate.

§ 2º Na hipótese de liquidação ou falência da empresa beneficiária, o valor correspondente à participação da SUDENE no capital social das empresas de que trata este artigo terá os mesmos privilégios atribuídos aos créditos do Tesouro Nacional.

§ 3º A transferência das ações que a SUDENE adquirir, com recurso ao FIDENE, na forma deste artigo, somente poderá ser feita após o decurso dos seguintes prazos:

a) cinco anos, em parcelas anuais de 20% do respectivo valor total, pa-

ra as ações correspondentes ao valor do financiamento para equipamentos adquiridos à vista, contando-se o prazo a partir do término do período de carência fixado de acordo com a análise do projeto beneficiário;

b) três anos, em parcelas anuais equivalentes a um terço do respectivo valor total, para as ações correspondentes ao valor do financiamento do FIDENE para equipamento adquirido mediante financiamento externo, contando-se o prazo a partir da data de amortização da última parcela deste;

c) três anos, em parcelas anuais, equivalentes a um terço do respectivo valor total para as ações preferenciais previstas no § 2º do art. 4º desta lei, contando-se o prazo a partir da data da amortização da última parcela dos financiamentos exteriores contratados.

§ 4º A empresa emitente das ações e os seus acionistas terão preferência, nesta ordem, para aquisição das ações de que se trata.

§ 5º A preferência dos acionistas, referida no parágrafo anterior, será exercida na proporção da participação de cada um no capital da empresa emitente, à época da transferência das ações.

§ 6º Os prazos fixados neste artigo somente deixarão de ser obedecidos mediante requerimento do interessado e concordância expressa da SUDENE.

§ 7º Assegurado o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias para o exercício dos direitos de preferência, de que tratam os parágrafos anteriores, a forma de transferência das ações será estabelecida em regulamento, a este artigo, baixado pelo Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria Executiva da SUDENE, aprovada pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 9º O Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, poderá autorizar a aplicação de recursos do FIDENE no financiamento total ou parcial de pesquisa, lavra e industrialização, destinada a promover o aproveitamento dos recursos minerais do Nordeste, previsto na alínea b do art. 5º.

§ 1º O financiamento de pesquisa, a que se refere este artigo somente será concedido mediante a obrigação

da empresa ou pessoa física titular do direito de pesquisa ou lavra de:

a) dar preferência à SUDENE para execução da pesquisa, submetendo à sua aprovação, no caso de desistência do direito de preferência, os contratos que tiver de firmar com terceiros para o mesmo fim;

b) assegurar à SUDENE o mais amplo acesso a todos os resultados, diretos e indiretos, das pesquisas feitas diretamente ou mediante contrato, podendo a SUDENE designar técnicos de sua confiança para acompanhar os trabalhos;

c) devolver, em dinheiro ou em ações preferenciais ou ordinárias, da empresa titular do direito de lavra, ou da empresa que a represente no exercício efetivo desse direito, os recursos do FIDENE aplicados na pesquisa, acrescidos dos respectivos juros, na hipótese de constatada a inviabilidade econômica da exploração da jazida;

d) não efetuar qualquer negócio jurídico que envolva transferência, arrendamento ou assunção de quaisquer ônus sobre o direito de lavra, sem autorização expressa da SUDENE sob pena de nulidade;

e) dar preferência à SUDENE, em igualdade de condições com terceiros, para realização de qualquer negócio jurídico, com a finalidade indicada na alínea anterior;

f) a pagar "quota de risco" estabelecida pela SUDENE, até cinco por cento (5%) do lucro líquido, desde que seja constatada a viabilidade econômica da exploração pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos;

g) transferir à SUDENE, na hipótese de que as pesquisas constatem a inviabilidade econômica da exploração, todos os direitos remanescentes de pesquisas e lavra;

h) não alienar ou gravar, por qualquer forma, a propriedade em que se situa a jazida ou mina, sem autorização expressa da SUDENE, sob pena de nulidade.

§ 2º A SUDENE manifestará a preferência de que trata a alínea a do § 1º no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do decreto de pesquisa e iniciará os respectivos trabalhos dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da mesma data.

§ 3º O relatório de que trata o inciso IX do art. 16 do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940,

deverá ser apresentado pela SUDENE, que fornecerá cópia autenticada ao titular do direito de pesquisa.

§ 4º Considera-se automaticamente prorrogada a validade da autorização de que trata o inciso II do art. 16 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, pelo prazo que a SUDENE exceder na apresentação do relatório de pesquisa previsto no parágrafo anterior, até o máximo de 1 (um) ano.

§ 5º Dentro do prazo de que trata o parágrafo anterior, a SUDENE, se não apresentar o relatório de pesquisa, facultará ao titular do respectivo direito todos os elementos necessários ao referido relatório, hipótese em que a SUDENE perderá todos os direitos ao reembolso dos recursos que houver investido na pesquisa e aos demais previstos neste artigo.

§ 6º Nas pesquisas que executar, direta ou indiretamente, a SUDENE admitirá a participação de técnicos que o titular do direito indicar, aos quais será facultado o mais amplo acesso a todos os dados e resultados.

§ 7º A prova da capacidade financeira de que trata o inciso II do art. 14 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, será feita mediante documento fornecido pela SUDENE.

§ 8º A SUDENE exercerá o direito de preferência previsto na alínea c deste artigo, dentro do prazo de um ano a contar da comunicação escrita que o titular do direito de pesquisa ou lavra lhe fizer sobre o seu desejo de efetuar quaisquer dos negócios jurídicos previstos na referida alínea.

§ 9º A SUDENE poderá exercer o direito de preferência à exploração, através de sociedade de economia mista existente ou criada para o fim específico da aludida exploração.

§ 10. A pessoa titular do direito de pesquisa e lavra optará por uma ou mais das formas de devolução dos recursos do FIDENE, previstas na alínea c do § 1º deste artigo.

§ 11. As ações preferenciais de que trata a alínea c do § 1º deste artigo não terão direito a voto e serão assegurados dividendos mínimos e cumulativos de 6% ao ano.

§ 12. A SUDENE poderá suspender o financiamento da pesquisa, a qualquer tempo, segundo os seus resultados, quando a mesma esteja a

cargo do titular do direito ou pessoa contratada.

§ 13. As despesas com o financiamento das pesquisas, cuja inviabilidade econômica de exploração for reconhecida pela SUDENE, serão convertidas em despesas de custeio.

§ 14. O disposto na alínea g do § 1º deste artigo não se aplica quando a pesquisa for executada direta ou indiretamente pela SUDENE.

Art. 10. Nos casos de que trata a alínea c do art. 5º, a SUDENE poderá assumir, total ou parcialmente, os riscos de câmbio decorrentes de operações em moeda estrangeira, contratadas diretamente ou com sua aprovação e intervenção, para execução de projetos de caráter econômico e social a ela cometidos, a entidades públicas ou a empresas nas quais a União, os Estados ou os Municípios, diretamente ou por intermédio de entidades públicas, detenham a maioria das ações com direito a voto.

§ 1º O Orçamento Geral da União consignará à SUDENE (art. 3º alínea b), anualmente, dotação para cobertura da despesa de que trata este artigo.

§ 2º O plano de economia ou contenção não poderá compreender a dotação de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Os riscos de câmbio serão cobertos, tanto quanto possível com recursos próprios dos órgãos executores do projeto de que trata este artigo.

§ 4º Sempre que couber reajustamento de tarifas para efeito do parágrafo anterior, a SUDENE deverá propô-lo à autoridade competente, 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento de cada prestação do financiamento mencionado neste artigo.

§ 5º Quando a execução do projeto estiver a cargo das empresas referidas neste artigo, o valor da participação da SUDENE será convertido em ações (preferenciais) sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, das empresas executoras.

§ 6º As aplicações dos recursos do FIDENE, previstas neste artigo, destinar-se-ão à execução de projetos de abastecimento d'água, esgoto sanitário, habitação popular, educação e eletrificação rural e urbana.

§ 7º A participação da SUDENE para os fins deste artigo será pro-

posta pela Secretaria Executiva ao Conselho Deliberativo, em parecer fundamentado.

Art. 11. O financiamento de que trata a alínea d do art. 5º será feito na forma e mediante as garantias fixadas em regulamento proposto pela Secretaria Executiva da SUDENE e aprovado pelo seu Conselho Deliberativo, destinando-se, a assegurar exequibilidade financeira a projetos de habitação popular aprovados pela SUDENE e executados através de:

a) a própria SUDENE;
b) sociedades de economia mista, nas quais a União, os Estados, a SUDENE, diretamente ou por intermédio de entidades públicas, detenham a maioria das ações com direito a voto;

c) empresas industriais ou agrícolas que desejem construir habitações para seus empregados ou colonos, observadas as normas legais vigentes e nas condições que vierem a ser fixadas pela SUDENE.

§ 1º A SUDENE participará obrigatoriamente do capital volante e da diretoria executiva das sociedades de economia mista referidas na alínea b e a citada diretoria será composta de três membros.

§ 2º A SUDENE, ou as entidades que construírem habitações populares nos termos deste artigo, estabelecerão obrigatoriamente, nos contratos de transferência daquelas habitações, que o adquirente recolha as parcelas do principal e juros de cada financiamento a estabelecimento oficial de crédito, em conta bloqueada, à ordem da SUDENE.

§ 3º O prazo de reembolso do financiamento pelo adquirente da habitação popular não poderá ser inferior a 20 (vinte) anos e os juros superiores à taxa legal.

Art. 12. As operações de que trata este capítulo dependerão de parecer fundamentado da Secretaria Executiva da SUDENE, aprovado pelo Conselho Deliberativo, sobre cada projeto específico, apresentado de acordo com as normas fixadas pela mesma Secretaria.

CAPÍTULO III

Das incentivos fiscais

Art. 13. Os empreendimentos industriais e agrícolas que se instalarem na área de atuação da SUDENE,

até o exercício de 1968, inclusive, ficarão isentos de imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos, a contar da entrada em operação de cada empreendimento.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo poderá ser ampliado até 15 anos, de acordo com a localização e rentabilidade desvantajosa do empreendimento beneficiado, mediante parecer da Secretaria Executiva da SUDENE aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 14. Até o exercício de 1973, inclusive, os empreendimentos industriais e agrícolas que estiverem operando na área de atuação da SUDENE à data da publicação desta lei, pagarão com a redução de 50% (cinqüenta por cento) o imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Art. 15. O valor das isenções de que tratam os arts. 13 e 14 será atualmente incorporado ao capital social das empresas beneficiárias, independentemente do pagamento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 16. A SUDENE, mediante as cautelas que instituir, fornecerá, às empresas interessadas, declaração de que satisfazem as condições exigidas para o benefício da isenção a que se refere o art. 13, ou da redução prevista no art. 14, documento que instituirá o processo de reconhecimento pelo Diretor da Divisão do Imposto de Renda, do direito das empresas ao favor tributário.

§ 1º Quando se verificar pluralidade de estabelecimentos, será reconhecido o direito à isenção ou à redução do imposto e adicionais, conforme o caso, em relação aos rendimentos dos estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDENE.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior as empresas interessadas deverão demonstrar, na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem as operações e os resultados do exercício de cada um dos estabelecimentos que operam na área de atuação da SUDENE.

Art. 17. O aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação de ativo, de empresas industriais e agrícolas, localizadas na área de atuação da SUDENE, é isento de quaisquer impostos e taxas federais, desde que realizado até um ano após a publicação desta lei.

§ 1º As firmas ou sociedades, para os efeitos d'êste artigo, poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado, até o limite de tempo fixado nesta lei.

§ 2º A correção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita no prazo fixado neste artigo.

§ 3º A alteração da tradução monetária do ativo imobilizado terá por limite a diferença entre o valor original e o venal à época desta lei.

§ 4º Entende-se por valor original do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido, pela firma ou sociedade, ou a importância em moeda nacional, pela qual tenha sido o bem incorporado à sociedade, nos casos de despesas ou valor de incorporação expresso em moeda estrangeira.

§ 5º A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigorante à época da aquisição. Se a taxa vigorante na data da aquisição ou incorporação não for conhecida, será adotada a taxa média do ano.

Art. 18. A pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que deva pagar:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirir, emitidas, pela SUDENE, através do FIDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo Fundo;

b) até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos da alínea a supra, não poderão exceder, em cada exercício, de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

§ 2º As obrigações a que se refere êste artigo, serão emitidas pelo prazo de 10 (dez) anos, nominativas, intransferíveis, com juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o respectivo valor nominal.

§ 3º O benefício de que trata a alínea b, supra, somente será concedido, se, a critério da SUDENE, o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizesse as demais exigências des-

ta lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores ao do desconto de cada contribuinte admitindo-se:

a) que o mesmo contribuinte realize inversões em um ou mais projetos aprovados pela SUDENE;

b) que o contribuinte efetue novos descontos, em relação ao mesmo projeto, durante o período de sua execução, se o montante do investimento exceder ao dobro do desconto realizado.

§ 4º Salvo para importação de equipamentos integrantes de projetos aprovados pela SUDENE, não poderão ser transferidos para o exterior direta ou indiretamente, a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda.

§ 5º Os favores de que trata êste artigo não se aplicam:

a) ao imposto de renda e adicionais referentes a exercícios anteriores ao de 1962, bem como ao imposto devido por lançamento "ex-offício" ou suplementar;

b) ao contribuinte que estiver em débito com o imposto de renda, o imposto adicional de renda e os adicionais restituíveis, ressalvados os débitos pendentes de decisão administrativa ou judicial.

§ 6º A pessoa jurídica indicará na sua declaração de rendimentos, ou competente guia de recolhimento que pretende obter o favor previsto neste artigo, válida a remissão que haja feito ao art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 19. Para os efeitos da alínea a do art. 18, a pessoa jurídica apresentará às repartições lançadoras do imposto de renda obrigações de valor equivalente a 4/3 (quatro terços) da parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis que pretender deixar de recolher, desprezadas as frações de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 20. Para pleitear o benefício de que trata a alínea b do art. 18,

a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, recolher ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (B.N.B.) o total ou a parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis a que estiver sujeita em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada mediante autorização prévia da Secretaria Executiva da SUDENE nas condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. O recolhimento de que trata este artigo, nos locais onde o B.N.B. não possuir dependências autorizadas, será transferido pelos beneficiários, através de bancos oficiais, pagando as comissões devidas.

Art. 21. Na apresentação e recolhimento de que tratam os arts. 19 e 20, observar-se-á o disposto no artigo 85 do Regulamento do imposto de Renda aprovado pelo Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959.

Art. 22. Para efeito de verificação do direito ao favor referido na alínea b, do art. 18, a pessoa jurídica, dentro de um ano a contar do último recolhimento a que estiver obrigada, apresentará à SUDENE projeto detalhado, obedecendo as especificações e exigências formuladas pela Secretaria Executiva da SUDENE, do empreendimento em que será aplicada importância equivalente pelo menos ao duplo do recolhimento exigido no art. 20.

§ 1º A pessoa jurídica ficará dispensada de apresentar o projeto referido neste artigo se, cumpridas as formalidades estabelecidas pela Secretaria Executiva da SUDENE, indicar projeto que tenha sido aprovado para os fins da alínea b do art. 18, no qual pretenda investir.

§ 2º A pessoa jurídica que tenha projeto ou indicação rejeitado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, poderá apresentar novo projeto ou fazer nova indicação, dentro do prazo referido neste artigo.

§ 3º A liberação parcial ou total da importância recolhida ao B.N.B. será autorizada pela Secretaria Executiva da SUDENE de acordo com o calendário de inversões do projeto aprovado.

§ 4º Se as importâncias liberadas não forem aplicadas, de acordo com

o projeto aprovado, a SUDENE comunicará o fato à repartição lançadora do imposto de renda, do domicílio fiscal do contribuinte, ficando automaticamente obrigado o Banco do Nordeste do Brasil S/A (B.N.B.) a recolher, à referida repartição, os saldos porventura existentes na conta de que trata o art. 20.

§ 5º Recebida a comunicação de que trata o parágrafo anterior, a repartição lançadora do imposto de renda, incontinenti, notificará a pessoa jurídica para recolher a importância correspondente às parcelas recebidas e não aplicadas devidamente, dentro de quarenta e oito horas, sob pena de cobrança executiva do débito, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na espécie.

§ 6º A pessoa jurídica, no prazo de três anos seguintes à data em que pode fazer o último recolhimento de imposto a que estiver obrigada, efetuará os investimentos a seu cargo sob pena de recolhimento pelo B.N.B. à repartição lançadora do imposto de renda competente da importância depositada na forma do art. 20.

§ 7º O Banco do Nordeste do Brasil S/A (B.N.B.) prestará à SUDENE, independentemente de indenização, considerado o disposto no artigo 20, toda e qualquer cooperação técnica que lhe for solicitada para a análise e controle dos projetos de que trata este artigo, tarefas que poderão ser delegadas no todo ou em parte àquele Banco.

Art. 23. Os títulos, de qualquer natureza representativos do valor do imposto de renda, que a pessoa jurídica deixou de fazer nos termos do art. 18, letra b, serão sempre nominativos e não poderão ser transferidos durante o prazo de 5 (cinco) anos".

CAPÍTULO IV

Do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste

Art. 24. É criado o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), operado pela SUDENE na forma desta lei e seus regulamentos, com a finalidade de, na área de atuação dessa autarquia, contribuir para:

a) assistência imediata às populações vítimas de calamidade pública,

decorrente de seca ou enchente, reconhecida pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, por indicação de qualquer dos seus membros ou da Secretaria Executiva;

b) formação, manutenção, renovação e preservação de estoques de alimentos precipuamente destinados a facilitar a prestação de assistência de que trata a alínea anterior, e a regularização da oferta de alimentos.

Art. 25. Constituem recurso do FEANE:

a) a reserva especial de emergência correspondente à importância anualmente depositada em "caixa especial", nos termos do § 1º do artigo 198 da Constituição Federal;

b) dotações orçamentárias e outros créditos que lhe forem atribuídos;

c) doações de qualquer natureza que lhe forem feitas por entidades nacionais e estrangeiras;

d) juros, lucros e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos mesmos recursos.

§ 1º Os recursos previstos na alínea a deste artigo somente serão aplicados em casos de calamidade decorrente de seca e ocorrida na área do denominado Polígono das Secas.

§ 2º Fica incorporado ao FEANE o saldo existente, no Tesouro Nacional, da reserva referida na alínea a deste artigo à data da publicação da presente lei.

§ 3º Correrão por conta do FEANE todas as despesas realizadas com a sua operação, bem como os prejuízos que vierem a decorrer da aplicação de seus recursos no atendimento de suas finalidades.

§ 4º Os órgãos da Administração Pública Federal que dispuserem de recursos destinados a obras e serviços no Nordeste deverão firmar convênio com a SUDENE para utilização planejada dos referidos recursos no combate aos efeitos de calamidade pública reconhecida na forma da alínea a do art. 24.

§ 5º Incorporar-se-ão ao FEANE, inclusive para ressarcir adiantamentos feitos com recursos do mesmo, os créditos extraordinários abertos à SUDENE para atendimento de despesas com obras, serviços e doações em zonas onde se verificar estado de calamidade pública reconhecido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e decretado pelo Poder Executivo.

§ 6º Fica incorporado ao FEANE o saldo do crédito extraordinário de

Cr\$ 1.000.000.000,00 (hum bilhão de cruzeiros) aberto pelo Decreto número 1.139, de 5 de junho de 1962.

Art. 26. A assistência referida na alínea a do art. 24 será prestada mediante:

a) abertura e manutenção de frentes de trabalho para execução de obras e serviços de emergência, nas condições fixadas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, por indicação da Secretaria Executiva;

b) pagamento semanal, em dinheiro, ao pessoal admitido nas obras e serviços, previsto na alínea anterior, respeitado o salário mínimo da região;

c) fornecimento gratuito de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade, nas obras e serviços de emergência às pessoas inválidas, inclusive viúvas, mulheres sem arrimo e velhos de idade superior a 60 (sessenta) anos, mediante prévio alistamento para efeito de controle e fiscalização dos serviços.

d) manutenção obrigatória de postos de venda de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade as frentes de trabalho, para fornecimento direto e exclusivo ao pessoal em serviços ou obras, a preço de custo.

§ 1º A Secretaria Executiva da SUDENE, sempre que a situação o exigir, poderá prestar a assistência mencionada neste artigo, *ad referendum* do Conselho Deliberativo.

§ 2º A execução das obras e serviços referidos na alínea "a" deste artigo ficará a cargo dos órgãos da Administração Federal, mediante prévio convênio com a SUDENE, ou desta na região onde não for possível a atuação dos referidos órgãos.

§ 3º A SUDENE, inclusive com recursos do FEANE, diretamente ou através dos órgãos executores das obras e serviços de emergência, poderá constituir estoques de utensílios e ferramentas para utilização nas frentes de trabalho de que trata este artigo.

§ 4º Ao pessoal admitido nas frentes de trabalho, de que trata este artigo, não se aplicam as disposições do Capítulo V desta Lei, nem a obrigatoriedade da contribuição de previdência social, cabendo-lhe, entretanto, o direito ao repouso semanal remunerado e indenização por acidente no trabalho.

§ 5º Constitui crime de responsabilidade a infração às alíneas a, b, c e d deste artigo.

Art. 27. A formação, manutenção, renovação e preservação de estoques, para os fins referidos na alínea "b" do art. 24, serão feitas mediante compra e venda no País ou no exterior, a preços de mercado, ou desapropriação.

CAPÍTULO V

Do Pessoal

Art. 28. Os serviços da SUDENE serão atendidos por:

- a) pessoal admitido sob qualquer das formas previstas nesta lei;
- b) servidores públicos federais, civis e militares, requisitados na forma da legislação em vigor;
- c) servidores cedidos pelas sociedades de economia mista das quais a União participe com a maioria das ações de capital com direito a voto;
- d) servidores públicos estaduais ou municipais postos à disposição pelos respectivos governos.

§ 1º O pessoal referido na alínea "a", supra, poderá ser:

- a) funcionário exercendo atividade permanente;
- b) Pessoal temporário ou de obras, exercendo atividade transitória ou eventual, inclusive os admitidos para os projetos incluídos no Plano Diretor, durante a sua execução.

Art. 29. A SUDENE terá para os seus funcionários, sistemas próprios de classificação de cargos e de remuneração para atender às peculiaridades dos seus serviços, constantes de quadro aprovado por decreto do Poder Executivo.

§ 1º No sistema de classificação, serão previstas todas as atividades permanentes, necessárias à execução dos serviços da SUDENE, atendidas às peculiaridades de sua administração de pessoal.

§ 2º A escala de valores dos padrões e símbolos do sistema de remuneração será fixada em função do valor do maior salário-mínimo da área de atuação da SUDENE.

§ 3º Os sistemas de classificação de cargos e remuneração e as escalas de valores dos padrões e símbolos do sistema de remuneração serão propostos à aprovação do Conselho Deliberativo, pela Secretaria Executiva, antes de submetidos à aprovação por decreto do Poder Executivo.

§ 4º É vedado, nos sistemas de classificação de cargos e remuneração, exceder para o funcionário da SUDENE, com exclusão do técnico especializado ou de pesquisa os níveis de retribuição das classes ou séries de classes de idênticas atribuições e responsabilidades, fixados para o funcionalismo do Poder Executivo da União.

Art. 30. O funcionário da SUDENE que exercer atividades técnico-especializada ou de pesquisa, satisfazidas as exigências regulamentares, poderá optar pelo regime do tempo integral, observadas as prescrições constantes dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 49 e dos arts. 50, 51 e 52, todos da Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960.

Art. 31. O regime disciplinar e os direitos e vantagens do funcionário da SUDENE são os estabelecidos na Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952, e legislação complementar.

Art. 32. Ao pessoal temporário ou de obras aplicam-se as disposições da legislação trabalhista.

Art. 33. O pessoal temporário, inclusive especializado, será admitido mediante contrato em que deverão ser fixadas as condições relativas à prestação dos serviços.

Parágrafo único. Os servidores estaduais ou municipais a que se refere o art. 28, letra "d" desta lei, com perda dos respectivos vencimentos, passarão a ser retribuídos da mesma forma que o pessoal temporário, guardada a identidade das funções exercidas na SUDENE.

Art. 34. O salário do pessoal temporário não poderá ser superior aos vencimentos do cargo de atribuições correspondentes da própria SUDENE.

Art. 35. O pessoal técnico especializado ou de pesquisa, requisitado ou posto à disposição da SUDENE trabalhará, sempre que possível, em regime de tempo integral, podendo o salário, neste caso, ser complementado até 100% (cem por cento) do respectivo vencimento, a critério do Superintendente.

§ 1º Os funcionários da SUDENE e os servidores civis e militares requisitados ou postos à disposição da SUDENE poderão ser designados, mediante indicação da Secretaria Executiva, aprovada pelo seu Conselho Deliberativo, para exercer funções em sociedades de economia mista de que participem a União ou a SUDENE, não podendo perceber vencimentos ou vantagens superiores aos que percebiam na SUDENE.

§ 2.º A SUDENE poderá aproveitar, no seu quadro de funcionários, servidores federais, civis, requisitados até à data da publicação desta lei, que optarem dentro do prazo de noventa (90) dias, pela situação de funcionário autárquico da SUDENE, contando o respectivo tempo de serviço prestado na repartição de origem, para efeito de estabilidade, aposentadoria, disponibilidade, gratificação adicional e licença especial.

Art. 36. Respeitados os direitos adquiridos, a SUDENE realizará concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento dos cargos constantes do seu quadro de funcionários.

Art. 37. Caberá ao Superintendente praticar todos os atos relativos à administração de pessoal, permanente ou temporário, inclusive os de provimento e vacância de cargos.

Art. 38. O pessoal da SUDENE será contribuinte obrigatório:

- a) do IPASE, os funcionários;
- b) do IAPETC, o pessoal temporário, que exercer atividade relacionada com transportes e cargas, inclusive a de motoristas;
- c) do IAPI, o pessoal temporário, que exercer atividade industrial e o pessoal de obras;
- d) do IAPC, o pessoal temporário não abrangidos pelas alíneas anteriores.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 39. Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "polígono das secas" e pelo Território de Fernando Noronha.

Art. 40. O Conselho Deliberativo passa a ser constituído por um representante de cada Ministério civil da República, um do Estado Maior das Forças Armadas, um de cada um dos Estados e Território Federal indicados no artigo anterior, um da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, um do Banco do Nordeste do Brasil S.A., um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e um do Banco do Brasil S.A. e três membros natos, mencionados no § 1º, do art. 5º, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 41. As Unidades de Engenharia Militar do Exército poderão atuar em qualquer área da região definida no art. 39 desta lei, para a execução de obras e serviços custeados ou suplementados através de recursos da SUDENE, mediante delegação deste órgão.

Art. 42. A SUDENE manterá escritório em cada um dos Estados cujo território esteja compreendido na área de sua jurisdição e, quando necessário à execução dos serviços que lhe são afetos, em qualquer ponto do território nacional.

Art. 43. Para efeito do cumprimento do disposto no artigo 8º e seus parágrafos da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, o DASP fará entrega à SUDENE, na Capital da República, de uma via das propostas de investimentos no Nordeste, elaboradas pelos órgãos da administração federal.

Parágrafo único. A SUDENE emitirá parecer sobre o valor dos investimentos e suas prioridades e remetê-lo-á ao DASP para a consideração na elaboração da proposta orçamentária.

Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas, ou Associações Rurais, inclusive através da fixação de preços mínimos, da revenda, arrendamento, ou empréstimo de máquinas agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes e animais selecionados e qualquer outros bens intermediários agropecuários, compra e venda de safras, sementes ou mudas e doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados.

§ 1º A SUDENE poderá cobrar, segundo a capacidade de pagamento do beneficiário a indenização de despesas que efetuar na prestação dos serviços de assistência técnica.

§ 2º A SUDENE fixará as condições para o empréstimo de máquinas e implementos agrícolas referidos neste artigo.

§ 3º A revenda poderá ser feita a prazo não superior a 5 anos e juros não superiores a 6% anuais.

§ 4º Os títulos oriundos da revenda poderão ser negociados pela SUDENE em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 5º O produto da venda e a indenização de despesas decorrentes de tais operações constituirão recursos próprios da SUDENE e serão reaplicados nas mesmas finalidades indicadas neste artigo.

Art. 45. Cabe à SUDENE, na área de sua atuação, exercer todas as atribuições da Comissão de Financiamento da Produção, constantes da Lei nº 1.506, de 19 de dezembro de 1951, alterada pela Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Os contratos celebrados entre a SUDENE e os órgãos incumbidos de executar os financiamentos e compras referidos na lei nº 1.506, acima citada, independem de registro prévio no Tribunal de Contas.

Art. 46. A SUDENE promoverá a revenda a prazo de motores pesados para embarcações de até 50 toneladas, nas bacias do Parnaíba e do São Francisco, por intermédio de Cooperativas e dos Bancos oficiais, depositando anualmente, para execução desse programa, importância não inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de cruzeiros), nos órgãos financiadores.

Art. 47. O parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 1º A participação da União ou da SUDENE em tais sociedades e a indicação dos seus representantes nos respectivos órgãos de direção e assembleias gerais, far-se-ão mediante proposta da Secretaria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE".

Art. 48. Não se aplicam às sociedades de economia mista que venham a se constituir, para os fins previstos no artigo 6º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, o disposto no § 3º do artigo 38 e nos artigos 108 e 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que a subscrição de ações e o aumento de capital devam ser efetuados para atender à necessidade de a União ou participar, ou aumentar a sua participação no capital das referidas sociedades.

Parágrafo único. Não se aplica, igualmente, às sociedades de economia mista já constituídas para os fins indicados no *caput* deste artigo, o disposto no artigo 108 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que ocorra a necessidade de

aumento da participação da União ou da SUDENE no capital das referidas sociedades.

Art. 49. Poderão ser investidos ou reinvestidos, na execução de programas considerados, pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, os dividendos que couberem à União ou à SUDENE nas sociedades de que participem ou venham a participar em decorrência da subscrição de ações com recursos destinados a serviços e obras incluídos no Plano Diretor.

§ 1º O investimento ou reinvestimento de que trata este artigo será, em cada caso, autorizado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante proposta da Secretaria Executiva.

§ 2º O reinvestimento previsto neste artigo poderá efetivar-se através da incorporação dos dividendos ao capital das referidas sociedades, mediante a subscrição de novas ações, ou integralização das já subscritas.

Art. 50. São isentos de todos os impostos e taxas federais os atos de constituição, incorporação ou fusão de sociedade de economia mista, encarregadas da execução ou administração de serviços de obras constantes do Plano Diretor e de que a União, os Estados do Nordeste ou a SUDENE venham a participar com a maioria das ações do capital com direito a voto.

Art. 51. As sociedades de economia mista com sede no Nordeste, encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano Diretor e dos quais a União ou a SUDENE participe ou venha a participar com a maioria das ações de capital com direito a voto, são isentas de todos os impostos federais, bem como taxas e adicionais que de qualquer modo incidam sobre o custo de equipamentos, materiais ou gêneros de primeira necessidade destinados à execução do Plano Diretor ou de emergência.

Art. 52. As empresas que tenham requerido ou venham a requerer à SUDENE os favores previstos no artigo 18 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, poderão desembaraçar os equipamentos necessários ao projeto, mediante termo de responsabilidade ou prestação de fiança idônea, desde que façam prova perante a repartição aduaneira competente de que submeteram a SUDENE o projeto para o qual se destinam os

equipamentos importados e de que se encontra ainda em tramitação o processo relativo ao seu requerimento.

§ 1º O prazo de suspensão temporário do pagamento dos tributos cuja isenção for pretendida será de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do termo ou da aceitação da fiança, extinguindo-se, automaticamente, quinze dias após a decisão do Conselho Deliberativo da SUDENE negando a condição de prioritários aos equipamentos importados ou na data da publicação do decreto que conceder a isenção dos tributos aduaneiros.

§ 2º A Secretaria Executiva da SUDENE, no prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à instrução definitiva dos projetos que lhe forem apresentados, os submeterá ao Conselho Deliberativo com parecer fundamentado.

Art. 53. As vendas de câmbio para importação de máquinas e equipamentos considerados prioritários pela SUDENE, destinados à montagem de unidades industriais ou agrícolas, bem assim complementação de unidades existentes, no Nordeste, ficarão isentas de quaisquer recolhimentos ou depósitos provisórios, que representem ônus adicional sobre o custo das divisas necessárias a importação.

Art. 54. Fica o Poder Executivo autorizado a, por proposta do Conselho Deliberativo da SUDENE fundamentada em parecer da Secretaria Executiva, permitir o arrendamento pela SUDENE e por empresas nacionais de pesca, pelo prazo máximo de dois anos, de barcos pertencentes a empresas estrangeiras, respeitadas as normas da legislação brasileira em vigor, no tocante a constituição das tripulações dos barcos arrendados.

Art. 55. As transações da SUDENE serão feitas da mesma forma, mediante os mesmos instrumentos, perante os mesmos ofícios e registros públicos, sob o mesmo regime de imunidade tributária peculiares à Fazenda Nacional, inclusive perante as repartições alfandegárias e empresas concessionárias do serviço público.

Parágrafo único. Os atos jurídicos e seus instrumentos, de que participe a SUDENE, gozam das imunidades previstas no inciso V, alínea "a" do art. 31 da Constituição Federal.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Te-

souro Nacional a créditos obtidos no exterior até o limite de US\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares) ou o seu equivalente em outras moedas, para o financiamento de projetos, serviços e obras incluídos no Plano Diretor, ou de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social da "área de atuação da SUDENE, inclusive os obtidos através da Aliança Para o Progresso ou de outros acordos de cooperação internacional.

§ 1º A garantia de que trata este artigo será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDENE ou com sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado da sua Secretaria Executiva, aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 2º As operações de crédito que tiverem a garantia do Tesouro Nacional, na forma prevista neste artigo, estão isentas de todos os impostos e taxas federais.

Art. 57. As entidades com direito a quotas de tributos arrecadados pela União, inclusive fundos especiais, ou às quais tenha a União atribuído dotações orçamentárias ou créditos especiais, poderão, sem prejuízo da destinação legal específica desses recursos, dá-los em garantia de operações de crédito contratadas para execução de obras e serviços constantes do Plano Diretor ou de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, ouvido o Conselho Deliberativo da SUDENE.

Parágrafo único. A garantia prevista neste artigo será outorgada, em caráter irrevogável, através de documento hábil de cessão, válido até a liquidação total das operações de crédito.

Art. 58. Constituem fonte de receita da SUDENE: a sua renda patrimonial, inclusive a renda proveniente de serviços; emolumentos, dividendos, juros e multas; a parcela da renda tributária da União, fixada nos termos do artigo 10 da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959; os auxílios, subvenções e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiros; outros recursos, inclusive créditos especiais aprovados pelo Congresso Nacional.

Art. 59. As dotações destinadas à SUDENE, orçamentárias ou não,

para serem distribuídas, independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas.

Art. 60. Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos especiais destinados à SUDENE incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subseqüentes, independente de autorização, desde que na mesma finalidade.

Parágrafo único. Os saldos de que trata este artigo não serão recolhidos ao Tesouro Nacional, permanecendo à disposição da SUDENE.

Art. 61 A SUDENE poderá fixar emolumentos pelos serviços de análise de laboratório prestados a particular.

Parágrafo único. Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pela Secretaria Executiva.

Art. 62. Os recursos da União empregados na construção do porto de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, serão recuperados mediante a cobrança de taxa *ad valorem* incidente sobre o sal exportado através do referido porto e arrecadado para o FIDENE.

§ 1º A recuperação de que trata este artigo operar-se-á no prazo de 20 (vinte anos) a partir do funcionamento do porto e a mencionada taxa, fixada em lei, será cobrada anualmente.

§ 2º Terá preferência para a concessão de exploração do porto de Areia Branca a sociedade que a SUDENE vier a constituir para esse fim ou para aproveitamento industrial do sal e das águas molas de salinas no Rio Grande do Norte.

Art. 63. A SUDENE terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

§ 1º Os balanços anuais da SUDENE serão encaminhados à Contadoria Geral da República, até 31 de março do ano subseqüente, acompanhados do parecer do Conselho Deliberativo.

§ 2º Mensalmente, a Secretaria Executiva apresentará ao Conselho Deliberativo um balancete do seu movimento financeiro e da execução orçamentária.

§ 3º Semestralmente a Secretaria Executiva apresentará às Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e Polígono das Sécas, balancete

do seu movimento financeiro e da execução orçamentária.

Art. 64. O Superintendente da SUDENE, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondente à gestão administrativa do exercício anterior.

Parágrafo único. A prestação de contas dos recursos entregues, sob a forma de participação societária às empresas de economia mista, seja feita através da apresentação de atos da assembléia geral em que se efetivar a subscrição, de recibos de integralização, de cautelas ou de ações integralizadas.

Art. 65. Os órgãos públicos federais que receberem recursos da SUDENE para execução de obras e serviços, prestarão contas dos valores efetivamente recebidos, na época e na forma estabelecida em lei para prestação geral de suas contas, diretamente ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. É parte essencial da prestação de contas a que se refere este artigo, laudo técnico emitido pela SUDENE sobre a efetiva realização dos serviços e obras.

Art. 66. A SUDENE exercerá, obrigatoriamente, fiscalização técnica das obras e serviços executados com recursos dela recebidos, e expedirá o laudo técnico correspondente, na forma do parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, o qual constituirá elemento essencial às prestações de contas previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. O representante da União ou da SUDENE nas assembleias gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos da SUDENE, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico referido neste artigo.

Art. 67. Estendem-se ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. as disposições do artigo 16 da Lei nº 2.973, de 28 de novembro de 1956.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será aplicado às operações já realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., e decorrentes dos em-

préstimos que lhe foram concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 68. Aplicam-se ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. as vantagens conferidas à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A. nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.003, de 29 de dezembro de 1938; 3º do Decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940; 1º, 2º e 3º do Decreto-lei número 2.612, de 20 de setembro de 1940.

Art. 69. No que se refere ao desconto dos contratos, cédulas de crédito rural, notas de crédito rural e promissórias rurais, de financiamentos agrícolas e pecuários do Banco do Nordeste do Brasil S. A. a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S. A. observará a mesma taxa e condições vigentes para a Carteira de Crédito Agrícola Industrial do mesmo instituto de Crédito.

Art. 70. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S. A., a Município, previsto no artigo 9º da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952 e o 1º, do artigo 28, da Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961, serão concedidos mediante abertura de crédito para ser utilizado a medida da necessidade para ser utilizado a medida da necessidade, e obedecerão às seguintes condições:

a) destinação de 50% (cinquenta por cento) das quotas do imposto de renda previstas no artigo 15, §§ 5º e 6º, da Constituição Federal, a pagamento dos empréstimos;

b) outorga, pelo Município, de procuração com poderes irrevogáveis, para que o Banco mutuante receba, na Repartição pagadora competente, as quotas referidas na alínea anterior;

c) obrigação de o Município mutuário incluir em seus orçamentos verba suficiente para atender ao serviço de amortização do principal e pagamentos de juros e demais acessórios relativos ao empréstimo;

d) registro da procuração de que trata a alínea "b" na repartição pagadora competente, antes do desembolso da primeira parcela de crédito;

e) faculdade de, no caso de o Município mutuário não resgatar as dívidas, nos prazos estipulados, o Banco mutuante creditar-se do valor das

quotas recebidas, pelo *quantum* suficiente à satisfação dos compromissos vencidos.

Art. 71. Ficam os Bancos oficiais autorizados a receber, em garantia ou em pagamento, mediante cessão, procuração com poderes irrevogáveis ou delegação, o produto da cobrança de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de qualquer espécie, que se destinem a custear as inversões ou despesas com serviços básicos municipais.

Art. 72. As Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados, ficam autorizadas a registrar as procurações com poderes irrevogáveis conferidos por Municípios aos bancos oficiais, mesmo que tenham sido outorgadas antes da vigência desta Lei, para recebimento das quotas de imposto de renda de que trata o artigo 15, §§ 5º e 6º, da Constituição Federal.

Art. 73. Os recursos financeiros, que devam ser depositados no Banco do Nordeste do Brasil S. A., em obediência ao disposto no § 6º do art. 28 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, poderão ser depositados em outros estabelecimentos de crédito oficial federal, — quando no Município em que devam ser movimentados não existir agência ou escritório do referido banco.

Art. 74. Os recursos entregues, pela SUDENE, através de convênio, aos Estados, autarquias, estaduais ou sociedades de economia mista de que o Estado participe com maioria de ações com direito a voto, poderão ser depositados em estabelecimento de crédito do Estado.

Art. 75. Fica elevado para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) o limite estabelecido no § 1º do artigo 7º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 76. As cauções que devam ser dadas à SUDENE em garantia de cumprimento de obrigações assumidas para o fornecimento de material ou execução de serviços serão prestadas, preferentemente, no Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Parágrafo único. A SUDENE poderá aceitar para garantia de execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 77. É a SUDENE autorizada a realizar despesas de pronto paga-

mento até o valor de vinte mil cruzeiros.

Art. 78. A dotação de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) destacada do crédito especial autorizado pelo artigo 38 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e discriminada no Anexo I — Rodovias, da mesma Lei, para o trecho Ilhéus — Pedra Azul — Salinas — Montes Claros — Patos de Minas — Paranaíba, da BR-41, no Estado de Minas Gerais, deverá ser aplicada no trecho São Romão — Montes Claros da mesma rodovia, no referido Estado.

Art. 79. As dotações orçamentárias e as consignadas no Plano Diretor da SUDENE para execução de obras e serviços de abastecimento de água no Nordeste serão aplicadas independentemente da constituição das sociedades de economia mista de que trata o artigo 10 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, a SUDENE proporá, em cada Estado ou Município, a constituição de sociedades de economia mista que assegurem a manutenção e funcionamento efetivos dos serviços de abastecimento de água.

Art. 80. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste do Brasil S. A. poderão financiar os projetos de investimentos de energia elétrica, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, com a garantia, para tais operações, dos recursos constantes desse Plano e das dotações orçamentárias destinadas aos referidos projetos.

Art. 81. O artigo 32 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

“O sistema centro-norte do Ceará abrangerá, se possível, o aproveitamento do potencial hidráulico do Vale do Acaraú e dos desníveis da Serra do Ibiapaba, bem como sistemas isolados hidro e termelétricos, nas regiões ocidental do Ceará e oriental do Piauí, não pertencentes a outro sistema”.

Art. 82. O Sistema Cratêus — Planalto de Ibiapaba, se possível, compreenderá o aproveitamento do potencial hidráulico do Vale do Poti e dos desníveis da Serra do Ibiapaba que não se incluam em outros sistemas e abrangerá os municípios de: Cratêus,

Independência, Nôvo Oriente, Tambozil, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Poranga, Ipuéiras, Ipu e municípios da Serra do Ibiapaba, passando a ser beneficiado pela energia hidrelétrica de Paulo Afonso, através de uma linha de transmissão (alta tensão), que partirá da estação abaixadora do Banabuiú, diretamente à estação abaixadora de Cratêus.

Art. 83. Fica a SUDENE dispensada do processo de licitação formal para a aquisição e venda de materiais e execução de serviços sempre que destinados a atender o estado de calamidade pública reconhecido pelo seu Conselho Deliberativo, por indicação da Secretaria Executiva, observado o disposto no § 1º do artigo 26, desta lei.

Art. 84. Dois décimos por cento (0,2%) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o art. 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1950, a SUDENE reservará para aplicação em projetos de qualquer natureza, que haja aprovado, executados diretamente pelos Governos dos Estados do Nordeste.

§ 1º Para receberem os recursos de que se trata os Estados submeterão à SUDENE os projetos cujo financiamento deva ser feito de acordo com este artigo e comprometer-se-ão, expressamente, a aplicar recursos próprios nos referidos projetos, em montante nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo valor total.

§ 2º Aprovando os projetos que lhe tenham sido submetidos pelos Estados a SUDENE liberará os recursos à medida das necessidades de execução e tendo em vista o disposto nos parágrafos anteriores, vedada a liberação de qualquer parcela quando o Governo do Estado beneficiário deixar de prestar contas da parcela anteriormente recebida.

Art. 85. Os recursos necessários à execução, no exercício de 1963, dos serviços e obras constantes dos anexos à presente lei, correrão por conta das dotações globais de Cr\$ 3.652.979.000,00 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e nove mil cruzeiros) e Cr\$ 5.164.678.000,00 (cinco bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros), consignadas no Anexo 4 — Poder Executivo, Subanexo 4.05 — Su-

perintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social, dos orçamentos da União para 1962 e 1963 (Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961), e do crédito especial cuja abertura fica autorizada no artigo 87 desta lei.

Art. 86. Os recursos necessários à execução, nos exercícios de 1964 e 1965, dos serviços e obras constantes dos anexos à presente lei, correrão por conta das dotações previstas no artigo 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 e serão consignados no Orçamento Geral da União, para os respectivos exercícios, sem prejuízo do disposto no artigo 8º da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 87. A SUDENE providenciará, imediatamente, através dos órgãos federais especializados da União e nos termos desta e de outras leis em vigor, a aquisição, no País ou no Exterior, de máquinas apropriadas à perfuração de peças tubulares e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação assim como de motores para pequenas indústrias rurais.

§ 1º Os poços tubulares serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecida-mente pobres, nas localidades onde os mesmos residem.

§ 2º Os poços perfurados, na forma do parágrafo anterior, constituirão servidão pública.

§ 3º Os motores-bombas, adquiridos nos termos deste artigo, serão vendidos pelo preço de custo aos agricultores que os destinarem à irrigação, facilitada a aquisição, através de empréstimos pelos estabelecimentos próprios de crédito, a juros nunca superiores a 4% (quatro por cento) ao ano, resgatáveis no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 88. O Município criado com o desdobramento da área de município incluído no polígono das secas será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos.

Art. 89. O traçado da BR-12, constante do Plano Rodoviário Nacional no trecho correspondente ao Estado do Rio Grande do Norte, passa a ser o seguinte: Natal-Macaíba-Tangoará — Santa Cruz — Currais Novos — Acari — Jardim do Seridó — Caicó —

Serra Negra — Entroncamento na BR-23, em Fombal.

Art. 90. O Banco do Nordeste do Brasil S. A., sociedade de economia mista, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, goza de imunidade fiscal de que trata o art. 31, V. "a", da Constituição Federal.

Art. 91. O Sistema Regional de Banabuiú, tem como finalidade promover a eletrificação das regiões centro de Estado e Jaguaribana, através da construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O sistema regional de que trata este artigo abrangerá:

a) O sistema Baixo Jaguaribe compreendendo as linhas de transmissão Banabuiú-Russas, Banabuiú-Aracati, Russas-Limoeiro do Norte subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos Municípios de Aracati, Atacaba, Jaguaruina, Palhano, Russas, Quixerê, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Alto Santo e Icapuí.

b) O sistema Quixadá compreende as linhas de transmissão da subestação de CHESF em Banabuiú, para Quixadá, Quixeramobim, Boa Viagem e Senador Pompeu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios acima mencionados e mais os de Mombaca e Pedra Branca.

Art. 92. O sistema Regional Centro-Litoral do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região centro-litoral do Estado, através da construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O Sistema Regional de que trata este artigo abrangerá:

a) O Sistema Curu, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Uruburetana passando por São Luiz do Curu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Ama-

rante, São Luiz do Curu, Pentecostes, General Sampaio, Apuiarés, Uruburetana, Itapagé, Trauçuba, Itapipoca, Paraturu e Trairi;

b) O Sistema Baturité, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Baturité, passando por Maranguape, subestações, linhas de subtransmissão e rede de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Maranguape, Pacatuba, Guaiuba, Redenção, Baturité, Capistrano, Itapetuba, Aratuba, Mulungu, Guarimiranga, Pacoti, Palmácio, Aracoiaba, Caridade, Paramoti, Canindé, Itatira, Maracanã e Choró;

c) O Sistema Cascável, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Cascável, subestação, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aquirás, Cascável, Pacajus e Reboribe.

Art. 93. O preço do "quillowatt" fornecido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco será uniforme para todo os Estados por ela servidos seja qual for a extensão de suas linhas.

Art. 94. O Sistema de Paulo Afonso, no Rio Grande do Norte, terá a seguinte discriminação:

Rio Grande do Norte "A (Angelim — Santa Cruz): Santa Cruz — Japi — Campo Redondo — Coronel Ezequiel — Laje Pintada — São Bento do Trairi — Bom Jesus — Tangará — Calada — Monte Alegre — Serra Caiada — Santo Antônio — São José de Mipibu — Arêa — Goianinha — Nisia Floresta — Cangeretama — Nova Cruz — Natal — Baía Formosa — Serra de São Bento — Januário — Cicco — Pedro Velho — Várzea — Macalba — Ceará Mirim — João Câmara — Taipu — Touros — São Bento do Norte — Maxaranguape —

Lages — São Paulo do Potengi — São Tomé — Cerro Corá — Currais Novos — Acari — Cruzeta — Carnaúba dos Dantas — Florânia — São Vicente — Caico — Serra Negra — São João dos Sabugi — Timbaúba dos Batistas — S. Fernando — Santana do Matos — S. Rafael — Jardim do Seridó — S. José do Seridó — Ouro Branco — Parelhas — Equador — Jucurutu — Jajinhas — Angicos — Pedro Avelino — Afonso Bezerra — Apodi — Iparguaçu — Açu — Picuí — Demétrio Lemos — Montanhas — Felipe Camarão — Rodolfo Fernandes — Pendência — Macau — Upanema — Augusto Severo — Carnaúbas — Mossoró — Areia Branca — Graças — Tibau — Caraubas — Itaú — São Gonçalo — Parnamirim — Pureza — Sítio Novo — Felipe Guerra — Rio do Fogo — Barcelona — Barreto — São José de Campestre — Fernando Pedrosa — Paraí — Espírito Santo — Pedra Preta.

Rio Grande do Norte "B" — (Cariri — Ceará — Paraíba) — Alexandria — Martin — Portelegr — Pau dos Ferro — Luiz Gomes — São Miguel — Patu — Caraubas — José da Penha — Marcelino Vieira — Tenente Ananias — Jardim de Piranhas — Almino Afonso — Umarizal — Januário — Olho D'Água dos Borges.

Art. 95. O art. 32 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. O Sistema Regional Centro-Norte do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região Centro-Norte do Estado, através da construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição de energia produzida na Usina de Paulo Afonso.

§ 1.º O Sistema regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o Sistema Crateús-Planalto de Ibiapaba compreendendo as linhas de

transmissão Banabuiú-Araras — Araras-Crateús — Araras — Ibiapina — Viçosa do Ceará, subestações, linhas de subtransmissão e rédes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Crateús, Independência, Nôvo Oriente — Tamboril — Monsenhor Tabosa — Nova Russas — Ipueira — Poranga — Ipu — Reriutaba — Batoque — Santa Quitéria — Moçambo — Pacujá — Freicheirinhas e os municípios da Serra de Ibiapaba.

b) O Sistema Sobral, compreendendo as linhas de transmissão, subestação da CHESF no agude de "Araras" para os municípios de Sobral, Granja de Março, subestações, linhas de subtransmissão e rédes de distribuição de energia elétrica para atendimento dos municípios de Cariré — Groaíres — Sobral — Alcântara — Meruoca — Santana do Acaraú — Massapê — Senador Sá — Morrinhos — Marco — Bela Cruz — Acaraú — Uruoca — Martinópolis — Granja — Camocim — Chaval — Coreaú e Moraujo.

§ 2.º O Sistema Centro-Norte do Ceará terá subordinação jurídica e administrativa a Companhia de Eletricificação Centro Norte do Ceará (CENORTE), sociedade de economia mista autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto nº 565, de 2 de fevereiro de 1962.

§ 3.º A Companhia de Eletricificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE) passará a ser concessionária, para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica na área territorial definida nas letras a e b do parágrafo 1.º deste artigo, bem como fica com atribuição de requerer e aplicar os recursos consignados no Orçamento da República ou em leis especiais, destinados ao serviço de energia elétrica na zona de sua concessão, devendo, para tal fim, os órgãos ou entidades aos quais foram consignadas as verbas, fazerem transferência dos recursos para a Companhia de Eletricificação Centro-Norte do Ceará. — (CENORTE)".

Art. 96. É o Poder Executivo autorizado a abrir à SUDENE crédito especial até Cr\$ 64.490.000.000,00 (sessenta e quatro bilhões e quatrocentos e noventa milhões de cruzeiros) para a execução do Plano Diretor de que trata esta Lei, no exercício de 1963.

Art. 97. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 27 de junho de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carlos Alberto de Carvalho Pinto

Projeto nº 4696/62

ANEXO I

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — SETOR RODOVIÁRIO			
Implantação básica, melhoramentos, pavimentação e obras de arte especiais, nas seguintes rodovias integrantes da rede prioritária básica do Nordeste.....	8.829	11.165	12.105
ESTADOS E RODOVIAS			
<i>a) Maranhão</i>			
BR-21 — Inclusive acesso ao Pôrto Itaqui	126	200	250
BR-22.....	425	334	281
BR-24.....	—	72	236
<i>b) Piauí</i>			
BR-22 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Paraíba.....	400	300	320
BR-8.....	100	190	100
BR-18.....	100	100	500
BR-44/A.....	100	200	200
BR-52.....	250	180	—
<i>c) Ceará</i>			
BR-22.....	300	150	150
BR-11.....	100	370	—
BR-44/A.....	50	80	200
BR-23 — (Trecho Crátus, Poranga, divisa do Piauí).....	25	27	190
BR-13 — Inclusive ponte sobre o rio Jaguaribe.....	25	25	48
Rodovia Fortaleza — Maranguape — Boa Viagem (BR-44/A) — Pedra Branca — (BR-23) Mombaça — Acopiara — Iguatu (BR-24) Varzea Alegre — Caririagu — Juazeiro do Norte — Crato — Santana do Cariri — Potengi — Araripe — Campos Sales (BR-24).....	130	190	200
I. Trecho Boa Viagem (BR-44/A) Pedra Branca (BR-23) Mombaça — Acopiara — Iguatu (BR-24) Varzea Alegre — Caririagu — Juazeiro do Norte — Crato.....	200	250	250
II. Trecho Crato do Santana do Cariri — Potengi — Araripe — Campos Sales (BR-24).....	100	150	150

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<i>d) Rio Grande do Norte</i>			
BR-9 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Piranhas.....	50	100	300
BR-11 — Inclusive contôrno da Cidade de Natal até a Estação Rodoviária, despesas de qualquer natureza e desapropriação.....	100	700	800
BR-12 — Inclusive contôrno da Cidade e acesso ao Pôrto de Natal e pontes sobre os rios Seridó (Jardim do Seridó) e Espinhares (Serra Negra).....	200	350	600
BR-53.....	—	—	100
Estrada Mossoró-Luiz Gomes.....	287	218	105
<i>e) Paraíba</i>			
BR-9 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Piranhas.....	100	150	300
BR-10.....	200	300	420
BR-11.....	260	250	—
BR-12.....	150	200	200
Ligação BR-12 — BR-10 — Monteiro — Coxicolá — Canaceira — Boqueirão — inclusive ponte sobre o rio Taperoa, em Cabaceiras.....	100	200	300
BR-23 — Inclusive ponte sobre o rio São Mamede e ponte sobre o rio Espinhares, na Cidade de Patos, no Bairro São Sebastião.....	250	300	500
BR-53 — Inclusive ponte sobre o rio Sanhaú e contôrno da Cidade de João Pessoa.....	150	200	400
<i>f) Pernambuco</i>			
BR-10.....	400	220	—
BR-13.....	400	700	500
BR-25.....	300	650	450
BR-65.....	—	200	450
BR-52.....	127	238	250
<i>g) Alagoas</i>			
BR-11 — Inclusive ponte sobre o rio São Francisco.....	400	550	150
BR-10.....	100	100	—
BR-26.....	200	245	100
BR-65.....	—	—	400

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<i>h) Sergipe</i>			
BR-11 — Inclusive construção dos acessos a Riachuelo e São Cristóvão.....	400	300	300
BR-27.....	200	300	300
BR-3 — Trecho Divisão de Minas Gerais Urandi - Caetité.....	100	200	200
<i>i) Bahia</i>			
BR-5.....	300	320	150
BR-11 — Trecho Divisão de Sergipe - Feira de Santana.....	200	100	100
BR-12 — Trecho Paulo Afonso - Caldas Cipó.....	40	50	60
Ligação BR-12 — BR-13 — Trecho Ribeiro de Pombal - Tucano - (BR-66).....	—	100	300
BR-13 — Inclusive ponte sobre o rio São Francisco.....	30	40	40
BR-20.....	100	100	200
BR-28.....	100	100	100
Interligação BR-4 — BR-63 — entre Amargo - Santo Antônio de Jesus - Nazaré - São Roque.....	—	—	—
BR-40 — Trecho La - Posse.....	40	57	71
BR-47 — Trecho Campinho - Boa Nova.....	120	120	120
<i>Estradas prioritárias do Nordeste</i>			
<i>a) Brumado - Maracás - Milagres.....</i>	100	100	100
<i>b) Algodão - Ipiáu - Itagiba - Cajazeiras - Ibitupan.....</i>	100	100	100
<i>j) Minas Gerais</i>			
BR-41 - Trecho São Romão - Coração de Jesus - Montes Claros.....	100	103	140
BR-3 — Trecho Corinto - Bocaiuva - Montes Claros - Seabra.....	120	206	168
BR-42 — Montes Claros - Salinas.....	50	40	57
Trecho Montes Claros - Pirapora.....	41	50	100
BR-70 — Trecho Espinosa - Rio Pardo Salinas - Rubelita - Itaporé.....	100	100	100
2 — Setor Portuário.....	950	1.800	1.750
Para a execução de obras e serviços destinadas à complementação e reequipamento do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.....	100	200	50
Contribuição para construção do Porto de Areia Branca, recuperável de acordo com o que estabelece a presente Lei.....	300	450	450

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
Contribuição para melhoramentos e ampliação do Pôrto de Maceió.....	100	300	300
Reaparelhamento e melhoramentos no Pôrto do Recife.....	300	500	500
Contribuição para construção e reaparelhamento do Pôrto de Macau, recuperável de acôrdo com o estabelecido para o Pôrto de Areia Branca.....	150	350	450
TOTAL GERAL.....	9.779	12.965	13.856

ANEXO II

ELETRIFICAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
I — DESPESAS DIRETAS			
Despesas de qualquer natureza para estudos, projetos e obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos sistemas:			
a) <i>Sistemas Regionais autônomos:</i>			
I — Sistema do Maranhão.....	1.000	1.200	1.500
II — Sistema do Piauí.....	1.000	1.000	1.500
Ampliação do serviço de energia elétrica de Teresina.....	100	—	—
III — Sistema de Fortaleza			
a) Despesas de qualquer natureza com a construção da linha de transmissão da subestação de Milagres e Fortaleza...	1.376	1.000	—
b) Despesas de qualquer natureza com a ampliação da subestação de Milagres...	330	200	—
c) Despesas de qualquer natureza com a subestação de Banabuiu.....	600	600	—
d) Despesas de qualquer natureza com a subestação de Fortaleza.....	524	500	—

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
c) Despesas de qualquer natureza com o preparo do sistema elétrico da Cidade de Fortaleza, a fim de receber a energia de Paulo Afonso, inclusive estudos, obras civis e equipamentos destinados a suplementação técnica, reforma da rede de distribuição e mudança de frequência	1.400	—	—
IV — Sistema Centro Norte do Ceará...	120	120	240
I — Sistema Crateus - Planalto de Ibiapaba			
a) Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Municípios de Crateus e Nova Russas.....	570	—	—
1 — DESPESAS DIRETAS			
b) Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Municípios de Rerintuba e Ipu.....	117	—	—
c) Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Municípios de Viçosa do Ceará, Tianguá, Ubajara, Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba do Norte.....	140	500	—
d) Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos Municípios de Santa Quitéria, Batoque, Tamboril e Ipueiras.....	—	180	—
e) Despesas de qualquer natureza com o projeto e construção da linha de transmissão Banabuiú-Araras e subestação em Araras.....	—	600	700
V — Sistema Cariri - Ceará.....	400	210	290
* Despesas de qualquer natureza com estudo e construção de linhas de transmissão de energia elétrica de Paulo Afonso para os Municípios de Santana do Cariri - Potengi - Araripe - Campos Sales - Assaré - Nova Olinda - Altaíneira - Farias Brito - Cariaçu - Abaiara - Porteiras - Barro e Jati no Ceará, inclusive aquisição e montagens de subestações a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) por intermédio da Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA).....	600	300	100

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
b) Despesas de qualquer natureza com a reforma e ampliação das rêsdes de distribuição das Cidades-sedes dos Municípios indicados na letra "a" dêste item (V — Sistema Cariri-Ceará) a cargo da CHESF por intermédio da CELCA...	150	100	50
c) Despesas de qualquer natureza com extensão de linhas de Paulo Afonso a Cidade de Jaguaribe, Ceará, inclusive sub-estação transformadora, a cargo da CHESF.....	172	—	—
1 — DESPESAS DIRETAS			
d) Despesas de qualquer natureza com extensão de linha de Paulo Afonso, para distribuição à Zona Rural, irradiando do Jaguaribe, Ceará, bem como para alimentar estações de bombeamento d'água nos terrenos marginais do Rio Jaguaribe.....	111	—	—
e) Despesas de qualquer natureza com a reforma da rede e distribuição de energia elétrica à Cidade de Jaguaribe-Ceará.	15	—	—
VI — Sistema do Rio Grande do Norte, inclusive despesas de qualquer natureza com a construção de linhas das rêsdes, inclusive de Mossoró e Caicó, destacando-se 400 para construção da linha Currais Novos — Acari — Caicó.....	3.000	3.000	2.000
VII — Sistema São Francisco.....	250	300	350
VIII — Sistema Senhor do Bonfim.....	700	750	650
IX — Sistema Catu.....	263	358	400
X — Sistema Rio Pardo (Usina Inhobim)	450	850	1.000
XI — Sistema Paraguassu (Usina Fertin)	395	500	500
XII — Sistema Sisal.....	280	190	180
XIII — Sistema Funil.....	240	230	250
XIV — Sistema Minas Gerais (Três Marias, Montes Claros, Coração de Jesus)	500	425	465

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
XV — Sistema Cariri (Rio Grande do Norte), inclusive despesas de qualquer natureza com reforma e ampliação da rede de distribuição das Cidades de Pau dos Ferros — Alexandria — Luiz Gomes — Patu — Martins — Portalegre e Jardim de Piranhas.....	200	500	500
b) Sistemas Menores:			
I — Sistema Paraíba			
a) Alto Sertão, inclusive interligação Milagres — Cajazeiras e Brejo do Cruz — São Bento.....	700	400	500
b) Cariri, inclusive ligação São João do Cariri — Sumé e Rede Urbana das Cidades	400	400	400
c) Brejo — Curimatã.....	300	300	300
I — DESPESAS DIRETAS			
d) Sistemas Coremas para eletrificação rural dos rios Piancó e Piranhas.....	100	200	100
e) Estações abaixadoras, linhas de transmissão e redes internas das Cidades de Malta, São José da Lagoa, Jericó, Uirauna, Lagoa, Beijo dos Santos.....	100	100	50
II — Sistema de Pernambuco.....	600	300	190
III — Sistema de Alagoas.....	600	650	700
IV — Sistema de Sergipe, inclusive construção da rede de distribuição na Cidade de Simão Dias.....	400	250	312
V — Sistema de Araripe (PE).....	312	133	107
VI — Sistema Vale do Capibaribe.....	—	100	100
VII — Sistema de Piranhas (Alagoas)...	40	40	—
VIII — Sistema Rio-Gavião (Bahia)....	100	80	100
IX — Sistema Bananeiras (Bahia).....	150	170	150
X — Sistema Santa Inês (Bahia).....	20	20	—
XI — Sistema do Rio Grande do Norte:			

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
Sistema do Rio Grande do Norte, despesas de qualquer natureza, com projeto, instalação, recuperação, reforma e ampliação de redes de distribuição nas Cidades servidas pela CHESF....	250	400	400
Despesas de qualquer natureza, com a linha de transmissão secundária de Banabuiú a Senador Pompeu, Pedra Branca e Mombaça e de Banabuiú a Limociro e demais Cidades do Baixo Jaguaribe, inclusive estações abaixadoras	200	300	300
XIII — Sistema do Nordeste (Bahia)			
(Paulo Afonso — Geremoabo — Antas — Cícero Dantas — Ribeira do Pombal — Tucano).....	80	160	200
XIV — Sistema do Baixo Nordeste (BA)			
(Alagoinhas — Inhambupe — Olindina — Cipó).....	50	60	80
c) Programas especiais:			
I — Sistema Leste em complementação a recursos do Fundo Federal de Eletrificação previsto no Decreto n.º 183/1961	1.400	1.100	700
I — DESPESAS DIRETAS			
I — Pequenas comunidades.....	3.000	1.000	500
I — DESPESAS GERAIS			
a) Despesas de qualquer natureza para estudos e projetos, engenharia e supervisão, auxílios, subvenções e capital de giro para Sociedades de Economia Mista	500	500	500
b) Subsídio aos Consumidores de energia gerada em usinas térmicas, na forma da Lei n.º 3.969, de 1961.....	1.000	1.000	300
c) Subsídios aos consumidores de energia elétrica em usinas térmicas, na forma da Lei n.º 3.969, de 1961, nos exercícios de 1961 e 1962.....	250	—	—

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
d) Subsídios aos consumidores de energia elétrica gerada em usinas térmicas e pagamento de "deficit" operativo nas Cidades de Terezina e São Luiz, de acordo com os critérios estabelecidos para Natal e Fortaleza.....	600	800	1.000
TOTAL GERAL.....	25.409	21.136	17.964

ANEXO III

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO E APROVEITAMENTO
DE RECURSOS NATURAIS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1. Plano Cartográfico.....	514	821	701
a) Carta Topográfica em 1:250.000....	261	456	456
b) Cobertura aerofotogramétrica em 1:700.000 mosaicos controlados, fotôndices e cópias fotográficas.....	173	231	116
c) Foto-interpretação.....	60	104	104
d) Equipamentos em geral, serviços de laboratórios, estudos e projetos....	20	30	25
2. Pesquisas e aproveitamento de recursos minerais.....	730	978	1.200
a) Equipamento em geral e serviços de laboratório.....	280	220	300
b) Mapeamento geológico, estudos de jazidas minerais, lavra experimental..	120	300	400
c) Projeto de sal gema em Sergipe - Alagoas em cooperação com o Fundo Especial das Nações Unidas.....	100	108	—
d) Participação através do FIDENE, em pesquisas minerais.....	200	350	500
e) Despesas de qualquer natureza para reaparelhamento do laboratório da Produção Mineral, em Campina Grande.....	30	—	—

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
3. Pesquisas Hidrológicas.....	200	300	300
a) Rêde hidrométrica e hidrologia geral.....	125	210	210
b) Rêde de pesquisas meteorológicas....	55	60	50
c) Experiência de chuvas artificiais no Ceará.....	20	30	40
4. Desenvolvimento de estudos e aproveitamento de caráter integral das grandes bacias fluviais da Região semi-árida...	2.412	1.817	2.049
a) Bacia do Curú.....	100	100	100
b) Bacia do Aracajú.....	153	133	130
c) Bacia do Paraíba.....	30	20	20
d) Bacia do Itapicuru.....	40	30	30
e) Bacia do Apodi.....	50	50	50
f) Bacia do Moxotó.....	60	40	40
g) Bacia do Pajeú.....	60	50	50
h) Bacia do Vaza Barris.....	98	40	50
i) Bacia do Parnaíba.....	349	209	214
j) Bacia do Jaguaribe.....	337	200	200
l) Bacia do Paraguassú.....	270	130	157
m) Bacia do Piranhas-Açu, despesas de qualquer natureza, inclusive obras no canal de alimentação da Lagoa do Piaó.....	200	300	500
n) Bacia do Jequitinhonha.....	135	85	87
o) Bacia do Contas.....	100	50	50
p) Bacia do Pardo.....	100	50	50
q) Bacia do Capibaribe.....	150	150	150
r) Bacia do Poti.....	30	50	61
s) Bacia do Itapicuru (Bahia).....	100	80	60
t) Bacia e canal Santo Alberto, no Rio Grande do Norte, despesa de qualquer natureza.....	50	50	50
TOTAL GERAL.....	3.856	3.916	4.250

ANEXO IV

**REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA AGRÍCOLA, DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DOS GRANDES VALES DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA
E PERFURAÇÃO DE POÇOS**

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Melhoria da pecuária.....	800	1.010	1.070
2 — Desenvolvimento da economia algodoeira.....	420	565	630
3 — Reflorestamento e fruticultura.....	150	215	340
4 — Ampliação da oferta de terras.....	1.000	1.250	1.200
5 — Aproveitamento de terras públicas próximas aos grandes centros urbanos.....	100	150	200
6 — Pesquisa e experimentação agrônômicas, mecanização e conservação de solos.....	840	1.480	2.000
7 — Extensão e organização rural, inclusive financiamentos a cooperativas de produção agrícola e pastores.....	1.500	2.000	2.000
8 — Pesquisas econômicas e planejamento do setor agropecuário do Nordeste.....	60	80	100
9 — Irrigação no submédio São Francisco.....	373	500	215
a) Estudos e projetos.....	285	120	120
b) Investimentos.....	473	700	315
10 — Plano de Aproveitamento das águas subterrâneas, inclusive nas bacias sedimentares.....	2.000	2.500	2.500
11 — Programa de recuperação do Vale do Punhau, no Estado do Rio Grande do Norte, a cargo da Fundação Pio XII.....	100	100	100
12 — Piauí — Irrigação no Parnaíba.....	100	300	300
13 — Irrigação nos vales dos rios Piancó e Piranhas, no Estado da Paraíba.....	100	100	50
TOTAL GERAL.....	8.401	11.070	11.140

ANEXO V

POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Reparcelhamento da Indústria Têxtil.	12	12	12
2 — Aproveitamento industrial do sal e águas-mães do Rio Grande do Norte	16	86	50
3 — Pesquisas relacionadas com problemas técnicos, econômicos e financeiros das indústrias da região, especialmente óleos, vegetais, couros e peles.....	30	40	50
4 — Participação da SUDENE através do FIDENE, no capital da sociedade que construirá e operará a salina única projetada para a zona salinizada do Rio Grande do Norte....	300	200	—
5 — Participação da SUDENE, através do FIDENE, no capital da usina siderúrgica a ser construída na Bahia, aproveitando gás natural como re- dutor.....	200	300	500
6 — Participação da SUDENE através do FIDENE, no capital de empresas industriais, inclusive para absorver flutuações cambiais.....	500	750	1.000
7 — Despesas de qualquer natureza, com a constituição e participação no capital de empresa de economia mista, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba, que a SUDENE deverá criar para exploração e industrialização de recursos minerais.....	200	300	300
8 — Participação da SUDENE, através do FIDENE, nos estudos, projetos e construção de uma usina de redução de minério de tungstênio e de pegmatito, no Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte	200	300	300
TOTAL GERAL.....	1.458	1.988	2.412

ANEXO VI

DESENVOLVIMENTO DA PESCA

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos.....	300	300	200
2 — Adequação de portos.....	300	300	500
3 — Pesquisas de fomento.....	60	80	100
4 — Assistência às pescas continentais.....	50	70	100
5 — Integralização e aumento de capital da PENESA.....	400	400	400
6 — Desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Norte, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema.....	200	200	150
7 — Para construção e adaptação do frigorífico da Fripisa, em Campo Maior (Piauí).....	100	100	100
8 — Desenvolvimento da pesca, no Estado de Pernambuco, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema.....	200	200	200
9 — Desenvolvimento da pesca no Maranhão, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema.....	100	150	200
10 — Conclusão do entrepôsto de Maceió — Postos de recepção no litoral para pescas nas lagoas.....	24	24	14
11 — Pesquisas e fomento da pesca nas lagoas e em relação à lagosta no litoral.....	8	8	8
12 — Fomento e aquisição de material e equipamento de pesca, para aumentar a captura de pescado no litoral e interior.....	68	68	69
15 — Despesa de qualquer natureza, para o desenvolvimento da pesca na Paraíba.....	250	250	300
TOTAL GERAL.....	2.060	2.150	2.341

ANEXO VII

RACIONALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Armazéns e silos.....	320	286	270
2 — Centrais de Abastecimento.....	400	200	200
3 — Outros mercados urbanos e mercados rurais.....	80	100	130
4 — Estocagem de emergência.....	100	100	100
5 — Informações de Mercados.....	50	24	30
TOTAL GERAL.....	950	710	730

ANEXO VIII

AJUDA TÉCNICO-FINANCEIRA AO ARTEZANATO

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Pré-investimentos.....	5	7	9
2 — Instalação de cooperativas e ajuda a núcleos já existentes.....	20	30	45
3 — Ampliação do capital da ARTENE.....	25	25	20
TOTAL GERAL.....	50	62	74

ANEXO IX

SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTOS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1. Abastecimento de água.....	6.947	7.588	9.408
4) Estudos e projetos.....	250	250	375

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
B) Investimentos nas Capitais e no Interior:			
a) Maranhão.....	359	161	225
b) Piauí.....	557	714	998
c) Ceará.....	674	1.102	1.540
d) Rio Grande do Norte, inclusive obras de conclusão da adutora de Caicó e rede de saneamento da cidade, sendo Cr\$ 100.000.000,00, em cada exercício.....	600	700	800
I) Construção da adutora e serviços de abastecimento d'água da cidade de Currais Novos, proveniente do açude Marechal Dutra.....	100	100	100
II) Despesas de qualquer natureza, para os serviços de abastecimento d'água nas cidades de:			
1. Martins.....	20	50	20
2. Alexandria.....	30	50	30
3. Paus dos Ferros.....	30	50	50
4. Serra Negra do Norte.....	20	50	20
5. Nova Cruz.....	50	100	50
6. Açu.....	50	100	50
7. João Câmara.....	20	50	20
8. Macaú.....	40	100	100
9. Goianinha.....	20	30	20
10. Lages.....	20	50	50
c) Paraíba.....	477	644	900
f) Pernambuco.....	650	700	1.000
g) Alagoas.....	700	600	600
h) Sergipe.....	300	300	300
i) Bahia.....	1.192	935	1.307
I) Para os serviços de abastecimento de água e esgoto, em Vitória da Conquista (Bahia).....	500	500	500
j) Minas Gerais.....	288	252	353
1. Esgotos sanitários.....	1.225	3.177	5.650
A) Estudos e projetos.....	375	500	625
B) Investimentos nas Capitais e no Interior:			
a) Maranhão.....	100	80	150
b) Piauí.....	100	354	665

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
c) Ceará.....	50	546	1.027
d) Rio Grande do Norte.....	50	230	433
e) Paraíba.....	100	319	600
f) Pernambuco.....	100	350	650
g) Alagoas.....	50	109	205
h) Sergipe.....	50	100	188
i) Bahia.....	150	464	872
j) Minas Gerais.....	100	125	235
TOTAL GERAL.....	8.172	10.765	15.058

ANEXO X

PRÉ-INVESTIMENTOS DIRETAMENTE LIGADOS AO
APERFEIÇOAMENTO DO FATOR HUMANO

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
I. Ampliação e equipamento de Escolas Agrícolas.....	200	200	100
2. Formação de pessoal para indústrias.....	473	351	366
a) Ensino primário e educação de base..	400	600	600
b) Formação de pessoal para os Estados e Municípios.....	100	45	100
c) Ensino técnico de nível superior e aperfeiçoamento de pessoal próprio.....	1.100	1.080	676
I) Escola de Geologia de Pernambuco....	100	50	50
II) Escola de Geologia de Salvador.....	50	50	50
III) Universidade do Rio Grande do Norte.	100	100	100
IV) Universidade da Paraíba.....	100	100	100
V) Universidade de Alagoas.....	100	100	100
d) Realização de convênios, com os organismos estaduais de planejamento..	200	—	—
e) Equipamento e ampliação da Escola de Agronomia do Nordeste, com sede em Areia, no Estado da Paraíba...	50	50	50
TOTAL GERAL.....	2.973	2.726	2.292

ANEXO XI

PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Contribuição da SUDENE, através do FIDENE, para projetos de habitação popular, inclusive financiados por instituições internacionais de crédito e elaboração dos projetos respectivos...	500	1.000	1.500
TOTAL GERAL.....	500	1.000	1.500

ANEXO XII

COLABORAÇÃO DA "SUDENE" COM OS GOVERNOS ESTADUAIS

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ Milhões
	1963
Execução de projetos a cargo dos Governos Estaduais, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União dos exercícios de 1962 e 1963, nos termos do Artigo 84, desta Lei.....	882

LEI Nº 4.240 — DE 28 DE JUNHO DE 1963

Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

Retificação

No preâmbulo, onde se lê: O Presidente da República, faço saber que ... Leia-se: O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República. Faça saber que ...

No parágrafo único do art. 4º, onde se lê: ... artigo serão deduzidos à metade, sempre ... Leia-se: ... artigo serão reduzidos à metade, sempre ...

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V e VI, de 1963, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A FORTALEZA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da A Fortaleza Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento de capital.

Decreto nº 51.995-A — de 8 de maio de 1963.

AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR

Suspende as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP).

Decreto nº 52.425 — de 31 de agosto de 1963.

ACÓRDOS

Aprova o texto do Acôrdio Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil, a 11 de maio de 1962, em Washington.

Decreto Legislativo nº 16, de 1963.

— *Promulga o Acôrdio entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.*

Decreto nº 52.140 — de 18 de junho de 1963.

— *Promulga o Acôrdio de Comércio e Pagamento entre o Brasil e a Albânia, firmado em Paris, a 10 de junho de 1961.*

Decreto nº 52.355 — de 13 de agosto de 1963.

— *Promulga o Protocolo Adicional ao Ajuste de Comércio e Pagamento, entre o Brasil e a Iugoslávia, assinado em Belgrado, a 29 de abril de 1961.*

Decreto nº 52.368 — de 19 de agosto de 1963.

— *Promulga o Acôrdio de Comércio de Pagamentos e de Cooperação Econômica entre o Brasil e a Romênia, assinado em Bucareste, a 15 de maio de 1961.*

Decreto nº 52.466 — de 12 de setembro de 1963.

AÇUCAR CRISTAL

Dispõe sobre estoques de açúcar cristal.

Decreto nº 52.319 — de 2 de agosto de 1963.

ADEP

Ver: Ação Democrática Popular.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Dispõe sobre o horário de trabalho para servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto nº 52.156 — de 25 de junho de 1963.

AERONÁUTICA

Dispõe sobre a divisão do território nacional em Zonas Aéreas.

Lei nº 4.252, de 10 de agosto de 1963.

— *Dá nova redação aos artigos 12 e 43 do Regulamento para a Reserva da Aeronáutica.*

Decreto nº 52.335 — de 8 de agosto de 1963.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para a Aeronáutica e dá outras providências.*

Decreto nº 52.366 — de 16 de agosto de 1963.

— *Constitui Grupo de Trabalho para estudar a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto nº 52.378 — de 19 de agosto de 1963.

— *Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).*

Decreto nº 52.431 — de 2 de setembro de 1963.

— *Organiza, no Ministério da Aeronáutica, Esquadrilhas Aeroterrestres de Salvamento.*

Decreto nº 52.432 — de 2 de setembro de 1963.

— *Acrescenta parágrafo único ao artigo 35 do Regulamento de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa (REPROMAER).*

Decreto nº 52.433 — de 2 de setembro de 1963.

— *Ver, também, Ministério da Aeronáutica.*

AEROPORTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.695.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a cobrir despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos.

Lei nº 4.251 — de 8 de agosto de 1963.

AFORAMENTOS

Ver: Terrenos de Marinha.

AFTOSA

Institui no Ministério da Agricultura a Campanha Contra a Febre Aftosa (C.C.F.A.) e dá outras providências.

Decreto nº 52.344 — de 9 de agosto de 1963.

AGRICULTURA

Aprova o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana.

Decreto Legislativo nº 19, de 1963.

— *Dispõe sobre o crédito para financiamento de monoculturas e explorações pecuárias, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.227 — de 8 de julho de 1963.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 52.236 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Grilli a pesquisar água mineral, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.237 — de 9 de julho de 1963.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, do domínio da União as águas do rio "Parnaíba".

Decreto nº 1.782 — de 4 de dezembro de 1962.

— *Ver, também, o nome do Estado a cujo domínio se submetem.*

AJUSTE DE CONTAS

Aprova o ajuste de contas assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.256 — de 9 de setembro de 1963.

**AKTIEBOLAGET AEROTRANS-
PORT ABA**

Concede à "Aktiebolaget Aerotransport ABA" autorização para funcionar na República.

(*) Decreto nº 51.851 — de 18 de março de 1963.

ALGODÃO

Assegura do algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1963/64, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 52.152 — de 25 de junho de 1963.

— Revoga o Decreto nº 1.897, de 18 de dezembro de 1962, que criou o Conselho Nacional do Algodão.

Decreto nº 52.285 — de 22 de julho de 1963.

— Cria Grupo de Trabalho no Ministério da Agricultura com a incumbência de indicar medidas tendentes a disciplinar a aplicação da taxa resultante da Instrução nº 239, de 22-4-63, da SUMOC.

Decreto nº 52.343 — de 9 de agosto de 1963.

— Inclui na composição do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto número 32.343, de 9-8-63, os representantes do Ministério da Fazenda e da Confederação Rural Brasileira.

Decreto nº 52.410 — de 27 de agosto de 1963.

— Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra de 1963-64.

Decreto nº 52.490 — de 23 de setembro de 1963.

— Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da Região Setentrional do País, da safra de 1963-64, fixados pelo Decreto nº 52.152, de 25-6-63.

Decreto nº 52.491 — de 23 de setembro de 1963.

AMAZÔNIA

Altera o parágrafo único do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963, para a execução da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963, que estende à região amazônica os benefícios do artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961. (Plano Diretor da Sudene).

Decreto nº 52.350 — de 12 de agosto de 1963.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonzaga Machado Barreto a pesquisar amianto no município de Batalha, Estado de Alagoas.

Decreto nº 52.228 — de 9 de julho de 1963.

— Autoriza a Termas Nova Friburgo S. A. a lavar água mineral, no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.238 — de 9 de julho de 1963.

— Autoriza a empresa de mineração S. Barreto & Filhos a lavar amianto no município de Batalha, Estado de Alagoas.

Decreto nº 52.238 — de 9 de julho de 1963.

ANESTESIOLOGIA

Oficializa o III Congresso Mundial de Anestesiologia, a realizar-se na cidade de São Paulo entre 20 e 26 de setembro de 1964.

Decreto nº 52.324 — de 7 de agosto de 1963.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Gheorge Popescu a lavar areia quartzosa no município de Peruibe, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.229 — de 9 de julho de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lino Abel a lavar areia quartzosa, no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.395 — de 22 de agosto de 1963.

ARGILA

Autoriza Minerium do Brasil Indústria e Comércio Ltda., empresa de mineração a pesquisar argila no município de Jaicós, Estado do Piauí.

Decreto nº 1.641 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Júlio dos Santos a pesquisar argila no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.218 — de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila, caulim e quartzo, no município de Tapirai, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.241 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.242 — de 9 de julho de 1963.

ARMADA

Altera o inciso II do Art. 37 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 52.262 — de 16 de julho de 1963.

— Ver, também, Marinha e Ministério da Marinha.

ARMAZÊNS E SILOS

Faz cessão do domínio útil de terreno à Central de Abastecimento de Pernambuco S.A. — CAPESA.

Decreto nº 52.359 — de 16 de agosto de 1963.

ARROZ

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão e milho da produção nacional, para o ano agrícola de 1963-64.

Decreto nº 52.445 — de 3 de setembro de 1963.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

Baixa Normas Técnicas Especiais para orientação, organização e funcionamento e a fiscalização de instituições de assistência médico-social no País.

Decreto nº 52.464 — de 12 de setembro de 1963.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

Dispõe sobre a Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio

(ALALC).

Decreto nº 52.312 — de 30 de julho de 1963.

AUSTRIA

Promulga o "Tratado que restabelece uma Austria independente e democrática", assinado em Viena, a 15 de maio de 1955.

Decreto nº 52.389 — de 24 de julho de 1963.

AUTARQUIAS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, cíveis e militares).*

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal, na forma que estabelece e dá outras providências.*

Decreto nº 52.286 — de 17 de julho de 1963.

— *Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 50.524, de 3 de maio de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.338 — de 20 de agosto de 1963.

— *Considera ponto facultativo o dia 24 de agosto, em todas as repartições públicas federais e autárquicas.*

Decreto nº 52.389 — de 20 de agosto de 1963.

Determina providências para cumprimento do disposto no art. 32 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 52.413 — de 28 de agosto de 1963.

Regula o pagamento das dívidas das autarquias e órgãos governamentais para com as instituições de previdência social.

Decreto nº 52.455 — de 10 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre remuneração do pessoal no exterior e dá outras providências.*

Decreto nº 52.469 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre a forma de designação de pessoal para missão, estudo ou função no exterior.*

Decreto nº 52.470 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre a jurisdição que os Ministérios devem exercer sobre autarquias, órgãos autônomos e sociedades de economia mista, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.472 — de 13 de setembro de 1963.

Aprova o regulamento para a concessão de subvenção às empresas de taxi-aéreo, prevista na Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.347 — de 12 de agosto de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Associação Pró-Maternal, instituição beneficente, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.437 — de 2 de setembro de 1963.

B

BANCO DO EST. DO CEARÁ S.A.

Autoriza a constituição, mediante subscrição pública, do Banco do Estado do Ceará, S.A.

Decreto nº 52.117 — de 17 de junho de 1963.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Incorpora recursos ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 52.133-A — de 18 de junho de 1963.

BARRILHA

Dispõe sobre a importação de barrilha.

Decreto nº 52.322 — de 6 de agosto de 1963.

BAUXITA

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila e bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.242 — de 9 de julho de 1963.

BRASÍLIA

Aprova o Regimento do Grupo de Trabalho de Brasília.

Decreto nº 52.354 — de 13 de agosto de 1963.

C

CACAU

Altera a constituição da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira "CEPLAC" e cria um Conselho Consultivo naquele órgão.

Decreto nº 52.190 — de 28 de junho de 1963.

CAFEICULTURA

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (CEAC).

Decreto nº 52.530 — de 27 de setembro de 1963.

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Dispõe sobre os poderes especiais do Superintendente da SUDEPE e sobre as atribuições do Administrador da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto nº 52.255 — de 11 de julho de 1963.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo e dá outras providências.

Decreto nº 52.146 — de 25 de junho de 1963.

CAL JARAGUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à Cal Jaraguá Indústria e Comércio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.318 — de 2 de agosto de 1963.

CAMPANHA CONTRA A FEBRE AFTOSA

— Ver: AFTOSA.

CAMPANHA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (CASES)

Altera redação do Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1953, que instituiu a Campanha de Assistência ao Estudante (CASES).

Decreto nº 52.434 — de 2 de setembro de 1963.

CARBONÍFERA BARÃO DO RIO BRANCO S.A.

Concede à Carbonífera Barão do Rio Branco S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.261 — de 16 de julho de 1963.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 52.233 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar cassiterita, no município de Lábrea, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 52.234 — de 9 de julho de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.

Decreto nº 52.235 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Cohen a pesquisar cassiterita no município de Lábrea, Estado do Amazonas.*

Decreto nº 52.250 — de 9 de julho de 1962.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Ulysses Goulart a pesquisar caulim e mica no município de Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.856 — de 5 de dezembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 43.355, de 21 de junho de 1960.*

Decreto nº 51.966-A — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Castmiro Brodziaik Filho a pesquisar caulim, no município de Itapeçerica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.230 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar feldspato e caulim no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.240 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar argila, caulim e quartzo, no município de Taipira, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.241 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Ltda., a pesquisar caulim no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.246 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Cia. Paulista de Mineração a pesquisar feldspato e caulim no município Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.249 — de 9 de julho de 1963.

CEARÁ — MINÉRIOS S. A.

Concede à Ceará Minérios S. A. "CEMISA", autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.411 — de 27 de agosto de 1963.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO S. A.

— *Faz cessão do domínio útil de terreno à Central de Abastecimento de Pernambuco S. A. — CAPESA.*

Decreto nº 52.359 — de 16 de agosto de 1963.

CENTRO DE PESQUISAS DO CACAU

— *Declara de utilidade pública área situada na zona cacauzeira do Estado da Bahia, para instalação do Centro de Pesquisas do Cacau "CEPEC", criado de acordo com o Decreto número 1.960, de 27 de dezembro de 1962.*

Decreto nº 52.175 — de 28 de junho de 1963.

CEPEC — Ver: CENTRO DE PESQUISAS DO CACAU

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto nº 43.648 — de 2 de agosto de 1960.

— *Autoriza a cessão sob a forma de utilização gratuita, ao Estado da Guanabara, do imóvel que menciona.*

Decreto nº 51.229 — de 22 de agosto de 1961.

— *Faz cessão do domínio útil de terreno à Central de Abastecimento de Pernambuco S. A. — CAPESA.*

Decreto nº 52.359 — de 16 de agosto de 1963.

CHARUTOS

Institui Grupo de Trabalho para estudar a situação da indústria de charutos e propor medidas para a solução de seus problemas.

Decreto nº 52.408 — de 27 de agosto de 1963.

CIA. INDUSTRIAL E MINERADORA DO GAMELÃO

Concede à Cia. Industrial e Mineradora do Gamelão — CIMIGA, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.247 — de 9 de julho de 1963.

CINEMA

Regulamenta o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Decreto nº 52.405 — de 27 de agosto de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.367 — de 11 de dezembro de 1961.

— *Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede de Viação Cearense e dá outras providências.*

Decreto nº 51.865 — de 26 de março de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.448 de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Rede Ferroviária do Nordeste e dá outras providências.*

Decreto nº 51.866 — de 26 de março de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.518, de 26 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Mossoró-Souza e dá outras providências.*

Decreto nº 51.987 — de 3 de maio de 1962.

— *Retifica o Decreto nº 51.452 de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Mossoró Souza e dá outras providências.*

Decreto nº 51.988 — de 3 de maio de 1963.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 51.812, de 8 de março de 1963.*

Decreto nº 52.134 — de 18 de junho de 1963.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo e dá outras providências.*

Decreto nº 52.146 — de 25 de junho de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.527, de 31 de julho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.150 — de 25 de junho de 1963.

— *Retifica o enquadramento das funções do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.*

Decreto nº 52.157 — de 25 de junho de 1963.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.186 — de 28 de junho de 1963.

— *Aprova o enquadramento do pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, beneficiado pela Lei nº 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.208 — de 2 de julho de 1962.

— *Retifica as relações nominais que acompanharam o Decreto nº 51.536, de 21 de agosto de 1962, que retificou o enquadramento de funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto número 49.343, de 25 de novembro de 1960, e que aprovou enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2.º da Lei número 3.969, de 5 de outubro de 1961.*

Decreto nº 52.211 — de 2 de julho de 1963.

— *Altera a redação do Art. 15 do Decreto nº 48.921, de 8 de setembro de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.265 — de 16 de julho de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade Rural de Pernambuco.*

Decreto nº 52.280 — de 24 de julho de 1963.

CLUBES DE CAÇA E TIRO

Dispõe sobre o auxílio da União aos programas e atividades esportivas dos Clubes de Caça e Tiro e associações congêneres das zonas de colonização.

Lei nº 4.247 — de 30 de julho de 1963.

COBRE

Renova a autorização, contida no Decreto nº 46.678, de 18 de agosto de 1959.

Decreto nº 1.726 — de 28 de novembro de 1962.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Altera o inciso I do art. 945 do Código do Processo Civil e os arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941.

Lei nº 4.248 — de 30 de julho de 1963.

CÓDIGO DE PROCESSO DO TRABALHO

Altera a designação do "Código de Processo do Trabalho" para "Código Judiciário do Trabalho".

Decreto nº 52.303 — de 26 de julho de 1963.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Constitui Grupo de Trabalho para estudar a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto nº 52.378, de 19 de agosto de 1963.

CÓDIGO JUDICIÁRIO DO TRABALHO

Altera a designação de "Código de Processo do Trabalho" para "Código Judiciário do Trabalho".

Decreto nº 52.303 — de 26 de julho de 1963.

COFAP

Ver: Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

COLETORIAS FEDERAIS

Extingue a 2.ª Coletoria Federal, em Teresina, no Estado do Piauí.

Decreto nº 52.514 — de 27 de setembro de 1963.

"COLIMPA" — COLONIZAÇÃO, INDÚSTRIA E MINERAÇÃO S. A.

Concede à "COLIMPA" — Colonização, Indústria e Mineração S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.397 — de 23 de agosto de 1963.

COLONIZAÇÃO

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, as áreas de terras situadas no Município de Magé, 1.º e 4.º Distritos, com a denominação de São José da Cachoeira ou Cachoeira ou Cachoeirinha e outra, no lugar Campanha, em Iriri.

Decreto nº 52.356 — de 14 de agosto de 1963.

COMÉRCIO E PAGAMENTOS

Promulga o Acórdão de Comércio e Pagamento entre o Brasil e a Albânia, firmado em Paris, a 10 de junho de 1961.

Decreto nº 52.355 — de 13 de agosto de 1963.

— Promulga o Protocolo Adicional ao Ajuste de Comércio e Pagamento, entre o Brasil e a Iugoslávia, assinado em Belgrado, a 29 de abril de 1961.

Decreto nº 52.368 — de 10 de agosto de 1963.

— Promulga o Acórdão de Comércio de Pagamento e de Cooperação Econômica entre o Brasil e a Romênia, assinado em Bucareste, a 15 de maio de 1961.

Decreto nº 52.466 — de 12 de setembro de 1963.

COMÉRCIO EXTERIOR

Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário, incumbido de estudar e propor a coordenação do comércio exterior, e das outras providências.

Decreto nº 52.447 — de 3 de setembro de 1963.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

Prorroga mandato da Comissão Censitária Nacional.

Decreto nº 52.306 — de 26 de julho de 1963.

COMISSÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1.º do Decreto número 50.936, de 12 de julho de 1961.

Decreto nº 52.454 — de 9 de setembro de 1963.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Fixa valores de gratificações especiais dos Diretores da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN).

Decreto n.º 52.282 — de 22 de julho de 1963.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Aprova o enquadramento do pessoal da Comissão do Vale do São Francisco, beneficiado pela Lei número 3.780, de 12 de julho de 1960, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.379 — de 19 de agosto de 1963.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Retifica a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.173 — de 28 de junho de 1963.

Aprova o enquadramento definitivo do pessoal da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.316 — de 1 de agosto de 1963.

Altera dispositivo do decreto número 52.316, de 1.º de agosto de 1963.

Decreto n.º 52.398 — de 23 de agosto de 1963.

Retifica o Decreto n.º 52.316, de 1.º de agosto de 1963.

Decreto n.º 52.422 — De 29 de agosto de 1963.

COMISSÃO SUPERVISORA DO PLANO DOS INSTITUTOS

Altera dispositivos do Decreto número 49.355, de 28 de novembro de 1960, e do Decreto n.º 51.405, de 6 de fevereiro de 1962.

Decreto n.º 52.456 — de 10 de setembro de 1963.

COMISSÕES

Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Plano Trienal de Educação.

Decreto n.º 52.161 — de 27 de junho de 1963.

Institui comissão para realizar sindicâncias sobre denúncias de infrações contra a Fazenda Nacional, e propor as medidas que menciona.

Decreto n.º 52.362-“A” — de 16 de agosto de 1963.

Dispõe sobre a jurisdição que os Ministérios devem exercer sobre autarquias, órgãos autônomos e sociedades de economia mista, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.472 — de 13 de setembro de 1963.

Aprova o Plano Preferencial do Setor Rodoviário do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto n.º 52.473 — de 13 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (CEAC).

Decreto n.º 52.530 — de 27 de setembro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES PHENIX

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Phenix, de Porto Alegre.

Decreto n.º 52.886 — de 20 de agosto de 1963.

COMPANHIA MOGLIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Altera a cláusula IV das que baixaram com o Decreto n.º 8.588, de 8 de março de 1911, e autoriza a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro a cobrar “taxa de utilização”, da ponte sobre o Rio Grande.

Decreto n.º 52.409 — de 27 de agosto de 1963.

COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS

Isenta de imposto aduaneiro e taxas, inclusive do imposto de consumo, os materiais importados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a partir do ano de 1958.

Lei n.º 4.245 — de 20 de julho de 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30, para o fim que menciona.

Decreto n.º 52.206-B — de 28 de junho de 1963.

— *Dispõe sobre a remuneração e vantagens dos operários navais do Lóide Brasileiro P. N. e Companhia Nacional de Navegação Costeira.*

Decreto n.º 52.474 — de 13 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre a remuneração do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes à União, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.475 — de 13 de setembro de 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

Altera os Estatutos da Companhia Nacional de Seguro Agrícola.

Decreto n.º 52.429 — de 2 de setembro de 1963.

COMPANHIA RIO GRANDE DO SUL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Rio-Grandense de Seguros.

Decreto n.º 52.374 — de 19 de agosto de 1963.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia Seguradora Brasileira, relativa ao aumento de capital.

Decreto n.º 52.187 — de 23 de junho de 1963.

COMPANHIA TELEGRÁFICA BRASILEIRA

Prorroga o prazo a que se referem os artigos 2.º, do Decreto número 814, de 31 de março de 1962 e 1.º, dos Decretos números 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963, e 52.148, de 25 de junho de 1963.

Decreto n.º 52.477 — de 16 de setembro de 1963.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei n.º 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de pessoal, na forma que estabelece, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.266 — de 17 de julho de 1963.

COMUNIDADES EUROPEIAS

Altera a redação dos artigos 2.º e 3.º do Decreto n.º 52.042, de 22 de maio de 1963.

Decreto n.º 52.305 — de 26 de julho de 1963.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS

Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas, nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em outras áreas em desenvolvimento do País, a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Decreto n.º 52.267 — de 17 de julho de 1963.

CONFERÊNCIAS

Oficializa a Conferência Internacional da Família, que se realizará no Rio de Janeiro, de 22 a 29 de julho de 1963.

Decreto n.º 52.278 — de 18 de julho de 1963.

Convoca a III Conferência Nacional de Saúde.

Decreto n.º 52.301 — de 24 de julho de 1963.

CONGRESSOS

Oficializa o II Congresso Pan-Americano de Mecânica dos Solos e Engenharia de Fundações que se realizará em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, de 14 a 24 de julho de 1963.

Decreto n.º 52.277 — de 18 de julho de 1963.

— Oficializa o III Congresso Mundial de Anestesiologia, a realizar-se na cidade de São Paulo entre 20 e 26 de setembro de 1964.

Decreto n.º 52.324 — de 7 de agosto de 1963.

CONSELHO FLORESTAL FEDERAL

Institui no Conselho Florestal Federal a medalha "Mérito José Bonifácio, o Patriarca".

Decreto n.º 52.171 — de 28 de junho de 1963.

— Aprova o Regimento do Conselho Florestal Federal do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 52.440 — de 3 de setembro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Retifica o enquadramento das funções do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Decreto n.º 52.157 — de 25 de junho de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Institui o Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências.

Decreto n.º 52.275 — de 17 de julho de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Ver POLÍTICA SALARIAL

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Altera dispositivos do Decreto número 857 de 5-4-62, que aprovou o Regimento do Conselho Nacional de Saúde.

Decreto n.º 52.323 — de 7 de agosto de 1963.

CONSELHO NACIONAL DO ALGODÃO

Revoga o Decreto n.º 1.897, de 18 de dezembro de 1962, que criou o Conselho Nacional do Algodão.

Decreto n.º 52.285 — de 22 de julho de 1963.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Altera o Decreto n.º 2.060, de 16 de janeiro de 1963.

Decreto n.º 52.459 — de 11 de setembro de 1963.

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.

Concede a Construções e Comércio Camargo Corrêa S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 52.426 — de 2 de setembro de 1963.

CONSULADOS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

CONTRABANDO

Institui comissão para realizar sindicâncias sobre denúncias de infrações contra a Fazenda Nacional e propor as medidas que menciona.

Decreto n.º 52.362-"A" — de 16 de agosto de 1963.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro de contrato celebrado entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a "Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Ltda.".

Decreto Legislativo n.º 18 — de 1963.

CONVENÇÕES

Torna público o depósito, por parte de vários países, de instrumentos de aceitação, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar; firmada em Londres a 10 de junho de 1948.

Decreto n.º 52.281 — de 22 de julho de 1963.

— *Promulga a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, adotada a 21 de novembro de 1947, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.*

Decreto n.º 52.288 — de 24 de julho de 1963.

— *Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotado por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.*

Decreto n.º 52.476 — de 12 de setembro de 1963.

CONVÊNIOS

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 17 — de 1963.

— *Aprova o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a Economia Rural no Brasil, assinado na Cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1958, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana.*

Decreto Legislativo n.º 19 — de 1963.

— *Aprova normas para elaboração de convênio entre a União e os Estados para aplicação das leis de intervenção no domínio econômico.*

Decreto n.º 52.151 — de 25 de junho de 1963.

— *Autoriza o IPASE a assinar com "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais".*

Decreto n.º 52.430 — de 2 de setembro de 1963.

Promulga a Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Internacional, assinada em Genebra, a 6 de março de 1948.

Decreto n.º 52.493 — de 23 de setembro de 1963.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Promulga o Protocolo de Cooperação Econômica entre o Brasil e a Tchecoslováquia, firmado em Praga, a 19 de maio de 1961.

Decreto n.º 52.197 — de 28 de junho de 1963.

COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO NACIONAL

Dispõe sobre a Coordenação do Planejamento Nacional, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.256 — de 11 de julho de 1963.

CRÉDITO, ABERTURA DE

Ver o nome do Ministério ou órgão a que se refere.

CRÉDITO AGRÍCOLA

Dispõe sobre o crédito para financiamento de monoculturas e explorações pecuárias, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.227 — de 8 de julho de 1963.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Dispõe sobre a obrigatoriedade de pronunciamento do Ministério da Fazenda em proposições que impliquem em realização de despesas.

Decreto n.º 52.500 — de 26 de setembro de 1963.

CURSOS

Concede autorização para o funcionamento de cursos.

Decreto n.º 52.133 — de 18 de junho de 1963.

— *Dispõe sobre a autorização do funcionamento do Curso de Graduação de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

Decreto n.º 52.160 — de 25 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem São Vicente.*

Decreto n.º 52.191 — de 28 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto n.º 52.192 — de 28 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento a curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais de Taubaté.*

Decreto n.º 52.193 — de 28 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento a curso.*

Decreto n.º 52.194 — de 28 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 52.195 — de 28 de junho de 1963.

— *Concede reconhecimento ao que menciona.*

Decreto n.º 52.210 — de 2 de julho de 1963.

— *Concede autorização para o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Botucatu, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.215 — de 2 de julho de 1963.

— *Ver, também, Escolas, Faculdades e Universidades.*

D

D A S P

Ver: Departamento Administrativo do Serviço Público.

DELEGACIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA

— *Aprova o Regimento Padrão das Delegacias Federais de Agricultura.*

Decreto n.º 52.338 — de 8 de agosto de 1963.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica o enquadramento de cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n.º 52.276 — de 18 de julho de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Quadro de Pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público.*

Decreto n.º 52.486 — de 20 de setembro de 1943.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Departamento de Imprensa Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 52.458 — de 10 de setembro de 1963.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Maragogipe, Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.141 — de 25 de junho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.142 — de 25 de junho de 1963.

— *Autoriza a aceitação, para efeito de incorporação ao patrimônio da União Federal, do imóvel que menciona, no Estado de Goiás.*

Decreto n.º 52.225 — de 2 de junho de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Baixa normas técnicas especiais para o combate à esquistossomose e dá outras providências.

Decreto n.º 52.279 — de 19 de julho de 1963.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.206-A — de 28 de junho de 1963.

— Aprova o enquadramento do pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, beneficiado pela Lei número 3.967, de 5 de outubro de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 52.208 — de 2 de julho de 1963.

— Altera a redação do art. 2º e seu parágrafo do Decreto nº 50.685, de 31 de maio de 1961.

Decreto nº 52.264 — de 16 de julho de 1963.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SECAS**

Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.262, de 30 de novembro de 1955, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "Japi II", no Município de São de Casa Nova, no Estado da Bahia.

Decreto nº 52.158 — de 25 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.265, de 30 de maio de 1958, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Japi II", no município de São José de Campestre, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 52.198 — de 28 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.199, de 26 de março de 1957, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Pentecoste", no Município de Pentecoste, no Estado do Ceará.

Decreto nº 52.199 — de 28 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública, a que se refere o Decreto nº 39.079, de 30 de abril de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "Adustina", no Município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.201 — de 28 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.916, de 5 de setembro de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "São Mateus", no Município de Canindé, Estado do Ceará.

Decreto nº 52.207 — de 2 de julho de 1963.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS DE SANEAMENTO**

Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.326 — de 7 de agosto de 1963.

— Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.327 — de 7 de agosto de 1963.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS**

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto nº 51.896 — de 9 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, os imóveis sítos à Rua da Praia ns. 10, 12 e 14, necessários à construção do ramal ferroviário de acesso ao porto de Camocim, no Estado do Ceará.

Decreto nº 52.200 — de 28 de junho de 1963.

— Decreta a incorporação do acervo do Porto de Maceió, Estado de Alagoas e dá outras providências.

Decreto nº 52.345 — de 9 de agosto de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Regula o pagamento das dívidas das autarquias e órgãos governamentais para com as instituições de previdência social.

Decreto nº 52.455 — de 10 de setembro de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, destinada à bacia de acumulação ..
..... de um desnível localizado
cerca de 300 metros exis-
tente no Rio Tietê, no Município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Lapa — Riacho de Santana — Igaporã — Caetité, no Estado da Bahia.

Na data e no fêcho, onde se lê:
... de 17 de junho de ... Leia-se:
... de 18 de junho de ...

Decreto nº 52.136 — de 18 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Cabrobó — Belém do São Francisco, no Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.137 — de 18 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 38.262, de 30 de novembro de 1955, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "Zé Manoel", no Município de Casa Nova, no Estado da Bahia.

Decreto nº 52.158 — de 25 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública área situada na zona cacauceira do Estado da Bahia, para instalação do Centro de Pesquisas do Cacau "CAPEC", criado de acordo com o Decreto nº 1.960, de 27 de dezembro de 1962.

Decreto nº 52.175 — de 23 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.265, de 30 de maio de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Japi II", no Município de São José de Campestre, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 52.198 — de 23 de junho de 1963.

— Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 41.199, de 26 de março de 1957, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da área de terreno necessária à construção do açude público "Pentecoste", no Município de Pentecoste, no Estado do Ceará.

Decreto nº 52.199 — de 23 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, os imóveis sítos à Rua da Praia ns. 10, 12 e 14, necessários à construção do ramal ferroviário de acesso ao porto de Camocim, no Estado do Ceará.

Decreto nº 52.200 — de 23 de junho de 1963.

— *Renova a declaração de utilidade pública, a que se refere o Decreto nº 39.679, de 30 de abril de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "Adustina" do Município de Paripiranga, Estado da Bahia.*

Decreto nº 52.201 — de 18 de junho de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terreno situada no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 52.206-A — de 28 de junho de 1963.

— *Renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 39.915, de 5 de setembro de 1956, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do açude público "São Mateus", no Município de Canindé, Estado do Ceará.*

Decreto nº 52.207 — de 2 de julho de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação a faixa de terrenos necessária à linha de Transmissão Jeromoad — Antas, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 52.259 — de 16 de julho de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Porto Novo-Santana, no Estado da Bahia.*

Decreto nº 52.260 — de 16 de julho de 1963.

— *Declara de urgência a desapropriação de que trata o Decreto nº 51.905, de 19 de abril de 1963, re- ratificado o mesmo Decreto e dá outras providências.*

Decreto nº 52.320 — de 2 de agosto de 1963.

— *Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas de terras situadas no Município de Magé, 1º e 4º Distritos, com a denominação de São José da Cachoeira ou Cachoeira ou Cachoeirinha e outra, no lugar Campanha, em Iriri.*

Decreto nº 52.356 — de 14 de agosto de 1963.

— *Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis que constituem o conjunto residencial de cem casas em fase final de construção, e seus respectivos terrenos, situados na Estação de Senador Camará, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.401 — de 26 de agosto de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Delmiro-Olho D'água das Flores, no Estado de Alagoas.*

Decreto nº 52.404 — de 27 de agosto de 1963.

— *Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas de terrenos situadas no Município de Imperatriz, à margem da Rodovia Belém-Brasília, com as denominações de Conceição, Campolina, Campo Grande e Jiboia.*

Decreto nº 52.443 — de 3 de setembro de 1963.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) área de terrenos situada à margem leste da Estrada da Imbiribeiro, logo ao descer da Ponte de Motocolombó, no local denominado Miramar, na Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.450 — de 5 de setembro de 1963.

— *Declara de interesse social para fins de desapropriação, as terras situadas em Campo Grande, Estado da Guanabara, com a denominação de "Fazenda da Pedra" e "Fazenda Santa Clara", e dá outras providências.*

Decreto nº 52.480 — de 18 de setembro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Matozinhos — Mocambinho — Fidalgo, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.492 — de 23 de setembro de 1963.

DESPORTOS

Cria a Ordem do Mérito Desportivo Universitário

Decreto nº 52.321 — de 5 de agosto de 1963.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Moisés Paulino a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.633 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Marques da Silveira a pesquisar diamantes no município de Turmalina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.382 — de 20 de agosto de 1963.

DIREITOS POLÍTICOS DA MULHER

Promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotada por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto nº 52.476 — de 12 de setembro de 1963.

DISTRITO FEDERAL

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal, na forma que estabelece, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.266 — de 17 de julho de 1963.

DOAÇÕES

Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul — Estado do Rio Grande do Sul — à Sociedade Cultural de Cacequi.

Lei nº 4.255 — de 9 de setembro de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Município de Maragogipe, Estado da Bahia.*

Decreto nº 52.141 — de 25 de junho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.142 — de 25 de junho de 1963.

— *Autoriza a aceitação, para efeito de incorporação ao patrimônio da União Federal, do imóvel que menciona, no Estado de Goiás.*

Decreto nº 52.225 — de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.270 — de 17 de julho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Estado de Goiás, de 3 (três) terrenos, situados na cidade de Goiânia, necessários ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.283 — de 22 de julho de 1963.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Belo Horizonte — Minas Gerais.*

Decreto nº 52.391 — de 21 de agosto de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóveis situados em Campinas, Estado de São Paulo, necessários ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.403 — de 27 de agosto de 1963.

DOLOMITA

Autoriza a Icominas S.A. — Empresa de Mineração a lavar minério de ferro dolomita, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 51.950 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Calegari a pesquisar dolomita e feldspato no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 52.226 — de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza a Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul — Cruzul — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.245 — de 9 de julho de 1963.

E

ECONOMIA RURAL

Aprova o Convênio de Instituição de um Centro de Estudos e Documentação para a Agricultura e a economia Rural do Brasil, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1938, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Italiana.

Decreto-Legislativo nº 19 — de 1963.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Aprova as Normas de Projeto e Métodos de Execução de Serviço, a Discriminação Orçamentária para obras de edifícios públicos e das outras providências.

Decreto nº 52.147 — de 25 de junho de 1963.

EDUCAÇÃO

Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em outras áreas em desenvolvimento do País a ser compreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Decreto nº 52.267 — de 17 de julho de 1963.

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

Constitui comissão para estudar e propor a criação e organização da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).

Decreto nº 52.444 — de 3 de setembro de 1963.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Retifica o Decreto nº 52.130, de 17 de junho de 1963.

Decreto nº 52.367 — de 20 de agosto de 1963.

EMPRESAS EDITORAS

Disciplina a publicação de histórias em quadrinhos e das outras providências.

Decreto nº 52.497 — de 23 de setembro de 1963.

EMPRÉSTIMO COMPULSORIO

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e das outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares).*

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo artigo 72 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.*

Decreto nº 52.314 — de 31 de julho de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S.A., para importação de equipamento des-

tinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 4.257 — de 10 de setembro de 1963.

— Declara de utilidade pública, ..
..... destinada à bacia de acumulação de um desnível localizado cerca de 300 metros existente no Rio Tietê, no Município de Buriri, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 51.739 — de 4 de março de 1963.

— Retifica o Decreto n.º 41.245, de 4 de abril de 1957.

Decreto n.º 51.940-C — de 26 de abril de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Lapa — Riacho de Santana — Igaporá — Caetité, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.136 — de 13 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Cabrobó — Belém do São Francisco, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 52.137 — de 18 de junho de 1963.

— Autoriza o Estado da Guanabara a instalar grupos termoeletrônicos.

Decreto n.º 52.168 — de 23 de junho de 1963.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a instalar usina diesel-elétrica de emergência, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.189 — de 28 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação a faixa de terrenos necessária à Linha de Transmissão Jeremoabo — Antas, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.259 — de 16 de julho de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Porto Novo-Santana, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.260 — de 16 de julho de 1963.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Mongaguá, Estado de São Paulo, a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Empresa Elétrica de Mongaguá.

Decreto n.º 52.331 — de 20 de agosto de 1963.

— Autoriza a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba a montar usina termelétrica.

Decreto n.º 52.394 — de 22 de agosto de 1963.

— Autoriza a Companhia Rhodosa de Raion S. A. a instalar grupo termelétrico, para uso exclusivo.

Decreto n.º 52.339 — de 23 de agosto de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Delmiro-Olho D'água das Flores, no Estado de Alagoas.

Decreto n.º 52.404 — de 27 de agosto de 1963.

— Revoga o Decreto n.º 45.415, de 12 de fevereiro de 1959, de interesse da Companhia Geral de Minas, e outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio Grande.

Decreto n.º 52.416 — de 28 de agosto de 1963.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmissão Matozinhos — Mocambo — Fidalgo, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.492 — de 23 de setembro de 1963.

**ENERGIA TERMELÉTRICA —
VER: ENERGIA ELÉTRICA
ENSINO INDUSTRIAL**

Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 47.038, de 16 de outubro de 1959 e modificado pelos Decretos números 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960 e 515, de 20 de fevereiro de 1962.

Decreto n.º 52.212 — de 2 de julho de 1963.

ENSINO TECNOLÓGICO

Altera dispositivos do Decreto número 49.355, de 28 de novembro de 1960, e do Decreto n.º 51.465, de 6 de fevereiro de 1962.

Decreto n.º 52.456 — de 10 de setembro de 1963.

EQUÍDEOS

Declara em vigor as condições gerais e a Tarifa do Seguro Pecuário de Equídeos.

Decreto n.º 52.435 — de 2 de setembro de 1963.

ESCOLAS

Altera o Decreto n.º 50.592 de 15 de maio de 1961, que modificou o Decreto n.º 47.872 de 5 de dezembro de 1959 — 372.

Decreto n.º 52.170 — de 28 de junho de 1963.

— Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo da Escola de Marinha Mercante do Pará.

Decreto n.º 52.263 — de 16 de julho de 1963.

— Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em outras áreas em desenvolvimento do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Decreto n.º 52.267 — de 17 de julho de 1963.

— Revoga o Decreto n.º 51.648-A de 4 de janeiro de 1963 e dá outras providências.

Decreto n.º 52.309 — de 29 de julho de 1963.

— Ver, também, Cursos, Faculdades e Universidades. Quanto às Militares ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DA
UNIVERSIDADE DO BRASIL**

Retifica as relações nominais que acompanharam o Decreto n.º 51.536, de 21 de agosto de 1962, que retificou o enquadramento de funções do Escritório Técnico da Universidade do Brasil, aprovado pelo Decreto número 49.343, de 25 de novembro de 1950, e que aprovou enquadramento do pessoal do mesmo órgão beneficiado pelo disposto no art. 2.º da Lei n.º 3.969, de 5 de outubro de 1961.

Decreto n.º 52.211 — de 2 de julho de 1963.

ESQUISTOSSOMOSE

Baixa normas técnicas especiais para o combate à esquistossomose e dá outras providências.

Decreto n.º 52.279 — de 19 de julho de 1963.

ESTADO DE ALAGOAS

Decreta a incorporação do acervo de Porto de Maceió, Estado de Alagoas e dá outras providências.

Decreto n.º 52.345 — de 9 de agosto de 1963.

ESTADO DA BAHIA

Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.326 — de 7 de agosto de 1963.

ESTADO DE GOIÁS

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro Goiás e dá outras providências.

Decreto n.º 52.037 — de 22 de maio de 1963.

ESTADO DA GUANABARA

Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 48.648 — de 2 de agosto de 1960.

— Autoriza a cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Estado da Guanabara, do imóvel que menciona.

Decreto nº 51.229 — de 22 de agosto de 1961.

— Autoriza o Estado da Guanabara a instalar grupos termelétricos.

Decreto nº 52.168 — de 28 de junho de 1963.

ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia da União a um empréstimo de Cr\$ 500.000.000,00 ao Governo do Estado do Paraná.

Decreto nº 52.461 — de 1 de setembro de 1963.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.327 — de 7 de agosto de 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO

Aprova o ajuste de contas assinado entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.256 — de 9 de setembro de 1963.

ESTATUTO — Ver o nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ — SOUZA

Retifica o Decreto nº 51.452, de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Mossoró-Souza e dá outras providências.

Decreto nº 51.998 — de 3 de maio de 1963.

ESTRADA DE FERRO SAMPAIO CORREIA

Retifica o Decreto nº 51.518, de 25 de junho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Estrada de Ferro Sampaio Correia, e dá outras providências.

Decreto nº 51.987 — de 3 de maio de 1962.

EUCLIDES DA CUNHA

Autoriza o Poder Executivo a mandar promover a publicação das obras completas de Euclides da Cunha, e dá outras providências.

Lei nº 4.253 — de 27 de agosto de 1963.

EXCURSÃO DE MUNICIPALISTAS

Oficializa a II Excursão de Municipalistas aos Estados Unidos da América, Canadá e México, realizada de 2 de agosto a 12 de setembro de 1963.

Decreto nº 52.495 — de 23 de setembro de 1963.

EXÉRCITO

Promove "post-mortem" ao posto de General-de-Divisão o Coronel de Infantaria Pedro Angelo Correia.

Lei nº 4.241 — de 5 de julho de 1963.

— Dá a denominação de Batalhão Rondon, ao 2.º Batalhão Rodoviário.

Decreto nº 52.252 — de 10 de julho de 1963.

— Cria a 10.ª Companhia de Guardas e dá outras providências.

Decreto nº 52.253 — de 10 de julho de 1963.

— Cria o Estandarte-Distinto para o 1.º Grupo de Obuses 155.

Decreto nº 52.268 — de 17 de julho de 1963.

— Altera a redação de artigos do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército, aprovado pelo Decreto nº 51.329, de 6 de setembro de 1961.

Decreto nº 52.269 — de 17 de julho de 1963.

— Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para o Exército e dá outras providências.

Decreto nº 52.365 — de 16 de agosto de 1963.

— *Constitui Grupo de Trabalho para estudar a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n.º 52.378 — de 19 de agosto de 1963.

— *Fixa a distribuição em cada Arma e em cada posto, das funções gerais dos oficiais do Exército, a vigorar a partir de 24 de agosto de 1963.*

Decreto n.º 52.402 — de 26 de agosto de 1963.

— *Cria o "1.º Esquadrão Independente de Reconhecimento Mecanizado" e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.460 — de 11 de setembro de 1963.

— *Cria o Estandarte-Distinto para o 1.º Batalhão de Saúde.*

Decreto n.º 52.478 — de 17 de setembro de 1963.

— *Ver, também, Ministério da Guerra.*

— *Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1.º do Decreto número 44.242, de 4 de agosto de 1958, sobre licença militar do Exército.*

Decreto n.º 52.469 — de 23 de setembro de 1963.

EXPORTAÇÃO

Inclui na composição do Grupo de trabalho criado pelo Decreto número 2.343, de 9-8-63, os representantes do Ministério da Fazenda e da Confederação Rural Brasileira.

Decreto n.º 52.410 — de 27 de agosto de 1963.

— *Revoga o Decreto n.º 51.085, de 31 de julho de 1961.*

Decreto n.º 52.224 — de 2 de julho de 1963.

F

FAZENDA NACIONAL

Institui comissão para realizar sindicâncias sobre denúncias de infrações contra a Fazenda Nacional e propor as medidas que menciona.

Decreto n.º 52.362—"A" — de 16 de agosto de 1963.

FEIJÃO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão e milho da produção nacional, para o ano agrícola 1963-1964.

Decreto n.º 52.445 — de 3 de setembro de 1963.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Aparecido de Toledo a pesquisar feldspato, no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 1.639 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Virgílio Catagari a pesquisar dolomita e feldspato no município de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.226 — de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar feldspato e caulim no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 52.240 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Cia. Paulista de Mineração a pesquisar feldspato e caulim no município Santana do Deserto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 52.249 — de 9 de julho de 1963.

FERIADO BANCÁRIO

Dispõe sobre feriado bancário.

Decreto n.º 52.465 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre feriado bancário.*

Decreto n.º 53.479 — de 17 de setembro de 1963.

FERRO

Autoriza a Icominas S. A. — Empresa de Mineração a lavar minério de ferro, dolomita, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 51.950 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Clovis Scipilliti a pesquisar minério de ferro, no Município de Jequié, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 52.219 — de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza a Sociedade Industrial e Mineradora "Sima" Ltda. a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 52.243 — de 9 de julho de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 221, de 24 de novembro de 1961.*

Decreto n.º 52.244 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza Companhia Siderúrgica, Cruzeiro do Sul — Cruzul — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 52.245 — de 9 de julho de 1963.

FLUORITA

— *Renova a autorização contida no Decreto n.º 47.203, de 6 de novembro de 1959.*

Decreto n.º 1.632 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leandro Martignago a pesquisar fluorita, no município de Armazém, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 52.232 — de 9 de julho de 1963.

FORÇAS ARMADAS

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa das Forças Armadas e de suas modalidades, para o 2.º semestre de 1963, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.363 — de 16 de agosto de 1963.

FOSFORITA

— *Autoriza Fosforita Olinda S. A. — Fasa — a lavar fosforita no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 52.048 — de 24 de maio de 1963.

— *Autoriza Fosforita Olinda S. A. — FASA a lavar fosforita no município de Igarassu, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 52.049 — de 24 de maio de 1963.

FUMO — Ver: Tabaco.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

— *Considera de interesse militar funções da Assessoria Técnica da Presidência da República.*

Decreto n.º 52.487 — de 20 de setembro de 1963.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

— *Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 52.164 — de 28 de junho de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 52.172 — de 28 de junho de 1963.

— *Retifica o Decreto n.º 51.481, de 1 de junho de 1962.*

Decreto n.º 52.217 — de 2 de julho de 1963.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.284 — de 22 de julho de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 52.352 — de 12 de agosto de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 52.412 — de 27 de agosto de 1963.

— *Altera o Decreto n.º 51.538, de 22 de agosto de 1962, que criou funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.457 — de 10 de setembro de 1963.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, cíveis e militares).

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal, na forma que estabelece, e dá outras providências.

Decreto nº 52.266 — de 17 de julho de 1963.

Regulamenta o § 2º do art. 34 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 52.325 — de 7 de agosto de 1963.

Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 50.524, de 3 de maio de 1961, e dá outras providências.

Decreto nº 52.388 — de 20 de agosto de 1963.

Dispõe sobre readaptação mediante decreto coletivo e dá outras providências.

Decreto nº 52.400 — de 25 de agosto de 1963.

Determina providências para cumprimento do disposto no artigo 32 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 52.413 — de 28 de agosto de 1963.

Baixa Normas complementares ao Regime de tempo integral.

Decreto nº 52.424 — de 30 de agosto de 1963.

Dispõe sobre remuneração do pessoal no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 52.469 — de 12 de setembro de 1963.

Dispõe sobre a forma de designação de pessoal para missão, estudo ou função no exterior.

Decreto nº 52.476 — de 12 de setembro de 1963.

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

G

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Campos a pesquisar gipsita no município de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 1.611-A — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Mário de Souza Ferraz a pesquisar gipsita no município de Curicuri, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.384 — de 20 de agosto de 1963.

GRUPOS DE TRABALHO

Cria o Grupo de Trabalho Misto de Meteorologia (G.T.M.M.).

Decreto nº 52.310 — de 29 de julho de 1963.

Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.326 — de 7 de agosto de 1963.

— *Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 52.327 — de 7 de agosto de 1963.

— *Cria Grupo de Trabalho no Ministério da Agricultura com a incumbência de indicar medidas tendentes a disciplina a aplicação da taxa resultante da Instrução número 239, de 22-4-63, da SUMOC.*

Decreto nº 52.343 — de 9 de agosto de 1963.

GRUPOS DE TRABALHO

Aprova o Regimento do Grupo de Trabalho de Brasília.

Decreto nº 52.354 — de 13 de agosto de 1963.

— *Institui Grupo de Trabalho para estudar a produção e industrialização do leite e propor medidas para a solução de seus problemas.*

Decreto nº 52.375 — de 19 de agosto de 1963.

— *Constitui Grupo de Trabalho para estudar a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto nº 52.378 — de 19 de agosto de 1963.

— *Institui Grupo de Trabalho para estudar a situação da indústria de charutos e propor medidas para a solução de seus problemas.*

Decreto nº 52.408 — de 27 de agosto de 1963.

— *Inclui na composição do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto número 32.343, de 9-8-63, os representantes do Ministério da Fazenda e da Confederação Rural Brasileira.*

Decreto nº 52.410 — de 27 de agosto de 1963.

— *Determina que o Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realize pesquisas especiais com a finalidade que especifica e cria Gru-*

po Especial de Trabalho encarregado de colaborar no planejamento e execução das mesmas.

Decreto nº 52.449 — de 4 de setembro de 1963.

— *Estabelece normas para o desenvolvimento da Indústria químico-farmacêutica nacional e institui o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica — GEIFAR e dá outras providências.*

Decreto nº 52.471 — de 13 de setembro de 1963.

H

HEMATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Milton Pereira Lima a pesquisar hematita no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.380 — de 19 de agosto de 1963.

HIDROGEOLOGIA

Cria, diretamente subordinado ao Ministro de Estado das Minas e Energia, o Setor de Hidrogeologia.

Decreto nº 52.463 — de 12 de setembro de 1963.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Disciplina a publicação de histórias em quadrinhos e dá outras providências.

Decreto nº 52.497 — de 23 de setembro de 1963.

I

IBAD — Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA
IBGE — Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IMPOSTO DE RENDA

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares).*

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— *Aprova o Regulamento para cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.*

Decreto nº 51.900 — de 10 de abril de 1963.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo art. 72 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.*

Decreto nº 52.314 — de 31 de julho de 1963.

— *Altera o parágrafo único do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963, para execução da Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, que estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene).*

Decreto nº 52.350 — de 12 de agosto de 1963.

... — *Regulamenta o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.*

Decreto nº 52.405 — de 27 de agosto de 1963.

INATIVOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Civis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

INDULTO

Concede indulto a sentenciados a que menciona e dá outras providências.

Decreto nº 52.377 — de 19 de agosto de 1963.

INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA

Regulamenta o disposto no art. 45 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Decreto nº 52.405 — de 27 de agosto de 1963.

INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA

Estabelece normas para o desenvolvimento da Indústria químico-farmacêutica nacional, e institui o Grupo Executivo da Indústria Químico-Farmacêutica — GEIFAR e dá outras providências.

Decreto nº 52.471 — de 13 de setembro de 1963.

INFRAÇÕES CONTRA A FAZENDA NACIONAL

Institui comissão para realizar sindicâncias sobre denúncias de infrações contra a Fazenda Nacional e propor as medidas que menciona.

Decreto nº 52.362-“A” — de 16 de Agosto de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA (IBAD)

Suspende as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e da Ação Democrática Popular (ADEP).

Decreto nº 52.425 — de 31 de agosto de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Inclui em Parte Especial, no Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o pessoal abrangido pelas Leis nºs. 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.135 — de 17 de junho de 1963.

— *Classifica as funções gratificadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dá outras providências.*

Decreto nº 52.284 — de 22 de julho de 1963.

— *Aprova o sistema de classificação de cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

Decreto nº 51.367 — de 11 de dezembro de 1961.

— *Retifica o Decreto nº 51.367, de 11 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.419 — de 29 de agosto de 1963.

— *Determina que o Serviço Nacional de Recenseamento, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realize pesquisas especiais com a finalidade que especifica e cria Grupo Especial de Trabalho encarregado de colaborar no planejamento e execução das mesmas.*

Decreto nº 52.449 — de 4 de setembro de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, alterado pelo Decreto número 51.812, de 8 de março de 1963.

Decreto nº 52.134 — de 18 de junho de 1963.

— *Retifica o sistema de classificação de cargos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, aprovado pelo Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.186 — de 28 de junho de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.371, de 13 de dezembro de 1961, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.315 — de 1 de agosto de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis que constituem o conjunto residencial de cem casas em fase final de construção, e seus respectivos terrenos, situados na Estação de Senador Camará, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.401 — de 26 de agosto de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Dispõe sobre o acréscimo bienal, de que trata o art. 160 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.918 de 27 de agosto de 1937 e dá outras providências.

Decreto nº 52.348 — de 12 de agosto de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Retifica o número de cargos da carreira de Fiscal de Previdência do Quadro de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos — Parte Permanente — aprovado pelo Decreto nº 51.509, de 20 de junho de 1962.

Decreto nº 52.302 — de 25 de julho de 1963.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Autoriza o IPASE a assinar convênio com "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais".

Decreto nº 52.430 — de 2 de setembro de 1963.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GUARUUA-BERTOGA

Oficializa medalha cultural.

Decreto nº 52.213 — de 2 de julho de 1963.

INTERCAMBIO CULTURAL

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Chile, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Decreto Legislativo nº 17, de 1963.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Aprova normas para elaboração do convênio entre a União e os Estados para aplicação das leis de intervenção no domínio económico.

Decreto nº 52.151 — de 25 de junho de 1963.

IPASE — Ver: Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado.

IPECACUANHA

Revoga o Decreto nº 51.035, de 31 de julho de 1961.

Decreto nº 52.224 — de 2 de julho de 1963.

ISENÇÕES

Isenta de imposto aduaneiro e taxas, inclusive do imposto de consumo, os materiais importados pela Companhia Municipal de Transportes Coletivos, a partir do ano de 1958.

Lei nº 4.245 — de 20 de julho de 1963.

— Concede isenção dos impostos de importação e de consumo e da taxa de despacho aduaneiro à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A., para importação de equipamento destinado a instalações hidrelétricas ou termelétricas no Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 4.257 — de 10 de setembro de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia de Carbonos Coloidais (C.C.C.)."

Decreto nº 52.086 — de 31 de maio de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à firma "Monteiro Paiva & Cia." de João Pessoa (Pb).

Decreto nº 52.220 — de 2 de julho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamento novo, sem similar nacional registrado e consignados à firma individual "Paulo Martin de Oliveira" de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 52.221 — de 2 de julho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado, e consignados à firma individual "Paulo Martin de Oliveira" de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 52.222 — de 2 de julho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à Companhia de Fiação e Tecidos de Cãhamo, de São Luiz (Ma).

Decreto nº 52.328 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonifício João Nogueira S. A.", de Macaíó (Al).

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignado à "CompANHIA Valença Industrial, de Salvador (Ba).

Decreto nº 52.330 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Fiação Brasileira de Sical S. A. (Fibrasa), de Bayeux, Estado da Paraíba.

Decreto nº 52.331 — de 8 de agosto de 1963.

ISENÇÕES

Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrados consignados à "Companhia Industrial e Mercantil — Casa Fracalanza", de Campina Grande (PB).

Decreto nº 52.332 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Plásticos (Trol da Bahia), de Salvador (Ba).

Decreto nº 52.333 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Ferreira Costa & Cia.", de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.334 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Fiação e Tecelagem Ribeirão S. A.", de Ribeirão, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.336 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descritos, e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Estância (SE).

Decreto nº 52.337 — de 8 de agosto de 1963.

— Altera o parágrafo único do artigo 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963, para a execução da Lei nº 4.216, de 6 de maio de 1963, que estende à região amazônica os benefícios do artigo 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene).

J

JOGOS MUNDIAIS UNIVERSITÁRIOS

Oficializa a "Universidade 63". Jogos Mundiais Universitários que se realizaram na Cidade de Porto Alegre, de 30 de agosto de 8 de setembro de 1963.

Decreto nº 52.494 — de 23 de setembro de 1963.

JUSTIÇA MILITAR

Aprova o Regulamento da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça Militar.

Decreto nº 52.462 — de 12 de setembro de 1963.

L

**LANMANN & KEMP-BARCLAY
& CO. OF BRASIL**

Concede à sociedade anônima Lanman & Kemp-Barclay & Co. Of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 2.120 — de 22 de janeiro de 1963.

LAVOURA CACAUEIRA

Ver: CACAU

LAVRA

Autorização para — Ver o nome do elemento lavrado.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.360, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

Lei nº 4.240 — de 28 de junho de 1963.

LEITE

Institui Grupo de Trabalho para estudar a produção e industrialização do leite e propor medidas para a solução de seus problemas.

Decreto nº 52.375 — de 19 de agosto de 1963.

— Dispõe sobre o Gabinete do Ministro da Fazenda.

Decreto nº 52.414 — de 28 de agosto de 1963.

LEUCITA

Autoriza o cidadão brasileiro José de Souza Franco a lavar leucita, no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.789 — de 4 de dezembro de 1962.

LEUCO-FILITO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar leuco-filito no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.248 — de 9 de julho de 1963.

LLOYD BRASILEIRO P.N.

Dispõe sobre remuneração e vantagens dos operários navais do Lloyd Brasileiro P.N. e Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Decreto nº 52.474 — de 13 de setembro de 1963.

— Dispõe sobre a remuneração do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes à União e dá outras providências.

Decreto nº 52.475 — de 13 de setembro de 1963.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

Lei nº 4.240 — de 28 de junho de 1963.

M

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Freire de Carvalho a pesquisar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.231 — de 9 de julho de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Raul Alves de Brito a lavar minério de manganês, no município de Urandi, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.427 — de 2 de setembro de 1963.

— Autoriza a Mineração Caculé Indústria e Comércio Ltda. a pesquisar Manganês, no município de Caetitê, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.428 — de 2 de setembro de 1963.

MARINHA

Aprova o Regulamento para a Formação de Oficiais Engenheiros e Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Decreto nº 52.163 — de 28 de junho de 1963.

— *Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto número 42.808, de 13-12-57.*

Decreto nº 52.485 — de 19 de setembro de 1963.

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.*

Decreto nº 52.484 — de 19 de setembro de 1963.

— *Cria o Comando Naval de Natal e dá outras providências.*

Decreto nº 52.271 — de 17 de julho de 1963.

— *Altera o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.*

Decreto nº 52.273 — de 17 de julho de 1963.

— *Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.*

Decreto nº 52.304 — de 26 de julho de 1963.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à ração comum, para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.364 — de 16 de agosto de 1963.

— *Constitui Grupo de Trabalho para estudar a atualização do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto nº 52.378 — de 19 de agosto de 1963.

— *Ver também, ARMADA E MINISTÉRIO DA MARINHA.*

MARINHA DE GUERRA DO MEXICO

Concede à Marinha de Guerra do México o prêmio "Marinha do Brasil".

Decreto nº 56.448 — de 3 de setembro de 1963.

MARINHA MERCANTE

Institui o escudo de armas, o estandarte e o selo da Escola de Marinha Mercante do Pará.

Decreto nº 52.263 — de 16 de julho de 1963.

MARÍTIMOS

Retifica o Decreto nº 52.130, de 17 de junho de 1963.

Decreto nº 52.387 — de 20 de agosto de 1963.

MARMORE

Autoriza a Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul — Cruzul — a pesquisar dolomita, mármore, minério de ferro e manganês no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.245 — de 9 de julho de 1963.

MEDALHAS

Institui no Conselho Florestal Federal a medalha "Mérito José Bonifácio, o Patriarca".

Decreto nº 52.171 — de 28 de junho de 1963.

— *Oficializa medalha cultural.*

Decreto nº 52.213 — de 2 de julho de 1963.

— *Reconhece a Medalha do Mérito Jornalístico.*

Decreto nº 52.206 — de 28 de junho de 1963.

MÉRITO JORNALÍSTICO

Reconhece a Medalha do Mérito Jornalístico.

Decreto nº 52.206 — de 28 de junho de 1963.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Fernandes Leão a pesquisar mica e pedras semipreciosas no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.544 — de 20 de novembro de 1962.

— *Renova a autorização contida no Decreto nº 47.399, de 10 de dezembro de 1959.*

Decreto nº 1.702 — de 27 de novembro de 1962.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ulysses Goulart a pesquisar caulim e mica no município de Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 1.856 — de 5 de dezembro de 1962.

MILHO

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão e milho da produção nacional, para o ano agrícola 1963-64.

Decreto nº 52.445 — de 3 de setembro de 1963.

MILITARES

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei nº 2.242, de 17 de julho de 1963 (que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, cíveis e militares).

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— Dispõe sobre remuneração do pessoal no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 52.469 — de 12 de setembro de 1963.

MINERAÇÃO ALTO PARANAIBA

LIMITADA

Concede à Mineração Alto Paranaíba Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 51.824 — de 12 de março de 1963.

MINERAÇÃO BRASILEIRA DE FLUORITA LTDA.

Concede à Mineração Brasileira de Fluorita Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.317 — de 2 de agosto de 1963.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Dispõe sobre o horário de trabalho na Fábrica do Galeão, nos Parques e Núcleos de Parque do Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 52.257 — de 15 de julho de 1963.

— Cria o Grupo de Trabalho Misto de Meteorologia (G.T.M.M.).

Decreto nº 52.310 — de 29 de julho de 1963.

— Cria no Ministério da Aeronáutica a Comissão Especial de Estudos e Construção do Hospital da Aeronáutica da 4ª Zona Aérea e dá outras providências.

Decreto nº 52.358 — de 14 de agosto de 1963.

— Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro e contrato celebrado entre a Diretoria da Aeronáutica Civil e a "Indústria e Comércio de Produtos Sanitários Ltda."

Decreto Legislativo nº 18, de 1963.

— Altera o Decreto nº 51.538, de 22 de agosto de 1962, que criou funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto nº 52.457 — de 10 de setembro de 1963.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Belo Horizonte (MG).

Decreto nº 52.391 — de 21 de agosto de 1963.

— Ver, também, AERONAUTICA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cria funções gratificadas no Quadro do Pessoal do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.172 — de 28 de junho de 1963.

— Cria o Grupo de Trabalho Misto de Meteorologia (G.T.M.M.).

Decreto nº 52.310 — de 29 de julho de 1963.

— *Aprova o Regimento Padrão das Delegacias Federais de Agricultura.*

Decreto nº 52.338 — de 8 de agosto de 1963.

— *Aprova o Regimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.341 — de 8 de agosto de 1963.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.342 — de 8 de agosto de 1963.

— *Institui no Ministério da Agricultura a Campanha Contra a Febre Aftosa (C.C.F.A.) e dá outras providências.*

Decreto nº 52.344 — de 9 de agosto de 1963.

— *Aprova o Regimento do Conselho Florestal Federal do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.440 — de 3 de setembro de 1963.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.441 — de 3 de setembro de 1963.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.442 — de 3 de setembro de 1963.

— *Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.*

Decreto nº 52.339 — de 8 de agosto de 1963.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 52.340 — de 8 de agosto de 1963.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Altera dispositivos do Decreto, número 49.355, de 28 de novembro de 1960, e do Decreto nº 51.405, de 6 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 52.456 — de 10 de setembro de 1963.

— *Cria função na Parte Permanente da Tabela Única de Extramérário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto nº 52.159 — de 25 de junho de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros), destinado à Fundação Universidade do Amazonas.*

Decreto nº 52.162 — de 27 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Dispõe sobre a obrigatoriedade de pronunciamento ao Ministério da Fazenda em proposições que impliquem em realização de despesas.

Decreto nº 52.500 — de 26 de setembro de 1963.

— *Aprova o regimento da Biblioteca no Ministério da Fazenda e dá outras providências.*

Decreto nº 52.223, de 2 de julho de 1963.

— *Suspende os efeitos do art. 11 do Decreto nº 51.979, de 30 de abril de 1963.*

Decreto nº 52.307, de 26 de julho de 1963.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda, crédito especial de Cr\$ 210.000.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto nº 52.313, de 31 de julho de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.*

Decreto nº 52.412, de 27 de agosto de 1963.

— *Dispõe sobre o Gabinete do Ministro da Fazenda.*

Decreto nº 52.414, de 28 de agosto de 1963.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia da União a um empréstimo de Cr\$ 500.000.000,00 ao Governo do Estado do Paraná.*

Decreto nº 52.461, de 11 de setembro de 1963.

— *Altera a lotação de cargos do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.512, de 27 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Altera o Decreto nº 41.475, de 8 de maio de 1957.

Decreto nº 52.209, de 2 de julho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situado na cidade de Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul, necessária ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.270, de 17 de julho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que faz o Estado de Goiás, de 3 (três) terrenos, situados na cidade de Goiânia, necessários ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.283, de 22 de julho de 1963.

— *Revoga o Decreto nº 51.648-A, de 4 de janeiro de 1963 e dá outras providências.*

Decreto nº 52.309, de 29 de julho de 1963.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de imóveis situados em Campinas, Estado de São Paulo, necessários ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 52.403, de 27 de agosto de 1963.

— Ver, também, **EXERCITO**

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abre ao Ministério da Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 52.529, de 27 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 6.500.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 52.295, de 24 de julho de 1963.

— *Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 52.352, de 12 de agosto de 1963.

— *Altera a lotação numérica do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto nº 52.362, de 16 de agosto de 1963.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 52.406, de 27 de agosto de 1963.

— *Torna sem efeito o Decreto número 2.087, de 18 de janeiro de 1963, para restabelecer a vigência do Decreto nº 934, de 4 de maio de 1962.*

Decreto nº 52.453, de 6 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Retifica o Decreto nº 51.527, de 31 de julho de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Marinha e dá outras providências.

Decreto nº 52.150, de 25 de junho de 1963.

— Altera a redação do § 1º do art. 1º do Decreto nº 42.410, de 5 de outubro de 1957 que alterou a composição do Conselho do Almirantado.

Decreto nº 52.272, de 17 de julho de 1963.

— Cria o Grupo de Trabalho Misto de Meteorologia (G.T.M.M.).

Decreto nº 52.310, de 29 de julho de 1963.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto nº 52.164, de 28 de junho de 1963.

MINISTÉRIO DA MINAS E ENERGIA

Reorganiza o Gabinete do Ministro das Minas e Energia.

Decreto nº 52.258, de 15 de julho de 1963.

— Cria, diretamente subordinado ao Ministro de Estado das Minas e Energia, o Setor de Hidrogeologia.

Decreto nº 52.463, de 12 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cria a Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos de Planejamento Político.

Decreto nº 52.280, de 22 de julho de 1963.

— Altera a redação dos arts. 2º e 3º do Decreto nº 52.042, de 22 de maio de 1963.

Decreto nº 52.305, de 26 de julho de 1963.

— Dispõe sobre a Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Decreto nº 52.312, de 30 de julho de 1963.

— Altera o Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, que aprovou o Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.369, de 19 de agosto de 1963.

— Revoga o Decreto nº 52.041, de 22 de maio de 1963, restabelecendo a plena vigência do art. 68 do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.370, de 19 de agosto de 1963.

— Complementa o art. 26 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, criando, no Departamento de Administração da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Divisão de Organização

Decreto nº 52.371, de 19 de agosto de 1963.

— Complementa o art. 17 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, criando na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Divisão de Política Financeira.

Decreto nº 52.372, de 19 de agosto de 1963.

— Extingue o Consulado Honorário do Brasil em Cádiz, Espanha.

Decreto nº 52.392, de 21 de agosto de 1963.

— Inclui cargos no Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.393, de 21 de agosto de 1963.

— Dá nova redação ao nº II do art. 67 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, dispondo sobre a substituição eventual do Secretário-Geral de Política Exterior.

Decreto nº 52.418, de 29 de agosto de 1963.

— Altera o Decreto nº 45.426, de fevereiro de 1959, publicado no "Diário Oficial" de 22 e republicado no "Diário Oficial" de 23 do mesmo mês e ano e reajusta a representação por serviço no exterior concedida aos Consules Privativos, nível 13.

Decreto nº 52.420, de 29 de agosto de 1963.

— *Retifica o enquadramento de cargos e funções do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto nº 52.421, de 29 de agosto de 1963

— *Modifica disposições do Decreto nº 44.721, de 21 de outubro de 1958.*

Decreto nº 52.467, de 12 de setembro de 1963.

— *Regulamenta disposições relativas ao pagamento de diárias aos funcionários da carreira de Diplomata em serviço no exterior.*

Decreto nº 52.468, de 12 de setembro de 1963.

— *Revoga o art. 2º do Decreto número 50.564, de 9 de maio de 1961.*

Decreto nº 52.496, de 23 de setembro de 1963.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Trier, Alemanha.*

Decreto nº 52.493, de 24 de setembro de 1963

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, pelo Ministério da Saúde, para atender às despesas com o prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande — Mato Grosso — e ampliação das instalações do Hospital do Pênfigo de Uberaba — Minas Gerais.

Lei nº 4.246, de 20 de julho de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 17.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Associação Pró-Matre, instituição beneficente, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.437, de 2 de setembro de 1963.

— *Baixa Normas Técnicas Especiais para orientação, organização e funcionamento e a fiscalização de instituições de assistência médico-social no País.*

Decreto nº 52.464, de 12 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre a organização do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 52.349, de 12 de agosto de 1963.

— *Introduz segundo parágrafo no art. 2º do Decreto nº 51.861, de 22 de março de 1963.*

Decreto nº 52.357, de 14 de agosto de 1963.

— *Torna definitivo o registro feito sob reserva, pelo Tribunal de Contas da União, referente à despesa de ... Cr\$ 374.900,00 (trezentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros) proveniente de serviços prestados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pela Empresa Limpadora Imperial Ltda., em janeiro de 1960.*

Decreto Legislativo nº 14, de 1963.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília.

Lei nº 4.249, de 6 de agosto de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ... Cr\$ 2.695.000.000,00 (dois bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), destinado a cobrir despesas com a restauração e adaptação de vários aeroportos.

Lei nº 4.251, de 8 de agosto de 1963.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.791.905,30, para o fim que menciona.*

Decreto nº 52.206-B, de 28 de junho de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Aprova o Regulamento da Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça Militar.

Decreto nº 52.462, de 12 de setembro de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL

Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.500.000,00, para o fim de que especifica.

Decreto nº 52.295, de 24 de julho de 1963.

MINISTRO EXTRAORDINÁRIO
PARA A REFORMA
ADMINISTRATIVA

Prorroga prazo a que se refere o Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.303, de 26 de julho de 1963.

N

NAÇÕES UNIDAS

Promulga a Convenção sobre Privilegios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, adotada, a 21 de novembro de 1947, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto nº 52.288, de 24 de julho de 1963.

NAUFAL S. A. — INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

Concede permissão à Naufal S.A., Importação e Comércio, com sede à Avenida Ipiranga, 1.267, 12º andar, São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto nº 52.174, de 23 de junho de 1963.

NAVEGAÇÃO AEREA

Promulga o Acórdão entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Decreto nº 52.140, de 18 de junho de 1963.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à Companhia Aymorés, Indústria — Navegação — Comércio, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 49.715, de 31 de dezembro de 1960.

— Concede à sociedade Navegação Maria de Belém Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 51.941-B, de 26 de abril de 1963.

— Concede à sociedade Navegação Setentrional Brasileira Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 51.954, de 26 de abril de 1963.

— Concede à sociedade Navegação de Cabotagem "CAIUA" Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 51.990-A, de 6 de maio de 1963.

— Concede a Comércio e Navegação Peônia S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 51.991-A, de 6 de maio de 1963.

— Concede à Empresa de Navegação Aliança S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 51.992-A — de 7 de maio de 1963.

— Concede à Companhia de Navegação da Amazônia, autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.196 — de 27 de junho de 1963.

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA

Promulga o Acórdão entre o Brasil e a Itália para isentar da tributação às rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Decreto nº 52.140 — de 18 de junho de 1963.

NIQUEL

Revoga o Decreto nº 47.135, de 27 de outubro de 1959.

Decreto nº 1.762 — de 30 de novembro de 1962.

NORDESTE

Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

Lei nº 4.239 — de 27 de junho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia de Carbonos Coloidais (C. C.)."

Decreto nº 52.086 — de 31 de maio de 1963.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignado à firma "Monteiro Paiva & Cia." de João Pessoa (Pbq.).

Decreto nº 52.220 — de 2 de julho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação do equipamento novo, sem similar nacional registrado neste descrito, e consignado à "Empresa Industrial Piauiense de Pregos e Caixas Ltda.", de Teresina (Pi).

Decreto nº 52.221 — de 2 de julho de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos, sem similar nacional registrado e consignados à firma individual "Paulo Martins de Oliveira", de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 52.222 — de 2 de julho de 1963.

— Regulamenta o § 2º do art. 34 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963 e dá outras providências.

Decreto nº 52.325 — de 7 de agosto de 1963.

— Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.326 — de 7 de agosto de 1963.

— Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos e coordenar a execução de projetos de recuperação da área de alagados no Município de Recife, Estado de Pernambuco.

— Declara prioritária ao desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação dos equipamentos novos, sem similar nacional registrado, neste descrito, e consignados à "Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo", de São Luiz (Ma).

Decreto nº 52.328 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados ao "Cotonifício João Nogueira S.A." de Macaé (Al).

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Valença Industrial". de Salvador (Ba).

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à "Fiação Brasileira de Sisal S. A. (Fibra)", de Bayeux, Estado da Paraíba.

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à "Companhia Industrial e Mercantil — Casa Fracalanza", de Campina Grande (Pb).

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Plásticos Trol da Bahia S. A. (Trol da Bahia)", de Salvador (Ba).

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à "Ferreira Costa & Cia.", de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à "Fiação de Tecelagem Ribeirão S.A.", de Ribeirão de Pernambuco.

Decreto nº 52.329 — de 8 de agosto de 1963.

— Declara prioritária para o desenvolvimento do Nordeste, para efeito de isenção de quaisquer taxas e impostos federais, a importação de equipamentos novos sem similar nacional registrado e consignados à empresa "Constância Vieira & Cia.", de Estância (SE).

Decreto nº 52.337 — de 8 de agosto de 1963.

— Reestrutura a Secretaria Executiva da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.

Decreto nº 52.346 — de 12 de agosto de 1963.

— Altera o parágrafo único do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963, para a execução da lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, que estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene).

Decreto nº 52.350 — de 12 de agosto de 1963.

— Faz cessão do domínio útil de terreno à Central de Abastecimento de Pernambuco S.A. — CAFESA.

Decreto nº 52.359 — de 16 de agosto de 1963.

— Concede ao pessoal técnico-especializado ou de pesquisa, da SUDENE, enquadrado por força da Lei número 4.069, de 11 de junho de 1962, aumento de 70% sobre a complementação integrante dos respectivos vencimentos.

Decreto nº 52.376 — de 19 de agosto de 1963.

— Declara de utilidade pública, para o efeito de desapropriação, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) área de terrenos situada à margem leste da Estrada da Imbiribeira, logo ao descer da Ponte de Motocolômbó, no local denominado Miramar, na Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Decreto nº 52.450 — de 5 de setembro de 1963.

NORMAS DE PROJETO E MÉTODOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Aprova as Normas de Projeto e Métodos de Execução de Serviço, a Discriminação Orçamentária para obras de edifícios públicos e dá outras providências.

Decreto nº 52.147 — de 25 de junho de 1963.

"NOVA AMÉRICA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Decreto nº 52.438 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova a transformação da "Nova América", Sociedade Mutua de Seguros Gerais em sociedade anônima, com a denominação de "Nova América", Companhia de Seguros Gerais, para a exercício financeiro de 1962.

"NOVA AMÉRICA" — SOCIEDADE MUTUA DE SEGUROS GERAIS

Aprova a transformação da "Nova América", Sociedade Mutua de Seguros Gerais em sociedade anônima, com a denominação de "Nova América", Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 52.438 — de 3 de setembro de 1963.

C

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1962.

Lei nº 4.250 — de 8 de agosto de 1963.

ORDEM DO MÉRITO DESPORTIVO UNIVERSITÁRIO.

Cria a Ordem do Mérito Desportivo Universitário.

Decreto nº 52.321 — de 5 de agosto de 1963.

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA CONSULTIVA INTERNACIONAL

Promulga a Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Internacional, assinada em Genebra, a 6 de março de 1948.

Decreto nº 52.493 — de 23 de setembro de 1963.

ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVOS

Determina providências para cumprimento do disposto no art. 32 da Lei nº 4.242, de 17 de junho de 1963.

Decreto nº 52.413 — de 28 de agosto de 1963.

P

PECUARIA

Dispõe sobre o crédito para financiamento de monoculturas e explorações pecuárias, e dá outras providências.

Decreto nº 52.227 — de 8 de julho de 1963.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro João Gentilini Fascioni a pesquisar pedras coradas no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.396 — de 23 de agosto de 1963.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza a firma Metais de Goiás S. A. — METAGO, a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 1.599 — de 22 de novembro de 1962.

Autoriza a firma Exportadora e Importadora do Brasil Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 1.635 — de 23 de novembro de 1962.

— *Autoriza o cidadão Manoel Gomes Ormond a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.003 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Sifuentes Machado, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.004 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Macimínio Claro Oliveira, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.005 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Rodrigues de Araújo, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.006 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Martins de Lima, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.007 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Calixto dos Santos, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.009 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a firma Lapidação Ouveador Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.010 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a Companhia Cafeteira Goiana a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.011 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Nonato Barbosa a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.012 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnão Broenstrup a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.013 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a firma Maquimat S.A. Máquinas e Matérias-Primas a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.014 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcolino Ribeiro a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.016 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Bento dos Santos a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.017 — de 11 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a firma Selig S.A. Comércio e Indústria a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 2.047 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Autoriza a firma Lapidação Alka S. A., a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 51.938-B — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza Cis José Salme, a comprar pedras preciosas.*

Decreto nº 52.299 — De 24 de julho de 1963.

PEDRAS SEMI-PRECIOSAS

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Fernandes Leão a pesquisar mica e pedras semi-preciosas, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.544 — de 20 de novembro de 1962.

PÊNFIGO

Autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, pelo Ministério da Saúde, para atender às despesas com o prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande — Mato Grosso — e ampliação das instalações do Hospital de Pênfigo de Uberaba — Minas Gerais.

Lei nº 4.245 — de 20 de julho de 1963.

PENSÕES

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

— Concede pensão a viúva do ex-funcionário público federal Leopoldo Bernardes dos Santos

Lei nº 4.254 — de 30 de agosto de 1963.

— Concede a pensão especial de Cr\$ 100.000,00 mensais a Albertina de Queiroz Marques, viúva do ex-Deputado Corrêa Marques.

Lei nº 4.260 — de 12 de setembro de 1963.

— Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 ao jornalista Aparício Torelly.

Lei nº 4.261 — de 12 de setembro de 1963.

PESOS E MEDIDAS

Cria sistema legal de unidades de medida no Brasil, baseado no trabalho da Comissão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Decreto nº 52.423 — de 30 de agosto de 1963.

PESQUISA

Autorização para — Ver o nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Altera o Decreto nº 2.060, de 16 de janeiro de 1963.

Decreto nº 52.459 — de 11 de setembro de 1963.

PLANALTO, PROMOÇÕES E INFORMAÇÃO LIMITADA

Outorga concessão à Planalto Promoções e Informação Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Brasília

— Distrito Federal.

Decreto nº 52.012 — de 17 de maio de 1963.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965, e dá outras providências.

Lei nº 4.239 — de 27 de junho de 1963.

PLANO RODOVIÁRIO

Aprova o Plano Preferencial do Setor Rodoviário do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto nº 52.473 — de 13 de setembro de 1963.

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Plano Trienal de Educação.

Decreto nº 52.161 — de 27 de junho de 1963.

PODER JUDICIÁRIO

Estabelece normas para o recebimento de verbas orçamentárias e créditos da Justiça do Trabalho.

Lei nº 4.244 — de 20 de julho de 1963.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de Cr\$ 1.996.800,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 52.206-C — de 28 de junho de 1963.

— *Abre ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender a pagamentos de pessoal e material.*

Decreto nº 52.506 — de 27 de setembro de 1963.

POLÍTICA SALARIAL

Altera dispositivo do Decreto número 52.275, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 52.390 — de 21 de agosto de 1963.

PONTO FACULTATIVO

Considera ponto facultativo o dia 24 de agosto, em todas as repartições públicas federais e autárquicas.

Decreto nº 52.389 — de 20 de agosto de 1963.

PREÇOS MÍNIMOS

Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1963-64, a garantia de preços mínimos.

Decreto nº 52.152 — de 25 de junho de 1963.

— *Fixa o preço básico mínimo para o financiamento ou aquisição de soja para o ano agrícola de 1963-64, extensão aos remanescentes da produção de 1962-63.*

Decreto nº 52.155 — de 25 de junho de 1963.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de arroz, feijão e milho da produção nacional, para o ano agrícola 1963-64.*

Decreto nº 52.445 — de 3 de setembro de 1963.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição do algodão da região Meridional do País, da safra 1963-64.*

Decreto nº 52.490 — de 28 de setembro de 1963.

— *Altera os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de algodão da Região Setentrional do País, da safra de 1963-64, fixados pelo Decreto nº 52.152, de 25 de junho de 1963.*

Decreto nº 52.491 — de 23 de setembro de 1963.

PREFEITURAS

Retifica o Decreto nº 231, de 24 de novembro de 1961.

Decreto nº 52.244 — de 9 de julho de 1963.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Mangaguá — Estado de São Paulo a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Empresa Elétrica de Mongaguá.*

Decreto nº 52.301 — de 20 de agosto de 1963.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 51.717, de 18 de fevereiro de 1963, que dá nova redação à Seção I do Capítulo 1º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947.

Decreto nº 52.216 — de 2 de julho de 1963.

— *Retifica o Decreto nº 51.481, de 1 de junho de 1962.*

Decreto nº 52.217 — de 2 de julho de 1963.

— *Aprova o Regimento da Assessoria Técnica da Presidência da República.*

Decreto nº 52.446 — de 3 de setembro de 1963.

— *Considera de interesse militar funções da Assessoria Técnica da Presidência da República.*

Decreto nº 52.487 — de 20 de setembro de 1963.

PREVIDENCIA SOCIAL

Altera o artigo 462 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A de 19 de setembro de 1960.

Decreto nº 52.274 — de 12 de julho de 1963.

— *Dá nova redação ao art. 348 do R. G. P. S. aprovado pelo Decreto nº 48.959-A de 19 de setembro de 1960, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.353 — de 13 de agosto de 1963.

PRODUTOS DE SUBSISTENCIA

Dispõe sobre o crédito para financiamento de monoculturas e explorações pecuárias, e dá outras providências.

Decreto nº 52.227 — de 3 de julho de 1963.

PROFESSORADO

Oficializa a XII Assembléia Geral da Confederação Mundial das Organizações do Professorado.

Decreto nº 52.499 — de 24 de setembro de 1963.

PROTOCOLOS

Promulga o Protocolo de Cooperação Econômica entre o Brasil e a Tchecoslováquia, firmado em Praga, a 19 de maio de 1961.

Decreto nº 52.197 — de 28 de junho de 1963.

Q

QUARTZO

Autoriza a Companhia paulista de Mineração a pesquisar argila, caulim e quartzo, no município de Tapirai, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.241 — de 9 de julho de 1963.

R

RADIODIFUSÃO

Institui normas que regularão as atividades das estações de rádio e televisão do País.

Decreto nº 52.286 — de 23 de julho de 1963.

— *Regulamenta a profissão de radiologista e dá outras providências.*

Decreto nº 52.287 — de 23 de julho de 1963.

RÁDIO GAZETA DE ALAGOAS S. A.

Outorga concessão à Rádio Gazeta de Alagoas S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora de onda tropical, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto nº 51.993-B — de 8 de maio de 1963.

RÁDIO GLOBO SOCIEDADE ANÔNIMA

Revoga o Decreto nº 922, de 4 de abril de 1962, que outorgou concessão à Rádio Globo Sociedade Anônima, para estabelecer uma estação de televisão na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.169 — de 23 de junho de 1963.

RÁDIO IBITURUNA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Ibituruna Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 891 — de 12 de abril de 1962.

READAPTAÇÃO

Dispõe sobre readaptação mediante decreto coletivo e dá outras providências.

Decreto nº 52.400 — de 25 de agosto de 1963.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Aprova o enquadramento dos cargos e funções da Rede de Viação Cearense e dá outras providências.

Decreto nº 51.865 — de 26 de março de 1963.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Torna sem efeito o Decreto número 44.482, de 8 de setembro de 1958.

Decreto nº 52.262 — de 28 de julho de 1963.

REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Retifica o Decreto nº 51.448, de 2 de abril de 1962, que aprovou o enquadramento dos cargos, funções e empregos da Rede Ferroviária do Nordeste e dá outras providências.

Decreto nº 51.866 — de 26 de março de 1963.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL
S. A.

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares. Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Decreto nº 51.896 — de 9 de abril de 1963.

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 51.717, de 18 de fevereiro de 1963, que dá nova redação à Seção I do Capítulo 1º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto número 23.822, de 10 de outubro de 1947.

Decreto nº 52.216 — de 2 de julho de 1963.

Aprova o regimento da Biblioteca no Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto nº 52.223 — de 2 de julho de 1963.

Altera dispositivos do Decreto nº 847, de 5-4-62 que aprovou o Regimento do Conselho Nacional de Saúde.

Decreto nº 52.323 — de 7 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento Padrão das Delegacias Federais de Agricultura.

Decreto nº 52.338 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.341 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.342 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento do Grupo de Trabalho de Brasília.

Decreto nº 52.354 — de 13 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento do Conselho Florestal Federal do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.440 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.441 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.442 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento da Assessoria Técnica da Presidência da República.

Decreto nº 52.446 — de 3 de setembro de 1963.

Torna sem efeito o Decreto número 2.087, de 18 de janeiro de 1963, para restabelecer a vigência do Decreto nº 934, de 4 de maio de 1962.

Decreto nº 52.453 — de 6 de setembro de 1962.

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cultura (C. E. A. C.).

Decreto nº 52.530 — de 27 de setembro de 1963.

REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA

Dá nova redação ao art. 348 do R. G. P. S. aprovado pelo Decreto número 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 52.353 — de 13 de agosto de 1963.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento para cobrança e fiscalização do Imposto de Renda.

Decreto nº 51.900 — de 10 de abril de 1963.

— Aprova o Regulamento para a Formação de Oficiais Engenheiros e Ingresso no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Decreto nº 52.163 — de 28 de junho de 1963.

— Reconhece a Medalha do Mérito Jornalístico.

Decreto nº 52.203 — de 28 de junho de 1963.

— Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959 e modificado pelos Decretos números 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960 e 615, de 20 de fevereiro de 1962.

Decreto nº 52.212 — de 2 de julho de 1963.

— Altera o inciso II do art. 37 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 52.262 — de 16 de julho de 1963.

— Altera a redação de artigos do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército, aprovado pelo Decreto nº 51.329, de 6 de setembro de 1961.

Decreto nº 52.269 — de 17 de julho de 1963.

— Altera o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Decreto nº 52.273 — de 17 de julho de 1963.

Altera o artigo 462 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Decreto nº 52.274 — de 17 de julho de 1963.

Cria a Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos de Planejamento Político.

Decreto nº 52.280 — de 22 de julho de 1963.

Regulamenta a profissão de radiologista, e dá outras providências.

Decreto nº 52.287 — de 23 de julho de 1963.

Altera, temporariamente, o Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha.

Decreto nº 52.304 — de 26 de julho de 1963.

Aprova o Regulamento para a cobrança do empréstimo compulsório instituído pelo art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 52.314 — de 31 de julho de 1963.

Dá nova redação aos artigos 12 e 45 do Regulamento para a Reserva da Aeronáutica.

Decreto nº 52.335 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 52.339 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regulamento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.340 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o regulamento para a concessão de subvenção às empresas de taxi-aéreo, prevista na Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.347 — de 12 de agosto de 1963.

Dispõe sobre o acréscimo bienal, de que trata o art. 160 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.918, de 27 de agosto de 1937, e dá outras providências.

Decreto nº 52.348 — de 12 de agosto de 1963.

Altera o parágrafo único do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.149, de 25 de junho de 1963, para a execução da Lei número 4.216, de 6 de maio de 1963, que estende à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano Diretor da Sudene).

Decreto nº 52.350 — de 12 de agosto de 1963.

Altera o Decreto nº 2, de 21 de setembro de 1961, que aprovou o Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.369 — de 19 de agosto de 1963.

Revoga o Decreto nº 52.041, de 22 de maio de 1963, restabelecendo a plena vigência do art. 68 do Regulamento do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.370 — de 19 de agosto de 1963.

Complementa o art. 26 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, criando, no Departamento de Administração da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Divisão de Organização.

Decreto nº 52.371 — de 19 de agosto de 1963.

Complementa o art. 17 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, criando, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Divisão de Política Financeira.

Decreto nº 52.372 — de 19 de agosto de 1963.

Dá nova redação ao número II do art. 67 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, dispondo sobre a substituição eventual do Secretário-Geral de Política Exterior.

Decreto nº 52.418 — de 29 de agosto de 1963.

Altera o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Decreto nº 52.431 — de 2 de setembro de 1963.

Organiza, no Ministério da Aeronáutica, Esquadrilhas Aeroterrestres de Salvamento.

Decreto nº 52.432 — de 2 de setembro de 1963.

Aprova o Regulamento da Secretaria da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Decreto nº 52.462 — de 12 de setembro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.

Decreto nº 52.484 — de 19 de setembro de 1963.

— Altera dispositivos do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto número 42.808, de 13-12-57.

Decreto nº 52.485 — de 19 de setembro de 1963.

RELEVAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

Releva a prescrição do direito à reclamação administrativa, em que incorreu o ex-soldado fuzileiro naval Antônio Santiago de Lima.

Lei nº 4.258 — de 12 de setembro de 1963.

RODOVIÁRIOS

Prorroga pelo prazo de um exercício a vigência da Lei nº 3.974, de 25 de outubro de 1961, que concede crédito especial destinado a obras da rodovia Belém-Brasília.

Lei nº 4.249 — de 6 de agosto de 1963.

RODOVIAS

Aprova o Plano Preferencial do Setor Rodoviário do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto nº 52.473 — de 13 de setembro de 1963.

S

SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

Torna público o depósito, por parte de vários países, de instrumentos de aceitação, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres em 10 de junho de 1948.

Decreto nº 52.221 — de 22 de julho de 1963.
SAPS

Ver: Serviço de Alimentação da Previdência Social.

SEGURO PECUÁRIO DE EQUÍDEOS

Declara em vigor as condições gerais e a Tarifa do Seguro Pecuário de Equídeos.

Decreto nº 52.435 — de 2 de setembro de 1963.

SEGUROS

Autoriza o IPASE a assinar convênio com "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, Sociedade Mútua de Seguros Gerais".

Decreto nº 52.430 — de 2 de setembro de 1963.

SERVICO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Serviço de Alimentação da Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto nº 52.257-A — de 15 de julho de 1963.

SERVICO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

Dispõe sobre a remuneração do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes à União, e dá outras providências.

Decreto nº 52.475 — de 13 de setembro de 1963.

SERVICO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Dispõe sobre a remuneração do pessoal a serviço das empresas de navegação pertencentes à União, e dá outras providências.

Decreto nº 52.475 — de 13 de setembro de 1963.

SERVICO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à Plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim nº 329, na Capital do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.238 — de 26 de junho de 1963.

SERVICO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Proíbe a nomeação ou admissão de Pessoal, na forma que estabelece, e dá outras providências.

Decreto nº 52.266 — de 17 de julho de 1963.

— Prorroga prazo a que se refere o Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.308 — de 26 de julho de 1963.

— Considera ponto facultativo o dia 24 de agosto, em todas as repartições públicas federais e autárquicas.

Decreto nº 52.389 — de 20 de agosto de 1963.

SERVICOS MARÍTIMOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

SERVICOS PORTUÁRIOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

SERVICOS TELEFÔNICOS

Prorroga o prazo a que se referem os arts. 2º do Decreto nº 814, de 31 de março de 1962 e 1º dos Decretos nºs

meros 1.396, de 19 de setembro de 1962, 1.878, de 13 de dezembro de 1962, 51.863, de 25 de março de 1963 e 52.148, de 25 de junho de 1963.

Decreto nº 52.477 — de 16 de setembro de 1963.

SERVIDORES PÚBLICOS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

SISTEMA LEGAL DE UNIDADES DE MEDIDAS

Cria sistema legal de unidades de medida no Brasil, baseado no trabalho da Comissão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Decreto nº 52.423 — de 30 de agosto de 1963.

SOCIEDADE ANÔNIMA LANCA-SHIRE GENERAL INVESTMENT COMPANY LIMITED

Concede à Sociedade Anônima Lancashire General Investment Company Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 51.993-A — de 8 de maio de 1963.

SOCIEDADE CULTURAL DE CACEQUI

Autoriza a doação de terreno, em Cacequi do Sul — Estado do Rio Grande do Sul — à Sociedade Cultural de Cacequi.

Lei nº 4.255 — de 9 de setembro de 1963.

SOCIEDADE FILARMÔNICA "LYRA"

Desincorpora do patrimônio da União e devolve à Plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim nº 329, da Capital do Estado de São Paulo.

Lei nº 4.238 — de 26 de junho de 1963.

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Dispõe sobre remuneração do pessoal no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 52.469 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre a forma de designação de pessoal para missão, estudo ou função no exterior.*

Decreto nº 52.470 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre a jurisdição que os Ministérios devem exercer sobre autarquias, órgãos autônomos e sociedades de economia mista, e dá outras providências.*

Decreto nº 52.472 — de 13 de setembro de 1963.

SOJA

Fixa o preço básico para o financiamento ou aquisição de soja para o ano agrícola de 1963-1964, extensão aos remanescentes da produção de 1962-1963.

Decreto nº 52.155 — de 25 de junho de 1963.

SOLIDEZ COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Solidez Companhia Nacional de Seguros.

Decreto nº 51.994-A — de 8 de maio de 1963.

SUDENE — Ver: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SUDEPE — Ver: Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S. A.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Capitalização S. A., relativa ao aumento de capital.

Decreto nº 52.182 — de 17 de junho de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍTICA AGRÁRIA

Declara de interesse social para fins de desapropriação de áreas de terras situadas no Município de Imperatriz à margem da Rodovia Belém-Brasília com as denominações de Conceição, Campolina, Campo Grande e Jibóia.

Decreto n.º 52.443 — de 3 de setembro de 1963.

— Declara de interesse social para fins de desapropriação as terras situadas em Campo Grande, Estado da Guanabara, com a denominação de "Fazenda da Pedra", e "Fazenda Santa Clara", e dá outras providências.

Decreto n.º 52.480 — de 18 de setembro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Dispõe sobre os poderes especiais do Superintendente da SUDEPE e sobre as atribuições do Administrador da Caixa de Crédito da Pesca.

Decreto n.º 52.255 — de 11 de julho de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. —

Ver: Nordeste.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Decreto n.º 52.417 — de 28 de agosto de 1963.

T

TABACO

Institui Grupo de Trabalho para estudar a situação da indústria de charutos e propor medidas para a solução de seus problemas.

Decreto n.º 52.408 — de 27 de agosto de 1963.

— Altera a redação ao número 5 (cinco) das especificações para a classificação do tabaco em folha da Bahia, aprovadas pelo Decreto número 10.218, de 12-8-42, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.436 — de 2 de setembro de 1963.

TABELAS

Ver o Ministério ou órgão a que pertence.

TALCO

Retifica o art. 1.º do Decreto número 44.112, de 24 de julho de 1958.

Decreto n.º 1.617 — de 22 de novembro de 1962.

TALCO

— Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 48.345, de 21 de junho de 1960.

Decreto n.º 52.251 — de 9 de julho de 1963.

TAXA DE UTILIZAÇÃO

Altera a cláusula IV das que baixaram com o Decreto n.º 8.588, de 8 de março de 1911, e autoriza a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro a cobrar "taxa de utilização" da ponte sobre o Rio Grande.

Decreto n.º 52.409 — de 27 de agosto de 1963.

TAXIS-AEREO

Aprova o regulamento para a concessão, de subvenção às empresas de táxi-aéreo, previsto na Lei n.º 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Decreto n.º 52.347 — de 12 de agosto de 1963.

TELECOMUNICAÇÕES

Constitui comissão para estudar e propor a criação e organização da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL).

Decreto n.º 52.444 — de 3 de setembro de 1963.

TELEVISÃO

Institui normas que regularão as atividades das estações de rádio e televisão do país.

Decreto n.º 52.286 — de 23 de julho de 1963.

TEMPO INTEGRAL

Baixa Normas complementares ao Regime de tempo integral.

Decreto n.º 52.424 — de 30 de agosto de 1963.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno de acrecido de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 744 — de 19 de março de 1962.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha, que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 2.039 — de 15 de janeiro de 1963.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regime de ocupação, fração ideal de terreno de marinha que menciona no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 51.916 — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em regime de ocupação, o terreno de marinha, que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 51.939-B — de 26 de abril de 1963.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil das frações ideais do terreno de marinha que menciona no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.177 — de 28 de junho de 1963.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.*

Decreto nº 52.180 — de 28 de junho de 1963.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, Cíveis e Militares; Institui o empréstimo compulsório; cria o Fundo Nacional de Investimentos, e dá outras providências.

Lei nº 4.242 — de 17 de julho de 1963.

TRATADOS

Promulga o "Tratado que restabelece uma Austria independente e democrática", assinado em Viena, a 15 de maio de 1955.

Decreto nº 52.289 — de 24 de julho de 1963.

TRIBUNAIS DE CONTAS

Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 826.200,00 (oitocentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 52.298 — de 24 de julho de 1963.

TRIGO

Aprova o texto do Acórdão Internacional do Trigo de 1962, assinado pelo Brasil, a 11 de maio de 1962, em Washington.

Decreto Legislativo nº 16, de 1963.

— *Altera as disposições do artigo 32 do Decreto nº 47.491, de 24-12-59, que regula o abastecimento de trigo e estabelece normas para sua comercialização e industrialização.*

Decreto nº 52.373 — de 19 de agosto de 1963.

U

UNIVERSIDADES

Cria, para cumprimento da Lei número 3.401, de 12 de junho de 1958, cargos no Quadro do Pessoal, Parte Permanente, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Lei nº 4.243 — de 19 de julho de 1963.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros), destinado a Fundação Universidade do Amazonas.*

Decreto nº 52.162 — de 27 de junho de 1963.

— *Retifica o enquadramento dos cargos e funções da Universidade Rural de Pernambuco.*

Decreto nº 52.290 — de 24 de julho de 1963.

— *Aprova o Estatuto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 52.292 — de 24 de julho de 1963.

— *Revoga o Decreto n.º 51.648-A de 4 de janeiro de 1963 e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.389 — de 29 de julho de 1963.

— *Retifica o Quadro de Pessoal da Universidade do Ceará.*

Decreto n.º 52.311 — de 30 de julho de 1963.

— *Aprova o Q. P. da Universidade Federal de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.367 — de 19 de agosto de 1963.

— *Dispõe sobre o acerto da Universidade Rural do Brasil.*

Decreto n.º 52.439 — de 3 de setembro de 1963.

Ver também, Faculdades, Escolas e Cursos.

— *Retifica o Decreto n.º 52.162, de 27 de junho de 1963.*

Decreto n.º 52.588 — de 30 de setembro de 1963.

— *Oficializa a "Universidade 63", Jogos Mundiais Universitários que se realizaram na Cidade de Porto Alegre, de 30 de agosto a 8 de setembro de 1963.*

Decreto n.º 52.494 — de 23 de setembro de 1963.

UTILIDADE PÚBLICA (CASSAÇÃO DE DECLARAÇÃO)

Cassa a declaração de utilidade pública concedida às associações mencionadas.

Decreto n.º 52.415 — de 28 de agosto de 1963.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a CASA DO PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA DE GUARATINGUETÁ, — com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 51.714 — de 15 de fevereiro de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Itatiba, com sede em Itatiba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.026 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Verde, com sede em Rio Verde, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 52.061 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública o Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 52.062 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública o Centro Espírita Joaquim Murinho, com sede no Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 52.063 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Fundação Santa Luzia, com sede em Salvador — Estado da Bahia.*

Decreto n.º 52.064 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública a "Maternidade Therezinha de Jesus" com sede em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 52.066 — de 27 de maio de 1963.

— *Declara de utilidade pública a Sociedade Portuguesa de Beneficência — Hospital Santo Antônio, com sede em Araraquara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 52.067 — de 27 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública o Sanatório Ismael, com sede em Amparo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.068 — de 27 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública a Sociedade Bach de São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.071 — de 27 de maio de 1963.

— Declara de utilidade pública o Centro Espírita "Nosso Lar" — Casas "André Luiz", com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.082 — de 30 de maio de 1963.

— Declara da utilidade pública a venerável Ordem Terceira dos Minimos de São Francisco de Paula, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.202-A — de 28 de julho de 1963.

— Declara de utilidade pública a Fundação Ferruccio Celoni, com sede em Valinhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.202-B — de 28 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública o Círculo Operário Riograndino, com sede na Cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.205 — de 28 de junho de 1963.

— Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Leprologia, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.254 — de 10 de julho de 1963.

— Declara de utilidade pública o Associação Educativa Evangélica, com sede em Anápolis, Estado de Goiás.

Decreto n.º 52.294 — de 24 de julho de 1963.

— Declara de utilidade pública a Casa da Cultura Francesa — Aliança Francesa, com sede em São Paulo.

Decreto n.º 52.296 — de 24 de julho de 1963.

— Declara de utilidade pública, a Fundação Américo de Viveiros, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.360 — de 16 de agosto de 1963.

— Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Leprologia, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.407 — de 27 de agosto de 1963.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Fitos Mimoto a lavar xisto argiloso no município de Pirapora do Bom Jesus, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.385 — de 20 de agosto de 1963.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1963 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1964

INDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Pág.		Pág.
20 — Decreto Legislativo de 1963 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma "Pereira Júnior — Cereais S. A.". — Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1963	3	Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro nos 6 de julho de 1961. — Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1963	4
21 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel. — Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1963	3	25 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Acórdão para o Estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura. — Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1963	5
22 — Decreto Legislativo de 1963 — Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, resolvido em sessão de 26 de junho de 1959, denegatório de registro o contrato celebrado em 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Saúde e a firma "Pereira Júnior — Cereais S. A.". — Publicado no D. O. de 21 de outubro de 1963	4	26 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960. — Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1963	5
23 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro. — Publicado no D. O. de 24 de outubro de 1963	4	27 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, a 5 de julho de 1961. — Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1963	5
24 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Acórdão entre os		28 — Decreto Legislativo de 1963 — Ratifica o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares	

	Pág.		Pág.
entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957. — Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1963 ...	6	Acôrdio para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963	8
29 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958. — Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1963	6	35 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento na cidade de Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 5 de novembro de 1959. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963	8
30 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova a Declaração sobre Adesão Provisória da República Argentina ao Acôrdio-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960. — Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1963	6	36 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Acôrdio Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polónia, a 19 de outubro de 1961, em Brasília. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963 ...	8
31 — Decreto Legislativo de 1963 — Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955. — Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1963	7	37 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas e o Protocolo de emenda à mesma Convenção, assinados em Washington, a 15 de fevereiro de 1961. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963 ...	9
32 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Acôrdio de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963	7	38 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o Acôrdio de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China assinado, no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963	9
33 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova o texto do Acôrdio de Cooperação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa, a 2 de maio de 1962, na cidade do Rio de Janeiro. — Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1963	7	4.264 — Lei de 2 de outubro de 1963 — Concede auxílios especiais ao Colégio Salesiano Santa Rosa e a Escola Industrial Dom Bosco, de Niterói; à Escola Salesiana Dom Bosco, de Fortaleza; do Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, de Vitória; do Ginásio Arquidiocesano, de Teresina; e das outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de outubro de 1963. — Retificada no D. O. de 8 de outubro de	
34 — Decreto Legislativo de 1963 — Aprova as Notas trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação de			

Pág.		Pág.
	1963. — Retificada no D. O. de 10 de outubro de 1963	9
4.265	— Lei de 3 de outubro de 1963 — Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipamento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo. — Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1963	10
4.266	— Lei de 3 de outubro de 1963 — Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1963	10
4.267	— Lei de 8 de outubro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) em favor do Hospital Espírita André Luís, de Belo Horizonte. — Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1963	12
4.268	— Lei de 19 de outubro de 1963 — Autoriza o prolongamento da rodovia BR-92, Pelotas-Chui-Passo Fundo — no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1963	12
4.269	— Lei de 22 de outubro de 1963 — Dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 4.154, de 28 de dezembro de 1962 (dispõe sobre legislação de rendas). — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1963. — Retificada no D. O. de 11 de novembro de 1963	12
4.270	— Lei de 22 de outubro de 1963 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59. — Publicada no D. O. de 24 de outubro de 1963	13
4.271	— Lei de 24 de outubro de 1968 — Autoriza o Poder Exe-	
	cutivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00, destinado a participação da União, no exercício de 1962, da quota de capital da sociedade de economia mista Açores Fios Piratini S. A. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1963	13
4.272	— Lei de 24 de outubro de 1963 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica de Nova Friburgo. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1963	14
4.273	— Lei de 24 de outubro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.115.777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1955 a 1959. — Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 11 de novembro de 1963	14
4.274	— Lei de 31 de outubro de 1963 — Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1963 ...	14
4.275	— Lei de 4 de novembro de 1963 — Concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 4 de dezembro de 1963	15
4.276	— Lei de 4 de novembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.269.000.000,00 (doze bilhões duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros), para ocorrer ao paga-	

	Pág.		Pág.
mento da cota do imposto de consumo aos Municípios. — Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1963	15	Rodovia Rio-Bahia (BR-4). — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1963	23
4.277 — Lei de 4 de novembro de 1963 — Abre ao Poder Legislativo — Subanexo 2.01 — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.241.410.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1963. — Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 20 de novembro de 1963	16	4.283 — Lei de 18 de novembro de 1963 — Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagôas, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1963 ...	24
4.278 — Lei de 4 de novembro de 1963 — Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 (hum bilhão sessenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros, como reforço das verbas que enumera. — Publicada no D. O. de 18 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 20 de novembro de 1963	18	4.284 — Lei de 20 de novembro de 1963 — Cria o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). — Publicada no D. O. de 21 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 4 de dezembro de 1963	25
4.279 — Lei de 4 de novembro de 1963 — Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. — Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1963. — Retificada no D. O. de 18 de novembro de 1963	20	4.285 — Lei de 21 de novembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília. — Publicada no D. O. de 4 de dezembro de 1963. — Retificada no D. O. de 18 de dezembro de 1963	26
4.280 — Lei de 6 de novembro de 1963 — Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida. — Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1963	22	4.286 — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	29
4.281 — Lei de 8 de novembro de 1963 — Institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência. — Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1963	23	4.287 — Lei de 3 de dezembro de 1963 — Concede isenção fiscal à Petróleo Brasileiro S. A. e suas subsidiárias, a partir de 1º de janeiro de 1963 e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	29
4.282 — Lei de 11 de novembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 destinado a atender as despesas com as obras complementares da		4.288 — Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	33
		4.289 — Lei de 5 de dezembro de 1963 — Considera patrimônio nacional a "Chácara do Visconde", situada na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963 ...	33
		4.290 — Lei de 5 de dezembro de 1963 — Modifica dispositivos do Código do Processo Civil. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	33
		4.291 — Lei de 12 de dezembro de 1963 — Altera dispositivo da	

Pág.		Pág.
	Lei nº 3.242, de 13 de agosto de 1957, "que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências." — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	30
4.292	— Lei de 12 de dezembro de 1963 — Prorroga até 30 de junho de 1944, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	31
4.293	— Lei de 12 de dezembro de 1963 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas que especifica. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	31
4.294	— Lei de 12 de dezembro de 1963 — Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1963. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1963	32
4.295	— (*) Lei de 16 de dezembro de 1963 — Estima a Receita e Fixa a Despesa da União Para o Exercício Financeiro de 1964. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	40
4.296	— Lei de 20 de dezembro de 1963 — Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso. — Publicada no D. O. de 27 de dezembro de 1963	44
4.297 a 4.299	— Ainda não foram publicadas no <i>Diário Oficial</i>	44
4.300	— Lei de 23 de dezembro de 1963 — Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada. — Publicada no D. O. de 3 de janeiro de 1964	44
APENSO DAS LEIS		
4.259	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1963	47
4.261	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 ao jornalista Apparicio Torelly. — Retificada no D. O. de 4 de outubro de 1963	48
4.262	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria do aeronauta e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1963	48
4.263	— Lei de 12 de setembro de 1963 — Altera dispositivos da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria dos aeronautas. — Publicada no D. O. de 10 de outubro de 1963	48

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1963, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1963

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma "Pereira Júnior — Cereais S.A.".

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório do registro a contrato celebrado em 10 de abril de 1961 entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma "Pereira Júnior — Cereais S.A.", para fornecimento de alimentação preparada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, Instituto Benjamin Constant e Colégio Pedro II — Internato, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1963

Aprovo o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.

Art. 1º E' aprovado o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel, assinado na cidade do Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1959.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1963

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, resolvido em sessão de 26 de junho de 1959, denegatório de registro a contrato celebrado em 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Saúde e a firma "Pereira Júnior — Cereais S.A."

Art. 1º E' mantido o ato do Tribunal de Contas da União, resolvido em sessão de 26 de junho de 1959, denegatório do registro a contrato celebrado, em 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Saúde e a firma "Pereira Júnior — Cereais S.A." para fornecimento de alimentação preparada às repartições hospitalares com sede no antigo Distrito Federal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1963

Aprova a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro.

Art. 1º E' aprovada a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de outubro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1963

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro nos 6 de julho de 1961.

Art. 1º E' aprovado o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro, aos 6 de julho de 1961.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de outubro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DL 1963

Aprova o Acôrdo para o Estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o "Acôrdo para o Estabelecimento, em caráter permanente, de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura", aprovado pela Conferência daquela organização, em sua décima sessão, realizada aos 18 de novembro de 1959.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de outubro de 1963

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1963

Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 1963

Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, a 5 de julho de 1961.

Art. 1º E' aprovado o texto do Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1961.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 1963

Ratifica o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Art. 1º E' ratificado o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de novembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 1963

Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 1º E' aprovado, para todos os efeitos, o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1963

Aprova a Declaração sôbre Adesão Provisória da República Argentina ao Acôrdo-Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.

Art. 1º E' aprovada a Declaração sôbre a Adesão Provisória da República Argentina no Acôrdo-Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1963

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 1963

Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.

Art. 1º É ratificado o Protocolo concluído em Haia a 28 de setembro de 1955, de emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, firmada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929 e promulgada pelo Decreto nº 20.784, de 24 de novembro de 1932.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1963

Aprova o Acórdo de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960.

Art. 1º É aprovado o Acórdo de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1963

Aprova o texto do Acórdo de Cooperação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa, a 2 de maio de 1962, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 1º É aprovado o texto do Acórdo de Cooperação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa, a 2 de maio de 1962, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 1963

Aprova as Notas trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação de Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953.

Art. 1º. São aprovadas as Notas trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 1963

Aprova o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, na cidade de Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 5 de novembro de 1959.

Art. 1º E' aprovado o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, na cidade de Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 5 de novembro de 1959.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 1963

Aprova o texto do Acôrdo Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia, a 19 de outubro de 1961, em Brasília.

Art. 1º E' aprovado o texto do Acôrdo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polónia, concluído em Brasília, a 19 de outubro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 1963

Aprova a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas e o Protocolo de emenda à mesma Convenção, assinados em Washington, a 15 de fevereiro de 1961.

Art. 1º São aprovados a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas e o Protocolo de emenda à mesma Convenção, assinados em Washington a 15 de fevereiro de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1963

Aprova o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China assinado, no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Art. 1º É aprovado o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China assinado, no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1963.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

**LEI Nº 4.264 — DE 2 DE
OUTUBRO DE 1963**

Concede auxílios especiais ao Colégio Salesiano Santa Rosa e a Escola Industrial Dom Bosco, de Niterói; à Escola Salesiana Dom Bosco, de Fortaleza; ao Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, de Vitória; ao Ginásio Arquidiocesano, de Teresina; e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do artigo 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acôrdo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º É concedido ao Colégio Salesiano Santa Rosa, de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, para a refor-

ma e ampliação de suas instalações e da Escola Industrial Dom Bosco, ao mesmo anexa, o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), por 3 (três) anos sucessivos, bem como, por igual prazo, o de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) à Escola Salesiana Dom Bosco, da Piedade, em Fortaleza, Estado do Ceará; o de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, de Vitória, Estado do Espírito Santo; e o de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) ao Ginásio Arquidiocesano, de Teresina, Estado do Piauí.

Parágrafo único. Os auxílios de que trata este artigo serão obrigatoriamente incluídos no Orçamento do Ministério da Educação e Cultura no próximo exercício financeiro.

Art. 2º As entidades beneficiárias deverão requerer o pagamento apresentando o plano de aplicação

tando contas na forma estabelecida pela lei para as subvenções extraordinárias.

Parágrafo único. O Ministério da Educação e Cultura só expedirá ordem de pagamento às entidades beneficiárias após a prestação de contas das parcelas recebidas no exercício anterior.

Art. 3º E' concedido à Escola Industrial Dom Bosco, anexa ao Colégio Santa Rosa, através do Ministério da Educação e Cultura, a começar do próximo exercício, o auxílio mínimo anual de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para sua manutenção e desenvolvimento, bem como para os mesmos fins, o de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), respectivamente, à Escola

Salesiana Dom Bosco, da Piedade, Fortaleza, Estado do Ceará, ao Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, em Vitória, Estado do Espírito Santo e ao Ginásio Arquidiocesano, de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 4º As entidades beneficiárias apresentarão anualmente ao Ministério da Educação e Cultura o relatório de suas atividades e o balanço financeiro.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 2 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.265 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1963

Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipamento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, para os equipamentos e maquinaria, constantes das licenças de importação de n.ºs: DG-59/8474-13126, DG-59/8475-13127, DG-59/8476-13128, DG-59/8477-13129, DG-59/8478-13477, DG-59/3479-13130, DG-59/8480-13131, DG-59/3481-13132 e DG-59/8482-13133, emitidas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., importados pela Cooperativa de Laticínios de São Carlos, Estado de São Paulo, e destinados à instalação de uma fábrica de leite em pó e melhoria de sua usina de beneficiamento de leite.

Art. 2º A isenção não abrange os materiais com similar nacional e não se estende à Taxa de Despacho Aduaneiro.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Hélio Pereira Bicudo

LEI Nº 4.266 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1963

Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O salário-família, instituído por esta lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência

Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos.

Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual, calculada sobre o valor do salário-mínimo local, arredondado este para o múltiplo de mil seguinte, por filho menor de qualquer condição, até 14 anos de idade.

Art. 3.º O custeio do salário-família será feito mediante o sistema de compensação, cabendo a cada empresa, qualquer que seja o número e o estado civil de seus empregados, recolher, para esse fim, ao Instituto ou Institutos de Aposentadoria e Pensões a que estiver vinculada, a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota percentual referida no art. 2.º.

§ 1.º A contribuição de que trata este artigo corresponderá a uma percentagem incidente sobre o salário-mínimo local multiplicado pelo número total de empregados da empresa, observados os mesmos prazos de recolhimento, sanções administrativas e penais e demais condições estabelecidas com relação às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social.

§ 2.º As contribuições recolhidas pelas empresas, nos termos deste artigo, constituirão, em cada Instituto, um "Fundo de Compensação do Salário-Família", em regime de repartição anual, cuja destinação será exclusivamente a de custeio do pagamento das quotas, não podendo a parcela relativa às respectivas despesas de administração exceder de 0,5% (meio por cento) do total do mesmo Fundo.

Art. 4.º O pagamento das quotas do salário-família será feito pelas próprias empresas, mensalmente, aos seus empregados, juntamente com o do respectivo salário, nos termos do artigo 2.º.

§ 1.º Quando os pagamentos forem semanais ou por outros períodos, as quotas serão pagas juntamente com o último relativo ao mês.

§ 2.º Para efeito do pagamento das quotas, exigirão as empresas, dos empregados, as certidões de nascimento dos filhos, que a isto os habilitam.

§ 3.º As certidões expedidas para os fins do § 2.º deste artigo são isentas de selo, taxas ou emolumentos de qualquer espécie, assim como o reconhecimento de firmas a elas referente, quando necessário.

§ 4.º Dos pagamentos de quotas feitos, guardarão as empresas os respectivos comprovantes, bem como as certidões, para o efeito da fiscalização dos Institutos, no tocante ao reembolso a que se refere o art. 5.º.

Art. 5.º As empresas serão reembolsadas, mensalmente, dos pagamentos das quotas feitos aos seus empregados,

na forma desta lei, mediante desconto do valor respectivo no total das contribuições recolhidas ao Instituto ou Institutos de Aposentadoria e Pensões a que forem vinculadas.

Art. 6.º A fixação do salário-mínimo, de que trata o Capítulo II do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, terá por base unicamente as necessidades normais do trabalhador sem filhos, considerando-se atendido, com o pagamento do salário-família instituído por esta lei, o preceituado no art. 157, n.º I, da Constituição Federal.

Art. 7.º Ficam fixados, pelo período de 3 (três) anos, os seguintes valores relativos à presente lei:

I — de 5% (cinco por cento) para cada quota percentual a que se refere o art. 2.º;

II — de 6% (seis por cento) para a contribuição de que trata o art. 3.º.

§ 1.º Se, findo o período previsto neste artigo, não forem revistos os valores nele fixados, continuarão a vigorar até que isto se venha a efetuar.

§ 2.º A qualquer alteração no valor de uma das percentagens deverá corresponder proporcionalmente e da outra, de modo a que seja assegurado o perfeito equilíbrio do custeio do sistema, no regime de repartição anual.

Art. 8.º Os empregados abrangidos pela presente lei ficam excluídos do campo de aplicação do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, no tocante ao abono às famílias numerosas.

Art. 9.º As quotas do salário-família não se incorporarão, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração devidos aos empregados.

Art. 10.º Esta lei entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês que se seguir ao decurso de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido neste artigo, o Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei.

Art. 11.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de outubro de 1963; 142.º da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART
Amaury Silva

LEI Nº 4.267 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) em favor do Hospital Espirita André Luís, de Belo Horizonte.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para auxiliar a construção e o aparelhamento do Hospital Espirita André Luís, de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.268 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1963

Autoriza o prolongamento da rodovia BR-92, Pelotas-Chui-Passo Fundo — no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A BR-92 do Plano Rodoviário Nacional (Lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956) passa a ter a seguinte discriminação:

BR-92 — Passo Fundo-Soledade-Santa Cruz do Sul — Rio Pardo-Encruzilhada do Sul-Pelotas-Chui.

Art. 2º. O Orçamento Geral da União consignará, durante 5 (cinco) exercícios sucessivos, a dotação de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para a execução da rodovia de que trata a presente lei.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de outubro de 1963, 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Marco Antônio França Mastrobuono

LEI Nº 4.269 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1963

Dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 4.151, de 28 de dezembro de 1962 (dispõe sobre legislação de rendas).

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 19 da Lei nº 4.154, de 28 de dezembro de 1961, passa a ter o seguinte teor:

"Art. 19. O inciso 5º do art. 96 do Regulamento a que se refere o art. 1º desta lei passa a vigorar com a seguinte redação:

5º à razão de 30%, os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loteria concursos desportivos em geral, inclusive turfe, compreendidos os "bettings", (exclusive as "poules", simples e acumuladas, de ponta, de "placé" e de duplas), bem como os sorteios de qualquer espécie, ressalvados os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas".

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 22 de outubro de 1963, 142º da Independência e 75º :
República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.270 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1963

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00, para atender encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade Presidente do Senado Federal, promulgo de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, e seguinte lei:

Art. 1º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação das rodovias BR-36, trecho Florianópolis-Lajes e BR-59, trecho Divisa PR-SC-Florianópolis, sendo Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) para o primeiro dos mencionados trechos rodoviários e Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para o segundo.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 22 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.271 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00, destinado a participação da União, no exercício de 1962, da quota de capital da sociedade de economia mista Açoes Finos Piratini S.A.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), destinado à participação da União, no exercício de 1962, da quota de capital da sociedade de economia mista Açoes Finos Piratini S.A., nos termos do art. 3º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.272 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1963

Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica de Nova Friburgo.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedida isenção dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, para o equipamento constante da licença nº DG58-4.359 — 4.400, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importado pela Empresa Telefônica de Nova Friburgo.

Art. 2º. A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.273 — DE 24 DE
OUTUBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 38.115.777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1955 a 1959,

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 38.115.777,70 (trinta e oito milhões, cento e quinze mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros e setenta centavos) para o pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1955 a 1959, sendo:

	Cr\$
1955	325.610,10
1956	335.257,80
1957	1.691.643,23
1958	10.120.229,90
1959	25.643.036,70

Soma 36.115.777,90

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 24 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Wilson Fadul

Lei Nº 4.274 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1963

Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É facultado às empresas concessionárias de serviços telefônicos, organizadas com capitais exclusivamente nacionais, assim como às pessoas jurídicas de direito público que prestem diretamente tais serviços, o pagamento em 60 (sessenta) prestações mensais, do valor em cruzeiros correspondente aos débitos relativos a importações de equipamentos telefônicos financiadas e registradas na Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 2º. As operações a que se refere o artigo anterior serão realizadas pela Carteira de Câmbio do Banco de Brasil, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, a juros que não ultrapassem 10% (dez por cento) ao ano.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de outubro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.275 — DE 4 NOVEMBRO DE 1963

Concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São concedidos os seguintes auxílios:

a) Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros) ao Colégio dos Irmãos Maristas em Brasília para obras, instalações e equipamentos, a ser pagos em três parcelas anuais de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) cada uma;

b) Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, como ajuda à construção e instalação de um Colégio em Brasília, com cursos primário e médio, a ser pago em três prestações anuais, as duas primeiras de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) e a última de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros).

Art. 2º. Para atender ao pagamento da primeira prestação aos dois estabelecimentos beneficiários, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

Art. 3º. O Orçamento da União consignará nos exercícios de 1963 e 1964 dotações correspondentes à segunda e terceira prestações dos auxílios de que trata a presente lei.

Art. 4º. As entidades beneficiárias apresentarão anualmente comprovantes das prestações recebidas, condição necessária para pagamento da prestação seguinte. Os comprovantes referentes à terceira prestação serão apresentados dentro de um ano após o respectivo pagamento.

Art. 5º. No caso de fechamento dos educandários, as entidades restituirão ao Poder Público o montante dos auxílios recebidos.

Art. 6º. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Julio Sampaqui

LEI Nº 4.276, — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.269.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.269.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Carvalho Pinto

LEI Nº 4.277 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1963

Abre ao Poder Legislativo — Subanexo 2.01 — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.241.410.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1963.

C Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 2.241.410.000,00 (dois bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros) à Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1963, para reforço das seguintes subconsignações:

Anexo 2 — Poder Legislativo

2.01 — Câmara dos Deputados — Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

	Cr\$ Fixo	Cr\$ Variável
1.1.01 — Vencimentos	380.000.000,00	
1.1.02 — Subsídios e Representações	90.000.000,00	555.000.000,00
1.1.07 — Ajuda de Custo		130.000.000,00
1.1.08 — Diárias		220.000.000,00
1.1.09 — Substituições		400.000,00
1.1.12 — Salário Família		42.000.000,00
1.1.13 — Gratificação de Função		1.000.000,00
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviços extraordinários		310.000.000,00
1.1.16 — Gratificação pela representação de Gabinete:		
4) Secretaria		1.300.000,00
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço		111.660.000,00
<i>Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de transformação</i>		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		55.000.000,00
1.3.03 — Material de limpeza, conservação e desinfecção		3.000.000,00
1.3.04 — Combustíveis e Lubrificantes ..		20.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas, viaturas e de aparelhos		10.000.000,00
1.3.08 — Gêneros de alimentação; artigos para fumantes		3.000.000,00
1.3.10 — Matérias primas e produtos manufaturados ou semimanufaturados destinados a qualquer transformação		300.000,00
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		3.500.000,00

*Consignação 1.4.00 — Material
Permanente*

1.4.03 — Material bibliográfico em geral; filmes	4.500.000,00
1) Para aquisição de livros e periódicos para a Biblioteca	6.000.000,00
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalação elétrica	4.000.000,00
1.4.09 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	750.000,00
1.4.11 — Modelos e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, laboratório e gabinete técnico ou científico	2.000.000,00
1.4.12 — Mobiliário em geral	50.000.000,00

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

1.5.03 — Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas	8.000.000,00
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	12.000.000,00
1.5.07 — Publicações, serviços de impressão e de encadernação	70.000.000,00
1.5.11 — Telefone, telefonemas, radiogramas, telegramas, porte postal e assinatura de caixas postais	10.000.000,00

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento	500.000,00
1.6.23 — Diversos:	
1) Comissão de Inquérito	45.000.000,00
7) Despesas imprevistas e de naturezas diversas	50.000.000,00

*Verba 4.0.00 — Investimentos
Consignação 4.1.00 — Obras*

4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	7.500.000,00
---	--------------

Consignação 4.2.00 — Equipamentos e Instalações

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	35.000.000,00
	<hr/> 2.241.410.000,00 <hr/>

Art. 2º O crédito ao qual se refere a presente Lei é automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOUART

Curvalho Pinto

LEI Nº 4.278 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1963

Abre, ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 (um bilhão e sessenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) como reforço das verbas que enumera.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 (um bilhão e sessenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros) à Lei nº 4.177 de 11 de dezembro de 1962 que “estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1963”, para reforço das seguintes subconsignações:

Anexo 2 — Poder Legislativo

Subanexo 2.02 — Senado Federal

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos	151.475.000,00
1.1.02 — Subsídio fixo	45.360.000,00
1.1.02 — Subsídio variável	191.420.000,00
1.1.07 — Ajuda de custo	44.400.000,00
1.1.08 — Diárias	138.880.000,00
1.1.09 — Substituições	210.000,00
1.1.10 — Diferença de vencimentos	12.500.000,00
1.1.12 — Salário Família	15.000.000,00
1.1.15 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário	25.000.000,00
1.1.21 — Gratificação adicional por tempo de serviço	60.000.000,00
1.1.26 — Gratificação especial de nível universitário	3.500.000,00

Consignação:

1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação.

Subconsignações:

1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	25.000.000,00
1.3.03 — Material de limpeza conservação e desinfecção	2.000.000,00
1.3.04 — Combustíveis e lubrificantes	5.000.000,00
1.3.05 — Materiais e acessórios de máquinas de viaturas e de aparelhos	2.500.000,00
1.3.08 — Gêneros de alimentação, artigos para fumantes: 1 — Gêneros de alimentação	1.000.000,00
1.3.11 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos, artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	6.000.000,00
1.3.13 — Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho	9.000.000,00

Consignação:

1.4.00 — Material Permanente.

Subconsignações:

1.4.03 — 1 — Para aquisição de livros e periódicos para a Biblioteca	2.000.000,00
1.4.05 — Materiais e acessórios para instalações elétricas	1.500.000,00

1.4.00 — Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	1.000.000,00
1.4.12 — Mobiliário em Geral	25.000.000,00

Consignação:

1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignações:

1.5.04 — Iluminação, força motriz e gás	1.000.000,00
1.5.06 — Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis	1.000.000,00

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos.

Subconsignações:

1.6.01 — Despesas mltidas de pronto pagamento	500.000,00
1.6.04 — Festividades, recepções, hospedagens e homenagens	25.000.000,00
1.6.11 — Seleção, aperfeiçoamento e especialização de pessoal:	

1 — Realização de concursos e provas e especialização de funcionários no exterior	2.000.000,00
1.6.14 — 4 — Exposições, Congressos e Conferências Diversas	10.000.000,00
1.6.23 — 3 — Despesas de qualquer natureza com estudos, pesquisas e inquérito, inclusive comissões especiais, no território nacional e no exterior, privativa da representação do Senado	15.000.000,00
1.6.23 — 5 — Para os Serviços Médicos e Dentário	5.000.000,00
1.6.23 — 7 — Despesas de qualquer natureza com a manutenção e conservação dos serviços e das instalações e equipamentos do Palácio do Senado em Brasília e do Palácio Monroe (Res. 23-61)	50.000.000,00
1.6.23 — 9 — Para instalação de aparelho de ar refrigerado na Biblioteca	5.000.000,00
1.6.23 — 10 — Para aquisição, manutenção e recuperação de viaturas	3.000.000,00

Verba 4.0.00 — Investimentos

Consignação 4.1.00 — Obras

Subconsignações:

4.1.04 — Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	80.000.000,00
---	---------------

Consignação:

4.2.00 — Equipamentos e Instalações.

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	98.000.000,00
--	---------------

TOTAL 1.068.245.000,00

Art. 2º O crédito ao qua se refere a presente Lei é automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART
Carvalho Pinto

(*) LEI Nº 4.279 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1963

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Quadro de Funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, compreendendo os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo e em comissão, fica reorganizado de conformidade com a presente Lei e passa a ter a nomenclatura, o número, os símbolos, natureza de cargos e classes, como constantes da Tabela Anexa.

Art. 2º As atribuições dos cargos e funções constantes da Tabela Anexa são definidas no Regulamento da Secretaria ou em instruções baixadas pelo Presidente do Tribunal.

Art. 3º Ressalvada a situação pessoal dos atuais ocupantes, ficam transformados em cargos em comissão os cargos isolados de provimento efetivo de Diretor-Geral, Vice-Diretor e Secretário-Geral da Presidência.

Art. 4º São criados, nos termos da Tabela Anexa, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, os seguintes cargos isolados de provimento efetivo: um (1) de Arquivologista PJ-3; um (1) de Bibliotecário auxiliar PJ-6; um (1) de Chefe de Almoxarifado PJ-6; onze (11) de Auxiliar de Plenário PJ-6; dois (2) de Porteiro PJ-6; um (1) de Mecânico Especializado PJ-9; um (1) de Mecânico-auxiliar PJ-10, cinco (5) de Ascensorista PJ-10; e um (1) de Enfermeiro PJ-6; ficando reestruturada a Carreira de Oficial Judiciário na forma do quadro anexo.

Art. 5º São extintos, no mesmo Quadro, os seguintes cargos: 3 (três) de Taquígrafo PJ-6; e cinco (5) de Auxiliar de Portaria PJ-7.

Art. 6º O provimento dos cargos de Auxiliar de Plenário será feito por ocupantes de cargos de Auxiliares de Portaria e dos Porteiros pelos Auxiliares de Portaria alternadamente pelos critérios de merecimento e antiguidade.

§ 1º O provimento dos cargos de Ascensorista PJ-10 é condicionado à vacância de cinco (5) cargos extintos de Auxiliar de Portaria PJ-7.

§ 2º Fica sem efeito a condição prevista no art. 4º da Lei nº 3.890, de 18 de abril de 1961, para preenchimento dos cargos de Auxiliar de Limpeza.

Art. 7º Os funcionários do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal ora à disposição de outros órgãos, ou em exercício fora da Capital da República e que até trinta (30) dias após a vigência desta lei não requererem sua transferência para esta Capital passarão a integrar automaticamente, com os cargos e símbolos idênticos, o Quadro Suplementar do Supremo Tribunal Federal.

Art. 8º Os servidores a que se refere o artigo anterior, ficarão à disposição do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara.

Art. 9º O pagamento dos vencimentos, gratificações adicionais e quaisquer outras vantagens por tempo de serviço e salário-família dos funcionários que passarem a integrar o Quadro Suplementar correrá por conta das dotações próprias atualmente atribuídas ao Supremo Tribunal Federal e que serão destacadas para o Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, onde passarão a ser confeccionadas as suas folhas de pagamento.

§ 1º Aos interessados do Quadro Suplementar não serão pagas diárias ou qualquer outra vantagem especial atribuídas aos demais funcionários do Supremo Tribunal Federal pelo exercício em Brasília.

(*) Os anexos a que se refere o texto foram publicados no *Diário Oficial* de 11 de novembro de 1963.

§ 2º Nas propostas orçamentárias elaboradas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir da vigência da presente Lei, serão previstas as despesas a serem efetuadas pelo Tribunal Regional Eleitoral com o Quadro Suplementar.

Art. 10. Os funcionários de que trata o artigo anterior, enquanto integrarem o Quadro Suplementar não terão direito a promoção e só farão jus aos aumentos de vencimentos de ordem geral, além dos acréscimos na gratificação por tempo de serviço.

Art. 11. O funcionário do Quadro Suplementar poderá, a qualquer tempo, requerer sua transferência para Brasília e conseqüente volta ao Quadro do Supremo Tribunal Federal, mas somente poderá ser promovido decorridos dois anos de efetivo exercício nesta Capital.

§ 1º Verificada a hipótese prevista neste artigo, o funcionário não terá direito a reclamar o pagamento de quaisquer vantagens que tenha deixado de perceber por motivo de pertencer ao Quadro Suplementar, nem pedir revisão de tempo de serviço para efeito de promoção.

§ 2º O funcionário que voltar para o Quadro do Supremo Tribunal Federal passará a ter exercício obrigatório em Brasília, não podendo ser novamente incluído no Quadro Suplementar ou colocado, sob qualquer pretexto à disposição de órgão sediado fora do Distrito Federal.

Art. 12. Os cargos do Quadro Suplementar serão extintos à medida que se vagarem.

Art. 13. As carreiras de Oficial Judiciário e de Auxiliar Judiciário são independentes.

Art. 14. Ficam criados 10 (dez) cargos em comissão de Secretário Jurídico, nível PJ-4, que terá função definida no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, para servir junto a cada Ministro como funcionário de sua estrita confiança.

Parágrafo único. O Secretário Jurídico não poderá servir por mais de dois anos ainda que junto a outro Ministro. Verificar-se-á sua dispensa automática findo esse prazo ou em qualquer tempo, com a substituição do Ministro a que servir, ou, ainda, por proposta deste:

Art. 15. Continua em vigor a Lei nº 3.890, de 18 de abril de 1961, no que não contrariar a presente Lei, revogado, entretanto, o seu art. 3º.

Art. 16. Ficam transformados em cargos de Inspetor de Segurança, nível PJ-8, dois cargos de Guarda de Segurança PJ-9, devendo a nomeação recair em titulares desses últimos cargos.

Art. 17. Caberá ao Presidente do Supremo Tribunal Federal autorizar a apostila dos títulos dos atuais funcionários atingidos pela presente lei.

Art. 18. O provimento dos cargos de que trata esta Lei, exceto os em comissão, será feito sempre mediante concurso público, nos termos da Constituição.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, o crédito especial de vinte e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$ 25.000.000,00) para atender, no corrente exercício, às despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 4 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.280 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1963

Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2º do art. 70 da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo, da Constituição, a seguinte lei:

Art. 1º É permitida a extirpação de partes de cadáver, para fins de transplante, desde que o de *cujus* tenha deixado autorização escrita ou que não haja oposição por parte do cônjuge ou dos parentes até o segundo grau, ou de corporações religiosas ou civis responsáveis pelo destino dos despojos.

Parágrafo único. Feito o levantamento do órgão ou tecido destinado à transplantação, o cadáver será devida, cuidadosa e condignamente recomposto.

Art. 2º A extirpação de outras partes do cadáver que não sejam a córnea deverá ser especificada no regulamento da execução desta lei, baixada pelo Chefe do Poder Executivo e referendada pelo Ministro da Saúde.

Art. 3º Para que se realize qualquer extirpação de órgão ou parte do cadáver, é mister que esteja provada de maneira cabal a morte atestada pelo diretor do hospital onde se deu o óbito ou por seus substitutos legais.

Art. 4º A extirpação para finalidade terapêutica autorizada nesta lei só poderá ser realizada em Instituto Universitário ou em Hospital reconhecido como idôneo pelo Ministro da Saúde ou pelos Secretários da Saúde, com aprovação dos Governadores dos Estados ou Territórios ou de Prefeito do Distrito Federal.

Art. 5º Os Diretores das instituições hospitalares ou Institutos Universitários onde se realizem as extirpações de órgãos ou tecido de cadáver com finalidade terapêutica, remeterão, ao fim de cada ano ao Departamento Nacional de Saúde Pública, os relatórios dos atos cirúrgicos relativos a essas extirpações, bem como os resultados dessas operações.

Art. 6º A doação da parte orgânica a extirpar só poderá ser feita a pessoa determinada ou a instituição idônea, aprovada e reconhecida pelo Secretário da Saúde do Estado e pelo Governador ou Prefeito do Distrito Federal.

Art. 7º Os Diretores de Institutos Universitários e dos Hospitais devem comunicar ao Diretor da Saúde Pública, semanalmente, quais os enfermos que espontaneamente se propuseram a fazer as doações *post mortem*, de seus tecidos ou órgãos, com destino a transplante, e o nome das instituições, ou pessoas contempladas.

Art. 8º A extirpação deve ser efetuada de preferência pelo facultativo encarregado do transplante e quando possível na presença dos médicos que atestaram o óbito. Só é permitida uma extirpação em cada cadáver, devendo evitar-se mutilações ou dissecações não absolutamente necessárias.

Art. 9º As despesas com a extirpação ou o transplante, fixadas em cada caso pelo Diretor da Saúde Pública, serão custeadas pelo interessado, ou pelo Ministério da Saúde, quando o receptor do enxerto for reconhecidamente pobre.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

LEI N.º 4.281 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1963

Institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica criado, em caráter permanente, para os aposentados e pensionistas dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, um abono especial correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual da aposentadoria ou pensão que o segurado ou seus dependentes tiverem percebido na respectiva Instituição.

Parágrafo único. A importância a que se refere este artigo será paga até o dia quinze de janeiro do exercício seguinte ao vencido.

Art. 2.º O abono de que trata a presente Lei é extensivo a todos os segurados que durante o ano tenham percebido auxílio-doença por mais de seis meses, ou a dependentes seus que, por igual período, tenham percebido auxílio-reclusão.

Art. 3.º Para a cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, a União, os empregados e os empregadores contribuirão para as instituições de Previdência Social com 8% (oito por cento) cada, sobre o 13.º (décimo-terceiro) salário instituído pela lei nº 4.090, de 26 de julho de 1962.

Art. 4.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 8 de novembro de 1963; 142.º da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART

Amaury Silva

LEI N.º 4.282 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 destinado a atender às despesas com as obras complementares da Rodovia Rio-Bahia (BR-4).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 (vinte e oito bilhões, duzentos e setenta milhões de cruzeiros), destinado à conclusão das obras de implantação, melhoramento e pavimentação da Rodovia Rio-Bahia (BR-4), a ser empregado da seguinte forma:

	Cr\$
I — Trecho Rio de Janeiro-Teresópolis — Além Paraíba	1.770.000.000,00
II — Trecho Além Paraíba-Feira de Santana	22.000.000.000,00
III — Acessos:	
a) no Estado de Minas Gerais, inclusive Argerita, Cataguazes, Mirai, Divino, Santa Margarida, Ipatinga e Acesita, Ubaporanga, Iapu, Tarumirim, Sobralia, Pescador, Itambour, Itinga, Pedra Azul e Medina	3.000.000.000,00

b) No Estado da Bahia, inclusive Encruzilhada, Poções, Dário, Meira, Campo Alegre, Jaguara, Itiruçu, Santa Inês, Brejões, Santo Estevam, Ipacaetá e Serra Preta, Antônio Cardoso, Feira de Santana, Santa Terezinha e Amargosa 1.500.000.000,00

Art. 2º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Carvalho Pinto

Expedito Machado

LEI Nº 4.283 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1963

Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Universidade do Pará criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e incluída na categoria constante do item I, do art. 3º, da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, é uma instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos de saber e de divulgação científica, técnica e cultural, e passará a ser integrada, também, da Escola de Serviço Social do Pará e da Escola de Química Industrial do Pará, que são federalizadas por esta lei.

Parágrafo único A Escola de Química Industrial do Pará denominar-se-á Escola Superior de Química do Pará.

Art. 2º A estrutura da Universidade e dos estabelecimentos componentes bem como as relações entre os mesmos e as respectivas áreas de competência, serão organizadas e definidas no seu Estatuto a ser elaborado pelo Conselho Universitário e aprovado por decreto do Presidente da República.

Art. 3º Os órgãos deliberativos e consultivos da Universidade e de seus Institutos Centrais e Faculdades serão organizados nos termos dos Estatutos a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Os professores das atuais Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, da Escola de Engenharia, da Escola de Serviço Social e da Escola Superior de Química do Pará, não admitidos pelo Governo Federal em caráter efetivo, poderão ser aproveitados como interinos, vetado.

Art. 5º Para compor o Quadro Docente da Escola de Engenharia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, instituídas pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, bem assim da Escola de Serviço Social e da Escola Superior de Química do Pará, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Universidade do Pará 198 (cento e noventa e oito) cargos de professor catedrático, cuja lotação será estabelecida pelo Conselho Universitário.

Art. 6º O Quadro do pessoal docente técnico e administrativo da Universidade será fixado pelo Conselho Universitário e admitido pelo Reitor, não podendo ser alterado numericamente dentro do período para o qual foi organizado, nunca inferior a cinco anos, cada período.

§ 1º O Quadro de que trata este artigo será organizado dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei e submetido à aprovação do Poder Executivo.

§ 2º Nenhum docente ou funcionário técnico será admitido sem que proceda a instalação do respectivo serviço.

§ 3º A dispensa ou a demissão do pessoal a que se refere este artigo dependerão de aprovação do Conselho Universitário.

Art. 7º Os recursos destinados à construção, instalações e equipamentos, referidos no § 1º do art. 9º, da Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, poderão ser empregados, também, na aquisição de áreas para a Universidade.

Art. 8º VETADO.

Parágrafo único VETADO.

Art. 9º A aplicação dos recursos referidos nos artigos 8º e 18 desta lei dependerá de prévia aprovação do Conselho Universitário.

Art. 10. Os cargos de Professor Catedrático criados pelas Leis números 1.049, de 3 de janeiro de 1950, para a Faculdade de Medicina e 1.254, de 4 de dezembro de 1950, para as Faculdades de Direito e de Farmácia, todas da Universidade do Pará, quando não providos nas mesmas em virtude da adoção do regime departamental a ser estruturado em seus regimentos, terão a sua lotação estabelecida pelo Conselho Universitário.

Art. 11. Serão mantidos em pleno vigor todos os artigos das Leis números 3.191, de 2 de julho de 1957 e 3.865-B, de 26 de janeiro de 1961, que não contrariarem a presente lei.

Art. 12. Para localização dos diversos serviços e unidades da Universidade do Pará será destacada do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (I.P.E.A.N.), uma área, VETADO.

Art. 13. As verbas destinadas, anualmente, à Universidade do Pará na Lei Orçamentária da União, serão colocadas, integralmente, à disposição do Reitor da mesma, até 28 (vinte e oito) de fevereiro de cada ano, na Agência do Banco do Brasil em Belém do Pará, que as entregará em 4 (quatro) parcelas, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.

Art. 14. A Universidade do Pará poderá criar centros de estudo e de pesquisa para a formação de técnicos que possibilitem o levantamento das riquezas minerais, da flora e da fauna da região, bem como a introdução de técnicas de cultura, visando ao aproveitamento das possibilidades econômicas da Amazônia e o equacionamento de seus problemas sociais.

Art. 15. VETADO.

Art. 16. A Universidade do Pará poderá importar, livremente, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, os equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessite.

Art. 17. VETADO.

Art. 18. Para atendimento do disposto na presente lei fica aberto, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 258.685.600,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros).

§ 1º A Universidade do Pará caberá a importância de Cr\$
 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$
 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzeiros) para pessoal e Cr\$
 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros) para material.

§ 2º VETADO.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOUART

Júlio Furquim Sambaqui.

LEI Nº 4.284 — DE 20 DE
 NOVEMBRO DE 1963

Cria o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É criado o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, jurisdição na Capital da República e organizado na forma da lei.

Art. 2º. São associados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas todos os atuais parlamentares e os que no futuro forem eleitos, independentemente de idade e de exame de saúde.

§ 1º. Os ex-congressistas poderão contribuir para o IPC, ficando sujeitos, entretanto, a um período de carência de 8 (oito) anos, para os efeitos dos benefícios. Será facultado recolherem de uma só vez as cotas correspondentes a esse prazo para imediato gozo dos benefícios.

§ 2º. As contribuições começarão a partir do início da presente legislatura.

Art. 3º. Poderão, ainda, contribuir, facultativamente, para o IPC os funcionários do Congresso Nacional e os parlamentares da última legislatura, desde que o requeriram dentro de 1 (um) ano, a contar da publicação da presente lei, ou, nos casos de futuras nomeações, da data do respectivo exercício.

Art. 4º. O congressista terá direito à pensão se houver cumprido, no mínimo, 8 (oito) anos de mandato.

Parágrafo único. Se ao término do mandato o congressista não houver completado o prazo estipulado neste artigo, ser-lhe-á concedido um auxílio, durante 6 (seis) meses, correspondentes à pensão devida nos demais casos.

Art. 5º. É facultado aos parlamentares no exercício do mandato à época em que entrar em vigor esta lei, bem como ao que, de futuro, não se reelegerem, continuarem a contribuir até ultrapassar as cotas relativas a 8 (oito) anos, na forma e para os fins do § 1º do art. 2º, ou receber contribuições recolhidas, acrescidas dos juros pagos pelo Banco onde são feitos os depósitos do IPC.

Art. 6º. A receita do IPC constituir-se-á das contribuições e rendas seguintes:

a) contribuição dos associados, no valor de 10% (dez por cento) sobre os subsídios ou vencimentos fixos, descontado em folha;

b) contribuição da Câmara respectiva, correspondendo a 10% (dez por cento) sobre a parte fixa dos subsídios ou vencimentos, verba que deve ser incluída anualmente no orçamento do Poder Legislativo;

c) saldo das diárias descontadas dos congressistas que faltarem às sessões;

d) juros e lucros auferidos pelo Instituto;

e) doações, legados, auxílios e subvenções.

Art. 7º. Todas as contribuições serão recolhidas, mensalmente, ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, em conta especial, que só poderá ser movimentada, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Até o dia 5 de cada mês, os Presidentes da Câmara e do

Senado farão publicar no Diário do Congresso Nacional o balanço mensal das contas do IPC, assinado pelo seu Presidente e pelo Tesoureiro.

Art. 8º. Serão concedidos aos contribuintes do IPC os seguintes benefícios:

a) pensão aos ex-congressistas, proporcional aos anos de mandato, à razão de 1/30 (um trinta avos) por ano, não podendo ser inferior à quarta parte do subsídio fixo nem a ele superior, bem como aos ex-funcionários, na mesma proporção. A pensão, em qualquer hipótese, fica subordinada ao recolhimento das contribuições correspondentes a 8 (oito) anos;

b) em caso de morte, pensão correspondente a 50% (cinquenta por cento) da que caberia, na época do falecimento, ao contribuinte, e deferida na seguinte ordem:

I — à viúva e filhos de qualquer condição;

II — à pessoa do sexo masculino, menor ou incapaz, ou do sexo feminino, menor, solteira, desquitada ou viúva, ou incapaz, e que vivam sob a dependência econômica do contribuinte.

c) pensão integral ao contribuinte inválido por acidente em serviço, ou por moléstia incurável ou contagiosa, seja qual for o tempo de mandato ou exercício no cargo;

d) em caso de morte, auxílio funeral correspondente a 1 (um) mês dos subsídios ou proventos do contribuinte, pago à pessoa ou pessoas que por ele tenham sido designadas, ou que tenham feito as despesas dos funerais;

e) seguro de vida coletivo em favor de todos os contribuintes, até o máximo de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Terminado o mandato, o ex-parlamentar poderá continuar a pagar o seguro ou sair dele, de acordo com as normas vigentes, se não desejar continuar a contribuir para o Instituto.

§ 1º. O contribuinte solteiro, desquitado ou viúvo, se tiver filhos capazes de receber benefício, poderá destinar-lhes metade da pensão, ou, se não os tiver, a pessoa que constituir beneficiária especial.

§ 2º. Salvo incapacidade, os filhos perderão o direito à pensão ao atin-

girem a maioridade, e as filhas, pelo casamento.

§ 3º. Não haverá reversão de pensão, a não ser entre os beneficiários da mesma, e ainda assim, quando expressamente declarado pelo contribuinte.

Art. 9º. Perderá o direito à pensão o beneficiário condenado por crime de natureza dolosa, do qual tenha resultado a morte do contribuinte.

Art. 10. É permitida a acumulação de pensão do IPC com pensões e proventos de qualquer natureza.

Art. 11. A pensão será sempre atualizada pela tabela de subsídios ou vencimentos em vigor, inclusive quanto aos benefícios dos contribuintes falecidos, de acordo com as disposições do art. 8º desta lei.

Art. 12. A administração do IPC será assim constituída:

a) um Presidente, eleito anualmente por uma das Casas do Congresso, alternadamente, a começar pela Câmara dos Deputados;

b) um Conselho Deliberativo de 6 (seis) membros, composto de 2 (dois) Senadores e 4 (quatro) Deputados, eleitos pela Assembléia dos Contribuintes;

c) um Tesoureiro, escolhido pelo Presidente dentre os congressistas.

Art. 13. Todas as funções do IPC serão exercidas gratuitamente.

Art. 14. Compete ao Presidente do IPC:

a) executar todos os atos e negócios da instituição;

b) presidir as Assembléias Gerais e as reuniões do Conselho Deliberativo, com voto apenas de desempate;

c) prestar contas da administração;

d) nos casos de renúncia ou impedimentos de Conselheiros, convocar os respectivos suplentes;

e) requisitar aos Presidentes das duas Câmaras os funcionários necessários ao funcionamento do Instituto;

f) representar o IPC em juízo e fora dele.

Art. 15. Compete ao Conselho Deliberativo:

a) resolver todos os assuntos de importância do IPC;

- b) fiscalizar a administração;
- c) votar os orçamentos do Instituto;
- d) aprovar as contas;
- e) autorizar o Presidente a fazer operações de crédito, adquirir e alienar bens;
- f) examinar e julgar todos os processos de admissão do contribuinte e de pagamentos das pensões;
- g) julgar os recursos interpostos aos atos do Presidente;
- h) resolver sobre os casos omissos.

Art. 16. O Conselho deliberará sempre pela maioria de seus membros.

Art. 17. Compete ao Tesoureiro:

- a) a escrituração e guarda dos livros do IPC;
- b) assinar, com o Presidente, os balanços da instituição;
- c) prestar informações sobre a receita e a despesa;
- d) proceder ao pagamento dos pensionistas e outros credores, em cheque nominativo, visado pelo Presidente.

Art. 18. Os Presidentes das Casas do Congresso porão à disposição do Instituto, sem ônus para este, os funcionários necessários aos seus serviços e lhe fornecerão o material do expediente indispensável ao seu funcionamento.

Art. 19. O IPC não poderá admitir funcionários, a qualquer título, além dos que forem requisitados na forma dos artigos 14, letra e, e 18.

Art. 20. O Presidente do IPC determinará que se proceda anualmente ao levantamento da situação financeira do Instituto, através de cálculos atuariais, por técnicos de reconhecida competência.

Art. 21. Os recursos disponíveis do IPC deverão ser aplicados, por deliberação do Presidente, autorizado pelo Conselho Deliberativo, em inversões rendáveis.

Art. 22. O IPC instituirá seguro coletivo para seus associados.

Parágrafo único. O seguro a que se refere este artigo destinar-se-á a assegurar o pagamento das contribui-

ções que faltarem para completar o prazo de carência, em caso de morte ou de invalidez do contribuinte no exercício do mandato ou do cargo.

Art. 23. Sempre que o beneficiário se investir em mandato legislativo remunerado, para qualquer das Casas do Congresso, ou em função pública remunerada, perderá o direito ao recebimento da pensão, durante o exercício do mandato ou do cargo público.

Parágrafo único. Findo o mandato ou deixando o exercício do cargo público, far-se-á o reajustamento da pensão, na razão do tempo em que haja o beneficiário integrado o Congresso Nacional ou exercido o cargo público.

Art. 24. As assembleias e as reuniões do Conselho Deliberativo realizar-se-ão no edifício da Câmara dos Deputados.

Art. 25. A Assembleia Geral, composta dos associados do Instituto, reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 30 de março de cada ano, para:

- a) tomar conhecimento do relatório do Presidente sobre o movimento do Instituto no ano anterior;
- b) deliberar sobre assuntos de interesse do Instituto e não compreendidos na competência do Presidente ou do Conselho Deliberativo;
- c) eleger os membros do Conselho Deliberativo e seus suplentes.

Art. 26. Havendo motivo grave e urgente, a Assembleia poderá reunir-se extraordinariamente, convocada pelo Presidente, pelo Conselho, ou por 1/3 (um terço) dos contribuintes.

Art. 27. Dentro de 15 (quinze) dias, a partir da publicação desta lei, será eleito, pela Câmara dos Deputados, o primeiro Presidente do Instituto.

Art. 28. Incumbe ao Conselho, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, baixar o regulamento do IPC.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

LEI Nº 4.285 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzeiros), destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de novembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Expedito Machado

Carvalho Pinto

LEI Nº 4.286

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.287 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1963

Concede isenção fiscal à Petróleo Brasileiro S. A. e suas subsidiárias, a partir de 1º de janeiro de 1963, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás — e as demais empresas que vier a organizar nos termos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, ficam isentas de penalidades fiscais e do pagamento dos seguintes tributos federais.

I — Imposto de Renda sobre os resultados de suas atividades ou operações industriais e comerciais, a partir de 1º de janeiro de 1963.

II — Imposto do Selo e afins sobre os atos de constituição da Sociedade, integralização do seu capital, aquisição de bens e outros atos e instrumentos regulados por lei federal, beneficiados nas hipóteses de contratos, não só a Petrobrás e as subsidiárias como as demais pessoas que participem desses contratos.

III — Imposto de Consumo sobre as aquisições de bens móveis que fizer

consideradas como tais as mercadorias de produção nacional e estrangeira.

IV — Impostos ou direitos de importação para consumo, inclusive adicionais e taxas de despacho aduaneiro, bem como emolumentos consulares, com relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais de qualquer natureza, destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destinem.

V — Impostos e taxas de transferência de fundos para o exterior seja qual for a origem ou a natureza da remessa.

VI — Impostos e demais tributos arrecadados pela União nos Territórios Federais.

Parágrafo único. As importâncias correspondentes aos tributos, cuja isenção é concedida por esta lei, serão escrituradas à parte, constituindo um fundo de reserva destinado a investimentos ou a atender à constituição e aumentos de capital das subsidiárias da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás.

Art. 2º Todos os materiais e mercadorias referidos no item IV do artigo anterior, com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante Portaria das Alfândegas, ficando dispensados da exigência da comprovação de sua boa aplicação formulada pelo Decreto-lei n.º 309, de 24 de fevereiro de 1938.

Art. 3º A União destinará à tomada de ações e obrigações da Petrobrás os dividendos que lhe couberem na Sociedade, propondo a medida à Assembleia Geral dos Acionistas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e se aplica aos processos fiscais em curso.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 3 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Antônio de Oliveira Brito

LEI Nº 4.288

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.289 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1963

Considera patrimônio nacional a "Chácara do Visconde", situada na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerada Patrimônio nacional a "Chácara do Visconde", na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo, onde nasceu Monteiro Lobato.

Art. 2º O Ministério da Educação e Cultura, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instalará no referido imóvel o "Museu Monteiro Lobato".

Art. 3º Para as despesas decorrentes com a desapropriação do imóvel e sua restauração, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessário crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Julio Furquim Samoaquy

LEI Nº 4.290 — DE 5 DE
DEZEMBRO DE 1963

Modifica dispositivos do Código do Processo Civil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 238 do Código do Processo Civil fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 238 —

Parágrafo único. A notificação das testemunhas arroladas pelas partes somente será admitida quando requerida, no mínimo, com 5 (cinco) dias de antecedência da data da audiência".

Art. 2º O Art. 839 (*caput*) do Código do Processo Civil passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos os §§ 1º e 2º:

Art. 839. Das sentenças de primeira instância, proferidas em ações de valor igual ou inferior a duas vezes o salário mínimo vigente nas capitais respectivas dos Territórios e Estados, só se admitirão embargos de nulidade ou infringentes do julgado e embargos de declaração.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 5 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEI Nº 4.291 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1963

Altera dispositivo da Lei nº 3.242, de 13 de agosto de 1957, "que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências."

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho passa a ter a seguinte organização:

- I — Seção de Dissídios (S.D.);
- II — Seção de Previdência Social (S.P.S.);
- III — Seção de Executivos Fiscais (S.E.F.);
- IV — Seção de Administração (S.A.);
- V — Seção Financeira (S.F.);
- VI — Seção de Material, Protocolo e Arquivo (S.M.P.A.);
- VII — Portaria.

Parágrafo único. A Secretaria será dirigida por um Secretário.

Art. 2º A classificação das funções gratificadas da Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho e das Procuradorias Regionais do Trabalho será estabelecida em Regulamento, observadas as normas da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 3º Estende-se aos funcionários dos Quadros das Secretarias do Ministério Público da União, a partir da vigência desta lei, o disposto no artigo 1º da Lei nº 264, de 25 de fevereiro de 1948.

Art. 4º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério Público da União.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Amaury Silva

LEI Nº 4.292 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1963

Prorroga, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de junho de 1964, a vigência da Lei nú-

mero 1.300, de 28 de dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEI Nº 4.293 — DE 12 DE
DEZEMBRO DE 1963

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) destinado ao pagamento de diferença de subsídio e ajuda de custo a Deputados e de diferenças de vencimentos, diárias, gratificação adicional, salário-família e gratificação pela prestação de serviço extraordinário devidas a funcionários e relativas a exercícios anteriores.

Art. 2º O crédito a que se refere a presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEI Nº 4.294 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1963

Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1963.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São feitas as seguintes retificações na Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1963.

Ministério da Educação e Cultura

09.05.02 — Divisão de Pessoal (Encargos Gerais).	
Verba 1.0.00 — Custeio.	
Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.	
Onde se lê. Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos.	
1) Para atender às insuficiências das dotações discriminadas nos quadros analíticos da despesa	200.000.000
Leia-se:	
Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos.	
1) Para atender a insuficiência das dotações discriminadas nos quadros analíticos da despesa	33.500.000
1.1.12 — Salário-família	11.500.000
1.1.18 — Gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial, com risco de vida e saúde	25.000.000
1.1.26 — Gratificação especial de nível universitário	130.000.000
Diretoria do Ensino Industrial.	
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.	
Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Subconsignação 3.1.12 — Fundo Nacional do Ensino Médio.	
Item 2)	
Onde se lê: Conferência S. Vicente de Paulo (para o seu artesanato) — Palmeiras — Ponte Nova	8.000.000
Leia-se:	
Sociedade S. Vicente Paulo — Conselho Particular de Palmeiras — (Para o seu artesanato) — Ponte Nova	8.000.000
Diretoria do Ensino Secundário.	
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.	
Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Subconsignação 3.1.12 — Fundo Nacional do Ensino Médio.	
Item 1) — a	
14 — Minas Gerais.	
Onde se lê: Ginásio Estadual e Escola Oficial Marques Afonso de São Domingos do Prata	4.000.000
Leia-se:	
Escola Normal Oficial Marques Afonso de S. Domingos do Prata	4.000.000
Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)	
Verba 2.0.00 — Transferência	
Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.	
Subconsignação 2.1.02 — Subvenções Ordinárias.	
Adendo A.	

05 — Bahia	
Onde se lê:	
Ginásio Afrânio Peixoto	300.000
Leia-se:	
Educandário Afrânio Peixoto	300.000
14 — Minas Gerais	
Onde se lê:	
Colégio de Itambacuri — Itambacuri	400.000
Leia-se:	
Colégio Santa Clara — Itambacuri	400.000
Onde se lê:	
Sociedade S. Vicente de Paulo — Itambacuri	12.000
Leia-se:	
Conferência Vicentina N. Sra. dos Anjos — Itambacuri ..	12.000
Onde se lê:	
Ginásio São Sebastião — Matipó	50.000
Leia-se:	
Ginásio São João — Matipó	50.000
11 — Guanabara	
Onde se lê:	
Asilo S. João Evangelista	200.000
Leia-se:	
Asilo Espirita João Evangelista	200.000
Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)	
Verba 2.0.00 — Transferências	
Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.	
Consignação 2.1.03 — Subvenções Extraordinárias.	

Adendo B

14 — Minas Gerais	
Onde se lê:	
Obras Sociais da Divisa de Governador Valadares	200.000
Leia-se:	
Obras Sociais da Diocese de Governador Valadares	200.000
06 — Ceará	
Onde se lê:	
Fundação Aracatinense de Educação e Cultura — Aracati	7.100.000
Leia-se:	
Sociedade Pró-Melhoramentos de Aracati — Aracati	7.100.000

Ministério da Aeronáutica

Verba 1.0.00 — Investimentos.	
Consignação 4.1.00 — Obras	
Subconsignação 4.1.03 — Prosseguimento e Conclusão de obras.	
Onde se lê:	
Para conclusão da construção de alojamento para alunos com as salas correspondentes na Escola Preparatória de Cadetes do Ar de Barbacena	30.000.000
Leia-se:	
Para construções na Escola Preparatória de Cadetes do Ar de Barbacena	30.000.000
13 — Mato Grosso	
Onde se lê:	
Parque Indígena do Xingu	3.000.000
Leia-se:	
Parque Nacional do Xingu	3.000.000

Ministério da Agricultura

Departamento de Recursos Materiais Renováveis
 Verba 1.0.00 — Custeio
 Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos
 Subconsignação 1.6.23 — Diversos
 Manutenção de serviços diversos nos seguintes órgãos no
 Serviço Florestal.

Onde se lê:

- 31) Despesas com melhoramentos do Parque Indígena do Xingu, sede, transporte, aparelhamento, manutenção de postos de vigilância e assistência aos silvicultores 14.000.000

Leia-se:

- 31) Despesas com melhoramento do Parque Nacional do Xingu, sede, transporte, aparelhamento, manutenção de postos de vigilância e assistência aos silvicultores 14.000.000

Divisão de Orçamento

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.23 — Diversos

7) Outras Entidades

16 — Paraíba

Onde se lê:

- 18) Escola de Iniciação Agrícola de Campina Grande 12.000.000

Leia-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — Campina Grande 12.000.000

4.41.01.02 — Presidência da República (Encargos Gerais)

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.23 — Diversos

Item 5

Onde se lê:

- Para atender despesas com melhoramentos do Parque Indígena do Xingu, sede, transporte, aparelhamento, manutenção de postos de vigilância e assistência aos silvicultores 10.000.000

Leia-se:

- 1) Para atender despesas com melhoramentos do Parque Nacional do Xingu, sede, transporte, aparelhamento, manutenção de postos de vigilância e assistência aos silvicultores 10.000.000

Subanexo 4.19 — Ministério das Relações Exteriores

01.01 — Secretaria de Estado (Despesas Próprias).

Onde se lê:

1.6.17 — Serviços de Assistência Social.

Suprima-se a Emenda.

Leia-se:

“Suprima-se a subconsignação 1.6.17 — Serviços de Assistência Social”.

4.19 — Ministério das Relações Exteriores.

01.01 — Secretaria de Estado (Despesas Próprias)

Onde se lê:

1.6.17 — Serviços de Assistência Social

Suprima-se a Emenda.

01.02 — Secretaria de Estado (Encargos Gerais).

Adendo A

2.1.01 — Auxílios

Onde se lê:	
36) Instituto Brasileiro de Educação e Cultura	4.000.000
Leia-se:	
36) Instituto Brasileiro de Ciência, Educação e Cultura ..	4.000.000
Adendo B	
Onde se lê:	
2) Associação Cultural Oswaldo Aranha, no Exterior e elaboração de sua biografia	3.000.000
Leia-se:	
a) Associação Cultural Oswaldo Aranha, para pesquisa de sua obra no Exterior, elaboração de sua biografia, inclusive publicação	3.000.000

Ministério da Viação e Obras Públicas

Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)
 Verba 2.0.00 — Transferências
 Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções
 Subconsignação 2.1.01 — Auxílio
 1) Outras Rodovias

Onde se lê:

15 — Pará

- 1) Para obras, melhoramentos e pavimentação, através do Governo Federal:

Leia-se:

06 — Ceará

- 1) Para obras, melhoramentos e pavimentação através do Governo do Estado:

1) Subanexo 4.6 — Comissão do S. Francisco

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.21 — Órgãos em regime especial

7.0 — Desenvolvimento Cultural

Minas Gerais

Onde se lê:

- 28) "Ginásio de João Pinheiro", da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Leia-se:

Ginásio Municipal de João Pinheiro.

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.01 — Auxílios.

Onde se lê:

- 2) Governos Municipais

- 1) Para aplicação a cargo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei nº 2.597, de 12.9.55.

1) nos termos do art. 3º	200.000.000
2) nos termos do art. 4º	75.000.000

Leia-se:

- 2) Governos Municipais

- 1) Para aplicação a cargo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei nº 2.597 de 12 de setembro de 1955:

1) nos termos do art. 3º	75.000.000
2) nos termos do art. 4º	200.000.000

Onde se lê:	
36) Instituto Brasileiro de Educação e Cultura	4.000.000
Leia-se:	
36) Instituto Brasileiro de Ciência, Educação e Cultura ..	4.000.000
Adendo B	
Onde se lê:	
2) Associação Cultural Oswaldo Aranha, no Exterior e elaboração de sua biografia	3.000.000
Leia-se:	
a) Associação Cultural Oswaldo Aranha, para pesquisa de sua obra no Exterior, elaboração de sua biografia, inclusive publicação	3.000.000

Ministério da Viação e Obras Públicas

Divisão de Orçamento (Encargos Gerais)
 Verba 2.0.00 — Transferências
 Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções
 Subconsignação 2.1.01 — Auxílio
 1) Outras Rodovias

Onde se lê:

15 — Pará

- 1) Para obras, melhoramentos e pavimentação, através do Governo Federal:

Leia-se:

06 — Ceará

- 1) Para obras, melhoramentos e pavimentação através do Governo do Estado:

1) Subanexo 4.6 — Comissão do S. Francisco

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.21 — Órgãos em regime especial

7.0 — Desenvolvimento Cultural

Minas Gerais

Onde se lê:

- 28) "Ginásio de João Pinheiro", da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Leia-se:

Ginásio Municipal de João Pinheiro.

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.01 — Auxílios.

Onde se lê:

- 2) Governos Municipais

- 1) Para aplicação a cargo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei nº 2.597, de 12.9.55.

1) nos termos do art. 3º	200.000.000
2) nos termos do art. 4º	75.000.000

Leia-se:

2) Governos Municipais

- 1) Para aplicação a cargo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, de acordo com o disposto na Lei nº 2.597 de 12 de setembro de 1955:

1) nos termos do art. 3º	75.000.000
2) nos termos do art. 4º	200.000.000

Subanexo 4.11 — Ministério da Agricultura

07.04.02 — Divisão de Orçamento
 Consignação 2 1.00 — Auxílios e Subvenções.
 Subconsignação 2.1.03 — Subvenções Extraordinárias.

12 — Maranhão

Onde se lê:

Cooperativa dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís Ltda. — Para Assistência Social — São Luís	4.000.000
---	-----------

Leia-se:

Cooperativa de Consumo dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís Ltda. — Para Assistência Social — São Luís	4.000.000
--	-----------

Subanexo 4.11 — Ministério da Agricultura

07.04.02 — Divisão de Orçamento
 2.0.00 — Transferências
 2.1.00 — Auxílios e Subvenções
 2.1.02 — Subvenções ordinárias

12 — Maranhão

Onde se lê:

Cooperativa dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís Ltda. — São Luís — Para Assistência Social	400.000
---	---------

Leia-se:

Cooperativa de Consumo dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira de São Luís — Para Assistência Social	400.000
---	---------

Ministério da Agricultura

Onde se lê:

18 — 01 — Superintendência do Ensino Agrícola Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos Subconsignação 1.6.23 — Diversos 18 — Pernambuco 7) Ginásio Professor Domino de Bom Jardim, mantido pela Sociedade Beneficente Santa Inês, para educação no meio rural	6.000.000
---	-----------

Leia-se:

18 — 01 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos Subconsignação 1.6.23 — Diversos 18 — Pernambuco 7) Ginásio Professor Domino de Bom Jardim, mantido pela Sociedade Santa Inês para educação no meio rural ..	6.000.000
--	-----------

Ministério da Agricultura

Divisão de Orçamento
 Verba 1.0.00 — Custeio
 Consignação 1.6.00 — Encargos diversos
 Subconsignação 1.6.23 — Diversos
 10) Outras entidades
 26) Sergipe

Onde se lê:

- | | |
|---|-----------|
| 16) Serviço de Assistência Rural no interior, a cargo da Diocese de Sergipe | 3.000.000 |
|---|-----------|

Leia-se:

- | | |
|--|-----------|
| 16) Serviço de Assistência Rural no interior, a cargo da Arquidiocese de Sergipe | 3.000.000 |
|--|-----------|

Ministério da Agricultura

Serviço de Informação Agrícola
Verba 4.0.00 — Custeio
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos
Subconsignação 1.6.23 — Diversos

Onde se lê:

- | | |
|--|-----------|
| 8) Radiodifusão Rural e Cultura em Solânea, a cargo da Arquidiocese de Aracaju | 5.000.000 |
|--|-----------|

Leia-se:

- | | |
|---|-----------|
| 8) Radiodifusão Rural e Cultural em Sergipe, a cargo da Arquidiocese de Aracaju | 5.000.000 |
|---|-----------|

Ministério da Educação e Cultura

Diretoria do Ensino Secundário

3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.12 — Fundo Nacional do Ensino Médio
23) Rio Grande do Sul

Onde se lê:

- | | |
|---|-----------|
| Ginásio Estadual Dilhi, em Quaraí | 4.000.000 |
|---|-----------|

Leia-se:

- | | |
|---|-----------|
| Ginásio Estadual Professor Diehl, de Quaraí | 4.000.000 |
|---|-----------|

Ministério da Educação e Cultura

Diretoria do Ensino Superior (Encargos Gerais)
3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.22 — Fundo Nacional do Ensino Superior
3) Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
Item 2)

Onde se lê:

- | | |
|---|------------|
| 14) Instituto de Física e Matemática (Salvador) | 15.000.000 |
|---|------------|

Leia-se:

- | | |
|---|------------|
| 14) Instituto de Física e Matemática da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia | 15.000.000 |
|---|------------|

Subanexo 4.08 — S.P.V.E.A.

3.8.00 — Crédito e Participações
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
3.8.20 — Crédito Rural

12 — Maranhão

Onde se lê:

- 2) Cooperativa dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira e para os serviços de assistência social — São Luís 3.000.000

Leia-se:

- 2) Cooperativa de Consumo dos Pescadores e Empregados da Indústria Pesqueira e para serviços de assistência social — São Luís 3.000.000

Ministério da Saúde

Departamento Nacional de Saúde

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
 Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de

Financiamento.

Subconsignação 3.1.01 — Saúde e Higiene

Onde se lê:

27) Sergipe

- Associação Beneficente de Caridade N. S. dos Passos, para o Hospital Senhor dos Passos — São Cristóvão 11.000.000

Leia-se:

27) Sergipe

- Associação Beneficente do Hospital de Caridade Nosso Senhor dos Passos — para o Hospital Senhor dos Passos — São Cristóvão 11.000.000

Ministério da Viação e Obras Públicas

Departamento dos Correios e Telégrafos

Verba 4.0.00

Consignação 4.1.00

Subconsignação 4.1.02

06 — Ceará

Item 3

Onde se lê:

— através de micro-ondas

Diga-se:

— através do sistema VHF, micro-ondas ou outro processo técnico adequado.

Subanexo 4.11 — Ministério da Agricultura

Onde se lê:

- 1) — 09.02.06 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste.
 2) — 09.02.07 — Instituto de Desquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte.
 3) — 09.02.10 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro Oeste.

- 4) — 09.02.09 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul.

Leia-se:

- 1) — 09.02.06 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste.
2) — 09.02.08 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte.
3) — 09.02.09 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro Oeste.
4) — 09.02.10 — Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul.

Subanexo 5.04 — Justiça Eleitoral

Onde se lê:

0.3.04 — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Leia-se:

02.04 — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Ministério da Educação e Cultura

09.04.02 — Divisão de Orçamento.

Onde se lê:

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções ordinárias.

19 — Piauí

Associação de Amparo aos Menores Abandonados (SAMAP) — Teresina — 200.000.

Leia-se:

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções ordinárias.

19 — Piauí

Sociedade de Amparo aos Menores Abandonados do Piauí (SAMAP) — Teresina — 200.000.

Art. 2º — Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

Curvalho Pinto

Expedito Machado

João Augusto de Araújo Castro

Oswaldo Lima Filho

Julio Furquim Sambaqui

Anysio Botelho

Wilson Fadul

(*) LEI Nº 4.295 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1963

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União Para o Exercício Financeiro de 1964

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República sancionou, nos termos do § 2.º do artigo 70, da Constituição Federal e eu, Auro Soares de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo, de acordo com o disposto no § 4º do mesmo artigo da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1964, discriminado pelos Anexos integrantes desta lei, estima a Receita em Cr\$ 1.478.783.539.000,00 (um trilhão, quatrocentos e setenta e oito bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, quinhentos e trinta e nove mil cruzeiros) e fixa a Despesa em Cr\$ 2.110.256.660.000,00 (dois trilhões, cento e dez bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros).

Art. 2.º Será a Receita realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas, suprimento de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias na forma da legislação em vigor e das especificações do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
1 — Receita Ordinária		
1.1 — Renda Tributária	1.270.500.034	
1.2 — Renda Patrimonial	25.000.000	
1.3 — Renda Industrial	8.993.501	
1.4 — Rendas Diversas	17.440.004	1.321.933.539
2 — Receita Extraordinária		156.850.000
Total da Receita		1.478.783.539

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único, criado pelo Decreto-lei nº 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis números 1.749, de 28 de novembro de 1952 e 2.975, de 27 de novembro de 1956, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido nos artigos 8.º e 9.º, da Lei n.º 2.975, de 27 de novembro de 1956.

Art. 4.º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos constantes dos Anexos 2 a 5 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
2 — Poder Legislativo		
2.01 — Câmara dos Deputados ...	8.107.606	
2.02 — Senado Federal	6.072.230	14.179.836
3 — Órgãos Auxiliares		
3.01 — Tribunal de Contas	2.260.285	
3.02 — Conselho Nacional de Economia	310.385	2.570.670

(*) — Os anexos integrantes desta lei vêm publicados em Suplemento à presente edição.

4 — Poder Executivo

	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
4.01 — Presidência da República	47.152.213	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público	1.445.837	
4.03 — Estado-Maior das Forças Armadas	633.799	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	24.649	
4.05 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	9.166.694	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco	16.281.945	
4.07 — Conselho Nacional de Telecomunicações	799.088	
4.08 — Conselho de Segurança Nacional	735.590	
4.09 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	26.546.330	
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País	2.298.000	
4.11 — Ministério da Aeronáutica	113.842.451	
4.12 — Ministério da Agricultura	121.576.634	
4.13 — Ministério da Educação e Cultura	205.614.027	
4.14 — Ministério da Pazenda	363.095.520	
4.15 — Ministério da Guerra	142.457.053	
4.16 — Ministério da Indústria e do Comércio	5.159.785	
4.17 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	77.208.348	
4.18 — Ministério da Marinha	82.027.867	
4.19 — Ministério das Minas e Energia	73.748.768	
4.20 — Ministério das Relações Exteriores	10.571.156	
4.21 — Ministério da Saúde	77.208.348	
4.22 — Ministério do Trabalho e Previdência Social	80.864.201	
4.23 — Ministério da Viação e Obras Públicas	641.029.401	
4.24 — Órgãos transferidos para o Estado da Guanabara	28.308.149	
		2.077.894.402

5 — Poder Judiciário

5.01 — Supremo Tribunal Federal	588.154	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos	1.500.799	
5.03 — Justiça Militar	1.230.978	
5.04 — Justiça Eleitoral	4.925.275	
5.05 — Justiça do Trabalho	6.670.593	
5.06 — Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	595.953	
		15.611.752
Total da Despesa		2.110.256.660

Art. 5.º A execução das dotações inscritas na Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.1.09 — Pessoal Civil, Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas será realizada após o seu desdobramento, em orçamentos analíticos, de acordo com a seguinte discriminação:

- 01 — Vencimentos
- 02 — Subsídios e representação a ocupantes de cargos eletivos
- 03 — Percentagens
- 04 — Auxílio para diferença de caixa
- 05 — Salário-família
- 06 — Gratificação de função
- 07 — Gratificação pelo exercício de magistério
- 08 — Gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais
- 09 — Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde
- 10 — Gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva
- 11 — Gratificação adicional por tempo de serviço
- 12 — Gratificação de tempo integral
- 13 — Gratificação especial de nível universitário
- 14 — Abono (art. 6.º, da Lei n.º 4.069-62)
- 15 — Abono pela permanência no serviço ativo (art. 13 da Lei número 4.069-62)
- 16 — Gratificação de presença aos membros da Justiça Eleitoral
- 17 — Gratificação especial para complementação do salário-mínimo
- 18 — Diferença de vencimentos
- 19 — Diversos

§ 1.º Os orçamentos analíticos, de que trata este artigo, serão, obrigatoriamente, publicados no *Diário Oficial* e só poderão ser alterados até 15 de outubro.

§ 2.º Os Balanços Gerais da União apresentarão as despesas da Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos e vantagens fixas discriminadas pelos itens enumerados neste artigo.

Art. 6.º As Divisões ou Serviços de Pessoal, Material, Orçamento e Obras dos Ministérios, inclusive a Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda, sempre que necessário, movimentarão as dotações de pessoal, material de consumo, material permanente, serviços de terceiros, encargos diversos, obras e equipamentos discriminados nos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 7.º Fica o Poder Executivo autorizado a expedir Decreto, especificando as obras públicas e demais investimentos, que nesta Lei se acham inscritos sob a forma de dotações globais distribuídas pelas Unidades da Federação, observados os limites dos respectivos créditos.

Art. 8.º No exercício de 1964, as despesas decorrentes de enquadramentos de pessoal da União pago à conta de dotações globais e relativas a esse exercício serão atendidas por esses mesmos recursos, até que possam ser devidamente classificados na rubrica 1.1.00 — Pessoal Civil.

Art. 9.º A movimentação dos créditos constantes do Subanexo 4.24 — Órgãos transferidos para o Estado da Guanabara ficará a cargo do Ministério da Fazenda, por intermédio da Diretoria da Despesa Pública.

Art. 10. O Ministério da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até 20% (vinte por cento) sobre o montante da Despesa.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 15 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

AURO SOARES MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

LEI Nº 4.296 — DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1963

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso, o imóvel situado à Pra-

ça Nossa Senhora da Conceição, esquina de Cândido Mariano, cujo terreno mede 36 por 41,5 metros, no qual está construído um prédio de pavimento térreo, com 23 peças, inclusive instalações sanitárias externas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Abelardo Jurema

LEIS NS. 4.297 A 4.299

Ainda não foram publicadas no *Diário Oficial*.

LEI Nº 4.300 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1963

Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O efetivo do posto de Almirante-de-Esquadra do Corpo da Armada é fixado em quatro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 23 de dezembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Sylvio Borges de Souza Motta

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 4.250 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano de Previdência constante da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, fica estendido aos contribuintes do Montepio Civil dos funcionários públicos federais e aos funcionários da União que contribuem obrigatoriamente para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros e Empregados em Serviços Públicos.

Art. 2º A despesa com o pagamento da diferença decorrente da execução do disposto nesta lei correrá à conta do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

João Goulart

Abelardo Jurema

Sylvio Borges de Souza Motta

Jair Ribeiro

João Augusto de Araújo Castro

Carvalho Pinto

Expedito Machado

Oswaldo Lima Filho

Paulo de Tarso

Amaury Silva

Anysio Botelho

Wilson Fadul

Antonio de Oliveira Brito

Egydio Michaelsen

LEI Nº 4.261 — DE 12 DE
SETEMBRO DE 1963

Concede pensão vitalícia de
Cr\$ 40.000,00 do jornalista ...

Concede pensão vitalícia de
Cr\$ 40.000,00 ao jornalista Appari-
cio Torelly.

Leia-se:

Retificação
Na ementa, onde se lê:

Concede pensão vitalícia de
Cr\$ 40.000,00 ao jornalista ...

LEI Nº 4.262 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

Altera os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria do aeronauta e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, são desdobrados em 3 (três), com a seguinte redação:

"Art. 5º

§ 1º Denomina-se salário de contribuição do aeronauta a remuneração efetivamente percebida, durante o mês, nela integradas todas as importâncias recebidas, a qualquer título, em pagamento dos serviços prestados, limitada a 17 (dezesete) vezes o salário-mínimo de maior valor vigente no País.

§ 2º O provento de aposentadoria do aeronauta terá por base o salário de contribuição, não podendo ser inferior ao salário-mínimo de maior valor vigente no País, nem superior a 17 (dezesete) vezes o valor do referido salário, feitas as revisões de proventos em decorrência desta lei, ou de alterações legais posteriores que aumentem o valor do salário-mínimo vigente.

§ 3º Ocorrendo a hipótese prevista no § 2º, *in fine*, os proventos que estiverem sendo pagos aos aposentados serão atualizados, a fim de que o coeficiente percentual do valor do provento seja mantido na mesma proporção do em que o aeronauta fez jus na data da sua aposentadoria".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Anysio Botelho

Amaury Silva

LEI Nº 4.263 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1963

Altera dispositivos da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria dos aeronautas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A aposentadoria do aeronauta será concedida:

I — por invalidez, com uma renda mensal correspondente a 70% (setenta por cento) do "salário benefício", acrescida de mais 1% (um por cento) desse salário, para cada grupo de 12 (doze) contribuições mensais realizadas pelo segurado, até o máximo de 30% (trinta por cento), consideradas como uma única todas as contribuições realizadas em um mesmo mês.

II — ordinária, ao que contar mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, com provento equivalente a tantas trigésimas partes do salário, até 30 (trinta), quantos forem os anos de serviço".

Art. 2º Aplicam-se ao regime de aposentadoria do aeronauta os preceitos da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), salvo quanto ao que dispõe, de modo especial, esta lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963; 142º da Independência e 75º da República.

JOÃO GOULART

Ayrísio Botelho

Amaury Silva

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII, de 1963, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de
Cr\$ 300.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 4.137, de 10 de setembro de 1962.

Decreto n.º 52.785 — de 30 de outubro de 1963.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de
Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto n.º 52.882 — de 20 de novembro de 1963.

AÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR

Prorroga o prazo fixado no artigo 1º do Decreto n.º 52.425, de 31 de agosto de 1963, que suspendeu as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Ação Democrática Popular (ADEP).

Decreto n.º 53.042 — de 28 de novembro de 1963.

ACÓRDOS

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilegios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro aos 6 de julho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 24, de 1963.

Aprova o Acôrdio para o Estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura.

Decreto Legislativo n.º 25, de 1963.

Ratifica o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Decreto Legislativo n.º 28, de 1963.

Aprova a Declaração sobre Adesão Provisória da República Argentina do Acôrdio-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo n.º 30, de 1963.

Aprova o Acôrdio de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960.

Decreto Legislativo n.º 32, de 1963.

Aprova o texto do Acôrdio de Cooperação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa, a 2 de maio de 1962, na cidade do Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 33, de 1963.

Aprova as Notas trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação de Acôrdio para o Programa de Agri-

cultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1953.

Decreto Legislativo nº 34, de 1963.

Aprova o texto do Acôrdo Cultural concluído entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polónia, a 19 de outubro de 1961, em Brasília.

Decreto Legislativo nº 36, de 1963.

Aprova o Acôrdo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China assinado, no Rio de Janeiro, a 28 de dezembro de 1962.

Decreto Legislativo nº 38, de 1963.

Promulga o Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Hungria.

Decreto nº 53.046 — de 2 de dezembro de 1963.

Promulga o Acôrdo Internacional do Trigo.

Decreto nº 52.744 — de 24 de outubro de 1963.

Promulga o Acôrdo de Migração e Colonização Brasil-Japão.

Decreto nº 52.920 — de 22 de novembro de 1963.

Fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento dos membros da Magistratura e do Ministério Público Estaduais.

Decreto nº 53.342 — de 24 de dezembro de 1963.

AÇOS FINOS PIRATINI S.A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000,00, destinado à participação da União, no exercício de 1962, da cota de capital da sociedade de economia mista Aços Finos Piratini S.A.

Lei nº 4.271 — de 24 de outubro de 1963.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto nº 52.156, de 25 de junho de 1963, e acrescenta ao citado artigo parágrafo único e dá outras providências.

Decreto nº 53.315 — de 16 de dezembro de 1963.

Autoriza a admissão de 75 (setenta e cinco) ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira.

Decreto nº 53.362 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza a entrega gratuita à Administração do Porto do Rio de Janeiro, de imóveis situados no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.528 — de 27 de setembro de 1963.

AERONAUTAS

Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria do aeronauta e dá outras providências.

Lei nº 4.262 — de 12 de setembro de 1963.

Altera dispositivos da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, que dispõe sobre a aposentadoria dos aeronautas.

Lei nº 4.263 — de 12 de setembro de 1963.

Altera o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 41.660, de 7 de junho de 1957.

Decreto nº 52.685 — de 14 de outubro de 1963.

Acresce número ao item II do artigo 1º e modifica o parágrafo 1º do artigo 9º do Decreto nº 52.040, de 22 de maio de 1963.

Decreto nº 52.686 — de 14 de outubro de 1963.

Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.

Decreto nº 52.711 — de 21 de outubro de 1963.

Promoção no Corpo do Pessoal Subalterno da Aeronáutica.

Decreto nº 52.806-A — de 5 de novembro de 1963.

Retifica e ratifica consolidando os Decretos ns. 45.737, 45.738 e 45.739, todos de 6 de abril de 1959.

Decreto nº 52.922 — de 25 de novembro de 1963.

Estabelece a divisão do território nacional em Zonas Aéreas.

Decreto nº 53.077 — de 4 de dezembro de 1963.

Dispõe sobre a organização inicial da 6ª Zona Aérea.

Decreto nº 53.078 — de 4 de dezembro de 1963.

Organiza no Ministério da Aeronáutica, a Base Aérea de Brasília.

Decreto nº 53.079 — de 4 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Escola Superior de Guerra.

Decreto nº 53.080 — de 4 de dezembro de 1963.

Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.

Decreto nº 53.336 — de 23 de dezembro de 1963.

AGÊNCIA FINANCIAL DE PORTUGAL

Prorroga o prazo de autorização para funcionar no País da Seção Bancária da Agência Financeira de Portugal, organismo do Governo de Portugal.

Decreto nº 52.527 — de 27 de setembro de 1963.

AGRICULTURA

Aprova as Notas Trocadas entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América para prorrogação de Acôrdo para o Programa de Agricultura e Serviços Naturais, firmado pelos dois países a 26 de junho de 1963.

Decreto Legislativo nº 34 — de 1963

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Aloysio Ottilio Rohr a pesquisar água mineral, no município de Pato Branco, Estado do Paraná.

Decreto nº 52.854 — de 18 de novembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Mineração do Planalto Ltda. a pesquisar água mineral natural no município de Luziânia, Estado da Goiás.

Decreto nº 52.969 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Carmine Lourenço Del Guizo a pesquisar água mineral no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.980 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Oswald Gerola a pesquisar água mineral no Município de Descalvado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.988 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alexandre Nestler a pesquisar água mineral, no município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.997 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a cidadão brasileiro Odilon Izar a lavrar água mineral no município de Garça, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.015 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Inocêncio Pinto Ribeiro a pesquisar água mineral no município de Poá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.022 — de 27 de novembro de 1963.

AGUAS PÚBLICAS

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

ALIANÇA DE MINAS GERAIS COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Aliança de Minas Gerais Companhia de Seguros, inclusive aumento de capital social.

Decreto nº 52.793 — de 30 de outubro de 1963.

ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

Aprova o Acôrdio para o Estabelecimento de um Instituto Latino Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para o Alimentação e a Agricultura.

Decreto Legislativo nº 25, de 1963.

ALVORADA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Alvorada Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto nº 52.775 — de 29 de outubro de 1963.

A MARÍTIMA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da «A Marítima» — Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento de capital.

Decreto nº 52.483 — de 19 de setembro de 1963.

AMENDOIM

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da safra de 1963-64.

Decreto nº 52.615 — de 3 de outubro de 1963.

AMIANTO

Autoriza a Sociedade Brasileira de Mineração «Fama» Ltda. a pesquisar amianto no município de Lavras do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.999 — de 27 de novembro de 1963.

AMOSTRAGEM

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

A NACIONAL COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da A. Nacional Companhia Brasileira de Seguros Gerais.

Decreto nº 52.482 — de 19 de setembro de 1963.

AREIA

Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda. a pesquisar caulim e areia no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.333 — de 23 de dezembro de 1963.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lacerda de Arruda Botelho a pesquisar areia quartzosa, no município de Itu, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.659 — de 26 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Leão Benedito de Araújo Novais a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.001 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Thales de Mendonça e Silva a pesquisar areia quartzosa no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.017 — de 27 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 46.732, de 26 de agosto de 1959.

Decreto nº 53.118 — de 10 de dezembro de 1963.

ARGILA

Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar argila e caulim no município de Natividade da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.820 — de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Moyses Caran a lavrar argila no Município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.821 — de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Foad José Jorge a lavrar argila, no município de Jacanga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.806 — de 5 de novembro de 1963.

Autoriza a Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S.A. a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.931 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a S.A. de Cimento Mineração e Cabotagem «Cimimar» a pesquisar argila, no município de Arujá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.953 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S.A. a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.987 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Dante Marchione a lavrar argila e caulim no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.014 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.141 — de 10 de dezembro de 1963.

ARMADA

Eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada.

Lei nº 4.300 — de 23 de dezembro de 1963.

Altera dispositivos da Ordenança Geral para o Serviço da Armada.

Decreto nº 52.670 — de 11 de outubro de 1963.

Altera o art. 36 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Ver, também, MARINHA e MINISTÉRIO DA MARINHA

Decreto nº 52.676 — de 14 de outubro de 1963.

ARMAZENS E SILOS

Dispõe sobre o pessoal da extinta Comissão Executiva de Armazéns e Silos.

Decreto nº 53.365 — de 31 de dezembro de 1963.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Aprova a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 23, de 1963.

Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Portugal, assinada em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Decreto Legislativo n.º 26, de 1963.

ASSOCIAÇÃO SERGIPANA DE IMPRENSA

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 52.878 — de 20 de novembro de 1963.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Concede auxílios especiais do Colégio Salesiano Santa Rosa e a Escola Industrial Dom Bosco, de Niterói, a Escola Salesiana Dom Bosco, de Fortaleza; do Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, de Vitória, do Ginásio Arquidiocesano, de Teresina; e dá outras providências.

Lei n.º 4.264 — de 3 de outubro de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) em favor do Hospital Espirita André Luís, de Belo Horizonte.

Lei n.º 4.267 — de 8 de outubro de 1963.

Concede auxílios financeiros ao Colégio dos Irmãos Maristas e à União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em Brasília, e dá outras providências.

Lei n.º 4.275 — de 4 de novembro de 1963.

B

BALAS E CONFEITOS

Modifica o Decreto, n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

BANCO DE PRODUÇÃO E FOMENTO DO ESTADO DO ACRE S.A.

Autorização para subscrição pública de ações para constituição do capital do Banco de Produção e Fomento do Estado do Acre, S.A., Sociedade de economia mista.

Decreto n.º 52.879 — de 20 de novembro de 1963.

BANCO DO BRASIL

Autoriza os Institutos de Aposentadoria e Pensões a assinarem convênio para a venda de suas unidades habitacionais de Brasília.

Decreto n.º 52.759 — de 24 de outubro de 1963.

BANCO DO ESTADO DA GUANABARA S.A.

Aprova o aumento de capital e a reforma estatutária do Banco do Estado da Guanabara, S.A.

Decreto n.º 53.055 — de 2 de dezembro de 1963.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Dá nova redação ao art. 32 do regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n.º 52.972 — de 26 de novembro de 1963.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro Octaviano Gomes a pesquisar bauxita no município de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 52.867 — de 19 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar, bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.974 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Barbosa de Paula a pesquisar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.992 — de 27 de novembro de 1963.

Retifica o art. 1º do Decreto número 35.747, de 30 de junho de 1954.

Decreto nº 53.003 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Schwerber a lavar bauxita e minério de ferro, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.027 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro João de Mello Franco a pesquisar quartzo e bauxita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.034 — de 28 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 47.396, de 10 de dezembro de 1959.

Decreto nº 53.111 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a pesquisar Bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.120 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Alumínio a lavar bauxita no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.142 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Geral de Minas a lavar bauxita, no município de

Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.149 — de 10 de dezembro de 1963.

BEBIDAS

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

BELCAL — INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Belcal — Indústria e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.844 — de 18 de novembro de 1963.

BENS IMÓVEIS DA UNIÃO

Extinção de Grupo de Trabalho.

Decreto nº 52.875 — de 20 de novembro de 1963.

BIBLIOTECAS

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Bibliotecas do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 52.797 — de 31 de outubro de 1963.

BOAVISTA COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Boavista Companhia de Seguros de Vida, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.769 — de 29 de outubro de 1963.

BÓLSAS DE ESTUDO

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a instituir bolsas de estudos e de especialização, a médicos formados pelas Universidades Brasileiras.

Decreto nº 53.023, de 27 de novembro de 1963.

BONARGILA LTDA.

Concede à Bonargila Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.943 — de 26 de novembro de 1963.

BORBOREMA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Borborema Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 52.913 — de 22 de novembro de 1963.

BOVINOS

Substitui a alínea «c» de cláusula I do Decreto nº 37.043, de 16 de março de 1955.

Decreto nº 52.095 — de 22 de novembro de 1963.

BRASÍLIA

Autoriza os Institutos de Aposentadoria e Pensões a assinarem convênio para a venda de suas unidades habitacionais de Brasília.

Decreto nº 52.759 — de 24 de outubro de 1963.

C**CACAU**

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

CADUCIDADE (AUTORIZAÇÃO PARA LAVRAS OU PESQUISAS)

Dispõe sobre função considerada de caráter ou interesse militar, e dá outras providências.

Decreto nº 53.092 de 9 de dezembro de 1963.

CAFÉ

Promulga o Convênio Internacional do Café.

Decreto nº 52.896 de 21 de novembro de 1963.

CAFEICULTURA

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (CEAC).

(Publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1963).

Decreto nº 52.530 de 27 de setembro de 1963.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Quadro de Pessoal do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e dá outras providências.

Decreto nº 52.868 de 19 de novembro de 1963.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo e dá outras providências.

Decreto nº 53.332 de 19 de dezembro de 1963.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro João de Macedo Linhares a pesquisar calcário no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 2.138 de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza Incogramar Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda. a lavrar mármore e calcário no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 2.215 de 22 de janeiro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Moreira Torres a lavrar calcário, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.820 de 12 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Carvalho a pesquisar calcário no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo. D

Decreto n.º 52.845 de 18 de novembro de 1963.

Cria uma Embaixada autônoma do Brasil na República da Coreia.

Decreto n.º 52.919 de 22 de novembro de 1963.

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S. A. a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.931 de 26 de novembro de 1963.

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S.A. a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.987 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Fonseca Filho a pesquisar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.028 de 28 de novembro de 1963.

Renovou o Decreto n.º 48.394, de 23 de junho de 1960.

Decreto n.º 53.115 de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza Indústria, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.141 de 10 de dezembro de 1963.

CALCÁRIO DOLOMITICO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar calcário dolomítico no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.928 de 25 de novembro de 1963.

CAL QUIMICA MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

Concede à Cal-Química-Mineração, Indústria e Comércio Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.123 de 10 de dezembro de 1963.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Poder Legislativo — Subanexo 2.01 — Câmara dos Deputados o crédito suplementar de Cr\$ 2.241.410.000,00, ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 1963.

Lei n.º 4.277 de 4 de novembro de 1963.

CARNE BOVINA

Determina o recolhimento ao Banco do Brasil S.A. da diferença entre os preços máximos estipulados pela resolução n.º 6-63 do Conselho Deliberativo da SUINAB e os estabelecidos nos contratos que menciona e dá outras providências.

Decreto n.º 52.869 de 19 de novembro de 1963.

CARNES E DERIVADOS

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 de 22 de novembro de 1963.

CARTAS-PATENTES

Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.

Decreto n.º 52.711 de 21 de outubro de 1963.

CARVÃO MINERAL

Autoriza a Carbonífera Criciúma Limitada a lavar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 52.855, de 18 de novembro de 1963.

Autoriza a Carbonífera Criciuma Limitada a lavar carvão mineral no município de Criciuma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 52.968 de 26 de novembro de 1963.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a lavar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto n.º 52.923 de 25 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a lavar cassiterita no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto n.º 52.924 de 25 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Mali a lavar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto n.º 52.925 de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Jacauna Maia a lavar cassiterita, no município de Pôrto Velho, Território Federal de Rondônia.

Decreto n.º 52.936 de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Mineração do Nordeste Brasileiro Ltda. a lavar cassiterita, no município de Itapiúna, Estado do Ceará.

Decreto n.º 53.102 de 10 de dezembro de 1960.

Renova o Decreto n.º 47.634 de 15 de janeiro de 1960.
CAULIM

Decreto n.º 1.820 de 4 de dezembro de 1962.

Autoriza Supargila Ltda. a pesquisar argila e caulim no município de Natividade da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.848 de 18 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Giovanni Lantieri a pesquisar caulim, no município de Arujá, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.956 de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Mineração Carazal Ltda. a lavar caulim no Município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.965 de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Porcelana Real S. A. a pesquisar caulim no município de Embú, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.981 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Cesar Impiglia a pesquisar quartzo e caulim no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.990 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza Waldor Andrade e Cia. Ltda., a pesquisar caulim no município de Tocantins, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.993 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a lavar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.998 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Caolim Ltda. a pesquisar caulim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.014 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Dante Marthoie a lavar argila e caulim, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.019 de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Alves Motta a lavrar caulim no município de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 53.122 de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Caolim Ltda. a lavrar caulim no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.148 de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda., a lavrar caulim e feldspato no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.333 de 23 de dezembro de 1963.

Autoriza Representações Mineração Cidade do Aço Ltda. a pesquisar caulim e areia no município de Itabrito, Estado de Minas Gerais.

CAULIMINAS INDUSTRIAL LIMITADA

Decreto n.º 53.125 de 10 de dezembro de 1963.

Concede à Cauliminas — Industrial Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

CAVALO NACIONAL

Decreto n.º 52.712 de 21 de outubro de 1963.

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 51.816, de 11 de março de 1963.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. — ELETROBRAS

Decreto n.º 52.888 de 20 de novembro de 1963.

Regulamenta o art. 4.º da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PIAUI S. A. (CEPISA)

Decreto n.º 52.944 de 26 de novembro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA)

CENTRAIS ELÉTRICAS DE URUBUPUNGA

Decreto n.º 52.864 de 18 de novembro de 1963.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito que menciona e dá outras providências.

CENTRO DE NAVEGAÇÃO TRANSATLÂNTICA DE SANTOS

Decreto n.º 51.940-B de 26 de abril de 1963.

Concede ao Centro de Navegação Transatlântica de Santos a prerrogativa prevista no art. 513, alínea d da Consolidação das Leis do Trabalho.

CESSÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO

Decreto n.º 1.338 de 31 de agosto de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.799 de 1.º de novembro de 1963.

..Autoriza a cessão gratuita do imóvel que menciona, situado em Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

CHÁCARA DO VISCONDE

Considera patrimônio nacional a «Chácara do Visconde», situada na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Lei n.º 4.289 — de 5 de dezembro de 1963.

CHUMBO

Renova o Decreto n.º 48.610, de 26 de julho de 1960.

Decreto n.º 52.940 — de 26 de novembro de 1963.

CIA. LUZ E FÔRÇA SANTA CRUZ

Autoriza a Cia. Luz e Fôrça Santa Cruz e alienar os bens imóveis que especifica.

Decreto nº 52.841 — de 18 de novembro de 1963.

CIMENTO

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

CINEMA

Dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros.

Decreto nº 52.745 — de 24 de outubro de 1963.

Acrescenta a cláusula de co-produção cinematográfica às características enumeradas no art. 1º do Decreto número 51.106, de 1º de agosto de 1961.

Decreto nº 53.011 — de 27 de novembro de 1963.

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.
(Suplemento)

Decreto nº 52.488 — de 20 de setembro de 1963.

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal de Roraima e dá outras providências.

Decreto nº 52.902 — de 21 de novembro de 1963.

CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL

Modifica dispositivos do Código do Processo Civil.

Lei nº 4.290 — de 5 de dezembro de 1963.

COLETORIAS FEDERAIS

Extingue a 2ª Coletoria Federal em Jacareí, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.508 — de 27 de setembro de 1963.

Extingue a 2ª Coletoria Federal em Cachoeiro do Itapemirim, E. S.

Decreto nº 52.510 — de 27 de setembro de 1963.

COLONIAL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Decreto nº 52.914 — de 22 de novembro de 1963.

COLONIZAÇÃO

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da COLONIAL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, relativa ao aumento do capital social.

Promulga o Acórdão de Migração e Colonização Brasil-Japão.

Decreto nº 52.920 — de 22 de novembro de 1963.

COMÉRCIO EXTERIOR

Aprova o Acórdão de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da China assinado, no Rio de Janeiro, a 26 de dezembro de 1962.

Decreto-Legislativo nº 38 de 1963.

COMÉRCIO FRONTEIRIÇO

Torna pública a denúncia do Convênio de Comércio Fronteiriço, firmado com o Parágrafo, a 27 de outubro de 1956.

Decreto nº 52.798 — de 1º de novembro de 1963.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO DO IBIAPABA

Incorpora ao Departamento de Promoção Agropecuária o acervo e o pessoal da extinta Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba.

Decreto nº 52.533 — de 8 de outubro de 1963.

COMISSÃO DE MARINHA MERCANTE

Regulamenta a Lei nº 4.127 de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a criação da taxa destinada a remuneração de vigias portuários.

Decreto nº 52.662-A — de 11 de outubro de 1963.

COMISSÃO DE REPARAÇÃO DE GUERRA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 826.200,00 (oitocentos e vinte e seis mil e duzentos cruzeiros), para o fim que especifica e torna sem efeito o Decreto número 52.298, de 1963.

Decreto nº 52.886 — de 20 de novembro de 1963.

COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Retifica o Quadro de Pessoal da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), e dá outras providências.

Decreto nº 52.890 — de 21 de novembro de 1963.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Regulamento da Carteira de Crédito Rural Supervisionado da Comissão do Vale do São Francisco.

Decreto nº 52.751 — de 24 de outubro de 1963.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Aprova a inclusão do pessoal da Comissão Federal do Abastecimento e Preços, em extinção, nos Ministérios e órgãos da administração direta e dá outras providências.

Decreto nº 53.076 — de 4 de dezembro de 1963.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários da Comissão Mista Ferro-

viária Brasileiro-Boliviana nos órgãos que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 52.588-A — de 30 de setembro de 1963.

COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

Transfere à Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) atribuições da Comissão Nacional de Alimentação.

Decreto nº 52.720 — de 21 de outubro de 1963.

COMISSÃO NACIONAL DE PLANEJAMENTO

Altera o parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 154, de 17 de novembro de 1961.

Decreto nº 52.616 — de 4 de outubro de 1963.

Autoriza o Banco do Brasil S. A. a levar a crédito da Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN) os recursos provenientes da aplicação do Decreto nº 50.363, de 20 de março de 1961.

Decreto nº 53.339 — de 23 de dezembro de 1963.

COMISSÃO TÉCNICA DE RÁDIO

Transfere, com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores em exercício na Comissão Técnica de Rádio.

Decreto nº 52.749 — de 24 de outubro de 1963.

COMISSÕES

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (CEAC).

(Publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1963).

Retificação

Decreto nº 52.530 — de 27 de setembro de 1963.

Cria a Comissão Permanente de Dormentes de Madeira «COPERMA» e dá outras providências.

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.816, de 11 de março de 1963.

Decreto nº 52.636 — de 8 de outubro de 1963.

Decreto nº 52.712 — de 21 de outubro de 1963.

Cria a Comissão Brasileira para Assuntos da Indústria Automobilística na

ALALC.

Decreto nº 52.788 — de 30 de outubro de 1963.

Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vêm sendo realizados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.041 — de 28 de novembro de 1962.

Cria no Ministério das Relações Exteriores a Comissão de Transferência para Brasília da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático.

Decreto nº 53.241 — de 12 de dezembro de 1963.

Cria no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, (DNPVN), a Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores Navegáveis (CERCIN).

Decreto nº 53.374 — de 31 de dezembro de 1963.

COMPANHIA BANDEIRANTE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Bandeirante de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.891 — de 21 de novembro de 1963.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS

Aprova os atos constitutivos e os Estatutos da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL).

Decreto nº 52.813 — de 12 de novembro de 1963.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 53.181 — de 11 de dezembro de 1963.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

Aprova os atos constitutivos e os Estatutos da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) e dá outras providências.

Decreto nº 52.819 — de 12 de novembro de 1963.

Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 52.819, de 12 de novembro de 1963.

Decreto nº 53.044 — de 29 de novembro de 1963.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

Decreto nº 53.180 — de 11 de dezembro de 1963.

COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a constituir penhor mercantil a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 52.614 — de 8 de outubro de 1963.

Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a construir linha de transmissão de Caruaru a Bezerras,

Estado de Pernambuco, e declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem dessa linha.

Decreto nº 52.727 — de 22 de outubro de 1963.

Transfere autorização para construir linha de transmissão.

Decreto nº 52.840 — de 18 de novembro de 1963.

Autorizo a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a constituir peñhor industrial a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Decreto nº 52.866 — de 19 de novembro de 1963.

COMPANHIA INTERNACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Capitalização.

Decreto nº 52.898 — de 21 de novembro de 1963.

COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Seguros.

Decreto nº 52.715 — de 21 de outubro de 1963.

COMPANHIA LUZ E FÔRÇA SANTA CRUZ

Autoriza a Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz a alienar os bens imóveis que especifica.

Decreto nº 52.857 — de 18 de novembro de 1963.

COMPANHIA MINERAÇÃO SANTA BÁRBARA

Concede à Companhia Mineração Santa Bárbara autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.138 — de 10 de dezembro de 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Desvincula do acerro da Companhia Nacional de Energia Elétrica um grupo Diesel-elétrico.

Decreto nº 52.578 — de 30 de setembro de 1963.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Paulista de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.340 — de 24 de dezembro de 1963.

COMPANHIA REAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Real de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.804 — de 5 de novembro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.714 — de 21 de outubro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS DA BAHIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros da Bahia.

Decreto nº 52.805 — de 5 de novembro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE GOIÁS

Concede à Companhia de Seguros do Estado de Goiás, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 52.699 — de 18 de outubro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Minas Brasil, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 53.341 — de 24 de dezembro de 1963.

COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA PREVIDÊNCIA DO SUL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros de Vida Previdência do Sul, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 52.776 — de 29 de outubro de 1963.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Manda aplicar ao pessoal marítimo da Frota Nacional de Petroleiros — FRO-NAPE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS e Companhia Siderúrgica Nacional, o contrato coletivo de trabalho a que se reporta.

Decreto n.º 52.701 — de 18 de outubro de 1963.

COMPANHIA TERMAS DO QUILOMBO

Concede à Companhia Termas do Quilombo autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.119 — de 10 de dezembro de 1963.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP)

Autoriza os Institutos de Aposentadoria e Pensões a assinarem convênio para a venda de suas unidades habitacionais de Brasília.

Decreto n.º 52.759 — de 24 de outubro de 1963.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a

empréstimo a ser realizado pela Companhia Vale do Rio Doce S.A.

Decreto n.º 52.696 — de 17 de outubro de 1963.

COMUTAÇÃO DE PENA

Concede graça a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto n.º 53.338 — de 23 de dezembro de 1963.

CONCHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso César a pesquisar conchas e corais no município de Igarçu, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 52.996 — de 27 de novembro de 1963.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

Fixa o número de Procuradores que integrarão a Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Decreto n.º 53.045 — de 29 de novembro de 1963.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Dispõe sobre os Grupos Executivos e Grupos de Trabalho criados no Conselho do Desenvolvimento ou ao mesmo subordinados.

Decreto n.º 52.901 — de 21 de novembro de 1963.

— *Retifica o enquadramento das funções do Conselho do Desenvolvimento, aprovado pelo Decreto n.º 50.746, de 8 de junho de 1961, aprova o enquadramento do pessoal do mesmo Conselho abrangido pelas Leis ns. 3.967, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.*

Decreto n.º 53.354 — de 27 de dezembro de 1963.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto n.º 52.617 — de 7 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Manda aplicar as normas do Decreto n.º 50.354, de 17 de março de 1961, modificado pelo Decreto n.º 50.392, de 29 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e seus derivados, adquiridos antes da vigência dos novos preços daqueles produtos, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em consequência da revisão da taxa de câmbio, decorrente das diretrizes da política cambial, consubstanciada nas Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto n.º 52.684 — de 14 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E ENERGIA

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Decreto n.º 52.778 — de 29 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Retifica o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Pesquisas.

Decreto n.º 52.678 — de 14 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA SALARIAL

Institui o Conselho Nacional de Política Salarial e dá outras providências.

Decreto n.º 52.275 — de 17 de julho de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 52.665 — de 11 de outubro de 1963.

CONSELHO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Transfere, com os respectivos cargos, para o Conselho Nacional de Telecomunicações, servidores em exercício na Comissão Técnica de Rádio.

Decreto n.º 52.749 — de 24 de outubro de 1963.

CONSERVAS DE PESCADO

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

CONSERVATÓRIOS MUSICAIS

Concede reconhecimento ao Conservatório Musical Carlos Gomes.

Decreto n.º 52.073 — de 28 de maio de 1963.

CONTRATOS

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatória as registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma «Pereira Júnior — Cereais S.A.».

Decreto Legislativo n.º 20, de 1963.

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, resolvido em sessão de 26 de junho de 1959, denegatório de registro o contrato celebrado em 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Saúde e a firma «Pereira Júnior — Cereais S.A.».

Decreto Legislativo n.º 22, de 1963.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino dos Países Baixos, relativa à Assistência Judiciária Gratuita, firmada, aos 16 de março de 1959, no Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 23, de 1963.

Aprova o texto da Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita entre a República dos Estados Unidos do Brasil

e a República de Portugal, assinado em Lisboa a 9 de agosto de 1960.

Decreto Legislativo n.º 26, de 1963.

Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.

Decreto Legislativo n.º 31, de 1962.

Aprova a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas e o Protocolo de emenda à mesma Convenção, assinados em Washington, a 15 de fevereiro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 37, de 1963.

Promulga a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, adotada, a 21 de novembro de 1947, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto n.º 52.288 — de 24 de julho de 1963.

Promulga a Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Internacional, assinada em Genebra a 6 de março de 1948.

Decreto n.º 52.493 — de 23 de setembro de 1963.

CONVENIOS

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.

Decreto Legislativo n.º 21, de 1963.

Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passagens e Turismo, firmado, entre o Brasil e o Chile, a 5 de julho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 27, de 1963.

Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo n.º 29, de 1963.

Aprova o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, na cidade de Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 5 de novembro de 1959.

Decreto Legislativo n.º 35, de 1963.

Torna pública a denúncia do Convênio de Comércio Fronteiriço, firmado com o Paraguai, a 27 de outubro de 1956.

Decreto n.º 52.798 — de 1 de novembro de 1963.

Promulga o Convênio Internacional do Café.

Decreto n.º 52.896 — de 21 de novembro de 1963.

Promulga o Convênio de Intercâmbio Cultural com a Argentina.

Decreto n.º 52.921 — de 22 de novembro de 1963.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo n.º 29, de 1963.

Promulga o Acôrdio de Comércio, pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Hungria.

Decreto n.º 53.046 — de 2 de dezembro de 1963.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Aprova o Convênio de Cooperação Econômica e Técnica, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, em 29 de março de 1958.

Decreto Legislativo n.º 29, de 1963.

COOPERATIVAS

Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipa-

mento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo.

Lei n.º 4.265 — de 3 de outubro de 1963.

CORAIS

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Veloso Cesar a pesquisar conchas e corais no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 52.996 — de 27 de novembro de 1963.

CORPO DE BOMBEIROS

Dispõe sobre a gratificação de risco de vida de que trata o art. 24 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963.

Decreto n.º 52.669 — de 11 de outubro de 1963.

CORRETIVOS DO SOLO

Cria, no Ministério da Indústria e do Comércio, o Grupo Executivo de Indústria de Fertilizantes e Corretivos do Solo, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.732 — de 23 de outubro de 1963.

CORRECTOR DE NAVIOS

Suspende a execução do Decreto n.º 52.090, de 4 de junho de 1963.

Decreto n.º 52.876 — de 20 de novembro de 1963.

COUROS E PELES

Modifica o Decreto n.º 1.036, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916, — de 22 de novembro de 1963.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro João Leão, de Carvalho a pesquisar amianto e minério de cromo e níquel, no município de Hidrolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.273 — de 13 de dezembro de 1963.

CURSOS

Concede reconhecimento ao Curso que indica.

Decreto n.º 47.177. — de 6 de novembro de 1959.

Concede reconhecimento a cursos do Instituto Musical de São Paulo.

Decreto n.º 52.291 — de 24 de julho de 1963.

Altera a denominação de curso.

Decreto n.º 52.538 — de 30 de setembro de 1963.

Concede reconhecimento a Curso Superior.

Decreto n.º 53.040 — de 28 de novembro de 1963.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito de Cr\$ 60.204.000,00 (sessenta milhões e duzentos e quatro mil cruzeiros), para atender às despesas de que trata o art. 5º da Lei número 4.170, de 5 de dezembro de 1962, para funcionar novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia — Minas Gerais.

Ver, também, Universidades, Faculdades e Escolas.

Decreto n.º 53.364 — de 31 de dezembro de 1963.

D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Retifica o enquadramento dos cargos e funções do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n.º 52.674 — de 14 de outubro de 1963.

Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.505 — de de setembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação que menciona, no município de Guaraçai, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.659 — de 10 de outubro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.883 — de 20 de novembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, no Estado do Paraná.

Decreto nº 52.877 — de 20 de novembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Decreto nº 53.053 — de 2 de dezembro de 1963.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dispõe sobre a gratificação de risco de vida de que trata o art. 24 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963.

Decreto nº 52.669 — de 11 de outubro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Retifica disposições do Decreto número 51.674, de 18 de janeiro de 1963.

Decreto nº 52.951 — de 26 de novembro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, consignado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00, para atender aos encargos de implantação básica, melhoramentos e pavimentação de trechos das rodovias BR-36 e BR-59.

Lei nº 4.270 — de 22 de outubro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADA DE RODAGEM

Aprova o enquadramento do pessoal do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, beneficiando pela Lei número 3.987, de 5 de outubro de 1961 e dá outras providências. (Publicado no Suplemento ao número 143, do Diário Oficial de 30 de julho de 1963).

Decreto nº 52.208 — de 2 de julho de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, área de terra situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.067 — de 3 de dezembro de 1963.

Dá nova redação ao Art. 1º do Decreto nº 51.854, de 19 de março de 1963, que alterou o Quadro de Pessoal do D.N.E.R.

Decreto nº 53.086 — de 5 de dezembro de 1963.

Altera a redação do art. 2º e seu parágrafo, do Decreto nº 50.685, de 31 de maio de 1961.

Decreto nº 53.334 — de 23 de dezembro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Aprova o Regulamento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 52.637 — de 8 de outubro de 1963.

Aprova o Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e dá outras providências.

Decreto nº 52.638 — de 8 de outubro de 1963.

Institui, no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o regime especial de movimento de fundos e dá outras providências.

Decreto nº 52.639 — 8 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.064 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do prédio destinado à Sede do 2º Distrito daquele Departamento, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Decreto nº 53.069 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público «Brumado», no Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia.

Decreto nº 53.070 — de 3 de dezembro de 1963.

Aprova o Plano Preferencial de Obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas do Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para sua execução.

Decreto nº 53.316 — 16 de dezembro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Dispõe sobre gratificação do Presidente e membros do Conselho Deliberativo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e dá outras providências.

Decreto nº 51.031 — de 28 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento área

de terreno situada no vale do rio Itajaí do Oeste, no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 53.065 — de 3 de dezembro de 1963.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Retifica a relação nominal do anexo III do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, aprovado pelo Decreto número 51.897, de 9 de abril de 1963, e retificado pelo Decreto número 52.097, de 5 de junho seguinte.

Decreto nº 53.251 — de 12 de dezembro de 1963.

Cria no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, (DNPVN), a Comissão de Estudos dos Rios e a Comissão de Estudos dos Rios e Canais Interiores Navegáveis (CERCIN).

Decreto nº 53.374 — de 31 de dezembro de 1963.

DEPÓSITO FRANCO

Aprovado o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, na cidade de Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 5 de novembro de 1959.

Decreto-Legislativo nº 35 de 1963.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 300 metros da extremidade da jusante da ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 51.789 — de 4 de março de 1963.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de

terrenos necessária à linha de transmissão Matozinhos — Mocambo — Fidalgo, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.492 — de 23 de setembro de 1963.

Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidráulico de Jurumirim, das Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. e autoriza essa empresa a promover as desapropriações.

Decreto nº 52.532 — de 30 de setembro de 1963.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 52.695 — de 16 de outubro de 1963.

Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco o construir linha de transmissão de Caruaru a Bezerros, Estado de Pernambuco, e declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem dessa linha.

Decreto nº 52.727 — de 22 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública por interesse social, para fins de desapropriação, metade da propriedade rural «Sobrado», situada em Mamanguape, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto nº 52.789 — de 30 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão São José dos Campos-Caragatatuba, no Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.821 — de 13 de novembro de 1963.

Declara de interesse social para fins de desapropriação parte da área de terras, no loteamento denominado «Javazinho», situada no Município de

Cristalândia, Estado de Goiás, e dá outras providências.

Decreto nº 52.900 — de 21 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 52.949 — de 26 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação da usina de Jurumirim, no rio Paranapanema, e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto nº 52.952 — de 26 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 53.064 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento área de terreno situada no vale do rio Itajai do Oeste, no Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 53.065 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, área de terra situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.067 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, de área de terreno necessária à construção do prédio destinado à Sede

do 2º Distrito daquele Departamento, na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Decreto n.º 53.069 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público «Brumado», no Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 53.070 — de 3 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.074 — de 4 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Cidade do Salvador, Estado da Bahia e destinado à instalação e funcionamento da Escola Técnica de Comércio, mantida pela Fundação Visconde de Caurú.

Decreto n.º 53.323 — de 18 de dezembro de 1963.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, bens que constituem o patrimônio da Fundação Gaffrée e Guinle, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 53.335 — de 23 de dezembro de 1963.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Aprova o Plano preferencial do Setor Portuário do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto n.º 52.790 — de 30 de outubro de 1963.

DETERGENTES

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

DIA DO DACTILOSCOPISTA BRASILEIRO

Institui o Dia do Dactiloscopista Brasileiro.

Decreto n.º 52.871 — de 20 de novembro de 1963.

DIA DO PROFESSOR

Declara feriado escolar o dia do professor.

Decreto n.º 52.682 — de 14 de outubro de 1963.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Marcio Olivê de Souza a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.838 — de 18 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavrar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto n.º 52.967 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavrar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto n.º 53.020 — de 27 de novembro de 1963.

— Renova o Decreto n.º 48.609, de 25 de julho de 1960.

Decreto n.º 53.104 — de 10 de dezembro de 1963.

— Renova o Decreto n.º 49.291, de 19 de novembro de 1960.

Decreto n.º 53.110 — de 10 de dezembro de 1963.

DIA NACIONAL DA FAMÍLIA

Institui o "Dia Nacional da Família"

Decreto n.º 52.748 — de 24 de outubro de 1963.

DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regulamento da Secretaria Administrativa do Ministério Público do Distrito Federal.

Decreto n.º 52.911 — de 22 de novembro de 1963.

— Aprova o Regulamento do Gabinete do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Decreto n.º 52.912 — de 22 de novembro de 1963.

DÍÓXIDO DE CARBONO

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso.

Lei n.º 4.296 — de 20 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na localidade de Porto Esperidião, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, necessária ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 52.504 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Diretor do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.505 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel

que menciona, situado no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.515 — de 27 de dezembro de 1963.

Autoriza o Diretor do Patrimônio da União a aceitar a doação que menciona, no município de Guaraçai, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.659 — de 10 de outubro de 1963.

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itajaí (SC).

Decreto n.º 52.713 — de 21 de outubro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona, no Estado da Paraná.

Decreto n.º 52.877 — de 20 de novembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.883 — de 20 de novembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do domínio útil de imóvel localizado em Vitória — ES, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 53.052 — de 2 de dezembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

Decreto n.º 53.053 — de 2 de dezembro de 1963.

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a lavrar dolomita no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.849 — de 18 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Calazans de Freitas a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.008 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Paiva Ferreira a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês no Município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.013 — de 27 de novembro de 1963.

DORMENTES DE MADEIRA

Cria a Comissão Permanente de Dormentes de Madeira "COPERMA" e dá outras providências.

Decreto n.º 52.636 — de 8 de outubro de 1963.

E

EMBAIXADAS

Ver: Ministério das Relações Exteriores.

EMPRESA DE MINÉRIOS GERAIS LTDA.

Concede à Empresa de Minérios Gerais Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 52.978 — de 27 de novembro de 1963.

EMPRESAS INCORPORADAS

Retifica o Decreto n.º 26.693, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 52.825 — de 13 de novembro de 1963.

Dispõe sobre a administração de imóvel que especifica, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.250 — de 12 de dezembro de 1963.

EMPRESA SANTA RITA DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à Empresa Santa Rita de Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 53.107 — de 10 de dezembro de 1963.

ENERGIA ATÔMICA

Aprova o Texto do Acôrdo de Co-Operação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Francesa, a 2 de maio de 1962, na cidade do Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 33 — de 1963.

ENERGIA ELÉTRICA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as glebas e benfeitorias situadas na área de terra destinada à bacia de acumulação do aproveitamento de energia hidráulica de um desnível localizado cerca de 200 metros da extremidade da jusante da ilha de Bariri Grande, existente no rio Tietê, no município de Bariri, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 51.789 — de 4 de março de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Mongaguá, Estado de São Paulo, a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Empresa Elétrica de Mongaguá.

Decreto n.º 52.381 — de 20 de agosto de 1963.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a faixa de terrenos necessária à linha de transmis-

são Matozinhos — Mocamboeiro — Fidalgo, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.492 — de 23 de setembro de 1963.

Autoriza a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — CELESC a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.531 — de 30 de setembro de 1963.

Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à bacia de acumulação do aproveitamento hidrelétrico de Jurumirim, das Usinas Elétricas do Paranapanema S.A., e autoriza essa empresa a promover as desapropriações.

Decreto n.º 52.532 — de 30 de setembro de 1963.

Retifica os arts. 1.º e 3.º, inciso I, do Decreto n.º 49.732, de 31 de dezembro de 1960, que outorgou ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica no município de Jaguaripe.

Decreto n.º 52.533 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Camanducaia concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente no rio Camanducaia, situada no distrito-sede do município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.534 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.535 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia elétrica no município de Feliz, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.536 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG), a concessão para o fornecimento de energia elétrica na sede do município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.537 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica ao município de Mandirituba.

Decreto n.º 52.539 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de São Tiago para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para transmitir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.540 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Empresa Elétrica Municipal para a Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no distrito-sede do município de Guarabira.

Decreto n.º 52.541 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de São Pedro do Picuí concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.542 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere à Prefeitura Municipal de Campestre concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 53.543 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Lábrea concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto n.º 52.544 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Linhares concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.545 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG a construir linha de transmissão e subestação no Estado de Goiás.

Decreto n.º 52.546 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Porto Lucena.

Decreto n.º 52.547 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG) concessão para distribuir energia elétrica ao Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.548 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Centrais Elétricas de Goiás S.A. concessão para distribuir energia elétrica ao Município de Aurilândia, Estado de Goiás.

Decreto n.º 52.549 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.550 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Empresa de Força e Luz J. Moreira & Irmão para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.551 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de São Gabriel para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia elétrica ao município, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.552 — de 3 de setembro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz de Jataí (Ferreira N. Cia. Ltda.) para Centrais Elétricas de Goiás S.A. a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município de Jataí, Estado de Goiás.

Decreto n.º 52.553 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Albertina concessão para distribuir energia elétrica no município de Santa Albertina, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.554 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Iúna concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnivel denominado Morro Redondo, existente no rio Pardo, situado na localidade de Iúna, no município de Iúna, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 52.555 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Tôres, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.556 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S.A. a construir uma linha de transmissão.

Decreto n.º 52.557 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. a proceder aos estudos para aproveitamento da energia hidráulica do Rio

Paranaíba, a montante da Cachoeira Dourada, até às cabeceiras.

Decreto n.º 52.558 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere de Frederico Alves Pinto para a Prefeitura Municipal de Joanópolis, Estado de São Paulo, a concessão para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.559 — de 30 de setembro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Hidroelétrica Coromandel Abadia S.A.

Decreto n.º 52.560 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuição de energia elétrica ao Distrito sede de Rio Piracicaba, no Município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.561 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a constituir garantia hipotecária em favor da Companhia de Seguros Minas Brasil.

Decreto n.º 52.562 — de 30 de setembro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Fôrça e Luz de Santa Clara.

Decreto n.º 52.563 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.564 — de 30 de setembro de 1963.

Restringe a zona de concessão da Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil e outorga à Companhia de Ser-

viços Elétricos do Rio Grande do Norte concessão para distribuir energia elétrica ao município de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 52.565 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) a construir linha de transmissão e redes de distribuição.

Decreto n.º 52.566 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir linhas de transmissão.

Decreto n.º 52.567 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S.A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.568 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.569 — de 30 de setembro de 1963.

Amplia a zona de concessão da Companhia Fôrça e Luz do Paraná.

Decreto n.º 52.570 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a S.A. Empresa de Fôrça e Luz Ibero Americana a construir linha de transmissão de energia elétrica entre o Distrito de Macuco, Município de Cordeiro, e o distrito-sede do Município de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 52.571 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza o Município de Sacramento a construir sistema de distribuição.

Decreto n.º 52.572 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S.A. a instalar usina

telemétrica para uso próprio, no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 52.573 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia "Elétrica Caiuá" a alienar imóveis pertencentes ao seu acervo.

Decreto n.º 52.574 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.575 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga concessão ao Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para distribuir energia no distrito de Retiro do Sapucaí, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.576 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere de Filogomes Alves de Carvalho para Centrais Elétricas de Goiás S.A. a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no município de Trindade, Estado de Goiás.

Decreto n.º 52.577 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga a Centrais Elétricas de Goiás S.A. a CELG concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Aragarças, Batista, Ivollândia e Mateira.

Decreto n.º 52.579 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do Rio da Várzea.

Decreto n.º 52.580 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessões de que é titular a Prefeitura Municipal.

Decreto n.º 52.581 — de 30 de setembro de 1963.

Dá nova redação ao artigo 1.º e ao inciso II do artigo 2.º do Decreto número 32.574, de 13 de abril de 1963.

Decreto n.º 52.582 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Paraibunense para a Prefeitura Municipal de Paraibuna, Estado de São Paulo, a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.583 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Amazônia Têxtil de Anigem a instalar 2 (dois) grupos diesel, para uso exclusivo.

Decreto n.º 52.584 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.585 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Campo Maior concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.586 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a ampliar o seu sistema elétrico.

Decreto n.º 52.589 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — concessão para distribuir energia elétrica, no município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.590 — de 1 de outubro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Luizlândia a construir uma linha de transmissão e rede de distribuição.

Decreto n.º 52.591 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Companhia Força e Luz de Abaeté para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.592 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Alto-Longá, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.593 — de 1 de outubro de 1963.

Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás Sociedade Anônima (CELG) a construir linhas de transmissão e subestações.

Decreto n.º 52.594 — de 1 de outubro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Sociedade de Economia Mista Eletro Cariri S.A.

Decreto n.º 52.595 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga concessão à Companhia de Eletrificação Centro Norte do Ceará para distribuir energia elétrica em diversos municípios.

Decreto n.º 52.596 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga a Irmãos Agibert e Cid Ltda. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnível Salto Rio dos Patos, existente no Rio dos Patos, Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.597 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.598 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Pastamec S.A. Indústria e Comércio concessão para o aproveitamento do desnível do rio Chopim.

Decreto n.º 52.599 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Candeense S.A. para o município de Candeias a concessão para produzir e distribuir energia elétrica em seu território.

Decreto n.º 52.600 — de 1 de outubro de 1963.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Mantense de Eletricidade — COMELE.

Decreto n.º 52.601 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itapeçerica para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Itapeçerica, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.602 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Uruguaiana concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Barra do Quarai, município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.603 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga ao Governo do Estado do Rio de Janeiro concessão para distribuir energia elétrica no Município de Magé, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.606 — de 2 de outubro de 1963.

Outorga à Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano concessão para distribuir energia elétrica no município de Serra Redonda, Estado da Paraíba.

Decreto n.º 52.607 — de 2 de outubro de 1963.

Transfere da Companhia Hidro-Elétrica Resplendor S.A. para a Prefeitura Municipal de Resplendor a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.608 — de 2 de outubro de 1963.

Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a construir linhas de transmissão.

Decreto n.º 52.610 — de 2 de outubro de 1963.

Autoriza a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. — SANBRA — a instalar uma usina termo-elétrica em Maringá, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.611 — de 2 de outubro de 1963.

Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.612 — de 2 de outubro de 1963.

Outorga à Companhia de Eletricidade de Alagoas (CEAL) concessão para distribuir energia elétrica no município de Cajueiro.

Decreto n.º 52.618 — de 7 de outubro de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.619 — de 7 de outubro de 1963.

— Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Salto Santa Terezinha, existente

no curso da água Melissa, situado na divisa dos municípios de Cascavel e Corbélia.

Decreto n.º 52.621 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão.

Decreto n.º 52.622 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir rede de distribuição.

Decreto n.º 52.623 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.624 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica Paranaapanema a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.625 — de 8 de outubro de 1963.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Força e Luz Constantina Limitada.

Decreto n.º 52.626 — de 8 de outubro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Belmonte concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Barracão, no rio Braço do Sul, distrito de Bôca do Corrego, Município de Belmonte, Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.627 — de 8 de outubro de 1963.

— Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda da água denominada Goio-Erê, existente no rio Goio-Erê, situado entre os municípios de Cru-

zeiro do Oeste e Goio-Erê, Estado do Paraná.

Decreto n.º 52.628 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza Centrais Elétricas de Goiás S. A. a construir linha de transmissão e dá outras providências.

Decreto n.º 52.629 — de 8 de outubro de 1963.

— Amplia a zona de concessão da Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano e dá outras providências.

Decreto n.º 52.630 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.631 — de 8 de outubro de 1963.

— Autoriza a Du Pont do Brasil S. A. — Indústrias Químicas, a instalar usina termelétrica, para uso exclusivo.

Decreto n.º 52.632 — de 8 de outubro de 1963.

— Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos rios Passo Fundo e Erechim, municípios de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.703 — de 21 de outubro de 1963.

— Outorga ao Governo do Estado do Pará concessão para distribuir energia elétrica no município de Capanema.

Decreto n.º 52.704 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.705 — de 21 de outubro de 1963.

— Transfere para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica no município de Coqueiral.

Decreto n.º 52.706 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — a construir o sistema de distribuição no município de Cláudio, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.707 — de 21 de outubro de 1963.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Hidro Elétrica Felisburgo S. A.

Decreto n.º 52.708 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.709 — de 21 de outubro de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Mateus Leme para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mateus Leme, Azurita, Igarapé e São Joaquim de Bicas, município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.710 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.716 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.717 — de 21 de outubro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.718 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul, a construir linhas de transmissão e subestações do sistema de Candiota.

Decreto n.º 52.725 — de 22 de outubro de 1963.

— Outorga ao Governo do Estado do Pará concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Decreto n.º 52.726 — de 21 de outubro de 1963.

— Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a construir linha de transmissão de Caruaru a Bezerros, Estado de Pernambuco, e declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem dessa linha.

Decreto n.º 52.727 — de 22 de outubro de 1963.

— Transfere da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. concessão para aproveitamento de energia hidráulica.

Decreto n.º 52.733 — de 23 de outubro de 1963.

— Autoriza a construção de uma linha de transmissão, subestação e sistema de distribuição servindo à cidade de Jussara, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.735 — de 23 de outubro de 1963.

— Transfere da Empresa Hidrelétrica Nacional para a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no município de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Mi-

nas Gerais e no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 52.736 — de 23 de outubro de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata para Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — a concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto n.º 52.746 — de 24 de outubro de 1963.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linhas de transmissão.

Decreto n.º 52.747 — de 24 de outubro de 1963.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a ampliar o seu sistema de transmissão.

Decreto n.º 52.760 — de 25 de outubro de 1963.

— Transfere de Augusto Martini, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.763 — de 25 de outubro de 1963.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. — CEMIG — a construir linha de transmissão.

Decreto n.º 52.764 — de 25 de outubro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Salmorea concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.765 — de 25 de outubro de 1963.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE).

Decreto n.º 52.802 — de 5 de novembro de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ipiranga, Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica.*

Decreto n.º 52.814 — de 11 de novembro de 1963.

Declaro de utilidade pública uma faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão São José dos Campos-Caraguatatuba, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.821 — de 13 de novembro de 1963.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda concessão para distribuir energia elétrica no município.*

Decreto n.º 52.833 — de 18 de novembro de 1963.

— *Outorga ao Estado do Acre concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Feijó.*

Decreto n.º 52.834 — de 18 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a construir ramais de linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.836 — de 18 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.837 — de 18 de novembro de 1963.

— *Transfere autorização para construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.840 — de 18 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.842 — de 18 de novembro de 1963.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas do Pará S. A.*

Decreto n.º 52.852 — de 18 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.858 — de 18 de novembro de 1963.

— *Regulamenta o art. 4.º da Lei número 4.156, de 28 de novembro de 1962.*

Decreto n.º 52.888 — de 20 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 52.929 — de 26 de novembro de 1963.

— *Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais a construir linha de transmissão.*

Decreto n.º 52.934 — de 26 de novembro de 1963.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Goiás S. A. — CELG — a ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica.*

Decreto n.º 52.935 — de 26 de novembro de 1963.

— *Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a ampliar suas instalações.*

Decreto n.º 52.937 — de 26 de novembro de 1963.

— *Outorga ao Município de Anhangá concessão para distribuição de energia elétrica.*

Decreto n.º 52.938 — de 26 de novembro de 1963.

— *Outorga ao Município de Monte Sião concessão para distribuição de energia*

elétrica no referido Município, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.946 — de 26 de novembro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Pirenópolis, Estado de Goiás, concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.947 — de 26 de novembro de 1963.

— Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias à formação do reservatório de acumulação da usina de Jurumirim, no rio Paranapanema, e autoriza a Usina Elétrica do Paranapanema S. A. a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto nº 52.952 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, a ampliar progressivamente, as instalações hidrelétricas da Usina de Sant'Ana.

Decreto nº 52.954 — de 26 de novembro de 1963.

— Amplia zona de concessão da Companhia Sul Mineira de Eletricidade.

Decreto nº 52.955 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) a ampliar seu sistema de transmissão.

Decreto nº 52.964 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza a Empresa Elétrica Bragantina S. A. a vender diversos bens e instalações vinculados aos serviços de energia elétrica de que é concessionária.

Decreto nº 52.971 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte a construir linha de transmissão.

Decreto nº 52.977 — de 27 de novembro de 1963.

— Outorga ao Município de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.991 — de 27 de novembro de 1963.

— Transfere do Município de Lavras do Sul para a Comissão Estadual de Energia Elétrica ao Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.995 — de 27 de novembro de 1963.

— Autoriza a transferência da concessão outorgada a Ângelo Bozzetto pelo Decreto número 34.982, de 27 de janeiro de 1954.

Decreto nº 53.002 — de 27 de novembro de 1963.

— Transfere de Martinetto e Irmãos para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 53.005 — de 27 de novembro de 1963.

— Transfere da firma Araújo Bugarin & Cia. para a Prefeitura Municipal de União dos Palmares a concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto nº 53.007 — de 27 de novembro de 1963.

— Outorga concessão à Cia. de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.091 — de 9 de dezembro de 1963.

— Outorga ao Município de Bacabal, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.100 — de 10 de dezembro de 1963.

— Outorga a Centrais Elétricas do Rio das Contas S. A. concessão para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Ilheus,

Itabuna e Uruçuca, no Estado da Bahia, e dá outras providências.

Decreto nº 53.126 — de 10 de dezembro de 1963.

— Outorga à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.127 — de 10 de dezembro de 1963.

— Outorga à Companhia de Electricidade do Estado da Bahia (COEIBA) concessão para distribuir energia elétrica no município de Mundo Novo, Estado da Bahia.

Decreto nº 53.128 — de 10 de dezembro de 1963.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Sarandi para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia elétrica no município de Sarandi.

Decreto nº 53.131 — de 10 de dezembro de 1963.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Beneditinos concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto nº 53.132 — de 10 de dezembro de 1963.

— Outorga ao Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 53.133 — de 10 de dezembro de 1963.

— Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto nº 53.134 — de 10 de dezembro de 1963.

— Amplia a zona de concessão do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 53.135 — de 10 de dezembro de 1963.

— Autoriza a Companhia Paranaense de Energia Elétrica a construir linha de transmissão no Estado do Paraná.

Decreto nº 53.146 — de 10 de dezembro de 1963.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: *Energia Elétrica*.

ENERGIA TERMELÉTRICA

Ver: *Energia Elétrica*.

ENSINO INDUSTRIAL

Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos de números 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960, 615, de 20 de fevereiro de 1962, e 52.212, de 2 de julho de 1963.

Decreto nº 52.826 — de 14 de novembro de 1963.

— Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vêm sendo realizados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, e dá outras providências.

Decreto nº 53.041 — de 28 de novembro de 1963.

— Regula a situação de alunos que cursem simultaneamente, colégio industrial e colégio secundário.

Decreto nº 53.329 — de 18 de dezembro de 1963.

ENSINO SECUNDÁRIO

Altera relação anexa ao Regimento aprovado pelo Decreto número 40.650, de 29 de setembro de 1956.

Decreto nº 52.680 — de 14 de outubro de 1963.

— Regula a situação de alunos que cursem simultaneamente, colégio industrial e colégio secundário.

Decreto nº 53.629 — de 18 de dezembro de 1963.

ENSINO TECNOLÓGICO

Institui o Programa de Expansão do Ensino Tecnológico.

Decreto nº 53.629 — de 18 de dezembro de 1963.

ENTREPOSTO DE DEPÓSITO FRANCO

Aprova o Convênio firmado entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para o estabelecimento, na cidade de Encarnación, de um Entreposto de Depósito Franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil, assinado em 11 de novembro de 1959.

Decreto Legislativo nº 35, de 1963.

EQUIDEOS

Declara em vigor as condições gerais e a Tarifa do Seguro Pecuário de Equídeos.

(Publicado no D.O. de 9-9-63)

Decreto nº 52.435 — de 2 de setembro de 1963.

ESCOLAS

Altera a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto nº 52.604 — de 2 de outubro de 1963.

— Dispõe sobre denominação de instituição de ensino, e dá outras providências.

Decreto nº 52.634 — de 8 de outubro de 1963.

— Altera o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 52.691 — de 15 de outubro de 1963.

— Aprova o Quadro de Pessoal da Escola Técnica do Recife, e dá outras providências.

Decreto nº 52.766 — de 25 de outubro de 1963.

— Concede reconhecimento à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

Decreto nº 52.830 — de 14 de novembro de 1963.

— Concede reconhecimento à Escola de Arte da Fundação Armando Álvares Penteado, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.899 — de 21 de novembro de 1963.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação o imóvel que menciona, situado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia e destinado à instalação e funcionamento de Escola Técnica de Comércio, mantida pela Fundação Visconde de Cayru.

Decreto nº 53.323 — de 18 de dezembro de 1963.

— Subordina o Colégio Comercial Professor Clóvis Salgado à Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.

Decreto nº 53.328 — de 18 de dezembro de 1963.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens que constituem o patrimônio da Fundação Gafarêe e Guinle, no Estado da Guanabara.

Decreto nº 53.35 — de 23 de dezembro de 1963.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 60.204.000,00 (sesenta milhões e duzentos e quatro mil cruzeiros), para atender às despesas de que trata o artigo 5º da Lei número 4.170 de 5 de dezembro de 1962, para funcionar novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia — Minas Gerais.

Decreto nº 53.364 — de 31 de dezembro de 1963.

— Ver, também, Universidades, Faculdades, Colégios e Cursos.

Quanto aos Militares ver: Aeronáutica. Exército e Marinha.

ESCOLAS DE HOTELARIA

Autoriza a criação de escolas técnicas, de hotelaria e dá outras providências.

Decreto nº 53.326 — de 18 de dezembro de 1963.

ESCOLAS PRIMÁRIAS DE FRONTEIRA

Cria, em caráter supletivo, as escolas primárias de fronteira.

Decreto nº 53.327 — de 18 de dezembro de 1963.

ESTADO DO ACRE

Outorga ao Estado do Acre concessão para distribuir energia elétrica nos municípios de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Feijó.

Decreto nº 52.834 — de 18 de novembro de 1963.

ESTADO DA BAHIA

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

ESTADO DA BAHIA

Retifica os arts. 1º e 3º inciso I, do Decreto nº 49.737, de 31 de dezembro de 1960, que outorgou ao Estado da Bahia concessão para distribuir energia elétrica no município de Jaguaripe.

Decreto nº 52.533 — de 30 de setembro de 1963.

ESTADO DE GOIÁS

Declaro público, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de dezembro de 1963.

ESTADO DA GUANABARA

Dispõe sobre o retorno ao Serviço da União do Pessoal transferido para o Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.694 — de 15 de dezembro de 1963.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de dezembro de 1963.

Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais a construir linha de transmissão.

Decreto nº 52.934 — de 26 de dezembro de 1963.

ESTADO DO PARÁ

Outorga ao Governo do Estado do Pará concessão para distribuir energia elétrica no município de Capanema.

Decreto nº 52.704 — de 21 de outubro de 1963.

Outorga ao Governo do Estado do Pará concessão para distribuir energia elétrica no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Decreto nº 52.726 — de 22 de outubro de 1963.

ESTADO DO PARANÁ

Outorga ao Estado do Paraná concessão para distribuir energia elétrica ao município de Mandirituba.

Decreto nº 52.539 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível denominado Salto Santa Terezinha, existente no curso d'água Melissa, situado na divisa dos municípios de Cascavel e Corbélia.

Decreto nº 52.621 — de 8 de outubro de 1963.

Outorga ao Estado do Paraná concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Goio-Erê, existente no rio Goio-Erê, situado entre os municípios de

Cruzeiro do Oeste e Goió-Erê, Estado do Paraná.

Decreto nº 52.628 — de 8 de outubro de 1963.

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Outorga, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, concessão para distribuir energia elétrica no Município e Magé, e dá outras providências.

Decreto nº 52.606 — de 2 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a construir linha de transmissão.

Decreto nº 52.705 — de 21 de outubro de 1963.

Declaro públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

Transfere de Marinetto e Irmãos para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica e dá outras providências.

Decreto nº 53.005 — de 27 de novembro de 1963.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 52.535 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia

elétrica no município de Feliz, e dá outras providências.

Decreto nº 52.536 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Porto Lucena.

Decreto nº 52.547 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul concessão para distribuir energia elétrica no município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.556 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessões de que é titular a Prefeitura Municipal de Jaguarí.

Decreto nº 52.581 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 52.619 — de 7 de outubro de 1963.

Outorga à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos rios Passo Fundo e Brechim, municípios de igual nome, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.703 — de 21 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 52.716 — de 21 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações.

Decreto nº 52.717 — de 21 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a construir linhas de transmissão e subestações do sistema de Candiota.

Decreto nº 52.725 — de 22 de outubro de 1963.

Transfere de Augusto Martini, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.763 — de 25 de outubro de 1963.

Transfere do Município de Lavras do Sul para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto nº 52.995 — De 27 de novembro de 1963.

Autera o decreto nº 51.814, de 8 de março de 1962 que estabelece normas de execução financeira para o exercício de 1963 tendo em vista o estado de calamidade pública verificado no Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.024 — de 27 de novembro de 1963.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, as águas de diversos cursos d'água.

Decreto nº 52.860 — de 18 de novembro de 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a construir uma linha de transmissão.

Decreto nº 52.622 — de 8 de outubro de 1963.

Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a construir linha de transmissão.

Decreto nº 52.842 — de 18 de novembro de 1963.

Amplia a zona de Concessão do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto nº 53.135 — de 10 de dezembro de 1963.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Altera o Decreto nº 50.617, de 18 de maio de 1961, que aprovou o enquadramento das funções do Estado-Maior das Forças Armadas, e dá outras providências.

Decreto nº 53.030 — de 28 de novembro de 1963.

ESTRADA DE FERRO SÃO LUIZ-TERESINA

Retifica relação que acompanha o Decreto nº 51.650, de 7 de janeiro de 1963, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Estrada de Ferro São Luiz-Teresina e deu outras providências.

Decreto nº 53.062 — de 3 de dezembro de 1963.

ESTATUTOS

— Ver o nome da entidade que o teve aprovado ou alterado.

EX-COMBATENTES

Estabelece condições para nomeação de ex-combatentes, em caráter interino, em regime de exceção, e dá outras providências.

Decreto nº 53.073 — de 8 de dezembro de 1963.

Autoriza a admissão de 75 (setenta e cinco) ex-combatentes da Fôrça Expedicionária Brasileira.

Decreto nº 53.362 — de 27 de dezembro de 1963.

EXÉRCITO

Acrescenta itens ao § 4º do art. 48 do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército — R/115.

Decreto nº 52.679 — de 14 de outubro de 1963.

Aprova novas normas para assinatura de Cartas-Patentes de Oficiais.

Decreto nº 53.711 — de 21 de outubro de 1963.

Regulamenta o art. 21 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960.

Decreto nº 52.737 — de 23 de outubro de 1963.

Torna privativo do pôsto de General-de-Brigada Intendente os cargos de Diretor de Fianças, Diretor de Material de Intendência e Diretor de Subsistência.

Decreto nº 52.809 — de 7 de novembro de 1963.

Dispõe sobre a criação em caráter permanente da Comissão de Alimentação das Fôrças Armadas e dá outras providências.

Decreto nº 52.950 — de 26 de novembro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Escola Superior de Guerra.

Decreto nº 53.080 — de 4 de dezembro de 1963.

Torna privativo do pôsto de General-de-Brigada o cargo de Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília.

Decreto nº 53.081 — de 4 de dezembro de 1963.

Fixa a distribuição em cada Arma e em cada pôsto, das funções gerais dos oficiais do Exército a vigorar a partir de 24 de dezembro de 1963.

Decreto nº 53.343 — de 25 de dezembro de 1963.

EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS

Aprova o Regimento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.664 — de 11 de outubro de 1963.

EXTIRPAÇÃO DE PARTE DE CADAVERES

Dispõe sobre a extirpação de órgão ou tecido de pessoa falecida.

Lei nº 4.280 — de 6 de novembro de 1963.

F

FACULDADES

Dispõe sobre a denominação e a manutenção do estabelecimento de ensino que indica.

Decreto nº 52.293 — de 24 de julho de 1963.

Altera a denominação de estabelecimento de ensino.

Decreto nº 52.351 — de 12 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento da Faculdade de Direito do Amazonas.

Decreto nº 52.677 — de 14 de outubro de 1963.

Concede reconhecimento à Faculdade de Direito de Uberlândia.

Decreto nº 52.831 — de 14 de novembro de 1963.

Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de

Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.108 — de 10 de dezembro de 1963.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Teixeira de Mello a pesquisar feldspato no município de Socorro, Estado de São Paulo.

Decreto nº 1.746 — de 30 de novembro de 1962.

Autoriza a Empresa de Camila Limitada a lavrar feldspato e quartzo, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.932 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Seraphin Claude de Azevedo e Castro a pesquisar feldspato, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 55.021 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José do Amaral a pesquisar feldspato, no município de Munhoz, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.037 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza a Sociedade de Mineração Ceramite Ltda. a lavrar caulim e feldspato no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.148 — de 10 de dezembro de 1963.

FERIADO ESCOLAR

Declara feriado escolar o dia do professor.

Decreto nº 52.682 — de 14 de outubro de 1963.

FERNANDES COSTA & CIA. LIMITADA.

Concede à firma Fernandes Costa & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.139 — de 10 de dezembro de 1963.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Joséfino Ottoni Alves a lavrar minério de ferro no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.734 — de 29 de novembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Jr. a pesquisar minério de ferro no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 52.697 — de 18 de outubro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Custódio Netto Júnior a pesquisar minério de ferro, no município de São Felix do Xingu, Estado do Pará.

Decreto nº 52.698 — de 18 de outubro de 1963.

Autoriza a Minas da Serra Geral Limitada a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.702 — de 21 de outubro de 1963.

Autoriza a Mineração Ipiuna Limitada a pesquisar minério de ferro no Município de Jequié, Estado da Bahia.

Decreto nº 52.777 — de 29 de outubro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a pesquisar minério de ferro no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.827 — de 6 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 489, de 3 de janeiro de 1962.

Decreto nº 52.822 — de 13 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 487, de 8 de janeiro de 1962.

Decreto nº 52.823 — de 13 de novembro de 1963.

Autoriza empresa de mineração Raveña Mineração Ltda., a pesquisar minério de ferro no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.832 — de 11 de novembro de 1963.

Autoriza a Siderúrgica Oeste de Minas S.A. — SOMISA — a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.839 — de 18 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a pesquisar minério de ferro, manganês e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.970 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Neto a lavar minério de ferro no município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.982 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza Mineração e Usina Wigg S.A. a lavar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.985 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a pesquisar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.986 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a Cia. de Mineração Serra da Moeda a pesquisar quartzo e minérios de ferro e manganês, nos municípios de Oliveira e Passa-Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.994 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Álvaro Guilherme Barbosa a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.006 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Walter Calazans de Freitas a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.008 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Sócrates Francisco da Silva a lavar minério de ferro, no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.012 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Paiva Ferreira a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.013 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Heraldo de Campos Lima a lavar minério de ferro no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.016 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Alves da Cunha a pesquisar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.025 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Hernâni Guerra Lage a pesquisar minério de ferro no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.026 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro José Schwerber a lavar bauxita e minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.027 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Dalmo de Sousa Dornellas a pesquisar minério de ferro no Município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.029 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Cordeiro a pesquisar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 58.036 — de 28 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 47.637, de 15 de janeiro de 1960.

Decreto nº 53.112 — de 10 de dezembro de 1963.

Renova a autorização contida no Decreto nº 45.631, de 25 de março de 1959.

Decreto nº 53.113 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Siderúrgica Oeste de Minas S. A. — SOMISA, a lavar minério de ferro no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.147 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas a pesquisar minério de ferro no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.198 — de 11 de dezembro de 1963.

FERRO DE BELO HORIZONTE S. A.

Concede à Ferro de Belo Horizonte S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.945 — de 26 de novembro de 1963.

FERROBEL — MINERAÇÃO DE FERRO BELO HORIZONTE LIMITADA.

Concede à Ferrobél — Mineração de Ferro Belo Horizonte Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.843 — de 18 de novembro de 1963.

FERROVIAS

Aprova o «Plano Preferencial de Extensão da Rede Ferroviária».

Decreto nº 53.152 — de 10 de dezembro de 1963.

FERTILIZANTES

Cria, no Ministério da Indústria e Comércio, o Grupo Executivo de Indústria de Fertilizantes e Corretivos do Solo (SIFERC), e dá outras providências.

Decreto nº 52.732 — de 23 de outubro de 1963.

Exclui das disposições do Decreto nº 50.899, de 1 de julho de 1960, as importações de produtos que mencionam.

Decreto nº 52.887 — de 20 de novembro de 1963.

FERTILIZANTES IGUAÇU LTDA.

Concede à Fertilizantes Iguaçu Ltda. — Indústria e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.106 — de 10 de dezembro de 1963.

FILMES BRASILEIROS

Dispõe sobre a exibição de filmes brasileiros.

Decreto n.º 52.745 — de 24 de outubro de 1963.

Acrescenta a cláusula de co-produção cinematográfica às características enumeradas no art. 1.º do Decreto número 51.106, de 1 de agosto de 1961.

Decreto n.º 53.011 — de 27 de novembro de 1963.

FLORESTAS

Aprova o Acôrdo para o Estabelecimento de um Instituto Latino-Americano de Treinamento e Pesquisas Florestais, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, para a Alimentação e a Agricultura.

Decreto Legislativo n.º 25, de 1963.

FLORESTAS PROTETORAS

Declara protetoras, de acôrdo com o artigo 11 e seu parágrafo único, do Decreto n.º 23.793 de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

Decreto n.º 52.635 — de 8 de outubro de 1963.

FLUORITA

Renova o Decreto n.º 48.778, de 12 de agosto de 1960.

Decreto n.º 52.939 — de 26 de novembro de 1963.

— *Renova o Decreto n.º 47.553, de 30 de dezembro de 1959.*

Decreto n.º 52.941 — de 26 de novembro de 1963.

Anula o Decreto n.º 47.552 de 30 de dezembro de 1959.

Decreto n.º 53.009 — de 27 de novembro de 1963.

— *Renova o Decreto n.º 46.490, de 20 de julho de 1959.*

Decreto n.º 53.101 — de 10 de dezembro de 1963.

FORÇA EXPEDICIONARIA BRASILEIRA

Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 — para ocorrer a despesa que especifica.

Decreto n.º 52.672 — de 11 de outubro de 1963.

FORÇAS ARMADAS

Ver: Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO

Autoriza a cidadã brasileira Maria Nobrega de Andrade a pesquisar fosfato no município de João Pessoa. Estado da Paraíba.

Decreto n.º 53.032 — de 28 de novembro de 1963.

FOSFATO PERNAMBUCANO SOCIEDADE ANÔNIMA (FOS-PERSA)

Retifica o Decreto n.º 2.067, de 17 de janeiro de 1963, que concede a Fosfato Pernambucano S. A. — (FOS-PERSA) autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 52.383 — de 20 de agosto de 1963.

FOSFORITA

Renova o Decreto n.º 49.623, de 30 de dezembro de 1960.

Decreto n.º 52.835 — de 18 de novembro de 1963.

— *Altera o art. 1.º do Decreto número 50.134, de 26 de janeiro de 1961.*

Decreto n.º 53.129 — de 10 de dezembro de 1963.

FRONAPE

Manda aplicar ao pessoal marítimo da Frota Nacional de Petróleos — FRONAPE — Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima — PETROBRAS e Companhia Siderúrgica Nacional, o contrato coletivo de trabalho a que se reporta.

Decreto n.º 52.701 — de 18 de outubro de 1963.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais, e dá outras providências.

Lei n.º 4.259 — de 12 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre o aproveitamento de funcionários da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana nos órgãos que especifica e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.588-A — de 30 de setembro de 1963.

— *Dispõe sobre o retorno ao País de servidores em exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e na Contadoria Seccional junto àquela repartição.*

Decreto n.º 52.615-A — de 3 de outubro de 1963.

— *Altera o Decreto n.º 51.893, de 8 de abril de 1963.*

Decreto n.º 52.660 — de 10 de outubro de 1963.

— *Dá execução ao artigo 17 da Lei 4.242, de 17-7-1963, e do Decreto número 52.587, de 30-9-1963.*

Decreto n.º 52.687 — de 14 de outubro de 1963.

— *Dispõe sobre o retorno ao Serviço da União do Pessoal transferido para o Estado da Guanabara.*

Decreto n.º 52.694 — de 15 de outubro de 1963.

— *Dispõe sobre o regime de tempo integral aplicado aos funcionários do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.728 — de 22 de outubro de 1963.

— *Concede gratificação especial aos técnicos do Ministério das Minas e Energia que especifica e dá outras providências.*

Decreto n.º 52.784 — de 29 de outubro de 1963.

Altera a redação do art. 1º do Decreto n.º 52.784, de 29 de outubro de 1963.

Decreto n.º 52.817 — de 12 de novembro de 1963.

Altera o Decreto n.º 26.299, de 31 de janeiro de 1949.

Decreto n.º 52.959 — de 26 de novembro de 1963.

Estende às autoridades que mencionam atribuições para conceder ou cassar benefícios do Decreto n.º 47.053, de 20 de outubro de 1959.

Decreto n.º 53.050 — de 2 de dezembro de 1963.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Dispõe sobre função considerada de caráter ou interesse militar, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.092 — de 9 de dezembro de 1963.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Cria Funções Gratificadas no Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 52.507 — de 27 de setembro de 1963.

Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.681 — de 14 de outubro de 1963.

Cria função gratificada no Ministério da Saúde.

Decreto n.º 52.812 — de 11 de novembro de 1963.

Altera a tabela de funções gratificadas do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 52.904 — de 21 de novembro de 1963.

Altera a tabela de funções gratificadas do Departamento de Administração

do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 53.083 — de 5 de dezembro de 1963.

Cria funções gratificadas no Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 53.085 — de 5 de dezembro de 1963.

Dispõe sobre funções gratificadas da Procuradoria Geral do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto nº 53.276 — de 13 de dezembro de 1963.

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

Exclui do Plano de Contenção de Despesas a verba que especifica.

Decreto nº 53.048 — de 2 de dezembro de 1963.

FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.816, de 11 de março de 1963.

Decreto nº 52.712 — de 21 de outubro de 1963.

FUNDO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 53.352 — de 26 de dezembro de 1963.

G

GADO LEITEIRO

Aprova no Ministério da Agricultura o plano de Melhoramento de Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro e dá outras providências.

Decreto nº 52.640 — de 9 de outubro de 1963.

GALENA

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Ferreira Santos a pesquisar galena no município de Altamira, Estado do Pará

Decreto nº 53.935 — de 26 de novembro de 1963.

Renova o decreto nº 49.038, de 5 de outubro de 1960.

Decreto nº 53.097 — de 10 de dezembro de 1963.

GATT

Aprova a Declaração sobre Adesão Provisória da República Argentina ao Acordo-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo nº 30, de 1963.

GERMA S.A. AGRO-PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Concede à Germa S.A. Agro-Pecuária e Indústria, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.136 — de 10 de dezembro de 1963.

GIPSITA

Autoriza a Gêssio Nacional Tapuyo Ltda., a pesquisar gipsita no município de Bodocó, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.930 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Goiás a lavrar gipsita no município de Ipubi, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 52.973 — de 26 de novembro de 1963.

Renova o Decreto nº 49.318, de 22 de novembro de 1960.

Decreto nº 53.096 — de 10 de dezembro de 1963.

GRUPOS DE TRABALHO

Altera disposições do decreto número 52.449, de 4 de setembro de 1963.

Decreto nº 52.690 — de 15 de outubro de 1963.

Extinção de Grupo de Trabalho.

Decreto nº 52.875 — de 20 de novembro de 1963.

Dispõe sobre os Grupos Executivos e Grupos de Trabalho criados no Conselho do Desenvolvimento ou ao mesmo subordinado.

Decreto nº 52.901 — de 21 de novembro de 1963.

Atribui ao Grupo de Trabalho de Expansão do Ensino Industrial os serviços técnicos que vêm sendo realizados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 53.041 — de 28 de novembro de 1962.

Cria o Grupo de Trabalho da Indústria de Materiais e Equipamentos para Petróleo.

Decreto nº 53.072 — de 8 de dezembro de 1963.

Cria Grupo de Trabalho com a incumbência de publicar e divulgar os estudos, projetos e relatórios apresentados pelo Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.

Decreto nº 53.087, de 5 de dezembro de 1963.

GRUPOS EXECUTIVOS

Estende à indústria de produtos veterinários as disposições do Decreto número 52.471, de 13 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 52.824 — de 13 de novembro de 1963.

Dispõe sobre os Grupos Executivos e Grupos de Trabalho criados no Conselho do Desenvolvimento ou ao mesmo subordinados.

Decreto nº 52.901 — de 21 de novembro de 1963.

GUANABARA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Guanabara Mineração e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.850 — de 18 de novembro de 1963.

GUANO

Autoriza o cidadão brasileiro José Martiniano Rodrigues Alves Filho a pesquisar guano no município de Cananeia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.862 — de 18 de novembro de 1963.

H**HORA DE VERÃO**

Institui a «Hora de Verão» em todo o território nacional.

Decreto nº 53.071 — de 3 de dezembro de 1963.

HORA ESPECIAL

Institui a Hora Especial nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais e Espírito Santo.

Decreto nº 52.700 — de 18 de outubro de 1963.

I**IMIGRAÇÃO**

Aprova o Acôrdio de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid, a 27 de dezembro de 1960.

Decreto Legislativo nº 32, de 1963.

IMPORTAÇÃO

Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos, e dá outras providências.

Lei nº 4.274 — de 31 de outubro de 1963.

Exclui das disposições do Decreto nº 50.899, de 1º de julho de 1960, as

importações de produtos que menciona.

Decreto nº 52.887 — de 20 de novembro de 1963.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.269.000.000,00 (doze bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios.

Lei nº 4.276 — de 4 de novembro de 1963.

IMPÓSTO DE RENDA

Da nova redação ao art. 19 da Lei nº 4.154, de 28 de dezembro de 1962 (dispõe sobre legislação de rendas).

Lei nº 4.269 — de 22 de outubro de 1963.

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 do Decreto nº 42.915, de 30 de dezembro de 1957.

Decreto nº 52.511 — de 27 de setembro de 1963.

INDULTOS

Concede graça a sentenciados pela forma que menciona.

Decreto nº 53.368 — de 23 de novembro de 1963.

INDÚSTRIA AGRÍCOLA SANTA ROSA S.A.

Concede à Industrial Agrícola Santa Rosa S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.971 — de 26 de novembro de 1963.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Cria a Comissão Brasileira para Assuntos da Indústria Automobilística na ALALC.

Decreto nº 52.788 — de 30 de outubro de 1963.

INDUSTRIAL E MINERADORA BIGUÁ LTDA.

Concede à Industrial e Mineradora Biguá Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.124 — de 10 de dezembro de 1963.

INSETICIDAS

Exclui das disposições do Decreto nº 50.899, de 1 de julho de 1960, as importações de produtos que menciona.

Decreto nº 52.887 — de 20 de novembro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA

Prorroga o prazo fixado no artigo 1.º do Decreto nº 52.425, de 31 de agosto de 1963, que suspendeu as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática Popular (ADEP).

Decreto nº 53.042 — de 26 de novembro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Altera disposições do decreto número 52.449, de 4 de setembro de 1963.

Decreto nº 52.690 — de 15 de outubro de 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

Retifica o Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro do Sal.

Decreto nº 53.330 — de 19 de dezembro de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Retifica o enquadramento de cargos, funções e empregos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto nº 52.768 — de 25 de outubro de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Cria cargos e função gratificada no Quadro de Pessoal do Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto n.º 53.322 — de 18 de dezembro de 1963.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Altera, sem aumento de despesa, a lotação numérica dos Tesoureiros-Auxiliares de Delegacias Regionais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, aprovada pelo Decreto número 51.500, de 8 de junho de 1962.

Decreto n.º 53.089 — de 6 de dezembro de 1963.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS

Aprova a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Ciências Agronômicas e o Protocolo de emenda à mesma Convenção, assinada em Washington, a 15 de fevereiro de 1961.

Decreto Legislativo n.º 37, de 1963.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Amplia o Quadro da Administração Central e Órgãos Locais — 1.º Seção do Orçamento — Parte Permanente, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Decreto n.º 52.620 — de 7 de outubro de 1963.

Amplia a Carreira de Procurador do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Decreto n.º 52.782 — de 29 de outubro de 1963.

Altera dispositivo do Decreto número 52.620, de 7 de outubro de 1963.

Decreto n.º 52.783 — de 29 de outubro de 1963.

Amplia o Quadro da Administração Central e Órgãos Locais do IPASE e dá outras providências.

Decreto n.º 53.363 — de 27 de dezembro de 1963.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Cria o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

Lei n.º 4.284 — de 20 de novembro de 1963.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Eleva o capital do Instituto de Resseguros do Brasil.

Decreto n.º 52.734 — de 23 de outubro de 1963.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência.

Lei n.º 42.281 — de 8 de novembro de 1963.

Dispõe sobre a Reabilitação Profissional na Previdência Social.

Decreto n.º 53.264 — de 13 de dezembro de 1963.

Autoriza os Institutos de Aposentadoria e Pensões a assinarem convênio para a venda de suas unidades habitacionais de Brasília.

Decreto n.º 52.759 — de 24 de outubro de 1963.

INTERCÂMBIO CULTURAL

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado de Israel.

Decreto Legislativo n.º 21, de 1963.
Promulga o Convênio de Intercâmbio Cultural com a Argentina.

Decreto n.º 52.921 — de 22 de novembro de 1963.

INTERNATIONAL BASIC ECONOMY CORPORATION

Revoga o Decreto que concedeu à Sociedade International Basic Economy Corporation autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 52.750 — de 24 de outubro de 1963.

IPASE

— Ver: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

ISENÇÕES

Concede isenção de impostos de importação e de consumo para equipamento e maquinaria importados pela Cooperativa de São Carlos, no Estado de São Paulo.

Lei n.º 4.265 — de 3 de outubro de 1963.

Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previdência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica de Nova Friburgo.

Lei n.º 4.272 — de 24 de outubro de 1963.

Concede isenção fiscal à Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias, a partir de 1 de janeiro de 1963, e dá outras providências.

Lei n.º 4.287 — de 3 de dezembro de 1963.

ITALBRÁS — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Italbrás — Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 52.801 — de 5 de novembro de 1963.

ITALCABLE SERVIZI RADIOTELEGRAFICI E CABLOGRAFICI RADIOELETRICI — SOCIETÀ PER AZIONI

Concede à sociedade Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioe-

letrici — Società per Azioni autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 52.755 — de 24 de outubro de 1963.

J

JOHN F. KENNEDY

Declara luto oficial em todo o país, em sinal de pesar pelo falecimento do Presidente John F. Kennedy.

Decreto n.º 52.918 — de 22 de novembro de 1963.

JORNALISTAS

Aprova o Regulamento sobre o registro de Jornalista Profissional.

Decreto n.º 52.263 — de 12 de dezembro de 1963.

JUTA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1964.

Decreto n.º 52.815 — de 11 de novembro de 1963.

L

LANÇA-PERFUME

Prorroga prazo para vigência do Decreto 51.211, de 18 de agosto de 1961.

Decreto n.º 52.730 — de 25 de outubro de 1963.

LAVRAS

Determina providências para a declaração de nulidade ou caducidade de autorização de pesquisa ou lavra de jazidas minerais.

Decreto n.º 52.151 — de 10 de dezembro de 1963.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga, até 30 de junho de 1944, a vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de

dezembro de 1950, com as alterações posteriores.

Lei n.º 4.292 — de 12 de dezembro de 1963.

LEITE E DERIVADOS

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 21 de novembro de 1963.

LINEAS AÉREAS PARAGUAYAS LAP

Concedo a «*Linhas Aéreas Paraguayas LAP*» autorização para funcionar no Brasil.

Decreto n.º 52.690 — de 15 de outubro de 1963.

LINHAS E FIOS

Modifica o Decreto n.º 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

LLOYD ATLÂNTICO SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da «*Lloyd Atlântico*» Sociedade Anônima de Seguros.

Decreto n.º 52.481 — de 19 de setembro de 1963.

LUTO OFICIAL

Declara luto oficial em todo o país, em sinal de pesar pelo falecimento do Presidente John F. Kennedy.

Decreto n.º 52.918 — de 22 de novembro de 1963.

M

MADEPINHO SEGURADORA S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Madepinho Seguradora S. A.

Decreto n.º 52.762 — de 25 de outubro de 1963.

MAGISTRATURA ESTADUAL

Fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento dos membros da Magistratura e do Ministério Público Estaduais.

Decreto n.º 53.342 — de 24 de dezembro de 1963.

MALVA

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1964.

Decreto n.º 52.815 — de 11 de novembro de 1963.

MAM — MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINÉRIO LTDA.

Autoriza «*MAM*» — Mineração, Comércio e Indústria de Minério Ltda. a funcionar como empresa de Mineração.

Decreto n.º 52.761 — de 25 de outubro de 1963.

MANGANÊS

Renova o Decreto n.º 489, de 8 de janeiro de 1962.

Decreto n.º 52.822 — de 13 de novembro de 1963.

— Renova o Decreto n.º 487, de 8 de janeiro de 1962.

Decreto n.º 52.823 — de 13 de novembro de 1963.

— Autoriza a Siderúrgica Oeste de Minas S. A. — SOMISA — a pesquisar minério de ferro e manganês no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.839 — de 18 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moacyr Figueiredo Filho a lavrar minério de manganês, no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.851 — de 18 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ribeiro de Andrade a pesquisar minério de manganês no município de Aguiadana, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 52.966 — de 26 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Alonso Paiva a pesquisar minério de manganês, no município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.018 — de 27 de novembro de 1963.

— Autoriza a Cia. de Mineração Serra da Moeda a pesquisar quartzo e minérios de ferro e manganês, nos municípios de Oliveira e Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.994 — de 27 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Guilherme Barbosa a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.006 — de 27 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Walter Calazans de Freitas a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.008 — de 27 de novembro de 1963.

— Autoriza o cidadão brasileiro Newton de Paiva Ferreira a pesquisar dolomita e minérios de ferro e manganês no Município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.103 — de 10 de dezembro de 1963.

— Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a pesquisar minério de ferro, manganês e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.970 — de 26 de novembro de 1963.

— Renova o Decreto n.º 47.716, de 29 de janeiro de 1960.

Decreto n.º 53.103 — de 10 de dezembro de 1963.

— Renova a autorização contida no Decreto n.º 45.631, de 25 de março de 1959.

Decreto n.º 53.113 — de 10 de dezembro de 1963.

MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL

Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências.

Decreto n.º 53.324 — de 18 de dezembro de 1963.

MARECHAL EUCLYDES ZENÓBIO DA COSTA

Concede honras de Ministro de Estado a militar falecido.

Decreto n.º 52.781 — de 29 de outubro de 1963.

MARINHA

Altera o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Decreto n.º 52.661 — de 10 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e da Intendentes da Marinha.

Decreto n.º 52.675 — de 14 de outubro de 1963.

— Aprova novas normas para assinatura de Cartas Patentes de Oficiais.

Decreto n.º 52.711 — de 21 de outubro de 1963.

— Regulamentação da Lei do Magistério da Marinha.

Decreto n.º 52.721 — de 21 de outubro de 1963.

— Altera o Regulamento para as Escolas de Aprendizes-Marinheiros.

Decreto nº 52.722 — de 21 de outubro de 1963.

— Dispõe sobre o escudo de armas do Colégio Naval.

Decreto nº 52.723 — de 21 de outubro de 1963.

— Altera o Regulamento do Colégio Naval.

Decreto nº 52.724 — de 22 de outubro de 1963.

— Aprova o Regulamento para a Escola de Submarinos.

Decreto nº 52.738 — de 23 de outubro de 1963.

— Altera o Regulamento para a Base Almirante Castro e Silva.

Decreto nº 52.739 — de 23 de outubro de 1963.

— Cria a Escola de Submarinos e dá outras providências.

Decreto nº 52.740 — de 23 de outubro de 1963.

— Aprova o Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.

Decreto nº 52.800 — de 4 de novembro de 1963.

— Altera o Regulamento de Uniformes da Marinha do Brasil.

Decreto nº 52.829 — de 14 de novembro de 1963.

— Dispõe sobre a criação, em caráter permanente da Comissão de Alimentação das Forças Armadas e dá outras providências.

Decreto nº 52.950 — de 26 de novembro de 1963.

— Torna sem efeito dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto número 28.880 de 20 de novembro de 1950.

Decreto nº 53.039 — de 28 de novembro de 1963.

— Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado pelo Decreto número 34.868 de 3 de dezembro de 1953.

Decreto nº 53.041 — de 2 de dezembro de 1963.

— Altera, temporariamente, o Artigo 69 alínea c), do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha, aprovado pelo Decreto número 42.808 de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 53.051 — de 2 de dezembro de 1963.

— Aprova o Regulamento para a Escola Superior de Guerra.

Decreto nº 53.080 — de 4 de dezembro de 1963.

Ver, também, Armada e Ministério da Marinha.

MARINHA MERCANTE

— Altera o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 52.691 — de 15 de outubro de 1963.

MÁRMORE

Autoriza Incogramar Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Limitada, a lavar mármore e calcário, no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 2.215 — de 22 de janeiro de 1963.

— Renova o Decreto número 46.437, de 20 de julho de 1959.

Decreto nº 52.942 — de 26 de novembro de 1963.

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PETRÓLEO

Cria o Grupo de Trabalho da Indústria de Materiais e Equipamentos para Petróleo.

Decreto nº 53.072 — de 3 de dezembro de 1963.

MAUA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da MAUA Companhia de Seguros Gerais, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.350 — de 26 de dezembro de 1963.

MERCÚRIO — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da Mercúrio — Companhia Nacional de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 53.057 — de 2 de dezembro de 1963.

MICA

Autoriza a empresa de mineração Companhia Nacional de Minério Sociedade Anônima a pesquisar quartzo e mica no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.979 — de 27 de novembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar quartzo e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 52.983 — de 27 de novembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Almeida Nascente a pesquisar quartzo e mica no município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.000 — de 27 de novembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Miguel Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 53.038 — de 28 de novembro de 1963.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olney Barros a pesquisar mica no muni-*

cípio de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 53.043 — de 29 de novembro de 1963.

MIGRAÇÃO

Promulga o Acórdão de Migração e Colonização Brasil-Japão.

Decreto nº 52.920 — de 22 de novembro de 1963.

MILITARES

Dá execução ao artigo 17 da Lei número 4.242, de 17-7-1963, e ao Decreto número 52.587, de 30-9-1963.

Decreto nº 52.687 — de 14 de outubro de 1963.

MINERAÇÃO AGAPEU LTDA.

Concede à Mineração Agapeu Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.121 — de 17 de junho de 1963.

MINERAÇÃO CABRAL LTDA.

Concede à Mineração Cabral Limitada, autorização para funcionar como Empresa de Mineração.

Decreto nº 52.609 — de 2 de outubro de 1963.

MINERAÇÃO CASTOR LTDA.

Concede à Mineração Castor Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.098 — de 10 de dezembro de 1963.

MINERAÇÃO JUNDÚ S. A.

Concede à Mineração Jundú Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.962 — de 26 de novembro de 1963.

MINERAÇÃO PARAÍTINGA LIMITADA

Concede à Mineração Paraítinga Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.957 — de 26 de novembro de 1963.

MINERAÇÃO RIGONI LTDA.

Concede à Mineração Rigoni Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.095 — de 10 de dezembro de 1963.

MINERAÇÃO SÃO JOÃO LIMITADA.

Concede à Mineração São João Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.976 — de 26 de novembro de 1963.

MINERAÇÃO SILMINA LTDA.

Concede à Mineração SILMINA Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.094 — de 10 de dezembro de 1963.

MINERAÇÃO TEJUCANA SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Mineração Tejuca Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.791 — de 30 de outubro de 1963.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Itajaí (SC).

Decreto nº 52.713 — de 21 de outubro de 1963.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.695.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 52.927 — de 25 de novembro de 1963.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a instituir bolsas de estudos e de especialização, a médicos formados pelas Universidades Brasileiras.

Decreto nº 52.023 — de 27 de novembro de 1963.

— Estabelece condições para nomeação de ex-combatentes, em caráter interino, em regime de exceção, e dá outras providências.

Decreto nº 53.073 — de 3 de dezembro de 1963.

— Aprova o Regimento Padrão das Delegacias Federais de Agricultura.

Decreto nº 52.338 — de 8 de agosto de 1963.

— Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 52.339 — de 8 de agosto de 1963

— Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.340 — de 8 de agosto de 1963.

— Aprova o Regimento do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.342 — de 8 de agosto de 1963.

— Aprova o Regimento do Conselho Florestal — Federal do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.440 — de 3 de setembro de 1963.

— Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.441 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.

(Publicado no «Diário Oficial» de 10 de setembro de 1963 e retificado no de 19-9-63).

Decreto nº 52.442 — de 3 de setembro de 1963.

Incorpora ao Departamento de Promoção Agropecuária o acervo e o pessoal da extinta Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba.

Decreto nº 52.633 — de 8 de outubro de 1963.

Aprova no Ministério da Agricultura o plano de Melhoramento de Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro, e dá outras providências.

Decreto nº 52.640 — de 9 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.662 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento Econômico, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.663 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.666 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.667 — de 11 de outubro de 1963.

Dispõe sobre o regime de tempo integral aplicado aos funcionários do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

Decreto nº 52.728 — de 22 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento da Comissão de Planejamento da Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.810 — de 8 de novembro de 1963.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma «Pereira Júnior — Cereais S.A.».

Decreto Legislativo nº 20, de 1963.

Regulamenta Concurso de Inspetor de Ensino.

Decreto nº 52.583 — de 14 de outubro de 1963.

Altera relação anexa ao Regimento aprovado pelo Decreto nº 40.050, de 29 de setembro de 1956.

Decreto nº 52.680 — de 14 de outubro de 1963.

Inclui funções gratificadas no Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 52.681 — de 14 de outubro de 1963.

Aprova o enquadramento dos cargos, funções e empregos do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto nº 52.794 — de 31 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Bibliotecas do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 52.797 — de 31 de outubro de 1963.

Dispõe sobre aproveitamento de pessoal, e dá outras providências.

Decreto nº 52.889 — de 20 de novembro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de despesas a verba que especifica do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.321 — de 18 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Cria Funções Gratificadas no Ministério da Fazenda.

Decreto nº 52.507 — de 27 de setembro de 1963.

Altera a lotação de cargos no Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Decreto nº 52.512 — de 27 de setembro de 1963.

Dispõe sobre o retorno ao País de servidores em exercício na Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e na Contadoria Seccional junto àquela repartição.

Decreto nº 52.615-A — de 3 de outubro de 1963.

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a ser realizado pela Companhia Vale do Rio Doce S.A.

Decreto nº 52.696 — de 17 de outubro de 1963.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 52.757 — de 24 de outubro de 1963.

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

Decreto nº 52.785 — de 30 de outubro de 1963.

Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 52.796 — de 31 de outubro de 1963.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto nº 52.878 — de 20 de novembro de 1963.

Altera a lotação numérica da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda.

Decreto nº 52.880 — de 20 de novembro de 1963.

Suprime cargo extinto.

Decreto nº 53.054 — de 2 de dezembro de 1963.

Ministério da Fazenda. Exclui do Plano de Contenção de Despesas a dotação que especifica.

Decreto nº 53.361 — de 27 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 1.338 — de 31 de agosto de 1962.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de uma área de terreno situada na localidade de Porto Esperidião, Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, necessária ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 52.504 — de 27 de setembro de 1963.

Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para ocorrer a despesa que especifica.

Decreto nº 52.672 — de 11 de outubro de 1963.

Abre ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 885.343,90, para ocorrer a despesa que especifica.

Decreto nº 52.673 — de 11 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação do imóvel, que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 52.695 — de 16 de outubro de 1963.

Revoga o art. 3º do Decreto nº 166, de 17 de novembro de 1961.

Decreto nº 52.948 — de 26 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 52.949 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do domínio útil de imóvel localizado em Vitória — ES, destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto nº 53.052 — de 2 de dezembro de 1963.

Estabelece condições para nomeação de ex-combatentes, em caráter interino, em regime de exceção, e dá outras providências.

Decreto nº 53.073 — de 3 de dezembro de 1963.

Aprova o enquadramento dos cargos e funções do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto nº 53.252 — de 13 de dezembro de 1963.

Aprova o novo R-158, Regulamento da Diretoria de Obras e Fortificações

Retificação

Decreto nº 53.351 — de 26 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, o crédito especial de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco

milhões de cruzeiros) para o fim que especifica.

(Publicado no D.O. de 30-9-63)

Retificação

Decreto nº 52.529 — de 27 de setembro de 1963.

Cria, no Ministério da Indústria e do Comércio, o Grupo Executivo de Indústria de Fertilizantes e Corretivos do Solo (GEIFERC), e dá outras providências.

Decreto nº 52.732 — de 23 de outubro de 1963.

Dispõe sobre a administração de imóvel que especifica, e dá outras providências.

Decreto nº 53.250 — de 12 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e NEGÓCIOS INTERIORES

Altera a lotação numérica das Repartições atendidas pelo Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 52.649 — de 10 de outubro de 1963.

Altera o Decreto nº 51.629, de 19 de dezembro de 1962 e dá outras providências.

Decreto nº 52.767 — de 25 de outubro de 1963.

Aprova novo regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto nº 52.903 — de 21 de novembro de 1963.

Altera a tabela de funções gratificadas do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 52.904 — de 21 de novembro de 1963.

Aprova alterações no Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 53.082 — de 5 de dezembro de 1963.

Altera a tabela de funções gratificadas do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 53.083 — de 5 de dezembro de 1963.

Cria funções gratificadas no Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Decreto nº 53.085 — de 5 de dezembro de 1963.

Transfere um cargo de Farmacêutico, TC-701-17-A, do Quadro de Pessoal do Território Federal de Rodônia, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para idêntico Quadro do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 53.201 — de 11 de dezembro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de Despesas verba que especifica, do Patronato de Menores.

Decreto nº 53.320 — de 18 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Altera a redação do artigo 10 do Decreto nº 47.053, de 20 de outubro de 1959.

Decreto nº 52.827 — de 14 de novembro de 1963.

Estende às autoridades que mencionam atribuições para conceder ou cassar benefícios do Decreto nº 47.053, de 20 de outubro de 1959.

Decreto nº 52.050 — de 2 de dezembro de 1963.

Estabelece condições para nomeação de ex-combatentes em caráter interino, de exceção, e dá outras providências.

Decreto nº 53.073 — de 3 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Concede gratificação especial aos técnicos do Ministério das Minas e

Energia que especifica e dá outras providências.

Decreto nº 52.784 — de 29 de outubro de 1963.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Complementa o art. 15, § 2º, do Decreto-lei nº 9.202, de 26 de abril de 1946 e dá outras providências.

Decreto nº 52.587 — de 30 de setembro de 1963.

Dá execução ao art. 17 da Lei 4.242, de 17 de julho de 1963, e ao Decreto 52.587, de 30-9-1963.

Decreto nº 52.687 — de 14 de outubro de 1963.

Reduz a gratificação, por serviço no estrangeiro, de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto nº 52.688 — de 14 de outubro de 1963.

Cria uma Embaixada autônoma do Brasil na República da Coreia.

Decreto nº 52.919 — de 22 de novembro de 1963.

Dispõe sobre a promoção à classe final da Carreira de Diplomata.

Decreto nº 53.240 — de 12 de dezembro de 1963.

Cria no Ministério das Relações Exteriores a Comissão de Transferência para Brasília da Secretaria de Estado e do Corpo Diplomático.

Decreto nº 53.241 — de 12 de dezembro de 1963.

Cria uma Embaixada do Brasil junto ao Governo da Jamaica, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bogotá.

Decreto nº 53.242 — de 12 de dezembro de 1963.

Transforma em Consulado Privativo o Consulado do Brasil em Paramaribo.

Decreto nº 53.248 — de 12 de dezembro de 1963.

Extingue o Consulado Privativo em Monte Caseros.

Decreto nº 53.249 — de 12 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, resolvido em sessão de 26 de junho de 1959, denegatório de registro o contrato celebrado em 2 do mesmo mês e ano, entre o Ministério da Saúde e a firma «Pereira Júnior — Cereais S. A.».

Decreto Legislativo nº 22 de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 33.115.777,70, para pagamento dos débitos do Serviço Nacional de Tuberculose, referentes aos exercícios de 1955 a 1959.

Lei nº 4.273 — de 24 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Estatística da Saúde, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 52.811 — de 11 de novembro de 1963.

Cria função gratificada no Ministério da Saúde.

Decreto nº 52.812 — de 11 de novembro de 1963.

Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto número 40.346, de 1960, e dá outras providências.

Decreto nº 52.813 — de 11 de novembro de 1963.

Aprova o enquadramento das funções da Tabela Numérica Especial de Mensalistas do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto nº 40.346, de 26 de novembro de 1960.

Decreto nº 53.312 — de 16 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Altera, por necessidade de serviço a lotação de repartição do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Decreto nº 52.758 — de 2 de outubro de 1963.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aprovação a inclusão do pessoal da Comissão Federal do Abastecimento e Preços, em extinção, nos Ministérios e órgãos da administração direta e dá outras providências.

Decreto nº 53.076 — de 4 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 destinado a atender as despesas com as obras complementares da Rodovia Rio — Bahia. (BR-4).

Lei nº 4.282 — de 11 de novembro de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília.

Lei nº 4.285 — de 21 de novembro de 1963.

Torna sem efeito o Decreto número 44.482, de 8 de setembro de 1958.

Decreto nº 53.066 — de 3 de dezembro de 1963.

Retifica o Decreto nº 51.866, de 26 de março de 1963, que retificou o de nº 51.448, de 2 de abril de 1962, aprovando o enquadramento dos car-

gos e funções da Rede Ferroviária do Nordeste.

Decreto nº 53.068 — de 3 de dezembro de 1963.

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.277 — de 13 de dezembro de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Altera dispositivo da Lei número 3.242, de 13 de agosto de 1957, "que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro de Pessoal e dá outras providências".

Lei nº 4.291 — de 12 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento da Secretaria Administrativa do Ministério Público do Distrito Federal.

Decreto nº 52.911 — de 22 de novembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Gabinete do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Decreto nº 52.912 — de 22 de novembro de 1963.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Fixa normas para a celebração de acordos entre a União e os Estados, destinados a regular a contribuição financeira do Governo Federal para o pagamento dos membros da Magistratura e dos Ministério Público Estaduais.

Decreto nº 53.324 — de 24 de dezembro de 1963.

MONTEPIO CIVIL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FEDERAIS

Dispõe sobre a situação dos contribuintes do Montepio Civil dos Funcionários Públicos Federais, e dá outras providências.

Lei nº 4.259 — de 12 de setembro de 1963.

MUNICÍPIOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 12.269.000.000,00 (doze bilhões duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros), para ocorrer ao pagamento da cota do imposto de consumo aos Municípios.

Lei nº 4.276 — de 4 de novembro de 1963.

MUSEUS

Considera patrimônio nacional a "Chácara do Visconde", situada na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Lei nº 4.289 — de 5 de dezembro de 1963.

N

NAÇÕES UNIDAS

Promulga a Convenção sobre Privilegios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, adotada, a 21 de novembro de 1947, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto nº 52.288 — de 24 de julho de 1963.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Concede à sociedade Brasilmar Meridional de Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar

como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.316 — de 11 de novembro de 1963.

Concede a Navunidos Navegação S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.753 — de 24 de outubro de 1963.

Concede à sociedade Manoel Lino Costa Navegação Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.754 — de 24 de outubro de 1963.

Concede à sociedade Navegação Paulo Pereira Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.770 — de 29 de outubro de 1963.

Concede a Navegação Litorânea Brasileira S. A. (Navelibra) autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.773 — de 29 de outubro de 1963.

Concede à sociedade Navegação Meca Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 52.803 — de 5 de novembro de 1963.

Concede à Navegação Riograndense Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação Riograndense Sociedade Anônima.

Decreto nº 52.865 — de 18 de novembro de 1963.

NÍQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro João Leão de Carvalho a pesquisar ami-

anto e minério de cromo e níquel, no município de Hidrolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.273 — de 13 de dezembro de 1963.

NORDESTE

Regulamenta o disposto no artigo 17 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

NULIDADE (AUTORIZAÇÃO PARA LAVRAS OU PESQUISAS)

Dispõe sobre função considerada de caráter ou interesse militar, e dá outras providências.

Decreto nº 53.092 — de 9 de dezembro de 1963.

O

OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 18 do Decreto número 42.915, de 30 de dezembro de 1957.

Decreto nº 52.511 — de 27 de setembro de 1963.

OCEÂNICA COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Oceânica Companhia Brasileira de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto nº 52.893 — de 21 de novembro de 1963.

OCRE

Autoriza a Companhia de Mineração Rio Acima a pesquisar minério de ferro, manganês e ocre, no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.970 — de 26 de novembro de 1963.

OMNIA MINÉRIOS LIMITADA

Concede à *Omnia Minérios Limitada* autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.144 — de 10 de dezembro de 1963.

OPALA

Autoriza *Emibra — Empresa de Minérios Brasil Norte Nordeste Limitada*, a pesquisar quartzo e opala no município de *Pedro II, Estado do Piauí*.

Decreto nº 52.847 — de 18 de novembro de 1963.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Retifica, sem onus, a Lei nº 4.177, de 11 de dezembro de 1962, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1962.

Lei nº 4.294 — de 12 de dezembro de 1963.

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1964.

Lei nº 4.295 — de 16 de dezembro de 1963.

Altera subconsignações a que se refere o Decreto nº 51.814, de 8 de março de 1963.

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA CONSULTIVA INTERNACIONAL

Promulga a Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Internacional, assinada em Genebra a 6 de março de 1948.

Decreto nº 52.493 — de 23 de setembro de 1963.

ORMIFEL — ORGANIZAÇÃO DE MINÉRIOS NÃO FERROSOS LIMITADA.

Concede à «ORMIFEL» Organização de Minérios Não Ferrosos Ltda.

autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.099 — de 10 de dezembro de 1963.

OURO

Renova autorização contida no Decreto de nº 45.925, de 29 de abril de 1959.

Decreto nº 1.859 — de 5 de dezembro de 1962.

Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavrar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 52.967 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro David Paulo Dana a lavrar diamante e ouro no município de Itupiranga, Estado do Pará.

Decreto nº 53.020 — de 27 de novembro de 1963.

Renova o decreto nº 48.303, de 17 de junho de 1960.

Renova o decreto nº 48.606, de 25 de julho de 1960.

Decreto nº 58.116 — de 10 de dezembro de 1963.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do imóvel que menciona, situado no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.515 — de 27 de setembro de 1963.

P**PEDRAS CORADAS**

Renova o Decreto nº 48.343, de 21 de junho de 1960.

Decreto nº 53.004 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Miguel Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.038 — de 28 de novembro de 1963.

Renova a autorização contida no decreto nº 45.717, de 6 de abril de 1959.

Decreto nº 53.117 — de 10 de dezembro de 1963.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza o cidadão brasileiro Ayres Ramos de Castro, a Comprar pedras preciosas.

Decreto nº 51.933-B — de 26 de abril de 1963.

Autoriza a firma «Bemitul» Beneficiamento de Minérios Indústria e Comércio Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 51.934-D — de 26 de abril de 1963.

Revoga o Decreto nº 24.665, de 13 de março de 1948.

Decreto nº 52.513 — de 27 de setembro de 1963.

Autoriza a firma Valuestone Ltda., a comprar pedras preciosas.

Decreto nº 52.523 — de 27 de setembro de 1963.

Revoga o Decreto nº 4.533, de 17 de agosto de 1939.

Decreto nº 52.641 — de 10 de outubro de 1963.

Concede pensão vitalícia de Cr\$ 40.000,00 ao jornalista Aparicio Torelly.

Lei nº 4.261 — de 12 de setembro de 1963.

PEPSI-COLA REFRIGERANTES LIMITADA

Concede nacionalização à Pepsi-Cola do Brasil S.A., sob a nova forma so-

cial de Pepsi-Cola Refrigerantes Limitada.

Decreto nº 52.892, de 21 de novembro de 1963.

PESOS E MEDIDAS

Cria sistema legal de unidades de medida no Brasil, baseado no trabalho da Comissão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas.

Decreto nº 52.423 — de 30 de agosto de 1963.

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

PESQUISAS

Determina providências para a declaração de nulidade ou caducidade de autorização de pesquisa ou lavra de jazidas minerais.

Decreto nº 53.151 — de 10 de dezembro de 1963.

PETROLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRAS

Concede isenção fiscal à Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias, a partir de 1º de janeiro de 1963, e dá outras providências.

Lei nº 4.287 — de 3 de dezembro de 1963.

Manda aplicar ao pessoal marítimo da Frota Nacional de Petróleos — FRONAPE — Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS e Companhia Siderúrgica Nacional o contrato coletivo de trabalho a que se reporta.

Decreto nº 52.701 — de 18 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão em favor da Petróleo, Brasileiro S.A. — Petrobrás, terras situadas no Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.074 — de 4 de dezembro de 1963.

Dispõe sobre a importação de petróleo e derivados, nos termos dos artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 3º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1963.

Decreto nº 53.337 — de 23 de dezembro de 1963.

PETRÓLEO E DERIVADOS

Manda aplicar as normas do Decreto nº 50.354, de 17 de março de 1961, modificado pelo Decreto nº 0.392, de 29 de março de 1961, aos estoques e quantidades em trânsito de petróleo e seus derivados, adquiridos antes da vigência dos novos preços daqueles produtos, fixados, pelo Conselho Nacional do Petróleo, em consequência da revisão da taxa de câmbio, decorrente das diretrizes da política cambial, consubstanciada nas Instruções ns. 204 e 208, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Decreto nº 52.684 — de 14 de outubro de 1963.

Dispõe sobre a importação de petróleo e derivados, nos termos dos arts. 1º e 2º do Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 3º da Lei número 2.004, de 3 de outubro de 1953.

Decreto nº 53.337 — de 23 de dezembro de 1963.

P. FRANCO & CIA.

Concede à P. Franco & Cia. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.792 — de 30 de outubro de 1963.

PIROFILITA

Autoriza o cidadão brasileiro Agnôr Rodrigues Garcia a Pesquisar pirofilita no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.984 — de 27 de novembro de 1963.

PLANO DE CONTENÇÃO

Altera o Decreto nº 51.814, de 8 de março de 1962 que estabeleceu normas de execução financeira para o exercício de 1963, tendo em vista o es-

tado de calamidade pública verificado no Rio Grande do Sul.

Decreto nº 53.024 — de 27 de novembro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de Despesas verba que especifica, do Patronato de Menores.

Decreto: nº 53.320 — de 18 de dezembro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de despesas a verba que especifica do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 53.321, de 18 de dezembro de 1963.

Ministério da Fazenda. Exclui do Plano de Contenção de Despesas a dotação que especifica.

Decreto nº 53.351 — de 27 de dezembro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de Despesas as verbas que especifica, ao Serviço de Assistência a Menores.

Decreto nº 52.755 — de 24 de outubro de 1963.

Exclui do Plano de Contenção de Despesas a verba que especifica.

Decreto nº 53.048 — de 2 de dezembro de 1963.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ver: Nordeste

PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Aprova o Plano de Integração Nacional e o respectivo Regulamento.

Decreto nº 52.693 — de 15 de outubro de 1963.

PLANO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Aprova Plano Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 52.859 — de 18 de novembro de 1963.

PLANO PREFERENCIAL DE EXTENSÃO DA REDE FERROVIÁRIA

Aprova o Plano Preferencial de Extensão da Rede Ferroviária.

Decreto n.º 53.152 — de 10 de dezembro de 1963.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO

Aprova o Plano Preferencial do Setor Portuário do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto n.º 52.790 — de 30 de outubro de 1963.

PODER JUDICIÁRIO

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados. — o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para atender a despesas que especifica.

Lei n.º 4.293 — de 12 de dezembro de 1963.

Abre ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e trezentos mil cruzeiros), para atender a pagamentos de pessoal e material.

Decreto n.º 52.506 — de 27 de setembro de 1963.

Abre, ao Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 22.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 52.787 — de 30 de outubro de 1963.

Retifica o Decreto n.º 52.506, de 27 de setembro de 1963.

Decreto n.º 52.960 — de 26 de novembro de 1963.

PORTOS

Aprova o Plano Preferencial do Setor Portuário do Plano Trienal de Desen-

volvimento Econômico e Social e Normas Especiais para a sua execução.

Decreto n.º 52.709 — de 30 de outubro de 1963.

PREÇOS MÍNIMOS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de amendoim da safra de 1963-64.

Decreto n.º 52.615 — de 3 de outubro de 1963.

Assegura preços mínimos à produção de juta e malva da Bacia Amazônica, da safra de 1964.

Decreto n.º 52.815 — de 11 de novembro de 1963.

PREFEITURAS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a fazer a cessão de uma área de terreno da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 1.338 — de 21 de agosto de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Mongaguá, Estado de São Paulo a encampar a concessão dos serviços locais de energia elétrica, de que é titular a Empresa Elétrica de Mongaguá.

Decreto n.º 52.381 — de 20 de agosto de 1963.

Outorga a Prefeitura Municipal de Camanaucaia concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desfiladeiro existente no rio Camanaucaia, situado no distrito-sede do município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.534 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de São Tiago para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., a concessão para transmitir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.540 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de São Pedro do Picui concessão para distribuir energia elétrica ao município.

Decreto n.º 52.542 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere à Prefeitura Municipal de Campestre concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.543 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Lábrea concessão para distribuir Energia elétrica no Município.

Decreto n.º 52.544 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Linhares concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.545 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Guia Lopes, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 52.550 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de São Gabriel para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia elétrica ao município, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.552 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Albertina concessão para distribuir energia elétrica no município de Santa Albertina, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 52.554 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Iúna, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnível denominado Morro Redondo, existente no rio Pardo situado na localidade de Iúna, no

município de Iúna, Estado do Espírito Santos.

Decreto n.º 52.555 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere de Frederico Alves Pinto para a Prefeitura Municipal de Joanópolis, Estado de São Paulo, a concessão para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.559 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba para a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a concessão para distribuição de energia elétrica ao Distrito sede do Rio Piracicaba, no Município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.561 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza o Município de Sacramento a construir sistema de distribuição.

Decreto n.º 52.572 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga concessão ao Município de São Gonçalo do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para distribuir energia no distrito de Retiro do Sapucaí, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.576 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do Rio da Várzea.

Decreto n.º 52.580 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul, concessão de que é titular a Prefeitura Municipal de Jaguari.

Decreto n.º 52.581 — de 30 de setembro de 1963.

Dá nova redação ao artigo 1.º e ao inciso II do artigo 2.º do Decreto número 32.574, de 13 de abril de 1953.

Decreto n.º 52.582 — de 30 de setembro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Paraibunense para a Prefeitura Municipal de Paraibuna, Estado de São Paulo, a concessão para produzir e distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.583 — de 30 de setembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Campo Maior concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.586 — de 30 de setembro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Luiziania a construir uma linha de transmissão e rede de distribuição.

Decreto n.º 52.591 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Alto-Longá, Estado do Piauí, concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.593 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Empresa Força e Luz Canadense S.A. para o município de Candeias a concessão para produzir e distribuir energia elétrica em seu território.

Decreto n.º 52.600 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Itapeccerica para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica no Município de Itapeccerica, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.602 — de 1 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Uruguaiana concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Barra do

Quarai, município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 52.603 — de 1 de outubro de 1963.

Transfere da Companhia Hidrelétrica Resplendor S. A. para a Prefeitura Municipal de Resplendor a concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.608 — de 2 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Belmonte concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Barracão, no rio Braço do Sul, distrito de Bôca do Córrego, Município de Belmonte, Estado da Bahia.

Decreto n.º 52.627 — de 8 de outubro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Mateus Leme para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. a concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Mateus Leme, Azurita, Igarapé e São Joaquim de Bicas, município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.710 — de 21 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.718 — de 21 de outubro de 1963.

Transfere da Empresa Hidrelétrica Nacional para a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Jacutinga a concessão para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica no município de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais e no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, município de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 52.736 — de 23 de outubro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata para Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. —

CEMIG — a concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto n.º 52.746 — de 24 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Salmourão concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.765 — de 25 de outubro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Ipirá, Estado da Bahia, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.814 — de 11 de novembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Itaporanga D'Ajuda concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 52.833 — de 18 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Anhangá concessão para distribuição de energia elétrica.

Decreto n.º 52.938 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Monte Sião concessão para distribuir energia elétrica no referido Município, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 52.946 — de 28 de novembro de 1963.

Outorga à Prefeitura Municipal de Pirenópolis, Estado de Goiás, concessão para produzir e distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.947 — de 25 de novembro de 1963.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, a ampliar, progressivamente, as instalações hidrelétricas da Usina de Santa Ana.

Decreto n.º 52.954 — de 26 de novembro de 1963.

Outorga ao Município de Carlos Chagas, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 52.991 — de 27 de novembro de 1963.

Transfere da firma Araújo Bugarin & Cia. para a Prefeitura Municipal de União dos Palmares a concessão para distribuir energia elétrica no Município.

Decreto n.º 53.007 — de 27 de novembro de 1963.

Renova o Decreto n.º 49.318, de 22 de novembro de 1960.

Decreto n.º 53.096 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga ao Município de Bacabal, Estado do Maranhão, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.100 — de 10 de dezembro de 1963.

Transfere da Prefeitura Municipal de Sarandi, para a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul a concessão para distribuir energia elétrica no município de Sarandi.

Decreto n.º 53.131 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga a Prefeitura Municipal de Beneditinos concessão para distribuir energia elétrica no município.

Decreto n.º 53.132 — de 10 de dezembro de 1963.

Outorga ao Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, concessão para distribuir energia elétrica.

Decreto n.º 53.133 — de 10 de dezembro de 1963.

Amplia a zona de concessão da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.134 — de 10 de dezembro de 1963.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Regimento do Gabinete Militar da Presidência da República.

Decreto n.º 52.729 — de 22 de outubro de 1963.

PREVIDENCIA SOCIAL

Revoga o art. 531 do Regulamento Geral da Previdência Social.

Decreto nº 52.741 — de 23 de outubro de 1963.

Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 135 do Regulamento Geral da Previdência Social e dá outras providências.

Decreto nº 52.742 — de 23 de outubro de 1963.

Dispõe sobre a Reabilitação Profissional na Previdência Social.

Decreto nº 53.264 — de 13 de dezembro de 1963.

PREVIDENCIA SOCIAL RURAL

Aprova o Regulamento da Previdência Social Rural.

Decreto nº 53.154 — de 10 de dezembro de 1963.

PRIVILÉGIOS ADUANEIROS

Aprova o Acôrdio entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina sobre Privilégios Aduaneiros das Repartições e Agentes Consulares de Carreira, concluído no Rio de Janeiro nos 6 de julho de 1961.

Decreto Legislativo nº 24, de 1963.

PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO

Dispõe sobre funções gratificadas da Procuradoria Geral do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto nº 53.278 — de 13 de dezembro de 1963.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

PRODUTOS DE HIGIENE

Modifica o Decreto nº 1.936, de 22 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

PRODUTOS QUÍMICOS E FERTILIZANTES-PROFERTIL

Concede à Empresa de Produtos Químicos e Fertilizantes S. A. — Profertti, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 52.989 — de 27 de novembro de 1963.

PRODUTOS VETERINÁRIOS

Estende à indústria de produtos veterinários as disposições do Decreto número 52.471, de 13 de setembro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 52.824 — de 13 de novembro de 1963.

Q

QUARTZO

Autoriza a Embra-Empresa de Minérios Brasil Norte Nordeste Ltda., a pesquisar quartzo e opala no município de Pedro II, Estado do Piauí.

Decreto nº 52.847 — de 18 de novembro de 1963.

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a lavar feldspato e quartzo, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 52.932 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a Alumínio Minas Gerais Sociedade Anônima a pesquisar quartzo, no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.933 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza a empresa de mineração Companhia Nacional de Minério S.A. a pesquisar quartzo e mica no muni-

ripió de Santa Maria do Suaqui Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.979 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro César Impiglia a pesquisar quartzo e caulim no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.981 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar quartzo e mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.983 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Almeida Nascente a pesquisar quartzo e mica, no município de Coroaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.000 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Dias Brosch a pesquisar quartzo no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.033 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro João de Mello Franco a pesquisar quartzo e bauxita, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.034 — de 28 de novembro de 1963.

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Miguel Habib a pesquisar quartzo, pedras coradas e mica, no município de Governador Valadares — Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 53.038 — de 28 de novembro de 1963.

Renova a autorização contida no decreto nº 45.717, de 6 de abril de 1959.

Decreto nº 53.117 — de 10 de dezembro de 1963.

Autoriza a Emibra — Empresa de Minérios Brasil Norte Nordeste Ltda. a pesquisar quartzo no município de Pedro II, Estado do Piauí.

Decreto nº 53.121 — de 10 de dezembro de 1963.

R

RÁDIO EDUCADORA DO MARANHÃO RURAL LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Educadora do Maranhão Rural Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Decreto nº 815 — de 2 de abril de 1962.

RÁDIO INDEPENDÊNCIA DO PARANÁ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Independência do Paraná Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

(Publicado no Diário Oficial de 6 de junho de 1962), pág. 6.204.

Decreto nº 1.139 — de 5 de junho de 1962.

RADIODIFUSÃO

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Decreto nº 52.795 — de 31 de outubro de 1963.

REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Dispõe sobre a Reabilitação Profissional na Previdência Social.

Decreto nº 53.264 — de 13 de dezembro de 1963.

REDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Retifica relação que acompanhou o Decreto nº 51.865, de 26 de março de 1963, que aprovou o enquadramento dos cargos e funções da Rede de Via-

ção Cearense e deu outras providências.

Decreto nº 53.063 — de 3 de dezembro de 1963.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Aprova o enquadramento das funções da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.

(Publicado no Suplemento nº 107 do Diário Oficial, de 7-6-1963).

RÊDE FERROVIÁRIA FEDERAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar garantia do Tesouro Nacional a financiamento a ser realizado pela Rede Ferroviária Federal S. A.

Decreto nº 52.870 — de 19 de novembro de 1963.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Prorroga prazo a que se refere o Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.719 — de 21 de outubro de 1963.

Cria Grupo de Trabalho com a incumbência de publicar e divulgar os estudos, projetos e relatórios apresentados pelo Ministro Extraordinário para a Reforma Administrativa.

Decreto nº 53.087 — de 5 de dezembro de 1963.

REGENTE COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova a alteração introduzida nos Estatutos da Regente Companhia Nacional de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 53.059 — de 2 de dezembro de 1963.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.340 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.342 — de 8 de agosto de 1963.

Aprova o Regimento do Conselho Florestal — Federal do Ministério da Agricultura.

(Publicado no D.O. de 13-9-63).

Decreto nº 52.440 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.441 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.442 — de 3 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento da Comissão Executiva de Assistência à Cafeicultura (CEAC).

Decreto nº 52.530 — de 27 de setembro de 1963.

Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto nº 52.617 — de 7 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Decreto nº 52.637 — de 8 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.662 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Departamento Econômico, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.663 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.664 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.665 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.666 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.667 — de 11 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento da Faculdade de Direito do Amazonas.

Decreto nº 52.677 — de 14 de outubro de 1963.

Altera relação anexa ao Regimento aprovado pelo Decreto nº 40.050, de 29 de setembro de 1956.

Decreto nº 52.680 — de 14 de outubro de 1963.

Regimento do Gabinete Militar da Presidência da República.

Decreto nº 52.729 — de 22 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Bibliotecas do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto nº 52.797 — de 31 de outubro de 1963.

Aprova o Regimento da Comissão de Planejamento da Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.810 — de 8 de novembro de 1963.

Aprova o Regimento do Serviço de Estatística da Saúde, do Ministério da Saúde.

Decreto nº 52.811 — de 11 de novembro de 1963.

Aprova novo regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

Decreto nº 52.903 — de 21 de novembro de 1963.

Aprova alterações no Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto nº 53.082 — De 5 de dezembro de 1963.

Regulamentos

Aprova o Regulamento do Ministério da Agricultura, reorganizado pela Lei Delegacia nº 9, de 11 de outubro de 1962.

Decreto nº 52.339 — de 8 de agosto de 1963.

Altera o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Decreto nº 52.661 — de 10 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento para os Quadros Complementares dos Corpos da Armada de Fuzileiros Navais e de Indiferentes da Marinha.

Decreto nº 52.675 — de 14 de outubro de 1963.

Altera o artigo 36 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto nº 52.676 — de 14 de outubro de 1963.

Acrescenta itens ao § 4º do art. 48 do Regulamento do Serviço de Identificação do Exército — R/115.

Decreto nº 52.679 — de 14 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 41.660, de 7 de junho de 1957.

Decreto nº 52.665 — de 14 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento para as Escolas de Marinha Mercante.

Decreto nº 52.691 — de 15 de outubro de 1963.

Aprova o Regulamento para contribuição financeira destinada ao reequipamento das empresas de transportes aéreo regular, prevista na Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.692 — de 15 de outubro de 1963.

Altera dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 51.816, de 11 de março de 1963.

Decreto nº 52.712 — de 21 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento para as Escolas de Aprendizizes-Marinheiros.

Decreto nº 52.722 — de 21 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento do Colégio Naval.

Decreto nº 52.724 — de 22 de outubro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Escola de Submarinos.

Decreto nº 2.738 — de 23 de outubro de 1963.

Altera o Regulamento para a Base Almirante Castro e Silva.

Decreto nº 52.739 — de 23 de outubro de 1963.

Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 135 do Regulamento Geral da Previdência Social e dá outras providências.

Decreto nº 52.742 — de 23 de outubro de 1963.

Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Decreto nº 52.795 — de 31 de outubro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Diretoria do Pessoal da Marinha.

Decreto nº 52.800 — de 4 de novembro de 1963.

Altera o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Decreto número 47.038, de 16 de outubro de 1959, e modificado pelos de nºs 47.258, de 17 de novembro de 1959, 49.304, de 21 de novembro de 1960, 615 de 20 de fevereiro de 1962 e 52.212, de 2 de julho de 1963.

Decreto nº 52.826 — de 14 de novembro de 1963.

Altera o Regulamento de Uniforme da Marinha do Brasil.

Decreto nº 52.829 — de 14 de novembro de 1963.

Aprova o Regulamento da Secretaria Administrativa do Ministério Público do Distrito Federal.

Decreto nº 52.911 — de 22 de novembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Gabinete do Procurador-Geral do Distrito Federal.

Decreto nº 52.912 — De 22 de novembro de 1963.

Dá nova redação ao artigo 32 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto nº 52.972 — de 26 de novembro de 1963.

Torna sem efeito dispositivo do Regulamento aprovado pelo Decreto número 28.880 de 20 de novembro de 1950.

Decreto nº 53.030 — de 28 de novembro de 1963.

Altera o Regulamento de Uniformes para a Marinha do Brasil, aprovado

pelo Decreto nº 34.868, de 3 de dezembro de 1953.

Decreto nº 53.041 — de 2 de dezembro de 1963.

Altera, temporariamente, o Artigo 69 alínea c), do Regulamento de Promoções para Oficiais da Marinha aprovado pelo Decreto nº 42.808 de 13 de dezembro de 1957.

Decreto nº 53.051 — de 2 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento para a Escola Superior de Guerra.

Decreto nº 53.080 — de 4 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Salário-Família do Trabalhador.

Decreto nº 53.153 — de 10 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento da Previdência Social-Rural.

Decreto nº 53.154 — de 10 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento sobre o registro de Jornalista Profissional.

Decreto nº 53.263 — de 12 de dezembro de 1963.

Altera o Regulamento para o Tráfego Marítimo (Decreto nº 50.114, de 26 de janeiro de 1961) para o fim de dar nova redação ao art. 147, acrescentar parágrafo único ao artigo 290, transformar o parágrafo único do artigo 403 e acrescentar § 2º ao mesmo artigo.

Decreto nº 53.314 — de 16 de dezembro de 1963.

Aprova o novo R-158. Regulamento da Diretoria de Obras e Fortificações.

Decreto nº 53.351 — de 26 de dezembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 58.352 — de 26 de dezembro de 1963.

REGULAMENTO GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Revoga o art. 531 do Regulamento Geral da Previdência Social.

Decreto nº 52.741 — de 23 de outubro de 1963.

REPRESSÃO AO ABUSO DO PODER ECONÔMICO

Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 para atender às despesas decorrentes da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962.

Decreto nº 52.785 — de 30 de outubro de 1963.

RODOVIAS

Autoriza o prolongamento da rodovia BR-92, Pelotas-Chui-Passo Fundo — no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei nº 4.208 — de 19 de outubro de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 28.270.000.000,00 destinado a atender as despesas com as obras complementares da Rodovia Rio-Bahia (BR-4).

Lei nº 4.262 — de 11 de novembro de 1963.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 980.000.000,00, destinado a fazer face às despesas com os trabalhos de construção da ligação rodoviária Fortaleza-Brasília.

Lei nº 4.285 — de 21 de novembro de 1963.

Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000,00 para o fim que menciona.

Decreto nº 53.277 — de 13 de dezembro de 1963.

S

SABÕES E SAPONACEOS

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Aprova o Regulamento do Salário-Família do Trabalhador.

Decreto nº 53.153 — de 10 de dezembro de 1963.

SALÁRIO-FAMÍLIA DO TRABALHADOR

Instítui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.

Lei nº 4.266 — de 3 de outubro de 1963.

SAMIL — SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MINÉRIOS LIMITADA

Concede à Simil — Sociedade Industrial de Minérios Ltda, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.140 — de 10 de dezembro de 1963.

SÃO PAULO LIGHT S.A. — SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

Autoriza a São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade a alterar áreas de terreno que especifica.

Decreto nº 52.856 — de 18 de novembro de 1963.

SÃO THOMAZ MINÉRIOS S.A.

Concede a São Thomaz Minérios Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.137 — de 10 de dezembro de 1963.

SEGUROS PECUÁRIOS

Declara em vigor as condições gerais e a Tarifa do Seguro Pecuário de Equídeos.

Decreto nº 52.435 — de 2 de setembro de 1963.

Substitui a alínea «c» de cláusula I do Decreto nº 37.043, de 16 de março de 1955.

Decreto nº 52.905 — de 22 de novembro de 1963.

SENADO FEDERAL

Abre ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.068.245.000,00 (um bilhão sessenta e oito milhões, duzentos e quarenta e cinco mil cruzeiros, como refôrgo das verbas que enumera.

Lei nº 4.278 — de 4 de novembro de 1963.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Exclui do Plano de Contenção de Despesas as verbas que especifica, ao Serviço de Assistência a Menores.

Decreto 52.756 — de 24 de outubro de 1963.

SERVIÇO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

Aprova a Tabela de Pessoal Temporário do Serviço Nacional dos Municípios (SENAM), para o exercício de 1964.

Decreto nº 53.353 — de 27 de dezembro de 1963.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

Decreto nº 52.668 — de 11 de outubro de 1963.

SEVIÇO PÚBLICO CIVIL DA UNIÃO

Prorroga prazo a que se refere o Decreto nº 51.705, de 14 de fevereiro de 1963.

Decreto nº 52.719 — de 21 de outubro de 1963.

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

Isenta dos impostos de importação e de consumo, exceto a taxa de previ-

dência social, equipamento importado pela Empresa Telefônica de Nova Friburgo.

Lei nº 4.272 — de 24 de outubro de 1963.

Dispõe sobre pagamento relativo às importações feitas por empresas concessionárias de serviços telefônicos, e dá outras providências.

Lei nº 4.274 — de 31 de outubro de 1963.

SISTEMA LEGAL DE MEDIDAS

Cria sistema de unidades de medida no Brasil, baseado no trabalho da Comissão do Instituto Nacional de Pesos e Medidas. (Reproduzido)

Decreto nº 52.423 — de 30 de agosto de 1963.

SOCIEDADE CULTURAL SINO-BRASILEIRA

Suspende o funcionamento da Sociedade Cultural Sino Brasileira, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.644 — de 10 de outubro de 1963.

SOCIEDADE MINERADORA ESCAVAMINA LIMITADA

Concede à Sociedade Mineradora Escavamina Limitada a funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 53.143 — de 10 de dezembro de 1963.

SOUTH AMÉRICA INDIAN MISSION, INC.

Concede à South América Indian Mission, Inc., autorização para funcionar no Brasil e aprova os seus estatutos.

Decreto nº 52.646 — de 10 de outubro de 1963.

STANDARD BRANDS OF BRAZIL INC.

Concede à sociedade anônima Standard Brands Of Brazil Inc. autoriza-

ção para continuar a funcionar na República.

Decreto nº 52.774 — de 29 de outubro de 1963.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Capitalização S.A., relativa ao aumento de capital.

Decreto nº 52.915 — de 22 de novembro de 1963.

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes Companhia de Seguros, relativa ao aumento do capital social.

Decreto nº 52.731 — de 23 de outubro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ver: Empresas Incorporadas..

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

Declara de interesse social para fins de desapropriação parte da área de terras, no loteamento denominado "Javaê-zinho", situada no Município de Cristatândia, Estado de Goiás, e dá outras providências.

Decreto nº 52.900 — de 21 de novembro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Reestrutura a Secretaria Executiva da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.

Decreto nº 52.346 — de 12 de agosto de 1963..

Exclui do Plano de Contenção de Despesas a importância de Cr\$ 3.876.000.000,00, do orçamento da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Decreto n.º 52.863 — de 18 de novembro de 1963.

Abre à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) o crédito especial de Cr\$ 64.490.000.000,00 (sessenta e quatro bilhões e quatrocentos e noventa milhões de cruzeiros), destinado à execução do Plano Diretor aprovado pela Lei n.º 4.239, de 27 de junho de 1963.

Decreto n.º 53.090 — de 9 de dezembro de 1963.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO

Transfere à Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) atribuições da Comissão Nacional de Alimentação.

Decreto n.º 52.720 — de 21 de outubro de 1963.

Dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto n.º 52.316, de 1 de agosto de 1963.

Decreto n.º 52.808 — de 6 de novembro de 1963.

Determina o recolhimento ao Banco do Brasil S.A. da diferença entre os preços máximos estipulados pela resolução n.º 6-63 do Conselho Deliberativo da SUNAB e os estabelecidos nos contratos que menciona e dá outras providências.

Decreto n.º 52.869 — de 19 de novembro de 1963.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Lei n.º 4.279 — de 4 de novembro de 1963.

T

TALCO

Autoriza Mineração e Indústria Grósse Limitada a pesquisar talco no município

de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 53.145 — de 10 de dezembro de 1963.

TARIFAS ADUANEIRAS

Aprova a Declaração sobre Adesão Provisória da República Argentina ao Acordo-Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluída em Genebra a 20 de novembro de 1960.

Decreto Legislativo n.º 30, de 1963.

TELECOMUNICAÇÕES

Aprova Plano Nacional de Telecomunicações.

Decreto n.º 52.859 — de 18 de novembro de 1963.

Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.

Decreto n.º 53.352 — de 26 de dezembro de 1963.

TELEFONES

Ver: Serviços Telefônicos.

TERRA NOVA S.A. — AGRO PECUÁRIA E COMERCIAL

Concede à Terra Nova S.A. — Ag. o-Pecuária e Comercial, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 52.958 — de 26 de novembro de 1963.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 2.041 — de 15 de janeiro de 1963.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha

que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.176 — de 28 de junho de 1963.

Autoriza estrangeiros a adquirir em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.184 — de 28 de junho de 1963.

Autoriza estrangeiro a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.185 — de 28 de junho de 1963.

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil do terreno de marinha que menciona, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 52.178 — de 28 de junho de 1963.

Autoriza a entrega gratuita à Administração do Porto do Rio de Janeiro, de imóveis situados no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.528 — de 27 de setembro de 1963.

TERRENO NACIONAL INTERIOR

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, no Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.187 — de 28 de junho de 1963.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Dispõe sobre a situação funcional dos titulares dos ofícios de justiça das comarcas do antigo Território Federal do Acre.

Decreto n.º 52.671 — de 11 de outubro de 1963.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Aprova o sistema de classificação de cargos do Território Federal do Amapá, e dá outras providências.

(Suplemento)

Decreto n.º 52.488 — de 20 de setembro de 1963.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Transfere um cargo de Farmacêutico, TC-701-17-A, do Quadro de Pessoal do Território Federal de Rondônia, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para idêntico Quadro do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 53.201 — de 11 de dezembro de 1963.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Aprova o sistema de Classificação de Cargos do Território Federal de Roraima e dá outras providências.

Decreto n.º 52.902 — de 21 de novembro de 1963.

THE BANK OF TOKIO LIMITED

Concede à sociedade anônima The Bank of Tokio Limited autorização para aumentar o seu capital no País.

Decreto n.º 52.653 — de 10 de outubro de 1963..

TRE SYDNEY ROSS CO.

Concede à sociedade anônima The Sydney Ross Co. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 52.743 — de 24 de outubro de 1963.

TRAFEGO MARÍTIMO

Altera o Regulamento para o Tráfego Marítimo (Decreto n.º 5.114, de 26 de janeiro de 1961) para o fim de dar nova redação ao art. 147, acrescentar parágrafo único ao artigo 290,

transformar o parágrafo único do artigo 403 e acrescentar § 2º ao mesmo artigo.

Decreto n.º 53.314 — de 16 de dezembro de 1963.

TRANSPORTES AÉREOS

Ratifica o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1957.

Decreto Legislativo n.º 28, de 1963.

Ratifica o Protocolo de Emenda da Convenção para a unificação de certas regras e ao Transporte Aéreo Internacional concluído em Haia, a 28 de setembro de 1955.

Decreto Legislativo n.º 31, de 1963.

Aprova o Regulamento para contribuição financeira destinada ao reequipamento das empresas de transportes aéreos regular, prevista na Lei nº 4.200, de 5 de fevereiro de 1963.

Decreto n.º 52.692 — de 15 de outubro de 1963.

Dispõe sôbre o retôrno ao Serviço da União do Pessoal transferido para o Estado da Guanabara.

Decreto n.º 52.694 — de 15 de outubro de 1963.

TRIGO

Promulga o Acôrdo Internacional do Trigo.

Decreto n.º 52.744 — de 24 de outubro de 1963.

Dispõe sôbre estoques de trigo e seus derivados e quantidades em trânsito de trigo em grão, importadas, e dá outras providências.

Decreto n.º 52.780 — de 29 de outubro de 1963.

Turismo

Aprova o texto do Convênio de Trânsito de Passagem e Turismo, fir-

mado, entre, o Brasil e o Chile, a 5 de julho de 1961.

Decreto Legislativo n.º 27, de 1963.

Estabelece normas para a entrada no País de veículos automotores de turistas, e dá outras providências.

Decreto n.º 53.313 — de 16 de dezembro de 1963.

U

ULTRAMAR COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Ultramar Companhia Brasileira de Seguros, inclusive aumento do capital social.

Decreto n.º 52.897 — de 21 de novembro de 1963.

UNIÃO BRASILEIRA — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da União Brasileira Companhia de Seguros Gerais, relativa ao aumento de honorários da Diretoria.

Decreto n.º 53.056 — de 2 de dezembro de 1963.

UNIDADES LEGAIS DE MEDIDAS

Modifica o Decreto nº 1.936, de 20 de dezembro de 1962, e dá outros providências.

Decreto n.º 52.916 — de 22 de novembro de 1963.

UNIVERSIDADES

Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências.

Lei nº 4.283 — de 18 de novembro de 1963.

Retifica o Decreto nº 52.162 — de 27 de julho de 1963.

Decreto n.º 52.588 — de 30 de setembro de 1963.

Aprova o Estatuto da Universidade do Ceará.

Decreto nº 52.613 — de 2 de outubro de 1963.

Incorpora a Escola Nacional de Flores, criada pelo decreto nº 48.247, de 30 de maio de 1960, à Universidade do Paraná, e dá outras providências.

Decreto nº 52.828 — de 14 de novembro de 1963.

Autoriza a Universidade Federal de São Paulo a criar e instalar cursos pré-universitários e dá outras providências.

Decreto nº 53.372 — de 31 de dezembro de 1963.

Designa os membros que devem integrar o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo e dá outras providências.

Decreto nº 53.373 — de 31 de dezembro de 1963.

UTILIDADE PÚBLICA (DECLARAÇÃO)

Declara de utilidade pública a Sociedade Portuguesa de Beneficência, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.065 — de 27 de maio de 1963.

Declara de utilidade pública a Irmandade Senhor dos Passos e Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Declara de utilidade pública a "OFIDAS" Organização Feminina Israelita de Assistência Social, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.080 — de 30 de maio de 1963.

Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto", com sede em Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.031 — de 30 de maio de 1963.

Declara de utilidade pública o Circulo Operário Ferroviário do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.132 — de 17 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública a Associação Casa da Esperança, com sede em Santos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.203 — de 28 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública a União Catarinense de Educação, com sede em Jaraguá, Estado de Santa Catarina.

Decreto nº 52.203-Å — de 28 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Caritativo-Literária São José, com sede em Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.204-A — de 28 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública o "Hospital aternidade Frei Galvão", com sede em Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.205-A — de 28 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública o Circulo de Engenharia Militar, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.297 — de 24 de junho de 1963.

Declara de utilidade pública, a Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.361 — de 16 de agosto de 1963.

Declara de utilidade pública a Associação do Hospital de Agudos, com sede em Agudos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 5.251 — de 6 de setembro de 1963.

Declara de utilidade pública a "Sociedade Beneficente Hospitalar Paroquial São Pedro de Garibaldi" com sede em Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 52.452 — de 6 de setembro de 1963.

Declara de utilidade pública a Associação Paulista de Combate do Câncer, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.643 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto nº 52.645 — de 10 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública a Policlínica de Copacabana, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.647 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.650 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública a Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana Militar de Malta de São Paulo, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.650 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública a Sociedade de Educação e Assistência Social, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 52.651 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública o Dispensário Medalha Milagrosa e Creche

Catharina Lobouré, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.652 — de 10 de outubro de 1963.

Declara de utilidade pública, a Santa Casa de Misericórdia de Avaré, com sede em Avaré, Estado de S. Paulo.

Decreto nº 52.872 — de 20 de novembro de 1963.

Declara de utilidade pública a Escola Santa Madalena Soíia, com sede no Estado da Guanabara.

Decreto nº 52.873 — de 20 de novembro de 1963.

V

VEÍCULOS AUTOMOTORES

Estabelece normas para a entrada no País de veículos automóveis de turistas, e dá outras providências.

Decreto nº 52.313 — de 16 de dezembro de 1963.

VIGIAS PORTUÁRIOS

Regulamenta a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a criação da taxa destinada à remuneração de vigias portuários.

Decreto nº 52.662 — de 11 de outubro de 1963.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões S. A. a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.931 — de 26 de novembro de 1963.

Autoriza Industrial, Comércio e Agrícola Rio Pilões S. A. a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso no Município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 52.987 — de 27 de novembro de 1963.

Autoriza Indústria, Comércio e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila e xisto argiloso, no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Decreto nº 53.141 — de 10 de dezembro de 1963.

Z

ZONA FRANCA DE MANÁUS

Inclui cargos no Quadro do Pessoal da Zona Franca de Manaus, aprovado pelo Decreto nº 51.436, de 27 de março de 1962, e dá outras providências.

Decreto nº 58.049 — de 2 de dezembro de 1962.